



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2316

Quinta-feira - 10 de Agosto de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Formosa do Sul	212	Morro Grande.....	431
Agronômica	4	Forquilha	214	Navegantes.....	432
Água Doce.....	6	Fraiburgo.....	224	Nova Erechim.....	435
Anchieta	8	Frei Rogério	225	Nova Trento	436
Antônio Carlos	9	Galvão.....	227	Novo Horizonte	437
Apiuna.....	10	Garopaba.....	231	Orleans	438
Arabutã	49	Garuva	243	Palhoça	448
Arroio Trinta.....	52	Gaspar	244	Papanduva.....	467
Balneário Piçarras.....	53	Gravatal	252	Paraíso	469
Balneário Rincão	54	Guaraciaba	254	Passo de Torres.....	494
Bandeirante	58	Guaramirim	255	Passos Maia	497
Barra Velha.....	61	Guatambú	259	Paulo Lopes	499
Bela Vista do Toldo.....	63	Herval d'Oeste	260	Peritiba.....	500
Benedito Novo	64	Ibiam	261	Pinheiro Preto	503
Biguaçu	65	Ibicare	265	Piratuba.....	504
Blumenau	67	Ilhota	270	Planalto Alegre.....	506
Bom Jesus do Oeste	74	Imarui	299	Pomerode.....	524
Bom Retiro	75	Imbituba	300	Ponte Serrada	530
Botuvera.....	76	Indaial.....	304	Porto União.....	531
Braço do Trombudo	82	Iporã do Oeste.....	307	Pouso Redondo	533
Brunópolis	112	Ipuacú.....	308	Princesa	535
Brusque.....	141	Ipumirim	309	Rio das Antas.....	537
Caçador.....	142	Iraceminha	313	Rio do Sul.....	538
Caibi	146	Irineópolis	314	Romelândia.....	544
Camboriú.....	147	Itá	316	Salto Veloso	545
Campo Alegre	150	Itaiópolis	318	Santa Rosa de Lima.....	546
Campo Erê.....	161	Itapiranga.....	319	Santa Terezinha do Progresso	547
Canelinha	163	Itapoá	321	Santiago do Sul.....	548
Canoinhas.....	164	Jaborá	324	São Bento do Sul.....	549
Capinzal	168	Jacinto Machado	325	São Carlos	553
Catanduvas.....	175	Jaraguá do Sul	326	São Domingos.....	554
Caxambu do Sul.....	180	Joaçaba	341	São João Batista.....	555
Cerro Negro.....	181	Lacerdópolis.....	346	São João do Oeste	558
Chapadão do Lageado	182	Lages	352	São Joaquim	560
Cocal do Sul.....	183	Laguna	354	São José.....	564
Concórdia	188	Lauro Muller	358	São José do Cedro.....	569
Cordilheira Alta	192	Lebon Regis.....	359	São Lourenço do Oeste.....	571
Coronel Freitas.....	193	Leoberto Leal.....	360	São Miguel da Boa Vista	574
Coronel Martins.....	194	Lindóia do Sul	361	São Miguel do Oeste.....	575
Corupá	195	Luis Alves	363	São Pedro de Alcântara.....	576
Cunha Porã.....	196	Luzerna	364	Schroeder.....	578
Cunhataí.....	197	Macieira.....	368	Seara	583
Curitibanos	198	Mafrá	370	Serra Alta	584
Descanso.....	199	Maravilha.....	376	Sombrio.....	585
Dionísio Cerqueira	200	Marema	377	Tangará	587
Ermo	203	Massaranduba.....	378	Tigrinhos	588
Eral Velho	208	Modelo	391	Tijucas	589
Faxinal dos Guedes.....	209	Mondaí.....	429	Timbé do Sul	590
Flor do Sertão	211	Morro da Fumaça	430	Timbó	592

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2316

Quinta-feira - 10 de Agosto de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Três Barras	605	Urussanga	613	Xavantina	632
Treze Tílias	606	Vargeão	615	Xaxim	640
Trombudo Central.....	608	Videira.....	616	Zortéa	641
Tunápolis.....	611	Xanxerê.....	629		

Associações

AMERIOS.....	642
--------------	-----

Consórcios

AGIR	643
ARIS	645
CIGA	645
CIS/AMFRI.....	646
CIS/AMMVI.....	647
CIS/AMURC	647
IBERE.....	648
CIS/AMERIOS	649
CONSAD	649



Abdon Batista

PREFEITURA

PORTARIA 310 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

Portaria nº 310/2017

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à JOÃO DOMINGOS BUSNELLO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 02.07.2016 a 01.07.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 a 30 de agosto de 2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 01 de agosto de 2017.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 09 de agosto de 2017.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 311 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

Portaria nº 311/2017

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à JORDELINO CHAVES, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 02.01.2016 a 01.01.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 a 30 de agosto de 2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 01 de agosto de 2017.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 09 de agosto de 2017.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

Agrônômica

PREFEITURA

DECRETO 053/2017

DECRETO N.º 053/2017 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

"INVESTE E DESIGNA MEMBROS, JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA/SC."

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e, Considerando que cabe a administração municipal editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal fulcro princípios Constitucionais da legalidade impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração, Considerando dispositivos contidos na Lei Municipal n.º 686/2005 de 07/06/2005, cujos itens definem a competência do Conselho Municipal de Saúde no âmbito do Município, notadamente em seu art. 3º, Considerando a Resolução Nº 453, de 10 de maio de 2012 aprovada no Plenário do Conselho Nacional de Saúde, Considerando também que a investidura dos Membros Conselheiros é para mandato de dois anos e que a gestão dos anteriormente investidos encontra-se exaurida,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam conforme abaixo designados, e investido membros para relevante serviço público junto ao Conselho Municipal de Saúde, para mandato de dois anos, na ordem e forma seguinte:

1 – Membros representantes do Governo Municipal, oriundos do:

a-) Departamento de Administração: Membro Titular – FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO Membro Suplente – Jaqueline Terezi-nha Jethe

b-) Departamento de Planejamento: Membro Titular – SERGIO RUDOLF Membro Suplente – Giselen Rosa

c-) Departamento de Educação: Membro Titular – ELIS REGINA FONTANIVE LOSI Membro Suplente – Cristinani Vasselai Justen

d-) Departamento de Agricultura: Membro Titular – CARLOS GAERTNER Membro Suplente – Dionei Tomelin

2 – Membros Representantes dos Prestadores de Serviço.

Membro Titular – EUGÊNIA L. LEDRA Membro Suplente – Eduardo Luis Kwiecien

3 – Membros dos Profissionais em Saúde, que prestam serviços ao S.U.S. no município.

Membro Titular –VIVIAN INES LOPES Membro Suplente – Gustavo Mantovani Paizan

4 – Membros Representantes dos Usuários – Entidade Sindical dos Trabalhadores ligada a pequena propriedade rural e agricultura familiar:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agrônômica: Membro Titular – WALMOR DOS SANTOS FILHO Membro Suplente – Osmar Cattoni

5 – Membros Representantes dos Movimentos Sociais e Populares da Terceira Idade.

Clube de Idosos Oswaldo Claudino Membro Titular – EVANILDE GIOVANELLA Membro Suplente – Pedro João José Longen

6 – Membros Representantes dos Sociais e Populares Rurais, Organizados e Próximos a Sede do Município:

Clube de Diretores Lojistas de Agrônômica Membro Titular- GIANCARLO MAÇANEIRO Representantes da Associação de Agricultores Membro Suplente – Alvio Vignoli

7 – Membros Representantes dos Sociais e Populares Rurais, Organizados e Interiores:

Rotary Club de Agrônômica

Membro: Henrique Backmeier

8 – Membros Representantes de Organizações Religiosas.

CPC da igreja Matriz Nossa Senhora do Caravaggio/ Assembléia de Deus Membro Titular – LURDES VENTURI Membro Suplente – Ju-liano Inácio

9 – Membros Representantes de Clubes e Associações Desportivas: Membro Titular – ANTONIO NECOLETTI Membro Suplente – Augusto Schel

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se o Decreto nº 13/2014 de 21/03/2014 e disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 DE AGOSTO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

DECRETO 056/2017

DECRETO Nº 056/2017 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

"DESIGNA E INVESTE MEMBROS JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE AGRONÔMICA-SC PARA O BIÊNIO 2017-2019."

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI, Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Que cabe ao município zelar pela condução e manutenção dos direitos da criança e do adolescente, e que tem como fundamento o conjunto de ações governamentais e não governamentais advindos do Estatuto da Criança e do Adolescente, O disposto ao Art. 9º da Lei n.º 883/2011 de 29/03/2011, e que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados e investidos membros para relevante serviço público e com funções junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Agrônômica, biênio 2017 -2019 , conforme abaixo discriminado:

I – Membros representantes do governo municipal, oriundos de:

A) – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: PRISCILA BORK

Suplente: JANIA DOS SANTOS

B) – COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular: VANESSA DOS SANTOS BACK

Suplente: ROSIMERI VANDRESEN DUARTE

C) – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Titular: FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Suplente: ACIR TADEU CARDOSO

II – Membros representantes de entidades não governamentais , oriundos de:

A) – CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE AGRONOMICA-SC:
Titular: GIANCARLO MAÇANEIRO
Suplente: ELCIO DEOLA

B) – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA CRECHE BEATRIZ LOPES DA SILVA:
Titular: DANIELE SEHMAM CORADINE
Suplente: GILMARA CACHOEIRA

C) – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA E.E.F. ALTO MOS-QUITINHO:
Titular: FERNANDA ANTUNES RAFAELI
Suplente: ALANA CARDOSO

Art. 2º - Revoga-se o Decreto n.º 051/2015 de 03/07/2015.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Agrônoma, 10 de agosto de 2017.
CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal
Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Secr. de Administração e Finanças

Art. 3º A comissão se auto regulamentará quanto ao funcionamento, no entanto, deverá registrar em ata suas reuniões e, possuir no mínimo 05 (cinco) membros para promover quaisquer deliberações, tendo o presidente o voto de desempate caso ocorra.

Art. 4º - Revoga-se o Decreto nº 020/2016 de 28/04/2016 e disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de agosto de 2017.
CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal
Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Secr. de Administração e Finanças

DECRETO 55/2017

DECRETO N.º 055/2017 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

“NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS NO MUNICÍPIO, OBJETIVANDO ELABORAR PAUTA MÍNIMA A SER UTILIZADA NO LANÇAMENTO DO “IPTU” E DO “ITB” NAS REFERIDAS TRANSMISSÕES.”

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída Comissão de Avaliação e Revisão da Planta Genérica de valores dos imóveis existentes no Município de Agrônoma do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e, o custo do valor básico do metro quadrado de construção, que servirão de base de cálculo para pauta mínima para o lançamento do Imposto sobre transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens Imóveis, por natureza ou acessão física e, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI), composta pelos seguintes membros:

§ 1º – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Representantes dos Corretores de Imóveis:

- VALDECIR LUCHTENBERG – (CRECI – 013.473);
- IVO TESTONI – (CRECI 029.223);
- HUGO ROBERTO TSCHUMI – (CRECI 022.073);

§ 2º – REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

- GISELEN ROSA - (Matrícula n.º 789);
- SERGIO RUDOLF - (Matrícula n.º 869);
- CLEITON DAHLKE - (Matrícula n.º 653);

Art. 2º Os membros da Comissão, deverão apresentar relatório de Avaliação e Revisão da Planta genérica de valores de imóveis atualizados até a data de 30 de outubro de 2017, ficando a presente comissão vigente até 31 de dezembro de 2017.

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 22/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL 22/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 22/2017, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 22/2017", do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", destinado a aquisição de móveis sob medida para o Departamento de Vigilância Sanitária e para o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 23 de agosto de 2017 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 09 de agosto de 2017
MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
Gestora do FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 68/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 68/2017
PREGÃO PRESENCIAL 54/2017

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 68/2017, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 54/2017", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de tanque pipa para transporte de dejetos animais, para instalação em caminhão VW 15.210 4x4 ano/modelo 2013/2014, o qual será processado e julgado no dia 23 de agosto de 2017 às 08h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 09 de agosto de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 69/2017 - DISPENSA Nº. 8/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 69/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO 8/2017

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 69/2017, "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 8/2017", destinado a contratação de instituição de ensino e pesquisa sem fins lucrativos para elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico. Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 09 de agosto de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE MENSAL JULHO 2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Julho
Página: 1

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	74.967,13
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	74.266,77
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.095,36
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.171,41
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	700,36
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	700,36
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	71.229,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	71.229,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	162.379,30	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	168.365,08
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	12.445,04	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	18.430,82
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	74.967,13	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	74.967,13
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	74.967,13	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	74.967,13
SALDOS ANTERIORES	34.946,83	SALDOS ATUAIS	25.222,92
BANCO C/ MOVIMENTO	34.946,83	BANCO C/ MOVIMENTO	25.222,92
TOTAL	268.555,13	TOTAL	268.555,13

AGUA DOCE, 09/08/2017

JAMES FRANCISCO BEAL
PRESIDENTE CPF Nº 560.163.959-00

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

Anchieta

PREFEITURA

CREENCIAMENTO N 001/2017 - FMS

O Município de Anchieta - SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir do dia 10 de agosto de 2017, às 08:00 horas, o processo de credenciamento de pessoas jurídicas na área de saúde para prestação de serviços sessões de fisioterapia que deverão ser realizadas, para efeitos do artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. A documentação para o Credenciamento deverá ser entregue na Sala de Licitações junto a Prefeitura Municipal na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, a partir do dia 10/08/2017, até 31/12/2017, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 as 17:30hrs.

Anchieta, 09 de Agosto de 2017.
MARTINHOS SCANTAMBURLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DECRETO Nº 095/2017

DECRETO Nº. 95 /2017, de 04 de agosto de 2017

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.289, de 09 de dezembro de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

.6
DECRETA :

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIAS DE SAÚDE PÚBLICA
01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.304.0434.2.105 - Adm. Geral dos Bens e Serviços Vigilância Sanitária
(78) 3.1.90.00.00.00.00.00.0237 -Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00
(79) 3.3.90.00.00.00.00.00.0237 -Aplicações Diretas
..... R\$ 7.000,00
Total R\$ 15.000,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a

fonte de recursos sob nº. 0237 (00.01.0237) Tx de Fiscalização de Vigilância Sanitária, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), concernente ao Provável Excesso de Arrecadação no Exercício Financeiro de 2017, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, concernente a fonte de recurso sob o nº. 237 0237 (00.01.0237) Tx de Fiscalização de Vigilância Sanitária, na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 64.115-4 – Rubrica nº 4.1.1.2.1.17 Tx de Fiscalização de Vigilância Sanitária, em conformidade com o disposto no art. 9º. da Lei Municipal nº. 2.289, de 09/12/2016, Lei Federal 4.320/64 art. 43, inciso II do §1º e §3 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.
Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
04 de agosto de 2017
IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 04/08/2017.

FernandaCristina Segalin
Secretária de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 093/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 067/2017 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição parcelada de gêneros alimentícios, material de limpeza, higiene, gás e água para uso das diversas Secretarias do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 23 de agosto de 2017 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 09 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1533/2017

LEI 1533/2017

Ratifica as alterações realizadas no protocolo de intenções, consubstanciado no contrato de consórcio público do consórcio de informática na gestão pública municipal (CIGA), e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º 1206/2009.

Art. 2º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da edição n.º 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de março de 2017, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218_assinado.pdf).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 08 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Apiuna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PP 06/2017FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR.

Pelo presente instrumento o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na AVENIDA FLORIANOPOLIS, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 11.195.905/0001-80, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do(a) Pregão para Registro de Preço nº 6/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, conforme quantitativos e condições a seguir:

16918 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
3	AGUA BORRICADA 3% COM 100ML. ANTISSEPTICO, BACTERICIDA E FUNGICIDA UTILIZADO EM PROCESSOS INFECCIOSOS TOPICOS	Farmax-Amaral	500	R\$0,9400	R\$ 470,00
4	AGUA OXIGENADA 10V. SOLUCAO DE PEROXIDO DE HIDROGENIO 3%. INDICAÇÃO ANTISSEPTICA DE FERIMENTOS. APRESENTACAO EM FRASCOS DE 1 LITRO.	Farmax-Amaral	50	R\$3,4400	R\$ 172,00
11	ALCOOL ETILICO, HIDRATADO, 70°INPM, COM REGISTRO DO RESPONSÁVEL QUÍMICO, REGISTRADO NO INMETRO, EMBALAGEM DE 1 LITRO	AUDAX	200	R\$4,2000	R\$ 840,00
15	ALMOTOLIAS TRANSPARENTES. DE 125 ML, BICO RETO	J PROLAB	50	R\$1,4700	R\$ 73,50
16	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS POR CENTIMETRO QUADRADO, MEDINDO 10CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA PORUNIDADE DE 21,8GR CONFECCIONADA COM COMPOSICAO DEFIOS 100% ALGODAO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, EXPESSURA E TEXTURA UNIFORME,APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUAFINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NAOABRASIVA, AMOLDAVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZACAO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFO RME NORMAS DA ABNT NBR 14056, ACONDICIONADA EM PAC OTES CONTENDO 12 UNIDADES. VALIDADE DO PRODUTO: 60 MESES, CONTENDO NUMERO DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICACAO CONFORM E PORTARIA INMETRO Nº 106/2003	Melhor Med	300	R\$7,0800	R\$ 2.124,00
18	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS POR CENTIMETRO QUADRADO, MEDINDO 20CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA PORUNIDADE DE 42,8GR CONFECCIONADA COM COMPOSICAO DEFIOS 100 % ALGODAO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, EXPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE, UNIFORMEMENTE ENROLADA COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LAMUGEM, NAO ABRASIVA, AMOLDAVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIO S DE ESTERILIZACAO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONF ORME NORMAS DA ABNT NBR 14056, ACONDICIONADA EM PA COTES CONTENDO 12 UNIDADES. VALIDADE DO PRODUTO: 6 0 MESES, CONTENDO NUMERO DE LOTE, CONSTANDO PRODUT O INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICACAO CONFOR ME PORTARIA INMETRO Nº 106/2003	Melhor Med	300	R\$13,9200	R\$ 4.176,00

19	ATADURA ELASTICA, 20 FIOS POR CENTIMETRO QUADRADO, MEDINDO 15CM DE LARGURA COM 2,20 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 24,0GR CONFECCIONADA COM COMPOSICAO DE FIOS MISTA, 23% ALGODAO, 54% POLIAMIDA, 23% POLIESTER COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO GRANDE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE, UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM EM FIOS SOLTOS, NAO ABRASIVA, AMOLDAVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZACAO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME PLASTICO, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES, VALIDADE DO PRODUTO: 60 MESES, CONTER NUMERO DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICACAO CONFORME PORTARIA INMET RO Nº 106/2003	NEVE	300	R\$17,6400	R\$ 5.292,00
21	CABO DE BISTURI Nº 03, DE ACO, PARA LAMINA DE Nº 10 A 17	Weldon	10	R\$5,6200	R\$ 56,20
22	CABO DE BISTURI Nº 04, DE ACO, PARA LAMINA DE Nº 10 A 17	Weldon	10	R\$5,6200	R\$ 56,20
24	CAIXA COLETORA DE PERFURO-CORTANTES 07 LITROS. CONFECCIONADO DE ACORDO COM NBR 13853. CAIXA COM 10 UNIDADES	DESCARBOX	100	R\$2,2900	R\$ 229,00
25	CAIXA COLETORA DE PERFURO-CORTANTES 13 LITROS. CONFECCIONADO DE ACORDO COM NBR 13853. CAIXA COM 10 UNIDADES	DESCARBOX	100	R\$3,0000	R\$ 300,00
35	CLOREXIDINA ALCOOLICA, SOLUCAO A 0,5%, INDICADO PARA PREPARO DO CAMPO OPERATORIO E ANTISSEPسيا DA PELE, USO TOPICO ADULTO E PEDIATRICO. APRESENTACAO EM FRANCO DE 01 LITRO	RIO QUIMICA	20	R\$11,1900	R\$ 223,80
36	CLOREXIDINA TOPICA, VEICULO AQUOSO, SOLUCAO A 2% COM TENSOATIVOS. RECOMENDADA PARA PREPARO DE MUCOSAS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS, PREPARO DE REGIAO GENITAL ANTES DA INSTALACAO DE CATETER URINARIO. USO ADULTO E PEDIATRICO . APRESENTACAO EM FRASCO DE 01 LITRO. NAO TIPO DETERGENTE	RIO QUIMICA	50	R\$8,0300	R\$ 401,50
43	CUBA RIN INOX 26X05CM 800ML	FAMI/LUMINOX	10	R\$24,9000	R\$ 249,00
44	CURATIVO CIRURGICO ALGODONADO 15X30 ESTERIL, EM CHUMACO. EMBALAGEM COM 01 UNIDADE	Melhor Med	300	R\$1,3400	R\$ 402,00
52	EQUIPO/SONDA DE NUTRICAO ENTERAL (TAMANHO TIPO ENTERALFIX AIR PARA BOMBA DE INFUSAO)	DESCARPACK	100	R\$0,8700	R\$ 87,00
55	ESFIGMOMANOMETRO BRACA DEIRA PEDIATRICO VELCRO	Glicomed-Accumed -Premium	2	R\$56,7700	R\$ 113,54
57	ESPATULA DE AYRE PACOTE COM 100 PECAS, ESPATULA DE MADEIRA DE COR NATURAL, LISAS, SUPERFICIES E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, COM 18CM DE COMPRIMENTO E 1 EXTREMIDADE ARREDONDADA E A OUTRA AFILADA, ESPESSURA E LARGURA UNIFORMES EM SUA EXTENSAO, TIPO DE EMBALAGEM E ACONDICIONAMENTO, ADOTADOS SEGUNDO AS NORMAS VIGENTES DA ANVISA. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, FABRICACAO/VALIDADE.	THEOTO	300	R\$4,7800	R\$ 1.434,00
67	FIO DE SUTURA SEDA COM AGULHA 3-0, 45CM, INABSORVIVEL, ESTERILIZADO, RESISTENTE, PACOTE COM 24 UNIDADES	Lamedid-Solidor -Procure	10	R\$24,4000	R\$ 244,00
71	FITA MICROPOROSA 2,5X4,5. FITA HIPOALERGICA MICROPOROSA UTILIZADA PARA FIXACAO DE CURATIVOS, PONTO FALSO, PROTECAO DE CORTES, ETC. DEFINA ESPESSURA E BOA FIXACAO. EM ROLO	CRAL	1500	R\$1,1500	R\$ 1.725,00
72	FITA MICROPOROSA 5X4,5. FITA HIPOALERGICA MICROPOROSA UTILIZADA PARA FIXACAO DE CURATIVOS, PONTO FALSO, PROTECAO DE CORTES, ETC. DEFINA ESPESSURA E BOA FIXACAO. EM ROLO	CRAL	1500	R\$1,8700	R\$ 2.805,00
77	INDICADOR QUIMICO MULTIPARAMETROS. COM TINTA ESPECIAL QUE EM CONTATO COM A TEMPERATURA EMPREGADA NA ESTERILIZACAO EM AUTOCLAVE MUDA DE COR, PARA COMPROVAÇÃO DE ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS. CAIXA COM 250 TIRAS.	CLEAN-UP	5	R\$61,5900	R\$ 307,95
103	MASCARA DE OXIGÊNIO ALTA CONCENTRAÇÃO PEDIÁTRICA COM RESERVATÓRIO E TUBO DE OXIGÊNIO, COM TAXA DE FLUXO DE OXIGÊNIO SUFICIENTE PARA MANTER BOLSA RESERVATÓRIO TOTALMENTE INFLADO.	MD	10	R\$8,9700	R\$ 89,70
104	MASCARA DE OXIGÊNIO ALTA CONCENTRAÇÃO ADULTO COM RESERVATÓRIO E TUBO DE OXIGÊNIO, COM TAXA DE FLUXO DE OXIGÊNIO SUFICIENTE PARA MANTER BOLSA RESERVATÓRIO TOTALMENTE INFLADO.	MD	10	R\$8,9700	R\$ 89,70
108	PACOTE PARA LIXO CONTAMINADO BRANCO LEITOSO 15 LITROS. PARA LIXO INFECTADO NÃO PERFURANTE. PACOTE COM 100 UNIDADES	RAVA	50	R\$7,9000	R\$ 395,00
109	PACOTE PARA LIXO CONTAMINADO BRANCO LEITOSO 30 LITROS. PARA LIXO INFECTADO NÃO PERFURANTE. PACOTE COM 100 UNIDADES	RAVA	50	R\$14,2000	R\$ 710,00
118	PERA PARA ELETROCARDIOGRAMA PEQUENA	MISSOURI	24	R\$2,0100	R\$ 48,24

119	PORTA PAPEL TOALHA, FABRICADO EM PLASTICO ABS DE ALTA RESISTENCIA, APRESENTACAO: PARA UTILIZAÇÃO DEPAPEL TOALHA INTERFOLHADO, SISTEMA DE ABERTURA COMTRAVAS, COM VISOR PARA VERIFICACAO DO VOLUME INTERNO DE PAPEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 28CM DE LARGURA, 36CM DE ALTURA E 12CM DE PROFUNDIDADE, ACOMPANHADO DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSARIOS PARA SUAPERFEITA INSTALACAO	PREMISSE	20	R\$20,6200	R\$ 412,40
122	REFIL SABONETE LIQUIDO CONCENTRADO. COM GLICERINA, PH QUE NAO IRRITA PELE EMBALAGEM COM 800ML DIMENSÃO: ALTURA 0,09, LARGURA 0,11 COMPRIMENTO 0,16	COSMODERMA	200	R\$9,5600	R\$ 1.912,00
130	SOLUCAO DE GLICOSE 5%, SISTEMA FECHADO, FRASCO DEPOLIETILENO 250ML	Fresenius Kabi Brasil	30	R\$2,6800	R\$ 80,40
131	SOLUCAO DE GLICOSE 5%, SISTEMA FECHADO, FRASCO DEPOLIETILENO 500ML	SEGMENTA-EURO-FARMA	50	R\$3,0800	R\$ 154,00
133	SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9%, SISTEMA FECHADO, FRASCO DE 1 LITRO	SEGMENTA-EURO-FARMA	500	R\$4,1500	R\$ 2.075,00
134	SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9%, SISTEMA FECHADO, FRASCO DE POLIETILENO 500ML	SEGMENTA-EURO-FARMA	2000	R\$2,5700	R\$ 5.140,00
135	SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9%, SSTEMA FECHADO, FRASCO DE POLIETILENO 250ML	SEGMENTA-EURO-FARMA	2500	R\$2,3200	R\$ 5.800,00
136	SOLUCAO GLICOFISIOLOGICA, SISTEMA FECHADO, FRASCODE POLIETILENO, 250ML	EQUIPLEX	100	R\$2,4800	R\$ 248,00
139	SONDA DE FOLEY Nº 20 COM BOLSA COLETORA	Lamedid-Solidor -Procare	50	R\$2,5400	R\$ 127,00
140	SONDA FOLEY Nº 16, COM BALAO, DUAS VIAS	Lamedid-Solidor -Procare	50	R\$2,5400	R\$ 127,00
143	SONDA URETRAL Nº6, TUBO ATOXICO, FLEXIVEL TRANSPARENTE E UMA SUPERFICIE RIGOROSAMENTE LISA, COM UMAPONTA ARREDONDADA FECHADA NO LADO PROXIMAL DO TUBOCOM 01 ORIFICIO. CONECTOR PERFEITAMENTE ADAPTAVELA SERINGAS NO LADO DISTAL DO TUBO COM TAMPA. ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE	BIOSANI	100	R\$0,4300	R\$ 43,00
150	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO Nº 6,0, ESTERILIZADO,ATOXICO, TRANSPARENTE	Lamedid-Solidor -Procare	5	R\$4,1000	R\$ 20,50
151	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO Nº 6,5, ESTERILIZADO,ATOXICO, TRANSPARENTE	Lamedid-Solidor -Procare	5	R\$4,1000	R\$ 20,50
152	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO Nº 7,0, ESTERILIZADO,ATOXICO, TRANSPARENTE	Lamedid-Solidor -Procare	3	R\$4,1000	R\$ 12,30
153	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO Nº 7,5, ESTERILIZADO,ATOXICO, TRANSPARENTE	Lamedid-Solidor -Procare	3	R\$4,1000	R\$ 12,30
154	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO Nº 8,0, ESTERILIZADO,ATOXICO, TRANSPARENTE	Lamedid-Solidor -Procare	5	R\$4,1000	R\$ 20,50
155	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO Nº 8,5, ESTERILIZADO,ATOXICO, TRANSPARENTE	Lamedid-Solidor -Procare	5	R\$4,1000	R\$ 20,50
156	VALVULA REDUTORA COM FLUXOMETRO DE OXIGENIO CABO LONGO, ESCALA DE MANOMETRO - VALVULA DE PRESSAO FIXA: 0 A 315 KGF/CM2. VALVULA DE PRESSAO VARIAVEL: ENTRADA - 0 A 315 KGF/CM2 E SAIDA A 8KGF/CM2. PRESSAO DE TRABALHO - CILINDRO: PRESSAO DO CILINDRO CHEIO: 150 OU 200 KGF/CM2. VALVULA DE PRESSAO FIXA DE: DENTRO DA FAIXA DE 3,5 +/- 0,3 KGF/CM2. VALVULADE ALIVIO (SEGURANCA): 6,5 +/- 0,3 KGF/CM2. VALVULA DE PRESSAO VARIAVEL: FAIXA DE TRABALHO 0 - 8 KGF/CM2. VALVULA DE ALIVIO (SEGURANCA): 9,5 +/- 0,4 K GF/CM2	UNITEC	2	R\$242,4400	R\$ 484,88
Total Fornecedor:			R\$ 39.824,61		
32735 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
28	CAMPO CIRURGICO SIMPLES E FENESTRADO, DE TECIDO, MINIMO DE 40X40CM	LD	50	R\$6,1000	R\$ 305,00
37	COBERTOR DE SOLTEIRO, 100% POLIESTER, ANTIALERGICO, SECAGEM RAPIDA, TAMANHO 1,50X1,20 COR PALHA.	ETRURIA	10	R\$39,8500	R\$ 398,50
48	DISPOSITIVO PARA INCONTINENCIA URINARIA Nº 5, TIPO UROPEN COM EXTENSOR	MEDSONDA	2000	R\$1,3500	R\$ 2.700,00
61	ESTETOSCOPIO ADULTO FABRICADO EM ACO INOXIDAVEL, QUE PERMITA AUSCULAR SONS DE BAIXA E ALTA FREQUENCIA GIRANDO A CABECA DO AUSCULTADOR. REVESTIMENTO DABORDA ANTI-FRIO PARA MAIOR CONFORTO DO PACIENTE. MOLA DO ANGULO FLEXIVELEINTERNA AO TUBO DE PVC.TODAS AS PARTES DOS PRODUTOS DEVEM SER ISENTOS DELATEX. O EQUIPAMENTO DEVERA ACOMPANHAR UM IDENTIFICADOR DE PROPRIEDADEPARA ENCAIXE NO Y DO TUBO, DEVERA VIR SOBRESSALENTE, DOIS PARES DE OLIVAS E UMAMEMBRANA PARA CAMPANULA	PREMIUM	10	R\$11,2500	R\$ 112,50

75	GEL PARA ECG. MEIO DE CONTATO PARA ELETRODOS. PH NEUTRO. NAO GORDU-ROSO E INODORO. ATOXICO. PARA USOEXTERNO. 100G.	MULTIGEL	100	R\$1,3900	R\$ 139,00
91	LENCOL DE TECIDO, DE SOLTEIRO, COM ELASTICO, COR BRANCA, COMPOSICAO 60% ALGODAO 40% POLIESTER, TAMANHO 0,88X1,88X0,20	OLIMED	20	R\$28,0700	R\$ 561,40
94	LUVA CIRURGICA ESTERIL 6,5. BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS E LEVEMEN-TE TALCADAS. COM INDICACAO DE MAO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADA AOS PARES EM PAPEL GRAU CIRURGICO	MAXITEX	50	R\$0,9200	R\$ 46,00
95	LUVA CIRURGICA ESTERIL 7,0. BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICA E LEVEMEN-TE TALCADAS. COM INDICACAO DE MAO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADAS AOS PARES EM PAPEL GRAU CIRURGICO	MAXITEX	400	R\$0,9200	R\$ 368,00
96	LUVA CIRURGICA ESTERIL 7,5. BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICA E LEVEMENTE TALCADA. COM INDICACAO DE MAODIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBA-LADAS AOS PARES EM PAPEL, GRAU CIRURGICO	MAXITEX	300	R\$0,9200	R\$ 276,00
97	LUVA CIRURGICA ESTERIL 8,0. BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS E LEVEMEN-TE TALCADAS. COM INDICACAO DE MAO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADAS AOSPARES EM PAPEL GRAU CIRURGICO	MAXITEX	200	R\$0,9200	R\$ 184,00
98	LUVA DE PROCEDIMENTO EXTRA P. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCAR-TAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTRO, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES)	NUGARD	400	R\$14,2900	R\$ 5.716,00
99	LUVA DE PROCEDIMENTO G. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTRO, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES)	NUGARD	100	R\$14,2900	R\$ 1.429,00
100	LUVA DE PROCEDIMENTO M. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTRO, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES)	NUGARD	300	R\$14,2900	R\$ 4.287,00
101	LUVA DE PROCEDIMENTO P. DE LATEX, NAO ESTERL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTROS, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES).	NUGARD	400	R\$14,2900	R\$ 5.716,00
102	MASCARA DESCARTAVEL, COM ELASTICO PARA FIXACAO. COR BRANCA, ATOXI-CA, NAO ESTERIL, TAMANHO UNICO, EMTNT DE TRIPLA CAMADA. CAIXA COM 50 UNIDADES	OLIMED	100	R\$4,5900	R\$ 459,00
147	TERMOMETRO DIGITAL, COM MAXIMA E MINIMA, IDEAL PARA GELADEIRA DE VACINA, USO INTERNO E EXTERNO, COMPILHA	G TECH	10	R\$12,9300	R\$ 129,30
Total Fornecedor:			R\$ 22.826,70		
33235 - METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
10	AGULHA DESCARTAVEL 40X12. ADAPTACAO EM QUALQUER SERINGA, ESTERILI-ZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE. APRESENTACAO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES	DESCARPACK	200	R\$6,2800	R\$ 1.256,00
12	ALCOOL ETILICO HIDRATADO EM GEL, TRANSPARENTE, INODORO, PARA ASSEPSIA DAS MAOS COM AGENTE UMECTANTEE SECAGEM RAPIDA, EMBALAGEM DE 480ML A 500ML, EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM VALVULA PUMP, PARA SER COLOCADO EM MESAS OU BANCADAS, COM REGISTRO DO RESPONSAVEL QUIMICO E REGIS-TRO NO INMETRO	TUPI	400	R\$4,8700	R\$ 1.948,00
26	CAIXA PORTA LAMINA PARA CITOLOGIA. FABRICADA EM MATERIAL RIGIDO, CAPA-CIDADE PARA 03 LAMINAS	CRAL	50	R\$0,2800	R\$ 14,00
27	CAIXA PORTA LAMINA PARA CITOLOGIA. FABRICADA EM MATERIAL RIGIDO, CAPA-CIDADE PARA 50 LAMINAS	CRAL	50	R\$4,7900	R\$ 239,50
76	HASTE FLEXIVEL COM PONTA ARREDONDADA DE ALGODAO, CAIXA COM 75 UNI-DADES	HIGIE TOP	200	R\$0,9300	R\$ 186,00
82	LAMINA DE BISTURI Nº11 COM 100 UNIDADES	Maxicor	10	R\$21,7500	R\$ 217,50
83	LAMINA DE BISTURI Nº10 COM 100 UNIDADES	Maxicor	5	R\$21,7500	R\$ 108,75
84	LAMINA DE BISTURI Nº12 COM 100 UNIDADES	Maxicor	5	R\$21,7500	R\$ 108,75
85	LAMINA DE BISTURI Nº15. CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, ESTERILIZADA, GRANDE RESISTENCIA A CORROSAO EPERDA DE AFIAÇÃO, EMBALADAS INDIVIDU-ALMENTE EM MATERIAL ALUMINIZADO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	Maxicor	5	R\$21,7500	R\$ 108,75
86	LAMINA DE BISTURI Nº23. CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, ESTERILIZADA, GRANDE RESISTENCIA A CORROSAO EPERDA DE AFIAÇÃO, EMBALADAS INDIVIDU-ALMENTE EM MATERIAL ALUMINIZADO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	Maxicor	5	R\$21,7500	R\$ 108,75
87	LAMINA DE BISTURI Nº24. CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, ESTERILIZADA, GRANDE RESISTENCIA A CORROSAO EPERDA DE AFIAÇÃO, EMBALADAS INDIVIDU-ALMENTE EM MATERIAL ALUMINIZADO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	Maxicor	5	R\$21,7500	R\$ 108,75
88	LAMINA DE VIDRO PARA MICROSCOPIA COM PONTA FOSCA (EXAME CITOPATOLO-GICO DE COLO DE UTERO). INTERCALADAS, UMA A UMA, COM FOLHAS DE PAPEL. CAIXA COM 50 UNIDADES.	ADLIN	50	R\$3,7500	R\$ 187,50

89	LANCETA DESCARTAVEL PARA PUNCAO DIGITAL, EM ACO INOXIDAVEL, PONTA EM BISEL EMBUTIDA EM CORPO PLASTICO OU OUTRO MATERIAL COMPATIVEL COM A FINALIDADE, COM FACIL REMOCAO. EMBALAGEM RESISTENTE QUE GARANTAA INTEGRIDADE DO PRODUTO ATE A UTILIZACAO	G-Tech	10000	R\$0,0700	R\$ 700,00
90	LANTERNA CLINICA METALICA INOX	MD	2	R\$12,8700	R\$ 25,74
105	NEBULIZADOR PORTATIL. 220 VOLTS. GARANTIA MINIMA 06 MESES	DARU	1	R\$114,9900	R\$ 114,99
110	PACOTE PARA LIXO CONTAMINADO BRANCO LEITOSO 50 LITROS. PARA LIXO INFECTADO NAO PERFURANTE. PACOTE COM 100 UNIDADES.	DESCARBOX	50	R\$19,8000	R\$ 990,00
132	SOLUCAO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SODIO 0,9%, SISTEMA FECHADO, FRASCO DE POLIETILENO 125ML	EQUIPLEX	2500	R\$1,9500	R\$ 4.875,00
137	SONDA PARA ASPIRACAO TRAQUEAL Nº12. TUBO ATOXICO,FLEXIVEL TRANSPARENTE E COM A SUPERFICIE RIGOROSAMENTE LISA, COM A PONTA ARREDONDA-DA ABERTA NO LADOPROXIMAL DO TUBO, E DOIS ORIFICIOS ALTERNADOS EM LADOS OPOSTOS. CONECTOR PERFEITAMENTE ADAPTAVEL EM SERINGAS NO LADO DISTAL DO TUBO. ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE	BIOSANI	200	R\$0,4700	R\$ 94,00
138	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14 TUBO ATOXICO,FLEXIVEL TRANSPARENTE E COM A SUPERFICIE RIGOROSAMENTE LISA, COM A PONTA ARREDONDADA ABERTA NO LADOPROXIMAL DO TUBO, E DOIS ORIFICIOS ALTERNADOS EM LADOS OPOSTOS. CONECTOR PERFEITAMENTE ADAPTAVEL EM SERINGAS NO LADO DISTAL DO TUBO. ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE	BIOSANI	200	R\$0,4900	R\$ 98,00
141	SONDA URETRAL Nº12. TUBO ATOXICO, FLEXIVEL, TRANSPARENTE E UMA SUPERFICIE RIGOROSAMENTE LISA, COM UMA PONTA ARREDONDADA, FECHADA NO LADO PROXIMAL DO TUBO COM 01 ORIFICIO. CONECTOR PERFEITAMENTE ADAPTAVEL A SERINGAS NO LADO DISTAL DO TUBO COM TAMPA. ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE	BIOSANI	6000	R\$0,4700	R\$ 2.820,00
142	SONDA URETRAL Nº14. TUBO ATOXICO, FLEXIVEL, TRANSPARENTE E UMA SUPERFICIE RIGOROSAMENTE LISA, COM UMA PONTA ARREDONDADA, FECHADA NO LADO PROXIMAL DO TUBO COM 01 ORIFICIO. CONECTOR PERFEITAMENTE ADAPTAVEL A SERINGAS NO LADO DISTAL DO TUBO COM TAMPA. ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE	BIOSANI	5000	R\$0,4900	R\$ 2.450,00
144	SORO SOLUÇÃO RINGER COM LACTATO DE SODIO (SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,6% + CLORETO DE POTASSIO A 0,03% + CLORETO DE CALCIO A 0,02% + LACTATO DE SODIO A 0,3%). SISTEMA FECHADO, 500ML.	EQUIPLEX	20	R\$4,8200	R\$ 96,40
145	SUPORTE PARA SABONETE LIQUIDO OU ALCOOL GEL, FABRICADO EM PLASTICO ABS DE ALTA RESISTENCIA, APRESENTAÇÃO: PARA UTILIZACAO DE SABONETE LIQUIDO OU ALCOOL GEL EM RESERVATORIO INTERNO, SISTEMA DE ABERTURA COM TRAVAS, COM VISOR PARA VERIFICACAO DO VOLUME INTERNO DO SABONETE OU ALCOOL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 12CM DE LARGURA, 28CM DE ALTURA E 12 CM DE PROFUNDIDADE, ACOMPANHADO DE TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS PARA SUA PERFEITA INSTALACAO	VELOX	20	R\$25,8000	R\$ 516,00
146	TERMOMETRO DIGITAL CLINICO, BRANCO, COM PILHA	MD	300	R\$6,9300	R\$ 2.079,00
157	VASELINA LIQUIDA 01 LITRO. PARA USO HOSPITALAR/AMBULATORIAL.	RIO QUIMICA	10	R\$26,8300	R\$ 268,30
Total Fornecedor:			R\$ 19.719,68		
44210 - PROHOSPITAL SUL LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
23	CAIXA COLETORA DE PERFURO-CORTANTES 03 LITROS. CONFECCIONADO DE ACORDO COM NBR 13853. CAIXA COM 10 UNIDADES.	DESCARBOX	100	R\$1,8000	R\$ 180,00
32	CATETER PERIFERICO Nº 18G, COM SISTEMA DE PROTECAO TOTAL DA AGULHA APOS PUNCAO E SEM RISCO DE RESIDU OS BIOLOGICOS (SANGUE PROTEGIDO), ADAPTANDO-SE EMQ UALQUER EQUIPO E/OU SERINGA, PROTETOR DE AGULHA,AT OXICO, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CONTENDO EXT ERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIP O E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDA-DE, NUMERO DO LOT E, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE CONFORME NR 32 ATENDENDO PORTARIA FEDERAL 485 DE 11/11/2005	LABOR IMPORT	300	R\$0,9000	R\$ 270,00
42	CUBA REDONDA DE INOX, 09X05CM	FAVA	10	R\$8,4000	R\$ 84,00
45	CURATIVO TRANSPARENTE (TIPO BANDAID), CAIXA COM 35UNIDADES	HIGGIE	30	R\$3,0000	R\$ 90,00
46	CURATIVOS POS COLETA/PUNCAO, ADULTO. APRESENTACAOEM CAIXAS COM 500 UNIDADES	LABOR IMPORT	10	R\$10,0000	R\$ 100,00
50	DISPOSITIVO PARA INFUSAO INTRAVENOSA Nº 21, COM DISPOSITIVO DE SE- GURANCA (SANGUE PROTEGIDO), A DAPTANDO-SE EM QUALQUER EQUIPO E/ OU SERINGA, ATOXI CO, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CONTENDO EXTERN AMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZA- CAO, VALIDADE, Nº DO LOTE, REGI STRO NO MINISTERIO DA SAUDE, CONFORME NR32	LAMEDID	1000	R\$0,2400	R\$ 240,00

51	DISPOSITIVO PARA INFUSAO INTRAVENOSA Nº 25, COM DISPOSITIVO DE SEGURANCA (SANGUE PROTEGIDO), A DAPTANDO-SE EM QUALQUER EQUIPO E/ OU SERINGA, ATOXI CO, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, Nº DO LOTE, REGI STRO NO MINISTERIO DA SAUDE, CONFORME NR32	LAMEDID	500	R\$0,2200	R\$ 110,00
62	FIO DE SUTURA MONONYLON COM AGULHA 2-0, 45CM, MONOFILAMENTO PRETO, INABSORVIVEL, ESTERILIZADO, RESISTENTE, PACOTE COM 24 UNIDADES.	PROCARE	10	R\$23,5000	R\$ 235,00
63	FIO DE SUTURA MONONYLON COM AGULHA 3-0, 45CM, MONOFILAMENTO PRETO, INABSORVIVEL, ESTERILIZADO, RESISTENTE, PACOTE COM 24 UNIDADES,	PROCARE	10	R\$23,5000	R\$ 235,00
64	FIO DE SUTURA MONONYLON COM AGULHA 4-0, 45CM, MONOFILAMENTO PRETO, INABSORVIVEL, ESTERILIZADO, RESISTENTE, PACOTE COM 24 UNIDADES.	PROCARE	10	R\$23,2000	R\$ 232,00
65	FIO DE SUTURA MONONYLON COM AGULHA 5-0, 45CM, MONOFILAMENTO PRETO, INABSORVIVEL, ESTERILIZADO, RESISTENTE, PACOTE COM 24 UNIDADES.	PROCARE	10	R\$22,9000	R\$ 229,00
68	FIO DE SUTURA SEDA COM AGULHA 4-0, 45 CM, INABSORVIVEL, ESTERILIZADO, RESISTENTE, PACOTE COM 24 UNIDADES	PROCARE	10	R\$24,0000	R\$ 240,00
78	KIT DE NEBULIZACAO ADULTO (MASCARA + COPO DOSADOR+ ESTENCAO COM CONECTOR PARA NO AR COMPRIMIDO OU OXIGENIO). ATOXICO. RESISTENTE A HIGIENIZACAO EM SOLUCAO QUIMICA. EMBALADO CADA KIT INDIVIDUALMENTE	DARU	10	R\$5,0000	R\$ 50,00
79	KIT DE NEBULIZACAO INFANTIL (MASCARA + COPO DOSADOR + EXTENCAO COM CONECTOR PARA AR COMPRIMIDO OU OXIGENIO). ATOXICO. RESISTENTE A HIGIENIZACAO EM SOLUCAO QUIMICA. EMBALADO CADA KIT INDIVIDUALMENTE	DARU	10	R\$5,0000	R\$ 50,00
80	KIT PARA OXIGENIOTERAPIA (FLUXOMETRO + CONECTOR PARA O CILINDRO DE OXIGENIO + UMIDIFICADOR).	UNITEC	5	R\$225,0000	R\$ 1.125,00
106	OCULOS DE PROTECAO INCOLOR EM ACRILICO. PARA USO EM PROCEDIMENTOS INVASIVOS, NAO ESTERIL, ATOXICO. RESISTENTE A HIGIENIZACAO EM SOLUCAO QUIMICA. EMBALADO UNITARIAMENTE	SUPER	10	R\$3,0000	R\$ 30,00
107	OXIMERO DIGITAL DE DEDO. MEDE E MOSTRA VALORES CONFIAVEIS DA SPO2 E DA FREQUENCIA CARDIACA. BOTAO UNICO DE LIGACAO PARA FACILITAR A OPERACAO. VISOR GRANDE E FACIL VISUALIZACAO. COMPACTO, PORTATILEILUMINADO. ALIMENTACAO ATRAVES DE DUAS PILHAS ALCALINAS AAA. DISPOSITIVO DESLIGA AUTOMATICAMENTE APOSATIVIDADE. GARANTIA MINIMA DE 06 MESES	STI CHOICE	1	R\$149,0000	R\$ 149,00
117	PAPEL TOALHA BRANCO 20X22,5CM PACOTE COM 1000 UNIDADES	DAMAS	500	R\$5,4400	R\$ 2.720,00
120	REANIMADOR MANUAL ADULTO (AMBU) COMPOSTO DE BALAOAUTO INFLAVEL, COM MASCARA DE PVC ATOXICA, TRANSPARENTE, ADULTA	OXIGEL	2	R\$145,0000	R\$ 290,00
121	REANIMADOR MANUAL INFANTIL (AMBU), COMPOSTO DE BALAO AUTO INFLAVEL, COM MASCARA DE PVC ATOXICA, TRANSPARENTE, INFALTIL	OXIGEL	2	R\$130,0000	R\$ 260,00
148	TESOURA CIRURGICA, 15CM, DE INOX.	Richards	5	R\$9,9500	R\$ 49,75
Total Fornecedor:			R\$ 6.968,75		

52469 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	ABAIXADOR DE LINGUA (ESPATULA DE MADEIRA), DESCARTAVEL, FORMATO CONVENCIONAL LISO, SUPERFICIE E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, ESPESSURA E LARGURA UNIFORME EM TODA A SUA EXTENSAO, MEDINDOAPROXIMADAMENTE 14CM DE COMPRIMENTO; 1,4CM DE LARGURA; 0,5MM DEESPESSURA, EMBALADO EM PACOTE COM 100 UNIDADES	ESTILO	200	R\$2,9900	R\$ 598,00
5	AGULHA DESCARTAVEL 20X5,5. ADAPTACAO EM QUALQUER SERINGA, ESTERELIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE. APRESENTACAO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	30	R\$6,4200	R\$ 192,60
6	AGULHA DESCARTAVEL 13X4,5. ADAPTACAO EM QUALQUER SERINGA, ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE. APRESENTACAO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	100	R\$6,0000	R\$ 600,00
7	AGULHA DESCARTAVEL 25X6. ADAPTACAO EM QUALQUER SERINGA, ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE. APRESENTACAO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	30	R\$6,2000	R\$ 186,00
8	AGULHA DESCARTAVEL 25X7. ADAPTACAO EM QUALQUER SERINGA, ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE. APRESENTACAO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	100	R\$5,9700	R\$ 597,00
9	AGULHA DESCARTAVEL 25X8. ADAPTACAO EM QUALQUER SERINGA, ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE. APRESENTACAO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	10	R\$6,2000	R\$ 62,00

13	ALCOOL ETILICO HIDRATADO EM GEL, TRANSPARENTE, INODORO, PARA ASEPSIA DAS MAOS COM AGENTE UMECTANTEE SECAGEM RAPIDA, EMBALAGEM TIPO REFIL, CONTEENDO 5 LITROS, COM REGISTRO DO RESPONSAVEL QUIMICO E REGISTRO NO INMETRO	DGL	15	R\$42,7700	R\$ 641,55
17	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS POR CENTIMETRO QUADRADO, MEDINDO 15CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA PORUNIDADE DE 32,7GR CONFECCIONADA COM COMPOSICAO DEFIOS 100 ALGODAO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, EXPESSURA E TEXTURA UNIFORME,APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUAFINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LAMUGEM, NAOABRASIVA, AMOLDAVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZACAO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFO RME NORMAS DA ABNT NBR 14056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES. VALIDADE DO PRODUTO: 60 MESES, CONTENDO NUMERO DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICACAO CONFORM E PORTARIA INMETRO Nº 106/2003	CREMER	300	R\$10,9300	R\$ 3.279,00
20	AVENTAL DESCARTAVEL GINECOLOGICO, MANGA CURTA, EMTNT, BRANCO, COM TIRAS PARA AMARRAR NO DORSO, MINIMO 01 METRO DE COMPRIMENTO. TAMANHO UNICO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	SKY	100	R\$8,2500	R\$ 825,00
29	CATETER NASAL PARA OXIGENIO TIPO OCULOS, ATOXICO,FLEXIVEL, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CONECTOR DE OXIGENIO E A CAVIDADE NASAL DO USUARIO. ESTERILIZADO E EMBALADO EM PALPEL GRAU CIRURGICO.	Biobase	100	R\$0,7900	R\$ 79,00
30	CATETER PERIFERICO Nº 14G, COM SISTEMA DE PROTECAOTOTAL DA AGULHA APOS PUNCAO E SEM RISCO DE RESIDUOS BIOLOGICOS (SANGUE PROTEGIDO), ADAPTANDO-SE EMQUALQUER EQUIPO E/OU SERINGA, PROTETOR DE AGULHA,A-TOXICO, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE CONFORME NR 32 ATENDENDO PORTARIA FEDERAL 485 DE 11/11/2005	SOLIDOR	300	R\$0,9500	R\$ 285,00
31	CATETER PERIFERICO Nº 16G, COM SISTEMA DE PROTECAO TOTAL DA AGULHA APOS PUNCAO E SEM RISCO DE RESIDU OS BIOLOGICOS (SANGUE PROTEGIDO), ADAPTANDO-SE EMQ UALQUER EQUIPO E/OU SERINGA, PROTETOR DE AGULHA,AT OXICO, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CONTENDO EXT ERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIP O E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOT E, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE CONFORME NR 32 ATENDENDO PORTARIA FEDERAL 485 DE 11/11/2005	SOLIDOR	300	R\$0,9500	R\$ 285,00
33	CATETER PERIFERICO Nº 20G, COM SISTEMA DE PROTECAO TOTAL DA AGULHA APOS PUNCAO E SEM RISCO DE RESIDU OS BIOLOGICOS (SANGUE PROTEGIDO), ADAPTANDO-SE EMQ UALQUER EQUIPO E/OU SERINGA, PROTETOR DE AGULHA,AT OXICO, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CONTENDO EXT ERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIP O E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOT E, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE CONFORME NR 32 ATENDENDO PORTARIA FEDERAL 485 DE 11/11/2005	SOLIDOR	300	R\$0,9500	R\$ 285,00
34	CATETER PERIFERICO Nº 22G, COM SISTEMA DE PROTECAO TOTAL DA AGULHA APOS PUNCAO E SEM RISCO DE RESIDU OS BIOLOGICOS (SANGUE PROTEGIDO), ADAPTANDO-SE EMQ UALQUER EQUIPO E/OU SERINGA, PROTETOR DE AGULHA,AT OXICO, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CONTENDO EXT ERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIP O E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOT E, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE CONFORME NR 32 ATENDENDO PORTARIA FEDERAL 485 DE 11/11/2005	SOLIDOR	300	R\$0,9500	R\$ 285,00
38	COLETOR DE URINA, TIPO SACO, COM CORDAO, 2000ML. SISTEMA ABERTO, COM SISTEMA DE MARCACAO GRADUADO, NAO ESTERIL	LABOR IMPORT	5000	R\$0,3300	R\$ 1.650,00
40	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA, MEDINDO 10X10CM DOBRADA, 13 FIOS POR CM2, NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EMTECIDO 100% ALGODAO, SENDO TIPO TELA 20X40CM ABERTA OU TIPO CROCHE 10CMX40CM ABERTA, ALVEJADA E HIDROFILIZADA, ISENTA DE RESIDUOS E IMPUREZAS, MANCHAS, FALHAS, SEM FILAMENTO RADIOPACO, DEVEM SER BRANQUEADAS, PURIFICADAS, ISENTA DE ALVEJANTE OPTICO EAMIDO, POSSUIR PH COM INTERVALO ENTRE 5,0 E 8,0 APRESENTAR HIDROFILIDADE MENOR OU IGUAL A 15 SEGUNDOS, TRAMA FECHADA, TEXTURA UNIFORME, CONFORME ESPE CIFICACOES DAS NORMAS ABNT NBR 13843, ACONDICIONAD A EM EMBALAGEM PLASTICA COM 500 UNIDADES, GARANTIN DO A INTEGRIDADE DO PRODUTO, VALIDADE DO PRODUTO: 60 MESES, CONTER NUMERO DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICACAO E PROCE DENCIA CONFORME PORTARIA INMETRO 106/2003	MEDI HOUSE	2000	R\$31,9000	R\$ 63.800,00
41	CORANTE DE LUGOL SOLUCAO FORTE 2%, EMBALAGEM DE 1LITRO	CINETICA	5	R\$81,9000	R\$ 409,50

47	DETERGENTE ENZIMATICO PARA LIMPEZA E REMOCAO DA MATERIA ORGANICA DE TODOS OS INSTRUMENTOS ODONTOLOGICOS. BASTERIOSTATICOS, DIMINUI A CARGA MICROBIANA DE ACO INSTANTANEA, CONTEM NA SUA FORMULA ENZIMAS PROTEASE, LIPASE, AMILASE, CARBOHIDRASE, ALCOOLISOPROPILICO E TENSOATIVOS NAO IONICOS COM PH NEUTRO. EMBALAGEM COM 01 LITRO	DGL	100	R\$16,6100	R\$ 1.661,00
49	DISPOSITIVO PARA INFUSAO INTRAVENOSA Nº 23, COM DISPOSITIVO DE SEGURANCA (SANGUE PROTEGIDO), A DAPTANDO-SE EM QUALQUER EQUIPO E/OU SERINGA, ATOXI CO, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, Nº DO LOTE, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, CONFORME NR32	LAMEDID	500	R\$0,2300	R\$ 115,00
53	EQUIPO PARA SORO MICROGOTAS DISPOSITIVO PARA INFUSAO, CONTROLE DE FLUXO E DOSA GEM DE SOLUCOES PARENTERAIS. CONECTA O RECIPIENTE DE SOLUCOES (FRASCO OU BOLSA) AO DISPOSITIVO DE AC ESSO VENOSO (SCALP, CATETER INTRA VENOSO OU AGULHA). VIABILIZA O CONTROLE DE FLUXO DE SOLUCOES. CONT EM LANCETA PERFURANTE PARA CONEXAO AO RECIPIENTE D E SOLUCAO; CAMARA PARA VISUALIZACAO DE GOTEJAMENTO ; CONTROLADOR DE FLUXO (GOTEJAMENTO) TIPO PINCA RO LETE; ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE	LABOR IMPORT	1000	R\$0,9000	R\$ 900,00
54	ESFIGMOMANOMETRO BRACADEIRA ADULTO VELCRO	SOLIDOR	2	R\$56,0000	R\$ 112,00
58	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, TEMANHO G. CONTORNOSLISOS E REGULARES. ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	ADLIN	300	R\$0,9700	R\$ 291,00
59	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, TAMANHO M. CONTORNOSLISOS E REGULARES. ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	ADLIN	800	R\$0,7500	R\$ 600,00
60	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, TAMANHO P. CONTORNOSLISOS E REGULARES, LUBRIFICADO,NAO ESTERIL E EMBADOS INDIVIDUALMENTE.	ADLIN	300	R\$0,7100	R\$ 213,00
66	FIO DE SUTURA MONONYLON COM AGULHA 6-0, 45CM, MONOFILAMENTO PRETO, INABSORVIVEL, ESTERILIZADO, RESISTENTE, PACOTE COM 24 UNIDADES	PROCARE	10	R\$23,0000	R\$ 230,00
74	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL, ESTÉRIL, 300ML	Biobase	1500	R\$0,7200	R\$ 1.080,00
81	KIT VENTURI. (MASCARA VENTURI + 6 DILUIDORES COLORIDOS PARA 2 + TRAQUEIA + CONECTOR COM OXIGENIO). ATOXICO. MASCARA FLEXIVEL, COM ELASTICO PARA AJUSTEFACIAL	GOODCOME	5	R\$9,3500	R\$ 46,75
92	LENÇOL DESCARTAVEL COM ELASTICO 200MX0,90CM. EM TNT, COR BRANCA. PACOTES COM 10 UNIDADES	ANADONA	500	R\$7,9900	R\$ 3.995,00
111	PAPEL CREPADO 30CMX30CM, BRANCO, ENBALAGEM CONTENDO 500 FOLHAS	hospflex	40	R\$50,0000	R\$ 2.000,00
112	PAPEL CREPADO 60CMX60CM, BRANCO, EMBALAGEM CONTENDO 500 FOLHAS	hospflex	10	R\$193,0000	R\$ 1.930,00
113	PAPEL GRAU CIRURGICO. ENVELOPE AUTOSELANTE. 8CM X20CM. PARA ESTERILIZACAO DE MATERIAIS. COM INDICADOR DE ESTERILIZACAO. CAIXA COM 200 UNIDADES.	hospflex	150	R\$18,6400	R\$ 2.796,00
114	PAPEL GRAU CIRURGICO. ENVELOPE AUTOSELANTE 10CMX10CM. PARA ESTERILIZACAO DE MATERIAIS, COM INDICADORDE ESTERILIZACAO, EMBALAGEM COM 200 ENVELOPES	hospflex	100	R\$12,1500	R\$ 1.215,00
123	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA, 10ML SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS E QUE ATENDA A NR32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA.	SR	2000	R\$0,2200	R\$ 440,00
124	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA, 1ML SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS E QUE ATENDA A NR32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA	SR	2000	R\$0,2200	R\$ 440,00

125	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA, 20ML SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS E QUE ATENDA A NR32. EMOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA	SR	2000	R\$0,3400	R\$ 680,00
126	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA, 3ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS E QUE ATENDA A NR32. EMOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA.	SR	3000	R\$0,1700	R\$ 510,00
127	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA, 5ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS E QUE ATENDA A NR32. EMOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA.	SR	2000	R\$0,1700	R\$ 340,00
128	SERINGA PARA INSULINA CAPACIDADE DE 100 UNIDADES DE INSULINA, ESCALA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, AGULHA COM 6 MM DE COMPRIMENTO E 0,25MM CALIBRE.	SOLIDOR	2000	R\$0,3000	R\$ 600,00
Total Fornecedor:			R\$ 94.254,40		

102032 - LA DALLA PORTA JUNIOR

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
2	OLEO DE GIRASSOL + ASSOCIACOES. OLEO DE GIRASOL +ASSOCIACOES, FRASCO DE 100 ML DE LOCAO OLEOSA A BASE DE ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS: ACIDO CAPRICO, ACIDO CAPRILICO, ACIDO CAPROICO, ACIDO LAURICO, ACIDOLINO-LEICO, LECITINA, PALMITATO DE RETINOL, ACETATO DE TOCOFEROL E ALFA - TOCOFEROL, COM VITAMINAS AE E, QUE REVITALIZE E MANTENHA O EQUILIBRIO HIDRICO DA PELE, MELHORANDO SUA ELASTICIDADE E QUE AUXILIA NA PREVENCAO DA FORMACAO DE ESCARAS, CONTRIBUINDO PARA O REESTABELECIMENTO DA INTEGRIDADE DA PELE	DERMAEX	1000	R\$2,3600	R\$ 2.360,00
14	ALGODAO HIDROFILO, ROLO DE 500 GR, CONSTITUIDO DEFIBRAS 100% ALGODAO ALVEJADO, ISENTA DE IMPUREZAS, MACIO, COM BOA CAPACIDADE DE ABSORCAO E RETENCAODE LIQUIDOS, EMBALADO EM ROLO DE 500GR, COM CAMADAS SOBREPOSTAS FORMANDO UMA MANTA COM ESPESSURA UNIFORME ENTRE 0,1 A 1,50CM E REGULARMENTE COMPACTO,ENROLADO EM PAPEL AZUL APROPRIADO EM TODA A SUA EXTENSAO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 22CM DE LARGURA	Melhor Med	100	R\$8,6000	R\$ 860,00
56	ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 10X4,5CM, EM ROLO	MISSNER	300	R\$4,7900	R\$ 1.437,00
70	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE. COM TINTA ESPECIAL QUE EM CONTATO COM A TEMPERATURA EMPREGADA NA ESTERILIZACAO EM AUTOCLAVE MUDA DE COR. BOA FIXACAO, TAMANHO MINIMO DE 30M, EM ROLO.	CIEX	300	R\$2,6800	R\$ 804,00
73	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY 100ML. POSSUIR PROPRIEDADES DE FIXACAO E SUSTENTACAO DA INTEGRIDADE CELULARDE ESFREGACOS DE MATERIAL BIOLOGICO ESTENDIDOS EMLAMINA DE VIDRO	ADLIN	100	R\$3,6300	R\$ 363,00
115	PAPEL GRAU CIRURGICO. ENVELOPE AUTOSELANTE. 20CMX35CM. PARA ESTERILIZACAO DE MATERIAIS, COM INDICADOR DE ESTERILIZACAO, EMBALAGEM COM 200 ENVELOPES	hospflex	100	R\$43,0000	R\$ 4.300,00

Total Fornecedor:				R\$ 10.124,00	
162795 - TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
69	FITA ADESIVA HOSPITALAR, BOM PADRAO DE FIXACAO,EM ROLO DE 16MMX50M	CIEX	300	R\$2,0000	R\$ 600,00
116	PAPEL LENCOL EM ROLO 70X50. DESCARTAVEL, NAO ESTERIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE	POLARFIX	50	R\$6,1500	R\$ 307,50
129	SERINGA DE INSULINA CAPACIDADE DE 30UI TAMANHO DA AGULHA 8MMX0,3MM, AGULHA FIXA PARA EVITAR DESPERDÍCIO DO MEDICAMENTO COM PROTETOR DA AGULHA	CRAL / VACUPLAST	2000	R\$0,3500	R\$ 700,00
149	TOUCA DESCARTAVEL COM ELASTICO. COR BRANCA, ATOXICA, TAMANHO UNICO. APRESENTACAO EM CAIXAS DE 100 UNIDADES, NAO TIPO GORRO	TALGE	100	R\$5,4000	R\$ 540,00
Total Fornecedor:			R\$ 2.147,50		
Total Geral:			R\$ 195.865,64		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Presencial nº 6/2017 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 09/08/2018.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os produtos deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão e entrega da ordem de compra emitida pela Secretaria de Saúde e Promoção Social. A entrega será na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social de Apiúna, na Avenida Florianópolis, 107, Centro, Apiúna/SC, 89135-000, ficam limitados à no máximo dois pedidos mensais para cada fornecedor registrado na ata.

4.1.1 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após entrega da mercadoria, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 A nota fiscal eletrônica deverá ser encaminhada para o e-mail adm@apiuna.sc.gov.br

5.1.2 As notas fiscais deverão ser emitidas para:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA

CNPJ: 11.195.905/0001-80

Avenida Florianópolis, 107, Centro

Apiúna/SC - 89135-000

5.2.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.2.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.3 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 e as respectivas para o exercício de 2018.

Dotação
10.5.1.2050.333903036000000.1020000
12.5.1.2055.333903036000000.1020000
19.5.1.2050.333903036000000.1380100
23.5.1.2055.344905208000000.1020000
24.5.1.2055.344905208000000.1380800
33.5.1.1052.344905208000000.1020000

Dotação

36.5.1.2055.333903036000000.1380800

51.5.1.2050.333903036000000.1380600

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES**8.1 Compete a CONTRATADA:**

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA**9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:**

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 9 de agosto de 2017.

JOSE GERSON GONCALVES

MUNICÍPIO DE APIÚNA

Prefeito de Apiúna

CONTRATANTE

EMPRESA:
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
DOUGLAS BECKER PISKE
Contratada
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
CARLOS EDUARDO HORT
Contratada
METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
ROBSON TACIANO DA SILVA
Contratada
PROHOSPITAL SUL LTDA
LUIZ CARLOS DOS SANTOS
Contratada

EMPRESA:
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
MARCOS ANTONIO LOBO
Contratada
LA DALLA PORTA JUNIOR
JULIO CESAR TONDOLO
Contratada
TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO
EIRELI
DIEGO GILI
Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PP 94/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DE TODAS AS SECRETARIAS.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna/SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do(a) Pregão para Registro de Preço nº 94/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DE TODAS AS SECRETARIAS, conforme quantitativos e condições a seguir:

655 - SUPERMERCADO FISTAROL LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
54	REATOR ELETRÔNICO PARA DUAS LÂMPADAS 2X18/20W MONOVOLT, TENSÃO DE ENTRADA 220V, CONSUMO MÁXIMO 37W, CORRENTE DE ENTRADA 0,18AMP, FATOR DE POTÊNCIA ? 0,97, DISTORÇÃO HARMÔNICA ? 20%, FIOS DE LIGAÇÃO EM PVC 105º, VIDA MEDIANA 30.000H, NÃO NECESSITA DE DISPOSITIVO AUXILIAR DE PARTIDA, FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO 35KHZ, COM CARCAÇA METÁLICA, NORMAS APLICÁVEIS NBR 14418 E NBR 14417. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA FICHA TÉCNICA SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO NO ITEM. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO INMETRO.	RCG	100	R\$18,0000	R\$ 1.800,00
55	REATOR ELETRÔNICO PARA UMA LÂMPADA 1X36/40W MONOVOLT, TENSÃO DE ENTRADA 220V, CONSUMO MÁXIMO 35W, CORRENTE DE ENTRADA 0,17AMP, FATOR DE POTÊNCIA ? 0,97C, DISTORÇÃO HARMÔNICA ? 20%, FIOS DE LIGAÇÃO EM PVC 105º, VIDA MEDIANA 30.000H, NÃO NECESSITA DE DISPOSITIVO AUXILIAR DE PARTIDA, FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO 35KHZ, COM CARCAÇA METÁLICA, NORMAS APLICÁVEIS NBR 14418 E NBR 14417. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA FICHA TÉCNICA SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO NO ITEM. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO INMETRO.	RCG	20	R\$18,0000	R\$ 360,00
Total Fornecedor:			R\$ 2.160,00		

32069 - MR COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 2,50MM COR BRANCO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	conducap	500	R\$0,6600	R\$ 330,00
2	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 2,50MM COR PRETO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	conducap	500	R\$0,6600	R\$ 330,00
3	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 2,50MM COR VERMELHO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	conducap	500	R\$0,6600	R\$ 330,00

4	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 2,50MM COR VERDE: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	conducap	500	R\$0,6600	R\$ 330,00
15	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 10,0MM COR BRANCO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	CONDUS-PAR	300	R\$2,7400	R\$ 822,00
16	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 10,0MM COR AZUL: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	conducap	300	R\$2,7400	R\$ 822,00
17	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 10,0MM COR PRETO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	conducap	300	R\$2,7400	R\$ 822,00
18	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 10,0MM COR VERMELHO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	conducap	300	R\$2,7400	R\$ 822,00
19	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 10,0MM COR VERDE: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	conducap	300	R\$2,7400	R\$ 822,00
20	CABO HEPR 90°C 0,6/ 1 KV 10,0MM BRANCO: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES FIXAS QUE EXIGEM MAIOR PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 2. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFIXO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO DE ALTO MÓDULO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA. NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA E 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUÍTO.	conducap	300	R\$3,3000	R\$ 990,00
21	CABO HEPR 90°C 0,6/ 1 KV 10,0MM VERMELHO: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES FIXAS QUE EXIGEM MAIOR PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 2. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFIXO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO DE ALTO MÓDULO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA. NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA E 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUÍTO.	conducap	300	R\$3,3000	R\$ 990,00

22	CABO HEPR 90°C 0,6/ 1 KV 10,0MM PRETO: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES FIXAS QUE EXIGEM MAIOR PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 2. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFIXO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO DE ALTO MÓDULO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA. NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA E 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUÍTO.	conducap	300	R\$3,3000	R\$ 990,00
23	CABO HEPR 90°C 0,6/ 1 KV 10,0MM AZUL: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES FIXAS QUE EXIGEM MAIOR PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 2. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFIXO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO DE ALTO MÓDULO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA. NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA E 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUÍTO.	conducap	300	R\$3,3000	R\$ 990,00
24	CABO HEPR 90°C 0,6/ 1 KV 16,0MM BRANCO: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES FIXAS QUE EXIGEM MAIOR PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 2. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFIXO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO DE ALTO MÓDULO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA. NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA E 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUÍTO.	conducap	500	R\$5,1400	R\$ 2.570,00
25	CABO HEPR 90°C 0,6/ 1 KV 25,0MM BRANCO: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES FIXAS QUE EXIGEM MAIOR PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 2. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFIXO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO DE ALTO MÓDULO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA. NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA E 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUÍTO.	conducap	50	R\$7,5500	R\$ 377,50
26	CABO HEPR 90°C 0,6/ 1 KV 25,0MM VERMELHO: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES FIXAS QUE EXIGEM MAIOR PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 2. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFIXO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO DE ALTO MÓDULO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA. NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA E 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUÍTO.	conducap	50	R\$7,5500	R\$ 377,50
27	CABO HEPR 90°C 0,6/ 1 KV 25,0MM PRETO: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES FIXAS QUE EXIGEM MAIOR PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 2. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFIXO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO DE ALTO MÓDULO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA. NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA E 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUÍTO.	conducap	50	R\$7,5500	R\$ 377,50
28	CABO HEPR 90°C 0,6/ 1 KV 25,0MM AZUL: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES FIXAS QUE EXIGEM MAIOR PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 2. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFIXO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO DE ALTO MÓDULO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA. NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA E 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUÍTO.	conducap	100	R\$7,5500	R\$ 755,00

34	CABO MULTIPOLAR HEPR 90°C 0,6/1 KV 2X4,00MM: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES QUE EXIGEM MAIOR FLEXIBILIDADE DO CONDUTOR E PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. LIVRE DE METAIS PESADOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFILO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO E VINILA. CORES DA ISOLAÇÃO CABOS INTERNOS CONDUTORES: AZUL E PRETO, NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA; 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUITO.	conducap	200	R\$2,9000	R\$ 580,00
35	CABO MULTIPOLAR HEPR 90°C 0,6/1 KV 3X2,50MM: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES QUE EXIGEM MAIOR FLEXIBILIDADE DO CONDUTOR E PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. LIVRE DE METAIS PESADOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFILO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO E VINILA. CORES DA ISOLAÇÃO CABOS INTERNOS CONDUTORES: AZUL E PRETO, NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA; 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUITO.	conducap	500	R\$2,9000	R\$ 1.450,00
36	CABO MULTIPOLAR HEPR 90°C 0,6/1 KV 4X2,50MM: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES QUE EXIGEM MAIOR FLEXIBILIDADE DO CONDUTOR E PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. LIVRE DE METAIS PESADOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFILO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO E VINILA. CORES DA ISOLAÇÃO CABOS INTERNOS CONDUTORES: AZUL E PRETO, NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA; 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUITO.	conducap	100	R\$3,7000	R\$ 370,00
38	CABO MULTIPOLAR HEPR 90°C 0,6/1 KV 2X1,50MM: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES QUE EXIGEM MAIOR FLEXIBILIDADE DO CONDUTOR E PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. LIVRE DE METAIS PESADOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFILO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO E VINILA. CORES DA ISOLAÇÃO CABOS INTERNOS CONDUTORES: AZUL E PRETO, NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA; 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUITO.	conducap	600	R\$1,2500	R\$ 750,00
39	CABO MULTIPOLAR HEPR 90°C 0,6/1 KV 2X2,50MM: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES QUE EXIGEM MAIOR FLEXIBILIDADE DO CONDUTOR E PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. LIVRE DE METAIS PESADOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFILO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO E VINILA. CORES DA ISOLAÇÃO CABOS INTERNOS CONDUTORES: AZUL E PRETO, NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA; 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUITO.	conducap	500	R\$1,9700	R\$ 985,00
41	FIO SÓLIDO BWF 750 V 1,50MM COR A DEFINIR: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES DE LUZ E FORÇA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS. CONDUTOR SÓLIDO DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 1. ISOLAÇÃO DE PVC/A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. POSSUI CARACTERÍSTICAS PARA PROPICIAR BOM ACABAMENTO E FACILITAR O DESLIZAMENTO DOS FIOS PELOS ELETRODUTOS. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3. DESIGNAÇÃO DA NORMA 247-3 NM 01 - C1 BWF-B. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 70°C EM REGIME PERMANENTE; 100°C EM REGIME DE SOBRECARGA; 160°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUITO.	conducap	300	R\$0,5000	R\$ 150,00

42	FIO SÓLIDO BWF 750 V 10,0MM COR AZUL: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES DE LUZ E FORÇA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS. CONDUTOR SÓLIDO DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 1. ISOLAÇÃO DE PVC/A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. POSSUI CARACTERÍSTICAS PARA PROPICIAR BOM ACABAMENTO E FACILITAR O DESLIZAMENTO DOS FIOS PELOS ELETRODUTOS. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3. DESIGNAÇÃO DA NORMA 247-3 NM 01 - C1 BWF-B. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 70°C EM REGIME PERMANENTE; 100°C EM REGIME DE SOBRECARGA; 160°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUITO.	conducap	200	R\$3,1000	R\$ 620,00
43	FIO SÓLIDO BWF 750 V 10,0MM COR BRANCO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES DE LUZ E FORÇA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS. CONDUTOR SÓLIDO DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 1. ISOLAÇÃO DE PVC/A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. POSSUI CARACTERÍSTICAS PARA PROPICIAR BOM ACABAMENTO E FACILITAR O DESLIZAMENTO DOS FIOS PELOS ELETRODUTOS. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3. DESIGNAÇÃO DA NORMA 247-3 NM 01 - C1 BWF-B. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 70°C EM REGIME PERMANENTE; 100°C EM REGIME DE SOBRECARGA; 160°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUITO.	conducap	200	R\$3,1000	R\$ 620,00
44	FIO SÓLIDO BWF 750 V 10,0MM COR PRETO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES DE LUZ E FORÇA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS. CONDUTOR SÓLIDO DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 1. ISOLAÇÃO DE PVC/A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. POSSUI CARACTERÍSTICAS PARA PROPICIAR BOM ACABAMENTO E FACILITAR O DESLIZAMENTO DOS FIOS PELOS ELETRODUTOS. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3. DESIGNAÇÃO DA NORMA 247-3 NM 01 - C1 BWF-B. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 70°C EM REGIME PERMANENTE; 100°C EM REGIME DE SOBRECARGA; 160°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUITO.	conducap	200	R\$3,1000	R\$ 620,00
45	FIO SÓLIDO BWF 750 V 10,0MM COR VERDE: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES DE LUZ E FORÇA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS. CONDUTOR SÓLIDO DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 1. ISOLAÇÃO DE PVC/A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. POSSUI CARACTERÍSTICAS PARA PROPICIAR BOM ACABAMENTO E FACILITAR O DESLIZAMENTO DOS FIOS PELOS ELETRODUTOS. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3. DESIGNAÇÃO DA NORMA 247-3 NM 01 - C1 BWF-B. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 70°C EM REGIME PERMANENTE; 100°C EM REGIME DE SOBRECARGA; 160°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUITO.	conducap	200	R\$3,1000	R\$ 620,00
46	FIO SÓLIDO BWF 750 V 10,0MM COR VERMELHO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES DE LUZ E FORÇA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS. CONDUTOR SÓLIDO DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 1. ISOLAÇÃO DE PVC/A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. POSSUI CARACTERÍSTICAS PARA PROPICIAR BOM ACABAMENTO E FACILITAR O DESLIZAMENTO DOS FIOS PELOS ELETRODUTOS. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3. DESIGNAÇÃO DA NORMA 247-3 NM 01 - C1 BWF-B. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 70°C EM REGIME PERMANENTE; 100°C EM REGIME DE SOBRECARGA; 160°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUITO.	conducap	200	R\$3,1000	R\$ 620,00
47	CABO TELEFÔNICO CCE-APL DE 06 PARES (0,65MM): CABO TELEFÔNICO CONSTITUÍDO POR CONDUTORES DE COBRE ELETROLÍTICO COM ISOLAÇÃO EMPOLIETILENO OU POLIPROPILENO. NÚCLEO PROTEGIDO POR UMA CAPA APL. CARACTERÍSTICAS: CONDUTOR COBRE NU DIÂMETRO DO CONDUTOR (0,65MM), ENFAIXAMENTO FITA(S) DE MATERIAL NÃO HIGROSCÓPICO, CAPA EXTERNA CAPA APL. APLICAÇÃO: OS CABOS TELEFÔNICOS CCE-APL SÃO INDICADOS PARA INSTALAÇÕES DE REDES AÉREAS OU SUBTERRÂNEAS EM DUTOS. OS CABOS CCE-APL ATENDEM AOS REQUISITOS DA ESPECIFICAÇÃO 224.1205.20 DA TELEBRÁS.	PIAZZA	200	R\$3,6900	R\$ 738,00
53	REATOR ELETRÔNICO PARA UMA LÂMPADA 1X18/20W MONOVOLT, TENSÃO DE ENTRADA 220V, CONSUMO MÁXIMO 18W, CORRENTE DE ENTRADA 0,17AMP, FATOR DE POTÊNCIA ?0,51CH, FIOS DE LIGAÇÃO EM PVC 105º, VIDA MEDIANA 30.000H, NÃO NECESSITA DE DISPOSITIVO AUXILIAR DE PARTIDA, FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO 35KHZ, COM CARÇA METÁLICA, NORMAS APLICÁVEIS NBR 14418 E NBR 14417. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA FICHA TÉCNICA SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DO ITEM. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO INMETRO.	G-Light	50	R\$11,7500	R\$ 587,50
57	LUMINÁRIA DE SOBREPOR TIPO CALHA COMPLETA E MONTADA, COM REATOR E LÂMPADAS FLUORESCENTE 2X40W. BIVOLT E PINTURA EPOXI COR BRANCA. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1450MM X 170MM X 65MM.	G-Light	100	R\$32,7900	R\$ 3.279,00

58	LUMINÁRIA DE SOBREPOR TIPO CALHA COMPLETA E MONTADA, COM REATOR E LÂMPADAS FLUORESCENTE 2X20W. BIVOLT E PINTURA EPOXI COR BRANCA. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 820MM X 115MM X 50MM.	G-Light	50	R\$26,3300	R\$ 1.316,50
65	CABO FLEXÍVEL PARALELO 750 V 2X4,0MM COR BRANCO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3	conducap	200	R\$2,0000	R\$ 400,00
68	QUADRO DISTRIBUIÇÃO/GERAL QDSTG II-34DIN 150A	CEMAR	4	R\$257,0000	R\$ 1.028,00
69	CAIXA DE INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO EM CONCRETO C/ TAMPA 30X30X40CM	ivo arte-fatos	10	R\$15,0000	R\$ 150,00
70	CAIXA DE SOBREPOR 6 ENTRADAS P/ ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO COR CINZA, 1/2" X 3/4" TIPO CONDULETE	maxduto	35	R\$8,0000	R\$ 280,00
90	DISJUNTOR TRIPOLAR 30A NEMA	SOPRANO	10	R\$47,0000	R\$ 470,00
92	DISJUNTOR TRIPOLAR 50A NEMA	SOPRANO	10	R\$56,0000	R\$ 560,00
93	DISJUNTOR TRIPOLAR 60A NEMA	SOPRANO	5	R\$55,0000	R\$ 275,00
95	DISJUNTOR TRIPOLAR 100A NEMA	SOPRANO	10	R\$72,5800	R\$ 725,80
97	DISJUNTOR TRIPOLAR 125A CAIXA MOLDADA	brasiltect	10	R\$1,6800	R\$ 16,80
Total Fornecedor:				R\$ 31.059,10	

144576 - DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
5	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 4,00MM COR BRANCO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	PRE-MIUM	300	R\$1,0500	R\$ 315,00
6	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 4,00MM COR AZUL: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	PRE-MIUM	300	R\$1,0500	R\$ 315,00
7	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 4,00MM COR PRETO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	PRE-MIUM	300	R\$1,0500	R\$ 315,00
8	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 4,00MM COR VERMELHO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	PRE-MIUM	300	R\$1,0500	R\$ 315,00
9	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 4,00MM COR VERDE: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	PRE-MIUM	600	R\$1,0500	R\$ 630,00

10	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 6,00MM COR BRANCO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	PRE-MIUM	600	R\$1,6000	R\$ 960,00
11	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 6,00MM COR AZUL: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	PRE-MIUM	600	R\$1,6000	R\$ 960,00
12	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 6,00MM COR PRETO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	PRE-MIUM	600	R\$1,6000	R\$ 960,00
13	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 6,00MM COR VERMELHO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	PRE-MIUM	600	R\$1,6000	R\$ 960,00
14	CABO FLEXÍVEL BWF 750 V 6,00MM COR VERDE: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	PRE-MIUM	600	R\$1,6000	R\$ 960,00
29	CABO DE COBRE NÚ 25,0MM 07 FIOS NORMATIZADO TÊMPERA MOLE: UTILIZAÇÃO: CONDUTOR RÍGIDO RECOMENDADO PARA SISTEMAS DE ATERRAMENTO LIVRE DE METAIS PESADOS, CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NÚ, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 2. NORMA APLICÁVEL NBR 5349.	PRE-MIUM	2000	R\$4,6100	R\$ 9.220,00
30	FIO SÓLIDO BWF 750 V 6,00MM COR A DEFINIR: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES DE LUZ E FORÇA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS. CONDUTOR SÓLIDO DE COBRE NÚ, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 1. ISOLAÇÃO DE PVC/A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO: POSSUI CARACTERÍSTICAS PARA PROPICIAR BOM ACABAMENTO E FACILITAR O DESLIZAMENTO DOS FIOS PELOS ELETRODUTOS. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3. DESIGNAÇÃO DA NORMA 247 NM 01 - C1 BWF - B. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 70°C EM REGIME PERMANENTE; 100°C EM REGIME DE SOBRECARGA; 160°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUÍTO.	SCCable	500	R\$1,9000	R\$ 950,00
33	CABO DE ALUMÍNIO MULTIPLEXADO 0,6/1 KV TRIFÁSICO (3X1X10+10,0MM): CABO DE POTÊNCIA MULTIPLEXADO AUTOSUSTENTADO, PROJETADO PARA CIRCUITOS DE ALIMENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM TENSÕES DE ATÉ 0,6/1 KV, EM INSTALAÇÕES AÉREAS FIXADAS EM POSTES OU FACHADAS. ISOLAÇÃO DE XLPE 90°C - COMPOSTO TERMOFIXO EXTRUDADO À BASE DE POLIETILENO. CONDUTOR FASE FORMADO POR FIOS DE ALUMÍNIO 1350, ENCORDOAMENTO CLASSE 2. CONDUTOR NEUTRO FORMADO POR FIOS DE ALUMÍNIO 1350, TÊMPERA H19 (CA), ENCORDOAMENTO CLASSE 2.. IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR FORMAÇÃO 1 FASE NA COR PRETA, 1 FASE NA COR VERMELHA, 1 FASE NA COR CINZA, IDENTIFICADO E NEUTRO NA COR AZUL IDENTIFICADO. CONFORME NORMA CELESC.	SCCable	500	R\$2,9500	R\$ 1.475,00

37	CABO MULTIPOLAR HEPR 90°C 0,6/1 KV 2X6,00MM: CONDUTOR RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E SUBESTAÇÕES. INDICADO PARA APLICAÇÕES QUE EXIGEM MAIOR FLEXIBILIDADE DO CONDUTOR E PROTEÇÃO MECÂNICA DO MATERIAL ISOLANTE, INCLUINDO BOA RESISTÊNCIA A AMBIENTES ÚMIDOS. LIVRE DE METAIS PESADOS. CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE HEPR 90°C - COMPOSTO TERMOFIXO EXTRUDADO À BASE DE ETILENOPROPILENO. COBERTURA DE PVC/ST2 90°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO E VINILA. CORES DA ISOLAÇÃO CABOS INTERNOS CONDUTORES: AZUL E PRETO, NORMA APLICÁVEL NBR 7286. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR 90°C EM REGIME PERMANENTE; 130°C EM REGIME DE SOBRECARGA; 250°C EM REGIME DE CURTO-CIRCUITO.	PREMIUM	200	R\$4,5500	R\$ 910,00
48	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 15W, SOQUETE E-27, FLUXO LUMINOSO 894LM, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA 62LM/W, TENSÃO 220/240V, APRESENTAR CERTIFICADO INMETRO PROCEL. VIDA MEDIANA 6.000 HORAS.	EMPA-LUX	100	R\$5,4800	R\$ 548,00
49	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 25W, SOQUETE E-27, FLUXO LUMINOSO 1609LM, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA 69LM/W, TENSÃO 220/240V, APRESENTAR CERTIFICADO INMETRO PROCEL. VIDA MEDIANA 6.000 HORAS.	EMPA-LUX	200	R\$6,6000	R\$ 1.320,00
50	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 46W , SOQUETE E-27, FLUXO LUMINOSO 2806 LM, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA 61LM/W, TENSÃO 220/240V, VIDA MEDIANA 6.000 HORAS. APRESENTAR CERTIFICADO INMETRO.	EMPA-LUX	300	R\$19,9000	R\$ 5.970,00
51	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40W, 220/240V T10, BIPINO, TEMPERATURA DE COR 6400K LUZ DO DIA. FLUXO LUMINOSO 2.600LM. VIDA MEDIANA 8000 HORAS. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA CERTIFICADO INMETRO E FICHA TÉCNICA SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO NO ITEM.	EMPA-LUX	200	R\$3,6000	R\$ 720,00
52	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 20W, 220/240V T10, BIPINO, TEMPERATURA DE COR 6400K LUZ DO DIA. FLUXO LUMINOSO 1.100LM. VIDA MEDIANA 8000 HORAS. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA CERTIFICADO INMETRO E FICHA TÉCNICA SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO NO ITEM.	EMPA-LUX	100	R\$3,5500	R\$ 355,00
59	TUBO LED LÂMPADA DE LED TUBULAR T-8 20W - BIVOLT FULL RANGER (EQUIVALENTE A LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 36/40W) - BULBO TUBULAR, BASE G-13, GRAU DE PROTEÇÃO IP40, ÂNGULO DE ABRANGÊNCIA 125°, IRC>80%, FLUXO LUMINOSO 2.000 LM, EFICIÊNCIA LUMINOSA 95LM/W, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA CLASSE A, VIDA MEDIANA 25.000H, TEMPERATURA DE COR 4.000K, FATOR DE POTÊNCIA 0,95%, CIRCUITO DE PROTEÇÃO. GARANTIA DE 36 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. (APRESENTAR FICHA TÉCNICA DOS MATERIAIS ORA OFERTADOS NA PROPOSTA, PARA COMPROVAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, A NÃO APRESENTAÇÃO ACARRETERÁ NA DESCLASSIFICAÇÃO) MATERIAL TEM QUE ESTAR DENTRO DO PROGRAMA SELO PROCEL INMETRO.	EMPA-LUX	300	R\$17,7000	R\$ 5.310,00
60	LÂMPADA DE LED A60 - 15W127-220V 6.500K - E27 FLUXO LUMINOSO MÍNIMO 1350 LM, POTÊNCIA MÁXIMA 15W. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA 112LM/W, ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR IRC80%. TEMPERATURA DE COR 6500K, VIDA MEDIANA 25.000H (APRESENTAR FICHA TÉCNICA DOS MATERIAIS ORA OFERTADOS NA PROPOSTA PARA COMPROVAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, A NÃO APRESENTAÇÃO ACARRETERÁ NA DESCLASSIFICAÇÃO) MATERIAL TEM QUE ESTAR DENTRO DO PROGRAMA SELO PROCEL INMETRO.	GOLDEN	200	R\$15,4500	R\$ 3.090,00
61	LÂMPADA DE LED A60 - 10W127-220V 6.500K - E27 FLUXO LUMINOSO MÍNIMO 1350 LM, POTÊNCIA MÁXIMA 10W. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA 112LM/W, ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR IRC80%. TEMPERATURA DE COR 6500K, VIDA MEDIANA 25.000H (APRESENTAR FICHA TÉCNICA DOS MATERIAIS ORA OFERTADOS NA PROPOSTA PARA COMPROVAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, A NÃO APRESENTAÇÃO ACARRETERÁ NA DESCLASSIFICAÇÃO) MATERIAL TEM QUE ESTAR DENTRO DO PROGRAMA SELO PROCEL INMETRO.	GE LAMPADAS	200	R\$9,7600	R\$ 1.952,00
62	LÂMPADA DE LED A60 - 30W127-220V 6.500K - E27 FLUXO LUMINOSO MÍNIMO 1350 LM, POTÊNCIA MÁXIMA 30W. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA 112LM/W, ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR IRC80%. TEMPERATURA DE COR 6500K, VIDA MEDIANA 25.000H (APRESENTAR FICHA TÉCNICA DOS MATERIAIS ORA OFERTADOS NA PROPOSTA PARA COMPROVAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, A NÃO APRESENTAÇÃO ACARRETERÁ NA DESCLASSIFICAÇÃO) MATERIAL TEM QUE ESTAR DENTRO DO PROGRAMA SELO PROCEL INMETRO.	EMPA-LUX	200	R\$44,5000	R\$ 8.900,00
66	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA COM 30 LEDS SMD, TENSÃO BIVOLT, CONSUMO DE ENERGIA 1,5W, BATERIAL 3,7V 1300MAH LITIO, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO 90 LM, FLUXO LUMINOSO MÁXIMO 120LM, INTENSIDADE LUMINOSA MÁXIMA 60LUX, AUTONOMIA DA BATERIA 3 HORAS NO FLUXO MÁXIMO, VIDA ÚTIL DE 1 ANO	EMPA-LUX	100	R\$14,9000	R\$ 1.490,00
67	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 02 FARÓIS EM LED, BATERIA SELADA 12V/7A E FONTE CHAVEADA, ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICO 110 ~ 220VCA, CONSUMO MÁXIMO 100W EM CARGA E 3W EM FLUTUAÇÃO. TEMPO DE RECARGA 18 HORAS, BATERIA SELADA (ESTACIONÁRIA) 12V/7A, ALCANCE DA ILUMINAÇÃO 10 METROS COM 10 LUX POR FAROL, FLUXO LUMINOSO APROXIMADO 2.000 IM, ÁREA MÁXIMA DE UTILIZAÇÃO 300M², AUTONOMIA DE 04 HORAS, PROTEÇÃO COM FUSÍVEIS INTERNOS PARA REDE ELÉTRICA E BATERIA, GRAU DE PROTEÇÃO IP 20. (APRESENTAR FICHA TÉCNICA DOS MATERIAIS ORA OFERTADOS NA PROPOSTA, PARA COMPROVAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, A NÃO APRESENTAÇÃO ACARRETERÁ NA DESCLASSIFICAÇÃO).	LUXPRIME	100	R\$201,0000	R\$ 20.100,00
72	DISJUNTOR BIFÁSICO 32A DIN	STARK	5	R\$15,9500	R\$ 79,75

73	DISJUNTOR BIFÁSICO 40A DIN	STARK	5	R\$17,9000	R\$ 89,50
74	DISJUNTOR BIFÁSICO 50A DIN	STARK	25	R\$16,9500	R\$ 423,75
75	DISJUNTOR TRIPOLAR 32A DIN	STARK	15	R\$22,2000	R\$ 333,00
76	DISJUNTOR TRIPOLAR 40A DIN	STARK	20	R\$23,2000	R\$ 464,00
77	DISJUNTOR TRIPOLAR 50A DIN	STARK	10	R\$23,2000	R\$ 232,00
78	DISJUNTOR TRIPOLAR 63A DIN	STARK	10	R\$23,2000	R\$ 232,00
79	DISJUNTOR TRIPOLAR 80A DIN	STARK	10	R\$59,0000	R\$ 590,00
80	DISJUNTOR TRIPOLAR 100A DIN	STARK	10	R\$61,5000	R\$ 615,00
81	DISJUNTOR UNIPOLAR 10A NEMA	STARK	10	R\$6,2200	R\$ 62,20
82	DISJUNTOR UNIPOLAR 15A NEMA	STARK	10	R\$6,2200	R\$ 62,20
83	DISJUNTOR UNIPOLAR 20A NEMA	STARK	10	R\$6,2200	R\$ 62,20
84	DISJUNTOR UNIPOLAR 25A NEMA	STARK	10	R\$6,2200	R\$ 62,20
85	DISJUNTOR UNIPOLAR 30A NEMA	STARK	10	R\$6,9900	R\$ 69,90
86	DISJUNTOR UNIPOLAR 40A NEMA	STARK	20	R\$7,4500	R\$ 149,00
87	DISJUNTOR UNIPOLAR 50A NEMA	STARK	10	R\$7,7900	R\$ 77,90
88	DISJUNTOR BIPOLAR 40A NEMA	STARK	10	R\$47,4700	R\$ 474,70
89	DISJUNTOR BIPOLAR 50A NEMA	STARK	10	R\$47,4700	R\$ 474,70
91	DISJUNTOR TRIPOLAR 40A NEMA	STARK	10	R\$49,8000	R\$ 498,00
94	DISJUNTOR TRIPOLAR 70A NEMA	STARK	10	R\$57,8000	R\$ 578,00
96	DISJUNTOR TRIPOLAR 100A CAIXA MOLDADA	STARK	10	R\$131,0000	R\$ 1.310,00
98	DISJUNTOR TRIPOLAR 150A CAIXA MOLDADA	STARK	10	R\$199,0000	R\$ 1.990,00
103	DISJUNTOR UNIPOLAR PADRÃO DIN 10A	STARK	15	R\$5,4500	R\$ 81,75
104	DISJUNTOR UNIPOLAR PADRÃO DIN 16A	STARK	25	R\$5,5000	R\$ 137,50
105	DISJUNTOR UNIPOLAR PADRÃO DIN 20A	STARK	25	R\$5,3000	R\$ 132,50
106	DISJUNTOR UNIPOLAR PADRÃO DIN 25A	STARK	25	R\$5,5000	R\$ 137,50
107	DISJUNTOR UNIPOLAR PADRÃO DIN 32A	STARK	25	R\$5,2900	R\$ 132,25
108	DISJUNTOR UNIPOLAR PADRÃO DIN 40A	STARK	25	R\$5,6500	R\$ 141,25
109	DISJUNTOR UNIPOLAR PADRÃO DIN 50A	STARK	25	R\$5,5400	R\$ 138,50
110	DISJUNTOR UNIPOLAR PADRÃO DIN 63A	STARK	25	R\$5,7000	R\$ 142,50
Total Fornecedor:				R\$ 78.973,75	

54660 - CENTRAL ELÉTRICA VALE DO ITAJAÍ LTDA EPP

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
31	CABO DE ALUMÍNIO MULTIPLEXADO 0,6/1 KV MONOFÁSICO (1X1X10+10,0MM): CABO DE POTÊNCIA MULTIPLEXADO AUTOSSUSTENTADO, PROJETADO PARA CIRCUITOS DE ALIMENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM TENSÕES DE ATÉ 0,6/1 KV, EM INSTALAÇÕES AÉREAS FIXADAS EM POSTES OU FACHADAS. ISOLAÇÃO DE XLPE 90°C - COMPOSTO TERMOFIXO EXTRUDADO À BASE DE POLIETILENO. CONDUTOR FASE FORMADO POR FIOS DE ALUMÍNIO 1350, ENCORDOAMENTO CLASSE 2. CONDUTOR NEUTRO FORMADO POR FIOS DE ALUMÍNIO 1350, TEMPERA H19 (CA), ENCORDOAMENTO CLASSE 2. IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR FORMAÇÃO 1 FASE NA COR PRETA IDENTIFICADO E NEUTRO NA COR AZUL IDENTIFICADO. CONFORME NORMA CELESC.	NEO ALUMÍNIO	2000	R\$1,6400	R\$ 3.280,00
32	CABO DE ALUMÍNIO MULTIPLEXADO 0,6/1 KV MONOFÁSICO (1X1X16+16,0MM): CABO DE POTÊNCIA MULTIPLEXADO AUTOSSUSTENTADO, PROJETADO PARA CIRCUITOS DE ALIMENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM TENSÕES DE ATÉ 0,6/1 KV, EM INSTALAÇÕES AÉREAS FIXADAS EM POSTES OU FACHADAS. ISOLAÇÃO DE XLPE 90°C - COMPOSTO TERMOFIXO EXTRUDADO À BASE DE POLIETILENO. CONDUTOR FASE FORMADO POR FIOS DE ALUMÍNIO 1350, ENCORDOAMENTO CLASSE 2. CONDUTOR NEUTRO FORMADO POR FIOS DE ALUMÍNIO 1350, TEMPERA H19 (CA), ENCORDOAMENTO CLASSE 2. IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR FORMAÇÃO 1 FASE NA COR PRETA IDENTIFICADO E NEUTRO NA COR AZUL IDENTIFICADO. CONFORME NORMA CELESC.	NEO ALUMÍNIO	600	R\$2,3100	R\$ 1.386,00
63	CABO FLEXÍVEL PARALELO 750 V 2X1,50MM COR BRANCO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TEMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3	FLEXSUL	200	R\$0,9500	R\$ 190,00

64	CABO FLEXÍVEL PARALELO 750 V 2X2,50MM COR BRANCO: CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. UTILIZADO EM APLICAÇÕES ONDE EXISTEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. CONDUTOR FLEXÍVEL DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU CLASSE 5. ISOLAÇÃO DE PVC A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. NORMA APLICÁVEL NBR NM 247-3.	FLEXSUL	200	R\$1,2500	R\$ 250,00
99	QUADRO PARA 28 DISJUNTOR DIN COM BARRAMENTO 100A MAIS DISJUNTOR GERAL SOBREPOR (EXTERNO)	OPÇÃO PAINEIS	5	R\$230,0000	R\$ 1.150,00
100	QUADRO PARA 34 DISJUNTOR DIN COM BARRAMENTO 100A MAIS DISJUNTOR GERAL SOBREPOR (EXTERNO)	OPÇÃO PAINEIS	5	R\$260,0000	R\$ 1.300,00
102	QUADRO PARA 70 DISJUNTOR DIN COM BARRAMENTO 225A MAIS DISJUNTOR GERAL SOBREPOR (EXTERNO)	OPÇÃO PAINEIS	3	R\$550,0000	R\$ 1.650,00
Total Fornecedor:				R\$ 9.206,00	

166820 - JAV AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
40	CABO TELEFÔNICO CCE-APL DE 02 PARES (0,65MM): CABO TELEFÔNICO CONS-TITUÍDO POR CONDUTORES DE COBRE ELETROLÍTICO COM ISOLAÇÃO EM-POLIETILENO OU POLIPROPILENO. NÚCLEO PROTEGIDO POR UMA CAPA APL. CARACTERÍSTICAS: CONDUTOR COBRE NU. DIÂMETRO DO CONDUTOR (0,65MM), ENFAIXAMENTO FITA(S) DE MATERIAL NÃO HIGROSCÓPICO, CAPA EXTERNA CAPA APL. APLICAÇÃO: OS CABOS TELEFÔNICOS CCE-APL SÃO INDICADOS PARA INS-TALAÇÕES DE REDES AÉREAS OU SUBTERRÂNEAS EM DUTOS. OS CABOS CCE-APL ATENDEM AOS REQUISITOS DA ESPECIFICAÇÃO 224.1205.20 DA TELEBRÁS.	PIAZZA	500	R\$1,4800	R\$ 740,00
71	CAIXA PARA SEIS MÓDULOS DISJUNTORES DE EMBUTIR	TIGRE	30	R\$19,9500	R\$ 598,50
Total Fornecedor:				R\$ 1.338,50	

167029 - ACM SOLUÇÕES ELÉTRICAS EIRELI EPP

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
56	REATOR ELETRÔNICO PARA DUAS LÂMPADAS 2X36/40W MONOVOLT, TENSÃO DE ENTRADA 220V, CONSUMO MÁXIMO 70W, CORRENTE DE ENTRADA 0,34AMP, FATOR DE POTÊNCIA ? 0,97C, DISTORÇÃO HARMÔNICA ? 20%, FIOS DE LIGAÇÃO EM PVC 105°, VIDA MEDIANA 30.000H, NÃO NECESSITA DE DISPOSITIVO AUXILIAR DE PARTIDA, FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO 35KHZ, COM CARCAÇA METÁLICA, NORMAS APLICÁVEIS NBR 14418 E NBR 14417. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA FICHA TÉCNICA SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO NO ITEM. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO INMETRO.	ECP	20	R\$18,0000	R\$ 360,00
101	QUADRO PARA 44 DISJUNTOR DIN COM BARRAMENTO 100A MAIS DISJUNTOR GERAL SOBREPOR (EXTERNO)	Renatec	3	R\$270,0000	R\$ 810,00
Total Fornecedor:				R\$ 1.170,00	

Total Geral: 123.907,34

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Presencial nº 94/2017 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 09/08/2018.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade, em até 05 (cinco) dias após a emissão e entrega da ordem de compra. Responsável Sr. Jean Marcos Benvenuto. O local da entrega é a garagem da Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiuva, 204, fundos, centro, Apiúna/SC, 89135-000.

4.1.1 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIÚNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após entrega da mercadoria, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Deverá ser emitida Nota Fiscal para o CNPJ 11.195.905./0001-80 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA, sempre que os produtos forem solicitados pela Secretaria de Saúde. Para as demais secretarias a Nota Fiscal deverá ser emitida para o CNPJ 79.373.767/0001-16 – PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA.

5.2 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.3 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.4 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015 a 2016.

Dotação
10.5.1.2050.333903026000000.1020000
124.7.1.2070.333903026000000.1000000
135.4.1.2048.333903026000000.1010000
140.4.1.2048.333903026000000.1360000
157.4.1.2047.333903026000000.1190000
165.6.1.2060.333903026000000.1390300
179.3.1.2030.333903026000000.1390300
191.9.1.2091.333903026000000.1000000
205.4.1.2047.333903026000000.1360000
213.4.1.2048.333903026000000.1190000
214.3.1.2030.333903026000000.1000000
215.4.1.2047.333903026000000.1010000
235.6.1.2060.333903026000000.1000000
240.13.1.2131.333903026000000.1000000
261.7.1.2073.333903026000000.1000000
267.7.1.2071.333903026000000.1000000
368.8.1.1082.333903026000000.1390300
64.6.1.2062.333903026000000.1000000
84.8.1.2085.333903026000000.1000000
90.8.1.2081.333903026000000.1390300

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

- a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;
- b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos/serviços prestados;
- c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

- a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;
- b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

- 9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;
 - 9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;
 - 9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;
 - 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
 - 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
 - 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
 - 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
 - 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
 - 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
 - 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
 - 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:
- 9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.
 - 9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
 - 9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;
- 9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:
- 10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.
 - 10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:
 - 10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;
 - 10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
 - 10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
 - 10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;
 - 10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;
 - 10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria / prestação do serviço.
 - 10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos

expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 09 de agosto de 2017.

	JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE	
EMPRESA:		
SUPERMERCADO FISTAROL LTDA MOACIR ANTONIO FISTAROL Contratada		
MR COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA JOSE DIAS ALVES Contratada		
DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME DANIEL TRILHA LOPES Contratada		
CENTRAL ELÉTRICA VALE DO ITAJAÍ LTDA EPP JONATA COSTA Contratada		
JAV AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA AMANDA DA SILVA Contratada		
ACM SOLUÇÕES ELÉTRICAS EIRELI EPP AMANDA RIBEIRO VIEIRA Contratada		

ATA Nº 85/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CALÇA E SHORTS FEMININO DE UNIFORME ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE APIÚNA.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 93/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO DE CALÇA E SHORTS FEMININO DE UNIFORME ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE APIÚNA, conforme quantitativos e condições a seguir:

95141 - FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	1 UNIDADE DE CALÇA LEGGING FEMININA E 1 UNIDADE DE SHORTS FEMININO CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL	UNIVEST	604	R\$41,8900	R\$ 25.301,56
Total Fornecedor:			R\$ 25.301,56		
Total Geral:			R\$ 25.301,56		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 93/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 08/08/2018.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os produtos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos após a emissão e entrega da Ordem de Compra.

4.2 Todos os produtos licitados deverão ser entregues pelos participantes vencedores nas Unidades Escolares, Creches e CEIs Municipais conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Local	Distancia aproximada, partindo do Prédio da Prefeitura
Escola Básica Subida Estrada Geral Subida	17 Km
Escola Básica Professor Wadislau Schmidt Estrada Geral Vargem Grande	6 Km
Escola Básica Professora Albertina Kreusch Caprale Estrada Geral Santa Rosa	36 Km
Escola Reunida Victoria Ceruti Petters Loteamento Helena Morro, Centro	2 Km
Escola Isolada Edegar Brandes Ribeirão Basílio, São Roque	3 Km
Escola Isolada Capela São Pedro Comunidade São Pedro	10 Km
Escola Isolada Padre Agostinho Vorgerd Ribeirão Carvalho	13 Km
Centro de Educação Infantil Caroline do Nascimento Centro	1 Km

4.3 O produto além das especificações descritas no Edital deverá apresentar qualidade na confecção, não existindo falhas, pregas, costuras repuxadas ou empapuçadas, diferenças de tamanho em mangas, laterais, ombros, pernas, etc. Nos encontros das costuras será tolerada a diferença de no máximo dois pontos.

4.4 A Prefeitura Municipal de Apiúna poderá exigir, a qualquer tempo, a realização de laudo técnico dos materiais, as expensas da detentora, observado o Anexo I deste Edital, a fim de avaliar a qualidade dos mesmos com as especificações técnicas estabelecidas, caso os produtos sejam reprovados na análise estes deverão ser substituídos num prazo máximo de 48 horas após a notificação da empresa vencedora.

4.5 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.6 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.7 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.8 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4.9 Os uniformes deverão ser entregues em caixas, separados por tamanho. As peças devem conter etiqueta com identificação do fabricante, CNPJ, tamanho, composição do tecido e instruções de lavagem e conservação.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 e as respectivas para o exercício de 2018.

Dotação
470.4.1.2145.333903299000000.3010000
76.4.1.2145.333903299000000.1010000

Dotação

94.4.1.2145.333903299000000.1360000

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES**8.1 Compete a CONTRATADA:**

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA**9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:**

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 08 de agosto de 2017.

	JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE	
EMPRESA:		
FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA FIORELO ADILSON MAZUTTI Contratada		

ATA Nº 86/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiuna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 95/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, conforme quantitativos e condições a seguir:

655 - SUPERMERCADO FISTAROL LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
9	ARROZ TIPO 1, CLASSE LONGO FINO, SUBGRUPO PARBOILIZADO	CATARINÃO	4250	R\$2,8700	R\$ 12.197,50
13	CANELA EM PEDACOS, ESPECIARIA EMBALAGEM 20 GR	NEILAR	60	R\$2,9400	R\$ 176,40
14	CANELA EM PO, ESPECIARIAS EMBALAGEM DE 30 GR	NEILAR	60	R\$2,9400	R\$ 176,40
18	DOCE DE FRUTAS, SABORES DIVERSOS, EMBALAGEM PLASTICA COM LACRE E TAMPA	DASERRA	450	R\$8,2900	R\$ 3.730,50
23	FEIJAO PRETO, TIPO 1, EM EMBALAGEM DE 1 KG	REI DA MESA	1100	R\$5,8000	R\$ 6.380,00
29	MACARRAO ALETRIA EM EMBALAGEM PLASTICA COM ROTULAGEM DE ACORDO COM AS ESPECIFICACOES DA LEGISLACAO VIGENTE	ORQUIDIA	800	R\$7,4000	R\$ 5.920,00
37	VINAGRE DE ALCOOL EMBALAGEM DE 900ML	HEINING	350	R\$1,1900	R\$ 416,50
39	ACUCAR MASCAVO, EMBALAGEM PLASTICA, DE ACORDO COMAS ESPECIFICACOES DA LEGISLACAO VIGENTE	QUIMQRÃES	40	R\$13,6000	R\$ 544,00
44	ARROZ TIPO 1, CLASSE LONGO FINO, SUBGRUPO INTEGRAL	HUSQVARNA	400	R\$4,8500	R\$ 1.940,00
45	ARROZ TIPO 1, CLASSE LONGO FINO, SUBGRUPO POLIDO	MINUTINHO	250	R\$2,7000	R\$ 675,00
46	AVEIA EM FLOCOS MEDIOS, EMBALADA DE ACORDO COM ASESPECIFICACOES DA LEGISLACAO VIGENTE	CAJUSUL	20	R\$13,7000	R\$ 274,00
47	BISCOITO AMANTEIGADO, ISENTO DE GORDURA TRANS	PRODASA	400	R\$11,5000	R\$ 4.600,00
51	CARNE BOVINA PATINHO, CORTADA EM CUBOS PEQUENOS, CONGELADA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 01KG, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, LOTE, E CARIMBOS DE INSPECAO	MENESTRINA	3400	R\$19,4000	R\$ 65.960,00
52	CARNE BOVINA PATINHO, SEM GORDURA APARENTE, MOIDA, CONGELADA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 01KG, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, LOTE E CARIMBOS DE INSPECAO	MENESTRINA	3700	R\$14,9500	R\$ 55.315,00
53	CEREAL DO TIPO GRANOLA COM INGREDIENTES COMO ACUCAR MASCAVO, GERME DE TRIGO, FIBRA DE TRIGO, AVEIA, CASTANHAS, FLOCOS DE ARROZ E FLOCOS DE MILHO	NATURALI	600	R\$13,6000	R\$ 8.160,00
56	CHOCOLATE EM PO SOLUVEL	NEILAR	1000	R\$7,9000	R\$ 7.900,00
57	FEIJAO CARIOCA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SAFRA NOVA, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE CONTENDO 01KG E VALIDADE DO PRODUTO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES E PARASITAS	REI DA MESA	300	R\$6,7500	R\$ 2.025,00
58	FEIJAO VERMELHO, TIPO 1, EM EMBALAGEM DE 1 KG	REI DA MESA	1000	R\$6,5000	R\$ 6.500,00
59	IOGURTE SEM ADICAO DE ACUCAR, EMBALADO E ROTULADO CONFORME AS ESPECIFICACOES DA LEGISLACAO VIGENTE, EM EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 170ML	TIROL	100	R\$3,2000	R\$ 320,00
60	LEITE SEM LACTOSE LIQUIDO, EM EMBALAGEM TETRAPACK 01 LITRO	ITALAC	960	R\$3,8000	R\$ 3.648,00
61	LEITE SEMI DESNATADO LIQUIDO EM EMBALAGEM TETRAPACK 1 LITRO	ITALAC	240	R\$2,3500	R\$ 564,00
62	MACARRAO ESPAGUETE, EMBALAGEM PLASTICA, COM ROTULAGEM DE ACORDO COM AS ESPECIFICACOES DA LEGISLACAO VIGENTE	OGLIARI	700	R\$3,7900	R\$ 2.653,00
63	MACARRAO PARAFUSO EM EMBALAGEM PLASTICA COM ROTULAGEM DE ACORDO COM AS ESPECIFICACOES DA LEGISLACAO VIGENTE	OGLIARI	700	R\$3,9000	R\$ 2.730,00
64	MILHO VERDE ENLATADO NO VAPOR, EMBALAGEM DE 200GR.(PESO DRENADO)	ASTELLAS	1300	R\$1,6400	R\$ 2.132,00
65	OREGANO DESIDRATADO, EMBALAGEM DE 10 GR E DE ACORDO COM AS ESPECIFICACOES DA LEGISLACAO VIGENTE	Donabella	100	R\$1,8800	R\$ 188,00
66	PEIXE TILAPIA EM FILE, CONGELADO, ISENTO DE ESPINHAS, COM COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, SEM MANCHAS VERDEADAS E SEM PARASITAS, EM EMBALAGEM DE 01KG, COM IDENTIFICACAO E PESO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, LOTE E CARIMBOS ESPECIAIS DE INSPECAO	AMIGOS DO PEIXE	450	R\$26,9000	R\$ 12.105,00
69	PO PARA PREPARO DE PUDIM, COM LEITE, EMBALAGEM PLASTICA DE 1 KG, SABORES DIVERSOS (EXCETO CHOCOLATE E CARAMELO)	1077 APTI	600	R\$9,7000	R\$ 5.820,00
70	PO PARA PREPARO DE PUDIM DIET, EMBALAGEM DE 25 GRAMAS, SABORES DIVERSOS	BRETZKE	50	R\$1,9000	R\$ 95,00

72	SAL IODADO REFINADO EMBALAGEM DE 1KG	ZIZO	600	R\$0,9900	R\$ 594,00
73	SUCO CONCENTRADO DE FRUTA A BASE DE POLPA DA FRUTANATURAL, SABORES DIVERSOS, EMBALAGEM COM CAPACIDADE MAXIMA DE 01 LITRO, COM ROTULAGEM DE ACORDO COMAS ESPECIFICACOES DA LEGISLACAO VIGENTE	Volvo	1000	R\$10,6000	R\$ 10.600,00
74	GELEIA DIET, EMBAGAGEM CONTENDO 250 OU 260GR, SABORES DIVERSOS	BOM PRINCÍPIO	20	R\$10,4900	R\$ 209,80
Total Fornecedor:			R\$ 224.549,10		
43087 - ROBERTO SENEN - EPP					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	PAO TIPO CASEIRO, FATIADO, ELABORADO COM FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO E ACIDO FOLICO E DEMAIS INGREDIENTES BASICOS ADICIONADOS DE AIPIM OU BATATA DOCE OU BATATA INGLESA, E EM EMBALAGEM PLASTICA COM ROTULAGEM DE ACORDO COM AS ESPECIFICACOESDA LEGISLACAO VIGENTE		1900	R\$7,2000	R\$ 13.680,00
2	PAO TIPO FRANCES, ELABORADO COM FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO E ACIDO FOLICO E DEMAIS INGREDIENTES BASICOS, EM EMBALAGEM PLASTICA COM ROTULAGEM DE ACORDO COM AS ESPECIFICACOES DA LEGISLACAO VIGENTE		500	R\$7,2200	R\$ 3.610,00
3	PAO TIPO HAMBURGER, ELABORADO COM FARINHA DE TRIGOFORTIFICADA COM FERRO E ACIDO FOLICO E DEMAIS INGREDIENTES BASICOS, EM EMBALAGEM PLASTICA COM ROTULAGEM DE ACORDO COM AS ESPECIFICACOES DA LEGISLACAOVIGENTE		200	R\$7,1000	R\$ 1.420,00
4	PAO TIPO INTEGRAL, FATIADO, ELABORADO COM FARINHADE TRIGO FORTIFICADO COM FERRO E ACIDO FOLICO, FARINHA DE TRIGO INTEGRAL E DEMAIS INGREDIENTES BASICOS, ADICIONADOS DE PELO MENOS 1 TIPO DE GRAO (SEMENTE DE LINHACA, AVEIA, QUINOA) E EM EMBALAGEM PLASTICA COM ROTULAGEM DE ACORDO COM AS ESPECIFICACOESDA LEGISLACAO VIGENTE		800	R\$7,9500	R\$ 6.360,00
5	PAO TIPO SANDUICHE, FATIADO, ELABORADO COM FARINHADE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO E ACIDO FOLICO E DEMAIS INGREDIENTES BASICOS, PESANDO APROXIMADAMENTE 500GR, EM EMBALAGEM PLASTICA COM ROTULAGEM DE ACORDO COM AS ESPECIFICACOES DA LEGISLACAO VIGENTE		1900	R\$7,4600	R\$ 14.174,00
Total Fornecedor:			R\$ 39.244,00		
62090 - MARILETE REZINI PETERS - EPP					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
6	ACUCAR REFINADO EMBALAGEM PLASTICA DE 1KG	ALTO ALEGRE	1500	R\$2,9500	R\$ 4.425,00
7	AGUA MINERAL SEM GAS, ENVASADA EM GARRAFAO COM CAPACIDADE DE 20 LITROS, LACRADO	Acqua 10	1000	R\$7,8000	R\$ 7.800,00
8	AIPIM, NOVO, IN NATURA, DESCASCADO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO PESO DATA DE EMBALAGEM E VALIDADE DO PRODUTO, PESANDO NO MAXIMO 1KG CADA EMBALAGEM, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS OU LARVAS, CONGELADO	FORMAGI	400	R\$5,8500	R\$ 2.340,00
10	BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA, SABORES DIVERSOS, ISENTO DE GORDURA TRANS	BOCCONE	800	R\$10,0000	R\$ 8.000,00
11	BISCOITO TIPO PAO DE MEL, SEM COBERTURA DE CHOCOLATE, ISENTO DE GORDURA TRANS, DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 15 DIAS E VALIDADE MINIMA DE 90 DIAS	BOLAMEL	300	R\$11,7500	R\$ 3.525,00
12	CAFÉ EM PÓ HOMOGÊNEO, TORRADO E MOÍDO, TIPO EXTRA FORTE OU TRADICIONAL, TORRAÇÃO MÉDIO/ESCURA OU ESCURA, MOAGEM MÉDIA, COMPOSTO DE 100% DE GRÃO ARÁBICA OU 80% DE GRÃO ARÁBICA E 20% GRÃO CONILON, COM ÍNDICE DE IMPUREZA (CASCA OU PAUS) INFERIOR A 1% A CADA 100 GRAMAS, PACOTE SELADO A ALTO VÁCUO E COM DUPLA PROTEÇÃO. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS	RIU SUL	30	R\$14,7500	R\$ 442,50
15	CORTES CONGELADOS DE FRANGO, COXAS E SOBRECOXAS SEM PELE E SEM OSSOS, ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM DE1KG, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DOFABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, LOTE E CARIMBOS DEINSPECAO	C. VALE	3200	R\$8,9500	R\$ 28.640,00
16	CORTES CONGELADOS DE FRANGO, PEITO SEM PELE E SEMOSSOS, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM DE 1KG, CONTENDO, IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE,LOTE E CARIMBOS DE INSPECAO	C. VALE	3200	R\$10,6000	R\$ 33.920,00
17	CREME VEGETAL SEM SAL, ISENTO DE GORDURA TRANS, ISENTO DE TRANSGENICOS E EM EMBALAGEM PLASTICA DE NOMAXIMO 500GR, COM PROTETOR INTERNO	DELICIA	550	R\$6,5000	R\$ 3.575,00
19	ERVILHA NATURAL CONGELADA, EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO ENTRE 300 E 500 GR	LAR	100	R\$7,9900	R\$ 799,00
20	FARINHA DE MANDIOCA, GRUPO FARINA SECA, SUBGRUPO FINA, CLASSE BRANCA, EMBALAGEM PLASTICA 01 KG	SUPER 10	550	R\$3,9500	R\$ 2.172,50
21	FARINHA DE MILHO PRE-COZIDA, EMBALAGEM COM 500GR	SINHA	1000	R\$3,6000	R\$ 3.600,00

22	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL ENRIQUECIDA COM FERRO EACIDO FOLICO, EM EMBALAGEM DE 5KG	Gardenia	400	R\$2,9500	R\$ 1.180,00
24	FERMENTO BIOLOGICO INSTANTANEO SECO, PARA PREPARO DE PÃES, EMBALAGEM 500 GR	FLESMANS	6	R\$15,7500	R\$ 94,50
25	FERMENTO EM PO QUIMICO, PARA PREPARO DE BOLOS, EMBALAGEM 250 GR	FLESMANS	12	R\$10,9500	R\$ 131,40
26	IOGURTE COM POLPA DE FRUTA, NOS SABORES MORANGO ECOCO, EM EMBALAGEM PLASTICA COM ROTULAGEM DE ACORDO COM AS ESPECIFICACOES DA LEGISLACAO VIGENTE	TIROL	5000	R\$5,1000	R\$ 25.500,00
27	IOGURTE SEM LACTOSE, EMBALADO E ROTULADO CONFORME AS ESPECIFICACOES DA LEGISLACAO VIGENTE, EM EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 170ML	TIROL	1000	R\$3,5000	R\$ 3.500,00
28	LINGUICA TIPO CALABRESA, INTEIRA, EMPACOTADA A VACUO E ROTULADA CONFORME LEGISLACAO SANITARIA VIGENTE	C. VALE	750	R\$14,7500	R\$ 11.062,50
30	MACARRAO PARAFUSO TRICOLOR A BASE DE VEGETAIS, EMEMBALAGEM PLASTICA COM ROTULAGEM DE ACORDO COM ASESPECIFICACOES DA LEGISLACAO VIGENTE	ORQUIDEA	400	R\$6,1800	R\$ 2.472,00
31	MORTADELA PURA DE FRANGO SEM GORDURA, IDENTIFICACAO E PESO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DEVALIDADE, LOTE E CARIMBOS DE INSPECAO	AURORA	60	R\$8,2000	R\$ 492,00
32	OLEO DE SOJA REFINADO EMBALAGEM COM 900ML	COAMO	1500	R\$3,3800	R\$ 5.070,00
33	OVOS DE GALINHA, SEM RACHADURAS, COM CASCA ASPERAE OPACA, LIMPA, EMBALADOS EM CAIXAS COM 12 UNIDADES	RONCHI	1200	R\$5,4000	R\$ 6.480,00
34	POLVILHO AZEDO	CALDAO	200	R\$5,0500	R\$ 1.010,00
35	QUEIJO TIPO MUSSARELA FATIADO, COM IDENTIFICACAO EPESO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE, MARCA DO FABRICANTE, LOTE E CARIMBOS DE INSPECAO	LAURENTINO	1000	R\$21,4500	R\$ 21.450,00
36	SAGU, GRUPO MANDIOCA, CLASSE PEROLA, EMBALAGEM DE500 GR	CALDAO	250	R\$4,0000	R\$ 1.000,00
40	ADOCANTE DIETETICO PROPRIO PARA USO EM PREPARACOESEQUENECESITAM DE FORNO E FOGAO, SUBSTITUTO DO ACUCAR NA MESMA PROPORCAO, EM EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 400GR	ADOCIL	10	R\$4,4000	R\$ 44,00
41	AGUA MINERAL COM GAS, ENVASADA EM GARRAFA DE 500ML, FARDO COM 12 UNIDADES	Acqua 10	150	R\$12,0500	R\$ 1.807,50
42	AGUA MINERAL SEM GAS, ENVASADA EM GARRAFA DE 500ML, FARDO COM 12 UNIDADES	Acqua 10	250	R\$12,0500	R\$ 3.012,50
43	AMIDO DE MILHO	APTI	35	R\$4,9000	R\$ 171,50
48	BISCOITO DOCE, TIPO LAMINADO, SABOR LEITE, ISENTODE GORDURA TRANS	PRODAZA	600	R\$7,9500	R\$ 4.770,00
49	BISCOITO SALGADO INTEGRAL, TIPO LAMINADO, ISENTODE GORDURA TRANS	PARATI	150	R\$7,9500	R\$ 1.192,50
67	PO PARA PREPARO DE GELATINA, EMBALAGEM PLASTICA DE1KG, SABORES DIVERSOS	APTI	300	R\$9,9000	R\$ 2.970,00
Total Fornecedor:			R\$ 192.649,40		
91073 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
38	LEITE INTEGRAL LIQUIDO EMBALAGEM TETRAPACK 1 LITRO	LANGUIRU	16800	R\$2,3400	R\$ 39.312,00
Total Fornecedor:			R\$ 39.312,00		
Total Geral:			495754,5		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Presencial nº 95/2017 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 09/08/2018.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Todos os produtos licitados deverão ser entregues pelos participantes vencedores nas Unidades Escolares, CEIs e Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme determinação da referida Secretaria.

Local	Distancia aproximada, partindo do Prédio da Prefeitura
Escola Básica Subida Estrada Geral Subida	17 Km
Centro de Educação Infantil Sonho Encantado Estrada Geral Subida	17 Km

Escola Básica Professor Wadislau Schmidt Estrada Geral Vargem Grande	6 Km
Escola Básica Professora Albertina Kreusch Caprale Estrada Geral Santa Rosa	36 Km
Escola Básica Municipal Victoria Ceruti Petters Loteamento Helena Morro, Centro	2 Km
Escola Isolada Edegar Brandes Ribeirão Basílio	3 Km
Escola Isolada Capela São Pedro Comunidade São Pedro	10 Km
Escola Isolada Padre Agostinho Vorgerd Ribeirão Carvalho	13 Km
Centro de Educação Infantil Caroline do Nascimento	1 Km
Centro de Educação Infantil Doce Infância Estrada Geral Ribeirão Vinte	11 Km
Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Apiúna	1 Km

4.2 Para todos os efeitos a entrega deve ser feita em até 5 (cinco) dias após emissão de ordem de compra feita pela Secretaria de Educação e Cultura.

4.3 Os meios de transportes dos alimentos, refrigerados ou não, devem garantir a integralidade e a qualidade a fim de impedir a contaminação e a deteriorização dos produtos. No caso de transporte aberto os alimentos devem ser adicionados em caixas, protegidas com lonas, plásticos e outros, isoladas de substâncias estranhas que possam contaminá-las ou corrompe-las.

4.3.1 Os equipamentos de refrigeração não devem apresentar riscos de contaminação para os produtos, e devem garantir durante o transporte, a temperatura adequada para o mesmo: Refrigeração: até 10º centígrados ou conforme especificação do fabricante expressa na embalagem. Congelamento: entre -18º e -12º centígrados.

4.4 Os produtos deverão ser entregues, semanalmente, todas as segundas-feiras, a quantidade deve ser conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

4.4.1 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.4.2 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.5 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.6 Se a substituição dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.7 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.8 A inexecução total ou parcial das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato.

4.9 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4.10 No caso de acréscimo contratual em até 25%(vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado EM 30 (TRINTA) DIAS, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 e as respectivas para o exercício de 2018.

Dotação
137.4.1.2040.333903007000000.1000000
137.4.1.2040.333903099000000.1000000
153.4.1.2044.333903007000000.1000000
153.4.1.2044.333903099000000.1000000
154.4.1.2044.333903007000000.1370400
154.4.1.2044.333903099000000.1370400
182.9.1.2094.333903007000000.1350400
182.9.1.2094.333903099000000.1350400
212.4.1.2044.333903007000000.1370300
212.4.1.2044.333903099000000.1370300
215.4.1.2047.333903007000000.1010000
215.4.1.2047.333903099000000.1010000

Dotação

398.4.1.2040.333903007000000.3370500
398.4.1.2040.333903099000000.3370500
399.4.1.2044.333903007000000.3370300
399.4.1.2044.333903099000000.3370300
400.4.1.2044.333903007000000.3370400
400.4.1.2044.333903099000000.3370400
71.9.1.2094.333903007000000.1000000
71.9.1.2094.333903099000000.1000000
73.4.1.2040.333903007000000.1370200
73.4.1.2040.333903099000000.1370200
98.4.1.2040.333903007000000.1370500
98.4.1.2040.333903099000000.1370500

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES**8.1 Compete a CONTRATADA:**

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos/serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 09 de agosto de 2017.

	JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE	
--	---	--

EMPRESA:		
SUPERMERCADO FISTAROL LTDA MOACIR ANTONIO FISTAROL Contratada		
ROBERTO SENEN - EPP ROBERTO SENEN Contratada		
MARILETE REZINI PETERS - EPP DELIRIO PETERS JUNIOR Contratada		
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP MARLON EISING Contratada		

ATA Nº 87/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARELADA DE HORTIFRUTIS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 96/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO PARELADA DE HORTIFRUTIS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, conforme quantitativos e condições a seguir:

88730 - JOSIANI FRAGA ME					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	ABOBORA COM CASCA FIRME, SEM RACHADURAS, NEM PARTES MOLES, PESANDO APROXIMADAMENTE 2KG A UNIDADE		800	R\$1,5900	R\$ 1.272,00
2	ABOBRINHA VERDE, COM CASCA FIRME LISA E BRILHANTE, SEM RACHADURAS NEM PARTES MOLES		200	R\$3,0900	R\$ 618,00
4	ALHO, BULBO INTEIRO E SAO, SEM BROTO, SEM GRAOS MURCHOS, MANCHADOS OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR SUA APARENCIA E QUALIDADE		150	R\$23,4900	R\$ 3.523,50
5	BANANA BRANCA OU MACA, COM GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA MANIPULACAO E CONSERVACAO ADEQUADA PARA CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, SEM MANCHAS, MACHUCADOS E BOLORES		3000	R\$2,8900	R\$ 8.670,00
6	BANANA NANICA OU COMUM COM GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA MANIPULACAO E CONSERVACAO ADEQUADA PARA CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, SEM MANCHAS, MACHUCADOS E BOLORES		5000	R\$2,3900	R\$ 11.950,00
7	BATATA DOCE, COM A SUPERFICIE SEM CORTES, SEM BROTO E BOLORES, FIRME, LIMPA E LIVRE DA MAIOR PARTE DE TERRA ADERENTE A CASCA		1500	R\$2,9900	R\$ 4.485,00
8	BATATA INGLES, COM A SUPERFICIE SEM CORTES, SEM BROTO E BOLORES, FIRME, LIMPA, E LIVRE DA MAIOR PARTE DE TERRA ADERENTE A CASCA		3500	R\$2,0900	R\$ 7.315,00
9	BETERRABA COM BOA FORMACAO E POLPA INTACTA, SEM BROTO, RACHADURAS OU CORTES NA CASCA, LIMPA, SEM FOLHAS E LIVRE DA MAIOR PARTE DE TERRA ADERENTE A CASCA		1200	R\$2,7900	R\$ 3.348,00
10	BROCOLIS VERDE E NAO FLORADOS, SEM MACHUCADOS E MARCAS DE INSETOS, SEM EXCESSOS DE TALOS OU FOLHAS		1200	R\$4,1900	R\$ 5.028,00
11	CEBOLA COM POLPA INTACTA E LIMPA, SEM BROTO, BOLORES, RACHADURAS OU CORTES NA CASCA		1200	R\$2,4900	R\$ 2.988,00
13	CENOURA COM POLPA INTACTA, SEM BROTO, BOLORES, RACHADURAS OU CORTES NA CASCA, LIMPA E LIVRE DA MAIOR PARTE DE TERRA ADERENTE A CASCA		1500	R\$2,7900	R\$ 4.185,00
14	CHUCHU COM POLPA INTACTA E LIMPA, SEM RACHADURAS OU CORTES NA CASCA		1000	R\$2,1900	R\$ 2.190,00
16	COUVE FLOR, REDONDA, COM FLORES BEM UNIDAS, SEM MACHUCADOS E MARCAS DE INSETOS, SEM EXCESSOS DE TALOS E FOLHAS		1500	R\$4,9800	R\$ 7.470,00

17	LARANJA COMUM COM CASCA BRILHANTE E POLPA SUCULENTA COM GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA A MANIPULACAO E CONSERVACAO ADEQUADA PARA CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, SEM MANCHAS, MACHUCADOS E BOLORES	4000	R\$1,8900	R\$ 7.560,00
18	LARANJA LIMA COM CASCA BRILHANTE E POLPA SUCULENTA COM GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA MANIPULACAO E CONSERVACAO ADEQUADA PARA CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, SEM MANCHAS, MACHUCADOS E BOLORES	1200	R\$2,7900	R\$ 3.348,00
19	LIMAO COM CASCA BRILHANTE POLPA SUCULENTA, COM GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA MANIPULACAO E CONSERVACAO ADEQUADA PARA CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, SEM MANCHAS, MACHUCADOS E BOLORES	300	R\$3,4900	R\$ 1.047,00
20	MACA COM GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA MANUTENCAO E CONSERVACAO ADEQUADA PARA CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, SEM MANCHAS, MACHUCADOS E BOLORES	5000	R\$3,9800	R\$ 19.900,00
21	MAMAO COM CONSISTENCIA FIRME, SEM RACHADURAS PARTES ESCURAS OU MACHUCADAS, BOLORES, COM GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA MANIPULACAO E CONSERVACAO ADEQUADA PARA CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, SEM MANCHAS, MACHUCADOS E BOLORES	4000	R\$3,2900	R\$ 13.160,00
22	PEPINO COM CASCA DE ASPECTO LUSTROSO, COM COLORACAO E TAMANHO UNIFORMES, TIPICOS DA VARIEDADE, CONSISTENCIA FIRME, SEM RACHADURAS OU CORTES NA CASCA	1000	R\$3,4900	R\$ 3.490,00
23	PIMENTAO VERDE COM ASPECTO LUSTROSO, CONSISTENCIA FIRME, SEM RACHADURAS OU CORTES NA CASCA	40	R\$6,4900	R\$ 259,60
24	REPOLHO COM CONSISTÊNCIA FIRME, FOLHAS VIÇOSAS, RIJAS E SEM RASGOS OU MARCAS DE INSETOS	1500	R\$2,1900	R\$ 3.285,00
27	TOMATE FRESCO, COM A POLPA INTACTA E LIMPA, SEM BOLORES, RACHADURAS OU CORTES NA CASCA, COM GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA MANIPULACAO E CONSERVACAO ADEQUADA PARA CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO	1500	R\$4,7900	R\$ 7.185,00
28	VAGEM COMUM SEM RACHADURAS, MANCHAS OU CORTES NA CASCA	500	R\$5,4900	R\$ 2.745,00
29	MELANCIA COM CASCA DE ASPECTO LUSTROSO, COM COLORACAO E TAMANHO UNIFORME, TIPICOS DA VARIEDADE, CONSISTENCIA FIRME, SEM RACHADURAS OU CORTES NA CASCA	2500	R\$2,1900	R\$ 5.475,00
Total Fornecedor:			R\$ 130.497,10	
Total Geral:			R\$ 130.497,10	

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Presencial nº 96/2017 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 09/08/2018.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Todos os produtos licitados deverão ser entregues pelos participantes vencedores nas Unidades Escolares e CEIs Municipais conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação.

Local	Distancia aproximada, partindo do Prédio da Prefeitura
Escola Básica Subida Estrada Geral Subida	17 Km
Centro de Educação Infantil Sonho Encantado Estrada Geral Subida	17 Km
Escola Básica Professor Wadislau Schmidt Estrada Geral Vargem Grande	6 Km
Escola Básica Professora Albertina Kreusch Caprale Estrada Geral Santa Rosa	36 Km
Escola Básica Municipal Victoria Ceruti Petters Loteamento Helena Morro, Centro	2 Km
Escola Isolada Edegar Brandes Ribeirão Basílio	3 Km
Escola Isolada Capela São Pedro Comunidade São Pedro	10 Km
Escola Isolada Padre Agostinho Vorgerd Ribeirão Carvalho	13 Km

Centro de Educação Infantil Caroline do Nascimento	1 Km
Centro de Educação Infantil Doce Infância Estrada Geral Ribeirão Vinte	11 Km
Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Apiúna	1 Km

4.2 Os meios de transportes dos alimentos, refrigerados ou não, devem garantir a integralidade e a qualidade a fim de impedir a contaminação e a deterioração dos produtos. No caso de transporte aberto os alimentos devem ser adicionados em caixas, protegidas com lonas, plásticos e outros, isoladas de substâncias estranhas que possam contaminá-las ou corrompe-las.

4.2.1 Os equipamentos de refrigeração não devem apresentar riscos de contaminação para os produtos, e devem garantir durante o transporte, a temperatura adequada para o mesmo: Refrigeração: até 10º centígrados ou conforme especificação do fabricante expressa na embalagem. Congelamento: entre -18º e -12º centígrados.

4.3 Os produtos deverão ser entregue em até 05 (cinco) dias após a emissão e entrega da Ordem de Compra.

4.3.1 Os produtos deverão ser entregues semanalmente nas Unidades Escolares e CEIs Municipais, todas as segundas feiras conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Apiúna.

4.3.2 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.3.3 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.4 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.5 Se a substituição dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.6 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.7 A inexecução total ou parcial das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato.

4.8 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4.9 No caso de acréscimo contratual em até 25%(vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após a entrega da mercadoria, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 e as respectivas para o exercício de 2018.

Dotação
137.4.1.2040.333903007000000.1000000
153.4.1.2044.333903007000000.1000000
154.4.1.2044.333903007000000.1370400
182.9.1.2094.333903007000000.1350400
212.4.1.2044.333903007000000.1370300
397.4.1.2040.333903007000000.3370200
398.4.1.2040.333903007000000.3370500
399.4.1.2044.333903007000000.3370300
400.4.1.2044.333903007000000.3370400
71.9.1.2094.333903007000000.1000000
73.4.1.2040.333903007000000.1370200
98.4.1.2040.333903007000000.1370500

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao

atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos/serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a

Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 09 de agosto de 2017.

	JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE	
EMPRESA:		
JOSIANI FRAGA ME JOSIANI FRAGA Contratada		

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO 2092

DECRETO Nº 2092, DE 01 DE AGOSTO DE 2017

INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 5º, da Lei Ordinária Nº868/2016 ,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos Das Pessoas Com Deficiência os seguintes membros:

1 - Representantes da Sociedade Civil

I - Representantes dos Usuários dos Serviços Especiais

Eliane Patzlaff – membro titular

Cintia Rover – membro suplente

II – Representantes das Entidades Religiosas

Lari Bogoni - membro titular

Gema Lamb – membro suplente

III – Representantes das Entidades de Classe

Valmir Rauschkolb – membro titular

Adriano Bauer – membro suplente

IV – Representantes dos Clubes de Mães

Ladi Appel – membro titular

Rose Neide Lamb Buth – membro suplente

2 – Representantes do Poder Público

V – Representantes dos Profissionais de Educação Especial

Indiriana Glendi Fedrizzi Patzlaff – membro titular

Rosane Dall Agnol Arend

VI – Representantes da Saúde e Assistência Social

Dilmar Iloi Tiemann – membro titular

Sabrina Mores – membro suplente

Marcia Elisa Scheer – membro titular

Elizabeth Singrid Walmam – membro suplente

VII – Representantes da Administração

Rosa Steffen – membro titular

Michele Marciane Wasem – membro suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã SC, 01 de agosto de 2017

LeaniKapp Schmitt

Prefeita

Registra-se e Publica-se.

Em 01 de agosto de 2017

Glaucia Pottratz

Responsável Pelas Publicações

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ADICIONAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO VALOR DE R\$ 315.000,00 NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito suplementar adicional:

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Modalidade	122	339000000000000000010000	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão	16	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade	01	Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo		
Projeto Atividade	2.092	Coleta, Transporte e Tratamento de Lixo Urbano		
Modalidade	127	339000000000000000010000	Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL				315.000,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.012	Ampliação e Conservação Predial Educação Infantil - Pré Escola		
Modalidade	38	4490000000000000010190	Aplicações Diretas	50.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.016	Mobiliário e Equipamentos para Ensino Fundamental		
Modalidade	40	4490000000000000010190	Aplicações Diretas	15.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.065	Infraestrutura Predial para Ensino Fundamental		
Modalidade	43	4490000000000000010190	Aplicações Diretas	50.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.039	Gestão das Políticas e Ações do Ensino Fundamental		
Modalidade	56	3190000000000000010190	Aplicações Diretas	45.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	02	Diretoria de Cultura		
Projeto Atividade	1.035	Construção do Centro Municipal de Eventos e Cultura		
Modalidade	83	4490000000000000010000	Aplicações Diretas	100.000,00
Órgão	15	SECRETARIA MUN. AGRIC. IND. COM. SERV. MEIO AMBIENTE		
Unidade	01	Setor dos Programas Ações e Atividades. Da Agricultura e Pecuária		
Projeto Atividade	2.064	Feiras, Eventos e Capacitação de Agricultores		
Modalidade	100	3390000000000000010000	Aplicações Diretas	40.000,00
Órgão	15	SECRETARIA MUN. AGRIC. IND. COM. SERV. MEIO AMBIENTE		
Unidade	03	Setor de Meio Ambiente		
Projeto Atividade	1.023	Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água Rural		
Modalidade	103	3390000000000000010000	Aplicações Diretas	15.000,00
TOTAL				315.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 04 de Agosto de 2017
Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registra-se e Publica-se
Em, 04 de Agosto de 2017.

Glaucia Pottratz
Responsável Pelas Publicações

Arroio Trinta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2017 - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0031/2017 - PR

Tipo: Menor valor por litro.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-500, ÓLEO DIESEL S-10, GASOLINA E ARLA, PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017, COM FORNECIMENTO CONTINUADO E PROGRAMADO, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 23/08/2017.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 23/08/2017.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Site do Município: www.arroiotrinta.sc.gov.br ou através dos e-mails: licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br e ou compras@arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 08 de agosto de 2017.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 09/2017 FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017- FMED
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017 - FMED

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017-FMED

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para AQUISIÇÃO DE BERÇO INFANTIL COM COLCHÃO para os Centros de Educação Infantil, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA Total do Fornecedor: R\$72.000,00

A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei, vigorando até 25 de julho de 2018.

Balneário Piçarras(SC), 26 de julho de 2017.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

PORTARIA 319/2017

PORTARIA N.º 319/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, CONCEDE A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a servidora, Sra. VIVINARA GICK FAGUNDES DA ROCHA, brasileira, maior, casada, portadora do C.I nº 5031708984 SSP/SC, CPF nº 932.621.679-91, ocupante do cargo efetivo de ODONTÓLOGA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, matrícula nº 990, lotada na Secretaria de SAÚDE pelo período de 02 (dois) anos, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras com início em 07 de agosto de 2017 .

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 07 de agosto de 2017.

Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 320/2017

PORTARIA N.º 320/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, CONCEDE A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a servidora, Sra. ANA CLÁUDIA DE AMORIM, brasileira, maior, solteira, portadora do C.I nº 3.748.526 SSP/SC, CPF nº 035.982.409-96, ocupante do cargo efetivo de ODONTÓLOGA, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, matrícula nº 4735, lotada na Secretaria de SAÚDE pelo período de 02 (dois) anos, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras com início em 07 de agosto de 2017 .

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 07 de agosto de 2017.

Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/PMBR/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/PMBR/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 22/08/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços com fornecimento de peças para as futuras manutenções mecânicas das motocicletas, pertencentes ao 1º. GP/3º. P/1º. CIA/GEIC da Polícia Militar do Município de Balneário Rincão/SC, de acordo com as especificações deste edital e seus anexos.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 09 de Agosto de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

DECRETO 055/2017

DECRETO/GP/Nº 055/2017, DE 07 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre a nomeação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS - FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº Lei N. 061/2013, de 25 de outubro de 2013, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS – FUNDEB;

DECRETA:

Art. 1º - Nomear os representantes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, para o biênio 2016/2018.

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Fabiana Cristina Rosa.

Suplente: Sara Amoroso.

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Gisele Fernandes.

Suplente: Lidiane Rodrigues Lessa.

II – Representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais

Titular: Rosane Ribeiro Goulart.

Suplente: Dorizete Casagrande Fernandes.

III – Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais

Titular: Daniela Costa.

Suplente: Fabiana Magé.

IV – Representantes dos Pais das Escolas Públicas Municipais

Titular: Viviana Karin Mendes Fernandes.

Suplente: Samanta Rodrigues Brás.

Titular: Gesiane Dalpra.

Suplente: Maurina Souza Fernandes.

V – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Jussara Da Luz.

Suplente: Gislaine Domingos.

Titular: Laurindo Marques Menegasso.

Suplente: Roberto Martins da Rosa.

VI – Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: Aline de Bem de Carvalho.

Suplente: Débora Formentin.

VII – Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Gislaine Inácio de Melo Lino.

Suplente: Marciane Santiago.

Art. 2º - Os membros do Conselho serão regidos por Estatuto próprio.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 07 de julho de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 07 de julho de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças designado

DECRETO 057/2017

Decreto nº 57, de 21 de Julho de 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 302, de 29 de junho de 2017 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	09	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	09.01	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	09	Gestão da Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	02	Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.050	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.93.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	78	

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, será utilizado a anulação parcial da dotação do Orçamento Geral do Município, conforme preceitua o Artigo 4º, da Lei 302, de 29 de Junho de 2017, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), de acordo com o previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	09	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	09.01	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	09	Gestão da Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	304	Vigilância Sanitária
RECURSO	02	Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.053	Manutenção da Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiológica
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	32	

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 21 de Julho de 2017.
JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 21 de Julho de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 058/2017

Decreto nº 58, de 21 de Julho de 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 281, de 20 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	04	Secretaria de Educação e Cultura
UNIDADE	04.02	Diretoria de Creche e Pré-Escolares
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	04	Gestão da Educação Pública
SUBFUNÇÃO	365	Educação Infantil
RECURSO	19	FUNDEB – Máximo 40%
PROJETO/ATIVIDADE	1.008	Aquisição de Área, Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física de Creche e Pré-Escolares
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	249	

Valor: R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos FUNDEB - Máximo 40% no valor de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais) conforme preceitua o Artigo 8º, da Lei nº 281, de 20 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 21 de Julho de 2017.
JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 21 de Julho de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 059/2017

Decreto nº 59, de 21 de Julho de 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 281, de 20 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	09	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	09.01	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde

PROGRAMA	09	Gestão da Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	02	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.050	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	14	

Valor: R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, será utilizado a anulação parcial da dotação do Orçamento Geral do Município, conforme preceitua o Artigo 8º, da Lei 281, de 20 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária Anual (LOA), no valor de R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais), de acordo com o previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	09	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	09.01	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	09	Gestão da Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	02	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.050	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.1.71.00	Transf. a Consórcios Públicos
CÓDIGO REDUZIDO	13	

Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

ÓRGÃO	09	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	09.01	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	09	Gestão da Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	02	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.050	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.50.00	Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
CÓDIGO REDUZIDO	15	

Valor: R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais)

ÓRGÃO	09	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	09.01	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	09	Gestão da Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	02	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.050	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.71.00	Transf. a Consórcios Públicos
CÓDIGO REDUZIDO	16	

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

ÓRGÃO	09	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	09.01	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde

PROGRAMA	09	Gestão da Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	02	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.050	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	4.4.71.00	Transf. a Consórcios Públicos
CÓDIGO REDUZIDO	22	

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

ÓRGÃO	09	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	09.01	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	09	Gestão da Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	02	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.050	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	23	

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 21 de Julho de 2017.
JAIRO CELOY CUSTÓDIO
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 21 de Julho de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO
 Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 060/2017

DECRETO/GP/Nº 060/2017, DE 02 DE AGOSTO DE 2017.
 Nomeia os integrantes titulares e suplentes do Conselho Municipal de Educação - CME.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Nomear os novos integrantes titulares e suplentes, abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Educação - CME

I. Representante do Poder Executivo Municipal:

Titular: Gisele Teixeira Fernandes
 Suplente: Maiara Mello

Titular: Neuza de Farias
 Suplente: Janaína Neves

Titular: Caroline Ghilardi
 Suplente: Marcia do Nascimento

II. Representante do Magistério Público Estadual:

Titular: Paula Regina Patrício Lino
 Suplente: Dorizete Casagrande Fernandes

III. Representantes das Entidades Organizadas em funcionamento no Município:

Titular: Rosangela Bitencourt
Suplente: Viviana Karin Mendes Fernandes

IV. Representantes das Entidades representativas do Atendimento em Educação Especial no Município ou Região:

Titular: Monica Joaquim Fernandes
Suplente: Cristiane Aparecida Onghero

V. Representantes das APPs devidamente constituídas no Município:

Titular: Gesiane Dalprá
Suplente: Rosimeri Olivo

VI.

VII. Representante do Magistério Público Municipal

Titular: Aline de Bem de Carvalho
Suplente: Adriana Pedro E.Maffei

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 02 de agosto de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 02 de agosto de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 061/2017

DECRETO/GP/Nº. 061/2017, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia os membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa civil, homologa a indicação de Membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, nomeia o Presidente do Grupo de Emergência do Município de Balneário Rincão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município c/c Lei 121/2014. DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados o coordenador, secretário e assessores técnicos da COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC) do Município de Balneário Rincão:

a) Coordenador - Airton Valvito Ferreira.

b) Secretário (a) - Nestor Back.

c) Assessoria Técnica - Anderson Moreira Douglas e Vilmar Bernardino Borges.

Art. 2º Fica homologada a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Balneário Rincão, quais sejam:

a) Prefeito Municipal - Jairo Celoy Custódio.

b) Presidente da Câmara - Jorge Luiz Amorim Costa

c) Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular: Luiz Gustavo da Luz Neto

Suplente: Janaína da Silva Neves

d) Representantes da Secretaria de Infraestrutura, Pesca e Meio Ambiente:

Titular: Nestor Back

Suplente: Anderson Moreira Douglas

e) Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Gisele Teixeira Fernandes

Suplente: Rafael Henrique da Silva Cechinel

f) Representante da Secretaria de Assistência Social

Titular: Adroaldo Faraco

Suplente: Fabiana Cristina Rosa

g) Representantes Polícia Civil:

Titular: Leandro Ribeiro Hlug

h) Representante do Corpo de Bombeiro:

Titular: Rogério Antônio Thomaz

Suplente: Daniel Valga Vieira

i) Representante do CONSEG:

Titular: Gilberto Taraskevicius

j) Representante do Grupo de Emergência:

Titular: Paulo Henrique Moliner Amboni

Suplente: Airton Valvito Ferreira

l) Representante da Polícia Militar:

Titular: Rafael Steinert Nunes

Art. 3º Nomeia como Chefe do Grupo de emergência o Sr. Paulo Henrique Moliner Amboni.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 09 de agosto de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 09 de agosto de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO
Secretário de Administração e Finanças Designado

Bandeirante

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 23/2017 FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE CONTRATO Nº 23/2017

Processo licitatório nº 23/2017

Dispensa de Licitação nº 06/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE

Contratado: RANG TECNOLOGIA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA LTDA - ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FERRAMENTA DE GERENCIAMENTO DE UNIDADE DE SAÚDE PARA O ANO DE 2017, COM AS DIVERSAS FUNCIONALIDADES NECESSÁRIAS, INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO.

Dos valores: R\$ 2.925,00 (dois mil novecentos e vinte e cinco reais).

Assinatura: 04 de agosto de 2017.

Vigência: 15/08/2017 a 31/12/2017.

Bandeirante, SC, em 04 de agosto de 2017

Neuri Biazzi – GESTOR DO FMS

RELAÇÃO DE PONTUAÇÃO TÍTULOS - EDITAL Nº 08_2017 PROCESSO SELETIVO Nº 1_2017

EDITAL Nº 08 DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

RELAÇÃO DA PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

A Comissão Municipal Especial nomeada para proceder a auxílio aos trabalhos de desenvolvimento da organização, aplicação e fiscalização acerca do Teste Seletivo nº 01/2017, do Edital nº 08/2017, divulga a relação da pontuação da prova de títulos, dos candidatos inscritos para os cargos de Professores Habilitados, Não Habilitados e Orientador Educacional, pela comprovação de requisitos de acordo com o item 5.4 e subitens do referido Edital, conforme abaixo:

Orientador Educacional			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	152	Claudia Roma	1,20
2	130	Daniela Regina Bosing	1,50
Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	32	Adriana Berte	0,60
2	29	Bruna Carla Berté	0,20
3	48	Claudete Maria Pacini Kuhn	1,80
4	45	Claudinei Cavassini	1,70
5	131	Daniela Regina Bosing	1,50
6	37	Fabiana Spies	1,30
7	79	Gerusa Izabel Mânica	0,80
8	114	Gricelda Rodrigues da Silva	0,70
9	64	Inês Maria De Valle Gonzatti	1,50
10	26	Jocelaine Santin	0,70
11	60	Jociani Fatima Alves Pinheiro Hammes	0,60
12	66	Juliana Basso Donadello	0,90
13	123	Lucia Senilda Machado	1,40
14	140	Naiara Kosloski	0,70
15	111	Patricia Cozer	1,30
16	15	Prescila Elena Moreira	0,50
17	42	Raquel Fabiana de Oliveira	1,30
18	23	Roselane Tressoldi Pedersetti	0,60
19	94	Roque Francisco Ribeiro	0,60
20	20	Suzana Simioni	0,50
Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO

1	104	Jaqueline Chiesa	0,50
2	150	Jéssica Cittolin Trenhago	0,50
3	58	Simone Maria Bracht	0,40
Professor de Arte - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	33	Claudia Roma	1,70
2	135	Salete Trevisan Testolin	0,20
Professor de Ciências - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	87	Madalena Zancan	1,60
2	24	Simone Andrea Melz Falavigna	1,50
Professor de Ciências - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	59	Simone Maria Bracht	0,40
Professor de Educação Física - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	153	Acidio Pecos Valduga	1,20
2	146	Ana Paula Gonçalves	0,70
3	09	Claudio André Machado	1,20
4	101	Dionara Marcia Casagrande	1,50
5	16	Emerson Maico Baierle	1,40
6	27	Giovani Macedo	0,90
7	41	Sabrina Priscila Simioni	1,40
Professor de Educação Infantil - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	31	Adriana Berte	0,60
2	30	Bruna Carla Berté	0,20
3	38	Fabiana Spies	1,30
4	78	Gerusa Izabel Mânica	0,80
5	113	Gricelda Rodrigues da Silva	0,70
6	63	Inês Maria De Valle Gonzatti	1,50
7	25	Jocelaine Santin	0,70
8	128	Kelin Baldin	0,80
9	85	Neura Ana Trenhago	1,10
10	110	Patricia Cozer	1,30
11	14	Prescila Elena Moreira	0,50
12	112	Queli Lucia Scaravonatti Pasquali	1,20
13	43	Raquel Fabiana de Oliveira	1,30
14	21	Suzana Simioni	0,50
Professor de Educação Infantil - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	105	Jaqueline Chiesa	0,50
2	151	Jéssica Cittolin Trenhago	0,50
Professor de Ensino Religioso - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	10	Claudio André Machado	0,70
2	107	Simone Andrea Melz Falavigna	1,00

Professor de Inglês - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	136	Cristiane Ribeiro	1,00
Professor de Inglês - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	54	Debora dos Passos	0,10
Professor de Língua Portuguesa - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	53	Debora dos Passos	0,10
Professor de Matemática - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	99	Adriana Balestro Fritzen	1,80
2	137	Cristiane Ribeiro	1,00
3	89	Denise Vicentini	1,60
4	34	Sandra Regina Anselmini	2,00
Professor de Matemática - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	102	Caroline Chiesa	0,50
Professor para Educação Básica - Informática - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	100	Adriana Balestro Fritzen	1,80
2	129	Kelin Baldin	1,30
3	147	Liamara Gonzatti	1,40
4	88	Madalena Zancan	1,10
5	70	Marizete Marciane Stahlhofer	1,00
6	69	Sandra Regina Anselmini	2,00
Segundo Professor - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	46	Claudinei Cavassini	1,70
2	65	Juliana Basso Donadello	0,90

Professor de Geografia - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	103	Caroline Chiesa	0,50

Professor de História - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	148	Sidinei Rodrigues Alves da Silva Janowitz	1,10

Professor Espanhol - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1	132	Fabiani Liberaci Hoppe Camara	0,40

Os candidatos terão do dia 11.08/2017 a 14.08.2017 para realizarem recurso referente a pontuação da prova de títulos, pela internet, no site: www.ameosc.org.br

Bandeirante - SC, 10 de agosto de 2017.

Alexandro Rodrigo Trampusch Presidente Comissão	Rodrigo Andrei Gaidxinski Membro Comissão	Camila Bottega Membro Comissão
--	--	-----------------------------------

Barra Velha

PREFEITURA

ATA 001/2017 PP 037/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

Contratada: LOTUS ENGENHARIA AE CONSULTORIA LTDA EPP

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo arquitetônico e complementares para execução de um expocentro para Fundação de Turismo Esporte e Cultura e para garagem para ônibus para Secretaria de Educação

Valor do Contrato: 3.800,00

Data de Assinatura: 08/08/2017

Data de Vencimento: 08/08/2018

Barra Velha, 08 de agosto de 2017.

JARDEL BRIZOT

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN Prefeito

ATA 002/2017 PP 037/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

Contratada: HB ENGENHARIA EIRELI EPP

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo arquitetônico e complementares para execução de um expocentro para Fundação de Turismo Esporte e Cultura e para garagem para ônibus para Secretaria de Educação

Valor do Contrato: 3.800,00

Data de Assinatura: 08/08/2017

Data de Vencimento: 08/08/2018

Barra Velha, 08 de agosto de 2017.

ALEX SANDRO BOLIGON

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

7º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 001/2015 COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS E EXAMES MÉDICOS

7º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 001/2015
Comprovação de Requisitos e Exames Médicos

A CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, de acordo com o Edital nº 001/2015, e considerando a homologação do resultado final da prova objetiva e títulos, por meio do Decreto nº 17/2016, de 08 de março de 2016, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Concurso Público, a convocação para comprovação dos requisitos e Exames Médicos do Concurso Público, conforme o Edital nº. 001/2015, para os seguintes cargos:

CÂMARA DE VEREADORES

Nível Alfabetizado

Servente

1 DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, os candidatos relacionados no Item 7.1, que deverão apresentar os seguintes documentos:

- Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
- Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito anos) ou Cópia Autenticada do Título de Eleitor, acompanhada de Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física ou Comprovante de Inscrição no CPF, emitido pela Receita Federal do Brasil;
- Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
- Cópia autenticada em cartório ou original da Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada (conforme o caso), com menos de 90 (noventa) dias;

- Cópia do Cartão de Cadastro do PIS/PASEP (se tiver);
- Exibição da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;
- Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade, conforme discriminado no Edital do Concurso Público 001/2015 (disponível em www.iobv.org.br), e respectivo registro no conselho de classe, quando exigido;
- Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, bem como documentos comprobatórios da experiência profissional, conforme o caso, de acordo com o especificado no Edital do Concurso Público 001/2015 (disponível em www.iobv.org.br);
- Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;
- Certidões de antecedentes criminais, da justiça comum estadual e da justiça federal, da circunscrição onde reside o candidato e da circunscrição do Estado de Santa Catarina (caso o candidato não resida em Santa Catarina);
- declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88.
- Para os cargos de motorista, cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, comprobatória da categoria de habilitação exigida no Edital do Concurso Público 001/2015 (disponível em www.iobv.org.br);

1.2 A Comprovação de Requisitos tem caráter eliminatório, devendo os candidatos apresentarem todos os documentos acima relacionados na data e local determinados no presente Edital, sob pena de eliminação.

2 DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 Todos os candidatos devem apresentar, junto ao Exame-médico

Pré-Admissional, emitido por Médico do Trabalho, com a informação de "apto", os seguintes exames:

- hemograma completo,
- contagem de plaquetas,
- parcial de urina,
- creatinina,
- uréia,
- sorologia para lues,
- glicemia de jejum,
- exame radiológico do tórax 2 posições – P + PA,
- esquema anti-tetânico em dia ou iniciado na ocasião;
- vacina anti-rubéola.

2.1.1 Para candidatas do sexo feminino deverá ser acrescido Exame Ginecológico (realizado no prazo máximo de 12 meses) ou comprovante em andamento (coleta e resultado).

2.1.2 Para candidatos do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverá ser acrescido o Preventivo Prostático (realizado no prazo máximo de 12 meses).

2.2 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 35 anos, deverá ser acrescidos eletrocardiograma com laudo médico (com prazo máximo de 30 dias).

2.3 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 40 anos, deverá ser acrescidos Colesterol Total e Triglicerídeos (com prazo máximo de 30 dias).

2.4 Não serão aceitos resultados de exames emitidos pela internet sem assinatura digitalizada, fotocopiados ou por fax. Na inspeção médica poderão ser exigidos exames e testes complementares considerados necessários para sua conclusão.

Deverão os candidatos, ainda, apresentar:

3. Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício (2016);

4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

5. Após receber a convocação o candidato terá o prazo de 02 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer, junto ao setor de protocolo da Câmara, prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida nos itens 1, 2, 3 e 4 deste Edital.

6. DO LOCAL DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 7.1, deverão se apresentar no horário das 14h às 18h, no Protocolo da Câmara de Vereadores, sito a Rua Pedro Alcântara de Freitas, 125, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados nos itens 1, 2, 3 e 4 conforme a programação abaixo estabelecida:

7. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

7.1 Fica convocado para a Comprovação de Requisitos acima elencados, o candidato a seguir relacionado:

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA

Nível Fundamental
6º Lucimara Rodrigues

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Os candidatos convocados para esta fase deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1, 2, 3 e 4. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

8.2 O Resultado Preliminar, desta fase do Concurso Público, será publicado no site www.camarabarravelha.sc.gov.br e DOM – Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8.3. Caberá recurso do Resultado Preliminar, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado, mencionado no subitem anterior.

8.4. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 001/2015, que normatiza o Concurso Público da Câmara de Vereadores de Barra Velha/SC.

8.5 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público constituída para este fim.

8.6 A presente convocação poderá ser atendida, por procurador munido de Procuração Pública, específica para o seguinte ato: – apresentar documentos que comprovem os requisitos exigidos pela Câmara de Barra Velha no Concurso Público previsto no Edital 001/2015, com poderes específicos para tomar ciência da eliminação do concurso público.

8.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 09 de agosto de 2017.

ALEX SANDRO CORREIA DOS SANTOS - Presidente

CHARLES SAINT-CLAIR HEIL – Advogado
OAB/SC: 12629

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

RESOLUÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC
RESOLUÇÃO Nº 05/2017

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Bela Vista do Toldo/SC

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 09 de agosto de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.095, de 12 de junho de 2015, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Bela Vista do Toldo/SC – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de , referente ao ano de 2017, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo/SC, 09 de agosto de 2017.

Silvana do Carmo Dambroski

Presidente em exercício

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DO 9º ADITIVO - ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 25/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 77/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de combustíveis para abastecer os veículos, máquinas e equipamentos das diversas secretarias.

EMPRESA FORNECEDORA: POSTO DOIS IRMÃOS LTDA

JUSTIFICATIVA DO ADITIVO: Aumento do Combustível

PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/08/2017 a 31/12/2017

Benedito Novo (SC), 02/08/2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 155/2017

DECRETO Nº 155/2017 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

REVOGA O DECRETO Nº 106, DE 05 DE JUNHO DE 2017, QUE AUTORIZA SERVIDORES EFETIVOS NO CARGO DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO, BIOQUÍMICO, TÉCNICO EM SANEAMENTO, TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, ARQUITETO, ENGENHEIRO FLORESTAL, BIÓLOGO E ASSISTENTE SOCIAL A PRESTAR AUXÍLIO TÉCNICO E OPERACIONAL À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FAMABI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 106, de 05 de junho de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 09 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 156/2017

DECRETO Nº 156/2017 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 199/2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito do Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 98 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar nº 49, de 30 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o artigo 1º, inciso I do Decreto Municipal nº 199, de 10 de novembro de 2015, acrescido da alínea "i", com a seguinte redação:

"Art. 1º. [...]

i) Casa de shows e eventos – itens 12.06;"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 09 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DL179/2017-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 179/2017-PMB

OBJETO: Capacitação e assessoria para elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes do Município. EMPRESA CONTRATADA: Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

VALOR: R\$ 5.375,00 (cinco mil trezentos e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

783 11/2 2054 333903999000000

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista a necessidade da capacitação e assessoria para elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes do Município, optou-se por Dispensa de Licitação, de acordo com o art.24, XIII da Lei 8.666/93.

II- na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

A contratada apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

DL181/2017-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 181/2017-PMB

OBJETO: Contratação de empresa e/ou de profissional especializado e habilitado, para atuar na SECETUL - Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, desenvolvendo atividades Culturais.

CONTRATADO: Patrick Bittencourt Antunes.

VALOR: R\$ 1.984,81 mensal.

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 13.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2049

ELEMENTO DA DESPESA: 333903699000000

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista a falta de interessados em participar das licitações PP86/2017e 54/2017, sendo que a sua repetição ocasionaria prejuízo para a Administração Pública, optou-se por Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, V, da Lei 8666/93:

V - Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

Biguaçu, 08 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44 DO PP 25/2017 FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44 DO PP 25/2017 FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO COTADOS EM PROCESSO 12/2017, PARA USO NA UPA E ATENÇÃO BÁSICA.

VENCEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 25.439,94

VIGÊNCIA: 10/08/2017 A 10/08/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 18 de julho de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42 DO PP 85/2017 - PMB, EM RAZÃO DO REAJUSTE DO PREÇO UNITÁRIO.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42 DO PP 85/2017 - PMB, EM RAZÃO DO REAJUSTE DO PREÇO UNITÁRIO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA EM GERAL, PARA OS LOCAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EMPRESA: GENOIR VAZ ME

PREÇO UNITÁRIO ALTERADO:

ITEM 1- R\$ 31,00

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.atende.net

Biguaçu, 09 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 2923/2017

PORTARIA Nº 2923, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20001010.1.00049/16-5 e da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo expedida pelo Estado de Santa Catarina/IPREV, sob o nº 1006/2016, nos assentamentos funcionais do servidor WANDERLEY DELLA GUSTINA, detentor da matrícula nº 7464-05 e do cargo de provimento efetivo Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do

servidor WANDERLEY DELLA GUSTINA, detentor da matrícula nº 7464-05 e do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, dos períodos de 11/09/1974 a 26/12/1975, 13/10/1976 a 20/12/1976, 17/01/1977 a 13/04/1977, 20/04/1977 a 27/06/1979, 01/11/1985 a 06/01/1987, 07/01/1987 a 02/06/1990, 09/07/1990 a 19/06/1992, 02/08/1993 a 16/03/1994, 01/04/1995 a 15/01/1997, 01/01/1999 a 30/12/1999, 03/01/2000 a 30/03/2000, 01/10/2000 a 20/12/2000, 02/01/2001 a 30/12/2001, 02/01/2002 a 31/12/2002, 02/01/2003 a 31/12/2003, 02/01/2004 a 30/12/2004, 03/01/2005 a 30/12/2005 a 01/01/2006 a 31/12/2006, correspondentes a 20 anos, 03 meses e 24 dias (7.414 dias), da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20001010.1.00007/17-9, e o período de 10/08/1979 a 26/06/1985, correspondente a 05 anos, 10 meses e 17 dias (2.142 dias), da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo Estado de Santa Catarina/IPREV sob o nº 1006/2016, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 2232 de 09 de junho de 2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PP 26/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 26/2017- FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS 0KM PARA SEREM UTILIZADOS PELA ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 23 de agosto, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 23 de agosto, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 09 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.416/2017

DECRETO N. 11.416, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.

CRIA A MEDALHA DE MÉRITO CULTURAL "ROSE GAERTNER" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 59, e na forma da alínea "m" do inciso I do art. 75, todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Medalha de Mérito Cultural "Rose Gaertner" como prêmio simbólico a ser conferido a artistas e personalidades culturais do Município de Blumenau, reconhecidos como de real valor, ou a quem tenha contribuído por outros meios e de modo eficaz para o reconhecimento ou a defesa do patrimônio artístico e cultural da cidade de Blumenau.

Art. 2º A Medalha acompanhará diploma assinado pelo Prefeito Municipal, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau e Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 3º A concessão da Medalha é de competência do Prefeito Municipal, mediante Decreto, à vista de indicação do Presidente da Fundação Cultural de Blumenau e encaminhada para conhecimento ao Conselho Municipal de Política Cultural, para registro no livro Ata do Conselho.

Parágrafo único. A apresentação dos nomes deve conter um resumo do currículo do indicado.

Art. 4º A Medalha é concedida anualmente, de preferência na semana do aniversário de emancipação política do Município, abrindo a programação festiva sempre no dia 1º de setembro.

Art. 5º A entrega da Medalha é feita em ato solene presidido pelo Prefeito Municipal e pelo Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, que podem se fazer representar por delegados especialmente credenciados.

Art. 6º Não é devido emolumento ou ônus de qualquer natureza pela concessão da Medalha do Mérito Cultural "Rose Gaertner".

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 7 de agosto de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.417/2017

DECRETO Nº 11.417, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.454, de 04 de agosto de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0210.00000, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Man. das Ativ. de Trânsito

Modalidade 3.3.30 () Tran. Estados e ao Distrito Federal R\$ 600.000,00

Fonte de Recursos 0210.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de agosto de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.418/2017

DECRETO Nº 11.418, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento nos artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 8.456, de 04 de agosto de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0009.2182 – CEO – Centro de Esp. Odontológicas

Modalidade 3.3.90 (73) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Modalidade 3.3.90 (74) Aplicações Diretas R\$ 270.000,00

Fonte de Recursos 0267.00065

Modalidade 4.4.90 (75) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0009.2188 – FAEC – Cirurgias do Aparelho Circulatório

Modalidade 3.3.90 (86) Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – MAC – Outros Procedimentos Vinculados

Modalidade 3.3.90 (100) Aplicações Diretas R\$ 270.000,00
Fonte de Recursos 0267.00065

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de agosto de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.106/2017

PORTARIA N. 21.106, DE 28 DE JULHO DE 2017.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DAS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS R.C.A., T.M.M., S.S.S. e D.S.A.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e art. 209, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo a solicitação efetuada pela Secretária Municipal de Educação, através do Memorando n. 0232/2017, de 21/06/2017 – Gabinete SEMED, resolve:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar a ser conduzido pela Segunda Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designada pelas Portarias n. 13.865, de 08/06/2010, n. 15.326, de 18/01/2012 e n. 18.112, de 30/09/2014, para apurar a responsabilidade das servidoras públicas municipais abaixo, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os documentos e relatos anexados ao Memorando SEMED nº 0232/2017, de 21/06/2017, encaminhado pela Secretária Municipal de Educação:

a) R.C.A., matrícula nº 20630-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheira, por infringir, em tese, os artigos 177, XXII (praticar improbidade administrativa nos termos da lei federal); XXIII (falsificar ou usar documentos que saiba ser falsificados) da Lei Complementar n. 660/07 e o art. 11 e inciso I da Lei Federal n.º 8.429/92;

b) T.M.M, matrícula nº 69869-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheira, por infringir, em tese, os artigos 177, XXII (praticar improbidade administrativa nos termos da lei federal); XXIII (falsificar ou usar documentos que saiba ser falsificados) da Lei Complementar n. 660/07 e o art. 11 e inciso I da Lei Federal n.º 8.429/92;

c) S.S.S., matrícula nº 13144-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, por infringir, em tese, os artigos 177, XXII (praticar improbidade administrativa nos termos da lei federal); XXIII (falsificar ou usar documentos que saiba ser falsificados) e XXX(falsificar ou inutilizar no todo ou em parte ou subtrair da repartição documento público ou particular) da Lei Complementar n. 660/07 e o art. 11 e inciso I da Lei Federal n.º 8.429/92;

d) D.S.A., matrícula nº 14287-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, por infringir, em tese, os artigos 177, XXII (praticar improbidade administrativa nos termos da lei federal); XXIII (falsificar ou usar documentos que saiba ser falsificados) e XXX(falsificar ou inutilizar no todo ou em parte ou subtrair da repartição documento público ou particular) da Lei Complementar n. 660/07 e o art. 11 e inciso I da Lei Federal n.º 8.429/92;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de julho de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.128/2017

PORTARIA Nº 21.128, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

PROMOVE A READAPTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL STELA MARIS DUARTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com os arts. 6º, 8º, II, 28 e 29, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e de conformidade com o Decreto nº 8.603, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

READAPTAR

STELA MARIS DUARTE, servidora pública municipal desde 18 de março de 2002, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, com jornada de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da

Saúde - SEMUS, no cargo de provimento efetivo de Analista de Políticas Públicas, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, Categoria 09, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento D, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, sem prejuízo de sua remuneração e carga horária, de conformidade com o Expediente emitido pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público Municipal - SESOSP, nos autos do Processo de Readaptação nº 2017/07/467, a contar de 11 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de agosto de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.130/2017

PORTARIA Nº 21.130, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

DISPENSA RODRIGO DIEGO JANSEN DO COMITÊ GESTOR DE GOVERNO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

DISPENSAR

RODRIGO DIEGO JANSEN da composição do Comitê Gestor de Governo, instituído com a finalidade de adequar as diretrizes providenciais em cumprimento ao Decreto nº 11.175/2017, designado pela Portaria nº 20.560, de 10 de março de 2017, a contar desta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de agosto de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017

Objeto: Contratação de empresa para serviços de sonorização e iluminação, como fornecimento de equipamentos de som e luz, bem como mão de obra especializada, para as edições da 34ª e 35ª Oktoberfest e Sommerfest 2018 e 2019 - PROEB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 22 de agosto de 2017, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 22 de agosto de 2017, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mails: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 08/08/2017 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 204/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 204/2017

CONTRIBUINTE : BWOOD ASSESSORIA FLORESTAL E REPRESENTAÇÃO LTDA ME

ENDEREÇO: RUA PAULINA SCHWAMBACH, 22 - BADENFURT

Nº INSCRIÇÃO:103892 CNPJ.:19.234.560/0001-39

Processo Fiscal :181/2017

Sócios: IVAN CARLOS BONA e ANTONIO CARLOS FARIAS

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou

b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:	
Base de Cálculo	61.700,36
Imposto a Recolher	1.234,01
Atualização Monetária	152,38
Juros de Mora	263,58
Multa p/ infração	693,19
Total Geral	2.343,15

DESCRIÇÃO DOS FATOS:

1)Período Notificado: 06/2014 e 12/2014; 06/2016 a 09/2016, 12/2016, 03/2017.

2)Documentos examinados: Notas Fiscais emitidas (Notablu).

3)Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1)Prestou serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item 10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

3.2)Pela Intimação Fiscal nº 061/2017 foi determinado ao sujeito passivo a apresentação dos comprovantes de pagamento do ISSQN, conforme Notas Fiscais emitidas no Notablu. Decorrido o Prazo para apresentação dos comprovantes, o contribuinte não apresentou os mesmos, gerando a Notificação Fiscal nº 204/2017 referente aos valores de ISSQN em aberto no Notablu.

3.2.1)Enviada a Notificação Fiscal nº 204/2017 ao contribuinte no endereço cadastral da empresa, porém, após 3 (três) tentativas de entrega, não localizou-se o contribuinte no endereço.

3.2.2) Na impossibilidade de contatar o contribuinte, procede-se ao envio da presente Notificação para publicação em edital no Boletim Oficial do Município, conforme Art. 153, III, LC 632/2007.

3.3)Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

4)COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO:

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

Receita com Prestação de Serviços conforme às Notas Fiscais de Serviços emitidas no Notablu (período acima descrito).

5)CÁLCULO DO VALOR A PAGAR:

5.1)Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 2% conforme Art. 276 LC 632/2007.

a)Atualização monetária:

- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012
- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013
- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014
- A partir de 2016 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10820/2015
- A partir de 2017 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11146/2016.

b)Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.2)Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6)Observações:

6.1)Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2)Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3)Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4)Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

6.5)A presente Notificação não inibe a fiscalização referente ao mesmo período.

Patrícia Dias
Auditora Fiscal Tributária

Matrícula nº 21554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 204/2017 – BWOOD ASSESSORIA FLORESTAL E REPRESENTAÇÃO LTDA ME

Ano 2014	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Junho	16.474,01	329,48	-	329,48	417,51	88,02	154,48	571,98
Dezembro	4.489,58	89,79	-	89,79	107,01	17,22	33,17	140,19
Total	20.963,59	419,27	-	419,27	524,52	105,24	187,65	712,17

Ano 2016	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Junho	2.586,09	51,72	-	51,72	55,54	3,82	7,22	62,77
Julho	5.315,92	106,32	-	106,32	114,18	7,86	13,70	127,88
Agosto	4.260,37	85,21	-	85,21	91,51	6,30	10,07	101,57
Setembro	12.735,33	254,71	-	254,71	273,53	18,83	27,35	300,89
Dezembro	6.984,46	139,69	-	139,69	150,01	10,33	10,50	160,52
Total	31.882,17	637,64	-	637,64	684,78	47,13	68,84	753,62

Ano 2017	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Março	8.854,60	177,09	-	177,09	177,09	-	7,08	184,18
Total	8.854,60	177,09	-	177,09	177,09	-	7,08	184,18

Patrícia Dias
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula nº 21554-6

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 259/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 259/2017

CONTRIBUINTE : COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS TIO BEBAH LTDA
ENDEREÇO: RUA BENJAMIN CONSTANT, 1320 - ESCOLA AGRÍCOLA
Nº INSCRIÇÃO: 49797 CNPJ.: 85.104.461/0001-67
Processo Fiscal : 232/2017
Sócios: LUIZ S. L. DA SILVA e ALEXSANDRA LOPES DA SILVA

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:	
Base de Cálculo	7.088,00
Imposto a Recolher	354,40
Atualização Monetária	26,20
Juros de Mora	35,70
Multa p/ infração	190,30
Total Geral	606,60

DESCRIÇÃO DOS FATOS:

1)Período Notificado:08/2016 a 10/2016

2)Documentos examinados: Notas Fiscais emitidas (Notablu).

3)Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1)Prestou serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item: 14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas,que ficam sujeitas ao ICMS).

3.2)Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

3.2.1)Enviada ao contribuinte a Intimação Fiscal nº 105/2017 solicitando a apresentação dos comprovantes de pagamento do ISSQN referente sua Prestação de Serviços – Notablu - (período: 08/2016 a 10/2016). Porém, conforme AR (anexo ao presente processo) o contribuinte não está mais localizado no endereço registrado em seu Cadastro Municipal.

3.2.2)Na impossibilidade de contatar o contribuinte, procedeu-se a Notificação dos valores de ISSQN em aberto no Notablu, com base nas Notas Fiscais emitidas. Neste ato, procede-se ao envio da referida Notificação para publicação em edital no Boletim Oficial do Município, conforme Art. 153, III, LC 632/2007.

4)COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO:

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

Receita com Prestação de Serviços conforme às Notas Fiscais de Serviços emitidas no Notablu (período acima descrito).

5)CÁLCULO DO VALOR A PAGAR:

5.1)Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 5% conforme Art. 276 LC 632/2007.

a)Atualização monetária:

- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013

- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014

- A partir de 2016 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10820/2015

- A partir de 2017 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11146/2016.

b)Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.2)Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6)Observações:

6.1)Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2)Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3)Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4)Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

6.5)A presente Notificação não inibe a fiscalização referente ao mesmo período.

Patrícia Dias

Auditora Fiscal Tributária

Matrícula nº 21554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO

MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 259/2017 – COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS TIO BEBAH LTDA

Ano 2016	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Agosto	2.896,00	144,80	-	144,80	155,50	10,70	15,55	-
Setembro	3.992,00	199,60	-	199,60	214,35	14,75	19,29	-
Outubro	200,00	10,00	-	10,00	10,74	0,74	0,86	-
Total	7.088,00	354,40	-	354,40	380,60	26,20	35,70	-

Patrícia Dias

Auditora Fiscal Tributária

Matrícula nº 21554-6

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2215/2017

PREGÃO PRESENCIAL 06-2215/2017

OBJETO: Registro de preço para possível aquisição de destiladores, eletrodos, termômetros, micropipeta, ponteira, vidrarias e kit reagentes para uso nos equipamentos e nas análises realizadas pelos laboratórios da autarquia, pelo período de 01 (um) ano – SAMAE. ENTREGA ENVELOPES: dia 22 de agosto de 2017, às 08:30 horas, ABERTURA ENVELOPES: dia 22 de agosto de 2017, às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas site oficial do município (www.blumenau.sc.gov.br) e/ou (www.samae.com.br) e/ou via e-mail compraslicitacoes@samae.com.br/ou jonathangirardi@samae.com.br, Contato (47) 3331-8423. Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06, e suas alterações, Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC), 08/03/2017.
Alexandro Eduardo Fernandes
Diretor Presidente

1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 2218/16; 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 2212/16; 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 2212/16; 3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 2203/16; 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 2221/15; CONTRATO Nº 2207/17 E CONTRATO Nº 2208/17 - SAMAE

1) 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2218/2016

PARTES: SAMAE e HELENA SILVA DALPOSSO

OBJETO: contrato de locação de imóvel.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-2213/2016

VALOR: R\$ 2.645,76 (dois mil seiscentos e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos) em decorrência do reajuste de 2,5565%.

PRAZO: 12 meses, com vigência de 15 de julho de 2017 a 14 de julho de 2018

DATA DA ASSINATURA: 14 de julho de 2017.

2) 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 2212/2016

PARTES: SAMAE e SANDRINI E BOTEGA LTDA. ME

OBJETO: prestação de serviços de manutenção e melhorias dos sistemas públicos de abastecimento de água

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-2208/2015

VALOR: 7.894.473,15 (sete milhões oitocentos e noventa e quatro mil quatrocentos, correspondendo ao percentual médio de 3,38%, PRAZO: 12 (doze) meses, com vigência de 13 de julho de 2017 a 12 de julho de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 12 de julho de 2017.

3) 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 2212/2016

PARTES: SAMAE e SANDRINI E BOTEGA LTDA. ME

OBJETO: prestação de serviços de manutenção e melhorias dos sistemas públicos de abastecimento de água

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-2208/2015

VALOR: R\$ 5.870.246,30 (cinco milhões oitocentos e setenta mil, duzentos e quarenta e seis reais e trinta centavos), redução do valor do contrato no percentual de 25,64%.

PRAZO: mantido.

DATA DA ASSINATURA: 18 de julho de 2017.

4) 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 2203/2016

PARTES: SAMAE e RGS9 TECNOLOGIA, IMPORTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: fornecimento e instalação de reservatório em aço vitrificado para ampliação da capacidade de reservação de abastecimento

público para a região RA-9.

FUNDAMENTO LEGAL Concorrência nº 03-2206/2015.

VALOR: mantido.

PRAZO: 06 (seis) meses, com vigência de 25 de julho de 2017 a 24 de janeiro de 2018

DATA DA ASSINATURA: 20 de julho de 2017.

5) 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 2221/2015

PARTES: SAMAE e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

OBJETO: prestação de serviços de arrecadação de faturas

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 2225/2015

VALOR: 845.686,80 (oitocentos e quarenta e cinco mil reais e oitenta centavos), considerado o reajuste no percentual de 3,60%, com base no IPCA/IBGE, acumulado de julho/2016 a junho/2017.

PRAZO: 12 (doze) meses, com vigência de 27 de julho de 2017 a 26 de julho de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 26 de julho de 2017.

6) CONTRATO Nº 2207/2017

PARTES: SAMAE e OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

OBJETO: execução de serviços de telefonia fixa e internet.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-2211/2017

VALOR: R\$ 206.457,84 (duzentos e seis mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, com vigência de 11 de julho de 2017 ao dia 10 de julho de 2018

DATA DA ASSINATURA: 04 de julho de 2017.

7) CONTRATO Nº 2208/2017

PARTES: SAMAE e BALANTEC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

OBJETO: prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, ajustes e calibração de equipamentos de laboratório, com reposição de peças

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-2205/17

VALOR: R\$ 37.867,74 (trinta e sete mil oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos)

PRAZO: 12 (doze) meses, com vigência de 17 de julho de 2017 a 16 de julho de 2018

DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2017.

EXTRATO Nº 326/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 326/2017

Dispensa de Licitação nº. 354/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de material químico para uso do Laboratório de Combustíveis. Contratada: VISOMES COMERCIAL METROLÓGICA LTDA (CNPJ Nº 00.567.892/0001-07). Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias consecutivos contados a partir da entrega do material e Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.560,00 (um mil quinhentos e sessenta reais)/ 01.27.12.364.0076.2027 (Instituto FURB)/ 3.3.90.30 (Material de Consumo)/ 3.3.90.30.11 (Material Químico).

Blumenau, 10 de Agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 327/2017 - FURB
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 327/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 355/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de sensor de temperatura para uso do Laboratório de Combustíveis. Contratada: PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS S.A. (CNPJ Nº 01.382.559/0001-96). Forma de Pagamento: Em até 30 (trinta) dias consecutivos contados a partir da entrega do material e Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 2.552,36 (dois mil quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos)/ 01.27.12.364.0076.2027 (Instituto FURB)/ 3.3.90.30 (Material de Consumo)/ 3.3.90.30.25 (Material para Manutenção de Bens Móveis).

Blumenau, 10 de Agosto de 2017.

 Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
 Reitor da FURB

EXTRATO Nº 328/2017 - FURB
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 328/2017

Dispensa de Licitação nº. 328/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para o PAGAMENTO DE SERVIÇO DE CONCERTO DO ROMPIMENTO DA REDE DE FIBRA ÓPTICA QUE LIGA OS ESTUDIOS DA FURB TV E FM AO PORTAL DA SAXÔNIA. Contratada: IBB SERVIÇOS EIRELLI - EPP (CNPJ Nº 05.031.791/0001-30). Forma de Pagamento: Em até 10 (dez) dias consecutivos contados a partir da entrega da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais)/ 01.22.12.364.0076.2022 (Rádio e Televisão Educativa)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.05 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau, 10 de Agosto de 2017.

 Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
 Reitor da FURB

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e Posto Bela Jóia Ltda.

OBJETO: Fornecimento de combustível.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão 06/2017 e Lei nº 8.666/93.

VENCIMENTO: 31/05/2018.

DATA: 09/08/2017.

EMPRESA:	Posto Bela Jóia Ltda		
CNPJ:	07.825.040/0001-11	FONE/FAX:3222-0602	
ENDEREÇO.:	Rua Antônio da Veiga, 740, B, Blumenau – SC CEP 89.012-500	E-MAIL:ricardo@postobelajoia.com.br	
REPRESENTANTE LEGAL:	Ricardo Mahle		

Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual estimada	Valo unitário	Valor total
01	Gasolina comum	Litro	20.000	R\$ 3,362	R\$ 67.240,00
02	Etanol	Litro	3.000	R\$2,880	R\$ 8.640,00
Valor total estimado: R\$ 75.880,00					

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 155/2017, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 155/2017, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor público municipal Sr. Valdenor Nascimento, inscrito no CPF sob nº 664.756.439-04, com matrícula sob nº 746-3, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Estradas e Rodagem, para acompanhamento e fiscalização da execução dos Atos Contratados nas Atas de Registro de Preços nº 001/2017 e nº 002/2017, referente ao Processo Licitatório nº 1679/2017, sendo objeto Contratação de Empresa para Prestação de Serviços com Lavagens e Consertos de Pneus de Veículos, Maquinas e Implementos da Frota Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 09 de agosto de 2017.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

Recebido: / /2017.

PORTARIA Nº 156/2017, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 156/2017, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor público municipal Sr. Fabio Gerhardt, inscrito no CPF sob nº 021.397.119-47, com matrícula sob nº 60-4, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 075/2017, referente ao Processo Licitatório nº 1651/2017, sendo objeto a Aquisição de Impressora Sublimática para Fins Industriais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 09 de agosto de 2017.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

Recebido: / /2017.

Bom Retiro

PREFEITURA

MINUTA PP 10/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 10/2017 para Aquisição de medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, e aquisição de material médico hospitalar, para atendimento dos postos de saúde do município de Bom Retiro. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 22/08/17 as 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 10 de agosto de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****EDITAL SELEÇÃO OBRAS 2017**

DECRETO Nº 2.056 / 2017

"Determina Abertura de Processo Seletivo Simplificado, Nomeia Comissão Organizadora que Organizará, Executará e Julgará o Processo Seletivo Simplificado, Edital 03/2017 e dá Outras Providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, no uso de suas atribuições legais,

- 1) Considerando a necessidade excepcional de interesse público, de contratação de pessoas;
- 2) Considerando que algumas áreas da Prefeitura Municipal de Botuverá estão com os serviços comprometidos por deficiências de servidores;
- 3) Considerando a suspensão do concurso público do edital 01/2017.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o setor de Recursos Humanos autorizado a abrir processo seletivo simplificado, de forma emergencial, com a finalidade de suprir necessidade excepcional e de interesse público, para contratação de pessoas por prazo determinado.

Art. 2º - Fica nomeada a COMISSÃO ORGANIZADORA para coordenar as atividades de preparar, executar e julgar o Processo Seletivo Simplificado do Edital nº 03/2017.

Art. 3º - A Comissão Organizadora será composta da seguinte forma:

- 1- Coordenador à Angelo Luiz Venzon
- 2- Membro à Rogério Comandoli
- 3- Membro à Rosane Aguiar Tachini

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Botuverá, em 09 de Agosto de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2017

A Prefeitura do Município de Botuverá torna público que acham-se abertas as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado 03/2017 para admissão e reserva técnica de vagas, para os cargos de SERVENTE DE OBRAS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, OPERADOR DE MÁQUINA E EQUIPAMENTOS, MOTORISTA e PEDREIRO, a serem admitidos em caráter temporário e de forma emergencial.

As inscrições poderão ser realizadas no período de 11/08/2017 a 22/08/2017, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, sito à Rua João Morelli, 66 – Centro – Botuverá.

Edital completo está afixado no mural das publicações da Prefeitura Municipal e site da internet em www.botuvera.sc.gov.br

Botuverá, em 09 de Agosto de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA		Uso Exclusivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ		
INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 03/2017		
Número da Inscrição: Nºà		
CARGO: SERVENTE DE OBRAS OPERADOR MÁQUINA E EQUIPAMENTOS MOTORISTA PEDREIRO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		
Nome do(a) Candidato(a):		
Identidade:	Data de Nascimento: / /	Sexo: M() F ()
CPF:		
Estado Civil:		
Endereço:	Bairro:	
Município:	Estado:	Fone: ()
e-mail:		

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.	
Local e Data:	Assinatura do Candidato:

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 03/2017	
Número da Inscrição:	
CARGO: : SERVENTE DE OBRAS OPERADOR MÁQUINA E EQUIPAMENTOS MOTORISTA PEDREIRO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
Nome do(a) Candidato(a):	
Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Comparecer com 30 minutos de antecedência.	
Local e Data:	Assinatura do Responsável:

Via Candidato. Data da prova: 28/08/2017 – Horário 09:00 horas
Local: Escola Municipal de Ribeirão do Ouro

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2017

Abre inscrições para a Seleção Simplificada, de forma emergencial, de profissionais para admissão e reserva técnica, para os cargos de: SERVENTE DE OBRAS, OPERADOR DE MÁQUINA E EQUIPAMENTOS, MOTORISTA, PEDREIRO E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS para o Município de Botuverá.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, resolve realizar o Processo Seletivo Simplificado para admissão e reserva técnica de profissionais, a serem admitidos em Caráter Temporário e emergencial, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e da Lei Municipal nº 502/89.

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1 As inscrições estarão abertas dos dias 11/08/2017 a 22/08/2017, no horário das 08:00 às 11:30 horas e das 14:00 as 16:30 horas.

1.2 As inscrições serão realizadas na PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, situada à Rua João Morelli, 66 – Centro de Botuverá, no setor de Recursos Humanos.

1.3 No ato da Inscrição o candidato deverá apresentar a Carteira de Identidade e preencher a ficha de inscrição:

1.4- No requerimento da inscrição o candidato terá que preencher a ficha própria, assinando-a;

1.5- Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional.

1.6- As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, bem como os requisitos para a inscrição;

1.7- Não será permitida inscrição por procuração.

2. VAGAS

O processo Seletivo do presente edital destina-se a seleção para admissão e reserva técnica para os seguintes cargos:

CARGO	Carga Horária Semanal	Vagas/Reserva técnica	HABILITAÇÃO
SERVENTE DE OBRAS	40 h	02	Ensino Fundamental Incompleto.
OPERADOR DE MÁQUINA E EQUIPAMENTOS	40 h	01	Ensino Fundamental Incompleto e Carteira de Motorista Categoria "C"
MOTORISTA	40 h	02	Ensino Fundamental Incompleto e Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D".
PEDREIRO	40 h	01	Ensino Fundamental Incompleto
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40 h	01	Ensino Fundamental Incompleto

3. REQUISITOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Para assinatura do contrato o candidato deverá apresentar:

1. Declaração negativa de acumulação de empregos/funções no serviço público;
2. Atestado de boa saúde física e mental (atestado de saúde admissional);
3. Carteira de Identidade;
4. CPF;
5. Comprovante de quitação com as obrigações militares;
6. Certidão de casamento e ou nascimento;
7. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
8. Inscrição no PIS/PASEP;
9. Título eleitor e comprovante da última votação;
10. 01 foto 3x4 recente;
11. Endereço Completo;
12. Número da conta corrente para depósito salarial;
13. Carteira de Trabalho;
14. Carteira Nacional de Habilitação de acordo com a categoria exigida, para os cargos de operador de máquina e equipamentos e motoristas;
15. Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;
16. Antecedentes criminais expedido pelo Fórum da Comarca de Brusque.

3.1. - Todos os documentos deverão ser apresentados em original e fotocópia.

4- DAS PROVAS

4.1- O Processo Seletivo será de Prova Escrita.

4.2- A nota final será calculada de seguinte maneira:

Prova Escrita de conhecimentos específicos : 10 (dez) pontos (pontuação máxima);
Prova Escrita de conhecimentos gerais: 10 (dez) pontos (pontuação máxima)

4.2- O resultado será a soma das duas provas.

4.4.- Em caso de empate, terá preferência o candidato que obtiver a maior nota na prova de conhecimentos específicos.

4.5.- A prova escrita será de 20 (vinte) questões (de múltipla escolha), sendo 10 (dez) questões de conhecimentos específicos e 10 (dez) questões de conhecimentos gerais.

CARGO	CONTEÚDOS
SERVENTE DE OBRAS, PEDREIRO E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Conhecimentos Gerais sobre o Município de Botuverá, Português e Matemática (a nível de ensino fundamental) e conhecimentos específicos de cada cargo.
OPERADOR DE MÁQUINA E EQUIPAMENTOS	Legislação de Trânsito, Código de Trânsito Brasileiro, Conhecimentos básicos sobre veículos automotores, Conhecimentos Gerais sobre o Município de Botuverá, Português e Matemática (a nível de ensino fundamental)
MOTORISTA	Legislação de Trânsito, Código de Trânsito Brasileiro, Conhecimentos básicos sobre veículos automotores, Conhecimentos Gerais sobre o Município de Botuverá, Português e Matemática (a nível de ensino fundamental)

5. - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Serão realizadas às 09:00 horas do dia 28/08/2017, na escola municipal de Ribeirão do Ouro – Situada à estrada geral de Ribeirão do Ouro – Próximo à Igreja.

a) A prova escrita terá duração de até 01:30 horas (uma hora e trinta minutos);

b) Durante a realização da prova não será admitida qualquer espécie de consulta, nem uso de máquina calculadora e/ou aparelhos de comunicação;

c) Não se admitirá a entrada de candidato que não estiver na relação de inscritos e que não estiver portando documento de identificação com foto;

d) Não haverá Segunda chamada, após a hora marcada para o início, seja qual for o motivo alegado.

6.- DA DIVULGAÇÃO DAS LISTAS DE CLASSIFICAÇÃO e DEMAIS PUBLICAÇÕES:

As listas de classificação e demais publicações serão divulgadas no mural da Prefeitura Municipal de Botuverá, no site da Prefeitura Municipal: www.botuvera.sc.gov.br.

7.- DA CHAMADA DOS CANDIDATOS

7.1- A chamada dos candidatos selecionados obedecerá a ordem de classificação, mediante a existência da vaga, sendo que se o candidato classificado não se fizer presente no local, no dia e horário, passará automaticamente para o último lugar da listagem em que está classificado.

7.2- O candidato que não quiser assumir a vaga poderá optar pela remoção para último colocado da listagem de aprovados.

7.3- Os candidatos aprovados que não forem chamados farão parte do quadro de reserva técnica, para os cargos em que se inscreveram, da Prefeitura Municipal de Botuverá, durante a vigência do presente processo seletivo.

7.4 – O candidato aprovado que for convocado e assumir a vaga deverá assinar um contrato a título de experiência de 90 dias. Findo o prazo de 90 dias a administração reserva-se o direito de rescindir o contrato ou renová-lo por mais 270 dias (9 meses).

7.5 - O candidato aprovado que for convocado a assumir a vaga terá um prazo máximo de 2 dias para apresentar os documentos solicitados para a admissão, sendo que a não apresentação será considerada como desinteresse da vaga e desistência, passando a vaga para o próximo da lista.

7.6 – As convocações para escolha das vagas serão publicadas no site do Município: www.botuvera.sc.gov.br e informadas por telefone e pelo endereço eletrônico, informados na ficha de inscrição, ficando o candidato responsável de acompanhar as publicações e manter os dados atualizados.

8.- DA REMUNERAÇÃO E JORNADA DE TRABALHO

8.1 – A remuneração mensal será a constante na Lei nº 1.382/2017 e suas alterações, para o cargo conforme tabela:

CARGO	Salário Mensal	Carga Horária
SERVENTE DE OBRAS	R\$ 1.168,59	40 horas semanais
OPERADOR DE MÁQUINA E EQUIPAMENTOS	R\$ 1.617,07	40 horas semanais
MOTORISTA	R\$ 1.617,07	40 horas semanais
PEDREIRO	R\$ 2.036,63	40 Horas Semanais
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.168,59	40 Horas Semanais

9.- DA CONTRATAÇÃO:

9.1 – A contratação será sob o regime das Leis Trabalhistas (CLT).

10.- CRONOGRAMA

Data	Horário	Evento
09/08/2017	*****	Publicação do Edital
10/08/2017	08:30 as 11:30 / 14:00 as 17:00 h.	Período de interposição de recursos contra o Edital
11/08/2017 a 22/08/2017	08:00 as 11:30 / 14:00 as 16:30 h.	Período das inscrições
23/08/2017	*****	Publicação da Listagem dos Inscritos
24/08/2017	*****	Período para interposição de recursos das inscrições
25/08/2017	*****	Publicação das inscrições homologadas.
28/08/2017	09:00 horas	Aplicação da prova escrita e objetiva.
28/08/2017	17:00 horas	Divulgação dos gabaritos das provas escritas.
29/08/2017	*****	Período de interposição de recursos contra os gabaritos e prova.
31/08/2017	*****	Publicação da listagem oficial dos aprovados.

11- DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

11.1 – De conformidade com o Anexo I deste Edital

12- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

12.1-Para a inscrição o candidato terá ficha modelo a disposição no local de inscrição.

12.2-Será nula de pleito Direito a inscrição procedida com documentos falsos, sujeitando-se o candidato ao Processo Criminal, previsto em Lei.

12.3-A aprovação não obriga a contratação e tão pouco gera efeitos a que se refere a estabilidade.

13- DA VALIDADE

13.1 – O presente processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, podendo ser revalidado para mais 1 (um) ano.

14- DA PUBLICAÇÃO:

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Botuverá em, 09 de Agosto de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS a) Descrição Sintética: Exercer trabalhos de limpeza, coleta de lixo nos diversos setores administrativos do município. Executar limpeza em órgãos públicos. b) Descrição Analítica: Exercer trabalhos de limpeza em prédios e setores públicos do município, realizar a devida coleta do lixo produzido nos diversos setores administrativos da municipalidade. Organização e utilizar corretamente os materiais de consumo e permanentes da copa, cozinhas, e setores de alimentação. Demais atribuições relacionadas à limpeza, higiene e alimentação. Fazer o serviço de faxina em geral, remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos; limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios; arrumar banheiros e toaletes; auxiliar na arrumação e troca de roupa de cama; lavar e encerrar assoalhos, lavar e passar vestuários e roupas de cama e mesa; coletar o lixo nos depósitos colocando-os nos recipientes apropriados; lavar vidros, espelhos e persianas; varrer pátios; fazer café e, eventualmente, servi-lo; fechar portas, janelas e vias de acesso; eventualmente; executar tarefas afins.

MOTORISTA a) Descrição Sintética: Conduzir e zelar pela conservação de veículos automotores em geral. b) Descrição Analítica: Conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros, cargas e pacientes em ambulâncias; recolher o veículo a garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente; manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue; encarregar-se do transporte e entrega de correspondência ou de carga que lhe for confiada; promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação quando indicada; verificar o grau de densidade e nível da água da bateria, bem como a calibração dos pneus; executar tarefas afins. Realizar o transporte de pacientes e o transporte escolar de alunos.

PEDREIRO a) Descrição Sintética: Executar trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais para construção e reconstrução de obras e edifícios públicos. b) Descrição Analítica: Trabalhar com instrumentos de nivelamento e prumo; construir e preparar alicerces, paredes, muros, pisos e similares; preparar ou orientar a preparação de argamassa; fazer reboco; preparar e aplicar caiações; fazer blocos de cimento; construir formas e armações de ferro para concreto; colocar telhas, azulejos e ladrilhos; armar andaimes; assentar e recolocar aparelhos sanitários, tijolos, telhas e outros; trabalhar com qualquer tipo de massa a base de cal, cimento e outros materiais de construção; cortar pedras; armar formas para a fabricação de tubos; remover materiais de construção; responsabilizar-se pelo material utilizado; calcular orçamento e organizar pedidos de material; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias a execução das atividades próprias do cargo; executar tarefas afins.

SERVENTE DE OBRAS a) Descrição Sintética: Realizar trabalhos braçais em geral. b) Descrição Analítica: Carregar e descarregar veículos em geral; transportar, arrumar e elevar mercadorias, materiais de construção e outros; fazer mudanças; proceder à abertura de valas; efetuar serviços de capina em geral; varrer, escovar, lavar e remover lixos e detritos de via públicas e próprios municipais; zelar pela conservação e limpeza dos sanitários; auxiliar em tarefas de construção, realizar limpeza, lixamentos e pinturas, calçamentos e pavimentação em geral; auxiliar no recebimento, entrega, pesagem e contagem de materiais; auxiliar nos serviços de abastecimento de veículos; cavar sepulturas e auxiliar no sepultamento; manejar instrumentos agrícolas; executar serviços de lavoura (plantio, colheita, preparo de terreno, adubações, pulverizações, etc.); aplicar inseticidas e fungicidas; cuidar de currais, terrenos baldios e praças; alimentar animais sob supervisão; proceder à lavagem de máquinas e veículos de qualquer natureza, bem como a limpeza de peças e oficinas; executar tarefas afins.

OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS a) Descrição Sintética: Operar máquinas rodoviárias, agrícolas, tratores e equipamentos móveis. b) Descrição Analítica: Operar veículos motorizados, especiais, tais como: guinchos, guindastes, máquinas de limpeza de rede de esgoto, retroescavadeira, carro plataforma, máquinas rodoviárias, agrícolas, tratores e outros; abrir valetas e cortar taludes; proceder a escavações, transporte de terra, compactação, aterro e trabalhos semelhantes; auxiliar no conserto de máquinas; lavar e discar terras, obedecendo às curvas de níveis; cuidar da limpeza e conservação das máquinas, zelando pelo seu bom funcionamento; ajustar às correias transportadoras a pilha pulmão do conjunto de britagem; executar tarefas afins.

PORTARIA 1512017 FUNÇÃO GRATIFICADA

PORTARIA Nº _151 / 2017

“Nomeia servidor efetivo para função gratificada no Município de Botuverá”.

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Municipal de nº 1382/2017,

Resolve:

Art. 1º- Nomear o Sr. JOSÉ AUGUSTO DE ALMEIDA FALCÃO JÚNIOR (matrícula 381-6), no cargo de fiscal de tributos, para a função gratificada de “CHEFE DE TRIBUTAÇÃO” (FG1).

Art. 2º - Retroagem os efeitos da presente Portaria com data de 01/08/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá(SC), em 08 de Agosto de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 0042017 CMAS QUE APROVA OS VALORES - BÁSICA 2017

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE
BOTUVERÁ

RESOLUÇÃO Nº 004/2017

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de BOTUVERÁ

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 07 de Agosto de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº770, de 12 de Março de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Botuverá– CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de , referente ao ano de 2017, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 07 de Agosto de 2017

Antonia Maria da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°23/2016 PMBT

Página: 1/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2016

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 09/11/2016		Válido até: 09/11/2017		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Semi, do Município de Braço do Trombudo/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LUVA PBA 110X100MM (6915)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	32,4150	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLAST	0	15,3997	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	22,7827	3
2	Luva PBA 85x75 mm. (10645)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	17,5903	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLAST	0	10,2804	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	13,6696	3
3	Luvas Soldavel 85 mm (14391)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	7,6272	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLAST	0	11,3295	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	TIGRE	0	19,1375	3
4	LUVA PBA 60 MM (7359)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	8,3899	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	5,9235	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLAST	0	9,7229	3
5	LUVA SOLDABEL 60MM (6919)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	2,6695	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	4,1009	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 2/30

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 09/11/2016		Válido até: 09/11/2017		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Luvas Correr 40mm. (14388)		HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	16,7724	3
		UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	4,9577	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	3,0991	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	3,6452	3
7	Luva soldável 40mm. (7244)		Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	1,3524	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	0,7913	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLSALTIT	0	1,1947	3
8	Luvas correr 32 MM (14382)		Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	2,8602	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	2,7339	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	4,5438	3
9	LUVA SOLDÁVEL 32MM (6922)		Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	0,7818	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	0,4855	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTITIT	0	0,7290	3
10	Luva soldável 25mm (7243)		Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	0,4767	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 3/30

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 09/11/2016		Válido até: 09/11/2017		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Luva soldável 50mm (7245)	UND	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	0,2877	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	0,3645	3
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	1,6989	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	0,8392	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	1,1847	3
12	Luva de correr 50 mm (18696)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	5,7204	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	5,1252	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	6,8348	3
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	48,0000	1
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	74,0000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	104,5000	3
14	CURVA 45° PBA 110MM (6963)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	44,0000	1
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	48,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 4/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 Data do Registro: 09/11/2016 Válido até: 09/11/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	93,0000	3
15	Curva PBA 90° 85mm (7980)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	25,0000	1
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	39,0000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	61,0000	3
16	CURVA 45° PBA 85MM (6964)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	23,0000	1
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	31,0000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	57,0000	3
17	Curva soldável 90° 85mm (7981)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	24,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	29,1000	2
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	CHIVA	0	69,0000	3
18	Curva soldável 45° 85mm (7982)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	22,0000	1
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	CHIVA	0	63,0000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	70,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 5/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 Data do Registro: 09/11/2016 Válido até: 09/11/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Semi. do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Curva PBA 60 mm 90 ° (16838)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	10.0000	1
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	13.0000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	26.0000	3
20	Curva soldável 50mmx90 (18697)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	4.3000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4.3300	2
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	7.2500	3
21	Joelho soldável 85 mm. (10646)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	24.4645	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	21.3435	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	TIGRE	0	25.6313	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	30.0000	4
22	Joelho soldável 50 x90 (18698)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	2.4464	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1.3162	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	1.6351	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 6/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 **Data do Registro: 09/11/2016** **Válido até: 09/11/2017**

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Joelho soldável 90° 60mm (7984)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1.8500	4
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	4.4634	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	7.5415	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	7.9545	3
24	Joelho soldável 25x60 (18699)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10.6000	4
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	0.6135	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0.3913	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0.4000	3
25	Joelho soldável 45° 60mm (7985)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	0.4419	4
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	4.4021	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	7.6838	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	8.6616	3
26	Joelho soldável 90° 60mm (7984)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10.8000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 7/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 **Data do Registro: 09/11/2016** **Válido até: 09/11/2017**

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Semil, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Joelho soldável 40mm (7986)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	2.4464	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1.6933	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	2.0328	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2.2000	4
27	Joelho soldável 32mm (7987)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	0,7976	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,9960	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	1,2374	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,3000	4
28	TEE PBA 85MM (6924)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	36,3660	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	AMANCO	0	33,0590	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	39,8200	3
29	TEE PBA 85X60MM (6925)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	31,1715	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	AMANCO	0	28,6571	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 8/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 Data do Registro: 09/11/2016 Válido até: 09/11/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sentil, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	33,0000	3
30	TEE PBA 60MM (6926)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	15,1135	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	AMANCO	0	16,0314	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	17,0000	3
31	Tee sólido 85mm (7988)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	22,6702	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	TIGRE	0	22,4273	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	27,5000	3
32	Tee sólido 60mm (7989)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	6,6121	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	10,7983	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	13,1000	3
33	Tee sólido 40mm (7251)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	3,7784	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	3,9871	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,7000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 9/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 **Data do Registro: 09/11/2016** **Válido até: 09/11/2017**

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Semi. do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	TEE SOLDÁVEL 32MM (6928)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	1,5113	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	1,5782	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,8500	3
35	Tee soldável 50 mm (18700)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	4,5340	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	3,9871	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,4000	3
36	REDUÇÃO PBA 110X85MM (6929)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	29,0800	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	17,8600	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	23,7000	3
37	Redução 85 x 60 MM (14363)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	20,4016	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	AMANCO	0	8,0370	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	13,4800	3
38	Redução 60 x 40 mm (10636)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	2,8140	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 10/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 Data do Registro: 09/11/2016 Válido até: 09/11/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	REDUÇÃO 60X32MM (6933)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	2.6790	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	3.4000	3
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	1.8760	1
40	REDUÇÃO 40X32MM (6934)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	2.8576	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	3.7600	3
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	0.4690	1
41	Redução 50x25 (18701)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	0.8930	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	0.9800	3
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	0.7504	1
42	CAP 110MM (6935)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	1.7860	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	2.1600	3
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	22.5122	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	21.9700	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	TIGRE	0	33.0410	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 11/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 Data do Registro: 09/11/2016 Válido até: 09/11/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	CAP 85MM (6936)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	19,6981	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	13,6400	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	TIGRE	0	21,4320	3
44	CAP 60MM (6937)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	4,5587	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	3,5720	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	4,3200	3
45	CAP 40MM (5366)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	0,9380	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	1,6967	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	1,9200	3
46	CAP 32 MM (5367)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	0,8442	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	0,8037	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	0,9300	3
47	CAP 50 mm (18702)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	1,3132	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	1,7860	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 12/30

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 09/11/2016		Válido até: 09/11/2017			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	2,8500	3
48	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 110 x 3/4 (6166)	PC	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	6,4924	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	10,0000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	16,0000	3
49	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 85X3/4 (6940)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	5,4935	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	4,9000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	13,0000	3
50	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 60X3/4 (6941)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	4,6945	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	4,5000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	9,0000	3
51	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 40X3/4 (6942)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	3,4959	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	IPAL	0	5,8000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	9,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 13/30

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 09/11/2016		Válido até: 09/11/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	Colar tomada PVC com travas 32 c 3/4 (16944)	UND	Via D'Água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	3,3960	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	IPAL	0	5,5000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	8,8000	3
53	FLANGE PVC 85MM (6938)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	73,7450	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	76,0573	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	78,1952	3
54	Flange pvc 60mm (16710)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	15,2103	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	15,0346	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	15,3981	3
55	Flange 2" ½ 75 mm . (10623)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	49,3053	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	50,4101	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	52,3062	3
56	Flange soldável 50 mm (18703)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILI	0	12,5613	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 14/30

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 09/11/2016		Válido até: 09/11/2017		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
57	Flange 3"X 1/2 100 MM (14390)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	11,7750	2	
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	12,3814	3	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	181,0113	1	
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	176,8775	2	
58	Adaptador p/ mangueira 20mm c/ registro 3/4 (7990)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	191,8694	3	
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	3,6252	1	
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	3,7245	2	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	5,9000	3	
59	Emenda para mangueira preta 3/4 (18704)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	0,8157	1	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASFAN	0	0,9100	2	
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	HIFERSANI	0	1,8950	3	
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	1,3595	1	
60	ADAPTADOR P/MANGUEIRA 20 MMX3/4" (5381)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	1,6989	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 15/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 Data do Registro: 09/11/2016 Válido até: 09/11/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	4.9500	3
61	EMENDA P/ MANG. C/ REGISTRO 20MM (6164)	PC	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	4.3503	1
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	VICAP	0	4.2670	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	7.9000	3
62	Adesivo 175gr (7994)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PISAFIX	0	10.8758	1
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	7.8413	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	11.5000	3
63	Adesivo 75gr (7995)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PISAFIX	0	2.7190	1
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	3.7900	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4.0000	3
64	Solução preparadora para PVC 200 mL (10641)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PISAFIX	0	9.0632	1
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	9.4749	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	10.8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 09/11/2016		Válido até: 09/11/2017		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
65	Adaptador p/ caixa d'água com Registro 32 MM (14385)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	12,6885	1			
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	3,9207	2			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	34,6300	3			
66	Emenda para mangueira 3/4 (10616)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	0,8610	1			
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	VICAP	0	0,6208	2			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASFAN	0	0,9500	3			
67	Abraçadeira 3/4 (10617)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	1,5861	1			
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	VD	0	1,0455	2			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,7500	3			
68	Abraçadeira 75 mm inox (10625)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	33,9869	1			
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	METALMATRO	0	6,5344	2			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MOTOBOMBA	0	37,5000	3			
69	Abraçadeira 100 mm inox (10626)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	61,5390	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 17/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 Data do Registro: 09/11/2016 Válido até: 09/11/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Semi. do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Adaptador 3/4 25 mm (16940)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	METALMATRO	0	13,0688	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MOTOBOMBA	0	67,9000	3
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	0,4078	1
71	Registro soldável 50 mm (18705)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	0,3333	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,4500	3
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	12,6498	1
72	Registro Bortolera 3/4 (10638)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	13,0372	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	14,9926	3
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	4,6645	1
73	Registro PVC 110mm (7996)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	4,6562	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	5,8797	3
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	COVAL	0	289,6077	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	272,0902	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 18/30

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 09/11/2016		Válido até: 09/11/2017		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
74	Registro PVC 85mm (7997)		Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	279,3713	3
		UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	COVAL	0	111,9478	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	99,5569	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	111,7485	3
75	Registro PVC 60mm (7998)		Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	19,5909	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	23,2809	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	23,4825	3
76	Registro PVC 40 mm. (10639)		Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	15,5794	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	14,4327	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	14,8998	3
77	REGISTRO PVC 32MM (1791)		Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	10,4205	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	9,9439	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	10,0574	3
78	Fita veda rosca 18x10 (7280)		Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	VD	0	2,1737	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 19/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 **Data do Registro: 09/11/2016** **Válido até: 09/11/2017**

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	Mangueira ramal predial 20mm. (7992)		Hifarsane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLYFITA	0	1,8625	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	KRONA	0	2,0050	3
		M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	4,5041	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	4,3962	2
80	Mangueira transparente 3/4 (8838)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,0922	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	0	2,3030	2
81	Mangueira preta 1/2 (18706)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CARPES	0	0,6683	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	0,6397	2
82	Bóia elétrica 15 ampere. (10642)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KITS BRASIL	0	25,1138	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAME	0	27,2685	2
83	Bomba subterránea 3/4 875 WTS (16839)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PR	0	179,6544	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PR	0	196,7170	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 20/30

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 09/11/2016		Válido até: 09/11/2017		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
84	Mangueira preta 3/4 (18710)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CARPES	0	0,6901	1			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	0,7597	2			
85	Tubo PBA 110mm (8000)	UND	Hífersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	POLITEJO	0	179,5308	1			
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	201,4134	2			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	345,0000	3			
86	Tubo PBA 85mm (8001)	UND	Hífersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	POLITEJO	0	119,6871	1			
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	122,3037	2			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	212,0000	3			
87	TUBO PBA 60MM (6956)	UND	Hífersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	POLITEJO	0	63,8331	1			
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	59,9406	2			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	110,0000	3			
88	TUBO SOLDADVEL 40MM (6957)	UND	Hífersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	MULTILIT	0	37,9009	1			
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	37,3968	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 21/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 Data do Registro: 09/11/2016 Válido até: 09/11/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	38.9000	3
89	TUBO SOLDÁVEL 32MM (6958)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	MULTITUT	0	27.9270	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	22.2266	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	27.6000	3
90	Tubo soldável 50mm (7256)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	MULTITUT	0	46.8775	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	45.5010	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	47.3300	3
91	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	MULTITUT	0	11.2705	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	10.8626	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	11.3200	3
92	TUBO ESGOTO 100MM (6506)	M	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	MULTITUT	0	43.2868	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	41.7229	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	43.4000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 22/30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 09/11/2016		Válido até: 09/11/2017		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
93	TUBO ESGOTO 50MM (6505)	M	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	MULTILIT	0	27,9270	1		
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	27,4659	2		
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	28,5700	3		
94	Anel PBA DN 50 de 60 mm. (10610)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	0,7979	1		
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	0,9710	2		
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	2,5000	3		
95	Anel PBA DN 75 de 85 mm. (10611)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	1,4961	1		
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	1,7016	2		
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	7,0000	3		
96	Anel PBA DN 100 de 110 mm. (10612)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	1,9948	1		
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR PLASTI	0	2,1727	2		
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILIT	0	6,5000	3		
97	Kit cavalete 3/4 código 2798004-0 (7993)	UND	Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	HIFERSANE	0	25,0000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 23/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 Data do Registro: 09/11/2016 Válido até: 09/11/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	POLIERG	0	43.3000	2
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	46.0000	3
98	Caixa de água 300 litros (18707)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	117.1311	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FIBROESTE	0	118.5205	2
99	CAIXA D'ÁGUA 1000 L (2453)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	313.5793	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FIBROESTE	0	318.9330	2
100	Caixa d'água 500 litros (7139)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	156.7886	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FIBROESTE	0	162.5466	2
101	Mangote 75 mm. (10619)	M	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	EXPORS	0	59.2835	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	NB FALCE	0	42.1506	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MOTOBOMBA	0	64.2700	3
102	Tampa de ferro fundido T9. (10609)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	FANUEL	0	77.7489	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	NB FALCE	0	101.7654	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 24/30

Número do Registro de Preços: 23/2016			Data do Registro: 09/11/2016		Válido até: 09/11/2017			
Objeto da Compra:			Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e SemiI, do Município de Braço do Trombudo/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
103	Mangote 100 mm. (10620)	M	WIESS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SULAR	0	155,0000	3	
			Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	EXPORS	0	69,9740	1	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	NB FALCE	0	66,9882	2	
			WIESS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MOTOBOMBA	0	102,0000	3	
104	Válvula de fundo 2" X 1/2 metal amarelo. (10621)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	RIV	0	155,4978	1	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	NB FALCE	0	226,5101	2	
			WIESS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MOTOBOMBA	0	345,0000	3	
105	Valvula de Fundo 3" x 1/2 Metal Amarelo (14389)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	RIV	0	369,3074	1	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	NB FALCE	0	249,4893	2	
			WIESS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MOTOBOMBA	0	380,3300	3	
106	Furadeira para ligações ramal predial PE (10608)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	208,5350	1	
			WIESS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	432,9250	2	
107	Sapatão (18708)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	IMBISEG	0	31,7762	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 25/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 Data do Registro: 09/11/2016 Válido até: 09/11/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Semi. do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARTUM	0	35,7454	2
108	Chave de fenda (10025)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	PRO	0	9,9300	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	7,4088	2
109	Arco para serra. (10628)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	IRWIN	0	26,8111	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	21,5771	2
110	Serra para cortar ferro (7189)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	STARRET	0	6,9510	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NICHOLSON	0	3,9356	2
111	Grossa. (10629)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	VD	0	50,3950	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VONDER	0	33,9449	2
112	Alicate universal (7185)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	PRO	0	36,7412	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	25,5817	2
113	Mantelo n 27 (18709)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	VD	0	32,9280	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2016

Página: 26/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 Data do Registro: 09/11/2016 Válido até: 09/11/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Semi. do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VILA	0	25,5817	2
114	Chave de cano 14. (10630)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	ROBUST	0	76,3124	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	41,3242	2
115	Chave de cano nº 24 (9578)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	ROBUST	0	159,8241	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	60,6777	2
116	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TRAMONTINA	0	42,6992	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	20,9868	2
117	Pá de alinhar com cabo (7201)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TRAMONTINA	0	43,6922	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	21,3213	2
118	Enxada com Cabo (14357)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	VONDER	0	37,7942	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	17,7104	2
119	Enxada com cabo. (10631)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TRAMONTINA	0	49,6502	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 27/30

Número do Registro de Preços: 23/2016 Data do Registro: 09/11/2016 Válido até: 09/11/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
120	Picareta com cabo. (10632)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	40,0156	2
121	Botas cano longo. (10618)	UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TRAMONTINA	0	58,5873	1
122	Luvas de couro. (10633)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	40,9995	2
123	União PVC 60 mm (16841)	PC	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	BRACOL	0	19,8601	1
124	União PVC 85 mm (16842)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ITALBOTAS	0	46,0765	2
		UND	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	VD	0	20,3566	1
		PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BRASFOTE	0	21,1541	2
		PC	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	15,0000	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	PLASTILIT	0	29,0000	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	29,7000	3
		PC	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	50,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	64,0000	2
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	TIGRE	0	64,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 28/30

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 09/11/2016		Válido até: 09/11/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
125	União PVC 110 mm (16843)	PC	Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául (9539)	TIGRE	0	70,0000	1
			Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául (9540)	TIGRE	0	160,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 29/30

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 09/11/2016		Válido até: 09/11/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTIUT	0	163.0000	3

Página: 30/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 09/11/2016		Válido até: 09/11/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Seriti, do Município de Braço do Trombudo/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2016

PROCESSO Nº 41/2016

(8293) - GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME
(8312) - HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO
(8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
(9539) - Via D'água Comércio de Produtos de Medição Hidrául
(9540) - Hifersane Comércio e Indústria de Materiais Hidrául

Braço do Trombudo, 9 de Novembro de 2016.

Brunópolis

PREFEITURA

LEI MUN. Nº 898

LEI Nº 898 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Nos termos do Artigo 12, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste firmado por este Município, mediante autorização da Lei Municipal nº 395 de 21 de novembro de 2006.

Art. 2º. O texto consolidado do Protocolo de Intenções convolado em Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste é parte integrante do Anexo I desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brunópolis(SC), 09 de agosto de 2017.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

Maria Gorete do Nascimento

Secretária de Administração, Planejamento e Fazenda

Registrada e Publicada no DOM.

ANEXO I, à Lei Municipal nº 898 de 09 de agosto de 2017.

CONTRATO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – CONSÓRCIO PÚBLICO DE DIREITO PÚBLICO

PREÂMBULO

Os municípios localizados na região Meio Oeste do Estado de Santa Catarina, e que contam com serviços públicos centralizados e descentralizados (por meio de autarquias) de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, têm procurado, com o decorrer dos anos, estabelecer diversas formas de cooperação visando à obtenção de melhorias nas condições administrativas, técnicas e operacionais em geral na execução desses serviços.

Sem dúvida, as atividades administrativas, técnicas e operacionais desses serviços, sempre apoiadas de forma valiosa pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA – órgão do Governo Federal, guardam diversas semelhanças nesses municípios, de forma que a junção de esforços e até mesmo a padronização de condutas é elemento imprescindível para o correto e satisfatório atendimento aos usuários, que são os grandes destinatários finais.

De fato, com a promoção da cooperação mútua entre esses municípios, é possível a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta de esgoto com qualidade e, sobretudo, com eficiência e economia, fins esses que devem ser almejados por todo e qualquer órgão público brasileiro.

Assim sendo, com a conjugação dos interesses desses municípios, é possível o alcance e a realização de atividades que, isoladamente, talvez não fosse possível executá-las.

Além disso, como esses municípios guardam relativas semelhanças em relação a seus portes e importâncias geopolíticas, a cooperação mútua é instrumento valioso, também, para reforçar poderes de reivindicações junto ao Governo Estadual e ao Governo Federal.

Diante de todas essas constatações, esses municípios, com o apoio imprescindível da FUNASA, resolvem neste dia 04/10/2006, criar o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM – Meio Oeste, Consórcio Público de Direito Público, sob a forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público interno.

Os municípios da região Meio Oeste do Estado de Santa Catarina já manifestaram o interesse em estabelecer cooperação mais ampla e baseada em um fato jurídico de sustentação, salientando a possibilidade da contratação de engenheiro, advogado, contador, consultores diversos e servidores para o atendimento dos diversos objetivos de interesse comum dos entes consorciados, bem como a reivindicação de recursos nas diversas esferas de governo para o consórcio e para as próprias autarquias.

Os municípios de Abdon Batista, Alto Bela Vista, Brunópolis, Campos Novos, Capinzal, Fraiburgo, Frei Rogério, Herval D'Oeste, Joaçaba, Luzerna, Monte Carlo, Ouro, Vargem, e Zortéa, devidamente interessados na formação do consórcio, visam cooperação e possuem interesses:

1. na representação e fortalecimento, em conjunto, em assuntos de interesse comum perante entes, entidades e órgãos públicos e organizações privadas, nacionais ou internacionais;
2. na promoção da integração entre si para a prestação de cooperação mútua nas áreas técnicas e administrativas;
3. na instalação e operação de sede (s) adequada (s) para o desenvolvimento de todas as suas atividades institucionais do consórcio;
4. na prestação de assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica no desenvolvimento de atividades, tais como:
 - a) solução dos problemas de saneamento ambiental;
 - b) elaboração de projetos e promoção de estudos de concepção;
 - c) projeção e supervisão de obras;

- d) implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais;
 - e) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
 - f) formulação da política tarifária dos serviços de água e esgoto;
 - g) intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos;
 - h) implementação de programas de saneamento rural, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário;
 - i) desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;
 - j) assistência jurídica judicial e/ou extrajudicial, inclusive com a realização de cursos, palestras, simpósios e congêneres;
5. no saneamento ambiental;
6. na prestação de serviços;
7. na realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados pelos consorciados ou entes de sua administração indireta;
8. na aquisição e/ou administração de bens para o uso compartilhado dos municípios consorciados;
9. na implantação de laboratório regional para controle de qualidade da água e monitoramento do esgotamento sanitário.
- Visando a implantação desse processo de cooperação, esses municípios, reunidos em assembleia realizada no dia 10 de outubro de 2006, no Município de Joaçaba - SC, argumentaram que, diante da edição da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, a criação do CISAM Meio Oeste, no formato de Associação Pública, de direito público é medida necessária e que se impõe para o fortalecimento desse cooperativismo. Sendo assim, e por aprovação unânime, os municípios presentes deliberaram, naquela assembleia, pela criação do CISAM - Meio Oeste consórcio público com personalidade jurídica de direito público, na forma da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.
- Isto posto, o Município de Abdon Batista, o Município de Alto Bela Vista, o Município de Brunópolis, o Município de Campos Novos, O Município de Capinzal, o Município de Fraiburgo, o Município de Frei Rogério, o Município de Herval D'Oeste, o Município de Joaçaba, o Município de Luzerna, o Município de Monte Carlo, o Município de Ouro, o Município de Vargem e o Município de Zortéa, DELIBERAM por constituir o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, que se regerá pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, pelo respectivo regulamento, pelo contrato de consórcio público, por seus estatutos e pelos demais atos que adotar.
- Para tanto, os representantes legais de cada um dos entes federativos acima mencionados subscreveram o Protocolo de Intenções, o qual, após ratificado por três de seus entes, fica convolado em:

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I DO CONSORCIAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA. (Dos subscritores). São subscritores do Protocolo de Intenções:

- I – o MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 78.511.052/0001-10, com sede na Rua João Santin, 30, CEP 89636-000, Fone/Fax (49)3545-1133, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr Luiz Antonio Zanquetti;
- II – o MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 01.614.374/0001-60, com sede na Rua do Comércio, 1015, CEP 89730-000, Fone/Fax (49)3455-9022, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Sérgio Luiz Schimitz;
- III – o MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 01.613.853/0001-61, com sede na Rua Armino Leobet, 441, CEP 89634-000, Fone/Fax (49)3556-0020, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Volcir Canuto;
- IV – o MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.939.232/0001-74, com sede na Rua Expedicionário J. B. De Almeida, 323, CEP 89620-000, Fone/Fax (49) 3541-6200, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Nelson Cruz;
- V – o MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.939.406/0001-07, com sede na Rua Carmelo Zócoli, 155, CEP 89665-000, Fone/Fax (49)3555-2222, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Nilvo Dorini;
- VI – o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.947.979/0001-74, com sede na Avenida Rio das Antas, 185, CEP 89580-000, Fone/Fax (49)3251-3000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Nelmar Pinz;
- VII – o MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 01.616.039/0001-09, com sede na Rua Adolfo Soleti, 750, CEP 89530-000, Fone/Fax (49)3257-0000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Antonio Moacir Darol;
- VIII – o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, 389, CEP 89610-000, Fone/Fax (49)3554-0922, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Paulo Nerceu Conrado;
- IX – o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, CEP 89600-000, Fone/Fax (49)3522-3000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Armino Haro Netto;
- X – o MUNICÍPIO DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, CEP 89609-000, Fone/Fax (49)3523-1200, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, a Srª. Maria Carlesso Doré;
- XI – o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 95.996.104/0001-04, com sede na SC 456 km 15, CEP 89618-000, Fone/Fax (49)3546-0194, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves;
- XII – o MUNICÍPIO DE OURO, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.777.228/0001-57, com sede na Rua

Gov. Jorge Lacerda 1209, CEP 89663-000, Fone/Fax (49)3555-1300, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. José Camilo Pastore;

XIII - o MUNICÍPIO DE VARGEM, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 95.995.130/0001-18, com sede na Rua Benjamim Matgoti, 289, CEP 89638-000, Fone/Fax (49)3549-0068, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Perci José Salmória;

XIV - o MUNICÍPIO DE ZORTÉA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob nº 01.612.387/0001-08, com sede na Rua Otaviano Franceschi, 53, CEP 89633-000, Fone/Fax (49)3557-0006, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Remilton Andreoni.

PARÁGRAFO ÚNICO. Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do caput desta cláusula, desde que o representante legal do novo Município, formalize anuência ao presente protocolo e o submeta à apreciação do Legislativo Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA. (Da ratificação). O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos três dos Municípios que o subscreveram, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE. (art. 5º, § 1º, da Lei nº 11.107/2005).

§ 1º Somente será considerado consorciado o ente da Federação subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

§ 2º Será automaticamente admitido no Consórcio o ente da Federação que efetuar ratificação em até dois anos.

§ 3º A ratificação realizada após dois anos da subscrição somente será válida após homologação da Assembleia Geral do Consórcio.

§ 4º A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão pertence, soberanamente, ao Poder Legislativo.

§ 5º Somente poderá ratificar o Protocolo de Intenções o ente da Federação que o tenha subscrito.

§ 6º O ente da Federação não designado no Protocolo de Intenções poderá integrar o Consórcio, desde que haja a sua inclusão no Protocolo de Intenções e ratificação deste em até dois anos contados da assinatura respectiva, mediante aprovação em Assembleia Geral.

§ 7º A lei de ratificação poderá prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, sendo que, nessa hipótese, o consorciamento dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes da Federação subscritores do Protocolo.

CAPÍTULO II DOS CONCEITOS

CLÁUSULA TERCEIRA. (Dos conceitos). Para os efeitos do Protocolo de Intenções e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou ente consorciado, consideram-se:

I - saneamento ambiental: O conjunto de ações técnicas e socioeconômicas, entendidas fundamentalmente como de saúde pública, que tem por objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural;

II - saneamento básico: o conjunto de serviços e ações com o objetivo de alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, compreendendo o abastecimento de água, a coleta, o tratamento e a disposição dos esgotos; manejo de resíduos sólidos de limpeza urbana, drenagem e manejo de águas pluviais - nas condições que maximizem a promoção - e a melhoria das condições de vida;

III - salubridade ambiental: qualidade das condições em que vivem populações urbanas e rurais no que diz respeito à sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças relacionadas com o meio ambiente, bem como de favorecer o pleno gozo da saúde e o bem-estar;

IV - plano de saneamento ambiental: no que se refere a um determinado âmbito territorial, o conjunto de estudos, diretrizes, programas, prioridades, metas, atos normativos e procedimentos que, com fundamento em avaliação do estado de salubridade ambiental, inclusive da prestação dos serviços públicos a ela referentes, define a programação das ações e dos investimentos necessários para a prestação universal, integral e atualizada dos serviços públicos de saneamento básico, bem como, quando relevantes, das demais soluções para a concretização de níveis crescentemente melhores de salubridade ambiental;

V - serviços públicos de saneamento básico: os serviços públicos cuja natureza sejam o abastecimento de água e o esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos de limpeza urbana, drenagem e manejo de águas pluviais;

VI - serviços públicos de abastecimento de água: a captação, a adução de água bruta, o tratamento, a adução, a reservação, a distribuição e o controle de qualidade da água tratada;

VII - serviços públicos de esgotamento sanitário: a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de esgotos sanitários, incluindo os efluentes industriais compatíveis, bem como de lodos e de outros resíduos do processo de tratamento;

VIII - manejo de resíduos sólidos de limpeza urbana: coleta e transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e sua disposição final;

IX - drenagem e manejo de águas pluviais: coleta e transporte; detenção ou retenção - para amortecimento de vazão de cheias - e tratamento e disposição final de águas pluviais urbanas;

X - serviços públicos de saneamento básico integrados: os serviços públicos de saneamento básico não-qualificados como de interesse local;

XI - planejamento: as atividades de identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada em determinado período para o alcance das metas e resultados pretendidos;

XII - regulação: todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize um determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impactos socioambientais, os direitos e obrigações dos cidadãos, dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação, a política e sistema de cobrança, inclusive a fixação, reajuste e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos;

XIII - fiscalização: as atividades de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação, exercidas pelo titular do serviço público, inclusive por entidades de sua administração indireta ou por entidades conveniadas ou delegadas, e pelos cidadãos e usuários, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

XIV - prestação de serviço público: a execução de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir o acesso a um serviço público com características e padrão de qualidade determinados;

XV - titular: o Município consorciado;

XVI - projetos associados aos serviços públicos de saneamento básico: os desenvolvidos em caráter acessório ou correlato à prestação dos serviços, capazes de gerar benefícios sociais, ambientais ou econômicos adicionais, dentre eles:

a) a utilização de água bruta para outros usos, comprovado o não prejuízo aos serviços públicos de abastecimento de água;

b) o aproveitamento de água de reutilização;

c) o aproveitamento do lodo resultante de tratamento de água ou de esgoto sanitário;

d) o aproveitamento de energia de qualquer fonte potencial vinculada aos serviços, inclusive do biogás resultante de tratamento de esgoto sanitário e do processamento de resíduos sólidos da limpeza urbana;

XVII - subsídios simples: aqueles que se processam mediante receitas que não se originam de remuneração pela prestação de serviços públicos de saneamento básico;

XVIII - subsídios cruzados: aqueles que se processam mediante receitas que se originam de remuneração pela prestação de serviços públicos de saneamento básico;

XIX - subsídios cruzados internos: aqueles que se processam internamente à estrutura de cobrança pela prestação de serviços no território de um só Município ou na área de atuação do Consórcio Público;

XX - subsídios cruzados externos: aqueles que se processam mediante transferências ou compensações de recursos originados de área ou território diverso dos referidos no inciso XIX desta cláusula;

XXI - subsídios diretos: aqueles que se destinam a usuários determinados;

XXII - controle social: mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informação, representação técnica e participação nos processos de decisão do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os corpos d'água não integram os serviços públicos de saneamento básico, exceto os lagos artificiais cuja finalidade principal seja a captação de água para abastecimento público ou o tratamento de efluentes.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA QUARTA. (Da denominação e natureza jurídica). O CISAM MEIO OESTE é pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública.

§ 1º O Consórcio adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de pelo menos três dos Municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

§ 2º Como forma de garantir simultaneidade recomenda-se que as leis de ratificação prevejam a sua entrada em vigor no dia primeiro dia útil do mês em que for aprovado.

CLÁUSULA QUINTA. (Do prazo de duração). O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA. (Da sede). A sede do Consórcio será no Município de Capinzal Estado de Santa Catarina podendo haver o desenvolvimento de atividades em escritórios, laboratórios e/ou sedes localizadas em outros Municípios consorciados.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

CLÁUSULA SÉTIMA. (Dos objetivos). São objetivos do Consórcio:

I – a capacitação técnica do pessoal encarregado da prestação dos serviços de saneamento nos Municípios consorciados;

II – a prestação de assessoramento na execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio, inclusive a operação de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto, assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica;

III – melhoria do saneamento ambiental;

IV – prestação de serviços aos entes consorciados ou a terceiros, observado o disposto na cláusula nona;

V – realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados pelos consorciados ou entes de sua administração indireta;

VI – aquisição e/ou administração de bens para o uso compartilhado dos municípios consorciados;

VII – implantação de laboratório regional para controle de qualidade da água e monitoramento do esgotamento sanitário;

VIII – a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico desde que delegada pelos municípios consorciados; (Inciso incluído cfe. Resolução nº 02/2013, de 08.08.2013 – Alteração aprovada na AGO de 24.04.2008)

IX – estabelecer relações cooperativas com outros consórcios com vistas ao desenvolvimento de ações conjuntas em favor dos entes consorciados;

X – poderá ser criado fundo específico para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de outros entes federados, bem como recursos provenientes do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países;

XI – firmar convênios com entidades públicas e privadas, instituições de ensino, organizações não governamentais, e outras que desenvolvam atividades em área afeta aos objetivos e finalidades do Consórcio.

CLÁUSULA OITAVA. (Da exclusão de objetivo). Não constitui objetivo do Consórcio a gestão, operação ou prestação de serviços públicos de saneamento básico.

CLÁUSULA NONA. (Da realização dos objetivos e bens) O Consórcio somente realizará seus objetivos por meio de contrato, onde for estabelecida remuneração compatível e preferencialmente inferior aos valores de mercado, a qual, sob pena de nulidade do contrato, deverá ser

previamente comprovada por meio da publicação do extrato do contrato. A Assembleia Geral definirá a remuneração do serviço prestado.

§ 1º Os bens adquiridos ou administrados na forma do inciso VI do caput da cláusula sétima serão de uso preferencialmente dos entes que contribuíram para a sua aquisição ou administração, na forma de regulamento da Assembleia Geral. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até a autorização de que seja extinto mediante ajuste entre os interessados.

§ 2º Não se incluem dentre os mencionados no inciso VI do caput da cláusula sétima os bens utilizados pelo Consórcio para a execução de suas atribuições.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS

CLÁUSULA DÉCIMA. (Dos direitos) – Constituem direitos dos entes consorciados:

I – participar das assembleias gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos entes consorciados e ao aprimoramento do Consórcio;

IV – compor o Conselho Fiscal do Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. (Dos deveres) – Constituem deveres dos entes consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e ao repasse de recursos financeiros previstos em contrato;

II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os entes consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do Consórcio.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. (Dos estatutos). O Consórcio será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Protocolo de Intenções.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os estatutos poderão dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo, preço público dos serviços prestados aos entes consorciados e a terceiros, política tarifária e outros temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. (Dos órgãos). O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II – Presidência;

III – Diretoria Executiva;

IV – Superintendência;

V - Conselho Fiscal;

VI – Câmara de Regulação e Fiscalização.

§ 1º Os estatutos do Consórcio poderão criar outros órgãos.

§ 2º Os estatutos do Consórcio definirão a estrutura dos órgãos referidos no caput desta cláusula, bem como a correlação e hierarquia mantidas em relação a esses órgãos pelos empregados do Consórcio.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Seção I

Do funcionamento

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. (Natureza e composição). A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos chefes dos poderes executivos ou por diretores de autarquias de saneamento, diretores de departamentos ou equivalentes por aqueles delegados, de todos os entes consorciados.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembleia Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. (Das reuniões). A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, nos meses de março e setembro, e, extraordinariamente, sempre que convocada.

PARÁGRAFO ÚNICO. A forma de convocação das Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias será definida nos estatutos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. (Dos votos). Cada consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

§ 1º O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

§ 2º O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas para desempatar.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA. (Dos quora). Os estatutos deliberarão sobre o número de presenças necessárias para a instalação da Assembleia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários à apreciação de determinadas matérias.

Seção II

Das competências

Subseção I

Do rol de competências

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. (Das competências). Compete à Assembleia Geral:

I – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição ou de ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II – aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

III – elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV – eleger ou destituir o Presidente do Consórcio, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os membros da Diretoria Executiva;

VI – aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de taxas, tarifas e outros preços públicos do Consórcio;

f) alienação e oneração de bens do Consórcio;

VII – homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VIII – aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX – aprovar planos e regulamentos do Consórcio;

X – apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;

b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

§ 1º Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presente pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados. No caso de o ônus da cessão ficar com consorciado, exigir-se-á, para a aprovação, 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença de 2/3 (dois terços) dos consorciados.

§ 2º As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

Subseção II

Da eleição e da destituição do Presidente e

da Escolha dos Membros da Diretoria Executiva

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. (Da eleição). O Presidente será eleito em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado, o qual poderá ser votado por todos os presentes, sejam eles chefes de outros poderes executivos ou agentes por estes delegados.

§ 1º O Presidente será eleito mediante voto público e nominal.

§ 2º Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer a eleição sem a presença de pelo menos metade dos consorciados.

§ 3º Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

§ 4º Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente em exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA. (Da nomeação e da homologação da Diretoria Executiva).

Proclamado eleito o Presidente, a ele será dada a palavra para que nomeie os restantes membros da Diretoria Executiva e seus suplentes, os quais deverão ser ou ter sido servidores de autarquias de saneamento, departamentos ou equivalentes e possuir qualificação compatível com a função.

§ 1º Uma vez nomeados, o Presidente da Assembleia indagará, caso presente, se cada um dos indicados aceita a nomeação. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

§ 2º Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova lista de nomeação.

§ 3º Estabelecida lista válida, as nomeações somente produzirão efeito caso aprovadas pela maioria absoluta, presentes 3/5 (três quintos) dos consorciados

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. (Da destituição do Presidente e dos membros da Diretoria Executiva). Em Assembleia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente do Consórcio ou membros da Diretoria Executiva, desde que se comprove satisfatoriamente o desvio de finalidade do Consórcio ou ocorrência de falta grave, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos, observado o procedimento previsto no Estatuto.

Subseção III**Da elaboração e alteração dos Estatutos**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA. (Da Assembleia estatuinte). Será convocada Assembleia Geral específica para a elaboração e/ou modificação dos estatutos do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente documento.

§ 1º Confirmado o quórum de instalação, a Assembleia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembleia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I – o texto do projeto de estatutos que norteará os trabalhos;

II – o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III – o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

§ 2º Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão.

§ 3º Da nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

§ 4º Os estatutos preverão as formalidades e quórum para a alteração de seus dispositivos.

§ 5º Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial.

Seção III**Das atas**

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA. (Do registro). Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou, por quem presidiu e pelos entes consorciados com direito a voto na Assembleia Geral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. (Da publicação). Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

PARÁGRAFO ÚNICO. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer do povo.

CAPÍTULO IV**DA DIRETORIA EXECUTIVA**

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA. (Do número de membros). A Diretoria Executiva é composta por três membros que exercerão funções, ficando assim composta: Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Técnico Operacional.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Estatuto disporá a respeito da nomeação dos membros da Diretoria Executiva, procedimentos para posse, bem como da remuneração, nos casos previstos em lei, ou quaisquer espécies de verba indenizatória.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA. (Das deliberações). A Diretoria deliberará de forma colegiada, exigidos dois votos para a aprovação de qualquer matéria, inclusive da alteração de funções de seus membros.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente mediante a convocação do Diretor Administrativo ou Financeiro e ou do Presidente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA. (Das competências). Além do previsto nos estatutos, compete à Diretoria Executiva:

I – julgar recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) de impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;

c) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

II – autorizar que o Consórcio ingresse com ação em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas judiciais que reputar urgentes;

III – autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV – estabelecer, orientar e supervisionar todos e quaisquer procedimentos técnicos e operacionais no âmbito do Consórcio, fornecendo, inclusive, subsídios para deliberações e ações do Consórcio, sobremaneira nas áreas de engenharia e química.

V – Indicar nomes para ocupar os cargos em comissão.

CAPÍTULO V**DO PRESIDENTE**

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA. (Da competência). Sem prejuízo do que preverem os estatutos do Consórcio incumbe ao Presidente, que deverá, necessariamente, ser Chefe do Poder Executivo de ente da Federação consorciado:

I – representar o consórcio judicial e extrajudicialmente;

- II – ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;
 - III – convocar as reuniões da Diretoria Executiva;
 - IV – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.
 - V – Nomear ocupantes dos cargos em comissão do Consórcio indicados pela Diretoria Executiva.
- § 1º Com exceção da competência prevista no Inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Administrativo e Financeiro.
- § 2º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Administrativo e Financeiro poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

CAPÍTULO VI DOS DIRETORES

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA. (Da competência). Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro, nos termos do § 1º, da cláusula vigésima oitava, todas as competências que lhe forem delegadas pelo Presidente, com exceção da competência prevista no inciso I, do caput daquela cláusula.

§ 1º Compete ao Diretor Técnico Operacional, além de eventuais atribuições que lhe forem conferidas pela Presidência, por meio de Resolução, notadamente as previstas no inciso IV, do caput da cláusula vigésima sétima.

§ 2º Ocorrendo vacância do cargo de Presidente o Diretor Administrativo e Financeiro ocupará interinamente as funções de Presidente até realização de nova eleição, interinidade essa que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO VII DO SUPERINTENDENTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA. (Da competência). Compete ao Superintendente:

- I – Quando convocado, comparecer às reuniões da Diretoria Executiva;
 - II – Movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente e/ou Diretoria Administrativa e Financeira, bem como elaborar os boletins diários de caixa e de bancos;
 - III – Praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa, em conjunto com a Diretoria Administrativa e Financeira, dentre os quais:
 - a) promover o lançamento das receitas, inclusive as de taxas, de tarifas e de outros preços públicos;
 - b) inscrever em dívida ativa os débitos não adimplidos e promover, por meios próprios ou contratados, a sua cobrança judicial e extrajudicial;
 - c) emitir as notas de empenho de despesa;
 - d) examinar, conferir e instruir os processos de pagamentos e as requisições de adiantamento, rejeitando-os quando não revestidos das formalidades e do atendimento às prescrições legais ou da boa administração;
 - e) preparar a emissão de cheques, de ordem de pagamento e de transferências de recursos;
 - f) realizar pagamentos e das quitações;
 - g) providenciar a manutenção da escrituração sintética e analítica dos fatos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial;
 - h) providenciar, subscrever e, solidariamente com o presidente, responsabilizar-se pelos balancetes, balanços e outros documentos e apuração contábil e de prestação de contas do Consórcio;
 - IV – Exercer a gestão patrimonial, em conjunto com a Diretoria Administrativa e Financeira, providenciando, dentre outros, os seguintes atos:
 - a) a aquisição, o recebimento, o registro, o almoxarifado, a manutenção, a distribuição e a alienação dos bens movimentados pelo Consórcio;
 - b) cadastro ou o tombamento, a classificação, a numeração, o controle e o registro dos bens mobiliários e imobiliários;
 - c) a baixa de bens alienados ou considerados obsoletos, imprestáveis perdidos ou destruídos;
 - d) a manutenção da integridade da posse dos bens imóveis;
 - e) o seguro dos bens patrimoniais;
 - f) a programação e controle do uso de veículos;
 - g) a elaboração de relatórios sobre o uso de combustíveis e lubrificantes, despesas de manutenção e condições de uso dos veículos e equipamentos;
 - h) a limpeza, a conservação, a manutenção e a segurança de áreas e edificações ocupadas pelo Consórcio;
 - V – Velar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;
 - VI – Praticar atos relativos à administração de pessoal, cumprindo e se responsabilizando pelo cumprimento dos preceitos da legislação trabalhista, inclusive:
 - a) providenciar a formalização dos atos necessários à contratação, à dispensa e à punição dos empregos;
 - b) manter os registros e os assentos funcionais;
 - c) elaborar a folha de pagamento do pessoal e das guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e trabalhistas;
 - d) fixar o expediente de trabalho, incluída sua antecipação, prorrogação e turnos de plantões;
 - e) elaborar a escala anual de férias e promover o seu cumprimento;
 - f) propor ao presidente os valores de ajudas de custos e de diárias;
 - g) planejar e promover a capacitação de pessoal, incluído a dos serviços locais;
 - VII – promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou nos estatutos, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.
- § 1º Além das atribuições previstas neste artigo, o Superintendente poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente.
- § 2º A delegação de atribuições do Presidente dependerá de ato escrito e publicado, até um ano após a data de término da delegação, no sítio que o Consórcio manterá na rede mundial de computadores – Internet.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA. (Da composição). O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes, dos entes consorciados, eleitos na forma da cláusula trigésima terceira.

§ 1º Poderá candidatar-se ao Conselho Fiscal qualquer representante oficial de ente consorciado, desde que indicado pelo Chefe do Executivo do consorciado.

§ 2º O Conselho Fiscal será eleito e empossado em até 90 (noventa) dias após a posse do Presidente do Consórcio.

§ 3º Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 (três quintos) de entes consorciados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA. (Da eleição do Conselho Fiscal). A Assembleia Geral reunir-se-á, para eleição do Conselho Fiscal, mediante convocação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA. (Do funcionamento). Os estatutos deliberarão sobre a forma de eleição e o funcionamento do Conselho Fiscal, devendo suas decisões serem submetidas à homologação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IX DA ATIVIDADE DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA. (Da Regulação). As atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, previstas nos artigos 21 a 27, da Lei nº 11.445/2007, serão desenvolvidas por meio de Câmara de Regulação e Fiscalização específica, com independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA. (Da estruturação, funcionamento e do exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização). A estruturação, funcionamento e o exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico serão determinados através de normativas específicas, aprovadas em Assembleia Geral.

TÍTULO IV DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I DOS AGENTES PÚBLICOS

Seção I Disposições Gerais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA. (Do exercício de funções remuneradas). Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados e escolhidos e/ou nomeados para ocupar os empregos, cargos e funções públicas previstos em cláusula do presente documento, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas conforme dispuser a lei.

PARÁGRAFO ÚNICO. A atividade da Presidência do Consórcio, do Conselho Fiscal, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

Seção II Dos empregos públicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA. (Do regime jurídico). Os empregados do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Estatuto deliberará sobre a estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, especialmente a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA. (Do quadro de pessoal). O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 29 (vinte e nove) vagas em empregos públicos, na conformidade do anexo próprio deste Protocolo de Intenções.

§ 1º Com exceção dos empregos públicos de livre provimento em comissão, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º A remuneração dos empregos públicos é a definida em anexo próprio deste Protocolo de Intenções.

§ 3º Até o limite fixado no orçamento anual do Consórcio a Diretoria Administrativa e Financeira poderá conceder reajustes e revisão anual de remuneração.

§ 4º A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria Administrativa e Financeira.

§ 5º Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para consorciados.

§ 6º Fica autorizada à Diretoria Executiva, após aprovação em Assembleia Geral, a contratação de estagiários, nos termos da Lei nº 6.494/1977.

§ 7º A criação de novos empregos, a abertura de vagas e definições acerca de carga horária, vencimentos, atribuições dos empregos públicos e funções adicionais serão disciplinadas no Estatuto, após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, mediante voto favorável de 2/3 (dois terços) dos entes consorciados.

Seção III Das contratações temporárias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA. (Hipótese de contratação temporária). Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para

atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. Na hipótese de afastamento temporário de empregados públicos, a contratação temporária poderá ocorrer durante o período de afastamento, restando dispensado o provimento por concurso.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA. (Hipótese de contratação de estagiários). Para atender a necessidades temporárias e execução de atividades específicas, o Consórcio poderá firmar convênios com entidades do setor, para a contratação de estagiários por tempo determinado.

CAPÍTULO II DOS CONTRATOS

Seção I Do procedimento de contratação

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA. (Das contratações). As contratações realizadas pelo Consórcio submetem-se às normas de licitações e contratos administrativos. Sob pena de nulidade, todas as contratações obedecerão às normas de Direito Público, os ditames Constitucionais, dos Tribunais de Contas, bem como da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, bem como de legislações que vierem a substituí-la.

TÍTULO V DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA. (Do regime da atividade financeira). A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA. (Das relações financeiras entre consorciados e o Consórcio). Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

- I – para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Protocolo de Intenções, devidamente especificados;
- II – desde que tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços, respeitados os valores de mercado;
- III – quando houver contrato de rateio.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA. (Da fiscalização). O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

CAPÍTULO II DA CONTABILIDADE

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA. (Da Contabilidade). A contabilidade do Consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/00 e suas alterações.

CAPÍTULO III DOS CONVÊNIOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA (Dos convênios). Fica o Consórcio autorizado a firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas, junto a entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA. (Da interveniência). Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

TÍTULO VI DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I DA RETIRADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA. (Da retirada). A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA. (Dos efeitos). A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

- I - decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembleia Geral;
- II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;
- III - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

CAPÍTULO II DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA. (Das hipóteses de exclusão). São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

- I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas aprovadas em Assembleia Geral, assumidas por meio de contrato de rateio;
 - II - a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;
 - III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.
- § 1º A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.
- § 2º Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA. (Do procedimento). Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

- § 1º A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.
- § 2º Enquanto não regulamentado procedimento próprio, será observado o rito previsto na Lei Federal nº 9.784/1999 para aplicação das penalidades previstas neste Protocolo.
- § 3º Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

TÍTULO VII DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA. (Da alteração e da extinção) A alteração e a extinção de contrato de consórcio público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

- § 1º Em caso de extinção os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da assembleia geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas proporcionais à equivalência patrimonial de cada consorciado.
- § 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.
- § 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA. (Do regime jurídico). O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, pelo Contrato de Consórcio Público originado pela ratificação do Presente Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA. (Da interpretação). A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

- I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;
- II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio;
- III - eletividade de todos os órgãos dirigentes do consórcio;
- IV - transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;
- V - eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA. (Da exigibilidade). Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA. (Do Vale-alimentação e Outros Auxílios). O Presidente do Consórcio poderá conceder, mediante prévia aprovação em Assembleia Geral, e através de resolução, vale-alimentação e outros auxílios aos seus empregados.

PARÁGRAFO ÚNICO. Normativas específicas, com prévia aprovação em Assembleia Geral, definirão os critérios, os valores e a forma de concessão de eventuais auxílios.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA. (Dos casos omissos). Aos casos omissos, e subsidiariamente, serão aplicados os preceitos previstos nas Leis Federais nºs. 11.107/2005, 11.445/2007, seus regulamentos, normas e princípios de Direito Público.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Consórcio regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas neste instrumento.

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA. (Da transição). Motivada por incapacidade técnica e material, poderá a Assembleia Geral sobrestar por até cinco anos a aplicação de normas previstas neste Protocolo acerca dos objetivos do Consórcio, previstos no Capítulo II da prestação de serviços públicos e correspondentes direitos dos entes consorciados, por decisão de 2/3 (dois terços), desde que presentes 4/5 (quatro quintos) dos consorciados.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA. (Da correção). A Diretoria Administrativa e Financeira, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo.

TÍTULO X DO FORO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA. (Do foro). Para dirimir eventuais controvérsias deste Contrato de Consórcio Público, fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Capinzal (SC), 30 de março de 2017.

ANEXO 1 DOS EMPREGOS PÚBLICOS

Nº de vagas	Denominação do emprego	Carga Horária	Vencimento Inicial
1	Administrador	40	154
1	Advogado	20	137
5	Assistente Administrativo	40	96
5	Auxiliar Administrativo	40	63
2	Auxiliar de Serviços Gerais	40	56
1	Contador	40	137
1	Engenheiro Civil	40	154
1	Engenheiro Sanitarista	40	154
2	Químico	40	137
3	Laboratorista	40	114
2	Técnico em Saneamento/Assistente Técnico	40	114
3	Operador de Máquinas	40	86

DO EMPREGO PÚBLICO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº de vagas	Denominação do emprego	Carga Horária	Vencimento
1	Superintendente	40	165
1	Assessor Jurídico	16	122
DAS FUNÇÕES ADICIONAIS			
Nº de vagas	Denominação da Função	Carga Horária	Vencimento
1	Diretor Administrativo e Financeiro		
1	Diretor Técnico Operacional		

ANEXO 2

ANEXO 3

DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL - PROGRESSÕES E PROMOÇÕES

Disposições gerais

Art. 1º. A Evolução Funcional dar-se-á pela progressão e/ou promoção do empregado, mediante a passagem de um nível para outro(s), dentro do mesmo emprego, observado o Anexo 2 – DOS NÍVEIS E VENCIMENTOS, constante deste Protocolo de Intenções.

§ 1º. A Progressão Funcional do empregado, de que trata o caput deste artigo, ocorrerá de forma ascendente, de um nível para outro(s) imediatamente superior.

§ 2º. Os empregados de Livre Provimento em Comissão e das Funções Adicionais não fazem jus à Evolução Funcional prevista no caput.

Art. 2º. A Evolução Funcional ocorrerá através das modalidades de:

I - Progressão por Merecimento;

II - Promoção por Cursos de Formação e/ou Capacitação.

Art. 3º. Não terá direito à evolução funcional o empregado que estiver cumprindo estágio probatório, fazendo jus a sua primeira evolução tão logo adquirida a estabilidade no cargo e preenchidos os requisitos para a obtenção do direito ao primeiro avanço.

Parágrafo único. A primeira evolução funcional corresponderá a passagem do nível no qual o empregado foi contratado, para o nível imediatamente superior, constante do Anexo 2 deste Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consórcio Público.

DA PROGRESSÃO POR MERECIMENTO

Art. 4º. Progressão por Merecimento é a passagem de um nível para outro imediatamente superior àquele a que pertence o empregado, pelo critério de merecimento.

Art. 5º. A Progressão por Merecimento, somente será concedida aos empregados para os quais foram realizadas as Avaliações Anuais de Desempenho Funcional e ocorrerá a cada ano, correspondente ao avanço de um nível por progressão, observadas as seguintes exigências:

I - ter o empregado cumprido o estágio probatório de 3 (três) anos, conforme prevê a Constituição Federal;

II - ter o empregado atingido a média 7,0 (sete) na Avaliação Anual de Desempenho Funcional.

Art. 6º. As ausências para tratamento de saúde, ocorridas durante o período da avaliação, e que, somadas, excederem 30 (trinta) dias, automaticamente prorrogam, por igual tempo, a data do direito à progressão.

Art. 7º. Independente da média atingida nas Avaliações Anuais de Desempenho Funcional a que se refere o art. 5º, não fará jus à progressão por merecimento o empregado que:

I - estiver licenciado ou afastado do exercício do emprego, com ou sem remuneração;

II - tiver obtido nota inferior a 7 (sete) no critério Assiduidade na avaliação anual;

III - Tenha sofrido uma penalidade administrativa de suspensão ou duas advertências, no período de avaliação.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no inciso I o caso de licença à empregada gestante.

DA PROMOÇÃO POR CURSOS DE FORMAÇÃO E/OU CAPACITAÇÃO

Art. 8º. A Promoção por Cursos de Formação e/ou Capacitação é a passagem de um nível para outro imediatamente superior considerando-se a atualização profissional do empregado.

Art. 9º. Tendo obtido a progressão de que trata o art. 4º, é possível o empregado, no mesmo período, acumular outro avanço, a título de Promoção por Cursos de Formação e/ou de Capacitação, desde que comprove os requisitos necessários.

Art. 10. Os cursos de formação educacional e de capacitação, só serão considerados, para efeitos de concessão de promoção por uma única vez, não podendo ser computados para outras formas de promoção.

Da Promoção por Cursos de Formação

Art. 11. A promoção por Cursos de Formação é concedida ao empregado que possuir ou vir a possuir formação superior à exigida no cargo, mediante a conclusão dos seguintes cursos de formação educacionais:

I - ensino médio completo;

II - graduação;

III - especialização, com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas;

IV - mestrado;

V - doutorado;

VI - curso técnico com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas, desde que seja em área correlata à de atuação do cargo que o empregado ocupa no CISAM Meio Oeste.

Parágrafo único. O empregado que possui formação educacional superior ao exigido no cargo, poderá requerer a sua promoção a qualquer momento, desde que já tenha adquirido a estabilidade no seu cargo.

Art. 12. Para a sua validação, o curso de formação deverá estar devidamente registrado na instituição de ensino competente, com reconhecimento do Ministério da Educação (MEC).

Art. 13. A promoção será concedida após a conclusão dos cursos de formação educacional, através do avanço de nível no plano de carreira do emprego, conforme a seguir:

a) Avanço de um nível no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Ensino Médio, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;

b) Avanço de dois níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Graduação, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;

c) Avanço de três níveis no empregado, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, correlato com o emprego do empregado;

d) Avanço de quatro níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego do empregado;

e) Avanço de cinco níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego do empregado.

Da Promoção por Cursos de Capacitação

Art. 14. A promoção por cursos de capacitação, corresponderá ao avanço de um nível no plano de carreira do emprego e será concedida ao empregado mediante comprovação de sua participação em no mínimo 150 (cento e cinquenta) horas de cursos de capacitação, custeados pelo próprio empregado a serem realizadas após a entrada em vigência deste dispositivo legal, excluindo-se os cursos oferecidos pelo CISAM Meio Oeste.

§ 1º - O curso de capacitação deverá ter relação com a área de atuação do emprego ocupado pelo empregado com aplicabilidade no CISAM Meio Oeste, não sendo permitida uma segunda promoção por cursos de capacitação antes de decorridos 02 (dois) anos.

§ 2º - O empregado interessado deverá requerer a promoção, juntando documentação que comprove a habilitação para a promoção.

Art. 15. Para fazer a análise da correlação do(s) curso(s) realizado(s) e/ou da titulação obtida com o emprego ocupado pelo empregado, quando for o caso, o Diretor Administrativo e Financeiro, nomeará uma comissão de três empregados do Consórcio, que terá um prazo máximo de 10 (dez) dias para emitir um parecer.

Art. 16. O comprovante dos cursos, que habilita o empregado à promoção por curso de capacitação, é o diploma ou certificado, expedido pela instituição formadora ou fornecedora do curso, devidamente reconhecido pelos órgãos públicos competentes ou pelo CISAM Meio Oeste.

DA CAPACITAÇÃO PATROCINADA

Art. 17. Observada a disponibilidade orçamentária e financeira, o CISAM Meio Oeste possibilitará aos seus servidores a participação em programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, cursos de capacitação, congressos, seminários, palestras, que visem à modernização, reaparelhamento e racionalização dos seus serviços, através do seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Parágrafo único. Os empregados que se negarem a participar dos programas de capacitação a que se refere este artigo, quando designados pelo Superintendente do CISAM, terão retardada, por um período de 6 (seis) meses, a contagem para a sua Evolução Funcional, salvo justificativa devidamente aceita pela Superintendência.

Art. 18. Caberá ao Superintendente do CISAM Meio Oeste a designação dos empregados, aos quais serão disponibilizados os cursos e/ou capacitações.

ANEXO 4

DO ESTAGIO PROBATÓRIO

Art. 1º. Os empregados providos, em virtude de aprovação em concurso público, serão submetidos a processo de avaliação especial de desempenho pelo período de 3 (três) anos e somente adquirirão estabilidade se constatada sua aptidão para o exercício do seu emprego. Parágrafo único. O empregado não aprovado no estágio será exonerado e, se estável, reconduzido ao cargo anterior.

Art. 2º. A avaliação especial de desempenho constitui-se de um conjunto de ações planejadas e coordenadas, com vistas ao acompanhamento contínuo do desempenho do empregado durante o período de estágio probatório, verificando sua aptidão e capacidade para o exercício das atribuições inerentes ao respectivo emprego, por intermédio dos seguintes critérios:

I - assiduidade: relacionada à frequência, à pontualidade e ao cumprimento da carga horária de trabalho;

II - disciplina: relacionada ao cumprimento de obrigações e ao respeito às normas vigentes e à hierarquia funcional;

III - iniciativa:

a) relacionada à habilidade de propor ideias, visando à melhoria de procedimentos e rotinas de atividades;

b) relacionada à proatividade;

IV - produtividade:

a) relacionada à capacidade de administrar tarefas no seu cotidiano e priorizá-las, de acordo com os correspondentes graus de relevância;

b) relacionada à dedicação quanto ao cumprimento de metas e à qualidade do trabalho executado;

V - responsabilidade: relacionada ao comprometimento com seus deveres e atribuições, ao atendimento dos prazos e ao aprimoramento dos resultados dos trabalhos desenvolvidos.

Art. 3º. No processo de avaliação serão observados os critérios do artigo anterior, sendo considerado inapto o empregado que em qualquer avaliação semestral, tiver atribuída nota inferior a 05 (cinco), em dois ou mais desses itens, ou nota inferior a 07 (sete) em 3 (três) ou mais dos itens em duas avaliações consecutivas ou alternadas.

Parágrafo único. Também será considerado inapto o empregado que, em qualquer época do estágio probatório, diante de fatos ocorridos, for submetido à devida perícia médica, constituída pelo Consórcio, e for considerado física ou mentalmente inapto para as funções do emprego.

Art. 4º. As avaliações serão realizadas por Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, designada pelo Presidente do Consórcio, para cada empregado, a qual terá um mandato igual ao do período que compreender o estágio probatório do empregado a ser avaliado, composta por 3 (três) membros.

Parágrafo único. Os membros designados para a Comissão deverão ser servidores e/ou empregados públicos estáveis, integrantes do quadro de pessoal do Consórcio ou dos municípios consorciados.

Art. 5º. Nas avaliações, a Comissão Especial de Avaliação justificará a aplicação de notas inferiores a 7 (sete) em qualquer dos itens.

Art. 6º. O empregado avaliado deverá receber cópia de todas as avaliações, bem como do relatório final da Comissão Especial de Avaliação e, considerando equivocadas as notas que lhe foram atribuídas, poderá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, oferecer defesa e contraditório, apresentando provas de suas alegações, podendo requerer a ouvida de até 3 (três) testemunhas, as quais deverão ser trazidas pelo empregado avaliado para a audiência determinada pela Comissão Especial de Avaliação, independentemente de qualquer intimação ou

convocação por parte desta.

Art. 7º. Encerrada a instrução, fica facultado ao empregado avaliado apresentar razões finais por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, a Comissão Especial de Avaliação se reunirá para reavaliar as suas conclusões anteriores à luz das novas provas produzidas e das razões finais do empregado, mantendo ou revendo as notas aplicadas e emitindo relatório definitivo, encaminhando-o ao Presidente para decisão.

Art. 8º. O empregado, durante o seu Estágio Probatório, deverá receber 5 (cinco) avaliações, assim distribuídas:

I - primeira: ao completar 6 (seis) meses de exercício;

II - segunda: ao completar 12 (doze) meses de exercício;

III - terceira: ao completar 18 (dezoito) meses de exercício;

IV - quarta: ao completar 24 (vinte e quatro) meses de exercício; e

V - quinta: ao completar 30 (trinta) meses de exercício.

§ 1º - Após a quinta avaliação e antes do findo o estágio probatório, a avaliação de desempenho do empregado será submetida à homologação da autoridade competente.

§ 2º - Mediante evidências de que o empregado não preenche as condições estabelecidas, inclusive quando assim declarado em avaliação médico pericial, o Presidente poderá determinar a antecipação da data de avaliação de que trata este artigo.

Art. 9º. De posse do processo, e após parecer jurídico, o Presidente avaliará a correção formal dos procedimentos e determinará a correção dos atos irregulares ou o suprimimento das omissões.

Art. 10. Constatada a regularidade do processo, o Presidente decidirá pela aptidão ou inaptidão do empregado avaliado, determinando a anotação na sua ficha funcional se a conclusão foi pela sua aptidão, ou a expedição do devido ato de exoneração se a conclusão for pela inaptidão.

Art. 11. Normas complementares, relativas às disposições contidas neste Anexo 4 "Do Estágio Probatório" serão regulamentadas no Estatuto, após aprovação em Assembleia Geral, mediante Resolução do Presidente do Consórcio.

ANEXO 5

DA AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO FUNCIONAL

Art. 1º. Considerado apto, para o desempenho do emprego público, o empregado continuará sendo avaliado anualmente, obedecidos os mesmos procedimentos e critérios estabelecidos para a avaliação do estágio probatório.

Art. 2º. Normas complementares, relativas às disposições contidas neste Anexo 5 - "Da Avaliação Anual de Desempenho Funcional" serão regulamentadas no Estatuto, após aprovação em Assembleia Geral, mediante Resolução do Presidente do Consórcio.

ANEXO II – Emenda ao Protocolo de Intenções do CISAM – Meio Oeste a qual consolidou as alterações do Contrato de Consórcio Público aprovadas na Assembleia Geral Ordinária do CISAM Meio Oeste, de 30 de março de 2017, e definiu o encaminhamento das alterações do Contrato de Consórcio Público ao nobre Poder Legislativo para ratificação e consolidação:

Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CISAM – Meio Oeste

RESOLUÇÃO nº 09/2017

Dispõe sobre o Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM Meio Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CISAM, notadamente a cláusula vigésima-sexta do Contrato de Consórcio Público e o artigo 27, do Estatuto;

Faço saber a seguinte Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CISAM Meio Oeste, aprovada, de forma unânime, por sua Assembleia Geral Ordinária, nos termos da cláusula quinquagésima terceira, § 4º, do Contrato de Consórcio Público do CISAM, reunida em 30 de março de 2017:

Art. 1º. O Protocolo de Intenções, consubstanciado em Contrato de Consórcio Público, do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, formalizado em 04 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

PREÂMBULO

[...]

Diante de todas essas constatações, esses municípios, com o apoio imprescindível da FUNASA, resolvem neste dia 04/10/2006, criar o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM – Meio Oeste, Consórcio Público de Direito Público, sob a forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público interno.

Emenda aditiva: Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM – Meio Oeste

Emenda supressiva: CISAM – Meio Oeste, Consórcio Intermunicipal dos Serviços Municipais de Saneamento do Meio Oeste

4) Na prestação de assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica no desenvolvimento das atividades, tais como:

[...]

e) administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água e esgoto;

Emenda supressiva: "e) administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água e esgoto;"

[...]

Visando a implantação desse processo de cooperação, esses municípios, reunidos em assembleia realizada no último dia 10 de outubro de

2006, no Município de Joaçaba - SC, argumentaram que, diante da edição da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, a criação do CISAM Meio Oeste, no formato de Associação Pública, de direito público é medida necessária e que se impõe para o fortalecimento desse cooperativismo. Emenda supressiva: "último"

CLÁUSULA SEGUNDA. (Da ratificação). O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos três dos Municípios que o subscreveram, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO AMBIENTAL DA REGIÃO MEIO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CISAM MEIO OESTE. (art. 5º, § 1º, da Lei nº 11.107/2005).

Emenda aditiva: "da Lei nº 11.107/2005"

Emenda supressiva: DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA REGIÃO MEIO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CLÁUSULA SEGUNDA. (Da ratificação).

[. . .]

§ 6º O ente da Federação não designado no Protocolo de Intenções poderá integrar o Consórcio, desde que haja a sua inclusão no Protocolo de Intenções e ratificação deste em até dois anos contados da assinatura respectiva, mediante aprovação em Assembleia Geral.

Emenda aditiva: ", mediante aprovação em Assembleia Geral."

CLÁUSULA TERCEIRA. (Dos conceitos).

I - saneamento ambiental: O conjunto de ações técnicas e socioeconômicas, entendidas fundamentalmente como de saúde pública, que tem por objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural;

Emenda aditiva: De novo inciso I, cfe. abaixo, com renumeração dos demais incisos:

"I - saneamento ambiental: O conjunto de ações técnicas e socioeconômicas, entendidas fundamentalmente como de saúde pública, que tem por objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural;"

I - II - saneamento básico: o conjunto de serviços e ações com o objetivo de alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, compreendendo o abastecimento de água, a coleta, o tratamento e a disposição dos esgotos; manejo de resíduos sólidos de limpeza urbana, drenagem e manejo de águas pluviais - nas condições que maximizem a promoção - e a melhoria das condições de vida; nos meios urbano e rural;

Emenda aditiva: "manejo de resíduos sólidos de limpeza urbana, drenagem e manejo de águas pluviais"

Emenda supressiva: "nos meios urbano e rural"

IV - V - serviços públicos de saneamento básico: os serviços públicos cuja natureza sejam o abastecimento de água e o esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos de limpeza urbana, drenagem e manejo de águas pluviais;

Emenda aditiva: "manejo de resíduos sólidos de limpeza urbana, drenagem e manejo de águas pluviais;"

[. . .]

VII - serviços públicos de saneamento básico de interesse local:

a) quando destinado a atender exclusivamente um Município, qualquer dos seguintes serviços:

a captação, a adução de água bruta ou tratada, o tratamento, a reservação, distribuição e controle da qualidade da água para abastecimento público;

a coleta, interceptação e o transporte, o tratamento e a destinação final de esgotos sanitários;

b) em qualquer caso: a distribuição de água, a coleta de esgotos sanitários.

Emenda supressiva: Da íntegra do inciso e alíneas;

Emenda aditiva: inserção dos incisos VIII e IX com o seguinte teor:

VIII – manejo de resíduos sólidos de limpeza urbana: coleta e transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e sua disposição final;

IX – drenagem e manejo de águas pluviais: coleta e transporte; detenção ou retenção – para amortecimento de vazão de cheias – e tratamento e disposição final de águas pluviais urbanas;

Emenda aditiva: renumeração dos antigos incisos VIII a XX para X a XXII.

[. . .]

XI - XIII - fiscalização: as atividades de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação, exercidas pelo titular do serviço público, inclusive por entidades de sua administração indireta ou por entidades conveniadas ou delegadas, e pelos cidadãos e usuários, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

Emenda aditiva: "ou delegadas"

[. . .]

XIV - XVI - projetos associados aos serviços públicos de saneamento básico: os desenvolvidos em caráter acessório ou correlato à prestação dos serviços, capazes de gerar benefícios sociais, ambientais ou econômicos adicionais, dentre eles:

[. . .]

d) o aproveitamento de energia de qualquer fonte potencial vinculada aos serviços, inclusive do biogás resultante de tratamento de esgoto sanitário e do processamento de resíduos sólidos da limpeza urbana;

Emenda aditiva: "e do processamento de resíduos sólidos da limpeza urbana"

[. . .]

XVIII - XX - subsídios cruzados externos: aqueles que se processam mediante transferências ou compensações de recursos originados de

área ou território diverso dos referidos no Inciso XVII inciso XIX desta cláusula;

Emenda supressiva: "Inciso XVII"

Emenda aditiva: "inciso XIX"

CLÁUSULA SEXTA. (Da sede). A sede do Consórcio será no Município de Joaçaba Capinzal, Estado de Santa Catarina podendo haver o desenvolvimento de atividades em escritórios, laboratórios e/ou sedes localizadas em outros Municípios consorciados.

Emenda supressiva: "Joaçaba"

Emenda aditiva: "Capinzal"

PARÁGRAFO ÚNICO. A Assembleia Geral do Consórcio, mediante decisão de dois terços dos consorciados, poderá alterar a sede.

Emenda supressiva: Da íntegra do PARÁGRAFO ÚNICO da Cláusula Sexta.

CLÁUSULA SÉTIMA. (Dos objetivos). São objetivos do Consórcio:

[. . .]

II – a prestação de serviços, inclusive os serviços públicos de saneamento básico – nos termos de contrato – assessoramento na a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio, inclusive a operação de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto, assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica, tais como:

1. solução dos problemas de saneamento ambiental;
2. elaboração de projetos e promoção de estudos de concepção;
3. projeção, supervisão e execução de obras;
4. implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais;
5. administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água e esgoto;
6. treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
7. orientação na formulação da política tarifária dos serviços de água e esgoto;
8. intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos;
9. assessoramento para implementação de programas de saneamento rural, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário;
10. desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;
11. assistência jurídica judicial e/ou extrajudicial, na área de atuação do CISAM Meio Oeste, inclusive com a realização de cursos, palestras, simpósios e congêneres;

Emenda supressiva: "serviços, inclusive os serviços públicos de saneamento básico – nos termos de contrato – ... a ... ,tais como:

1. solução dos problemas de saneamento ambiental;
2. elaboração de projetos e promoção de estudos de concepção;
3. projeção, supervisão e execução de obras;
4. implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais;
5. administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água e esgoto;
6. treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
7. orientação na formulação da política tarifária dos serviços de água e esgoto;
8. intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos;
9. assessoramento para implementação de programas de saneamento rural, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário;
10. desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;
11. assistência jurídica judicial e/ou extrajudicial, na área de atuação do CISAM Meio Oeste, inclusive com a realização de cursos, palestras, simpósios e congêneres;"

[. . .]

IV - prestação de serviços e na execução de obras aos entes consorciados ou a terceiros, observado o disposto na cláusula nona;

Emenda supressiva: "e na execução de obras"

Emenda aditiva: "aos entes consorciados ou a terceiros, observado o disposto na cláusula nona;"

[. . .]

Emenda aditiva: Inserção dos incisos VIII, IX, X e XI, com o seguinte teor:

"VIII – a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico desde que delegada pelos municípios consorciados;

IX – estabelecer relações cooperativas com outros consórcios com vistas ao desenvolvimento de ações conjuntas em favor dos entes consorciados;

X – poderá ser criado fundo específico para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de outros entes federados, bem como recursos provenientes do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países;

XI – firmar convênios com entidades públicas e privadas, instituições de ensino, organizações não governamentais, e outras que desenvolvam atividades em área afeta aos objetivos e finalidades do Consórcio."

CLÁUSULA OITAVA. (Da exclusão de objetivo). Não constitui objetivo do Consórcio a gestão, operação ou prestação de serviços públicos de saneamento básico.

Emenda aditiva: Inserção de nova CLÁUSULA OITAVA, com o teor acima.

CLÁUSULA OITAVA. NONA. (Da realização dos objetivos e bens) O Consórcio somente realizará seus objetivos por meio de contrato, onde for estabelecida remuneração compatível e preferencialmente inferior aos valores de mercado, a qual, sob pena de nulidade do contrato, deverá ser previamente comprovada por meio da publicação do extrato do contrato. No caso de ente consorciado, A Assembleia Geral definirá a remuneração do serviço prestado.

Emenda aditiva: Renumeração da CLÁUSULA OITAVA para CLÁUSULA NONA.

Renumeração das CLÁUSULAS subsequentes;

Emenda supressiva: "No caso de ente consorciado,"

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS

CLÁUSULA DÉCIMA. (Dos direitos) – Constituem direitos dos entes consorciados:

I – participar das assembleias gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos entes consorciados e ao aprimoramento do Consórcio;

IV – compor o Conselho Fiscal do Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. (Dos deveres) – Constituem deveres dos entes consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e ao repasse de recursos financeiros previstos em contrato;

II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os entes consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do Consórcio.

Emenda aditiva: Inserção do novo Capítulo III – Dos Direitos e Deveres dos Entes Consorciados

Inserção de novas CLÁUSULA DÉCIMA e CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, com o teor reproduzido acima.

CLÁUSULA DÉCIMA DÉCIMA TERCEIRA. (Dos órgãos). O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

[. . .]

VI – Conselho de Regulação.

VI – Câmara de Regulação e Fiscalização.

Emenda supressiva: "VI – Conselho de Regulação."

Emenda aditiva: "VI – Câmara de Regulação e Fiscalização."

[. . .]

"§ 2º Os estatutos do Consórcio definirão a estrutura orgânica dos órgãos referidos no caput desta cláusula, bem como a correlação e hierarquia mantidas em relação a esses órgãos pelos empregados do Consórcio."

Emenda supressiva: "orgânica"

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA DÉCIMA QUARTA. (Natureza e composição).

[. . .]

PARÁGRAFO ÚNICO. Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembleia Geral.

Emenda aditiva: "ou mais"

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA DÉCIMA QUINTA. (Das reuniões).

[. . .]

PARÁGRAFO ÚNICO. A forma de convocação das Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias serão definidas nos estatutos.

Emenda supressiva: "serão definidas"

Emenda aditiva: "será definida"

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA DÉCIMA SÉTIMA. (Dos quora). Os estatutos deliberarão sobre o número de presenças necessárias para que a instalação da Assembleia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários à apreciação de determinadas matérias.

Emenda supressiva: "que"

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA DÉCIMA OITAVA. (Das competências).

[. . .]

IV – eleger ou destituir o Presidente do Consórcio, para mandato de 2 (dois)

Emenda supressiva: "mandado"

Emenda aditiva: "mandato"

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA DÉCIMA NONA. (Da eleição). O Presidente será

[. . .]

§ 3º Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

Emenda aditiva: "(dois terços)"

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA VIGÉSIMA. (Da nomeação e da homologação da Diretoria Executiva).

Proclamado eleito o Presidente, a ele será dada a palavra para que nomeie os restantes membros da Diretoria Executiva e seus suplentes, os quais deverão ser ou ter sido diretores servidores de autarquias de saneamento, diretores de departamentos ou equivalentes e possuir qualificação compatível com a função.

Emenda supressiva: "diretores"

"diretores de"

Emenda aditiva: "e seus suplentes"

“servidores”.

“e possuir qualificação compatível com a função”

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. (Da destituição do Presidente e dos membros da Diretoria Executiva). Em Assembleia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente do Consórcio ou membros da Diretoria Executiva, desde que se comprove satisfatoriamente o desvio de finalidade do Consórcio ou ocorrência de falta grave, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos, observado o procedimento previsto no Estatuto.

§ 1º Em todas as convocações de Assembleia Geral deverá constar como item de pauta "apreciação de eventuais moções de censura".

§ 2º Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 3º A votação da moção de censura será efetuada após facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente ou ao Diretor que se pretenda destituir.

§ 4º Somente será considerada aprovada a moção de censura caso obtenha 2/3 dos votos, presente a totalidade dos membros do Consórcio, em votação pública e nominal.

§ 5º Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio, ele e a Diretoria Executiva estarão automaticamente destituídos, procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

§ 6º Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, será designado Presidente pro tempore por metade mais um dos votos presentes. O Presidente pro tempore exercerá as suas funções até a próxima Assembleia Geral, a se realizar entre 20 e 40 dias.

§ 7º Aprovada moção de censura apresentada em face de Diretor, ele será automaticamente destituído e, estando presente, aberta a palavra ao Presidente do Consórcio, para nomeação do Diretor que completará o prazo fixado para o exercício do cargo. A nomeação será incontinenti submetida à homologação.

§ 8º Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 60 dias seguintes.

Emenda aditiva: “observado o procedimento previsto no Estatuto”

Emenda supressiva:

“§ 1º Em todas as convocações de Assembleia Geral deverá constar como item de pauta "apreciação de eventuais moções de censura".

§ 2º Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 3º A votação da moção de censura será efetuada após facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente ou ao Diretor que se pretenda destituir.

§ 4º Somente será considerada aprovada a moção de censura caso obtenha 2/3 dos votos, presente a totalidade dos membros do Consórcio, em votação pública e nominal.

§ 5º Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio, ele e a Diretoria Executiva estarão automaticamente destituídos, procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

§ 6º Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, será designado Presidente pro tempore por metade mais um dos votos presentes. O Presidente pro tempore exercerá as suas funções até a próxima Assembleia Geral, a se realizar entre 20 e 40 dias.

§ 7º Aprovada moção de censura apresentada em face de Diretor, ele será automaticamente destituído e, estando presente, aberta a palavra ao Presidente do Consórcio, para nomeação do Diretor que completará o prazo fixado para o exercício do cargo. A nomeação será incontinenti submetida à homologação.

§ 8º Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 60 dias seguintes.”

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA. (Dos Diretores). Mediante proposta do Presidente do Consórcio, aprovada pela Diretoria Executiva, poderá haver redesignação interna de funções.

Emenda supressiva: Da íntegra da antiga CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA VIGÉSIMA SÉTIMA. (Das competências). Além do previsto nos estatutos, compete à Diretoria Executiva:

[. . .]

II – autorizar que o Consórcio ingresse com ação em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas judiciais que reputar urgentes;

[. . .]

V – Indicar o Superintendente do Consórcio nomes para ocupar os cargos em comissão.

Emenda supressiva: “o Superintendente do Consórcio”

Emenda aditiva: “com ação” - “judiciais”

“nomes para ocupar os cargos em comissão.”

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA VIGÉSIMA OITAVA. (Da competência).

[. . .]

V – Nomear o Superintendente ocupantes dos cargos em comissão do Consórcio indicados pela Diretoria Executiva.

Emenda supressiva: “o Superintendente”

Emenda aditiva: “ocupantes dos cargos em comissão”

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA VIGÉSIMA NONA. (Da competência). Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro, nos termos do § 1º, da cláusula vigésima-sexta, vigésima oitava, todas as competências que lhe forem delegadas pelo Presidente, com exceção da competência prevista no inciso I, do caput daquela cláusula.

PARÁGRAFO ÚNICO. § 1º Compete ao Diretor Técnico Operacional, além de eventuais atribuições que lhe forem conferidas pela Presidência, por meio de Resolução, notadamente as previstas no inciso IV, do caput da cláusula vigésima-quinta vigésima sétima.

§ 2º Ocorrendo vacância do cargo de Presidente o Diretor Administrativo e Financeiro ocupará interinamente as funções de Presidente até a realização de nova eleição, interinidade essa que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

Emenda supressiva: “vigésima-sexta”

“PARÁGRAFO ÚNICO”

"vigésima-quinta"

Emenda aditiva: "vigésima oitava"

"§ 1º "

"vigésima sétima"

Inserção do novo § 2º, com o seguinte teor:

§ 2º Ocorrendo vacância do cargo de Presidente o Diretor Administrativo e Financeiro ocupará interinamente as funções de Presidente até a realização de nova eleição, interinidade essa que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-OITAVA TRIGÉSIMA. (Da competência). Compete ao Superintendente:

[. . .]

VII – promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou nestes nos estatutos, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.

Emenda supressiva: "nestes"

Emenda aditiva: "nos"

CLÁUSULA VIGÉSIMA-NONA TRIGÉSIMA PRIMEIRA. (Da composição). O Conselho Fiscal é composto por 50% 3 (três) membros e respectivos suplentes, dos entes consorciados, eleitos na forma da cláusula Trigesima. trigésima terceira.

§ 1º Poderá candidatar-se ao Conselho Fiscal qualquer representante oficial de ente consorciado, desde que indicado pelo Chefe do Executivo do consorciado.

§ 1º O Conselho Fiscal será eleito e empossado de nove a seis meses antes do término do mandato do Presidente do Consórcio.

§ 2º O Conselho Fiscal será eleito em até 90 (noventa) dias após a posse do Presidente do Consórcio.

§ 2º § 3º Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 (três quintos) de entes consorciados.

Emenda supressiva: "50%"

"Trigesima"

"§ 1º O Conselho Fiscal será eleito e empossado de nove a seis meses antes do término do mandato do Presidente do Consórcio."

"§ 2º"

Emenda aditiva: "3 (três) membros e respectivos suplentes,"

"trigesima terceira."

"§ 1º Poderá candidatar-se ao Conselho Fiscal qualquer representante oficial de ente consorciado, desde que indicado pelo Chefe do Executivo do consorciado."

"§ 2º O Conselho Fiscal será eleito em até 90 (noventa) dias após a posse do Presidente do Consórcio."

"§ 3º "

"(três quintos)"

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TRIGÉSIMA SEGUNDA. (Da eleição do Conselho Fiscal).

[. . .]

§ 1º Nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as candidaturas ao Conselho Fiscal.

§ 2º As candidaturas serão sempre pessoais, vedada a inscrição ou apresentação de chapas.

§ 3º Poderá se candidatar ao Conselho Fiscal qualquer representante oficial de ente consorciado, desde que indicado pelo Chefe do Executivo do consorciado.

§ 4º A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto secreto, sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

§ 5º Consideram-se eleitos membros efetivos os candidatos com maior número de votos e, como membros suplentes, os candidatos que se seguirem em número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

§ 6º Além do previsto nos estatutos, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

§ 7º O disposto no parágrafo anterior não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.

Emenda supressiva:

"§ 1º Nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as candidaturas ao Conselho Fiscal.

§ 2º As candidaturas serão sempre pessoais, vedada a inscrição ou apresentação de chapas.

§ 3º Poderá se candidatar ao Conselho Fiscal qualquer representante oficial de ente consorciado, desde que indicado pelo Chefe do Executivo do consorciado.

§ 4º A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto secreto, sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

§ 5º Consideram-se eleitos membros efetivos os candidatos com maior número de votos e, como membros suplentes, os candidatos que se seguirem em número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

§ 6º Além do previsto nos estatutos, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

§ 7º O disposto no parágrafo anterior não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio."

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-PRIMEIRA TRIGÉSIMA TERCEIRA. (Do funcionamento). Os estatutos deliberarão sobre a forma de eleição e o funcionamento do Conselho Fiscal, devendo suas decisões serem submetidas à homologação da Assembleia Geral.

Emenda aditiva: "a forma de eleição"

CAPÍTULO IX

DO CONSELHO DE REGULAÇÃO

DA ATIVIDADE DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA. As atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, previstas nos

artigos 21 a 27, da Lei nº 11.445/2007, serão desenvolvidas por meio de Câmara de Regulação e Fiscalização específica, com independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA. A estruturação, funcionamento e o exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico serão determinados através de normativas específicas, aprovadas em Assembleia Geral.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEGUNDA. (Composição). O Conselho de Regulação, órgão de natureza consultiva, será composto pelos membros da Diretoria Executiva e por representantes dos entes consorciados, assegurando-se a estes últimos pelo menos a metade de sua composição.

§ 1º Os representantes dos entes consorciados serão eleitos em assembleia, na conformidade do previsto nos estatutos.

§ 2º O Presidente do Conselho de Regulação será eleito dentre os representantes dos entes consorciados.

§ 3º Aos conselheiros é proibido receber qualquer quantia do Consórcio, a que título for, com exceção daqueles que sejam seus empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-TERCEIRA. (Das deliberações). Os estatutos deliberarão sobre o número de membros, prazo de mandato, forma de eleição dos representantes dos entes consorciados e demais matérias atinentes à organização e funcionamento do Conselho de Regulação, assegurado a este o poder de elaborar o seu Regimento Interno.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUARTA. (Da competência). Além das previstas nos estatutos, compete ao Conselho de Regulação opinar sobre as propostas de Regulamento a serem submetidas à Assembleia Geral.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUINTA (Funcionamento). O Conselho de Regulação deliberará quando presentes 3/5 (três quintos) e suas decisões serão tomadas mediante voto de pela metade mais um de seus membros.

PARÁGRAFO ÚNICO. As reuniões do Conselho de Regulação serão convocadas pelo seu Presidente.

Emenda supressiva: "DO CONSELHO DE REGULAÇÃO"

"CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEGUNDA. (Composição). O Conselho de Regulação, órgão de natureza consultiva, será composto pelos membros da Diretoria Executiva e por representantes dos entes consorciados, assegurando-se a estes últimos pelo menos a metade de sua composição.

§ 1º Os representantes dos entes consorciados serão eleitos em assembleia, na conformidade do previsto nos estatutos.

§ 2º O Presidente do Conselho de Regulação será eleito dentre os representantes dos entes consorciados.

§ 3º Aos conselheiros é proibido receber qualquer quantia do Consórcio, a que título for, com exceção daqueles que sejam seus empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-TERCEIRA. (Das deliberações). Os estatutos deliberarão sobre o número de membros, prazo de mandato, forma de eleição dos representantes dos entes consorciados e demais matérias atinentes à organização e funcionamento do Conselho de Regulação, assegurado a este o poder de elaborar o seu Regimento Interno.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUARTA. (Da competência). Além das previstas nos estatutos, compete ao Conselho de Regulação opinar sobre as propostas de Regulamento a serem submetidas à Assembleia Geral.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUINTA (Funcionamento). O Conselho de Regulação deliberará quando presentes 3/5 (três quintos) e suas decisões serão tomadas mediante voto de pela metade mais um de seus membros.

PARÁGRAFO ÚNICO. As reuniões do Conselho de Regulação serão convocadas pelo seu Presidente."

Emenda aditiva: "DA ATIVIDADE DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO"

Inclusão das novas cláusulas trigésima quarta e trigésima quinta, reproduzidas a seguir:

"CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA. As atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, previstas nos artigos 21 a 27, da Lei nº 11.445/2007, serão desenvolvidas por meio de Câmara de Regulação e Fiscalização específica, com independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA. A estruturação, funcionamento e o exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico serão determinados através de normativas específicas, aprovadas em Assembleia Geral."

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA. (Do exercício de funções remuneradas).

[. . .]

PARÁGRAFO ÚNICO. A atividade da Presidência do Consórcio, do Conselho Fiscal, do Conselho de Regulação, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

Emenda supressiva: "do Conselho de Regulação,"

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA. (Do regime jurídico).

[. . .]

PARÁGRAFO ÚNICO. O regulamento O Estatuto deliberará sobre a estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, especialmente a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos.

Emenda supressiva: "O regulamento"

Emenda inclusiva: "O Estatuto"

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA. (Do quadro de pessoal). O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 28 (vinte e oito) 29 (vinte e nove) vagas em empregos públicos, na conformidade do anexo próprio deste Protocolo de Intenções.

§ 1º Com exceção do emprego público de Superintendente do Consórcio, técnico de nível superior dos empregos públicos de livre provimento em comissão, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

[. . .]

§ 6º Fica autorizado à Diretoria Executiva, após aprovação em Assembleia Geral, a contratação de estagiários, nos termos da Lei nº 6.494/1977.

§ 7º A criação de novos empregos, a abertura de vagas e definições acerca de carga horária, vencimentos, atribuições dos empregos públicos e funções adicionais serão disciplinadas no Estatuto, após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, mediante voto favorável de 2/3 (dois terços) dos entes consorciados.

Emenda supressiva: "28 (vinte e oito)"

"do emprego público de Superintendente do Consórcio, técnico de nível superior"

Emenda aditiva: "29 (vinte e nove)"

"dos empregos públicos"

"§ 6º Fica autorizado à Diretoria Executiva, após aprovação em Assembleia Geral, a contratação de estagiários, nos termos da Lei nº 6.494/1977

“§ 7º A criação de novos empregos, a abertura de vagas e definições acerca de carga horária, vencimentos, atribuições dos empregos públicos e funções adicionais serão disciplinadas no Estatuto, após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, mediante voto favorável de dois terços dos entes consorciados.”

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-NONA. (Do concurso público). Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e pelo Diretor Administrativo e Financeiro.

§ 1º Por meio de ofício, cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados.

§ 2º O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores –internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

§ 3º Nos trinta primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderão ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em quinze dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

Emenda supressiva:

“CLÁUSULA TRIGÉSIMA-NONA. (Do concurso público). Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e pelo Diretor Administrativo e Financeiro.

§ 1º Por meio de ofício, cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados.

§ 2º O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores –internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

§ 3º Nos trinta primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderão ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em quinze dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.”

Emenda aditiva: Renumeração das cláusulas seguintes.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TRIGÉSIMA NONA. (Hipótese de contratação temporária)..

[. . .]

PARÁGRAFO ÚNICO. Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista.

PARÁGRAFO ÚNICO. Na hipótese de afastamento temporário de empregados públicos, a contratação temporária poderá ocorrer durante o período de afastamento, restando dispensado o provimento por concurso.

Emenda supressiva:

“PARÁGRAFO ÚNICO. Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista.”

Emenda aditiva:

“PARÁGRAFO ÚNICO. Na hipótese de afastamento temporário de empregados públicos, a contratação temporária poderá ocorrer durante o período de afastamento, restando dispensado o provimento por concurso.”

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-PRIMEIRA. (Da condição de validade e do prazo máximo de contratação). As contratações temporárias terão prazo de até doze meses, podendo ser renovado uma única vez pelo mesmo período.

Emenda supressiva:

“CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-PRIMEIRA. (Da condição de validade e do prazo máximo de contratação). As contratações temporárias terão prazo de até doze meses, podendo ser renovado uma única vez pelo mesmo período.”

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA. (Hipótese de contratação de estagiários). Para atender a necessidades temporárias e execução de atividades específicas, o Consórcio poderá firmar convênios com entidades do setor, para a contratação de estagiários por tempo determinado.

Emenda aditiva: De nova cláusula quadragésima, reproduzida abaixo:

“CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA. (Hipótese de contratação de estagiários). Para atender a necessidades temporárias e execução de atividades específicas, o Consórcio poderá firmar convênios com entidades do setor, para a contratação de estagiários por tempo determinado.”

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-SEGUNDA. QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA. (Das contratações). As contratações realizadas pelo Consórcio submetem-se às normas de licitações e contratos administrativos. Sob pena de nulidade, todas as contratações obedecerão às normas de Direito Público, os ditames Constitucionais, dos Tribunais de Contas, bem como da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, bem como de legislações que vierem a substituí-la.

Emenda aditiva: “As contratações realizadas pelo Consórcio submetem-se às normas de licitações e contratos administrativos.”

“às normas de Direito Público,”

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA. (Das relações financeiras entre consorciados e o Consórcio).

[. . .]

II – desde que tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado;

Emenda supressiva: “execução de obras ou fornecimento de bens,”

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-SEXTA. (Da segregação contábil). No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 1º Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial.

§ 2º Todas as demonstrações financeiras serão publicados no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet.

Emenda supressiva: Da íntegra da primitiva cláusula quadragésima-sexta:

“CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-SEXTA. (Da segregação contábil). No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá

permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 1º Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial.

§ 2º Todas as demonstrações financeiras serão publicados no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet.”

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA. (Da Contabilidade). A contabilidade do Consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/00 e suas alterações.

Emenda aditiva: De nova cláusula quadragésima quinta:

“CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA. (Da Contabilidade). A contabilidade do Consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/00 e suas alterações.”

CAPÍTULO I

DO RECESSO

DA RETIRADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-NONA. QUADRAGÉSIMA OITAVA. (Do recesso) (Da retirada). A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

Emenda supressiva: “DO RECESSO”

“(Do recesso)”

Emenda aditiva: “DA RETIRADA”

“(Da retirada)”

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA. QUADRAGÉSIMA NONA. (Dos efeitos). O recesso A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

Emenda supressiva: “O recesso”

Emenda aditiva: “A retirada”

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA-PRIMEIRA. QUINQUAGÉSIMA. (Das hipóteses de exclusão). São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas aprovadas em Assembleia Geral, assumidas por meio de contrato de rateio;

Emenda aditiva: “aprovadas em Assembleia Geral,”

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA-SEGUNDA. QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA (Do procedimento).

[. . .]

§ 2º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como regulamentos ou outras legislações que os substituírem.

§ 2º Enquanto não regulamentado procedimento próprio, será observado o rito previsto na Lei Federal nº 9.784/1999 para aplicação das penalidades previstas neste Protocolo.

Emenda supressiva: Da íntegra do primitivo § 2º:

“§ 2º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como regulamentos ou outras legislações que os substituírem.”

Emenda aditiva: Do novo teor do § 2º:

“§ 2º Enquanto não regulamentado procedimento próprio, será observado o rito previsto na Lei Federal nº 9.784/1999 para aplicação das penalidades previstas neste Protocolo.”

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA-TERCEIRA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA (Da alteração e da extinção) A alteração e a extinção de contrato de consórcio público dependerá dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Em caso de extinção os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da assembleia geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados. proporcionais à equivalência patrimonial de cada consorciado.

[. . .]

§ 4º A alteração do contrato de consórcio público observará o mesmo procedimento previsto no caput.

§ 5º Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

§ 6º A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

Emenda supressiva: “dependerá”

“partes iguais aos consorciados.”

“§ 4º A alteração do contrato de consórcio público observará o mesmo procedimento previsto no caput.

§ 5º Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

§ 6º A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.”

Emenda aditiva: "alteração e a"
 "dependência"
 "Em caso de extinção"
 "proporcionais à equivalência patrimonial de cada consorciado."

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA. (Do Vale-alimentação e Outros Auxílios).

O Presidente do Consórcio poderá conceder, mediante prévia aprovação em Assembleia Geral, e através de resolução, vale-alimentação e outros auxílios aos seus empregados.

PARÁGRAFO ÚNICO. Normativas específicas, com prévia aprovação em Assembleia Geral, definirão os critérios, os valores e a forma de concessão de eventuais auxílios.

Emenda aditiva: De nova cláusula quinquagésima sexta e seu parágrafo único:

"CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA. (Do Vale-alimentação e Outros Auxílios). O Presidente do Consórcio poderá conceder, mediante prévia aprovação em Assembleia Geral, e através de resolução, vale-alimentação e outros auxílios aos seus empregados.

PARÁGRAFO ÚNICO. Normativas específicas, com prévia aprovação em Assembleia Geral, definirão os critérios, os valores e a forma de concessão de eventuais auxílios."

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA. (Dos casos omissos) Aos casos omissos, e subsidiariamente, serão aplicados os preceitos previstos nas Leis Federais nºs. 11.107/2005, 11.445/2007, seus regulamentos, normas e princípios de Direito Público.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Consórcio regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas neste instrumento.

Emenda aditiva: De nova cláusula quinquagésima sétima e seu parágrafo único:

"CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA. (Dos casos omissos) Aos casos omissos, e subsidiariamente, serão aplicados os preceitos previstos nas Leis Federais nºs. 11.107/2005, 11.445/2007, seus regulamentos, normas e princípios de Direito Público.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Consórcio regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas neste instrumento."

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA-SÉTIMA. (Designação pro tempore de membros do Conselho de Regulação). Até a realização das conferências mencionados no §1º da cláusula trigésima-primeira, o Conselho de Regulação funcionará com representantes indicados, em caráter pro tempore, pelos entes consorciados.

Emenda supressiva: Da íntegra da primitiva cláusula quinquagésima sétima:

"CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA-SÉTIMA. (Designação pro tempore de membros do Conselho de Regulação). Até a realização das conferências mencionados no § 1º da cláusula trigésima-primeira, o Conselho de Regulação funcionará com representantes indicados, em caráter pro tempore, pelos entes consorciados."

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA. (Da transição). Motivada por incapacidade técnica e material, poderá a Assembleia Geral sobrestar por até cinco anos a aplicação de normas previstas neste Protocolo acerca dos objetivos do Consórcio, previstos no Capítulo II da prestação de serviços públicos e correspondentes direitos dos entes consorciados, por decisão de 2/3 (dois terços), desde que presentes 4/5 (quatro quintos) dos consorciados.

Emenda aditiva: "dos objetivos do Consórcio, previstos no Capítulo II"

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA. (Do foro). Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Emenda supressiva: "Joaçaba"

Emenda aditiva: "Capinzal"

ANEXO 1 dos empregos públicos

Nº de vagas	Denominação do emprego/Carga Horária	Vencimento Inicial
1	Administrador/40	154
1	Advogado/20	137
5	Assistente Administrativo/40	96
5	Auxiliar Administrativo/40	63
2	Auxiliar de Serviços Gerais /40	35
1	Contador/20	137
1	Engenheiro Civil/40	154
1	Engenheiro Sanitarista/40	154
2	Químico/20	120
3	Laboratorista/40	114
2	Técnico em saneamento/Assistente Técnico/40	114
3	Operador de Máquinas/40	86

DO EMPREGO PÚBLICO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº de vagas	Denominação do emprego/Carga Horária	Vencimento
1	Superintendente/40	

DAS FUNÇÕES ADICIONAIS

Nº de vagas	Denominação da Função	Vencimento
1	Diretor Administrativo e Financeiro	
1	Diretor Técnico Operacional	

Emenda supressiva: Do Anexo 1 original, conforme acima

Emenda aditiva: Do Anexo 1, conforme abaixo:

ANEXO 1
DOS EMPREGOS PÚBLICOS

Nº de vagas	Denominação do emprego	Carga Horária	Vencimento Inicial
1	Administrador	40	154
1	Advogado	20	137
5	Assistente Administrativo	40	96
5	Auxiliar Administrativo	40	63
2	Auxiliar de Serviços Gerais	40	56
1	Contador	40	137
1	Engenheiro Civil	40	154
1	Engenheiro Sanitarista	40	154
2	Químico	40	137
3	Laboratorista	40	114
2	Técnico em Saneamento/Assistente Técnico	40	114
3	Operador de Máquinas	40	86

DO EMPREGO PÚBLICO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº de vagas	Denominação do emprego	Carga Horária	Vencimento
1	Superintendente	40	165
1	Assessor Jurídico	16	122

DAS FUNÇÕES ADICIONAIS

Nº de vagas	Denominação da Função	Carga Horária	Vencimento
1	Diretor Administrativo e Financeiro		
1	Diretor Técnico Operacional		

ANEXO 2
DOS NÍVEIS E VENCIMENTOS

NÍVEL	VENCIMENTO (R\$)	NÍVEL	VENCIMENTO (R\$)
01	280,00	86	992,58
02	284,20	87	1007,47
03	288,46	88	1022,58
04	292,79	89	1037,92
05	297,18	90	1053,49
06	301,63	91	1069,29
07	306,16	92	1085,33
08	310,75	93	1101,61
09	315,41	94	1118,13
10	320,14	95	1134,91
11	324,95	96	1151,93
12	329,82	97	1169,21
13	334,77	98	1186,75
14	339,79	99	1204,55
15	344,89	100	1222,62
16	350,06	101	1240,96
17	355,31	102	1259,57
18	360,64	103	1278,46
19	366,05	104	1297,64
20	371,54	105	1317,10
21	377,11	106	1336,86
22	382,77	107	1356,91
23	388,52	108	1377,27
24	394,34	109	1397,93
25	400,26	110	1418,90
26	406,26	111	1440,18
27	412,35	112	1461,78
28	418,54	113	1483,71

29	424,82	114	1505,96
30	431,19	115	1528,55
31	437,66	116	1551,48
32	444,22	117	1574,75
33	450,89	118	1598,38
34	457,65	119	1622,35
35	464,51	120	1646,69
36	471,48	121	1671,39
37	478,55	122	1696,46
38	485,73	123	1721,91
39	493,02	124	1747,74
40	500,41	125	1773,96
41	507,92	126	1800,57
42	515,53	127	1827,58
43	523,27	128	1854,99
44	531,12	129	1882,82
45	539,08	130	1911,06
46	547,17	131	1939,72
47	555,38	132	1968,82
48	563,71	133	1998,35
49	572,17	134	2028,33
50	580,75	135	2058,75
51	589,46	136	2089,63
52	598,30	137	2120,97
53	607,27	138	2152,78
54	616,38	139	2185,08
55	625,63	140	2217,85
56	635,01	141	2251,12
57	644,54	142	2284,89
58	654,21	143	2319,16
59	664,02	144	2353,95
60	673,98	145	2389,26
61	684,09	146	2425,10
62	694,35	147	2461,47
63	704,77	148	2498,39
64	715,34	149	2535,87
65	726,07	150	2573,91
66	736,96	151	2612,52
67	748,01	152	2651,70
68	759,23	153	2691,48
69	770,62	154	2731,85
70	782,18	155	2772,83
71	793,91	156	2814,42
72	805,82	157	2856,64
73	817,91	158	2899,49
74	830,18	159	2942,98
75	842,63	160	2987,13
76	855,27	161	3031,93
77	868,10	162	3077,41
78	881,12	163	3123,57
79	894,34	164	3170,43
80	907,75	165	3217,98
81	921,37	166	3266,25
82	935,19	167	3315,25
83	949,22	168	3364,98
84	963,46	169	3415,45
85	977,91	170	3466,68
171	3518,68	176	3790,62
172	3571,46	177	3847,48
173	3625,03	178	3905,19
174	3679,41	179	3963,77
175	3734,60	180	4023,23

Emenda supressiva: Do primitivo Anexo 2, conforme acima;

Emenda aditiva: Do novo Anexo 2, conforme abaixo:

ANEXO 2

ANEXO 3 DAS PROGRESSÕES

- 1) O avanço de um nível de vencimento para outro dar-se-á dentro das condições do Plano de Carreira a seguir, através de Progressão Vertical.
- 2) Por Progressão Vertical, entende-se a elevação do nível de vencimento em que se encontra o empregado do Quadro Geral, para o imediatamente superior, sempre dentro do mesmo emprego.
- 3) O empregado poderá progredir verticalmente através dos seguintes métodos:
 - a) progressão vertical por tempo de serviço é a progressão do empregado conforme seu tempo de emprego público e será realizada no mês em que o empregado completar cada ano de efetivo exercício no emprego; a primeira progressão vertical por tempo de serviço será efetuada a partir da conclusão do Estágio Probatório;
 - b) progressão vertical por titulação é a contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do empregado para o aprimoramento do desempenho de suas atividades. a primeira progressão vertical por tempo de serviço será efetuada a partir da conclusão do Estágio Probatório.
- 4) A progressão vertical por titulação dar-se-á por titulação do empregado, obedecendo os seguintes critérios:
 - a) progressão de um nível no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Ensino Fundamental, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
 - b) progressão de um nível no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Ensino Médio, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
 - c) progressão de dois níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Graduação, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
 - d) progressão de três níveis no empregado, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, ou residência médica, correlato com o emprego do empregado;
 - e) progressão de quatro níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego do empregado;
 - f) progressão de cinco níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego do empregado;
 - g) Progressão de um nível no emprego, a cada dois anos, por ter concluído cursos relativos à área de atuação, e/ou relativo ao serviço ou emprego público, sendo necessárias, no mínimo, 200 horas de curso para obter tal progressão;
- 5) Para os empregados cujo requisito mínimo de escolaridade for alfabetização e/ou Ensino Fundamental, a carga horária para ter direito a progressão, será reduzida para 100 horas curso.
- 6) Somente serão computados os cursos realizados com carga horária mínima de quatro horas.
- 7) Para fazer a análise da correlação do(s) curso(s) realizado(s) e/ou da titulação obtida com o emprego ocupado pelo empregado, quando for o caso, o Diretor Administrativo e Financeiro, nomeará uma comissão de três empregados do Consórcio, que terá um prazo máximo de 10 dias para emitir um parecer.
- 8) É vedada a progressão do empregado durante o Estágio Probatório.

Emenda supressiva: Do Anexo 3, conforme acima;

Emenda aditiva: Do novo Anexo 3, conforme abaixo:

ANEXO 3

DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL - PROGRESSÕES E PROMOÇÕES

Disposições gerais

Art. 1º. A Evolução Funcional dar-se-á pela progressão e/ou promoção do empregado, mediante a passagem de um nível para outro(s), dentro do mesmo emprego, observado o Anexo 2 – DOS NÍVEIS E VENCIMENTOS, constante deste Protocolo de Intenções.

§ 1º. A Progressão Funcional do empregado, de que trata o caput deste artigo, ocorrerá de forma ascendente, de um nível para outro(s) imediatamente superior.

§ 2º. Os empregados de Livre Provisão em Comissão e das Funções Adicionais não fazem jus à Evolução Funcional prevista no caput.

Art. 2º. A Evolução Funcional ocorrerá através das modalidades de:

I - Progressão por Merecimento;

II - Promoção por Cursos de Formação e/ou Capacitação.

Art. 3º. Não terá direito à evolução funcional o empregado que estiver cumprindo estágio probatório, fazendo jus a sua primeira evolução tão logo adquirida a estabilidade no cargo e preenchidos os requisitos para a obtenção do direito ao primeiro avanço.

Parágrafo único. A primeira evolução funcional corresponderá a passagem do nível no qual o empregado foi contratado, para o nível imediatamente superior, constante do Anexo 2 deste Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consórcio Público.

DA PROGRESSÃO POR MERECIMENTO

Art. 4º. Progressão por Merecimento é a passagem de um nível para outro imediatamente superior àquele a que pertence o empregado, pelo critério de merecimento.

Art. 5º. A Progressão por Merecimento, somente será concedida aos empregados para os quais foram realizadas as Avaliações Anuais de Desempenho Funcional e ocorrerá a cada ano, correspondente ao avanço de um nível por progressão, observadas as seguintes exigências:

I - ter o empregado cumprido o estágio probatório de 3 (três) anos, conforme prevê a Constituição Federal;

II - ter o empregado atingido a média 7,0 (sete) na Avaliação Anual de Desempenho Funcional.

Art. 6º. As ausências para tratamento de saúde, ocorridas durante o período da avaliação, e que, somadas, excederem 30 (trinta) dias, automaticamente prorrogam, por igual tempo, a data do direito à progressão.

Art. 7º. Independente da média atingida nas Avaliações Anuais de Desempenho Funcional a que se refere o art. 5º, não fará jus à progressão por merecimento o empregado que:

I - estiver licenciado ou afastado do exercício do emprego, com ou sem remuneração;

II - tiver obtido nota inferior a 7 (sete) no critério Assiduidade na avaliação anual;

III - Tenha sofrido uma penalidade administrativa de suspensão ou duas advertências, no período de avaliação.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no inciso I o caso de licença à empregada gestante.

DA PROMOÇÃO POR CURSOS DE FORMAÇÃO E/OU CAPACITAÇÃO

Art. 8º. A Promoção por Cursos de Formação e/ou Capacitação é a passagem de um nível para outro imediatamente superior considerando-se a atualização profissional do empregado.

Art. 9º. Tendo obtido a progressão de que trata o art. 4º, é possível o empregado, no mesmo período, acumular outro avanço, a título de Promoção por Cursos de Formação e/ou de Capacitação, desde que comprove os requisitos necessários.

Art. 10. Os cursos de formação educacional e de capacitação, só serão considerados, para efeitos de concessão de promoção por uma única vez, não podendo ser computados para outras formas de promoção.

Da Promoção por Cursos de Formação

Art. 11. A promoção por Cursos de Formação é concedida ao empregado que possuir ou vir a possuir formação superior à exigida no cargo, mediante a conclusão dos seguintes cursos de formação educacionais:

I - ensino médio completo;

II - graduação;

III - especialização, com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas;

IV - mestrado;

V - doutorado;

VI - curso técnico com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas, desde que seja em área correlata à de atuação do cargo que o empregado ocupa no CISAM Meio Oeste.

Parágrafo único. O empregado que possui formação educacional superior ao exigido no cargo, poderá requerer a sua promoção a qualquer momento, desde que já tenha adquirido a estabilidade no seu cargo.

Art. 12. Para a sua validação, o curso de formação deverá estar devidamente registrado na instituição de ensino competente, com reconhecimento do Ministério da Educação (MEC).

Art. 13. A promoção será concedida após a conclusão dos cursos de formação educacional, através do avanço de nível no plano de carreira do emprego, conforme a seguir:

a) Avanço de um nível no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Ensino Médio, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;

b) Avanço de dois níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Graduação, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;

c) Avanço de três níveis no empregado, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, correlato com o emprego do empregado;

d) Avanço de quatro níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego do empregado;

e) Avanço de cinco níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego do empregado.

Da Promoção por Cursos de Capacitação

Art. 14. A promoção por cursos de capacitação, corresponderá ao avanço de um nível no plano de carreira do emprego e será concedida ao empregado mediante comprovação de sua participação em no mínimo 150 (cento e cinquenta) horas de cursos de capacitação, custeados pelo próprio empregado a serem realizadas após a entrada em vigência deste dispositivo legal, excluindo-se os cursos oferecidos pelo CISAM Meio Oeste.

§ 1º - O curso de capacitação deverá ter relação com a área de atuação do emprego ocupado pelo empregado com aplicabilidade no CISAM Meio Oeste, não sendo permitida uma segunda promoção por cursos de capacitação antes de decorridos 02 (dois) anos.

§ 2º - O empregado interessado deverá requerer a promoção, juntando documentação que comprove a habilitação para a promoção.

Art. 15. Para fazer a análise da correlação do(s) curso(s) realizado(s) e/ou da titulação obtida com o emprego ocupado pelo empregado, quando for o caso, o Diretor Administrativo e Financeiro, nomeará uma comissão de três empregados do Consórcio, que terá um prazo máximo de 10 (dez) dias para emitir um parecer.

Art. 16. O comprovante dos cursos, que habilita o empregado à promoção por curso de capacitação, é o diploma ou certificado, expedido pela instituição formadora ou fornecedora do curso, devidamente reconhecido pelos órgãos públicos competentes ou pelo CISAM Meio Oeste.

DA CAPACITAÇÃO PATROCINADA

Art. 17. Observada a disponibilidade orçamentária e financeira, o CISAM Meio Oeste possibilitará aos seus servidores a participação em programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, cursos de capacitação, congressos, seminários, palestras, que visem à modernização, reaparelhamento e racionalização dos seus serviços, através do seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Parágrafo único. Os empregados que se negarem a participar dos programas de capacitação a que se refere este artigo, quando designados pelo Superintendente do CISAM, terão retardada, por um período de 6 (seis) meses, a contagem para a sua Evolução Funcional, salvo justificativa devidamente aceita pela Superintendência.

Art. 18. Caberá ao Superintendente do CISAM Meio Oeste a designação dos empregados, aos quais serão disponibilizados os cursos e/ou capacitações.

Emenda aditiva: Do novo Anexo 4, conforme a seguir:

ANEXO 4

DO ESTAGIO PROBATÓRIO

Art. 1º. Os empregados providos, em virtude de aprovação em concurso público, serão submetidos a processo de avaliação especial de desempenho pelo período de 3 (três) anos e somente adquirirão estabilidade se constatada sua aptidão para o exercício do seu emprego.

Parágrafo único. O empregado não aprovado no estágio será exonerado e, se estável, reconduzido ao cargo anterior.

Art. 2º. A avaliação especial de desempenho constitui-se de um conjunto de ações planejadas e coordenadas, com vistas ao acompanhamento contínuo do desempenho do empregado durante o período de estágio probatório, verificando sua aptidão e capacidade para o

exercício das atribuições inerentes ao respectivo emprego, por intermédio dos seguintes critérios:

I - assiduidade: relacionada à frequência, à pontualidade e ao cumprimento da carga horária de trabalho;

II - disciplina: relacionada ao cumprimento de obrigações e ao respeito às normas vigentes e à hierarquia funcional;

III - iniciativa:

a) relacionada à habilidade de propor ideias, visando à melhoria de procedimentos e rotinas de atividades;

b) relacionada à proatividade;

IV - produtividade:

a) relacionada à capacidade de administrar tarefas no seu cotidiano e priorizá-las, de acordo com os correspondentes graus de relevância;

b) relacionada à dedicação quanto ao cumprimento de metas e à qualidade do trabalho executado;

V - responsabilidade: relacionada ao comprometimento com seus deveres e atribuições, ao atendimento dos prazos e ao aprimoramento dos resultados dos trabalhos desenvolvidos.

Art. 3º. No processo de avaliação serão observados os critérios do artigo anterior, sendo considerado inapto o empregado que em qualquer avaliação semestral, tiver atribuída nota inferior a 05 (cinco), em dois ou mais desses itens, ou nota inferior a 07 (sete) em 3 (três) ou mais dos itens em duas avaliações consecutivas ou alternadas.

Parágrafo único. Também será considerado inapto o empregado que, em qualquer época do estágio probatório, diante de fatos ocorridos, for submetido à devida perícia médica, constituída pelo Consórcio, e for considerado física ou mentalmente inapto para as funções do emprego.

Art. 4º. As avaliações serão realizadas por Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, designada pelo Presidente do Consórcio, para cada empregado, a qual terá um mandato igual ao do período que compreender o estágio probatório do empregado a ser avaliado, composta por 3 (três) membros.

Parágrafo único. Os membros designados para a Comissão deverão ser servidores e/ou empregados públicos estáveis, integrantes do quadro de pessoal do Consórcio ou dos municípios consorciados.

Art. 5º. Nas avaliações, a Comissão Especial de Avaliação justificará a aplicação de notas inferiores a 7 (sete) em qualquer dos itens.

Art. 6º. O empregado avaliado deverá receber cópia de todas as avaliações, bem como do relatório final da Comissão Especial de Avaliação e, considerando equivocadas as notas que lhe foram atribuídas, poderá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, oferecer defesa e contraditório, apresentando provas de suas alegações, podendo requerer a ouvida de até 3 (três) testemunhas, as quais deverão ser trazidas pelo empregado avaliado para a audiência determinada pela Comissão Especial de Avaliação, independentemente de qualquer intimação ou convocação por parte desta.

Art. 7º. Encerrada a instrução, fica facultado ao empregado avaliado apresentar razões finais por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, a Comissão Especial de Avaliação se reunirá para reavaliar as suas conclusões anteriores à luz das novas provas produzidas e das razões finais do empregado, mantendo ou revendo as notas aplicadas e emitindo relatório definitivo, encaminhando-o ao Presidente para decisão.

Art. 8º. O empregado, durante o seu Estágio Probatório, deverá receber 5 (cinco) avaliações, assim distribuídas:

I - primeira: ao completar 6 (seis) meses de exercício;

II - segunda: ao completar 12 (doze) meses de exercício;

III - terceira: ao completar 18 (dezoito) meses de exercício;

IV - quarta: ao completar 24 (vinte e quatro) meses de exercício; e

V - quinta: ao completar 30 (trinta) meses de exercício.

§ 1º - Após a quinta avaliação e antes do findo o estágio probatório, a avaliação de desempenho do empregado será submetida à homologação da autoridade competente.

§ 2º - Mediante evidências de que o empregado não preenche as condições estabelecidas, inclusive quando assim declarado em avaliação médico pericial, o Presidente poderá determinar a antecipação da data de avaliação de que trata este artigo.

Art. 9º. De posse do processo, e após parecer jurídico, o Presidente avaliará a correção formal dos procedimentos e determinará a correção dos atos irregulares ou o suprimento das omissões.

Art. 10. Constatada a regularidade do processo, o Presidente decidirá pela aptidão ou inaptidão do empregado avaliado, determinando a anotação na sua ficha funcional se a conclusão foi pela sua aptidão, ou a expedição do devido ato de exoneração se a conclusão for pela inaptidão.

Art. 11. Normas complementares, relativas às disposições contidas neste Anexo 4 "Do Estágio Probatório" serão regulamentadas no Estatuto, após aprovação em Assembleia Geral, mediante Resolução do Presidente do Consórcio.

Emenda Aditiva: Do novo Anexo 5, conforme abaixo:

ANEXO 5

DA AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO FUNCIONAL

Art. 1º. Considerado apto, para o desempenho do emprego público, o empregado continuará sendo avaliado anualmente, obedecidos os mesmos procedimentos e critérios estabelecidos para a avaliação do estágio probatório.

Art. 2º. Normas complementares, relativas às disposições contidas neste Anexo 5 - "Da Avaliação Anual de Desempenho Funcional" serão regulamentadas no Estatuto, após aprovação em Assembleia Geral, mediante Resolução do Presidente do Consórcio.

Art. 2º. As alterações mencionadas no Art. 1º desta Resolução, integrarão o Contrato do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, Consórcio Público de Direito Público, após ratificadas por no mínimo três entes subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 03 de abril de 2017

Nilvo Dorini

Presidente do CISAM MO

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 011-2017 SAMAE

Processo Licitatório: 011/2017 – Modalidade Tomada de Preços

Objeto: Aquisição de Hidrômetros

Recurso Interposto por Elster Medição de Água S/A

DECISÃO

Verificando os autos do presente processo licitatório, percebo que a decisão da comissão de licitação quanto ao recurso impetrado, deve ser mantida.

A empresa inabilitada não cumpriu os requisitos para habilitação no processo licitatório, qual seja, apresentar documentos de habilitação com validade vigente, sendo que o Certificado de Registro Cadastral estava vencido há mais de um ano.

Assim, a apresentação do documento solicitado no item 4.1. Edital, em desacordo com o que se determina viola as exigências do edital, razão pela qual o argumento recursal não merece prosperar.

Não há, portanto, como acatar as razões da recorrente.

Não transcrevo aqui a manifestação da assessoria jurídica, porém todas as razões de fato e de direito lá articuladas passam a ser também razões de decidir desta autoridade.

Ante ao exposto, decido julgar improcedente o recurso impetrado por Elster Medição de Água S/A e manter as decisões proferidas pela r. comissão de licitações desta autarquia.

Brusque, 08 de agosto de 2017.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque/SC

PORTARIA Nº 2672- 2017

PORTARIA Nº 2672/2017, de 03 de agosto de 2017.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 002/2017, instaurado pela Portaria nº 1508/2017 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009, e no Parágrafo Único do art. 13 do Decreto 6287/2010,

RESOLVE:

Considerando a disponibilidade / agendamento da Sala de Comissões, onde agregam-se, mediante programação, todas as demais Comissões Municipais;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo de Exoneração nº 002/2017 (com base no artigo 26, parágrafo 1º e parágrafo 3º c/c art. 42, parágrafo único, alínea “a”, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, c/c, art. 13, alínea “a” do Decreto 6287/2010, c/c Decreto 6617/2011 e Decreto 7266/2013), movido em desfavor do servidor Paulo Marcelo Frogel, ocupante do cargo de Agente de Obras, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque – SAMAE, portador do CPF nº 004.309.459-73, matrícula nº 28738-00, para apurar os fatos constantes do Memorando nº 012/2016 e anexos, de 18/08/2016, encaminhado pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório desta Municipalidade, na forma dos dispositivos legais supra mencionados, tendente a apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação se as condutas praticadas, se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6287/2010, c/c Decreto 6617/2011 e Decreto 7266/2013, e possam caracterizar, em tese, em especial, enquadramento nos dispositivos do Decreto 6287/2010, conforme artigo 13: “Será encaminhado para Processo de Exoneração o servidor que: a) obtiver avaliação com resultado contrário à sua permanência no cargo (DI ou DR), caracterizando a não aprovação”; que está previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque;

Art. 2º - Prorrogar o afastamento preventivo do servidor conforme parágrafo único do art. 13 do Decreto 6287/2010, a fim de que se garanta a tramitação regular do feito;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

Caçador

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇO 08-2017 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

CNPJ: 83.074.302/0001-31

AV. SANTA CATARINA, 195

C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

ATA DE JULGAMENTO DE FASE DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2017

Tomada de Preço NºTP 08/2017

Reuniram-se no dia 01/08/2017 às 14:10, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Av. Santa Catarina, nº 195, centro, Caçador/SC, os membros da Comissão Especial de Licitação, constituída pelo Decreto nº 7.185/2017, para deliberar e julgar a documentação de habilitação das empresas participantes da sessão de abertura da Tomada de Preço, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA, PARA EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DA PISTA DE ARREIMATE, SITO NO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS - AV. FAHDO THOMÉ, BAIRRO CHAMPAGNAT, COM ÁREA DE 315 M². Constatou-se a participação das seguintes empresas: ENGEGRAU CONTRUÇÕES LTDA, ALAN MARCUS BLANC E CIA LTDA E OTTIMIZZARE ENGENHARIA IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA. Passou-se, então, à análise da documentação apresentada nos envelopes de documentação das participantes. Após análise detalhada de todas as exigências de habilitação do edital pela Comissão Especial e os licitantes presentes, as empresas OTTIMIZZARE ENGENHARIA IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA e ALAN MARCUS BLANC E CIA apresentaram a seguinte manifestação: o acervo da empresa ENGEGRAU CONTRUÇÕES LTDA não é compatível com o objeto da presente licitação. A Comissão decidiu habilitar as empresas OTTIMIZZARE ENGENHARIA IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA e ALAN MARCUS BLANC E CIA por atenderem todos os requisitos do Edital e seus Anexos, assim como inabilitar a seguinte empresa: ENGEGRAU CONTRUÇÕES LTDA, por desatender ao item 2.1, alínea m do edital. A Comissão Especial de Licitação determinou a publicação do resultado da fase de habilitação no Diário Oficial dos Municípios e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Caçador no dia (02 de agosto de 2017), ficando aberto o prazo para recurso até (08 de agosto de 2017). Não havendo interposição de recursos ou sendo os mesmos intempestivos, fica, de logo, designado o dia 09 de agosto de 2017, às 14h00min, para abertura dos envelopes com as propostas de preços. Em caso de interposição de recurso, serão as demais empresas intimadas por correio eletrônico, para apresentarem suas contrarrazões. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, cujo termo depois de lido e achado conforme foi devidamente assinado por mim e demais membros da Comissão.

Carine Marcon
Presidente

Carolina Fruet
Membro

Lucas Filipini Chaves
Membro

ALAN MARCUS BLANC

OTTIMIZZARE ENGENHARIA IND. E COM. IMP. E EXP. LTDA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 86-2017 PREGÃO PRESENCIAL 44-2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 86/2017 – Pregão Presencial – 44-2017-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS ENTREGA DOS ENVELOPES: 23/08/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 23/08/2017 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 02 de agosto de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 90-2017 PREGÃO PRESENCIAL 40-2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 90/2017 – Pregão Presencial – 40-2017-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E CONserto DE CARIMBOS, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 22/08/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 22/08/2017 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 09 de agosto de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 7.209

DECRETO Nº 7.209, de 09 de agosto de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, inciso IV, da Lei nº 3.337, de 20 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 47.179,10 (quarenta e sete mil, cento e setenta e nove reais e dez centavos), conforme segue:

40.01 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0008.2.151 – Bloco da Assistência Farmacêutica
3.3.90.00.0.3.67(349) - Aplicações Diretas R\$ 47.179,10

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos do Superávit financeiro do exercício anterior, apurado na fonte de Transferências do SUS do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PROCESSO DE LICITAÇÃO 91/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 48-2017-PREFEITURA - EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 91/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 48-2017-PREFEITURA - EXCLUSIVO PARA ME E EPP

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PUBLICIDADE INSTITUCIONAL ATRAVÉS DE SITES DESTINADA A COBERTURA JORNALÍSTICA DAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR .

ENTREGA DOS ENVELOPES: 22/08/2017 às 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 22/08/2017 às 16h10min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 09 de agosto de 2017.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

PORTARIA Nº 1.095, DE 24 DE JULHO DE 2017

PORTARIA nº 1.095, de 24 de julho de 2017.

Nomeia comissão especial.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os Servidores Públicos Municipais FERNANDA FIORELLI, KAREN FERNANDA RIBEIRO e LEONARDO FELÍPE DUARTE, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial de análise e julgamento do Processo Licitatório nº 04/2017, Dispensa nº 02/2017, cujo objeto é a contratação de empresa para aquisição de licença de uso de software para cálculos de aposentadorias e pensões, por meio de conexão via internet, para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

Parágrafo único. A comissão reunir-se-á a partir das 14h00min do dia 25/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 24 de julho de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela – DIRETORA PRESIDENTE

Fabio Deniz Casagrande – DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

PORTARIA Nº 1.098, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA nº 1.098, de 04 de agosto de 2017.

Estabelece novo horário de expediente do IPASC.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Estabelecer o horário de expediente para os Servidores do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, a partir do dia 01 de setembro de 2017, das 07h00 às 13h00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 04 de agosto de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela - DIRETORA PRESIDENTE.

Fabio Deniz Casagrande - DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

PORTARIA Nº 1.099, DE 07 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA nº 1.099, de 07 de agosto de 2017.

Cessa efeitos da Portaria nº 1.041, de 18 de abril de 2017, que designou a servidora KAREN FERNANDA RIBEIRO para auxiliar nos serviços seccionais da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Cessar os efeitos da Portaria nº 1.041, de 18 de abril de 2017, que designou a Servidora KAREN FERNANDA RIBEIRO para auxiliar nos serviços seccionais da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno e atribuiu à mesma, função gratificada no percentual de 50% (cinquenta por cento), incidentes sobre seus vencimentos básicos, a contar de 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 07 de agosto de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela - DIRETORA PRESIDENTE.

Fabio Deniz Casagrande - DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

PORTARIA Nº 1.100, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA nº 1.100, de 07 de agosto de 2017.

Designa servidora para auxiliar nos serviços seccionais da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno Municipal.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS,

RESOLVEM:

Art. 1º Designar a Servidora Pública Municipal KAREN FERNANDA RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contadora do IPASC, para responder e assumir as responsabilidades referentes aos Serviços Seccionais do Sistema de Controle Interno deste Instituto, ficando responsável pela coleta e repasse de informações, verificação e emissão de pareceres referentes aos atos de pessoal, de aposentadorias e pensões do IPASC, sem prejuízo de suas funções, a contar de 01/08/2017.

Art. 2º Conceder função gratificada à servidora acima mencionada, no percentual de 30% (trinta por cento), incidentes sobre seus vencimentos básicos, em razão de exercer atividades para além das funções de seu cargo, nos termos do previsto no Anexo VI, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015, a contar de 01/08/2017.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta Portaria

correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 07 de agosto de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela- DIRETOR PRESIDENTE

Fabio Deniz Casagrande- DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

PORTARIA Nº 1.101, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA nº 1.101, de 07 de agosto de 2017.

Nomeia Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, mais o previsto no §1º, do artigo 29, da Lei Complementar Municipal nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador

RESOLVEM:

Art. 1º Nomear os Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, MARI APARECIDA CEOLLA BIELA, LUCIANA MARIA BARBOSA NUNES DE OLIVEIRA e FÁBIO DENIZ CASAGRANDE, para comporem Comissão de Avaliação de Estágio Probatório da Servidora do IPASC, DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI, ocupante do cargo de Advogado e apresentar avaliação sobre o período de exercício de 25 de março a 25 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 07 de agosto de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela – DIRETORA PRESIDENTE

Fabio Deniz Casagrande – DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

PORTARIA Nº 1.102, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA nº 1.102, de 07 de agosto de 2017.

Designa servidora para responder pelo setor de Licitações e operacionalizar o Sistema de Compensação Previdenciária - COMPREV.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS,

RESOLVEM:

Art. 1º Designar a Servidora Pública Municipal FERNANDA

FIORELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo do IPASC, para responder e assumir as responsabilidades referentes ao Setor de Licitação e Contratos do IPASC, bem como operacionalizar o Sistema de Compensação Previdenciária - COMPREV, sem prejuízo de suas funções, a contar de 01/08/2017.

Art. 2º Conceder função gratificada à servidora acima mencionada, no percentual de 50% (cinquenta por cento), incidentes sobre seus vencimentos básicos, em razão de exercer atividades para além das funções de seu cargo, nos termos do previsto no Anexo VI, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015, a contar de 01/08/2017.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 07 de agosto de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela - DIRETORA PRESIDENTE.

Fabio Deniz Casagrande - DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

PORTARIA Nº 1.103, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA nº 1.103, de 08 de agosto de 2017.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 121, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVEM:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao INSS, da Servidora Pública Municipal MARIA DE JESUS SOUZA MACHADO, ocupante do cargo de SERVENTE, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 2.049 (dois mil e quarenta e nove) dias, ou 05 (cinco) anos, 07 (sete) meses e 14 (quatorze) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00040/17-9 fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 08/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 08 de agosto de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela- DIRETORA PRESIDENTE

Fabio Deniz Casagrande- DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Caibi

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2017

MUNICÍPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 086/2017 na modalidade Pregão Presencial RP Nº 046/2017, que tem por objeto

Registro de Preços para Eventual Serviço de trator de esteira para manutenção e melhoria das Rodovias Municipais de Caibi -SC do tipo menor preço – Unitário cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 23 de Agosto de 2017 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211 e a íntegra do edital estará disponível no site www.caibi.sc.gov.br. Caibi –SC 10 de Agosto de 2017. ELÓI JOSÉ LIBANO – Prefeito Municipal.

PORTARIA 295/17

PORTARIA Nº 295/17

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONTRATAR a servidora PATRICIA PESSATO , matrícula 9172-3, para atuar no cargo de CHEFE DE GABINETE CC07 ,com lotação junto ao Departamento Municipal de Saúde ,com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de Agosto de 2017.

Eloi José Líbano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida

Diretor de Administração

PORTARIA 296/17

PORTARIA Nº 296/17

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONTRATAR, a Senhora THAIS GALLON , matricula nº 9171-5, para atuar no cargo de ODONTOLOGA , em substituição a servidora ALI-NE PATRICIA DARIVA , que encontra-se de atestado médico e posteriormente em Licença maternidade , com lotação junto a Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de agosto de 2017 .

Eloi José Líbano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida

Diretor de administração

Camboriú

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2017 CONCURSO PÚBLICO 025/2013

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 001/2017

(Edital de Concurso Público nº. 025/2013)

“Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013 e dá outras providências”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 39 de 02 de Janeiro de 2012, na Lei Complementar nº. 40 de 02 de Janeiro de 2012;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013, conforme os Cargos constantes do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital deverão comparecer no prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getúlio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal, ou seja, das 9:00h as 13:00 e das 14:00 as 18:00h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

CÓPIAS AUTENTICADAS

1.Comprovante de residência no nome (água, luz ou telefone fixo) se em nome de terceiro apresentar declaração do proprietário do imóvel reconhecido em cartório, com o respectivo comprovante de residência

2.RG (não pode ser Carteira de Habilitação)

3.CPF

4.Comprovante de inscrição no conselho de classe e certidão negativa de débito, respectivo (quando couber)

5. Carteira de Saúde para nos cargos de Merendeira

6.Fotocópia do Diploma ou Certificado das titulações exigido para o cargo (conforme Edital do concurso)

7.Certidão de casamento

8.PIS/PASEP

9.Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)

10.Título de eleitor

11.Certificado de reservista (se masculino)

12.CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)

13.Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)

14.Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos) para os filhos maiores de 14 anos com CPF

DOCUMENTOS ORIGINAIS

Foto 3x4 atualizada

Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG(Eletrocardiograma) e RX Tórax.

Atestado médico admissional saúde física solicitar encaminhamento no Setor de Gestão de Pessoas

Atestado médico saúde mental (somente psiquiatra) de sua preferência

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos) em anexo

Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos) em anexo

Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos) em anexo

Declaração de IR (se houver)

Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos) em anexo

Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos(www.tre-sc.jus.br)

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (www.tj.sc.gov.br)

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal (www.trf4.gov.br)

§1º – O Atestado médico admissional será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado.

Art 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 10 de Agosto de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

RAMON MARCIDES JACOB

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

CARGO: EDUCADOR SOCIAL

03 – CLASSIFICAÇÃO EVERTON DENARDI

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,, CPF nº., possuo os seguintes bens:

1.
 2.
 3.
 4.
- Por ser verdade, assino o presente.

ASS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú - SC,/ /.....

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar que eu, , CPF nº., não possuo bens a declarar.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS:

Camboriú - SC,/ /.....

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Declaro para os devidos fins que eu, , CPF nº., estou isento de declarar imposto de renda, relativo ao ano/calendário nº

Por ser verdade, firmo o presente.

Camboriú (SC),/ /.....

DECLARANTE**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que eu, , CPF nº., exerço o Cargo de lotado na com carga horária de na cidade de estando desta forma amparada pela alínea c, do inciso XVI, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Por ser verdade, firmo a presente.

Camboriú (SC),/ /.....

.....

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu , CPF nº. não acumulo Cargo Público ou de Condições de Acumulação Amparada pela constituição.

Por ser verdade, firmo o presente.

Camboriú (SC),/ /.....

DECLARANTE**D E C L A R A Ç Ã O**

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu , CPF nº., não sofreu no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90.

Lei 8.112/90 = Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia

autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos seguintes casos: (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses. (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.
Camboriú – SC,/ /.....

AUTORIZAÇÃO DE DEPÓSITO EM CONTA

Declaro para os devidos fins que eu
....., CPF nº.
..., autorizo o depósito referente à minha remuneração salarial no
Banco Itaú na Agência conta da cidade
de

Assinatura do servidor

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
Camboriú –/ /.....

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA CONCORRÊNCIA 58/2017

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 54/2017)

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Irineu Woitskovski Júnior e Daniela Saldanha, membros da Comissão Permanente de Licitações, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 54/2017, modalidade Concorrência, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a concessão de uso de espaço público à particular do Ginásio de Esportes "HELMUT ERICO HERBST", situado à Rua Altamiro Lobo Guimarães, nº 265, centro, no Município de Campo Alegre/SC. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) dos proponentes Pessoa Física: IRES PEREIRA VALENTE – CPF: 937.017.059-68, LUIZA RIBEIRO DA SILVA – CPF: 053.876.239-00 e da Pessoa Jurídica BAR E LANCHONETE CLAUTON LTDA ME – CNPJ: 09.318.137/0001-63. Participaram da licitação como ouvintes o Sr. Edenilson Ferreira de Anhaia – CPF – 970.188.809-04 e o Sr. Jonas Mario Milczewski – CPF 040.754.199-32. Participou da sessão também a Sra. Cláudia Gomes Tomaz representante da Licitante Bar e Lanchonete Clauton Ltda- ME. O julgamento e a classificação da proposta é através do critério de MAIOR VALOR MENSAL DA TAXA DE OCUPAÇÃO, que não poderá ser inferior a R\$ 300,00 (trezentos reais). Procede-se na abertura do Envelope contendo a documentação, dos proponentes, estando todos de acordo com o especificado no Edital, sendo considerados HABILITADOS. Após a desistência de recurso quanto ao julgamento dos documentos, através de Declaração apresentada pelos licitantes. Prosseguiu-se a abertura dos envelopes da Proposta, sendo que a proponente IRES PEREIRA VALENTE – CPF: 937.017.059-68 ofertou o valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), a proponente LUIZA RIBEIRO DA SILVA – CPF: 053.876.239-00 apresentou proposta no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e a proponente Bar e Lanchonete Clauton Ltda- ME apresentou proposta no valor de R\$ 400,10 (quatrocentos reais e dez centavos) para pagamento mensal da TAXA DE OCUPAÇÃO. A comissão declarou então a licitante IRES PEREIRA VALENTE – CPF: 937.017.059-68, devidamente habilitada e vencedora do certame. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 10.656 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 10.656 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social			
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social			
300000.00.0102 -	Despesas Correntes			
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas			
339014.00.0102 -	Diárias – Civil			R\$ 200,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais dos Elementos de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social			
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social			
300000.00.0102 -	Despesas Correntes			
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas			
339036.00.0102 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física			R\$ 100,00
400000.00.0102 -	Despesas de Capital			
440000.00.0102 -	Investimentos			
449000.00.0102 -	Aplicações Diretas			
449052.00.0102 -	Equipamentos e Material Permanente			R\$ 100,00

	Total	R\$ 200,00
--	-------	------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de julho de 2017.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.657 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.657 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente no Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339046.00.102 -	Auxílio - Alimentação	R\$ 1.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais	
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
310000.00.102 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.102 -	Aplicações Diretas	
319094.00.102 -	Indenizações e restituições Trabalhistas	R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de julho de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.658 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 10.658 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social			
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social			
300000.00.0102 -	Despesas Correntes			
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas			
339014.00.0102 -	Diárias – Civil			R\$ 280,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial do Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social			
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social			
300000.00.0102 -	Despesas Correntes			
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas			
339030.00.0102 -	Material de Consumo			R\$ 280,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de agosto de 2017.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.659 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 10.659 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração			
03.01 -	Serviço de Administração			
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração.			
400000.00.896 -	Despesas de Capital			
440000.00.896 -	Investimentos			
449000.00.896 -	Aplicações Diretas			
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente			R\$ 200,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.			
11.01 -	Coordenadoria de Cultura			
13.392.0082.2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			

339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 800,00	
	Total	R\$ 1.000,00	

Art. 2º Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações Parciais dos seguintes Elementos de Despesa Dotação do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração		
03.01 -	Serviço de Administração		
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração.		
400000.00.896 -	Despesas de Capital		
440000.00.896 -	Investimentos		
449000.00.896 -	Aplicações Diretas		
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 200,00	
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.01 -	Coordenadoria de Cultura		
13.392.0082.2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 800,00	
	Total	R\$ 1.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.660 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.660 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA À SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear a Servidora Pública CÁTIA LAIS DA SILVA FELICIANO PADILHA, Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob o nº 954286, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, na Função de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer o Cargo de Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, percebendo o valor pecuniário de R\$ 1.599,80 (um mil, quinhentos e noventa e nove reais, oitenta centavos) mensal, Código nº 08, Função Gratificada FG-1 constante do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 com as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, a partir de 09 de agosto de 2017.

Art. 2º O pagamento desta Função Gratificação não se incorporará à remuneração da Servidora Pública Municipal e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da Função Gratificada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.661 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 10.661 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social			
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social			
300000.00.0102 -	Despesas Correntes			
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas			
339039.00.0102 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 95,00		

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais dos Elementos de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social			
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social			
300000.00.0102 -	Despesas Correntes			
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas			
339014.00.0102 -	Diárias – Civil	R\$ 45,00		
339047.00.0102 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 50,00		
	Total	R\$ 95,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.662 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.662 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO CONVÊNIO Nº 2017TR001141 FIRMADO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.642 de 09 de agosto de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 44.954,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.			
07.01 -	Serviços de Agropecuária e meio Ambiente			
20.606.0078.2.127 -	Manutenção do Apoio à Agricultura Familiar			
400000.00.1001 -	Despesas de Capital			

440000.00.1001 -	Investimentos		
449000.00.1001 -	Aplicações Diretas		
449052.00.1001 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 44.954,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta do Termo de Convênio nº 2017TR001141, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.663 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.663 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO CONVÊNIO Nº 2017TR001143 FIRMADO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.643 de 09 de agosto de 2017; Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 129.993,46 (cento e vinte e nove mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.		
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.1.027 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros Municipais de Educação Infantil.		
400000.00.1002 -	Despesas de Capital		
440000.00.1002 -	Investimentos		
449000.00.1002 -	Aplicações Diretas		
449051.00.1002 -	Obras e Instalações	R\$ 129.993,46	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta do Termo de Convênio nº 2017TR001143, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.664 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.664 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.644 de 09 de agosto de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 32.996,87 (trinta e dois mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.1.027 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil.		
400000.00.0519 -	Despesas de Capital		
440000.00.0519 -	Investimentos		
449000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
449051.00.0519 -	Obras e Instalações	R\$ 32.996,87	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.1.027 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil.		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.0519 -	Transferências à Instituições Privadas		
335043.00.0519 -	Subvenções Sociais	R\$ 32.996,87	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 81/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 81/2017

Objeto: a prestação de serviço de geólogo a ser prestados pelo CONTRATADO, para acompanhamento da exploração de material (saibro) no Município de Campo Alegre/SC.

Dotação orçamentária: As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 15 - Urbanismo; Subfunção: 452 - Serviços Urbanos; Programa - Manutenção das Vias Públicas e Conservação de Logradouros; Projeto Atividade: 2.023 - Vias Públicas e Logradouros; Elemento de Despesa: 3.90.36.00.00.00.00 - Outros serviços de Terceiros Pessoa Física; Recursos: 1.0002 - Ordinários;

Vigência: 02/08/2017 a 31/12/2017.

Do valor total: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) mensais.

Contratado: FERNANDO LÚCIO MACHADO FERRARI

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 4.642 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.642 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO CONVÊNIO Nº 2017TR001141 FIRMADO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 44.954,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.		
07.01 -	Serviços de Agropecuária e meio Ambiente		
20.606.0078.2.127 -	Manutenção do Apoio à Agricultura Familiar		
400000.00.1001 -	Despesas de Capital		
440000.00.1001 -	Investimentos		
449000.00.1001 -	Aplicações Diretas		
449052.00.1001 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 44.954,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Termo de Convênio nº 2017TR001141, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.643 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.643 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO CONVÊNIO Nº 2017TR001143 FIRMADO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 129.993,46 (cento e vinte e nove mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.		
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.1.027 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros Municipais de Educação Infantil.		
400000.00.1002 -	Despesas de Capital		
440000.00.1002 -	Investimentos		
449000.00.1002 -	Aplicações Diretas		
449051.00.1002 -	Obras e Instalações	R\$ 129.993,46	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Termo de Convênio nº 2017TR001143, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.644 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.644 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 32.996,87 (trinta e dois mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.1.027 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil.		
400000.00.0519 -	Despesas de Capital		
440000.00.0519 -	Investimentos		
449000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
449051.00.0519 -	Obras e Instalações	R\$ 32.996,87	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.1.027 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil.		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.0519 -	Transferências à Instituições Privadas		
335043.00.0519 -	Subvenções Sociais	R\$ 32.996,87	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.577 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.577 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em especial a Lei Municipal nº 4.575 de 10 de fevereiro de 2017; Resolve:

Art.1º) A Servidora Pública Municipal, Municipal CÁTIA LAIS DA SILVA FELICIANO PADILHA, Matrícula Funcional nº 000670, Registro no Sistema sob nº 955101, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Comunitário de Saúde, nomeada pelo Decreto Municipal nº 7.158 de 02 de julho de 2012, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de agosto de 2017.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.578 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.578 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Secretário Municipal, Saneamento Ambiental PETERSON ALUISIO KOHLER, Registro no Sistema sob nº 955162, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 02 (zero dois) dias; 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 08 (zero oito) dias.

Art. 2º O Secretário gozará as férias no período de 09 de agosto de 2017 á 18 de agosto de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolada no Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de agosto de 2017 sob o nº 12047.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.579 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.579 DE 04 DE AGOSTO DE 2017

DESIGNA O CHEFE DE GABINETE PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso I, Alínea "G" do Artigo 71, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Designar o Chefe de Gabinete JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA, Registro no Sistema sob nº 955641, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, no período de 09 de agosto de 2017 a 18 de agosto de 2017.

Parágrafo único. A Designação de que trata o caput deste artigo em razão do Secretário Titular encontrar-se em gozo de férias.

Art. 2º O Chefe de Gabinete não perceberá qualquer valor pecuniário atinente ao cargo de Secretário Municipal de Saneamento Ambiental, nem incorporará qualquer parcela para efeitos futuros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.580 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.580 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal, SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, Matrícula Funcional nº 000542, Registro no Sistema sob nº 954648, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período 07 de agosto de 2017 a 31 de agosto de 2017.

Parágrafo único. A Licença prorrogada que trata o caput do artigo 1º desta Portaria será custeada pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, produzindo seus efeitos a partir de 07 de agosto de 2017.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 37/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 37/2017.

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA DEBORA CARLA LEMOS ME, OBJETIVANDO ADITIVO DE VIAGENS DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O PRONATEC.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à Prefeitura Municipal de Campo Erê, SC, sita à Rua 1º de Maio, 736 inscrito no CNPJ nº 83.026.765/0001-28, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, Prefeito Municipal, denominado para este instrumento particular simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a Empresa DEBORA CARLA LEMOS ME, pessoa jurídica, de direito privado, com sede na Rua Bandeirantes, n. 554 – Centro, Município de Campo Erê/SC, inscrita no CNPJ nº 26.003.805/0001-82, representada por sua gerente, Sra. Debora Carla Lemos, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Campo Erê - SC, portadora do CPF nº 113.090.449-02, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato 37/2017, oriundo do processo licitatório n. 227/2017, na modalidade Pregão Presencial n. 08/2017, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O PRONATEC / SENAI, ano de 2017, com fundamento no Artigo 65§1º da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 – O objeto do presente Aditivo é o aumento de 17 (dezessete) viagens no Contrato nº 37/2017, devido a quantidade de viagens ainda necessárias para a conclusão do curso do PRONATEC, conforme descrito na tabela a seguir:

Contrato original:

Linha	Trajetos	Km por viagem	Nº de viagens	Turno	Tipo de veículo	Valor Total por viagem	Valor Total da proposta
1	Saída da Rua Terezinha em frente ao Dependência da Assistência Social, até a sede do Senai, na rua Prefeito Zeno Gernamo Etges nº 744, no Município de São Lourenço do Oeste – SC e devolução dos alunos nestes mesmos locais.	75 Km (entre a ida e a volta)	110	Noturno	Ônibus com capacidade mínima de 40 passageiros	R\$ 285,00	R\$ 31.350,00

Contrato Aditivado:

Linha	Trajetos	Km por viagem	Nº de viagens	Turno	Tipo de veículo	Valor Total por viagem	Valor Total da proposta
1	Saída da Rua Terezinha em frente ao Dependência da Assistência Social, até a sede do Senai, na rua Prefeito Zeno Gernamo Etges nº 744, no Município de São Lourenço do Oeste – SC e devolução dos alunos nestes mesmos locais.	75 Km (entre a ida e a volta)	127	Noturno	Ônibus com capacidade mínima de 40 passageiros	R\$ 285,00	R\$ 36.195,00

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 01 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ ODILSON VICENTE DE LIMA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	DEBORA CARLA LEMOS - ME CONTRATADA
--	---------------------------------------

MAURIVAN LUIZ FRIZZO

Sec. Mun. Da Cidade e Desenvolvimento

TESTEMUNHAS:

Loreni Dias de Oliveira CPF nº 065.194.229-24	Lucineia da Silva Cavalheiro CPF nº 100.634.939-18
--	---

Visto da assessoria jurídica
JULIANA CRISTINA ZANINI
Consultora Jurídica
OAB/SC 45.930

EXTRATO ATA RP 100/2017

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS nº 100/2017
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1535/2017/FMS
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2017/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa MARIVETE DE FÁTIMA COSTA GAUER ME, inscrita no CNPJ Nº 18.895.484/0001-40, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item
1	UN	200,00	PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL - PT	195,00	39.000,00
2	UN	200,00	PRÓTESE DENTÁRIA PARCIAL REMOVÍVEL - PPR	315,00	63.000,00

VALOR TOTAL R\$ 102.000,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 07 de agosto de 2017.

GELSO PALOSCHI Gestor do Fundo Municipal de Saúde MUNICÍPIO	MARIVETE DE FÁTIMA COSTA GAUER ME CNPJ Nº 18.895.484/0001-40 DETENTORA
---	--

Visto da Assessoria Jurídica do Município:

Juliana Cristina Zanini
 Consultora Jurídica
 OAB/SC 45.930

EXTRATO CONTRATO 62/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.
 CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 62/2017.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: AUTO MECÂNICA IVAL LTDA - ME, CNPJ 02.735.563/0001-53. OBJETO: Recuperação Motoniveladora Huber Warco HB 140S, pertencente à Secretaria da Cidade e Desenvolvimento, com fornecimento de peças e mão-de-obra. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1559/2017, Pregão Presencial nº 66/2017. DOTAÇÃO: 08.01-3.3.90.00.00-2039-4740-100 - Manutenção das atividades da Sec. Mun. Da Cidade e Desenvolvimento. VALOR: R\$: 12.502,25 (doze mil, quinhentos e dois reais com vinte e cinco centavos). VIGÊNCIA: 30 dias após a assinatura do contrato. Campo Erê/SC, em 07/08/2017. SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pela Contratante e Valcinei Signori pela Contratada.

PREGÃO PRESENCIAL 69/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1678/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ-SC - representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08horas do dia 22 de agosto de 2017, o Pregoeiro Oficial do Município estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Edital de Pregão Presencial nº 69/2017 – Ata de Registro de Preços, do Tipo menor preço por item, para contratação de empresa para o fornecimento de tecidos, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, O Edital completo e demais informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações da Prefeitura/telefone 0xx49 3655 3035 e no site <http://www.campoere.sc.gov.br/>, ou pelo email licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê (SC), em, 09 de agosto de 2017. Matheus Bruno Poli Valgoi – Pregoeiro Oficial // Odilson Vicente de Lima - PREFEITO MUNICIPAL.

PREGÃO PRESENCIAL FMS 68/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ
 PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 1677/2017
 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 68/2017
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 EXTRATO DE EDITAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Ere - SC, através de seu Gestor Sr. Gelso Paloschi, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que até as 08:00horas do dia 23 de AGOSTO de 2017, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório FMS nº 1677/2017, na modalidade de Pregão Presencial FMS Nº 68/2017 - Ata de Registro de Preços, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, para a AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRES, para manutenção das atividades do fundo municipal de saúde, conforme especificado neste Edital, Fundamentado na Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 123/2006 e LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs às 11:30hs, e 13:15hs até as 17:15hs e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 09 de agosto de 2017. Matheus Bruno Poli Valgoi – Pregoeiro Oficial / Gelso Paloschi - Gestor do FMS.

Canelinha

PREFEITURA

EDITAL CHAMADA PUBLICA 089/PMC/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Chamada Pública nº 089/PMC/2017

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, para atender os alunos matriculados nas Creches, Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Canelinha/SC, para o 2º Semestre de 2017, com recursos do FNDE. PERÍODO DE CADASTRO: 10 de agosto a 30 de agosto de 2017. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 09 de agosto de 2017. MOACIR MONTIBELER - Prefeito do Município.

ERRATA CHAMADA PÚBLICA 029/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/FMS/2017

ERRATA

Fica retificado o edital de licitação supracitado, no que se refere às quantidades descritas no anexo II – Termo de Referência. Os procedimentos listados na planilha de Quantitativos e de Custos serão realizados até o limite de valor R\$ 32.212,70 e não pelas quantidades informadas. As demais informações permanecem inalteradas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 09 de agosto de 2017. MOACIR MONTIBELER - Prefeito do Município.

PREGÃO PRESENCIAL Nº087/PMC/17

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 087/PMC/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição parcelada, conforme necessidade, de cestas básicas, para manter o programa de atenção às famílias carentes cadastradas nos programas sociais do Município de Canelinha - SC; de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 22 de agosto de 2017, às 14h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 09 de agosto de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

PREGÃO PRESENCIAL Nº088/PMC/17

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 088/PMC/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição parcelada, conforme necessidade de gêneros alimentícios para operacionalização dos programas e projetos realizados pelo CRAS, do Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 23 de agosto de 2017, às 08h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 09 de agosto de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14-2017 - SERMOG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 100/2014
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 14/2014

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.384/0001-80, com sede e foro nesta cidade, representado neste ato por seu Prefeito, GILBERTO DOS PASSOS, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 3.114.763 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº. 003.649.429-16, residente e domiciliado na Rua Paula Pereira, 1605, nesta cidade, com fulcro dos artigos 77, 78, inciso I, II e XII e 79, inciso I, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como respaldado nas demais atribuições constantes na Lei Orgânica do Município de Canoinhas, e, ainda, no processo administrativo nº 03/2017, resolve impor:

DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2017

Em face da empresa SERMOG LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 10.523.566/0001-51, vencedora do Processo de Licitação nº. 100/2014, Concorrência Pública nº. 14/2014, contrato nº 04/2015, que tem por objeto a: "Concessão dos Serviços Públicos de exploração, controle e manutenção do estacionamento rotativo de veículos nas vias e logradouros públicos do Município de Canoinhas, mediante uso de cartão, com 1.313 vagas, conforme projeto básico, podendo sofrer acréscimo, com a inclusão de novas vias".

A Administração Pública Municipal, após os relatórios mensais de prestações de contas/resumo de arrecadações de cartões de estacionamento, observou que nos últimos 05 (cinco) meses, a empresa notificada vem efetuando a retenção indevida do valor previsto no item "s", da Cláusula Quinta do Contrato nº 04/2015, de modo a descumprir o contrato em tal item, que prescreve o seguinte:

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADES

5.1. A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a:

[...]

s) Repassar mensalmente ao Município de Canoinhas, até o 10.º (décimo) dia útil de cada mês, o valor referente ao percentual de sua receita bruta devido ao Município em função da exploração do estacionamento rotativo.

Diante de tal informação, a municipalidade tomou as providências cabíveis e assim o fez através das Notificações Extrajudiciais nº 19/2017, 22/2017, 31/2017 e 35/2017, datadas de 22/05/2017, 31/05/2017, 20/06/2017 e 17/07/2017, tendo sido V. Senhoria notificada a efetuar a devolução dos valores retidos indevidamente, o qual chegou ao montante de R\$ 103.251,36 (cento e três mil, duzentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos), bem como para apresentar defesa no prazo legal.

Desta feita, após regularmente notificada para a devolução dos valores, bem como diante da contínua retenção inválida do dinheiro público, na data de 24/07/2017, a empresa notificada apresentou tempestiva defesa administrativa, considerando-se que o prazo final para apresentação desta se daria em 25/07/2017.

Entretanto, em análise ao mérito da defesa apontada por V. Senhoria, tais alegações não merecem guarida, senão vejamos:

Inicialmente, houve a alegação acerca do descumprimento, por parte desta Administração Pública Municipal, da Cláusula Terceira do Contrato nº 04/2016, a qual prevê que o valor dos cartões deveria ser reajustado a cada doze meses. Todavia, mediante o envio de dois ofícios, datados de 14 e 21 de março de 2016, o qual solicitou o referido reajuste, a notificada aduz que os pedidos não foram atendidos.

Desta feita, sob a alegação do não atendimento do pedido de concessão de reajuste do preço público, utilizada nas razões de recurso administrativo, a notificada, então, valeu-se da retenção do repasse mensal a ser efetuado ao Município de Canoinhas, até o 10º dia útil de cada mês, o valor referente à receita bruta devida ao Município em razão da exploração do estacionamento rotativo (Cláusula Quinta, item "s") para, a seu juízo, efetuar a "compensação" dos valores correspondentes aos prejuízos que alega sofrer em virtude do não reajuste contratual.

Contudo, verifica-se que a atitude da notificada não pode ser admitida em hipótese alguma, haja vista que não se podem acatar as alegações nesse sentido, pois, para tanto, a notificada poderia se valer dos meios judiciais cabíveis para requerer o devido cumprimento contratual e não valer-se de meios ilegítimos ou até ilícitos, de modo a compelir o Município a lhe fornecer o reajuste ou o reequilíbrio econômico financeiro.

Logo, a falta de atendimento aos pedidos alegados em defesa administrativa, jamais poderia ser motivo de descumprimento contratual por parte da notificada, haja vista o que impõe o item "d" da Cláusula Quinta do contrato nº 04/2015, bem com o item "g" da mesma cláusula, as quais mencionam que:

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADES

5.1. A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a:

[...]

d) Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

[...]

g) A Concessionária será responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Assim, tal alegação não merece prosperar em razão das exposições acima.

No tocante às alegações de falta de fiscalização de trânsito por parte dos agentes de trânsito do Município, refutam-se tais alegações, haja vista que tão atribuição é de competência do Detracan – Departamento de Trânsito de Canoinhas, sendo que este cumpriu integralmente o que dispõe o item "j" da Cláusula Quinta do contrato nº 04/2015, de modo a efetuar todas as fiscalizações cabíveis. Ressalta-se, também, o que destaca o item "l", da Cláusula Quinta do referido contrato, ou seja:

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADES

5.1. A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a:

[...]

l) A existência e a atuação da fiscalização da CONCEDENTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONCESSIONÁRIA, no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

Assim, denota-se que eventual falta de fiscalização por parte da Concedente não poderia servir como precedente para o descumprimento do contrato, sequer para restringir a responsabilidade da Concessionária.

No que se refere às alegações acerca do desequilíbrio econômico-financeiro, enfatiza-se, de mesmo vértice, que tais não merecem guarida. Observa-se que a notificada alega que, no momento da apresentação das propostas, observou todos os requisitos solicitados pela Administração Pública Municipal, de forma que apresentou o Orçamento detalhado/Estimativa de Receita do Rotativo Canoinhas com base em uma ocupação de 40% do estacionamento rotativo e proposta de repasse mensal fixado em 36,30% da renda bruta mensal à Administração Pública Municipal, tendo sido declarada vencedora no certame por apresentar a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Aduz, nesse sentido que os valores acerca da Estimativa de Receita apresentados na fase inicial do certame não se concretizaram e, que as despesas são superiores a receita mensal atual da empresa, havendo necessidade de concessão do Reequilíbrio Econômico Financeiro.

Contudo, em que pese tais arguições, estas devem ser, igualmente, rejeitadas. A concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato fica adstrita as regras do art. 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, in verbis:

"Art. 65 - Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

Inciso I - por acordo das partes:

(...)

"D" - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994".

Neste mesmo sentido, o item 6.2.1 da Cláusula Terceira do Contrato nº 04/2016, reza que:

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTE E ARREDONDAMENTOS

6.2.1. 6.2.1. Para ter direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa concessionária deverá comprovar, através de planilhas as alterações dos custos que ocasionaram o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato inicialmente firmado.

Assim, se infere que não se está a tratar de uma imposição contratual a concessão do reequilíbrio econômico financeiro, ou seja, este somente será concedido quando preenchidos os requisitos impostos pelo art. 65, inciso II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93, acima citado, quais sejam, a comprovação de fatos imprevisíveis ou se previsíveis, forem de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe que configurem álea financeira extraordinária e extracontratual, através da regular comprovação através de planilhas, nos termos da cláusula acima citada.

Portanto, de igual modo, tal justificativa não é apta para aceitar o descumprimento contratual efetuado pela empresa notificada ao reter os valores indevidamente, de modo que deve ser repellido.

Por fim, quanto à alegação de compensação dos valores ter se

dado em razão do prejuízo suportado pela empresa diante do não reajuste do preço público, esta municipalidade afirma que o mesmo não merece ser atendido.

Assim sendo, a notificada aduz que diante do não atendimento ao seu pedido de Reajuste do Preço Público e Reequilíbrio Econômico Financeiro efetuou a "compensação" do valor a ser repassado mensalmente ao Município de Canoinhas, nos termos em que obrigada a Cláusula Quinta, 5.1, "S", do Contrato PMC nº 04/2015.

Destaca-se neste ponto, que se está diante de evidente interesse público envolvido, haja vista que se trata não de contrato firmado entre particulares, mas sim de contrato firmado entre particular e a Administração Pública, nos quais há que ser sopesado, em todos os casos, a Supremacia do Interesse Público, não havendo que se falar em igualdade de partes, motivo pelo qual as alegações a empresa notificada não podem ser conferidas de provimento sob pena de se comprometer o interesse público.

É o que discorre a doutrina ao destacar a Supremacia do Interesse Público, conforme segue:

As atividades administrativas são desenvolvidas pelo Estado para benefício da coletividade. Mesmo quando age em vista de algum interesse estatal imediato, o fim último de sua atuação deve ser voltado para o interesse público. E se, como visto, não estiver presente esse objetivo, a atuação estará inquinada de desvio de finalidade. Desse modo, não é o indivíduo em si o destinatário da atividade administrativa, mas sim o grupo social num todo. Saindo da era do individualismo exacerbado, o Estado passou a caracterizar-se como o Welfare State (Estado/bem-estar), dedicado a atender ao interesse público. Logicamente, as relações sociais vão ensejar, em determinados momentos, um conflito entre o interesse público e o interesse privado, mas, ocorrendo esse conflito, há de prevalecer o interesse público. (CARVALHO FILHO, 2017).

No mesmo sentido, Maria Sylvia Zanella Di Pietro aponta que "as pessoas administrativas não têm, portanto, disponibilidade sobre os interesses públicos confiados à sua guarda e realização".

Desta feita, não há legalidade para permitir a continuidade do contrato em referência diante da retenção dos valores com base na alegação dos prejuízos suportados pela empresa diante do não reajuste do preço público, sob pena de, como dito, comprometimento do interesse público do qual o Gestor Público não detém a liberalidade em fazê-lo, nos termos dos princípios que regem a Administração Pública.

Ademais, rejeitam-se, ainda, as alegações no sentido de que a notificada participou de reunião junto a Administração Pública Municipal, onde teria sido permitida a compensação do prejuízo causado pelo não reajuste do preço público no momento que efetuassem o repasse mensal ao Município, justamente, diante da ausência de liberalidade de se dispor do interesse público.

Tanto é inverídica tal informação, pois, no momento em que a Administração Pública tomou conhecimento da retenção inválida dos valores retidos, tomou as devidas providências e procedeu a notificação à empresa para que efetuassem a devolução dos valores retidos, através das Notificações Extrajudiciais nº 19/2017, 22/2017, 31/2017 e 35/2017.

No entanto, a empresa continuou a efetuar a retenção nos meses subsequentes, o que corresponde ao montante atual de R\$ 103.251,36 (cento e três mil, duzentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos).

Por este motivo, resta comprovado o descumprimento contratual da empresa notificada, não tendo aceitabilidade as alegações da notificada de que não descumpriu qualquer item do contrato nº

04/2015, firmado com esta municipalidade, haja vista, o descumprimento do item "d" da Cláusula Quinta do referido contrato, a qual diz que a concessionária tem o dever de "manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação", além do item "s" da Cláusula Quinta do mesmo contrato: novamente, in verbis:

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADES

5.1. A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a:

[...]

s) Repassar mensalmente ao Município de Canoinhas, até o 10.º (décimo) dia útil de cada mês, o valor referente ao percentual de sua receita bruta devido ao Município em função da exploração do estacionamento rotativo.

Por derradeiro, cabe destacar a aplicação dos Princípios a que está adstrita a Administração Pública, dentre eles, os Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade, em relação à aplicação da penalidade a ser aplicada.

Assim, o Princípio da Proporcionalidade se resume na relação de causalidade entre um meio e um fim, de tal sorte que se possa proceder aos três exames fundamentais inerentes a ela, quais sejam: a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito. Sem um meio, um fim concreto e a relação de causalidade entre eles, não há a aplicação do princípio da proporcionalidade em seu caráter trifásico.

O Princípio da Proporcionalidade é considerado como dito em linhas pretéritas, uma vertente do princípio da razoabilidade pelo motivo de ser necessária uma adequação entre os meios empregados pela Administração Pública para atingir os fins pretendidos, se não houver tal adequação a desproporcionalidade acaba por residir em tal medida empregada.

Por outro lado, em se tratando do princípio da razoabilidade, vejamos o que prescreve Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"a administração, ao atuar no exercício de discricão, terá que obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida." DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; Direito Administrativo. 23ª edição, Editora Atlas.

E ainda, segundo as concepções do Magistrado Dirley da Cunha Júnior, o qual defende a igualdade destes princípios, sendo o conceito de razoabilidade, para permitir ao Judiciário investigar o próprio mérito dos atos do poder público, a fim de verificar se esses atos estão conforme a razão, supondo equilíbrio, moderação e harmonia.

José Roberto Pimenta de Oliveira define:

"o princípio da razoabilidade, no contexto jurídico-sistemático da busca do interesse público primário, a exigência de justificada e adequada ponderação administrativa, aberta nos exatos limites constitucionais em que a regra de competência habilitadora autorizar, dos princípios, valores, interesses, bens ou direitos consagrados no ordenamento jurídico, impondo aos agentes administrativos que maximize a proteção jurídica dispensada para cada qual, segundo o peso, importância ou preponderância a que venham adquirir e ostentar em cada caso objeto de decisão."

In casu, depreende-se que a atitude da empresa notificada constitui-se de extrema gravidade, pois ao infringir o contrato na forma como narrada nesta decisão de processo administrativo ao efetuar a retenção dos valores a ser repassados ao Município de Canoinhas, conforme previsão contratual supracitada, equivalente ao

montante atual de R\$ 103.251,36 (cento e três mil, duzentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos), sem as devidas correções.

Assim sendo, ciente do fato de que o Poder Público deve obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública, a fim de garantir os direitos e garantias de seus administrados, tem-se a decisão abaixo:

Portanto, haja vista todo o exposto acima, em observância do Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado e demais princípios constitucionais, não se vislumbra alternativa a não ser a rescisão contratual em razão do descumprimento das cláusulas contratuais firmadas através do contrato nº 04/2015 e, sendo notificada para a devida regularização ou apresentação de defesa em observância do Princípio do Contraditório e da Ampla defesa, serve o presente expediente para CIENTIFICAR Vossa Senhoria, da RESCISÃO CONTRATUAL, nos termos dos artigos 77, 78, inciso I, II e XII e 79, inciso I, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme a cláusula décima terceira, item 13.1 e item 13.2, inciso IV do Contrato PMC nº 04/2015 e, ainda, a aplicação da penalidade prevista no art. 87, III da Lei 8.666/93 e na Cláusula Oitava do Contrato PMC nº 04/2015, item 8.2.7, qual seja, a "suspensão temporária de participação em licitação pública e impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de 2 (dois) anos".

Esgotada a fase recursal, registre-se a referida penalidade junto ao Cadastro de Fornecedores ou de Prestadores de Serviços do Município e, por se tratar do impedimento do direito de licitar e contratar com a Administração, o licitante deverá ser descredenciado por igual período aplicado.

Ademais, conforme prevê o art. 109, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93, concedo prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento desta decisão, para que, querendo, apresente recurso.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DA ATA DE DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 07/2017

ATA DA REUNIÃO RELATIVA À DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 70/2017, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 07/2017, QUE TEM POR OBJETO A EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DE 21 UNIDADES HABITACIONAIS SENDO: 18 NO LOTEAMENTO CAMPO DA ÁGUA VERDE E 03 NO LOTEAMENTO VILA VERDE, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DE VIAS DO LOTEAMENTO VILA VERDE, TOTALIZANDO 6.204,00 M², PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JOÃO CEZAR DE ANDRADE, NUM TOTAL DE 190,33 M² E CONSTRUÇÃO DE PRAÇA COM QUADRA DE ESPORTES – TERMO DE COMPROMISSO: 352.264-22/2011 PAC 2 – URBANIZAÇÃO DO LOTEAMENTO VILA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO.

Aos 09 (nove) dias do mês de agosto do ano de 2017, às 15h30min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sra. Karina de Cássia Kohler Wendt e Sr. Diogo Carlos Seidel, nomeados pela Portaria nº 649/2017, sob a Presidência do primeiro, a fim de reanalisar a documentação das empresas participantes do certame

acima citado. Abertos os trabalhos, a comissão analisou os documentos anexos ao Processo Administrativo n. 23/2017, o qual foi instaurado após o recebimento de denúncia acerca da veracidade do atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa vencedora no certame, qual seja BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA – EPP. Assim, verificou a comissão que por meio deste procedimento administrativo, buscou-se através de diligências sanar possíveis divergências encontradas no referido atestado de capacidade técnica, o qual apurou que foi constatado, junto ao CREA-PR, falha na emissão da Certidão de Acervo Técnico – CAT emitido pela empresa. Assim, com vistas a garantir a legalidade e a moralidade do certame, a comissão de licitação entendeu cabível aguardar para, somente após a conclusão das diligências, dar prosseguimento ao processo. Desta feita, o processo administrativo n. 23/2017 instaurado pela Administração, através o Setor de Planejamento, baseou-se em informações sustentadas pelo CREA-PR, o qual asseverou a existência de falha na emissão do referido acervo técnico informado pela empresa vencedora, para emitir decisão conclusiva sobre o ocorrido. Assim, para assegurar o contraditório e a ampla defesa previstos constitucionalmente, durante o trâmite do processo administrativo n. 23/2017, transcorreu-se o prazo legal de 60 dias da proposta previsto no art. 64, parágrafo 3 da Lei Federal n. 8.666/93. Ocorre que, nesta data, tendo transcorridos os 60 dias após a entrega das propostas, a qual data de 07/06/2017, o representante da empresa vencedora no certame, BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA – EPP, Sr. José Roberto Bilobran, manifestou-se expressamente pela desistência de proposta apresentada através da assinatura no termo de desistência, conforme art. 64, parágrafo

3 da Lei Federal n. 8.666/93, concordando com a convocação da licitante remanescente e abrindo mão do prazo recursal. Considerando-se que o processo ainda não foi adjudicado e nem homologado, em razão do processo administrativo em andamento e considerando-se a declaração de desistência da proposta assinada pelo representante da empresa BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA – EPP e, considerando-se, ainda, o ofício assinado pela empresa CONSTRUTORA SAN REMO LTDA EPP, em que o representante declara ter interesse em renovar sua proposta e executar o contrato com o valor apresentado no certame, a presente comissão declara a empresa BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA – EPP desclassificada no processo e declara vencedora a empresa subsequente, CONSTRUTORA SAN REMO LTDA EPP, com o valor global de R\$ 1.592.354,10. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação.

Adilson Fernando Ribeiro
Presidente

Karina de Cássia Kohler Wendt
Secretária

Diogo Carlos Seidel
Membro

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 45/2017 - CONCEDE FÉRIAS

PORTARIA Nº 45/2017
CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de férias ao servidor DIEGO RAFAEL ALVES, ocupante do cargo de Agente Legislativo, 5 (cinco) dias referente ao período aquisitivo de 15/07/14 à 14/07/2015, que serão usufruídas do dia 14/08/2017 à 18/08/2017, e 15 (quinze) dias referentes ao período aquisitivo de 15/07/2015 a 14/07/2016, que serão usufruídas do dia 19/08/2017 a 02/09/2017, retornando ao trabalho em 03/09/2017.

Art. 2º - Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração, conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 09 de agosto de 2017.

Wilmar Sudoski
Presidente

Norma Pereira Zenici Dreher
1ª Secretária 2ª Secretária

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 109-2017

DECRETO No 109, DE 4 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 58.827,53 (cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e três centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ R\$ 58.827,53 (cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e três centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0601.15.451.0120.1044	APIO A MELHORIA DE HABIT DE ASSENT PRECÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-212	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	58.827,53
	Total	1024	54	R\$	58.827,53

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ R\$ 58.827,53 (cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e três centavos), na fonte de recursos 1.024 "Transferências de Convênios - Outros", na destinação 54 "Transferências de Convênios União" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Outros	1024	54	R\$	58.827,53
Total	1024	54	R\$	58.827,53

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 4 de agosto de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 110-2017

DECRETO No 110, DE 4 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.511,76 (cinquenta mil, quinhentos e onze reais e setenta e seis centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 50.511,76 (cinquenta mil, quinhentos e onze reais e setenta e seis centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0301.04.122.0015.2006	MANUT. SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-218	Aplicações Diretas	1024	55	R\$	274,28
33900000-231	Aplicações Diretas	1022	55	R\$	237,48
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-082	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	50.000,00
	Total			R\$	50.511,76

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 50.511,76 (cinquenta mil, quinhentos e onze reais e setenta e seis centavos), na forma do quadro a seguir.

0301.04.122.0015.2006	MANUT. SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-008	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	511,76
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-078	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	50.000,00
	Total			R\$	50.511,76

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 4 de agosto de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

Decreto nº 111/2017

DECRETO Nº 111, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.

Revoga Termo de Cessão de Uso, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, incisos V da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o Ofício nº 038-17/3ªCBM, protocolado sob o nº 0002627/2017, em 31 de julho de 2017, que solicita a revogação do Termo de Cessão de Uso nº 18.944/2016-8, devido o fato de que o veículo referido no Termo de Cessão de Uso faz parte do patrimônio da Secretaria da Fazenda;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Termo de Cessão de Uso nº 18.944/2016-8, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Capinzal, com o objeto de cessão do veículo marca FORD, modelo CARGO 1630, tipo caminhão, combustível diesel, ano/modelo 2002/2002, cor vermelha, chassi nº 9BFYTRNT12BB13764, placa MDW-8976.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 8 de agosto de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 113-2017

DECRETO No 113, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 62,10 (sessenta e dois reais e dez centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 62,10 (sessenta e dois reais e dez centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
0801.10	SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
0801.10.301.0150	VIDA E SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-040	Aplicações Diretas	3065	00	R\$	62,10
	Total			R\$	62,10

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1o deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2016, do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 62,10 (sessenta e dois reais e dez centavos), na fonte 03065 "Atenção de média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar", conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Atenção média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	3065	00	R\$	62,10
Total			R\$	62,10

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 9 de agosto de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PARECER DE REDAÇÃO FINAL SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 017, DE 2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Parecer de Redação Final sobre o Projeto de Lei nº 017, de 2017.

O Projeto de Lei nº 017, de 2017, de origem do Poder Executivo, que Autoriza o cancelamento de créditos de Dívida Ativa do SIMAE (Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto) e dá outras providências.

Para adequar o texto do Projeto aos requisitos da técnica legislativa foram promovidas correções de linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto, a esta Comissão, o parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 017, de 2017.

PROJETO DE LEI Nº 017, DE 30 DE JUNHO DE 2017.

Autoriza o cancelamento de créditos de Dívida Ativa do SIMAE (Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto) e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – SIMAE autorizado a cancelar os débitos de consumidores da autarquia, obedecidos os seguintes requisitos:

I – que o débito de Dívida Ativa esteja vencido há mais de três anos;

II – que tenha sido interrompido o fornecimento de água, salvo a continuidade do fornecimento por decisão judicial;

III – que a dívida tenha sido devidamente encaminhada para cobrança da dívida em cartório;

IV – que tenham sido esgotados todos os meios amigáveis para a cobrança da dívida;

V – que o valor acumulado da dívida, no período a que se refere o inc. I, seja inferior a 01 (um) salário mínimo nacional.

Parágrafo único. Fica dispensada da cobrança em cartório, prevista no inciso III, os devedores falecidos.

Art. 2º O cancelamento a que se refere o artigo anterior deve estar previsto na elaboração das metas consignadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e que orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º No competente processo administrativo do cancelamento deverá ficar demonstrado o seu impacto financeiro e que não afetará o equilíbrio econômico e financeiro da autarquia.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal (SC), em 8 de agosto de 2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Os Membros desta CCJ acompanham o voto do Relator

Vereador Renato Marcelo Markus-PR

Presidente

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB

Membro

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB

Membro e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PARECER DE REDAÇÃO FINAL SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 020, DE 2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Parecer de Redação Final sobre o Projeto de Lei nº 020, de 2017.

O Projeto de Lei nº 020, de 2017, de origem do Poder Executivo, que Autoriza o Poder Executivo a incluir ação ao Programa no 0015 e respectivo Anexo de Metas e Prioridades da Lei no 3.224, de 14 de setembro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017.

Para adequar o texto do Projeto aos requisitos da técnica legislativa foram promovidas correções de linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto, a esta Comissão, o parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 020, de 2017.

PROJETO DE LEI Nº 020, DE 14 DE JULHO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo a incluir ação ao Programa no 0015 e respectivo Anexo de Metas e Prioridades da Lei no 3.224, de 14 de setembro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a acrescentar ao Programa no 0015 "Administração Geral e Financeira, na Função 4 "Administração" e na Subfunção 122 "Administração Geral", constante ao anexo de metas e prioridades da Lei no 3.224, de 14 de setembro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a ação no 2127 "Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos", no valor de R\$ 1.750.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo único. Com o acréscimo da ação prevista no Caput deste artigo, o anexo de metas e prioridades vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças e ao Programa no 0015 "Administração Geral e Financeira", passa a vigorar com o valor de R\$ 5.375.769,13 (cinco milhões, trezentos e setenta e cinco mil, setecentos e sessenta e nove reais e treze centavos).

Art. 2º O Anexo referido no art. 1º, passa a ser parte integrante da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal (SC), em 8 de agosto de 2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Os Membros desta CCJ acompanham o voto do Relator

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente e Relator

Vereador Alcides Afonso Coronetti-PMDB
Membro

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB
Membro

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 011/2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Lei Legislativo nº 011/2017 - Ementa: "Dispõe sobre instalação de lixeiras nas ruas e praças do Município de Capinzal"

Relator: Vereador Renato Marcelo Markus

1 – Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O Projeto de Lei é de autoria do Vereador Gilmar Junior da Silveira, onde foi protocolado nesta Casa em 24/07/2017, sob o nº 4254 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 25/07/2017. O Parecer da Assessoria Jurídica é pela legalidade e constitucionalidade do Projeto.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado é legal e constitucional, na forma do disposto na Lei Orgânica e Lei Complementar Federal nº 95/1998, esta quanto à técnica redacional. A competência para iniciar o Projeto é facultativa ao Vereador, onde o mesmo requer autorização legislativa para que o Município de Capinzal possa realizar parcerias com a iniciativa privada visando a instalação de lixeiras nas ruas e praças públicas.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator vota favorável pela tramitação do Projeto de Lei Legislativo nº 011/2017. Sala das Comissões, em 8 de agosto de 2017.

Vereador Renato Marcelo Markus
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta CCJ acolhem na íntegra o voto do Relator, e exaram o Parecer favorável ao Projeto de Lei Legislativo nº 011/2017. Sala das Comissões, em 8/08/2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Vereadores Membros

Renato Marcelo Markus-PR
Presidente/Relator

Alcidir Afonso Coronetti-PMDB/Relator

Carlos Adriano Zocoli-PSDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 018/2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 018/2017 - Ementa: Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar financiamento do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES junto à Caixa Econômica Federal, na Qualidade de Agente Financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências.

Relator: Vereador Lucas Antônio Dorini

1 – Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 17/07/2017, sob o nº 4229 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 18/07/2017. O Parecer da Assessoria Jurídica desta Casa é pela legalidade e constitucionalidade do Projeto.

2. Análise: Pelo Projeto de Lei ora apreciado o Poder Executivo requer autorização legislativa para contratar financiamento do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES junto à Caixa Econômica Federal, na Qualidade de Agente Financeiro, oferecendo garantias. Cabe registrar que o Secretário Municipal de Administração, no âmbito da CCJ veio à esta casa e explanou os detalhes, sanando as dúvidas dos Vereadores Presentes.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator vota favorável pela tramitação do Projeto de Lei nº 018/2017. Sala das Comissões, em 1º de agosto de 2017.

Vereador Lucas Antonio Dorini
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: O Vereador Bruno Michel Fávero acolhe na íntegra o voto do Relator. O Vereador Rafael Edgar Tonial vota contrário ao parecer do relator, justificando que o momento não é o ideal para o Município contrair a dívida proposta no presente Projeto de Lei. Por 2 votos favoráveis e um contrário, a Comissão exara o Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 018/2017. Sala das Comissões, em 1º/08/2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Vereadores Membros

Lucas Antônio Dorini-PMDB
Presidente/Relator

Bruno Michel Fávero-SD

Rafael Edgar Tonial-PSB /Voto contrário

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARECER PROJETO DE LEI Nº 022/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
PARECER

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 022/2017 - Ementa: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 81.700,00 (oitenta e um mil e setecentos reais).

Relator: Vereador Rafael Edgar Tonial

1 – Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 28/07/2017, sob o nº 4258 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 1º/08/2017. Nesta Comissão de Orçamento, o PL foi recebido em 8/08/2017, tendo recebido Parecer favorável pela Assessoria Jurídica desta Casa, quanto a sua legalidade e constitucionalidade.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado de origem do Município de Capinzal, onde o Prefeito requer autorização legislativa para abrir crédito suplementar no orçamento da prefeitura para cobertura de despesas para manutenção do Abrigo Casa Lar. Nada havendo que obste

a sua tramitação.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 022/2017. Sala das Comissões, em 8 de agosto de 2017.

Vereador Rafael Edgar Tonial
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta Comissão acolhem na íntegra o voto do Relator, e exaram o Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 022/2017. Sala das Comissões, em 8/08/2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Vereadores Membros

Vereador Lucas Antônio Dorini-PMDB
Presidente

Vereador Bruno Michel Fávero-SD

Vereador Rafael Edgar Tonial-PSB/Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARECER PROJETO DE LEI Nº 021/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PARECER

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 021/2017 - Ementa: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 493.000,00 (quatrocentos e noventa e três mil reais).

Relator: Vereador Lucas Antônio Dorini

1 – Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 28/07/2017, sob o nº 4257 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 1º/08/2017. Nesta Comissão de Orçamento, o PL foi recebido em 8/08/2017, tendo recebido Parecer favorável pela Assessoria Jurídica desta Casa, quanto a sua legalidade e constitucionalidade.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado de origem do Município de Capinzal, onde o Prefeito requer autorização legislativa para abrir crédito suplementar no orçamento da prefeitura para cobertura de despesas com diversas atividades, dentre as quais, aquisição de merenda escolar, manutenção do transporte escolar, manutenção dos ginásios de esportes e despesas com a realização da Expovale 2017. Nada havendo que obste a sua tramitação.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 021/2017. Sala das Comissões, em 8 de agosto de 2017.

Vereador Lucas Antônio Dorini
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta Comissão acolhem na íntegra o voto do Relator, e exaram o Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 021/2017. Sala das Comissões, em 8/08/2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Vereadores Membros

Vereador Lucas Antônio Dorini-PMDB
Presidente/Relator

Vereador Bruno Michel Fávero-SD Vereador Rafael Edgar Tonial-PSB

RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA 8 DE AGOSTO DE 2017

RESUMO DA
SESSÃO PLENÁRIA
8 DE AGOSTO DE 2017

- Aprovada a Ata nº 2.922, de 2017, referente à Sessão Plenária do dia 1º/8/2017.
- Leitura dos ofícios expedidos e recebidos.
- Deu entrada na Casa e lido na Sessão:
 - Projeto de Lei Complementar nº 007, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 088, de 2005, que estabelece modelo de gestão para

a Administração Pública Municipal e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo do Município de Capinzal, que cria o Cargo de Coordenador Municipal de Defesa Civil.

- Projeto de Lei nº 023, de 2017, que altera a Lei nº 3.216, de 16 de maio de 2016, que denominou o nome de Rua JOSÉ LOPES DE ABREU.
- Projeto de Lei nº 024, de 2017, que designa o Sindicato Rural de Capinzal como entidade responsável pela realização da EXPOVALE Capinzal 2017, na forma que especifica.
- Projeto de Lei Legislativo nº 012, de 2017, de autoria dos Vereadores Gilmar Junior da Silveira e Bruno Michel Fávero, que dispõe sobre a criação do programa - Cine-Câmara - e dá outras providências.

à Os Projetos foram encaminhados as Comissões competentes para análise e Pareceres.

- **Aprovado:**

- Projeto de Lei nº 017, de 2017, que autoriza o cancelamento de créditos de Dívida Ativa do SIMAE (Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto) e dá outras providências.

- Projeto de Lei nº 020, de 2017, que autoriza o Poder Executivo a incluir ação ao Programa no 0015 e respectivo Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 3.224, de 14 de setembro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017.

- **Expediente dos Vereadores:** Indicações ao Poder Executivo: o Vereador Lucas Antônio Dorini solicitou a instalação de estacionamento para bicicletas, próximo às academias do centro da cidade. O Vereador Valmor de Vargas solicitou a colocação de redutores de velocidade na Rua Leonildo Bortoli e na Rua Valdemar José da Silva, no Loteamento Parizotto. O Vereador Bruno Michel Fávero solicitou a construção de uma Guarita de passageiros na Rua Luiz Dorini, próximo a empresa MCL, no Loteamento São João e construção de uma Guarita para abrigo de um Soldado da Polícia Militar ou um Guarda Municipal junto à praça Municipal Pedro Lélis da Rocha. O Vereador Rafael Edgar Tonial solicitou a pintura de sinalização e demarcação de todo o Acesso a Cidade Alta e a recuperação o passeio público existente entre o Mercado Borin e a Próart. O Vereador Carlos Adriano Zocoli solicitou o recapeamento da Rua Ricieri Lanhi, na Vila Sete de Julho; construção de um campinho de futebol no Loteamento Maximiliano Toaldo e recuperação da lombada na Rua Leonardo Spadini. O Vereador Gilmar Junior da Silveira solicitou a colocação/instalação de lombada física na Av. José Leonardo Santos próximo ao entroncamento da Rua José Marçaro.

- **Palavra Livre.**

- **Convocação dos Vereadores para a Sessão Plenária no dia 15 de agosto de 2017, às 19 horas.**

- **O Vídeo da Sessão está disponível no site www.camaracapinzal.sc.gov.br, no Link "Sessões Gravadas" e pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts>.**

Câmara de Vereadores, 9 de agosto de 2017.

Vereador Gilmar Junior da Silveira

Presidente

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0082/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0082/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS 0003/2017

Objeto: Aquisição de Merenda Agricultura Familiar segundo semestre por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Dotação Orçamentária:

2.016.3390.00 - 10160 - 14/2017 - MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL 2.179.3390.00 - 10160 - 16/2017 - MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Informações: maiores informações poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 08 de agosto de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.289, DE 08 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO N.2.289/2017, de 8 de agosto de 2017.

**"DISPÕE SOBRE REGULAMENTAÇÃO DE
MARCAS PRÉ-APROVADAS PARA FINS DE
LICITAÇÃO"**

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentação de marcas pré-aprovadas para fins de licitação;

CONSIDERANDO, que os órgãos e entidades do Poder Público, desde que observados os princípios constitucionais da Administração Pública, estão autorizados a indicar ou pré-qualificar marcas de produtos para fins de aquisição futura sempre que a marca indicada for a única que puder atender ao fim da Administração;

CONSIDERANDO, que padronização é procedimento que visa o estabelecimento de um padrão mínimo de desempenho e qualidade para os produtos que usualmente são adquiridos pela Administração, assim como à identificação prévia das marcas existentes no mercado que atendam ao padrão estabelecido;

CONSIDERANDO, que de acordo com a Súmula/TCU nº 270, "*em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação*",

DECRETA:

Art. 1º. Ficam pré-aprovadas as marcas de produtos abaixo relacionadas:

MATERIAL EXPEDIENTE	GENEROS ALIMENTICIOS	MATERIAL ESPORTIVO	MATERIAL ODONTOLOGICO	MATERIAL ENFERMAGEM	MATERIAL DE INFORMATICA	MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE
<ul style="list-style-type: none"> • Pilot, • Faber • Castell, • Compactor, • Acrilex, • Tenaz, • Bic, • ACC, • Scoth, • 3M, • Chamex, • Report, • Real Paper, • São Roque, • Pritt, • All Form, • Mercur, • Credeal • Foroni, • Tilibra • Elgin 	<ul style="list-style-type: none"> • Doçula • Alto • Alegre • União, • Melitta • Caboclo • 3 • Corações • Nestle • Iguacu • Leão • Dr Otter • Vemat • Chileno • Tirol • Ninho • Elege • Batavo • Sadia • Aurora • Frimesa • Perdigão • Seara • Parati • Orquidea • Casaredo • Triunfo • Bauduco • Maria • Isabela • Tang • Trink • Piko • Suco Mais • Qually • Delicia • Suprema 	<ul style="list-style-type: none"> • Penalty • Wilson • Pague • Starflex 	<ul style="list-style-type: none"> • FG • M • Ka • vo • 3 • M 	<ul style="list-style-type: none"> • Polifix • Brim • Bic 	<ul style="list-style-type: none"> • NHS • Weg • Intelbras • Intel • Samsung • TP – Link • HP • D-Link • LG • Asus • Brother • acer 	<ul style="list-style-type: none"> • Brilhante • Qboa • Copo Bras • Minas Plas • JJ • Ype • Ativo • Molhe • Louro • Top Mil • Mil Flores • Scoth • Sanro • Bob • Stylus • Milli • Snoop • Neve • Personal • Dueto • Bella Vista • Soft • Delly • Guipel • Laire • Vision Embalagens • Radium • Sif • Veja • Uau • Sapolio • Bravo • Inglesa • Limpol • Elfen • Fofinho • Vipp • Alphas • Bombril • Scoth Brit • Assolan • Apucarna • Anjinho • Tixan Ype • Varre Bem • Novaça • Amacitel • Confort • Mom Bijú • Pano Sul • Gabelei • Lagrotta • Belmonti • Danny • Embramact • Sorela

ITENS DIVERSOS

Invicta, Termolar, Tramontina, Super Bonder, TecBonder e Tigre

PNEUS, CÂMARAS, PROTETORES

Câmaras: BBW, Qbom, Tortuga, Pirelli, Michelin

Protetores : Ruzi, Pirelli, Michelin

Pneus : Pirelli, Goodyer, Bridgestone , Dunlop

Art. 2º. As marcas estão divididas em classes, poderão se diferenciar em cada edital, bem como podem ser alteradas/acrescidas ou excluídas a qualquer momento.

Art. 3º. A empresa que queira aprovar alguma marca deverá apresentar nas secretarias do Município uma amostra do produto, para que o mesmo seja analisado.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas em, 8 de agosto de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 08/08/2017.

LUCIMARI SPADER
Secretária de Administração e Finanças

TERCEIRO ADENDO AO EDITAL DE: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0077/2017 - TOMADA DE PREÇO Nº 0007/2017

TERCEIRO ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0077/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 0007/2017

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exmo. Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a necessidade de adequar parte integrante do edital, por interesse da Administração Municipal;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados:

- a) Anula o segundo adendo ao presente edital;
- b) Exclui a alínea "n" e alínea "o", do item 6.3.4, do Edital;
- c) Transfere a abertura e recebimento de envelope para :
 - Recebimento de envelopes e credenciamento 13h30min do dia 15 de Agosto de 2017
 - Abertura de envelopes 13h45min do dia 15 de Agosto de 2017

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 09 de Agosto de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0082/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal Dorival Ribeiro dos Santos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações resolve:

Homologar a presente licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0082/20107

DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS 0003/2017

Objeto: Aquisição de Merenda Agricultura Familiar segundo semestre por meio da Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: ARLINDO KATSCHOR R\$ 7.000,00

CONTRATADA: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO R\$ 45.260,00

CONTRATADA: DANIEL ROMEU BITTENCOURT R\$ 10.553,00

VALOR TOTAL: R\$ 62.813,00 (sessenta e dois mil oitocentos e treze reais).

Catanduvas/SC, 08 de agosto de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

Caxambu do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 1.409/2017

LEI Nº 1.409/2017.

"Dispõe sobre a disposição de estagiário à Delegacia de Polícia Civil do Município de Caxambu do Sul-SC e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Município a ceder até 02(dois) estagiários, para atender as demandas administrativas da Polícia Militar e Civil na Delegacia de Polícia Civil do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º. A autorização tem por objetivo propiciar maior qualidade nas ações da segurança pública do município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, aos 09 dias do mês de agosto do ano de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

LEI Nº 1410/2017

LEI Nº 1.410/2017.

RECONHECE E AUTORIZA O EMPENHAMENTO E PAGAMENTO DE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR - DEA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e proceder o empenhamento e respectivo pagamento de Despesas do Exercício Anterior - DEA, na forma no Art. 37 da Lei 4.320/1964, em favor do credor ABASTECEDORA CAXAMBU LTDA - EPP - CNPJ nº 09.407.904/0001-00, referente aquisição de combustíveis fornecidos no período de 26 a 27 de dezembro de 2016, no valor total de R\$ 1.753,75 (hum mil, setecentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente, na classificação: 08.01.26.782.0013.2.027 - Manutenção Geral dos Transportes - modalidade: 3.3.90.00.00.00 - Elemento 3.3.90.92.30.00.00.00 - Materiais de Consumo.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, aos 09 dias do mês de agosto de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PE 009/2017 PCS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2017 PCS

Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de material educativo e esportivo, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 23/08/2017, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Abertura: dia 23/08/2017, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 10 de agosto de 2017.

GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 160/2017

PORTARIA Nº 160/2017

"Dispõe sobre designação de servidor publico municipal que especifica e dá outras providencias".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 71, IV e V da Lei Orgânica Municipal. Considerando a necessidade de adequação, organização administrativa e a formalização dos serviços prestados pelo servidor que especifica.

RESOLVE

Art. 1º - Fica designado(a) o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal, Sr(a). MARCO ANTONIO SILVA VENCATO, ocupante do cargo de Odontólogo, para desempenhar as funções e atribuições e para responder pelo atendimento junto ao consultório odontológico de Linha Dom José.

Parágrafo Único – As informações contidas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, será ajustado de acordo com sua respectiva função e local de estabelecimento, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul – SC, 09 de agosto de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

Cerro Negro

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 014/2017 FMS

MUNICIPIO DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2017 -

Objeto AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO, 0 KM, TIPO MINIVAN E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE 'SAÚDE, com recursos oriundos da Emenda nº 28520005, proposta nº 11430.842000/1160-01

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 23/08/2017.

Abertura: às 10h do dia 23/08/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.cerronegro.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 07 de agosto de 2017.

SANDRA MARA CONRADO DE JESUS

Gestora municipal de Saúde

Chapadão do Lageado

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Vereador Juares Schneider, presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, bem como os membros Alceu Pereira e Cléia Freitas, convidam toda população a participar da Audiência Pública a realizar-se no dia 15 (quinze) de agosto do corrente ano, às 09h, na Câmara de Vereadores para discussão e aprimoramento do Projeto de Lei do Plano Plurianual de 2018-2021.

JUARES SCHNEIDER
Vereador (Presidente)

ALCEU PEREIRA
Vereador (membro)

CLÉIA FREITAS
Vereadora (membro)

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 361/17

DECRETO SAF/N. 361/17, de 02 de agosto de 2017.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul. No uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.359, de 02 de agosto de 2017, resolve,

DECRETAR

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o exercício de 2017, destinado à contrapartida municipal para instalação de sinalização turística no Município de Cocal do Sul, com a seguinte discriminação:

10 – SECRETARIA DES. ECON. MEIO AMBIENTE, TURISMO E COMUNICAÇÕES	
2.050 – Incentivo ao Desenv. Turismo e Geração de Renda	
4.4.90.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 2º O crédito de que trata o anterior correrá por conta de anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

10 – SECRETARIA DES. ECON. MEIO AMBIENTE, TURISMO E COMUNICAÇÕES	
2.050 – Incentivo ao Desenv. Turismo e Geração de Renda	
3.3.90.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 362/17

DECRETO SAF/Nº. 362/17, de 03 de agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 61, de 03 de setembro de 2015, e

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/ Nº 50/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes

documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- f) comprovação de idoneidade moral mediante apresentação do atestado de antecedentes emitidos por órgão competente;
- g) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- h) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- i) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- j) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- k) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
2º	254190	Rafael Lenzi

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 363/17

DECRETO SAF/Nº. 363/17, de 03 de agosto de 2017.

DESIGNA DENISE BECKER FELICIANO SILVEIRA, PARA ATUAR 20 HORAS NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, resolve

DESIGNAR:

DENISE BECKER FELICIANO SILVEIRA, Enfermeira, nomeada pelo Decerto SAF/N. 239/08, de 13 de março de 2008, para atuar 20 horas da Vigilância Sanitária, a partir de 01 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 364/17

DECRETO SAF/Nº. 364/17, de 03 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERA A PEDIDO

SORAIA DOS SANTOS CORDOVA, portadora do CPF nº. 950.143.149-53, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 138/17, de 14 de fevereiro de 2017, a partir de 01 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 365/17

DECRETO SAF/Nº. 365/17, de 07 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

GARDEL MACHADO, portador do CPF nº. 019.942.709-77, Motorista de Ambulância ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 365/17, de 14 de abril de 2015, a partir de 07 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 366/17

DECRETO SAF/Nº. 366/17, de 07 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

CARINA ADRIANA DE NONI MACHIORO, portadora do CPF nº.

000.424.879-19, Atendente de Consultório Dentário, nomeada pelo Decerto SAF/N. 377/08, de 14 de maio de 2008, a partir de 07 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 367/17

DECRETO SAF/Nº. 367/17, de 07 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

EXONERAR

JUCEMAR JUNIOR, portador do CPF nº. 055.895.809-51, Servente de Obras ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 295/11, de 18 de julho de 2011, a partir de 07 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 368/17

DECRETO SAF/Nº. 368/17, de 07 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

VANDERLEI ZATTA, portador do CPF nº. 764.130.639-04, Pedreiro I, ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 240/14, de 01 de abril de 2014, a partir de 07 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 369/17

DECRETO SAF/Nº. 369/17, de 07 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

EXONERAR

MORGANA BOSA, Enfermeira ACT, portadora do CPF nº. 030.584.919-05, nomeada pelo Decreto SAF/N. 389/11, de 11 de novembro de 2011, a partir de 07 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 370/17

DECRETO SAF/Nº. 370/17, de 07 de agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO DO QUADRO DE PESSOAL NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL – ESF – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 60, de 15 de julho de 2015, e

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 002/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/Nº 51/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público do Quadro de Pessoal no Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul – E.S.F – Estratégia Saúde da Família, realizado de acordo com o Edital nº 002/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- f) comprovação de idoneidade moral mediante apresentação do atestado de antecedentes emitidos por órgão competente;
- g) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- h) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- i) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- j) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- k) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO**CIRURGIÃO DENTISTA**

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
6	238161	Guilherme Baschiroto Milanez

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 371/17

DECRETO SAF/Nº. 371/17, de 07 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

INGRID TORETTI, portadora do CPF nº. 099.862.209-55, Assistente Administrativo, nomeada pelo Decreto SAF/N. 05/17, de 02 de janeiro de 2017, a partir de 07 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de agosto de 2017

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 376/17

DECRETO SAF/Nº. 376/17, de 09 de agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 61, de 03 de setembro de 2015, e

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/Nº 50/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- f) comprovação de idoneidade moral mediante apresentação do atestado de antecedentes emitidos por órgão competente;

g) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;

h) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;

i) declaração negativa de acumulação de cargo público;

j) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;

k) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso publico o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato á posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de agosto de 2017.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

MOTORISTA DE CAMINHÃO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
6º	260644	Adriano Scherer

MERENDEIRA

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
10º	255669	Maria Silveira Camargo

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de agosto de 2017.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

EXTRATO DO CONTRATO 03/FMAS/2017

CONTRATO Nº: 03/FMAS/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: VIGILÂNCIA RADAR LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 40/PMCS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 33/PMCS/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de monitoramento remoto de alarme (Via Rádio Comunicação), incluindo instalação, fornecimento, suporte e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos fornecidos em regime de comodato a Prefeitura de Cocal do Sul, Fundo Municipal de saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Vigência: Início: 01/08/2017 Término: 31/07/2018.

Valor: R\$ 2.856,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta e seis reais).

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da Atividade
12.01.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00	18	Manutenção do Programa de Proteção Social Básica
12.01.2.033.3.3.90.00.00.00.00.00	27	Manutenção do Programa de Proteção Especial

EXTRATO DO CONTRATO 22/FMS/2017

CONTRATO Nº: 22/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: CMED SERVIÇOS TÉCNICOS E DISTRIBUIDORA LTDA - ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 06/FMS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 06/FMS/2017

Objeto: Aquisição de câmaras refrigeradas para vacinas, no atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul.

Vigência: Início: 12/07/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 28.980,00 (vinte e oito mil e novecentos e oitenta reais).

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da Atividade
11.01.2.025.4.4.90.00.00.00.00.00	33	Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica
11.01.2.025.4.4.90.00.00.00.00.00	70	Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica

EXTRATO DO CONTRATO 24/FMS/2017

CONTRATO Nº: 24/FMS/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: VIGILÂNCIA RADAR LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 40/PMCS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 33/PMCS/2017.

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de monitoramento remoto de alarme (Via Rádio Comunicação), incluindo instalação, fornecimento, suporte e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos fornecidos em regime de comodato a Prefeitura de Cocal do Sul, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Vigência: Início: 01/08/2017 Término: 31/07/2018.

Valor: R\$ 14.280,00 (quatorze mil e duzentos e oitenta reais).

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da Atividade
11.01.2.020.3.3.90.00.00.00.00.00	9	Manutenção da Rede Municipal de Saúde
11.01.2.024.3.3.90.00.00.00.00.00	27	Manutenção dos Prog. De Média e Alta Complexidade
11.01.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00	31	Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica
11.01.2.027.3.3.90.00.00.00.00.00	68	Manutenção do Programa Piso Atenção Básica Fixo

EXTRATO DO CONTRATO 36/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 36/PMCS/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: VIGILÂNCIA RADAR LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 40/PMCS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 33/PMCS/2017.

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar os

serviços de monitoramento remoto de alarme (via Rádio Comunicação), incluindo instalação, fornecimento, suporte e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos fornecidos em regime de comodato a prefeitura de Cocal do Sul, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Assinatura: 25/07/2017.

Vigência: Início: 01/08/2017 Término: 31/07/2018.

Valor: R\$ 24.276,00 (vinte e quatro mil e duzentos e setenta e seis reais).

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da Atividade
02.01.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00	6	Manutenção dos Serviços do Conselho Tutelar
05.01.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00	27	Manutenção dos Serviços Administrativos
07.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00	68	Manutenção da Educação Básica
07.01.2.016.3.3.90.00.00.00.00.00	79	Serviços Administrativos da educação
07.03.2.054.3.3.90.00.00.00.00.00	102	Manutenção de Ambientes Culturais

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 14/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 42/2015.

ADITIVO Nº: 14/2017.

TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO T.A.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 48/PMCS/2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/PMCS/2015.

Objeto do contrato: Prestação de serviços de correios e venda de produtos para comunicação em geral.

Objeto do Aditivo: O presente termo Aditivo tem por objeto incluir no contrato o subitem 2.3 da Cláusula Segunda – da Execução dos Serviços, contendo o termo de categorização e benefícios da política comercial dos Correios, incluir os serviços de encomendas nacionais e excluir os serviços de PAC e SEDEX.

Assinatura: 31/03/2017.

Vigência: Início: 31/03/2017 Término: 31/08/2017.

Concórdia

PREFEITURA

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 39-2017 PMC AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 39/2017 – PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de brinquedos, equipamentos de ginástica e bancos para praças e/ou parques infantis do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 41, § 1º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Pregoeira torna público que na data de 09 de agosto de 2017 foi INDEFERIDA a impugnação interposta pela licitante: DYSSIL EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME. Desta forma, mantém-se a data de abertura da licitação, marcada para o dia 21/08/2017, às 14 horas. Fica a disposição da licitante, se tiver interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à Diretoria de Compras.

Concórdia, SC, 09 de agosto de 2017.
CRISTIANE SILVEIRA CASADO
Pregoeira

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SORTEIO DE CADASTRO DE RESERVA PARA UNIDADES HABITACIONAIS DO MCMV REQUALIFICADAS DO LOTEAMENTO FREI LENCY II E NOVA BRASÍLIA I

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SORTEIO DE CADASTRO DE RESERVA PARA UNIDADES HABITACIONAIS DO MCMV REQUALIFICADAS DO LOTEAMENTO FREI LENCY II E NOVA BRASÍLIA I

O Prefeito de Concórdia, Sr. Rogério Luciano Pacheco, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, através de sua Diretoria de Habitação, sito à Rua Oswaldo Zandavalli, 511, centro realiza Chamamento Público para inscrição de interessados em sorteio de cadastro de reserva de unidades habitacionais requalificadas mediante ação judicial, do Residencial Frei Lency II e Nova Brasília I, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – faixa 1- recurso FAR. Em atendimento as exigências da Portaria Nº 412, do Ministério das Cidades, de 06 de agosto de 2015 e Lei Complementar nº 75, de 9 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 3.989, de 17 de setembro de 2008, de acordo com os critérios previstos neste edital:

1 – DO OBJETO

a) O Residencial Frei Lency II está localizado no Loteamento Frei Lency, Bairro Vila Jacob Biezus, Cidade de Concórdia SC. O empreendimento é uma parceria estabelecida entre Caixa Econômica Federal, Prefeitura Municipal de Concórdia e a Empresa Embracol, com o objetivo de atender 205 famílias, através do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

b) O Residencial Nova Brasília I está localizado no Bairro Nova Brasília I, Cidade de Concórdia SC. O empreendimento é uma parceria estabelecida entre Caixa Econômica Federal, Prefeitura Municipal de Concórdia e a Empresa Execututa Projetos e Construções, com o objetivo de atender 29 famílias, através do Programa Minha Casa Minha - PMCMV.

Tendo em vista as comprovadas situações de irregularidades nas

ocupações de alguns imóveis – comercialização, aluguel, cedência a terceiros, desocupação – foram instaurados processos judiciais movidos pela Instituição Financeira para retomar os imóveis. Considerando decisão judicial os imóveis tornam-se aptos para nova contratação, sendo o Município responsável pela indicação das famílias. O objeto do presente edital é regulamentar o procedimento para nova inscrição, seleção e sorteio, obedecendo a Portaria nº 412, do Ministério das Cidades, de 06/08/2015, atualmente vigente, e a Lei Municipal nº 3.989, 17/09/2008, definindo a ordem de classificação dos suplentes para um número indefinido de unidades habitacionais.

2 – DAS INSCRIÇÕES

2.1 CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO: Os interessados deverão atender:

2.1.1: Os critérios, para beneficiamento de famílias com habitação, dispostos na Resolução nº 003, de 11 de julho de 2017 do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, de Concórdia SC:

- a) Ter cadastro junto à Diretoria de Habitação do Município de Concórdia até na data de publicação deste edital;
- b) Ter idade superior a 18 anos;
- c) Não ter sido beneficiado, anteriormente, por programas sociais de habitação;
- d) Estar residindo no Município de Concórdia, de forma permanente e contínua, por mais de 05 (cinco) anos.

2.2.2 Os critérios estabelecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV:

- a) Limite de R\$ 1.800,00 (um mil oitocentos reais) de renda familiar para os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – faixa 1, conforme Portaria Interministerial MCidades/MF/MPOG nº 99, de 30 de março de 2016;
- b) Não ser proprietário(s), cessionários(s), usufrutuário(s), arrendatário(s) ou promitente(s) comprador(es) de imóvel residencial urbano ou rural no local de domicílio nem onde pretende fixa-lo, e não participar de qualquer programa de financiamento, parcelamento imobiliário e/ou arrendamento; em qualquer localidade do país;
- c) Não ter sido beneficiado(s) a qualquer época com subsídios diretos ou indiretos provenientes de recursos orçamentários da União e/ou dos Fundos Habitacionais FAR, FDS, FGTS e FNHIS para aquisição de moradia.

2.1.2 PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

2.2.1 As inscrições deverão ser feitas pessoalmente pelo responsável do grupo familiar, no período de 31 de agosto a 13 de setembro de 2017, na Diretoria de Habitação, sito a rua Oswaldo Valentin Zandavalli, 511, Centro, Município de Concórdia SC, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h.

2.2.2 O candidato deverá comparecer ao local das inscrições munido de sua documentação pessoal – cédula de identidade, cadastro de pessoa física, comprovante de moradia (fatura de energia elétrica ou água, por exemplo) para correspondência, comprovante de renda de todos os membros da família que trabalham e de, no mínimo, um número de telefone para contato -, e fornecer as informações com clareza, sendo responsável pela sua veracidade.

2.2.3 O procedimento inicial será a realização do cadastro socioeconômico junto à Diretoria de Habitação do Município para posteriormente participar do sorteio, atendendo a todos os requisitos documentais exigidos para o mesmo.

2.2.4 Posteriormente a realização cadastral, o candidato estará

apto a participar do sorteio de reserva para unidades habitacionais requalificadas do Residencial Frei Lency II e Nova Brasília I. No ato o candidato receberá um comprovante de inscrição em que constará a pontuação obtida, conforme o número de critérios definidos na legislação pertinente e explicitados neste edital.

2.3 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES

2.3.1 Não serão permitidas duas ou mais inscrições para o mesmo grupo familiar (esposo, esposa e filhos solteiros);

2.3.2 A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes neste edital.

2.3.3 O participante que prestar informações e fazer declarações inverídicas, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei.

3 – DA SELEÇÃO DE DEMANDA

3.1 Para fins de seleção do cadastro de reserva para as unidades habitacionais requalificadas do Residencial Frei Lency II e Nova Brasília I, o Município de Concórdia observará os critérios nacionais e adicionais (municipais) de priorização conforme disposto na Portaria nº 412, de 06/08/2015, do Ministério das Cidades, bem como aprovados em Resolução nº 003, 11 de julho de 2017, do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, a saber:

3.1.1 Os critérios nacionais são:

- a) famílias residentes em área de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do Ente Público;
- b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração; e
- c) Famílias de que façam parte pessoa(s) com deficiência, comprovado com a apresentação de laudo médico, conforme item 6.3 deste edital.

3.1.2 Os critérios adicionais (municipais) são:

- a) famílias beneficiadas por Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da Política de Assistência Social, comprovado por declaração do Ente Público;
- b) Famílias que façam parte pessoas idosas, comprovado por documento oficial que comprove a data de nascimento;
- c) Famílias que façam parte pessoa(s) com doença crônica incapacitante para o trabalho, comprovado por laudo médico.

4 - DAS RESERVAS LEGAIS

4.1- O sorteio específico para atender ao percentual de 3% para benefício prioritário de idosos e famílias com Pessoa com Deficiência – PCD, estabelecidos na Portaria nº 412, não será realizado, tendo em vista que tais segmentos já foram atendidos, conforme sorteio realizado em 25 de outubro de 2011.

4.2 – Os idosos e pessoas com deficiência – PCD ou familiares de que façam parte pessoas com deficiência participarão do sorteio geral na ampla concorrência, tendo o segundo grupo priorização de acordo com os critérios nacionais estabelecidos na Portaria nº 412, de 06/08/2015, do Ministério das Cidades.

5 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 De acordo com o item 3.5 da Portaria nº 412, de 06/08/2015, do Ministério das Cidades, a seleção dos candidatos será qualificada de acordo com a quantidade de critérios atendidos pelos candidatos e será agrupada conforme segue:

- a) Grupo I – Candidatos que atendam de 5 a 6 critérios de priorização entre os nacionais e adicionais (município);
- b) Grupo II – Candidatos que atendam 3 a 4 critérios de priorização entre os nacionais e adicionais (município);
- c) Grupo III – Candidatos que atendam 1 a 2 critério de priorização entre os nacionais e adicionais;

5.2 – Os candidatos que não atenderem a pelo menos 1 critério de priorização entre os nacionais e adicionais (município) serão automaticamente desclassificados.

5.3 – Após a análise das inscrições pela equipe da habitação e Comissão especialmente criada para este sorteio, será publicada a listagem dos candidatos aptos ao sorteio, com a pontuação obtida

por cada candidato, nos meios de comunicação oficiais.

5.4 – Devido ao número desconhecido de unidades requalificadas e disponíveis para nova contratação, para fins de sorteio não será observada a proporcionalidade estabelecida no item 3.5.1 da Portaria nº 412. Dessa forma, será realizado um sorteio geral em que todos os inscritos que obtiverem 1, 2, 3, 4, 5 ou 6 critérios serão automaticamente suplentes. O sorteio definirá a ordem de classificação em cada um dos três grupos mencionados no item 5.1 deste edital.

5.5 – O sorteio público será realizado no dia 26, de setembro de 2017, às 14 horas, no Centro de Eventos Concórdia, sito a Rua Vitor Sopelsa, 1.169, Parque de Exposições.

5.6 – Após a realização do sorteio será publicada a listagem final dos suplentes, nos meios de comunicação oficiais (Diário Oficial do Município de Concórdia e Website do Município <http://www.concordia.sc.gov.br>) com a respectiva ordem de classificação, bem como afixada em mural na Diretoria de Habitação.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Os interessados em participar do sorteio de cadastro de reserva para unidades habitacionais requalificadas do Residencial Frei Lency II e Bairro Nova Brasília I, deverão realizar a inscrição para esta seleção, mesmo que já possuam cadastro na Diretoria de Habitação.

6.2 A apresentação dos documentos para comprovação dos critérios de priorização nacionais e adicionais (município) declarados pelo candidato será feita após o sorteio, caso o suplente atinja a condição de titular. Se a situação documental não for comprovada o candidato será automaticamente desclassificado.

6.3 Para a comprovação da pontuação obtida com os critérios de priorização nacional de pessoa com deficiência ou família de que façam parte pessoas com deficiência, o candidato deverá apresentar, na ocasião em que for chamado a assumir a condição de titular, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência conforme Decreto Federal nº 3298/99, que regulamentou a Lei n. 7853/89, alterado pelo Decreto 5296/2014, com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doença – CID.

6.4 Não se garantem unidades habitacionais adaptadas, caso o sorteado necessite de adaptação o mesmo deverá providenciá-las, não sendo previsto ressarcimento das alterações realizadas.

6.5 A presente seleção destina-se a indicação de novo grupos familiares para a contratação com o Instituição Financeira responsável pelo PMCMV e a ocupação de imóveis que foram habitados anteriormente. Nesse sentido já foram usados e em alguns casos sofreram alterações internas, não se garantindo as mesmas condições e garantias iniciais.

6.6 Os casos especiais e não previstos neste edital serão julgados por comissão especialmente criada para este sorteio público. Concórdia (SC), 01 de agosto de 2017.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal de Concórdia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 79/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 79/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 4.145,73 (quatro mil cento e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos), Ensino Infantil, no valor de R\$ 1.234,90 (um mil duzentos e trinta e quatro reais com noventa centavos), e Ensino Fundamental, no valor de R\$ 12.449,79 (doze mil quatrocentos e quarenta e nove reais com setenta e nove centavos)

Concórdia SC, 08 de agosto de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.

Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 112/2017 - PMC

Contrato Nº : 112/2017

Aditivo Nº : 2TA CT112/2017/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 2/2017

Objeto : Contratação de empresa, do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), visando à impermeabilização, com borracha líquida, das lajes do chafariz, localizado na Praça Dogello Goss, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto.

Execução : Início: 22/07/2017 Término: 27/07/2017

Vigência : Início: 06/07/2017 Término: 13/08/2017

Assinatura : 13/07/2017

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2017 - PMC CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2017

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor Valdomiro Tafarel, Diretor de Urbanismo, que declarou Inexigível a licitação, nos termos do caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 07 de agosto de 2017, para a Contratação de Empresa para o fornecimento de refeições para servidores que trabalham no interior do Município, a favor da empresa: RESTAURANTE E CHURASCARIA ESPELHO DA TRADIÇÃO LTDA - ME, no valor total de R\$ 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais).

WAGNER ISIDORO SIMIONI

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2014 – IPRECON

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 4/2014 – IPRECON

Contrato nº: 4/2014, de 8 de agosto de 2014

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON

Contratada: SMI Prime – Consultoria de Investimentos Ltda.

Licitação: Tomada de Preços nº 1/2014

Objeto: contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade de prestar serviços de assessoria relacionada ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da Política de Investimentos, realizar treinamento e capacitação dos gestores, membros do Comitê de Investimentos e conselheiros do IPRECON nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, executar atividades de controladoria, executar avaliação de risco dos ativos, analisar a rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, analisar e emitir parecer documentado de novos produtos financeiros, assessorar nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações, tudo visando atender o disposto na Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, do Conselho

Monetário Nacional – CMN e na Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011, do Ministério da Previdência Social – MPS e alterações que ocorram durante a vigência do Contrato

Alteração: Prorroga o prazo de vigência até 7 de agosto de 2018 e reajusta o valor contratual

Data da assinatura: 4 de agosto de 2017

Dotação orçamentária nº: 333903905000000, código reduzido 332/2017

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN

Diretora-Presidente do IPRECON

PORTARIA FMEC Nº 31/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 31/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017 .

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012, e considerando as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada, com a Portaria nº 5/2011, de 11 de fevereiro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor de provimento efetivo do Quadro de Cargos da Fundação Municipal de Esportes, abaixo relacionado, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento C:

Alaor Vendruscolo	Técnico Desportivo
-------------------	--------------------

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 12 de julho de 2017.

Fundação Municipal de Esportes.

GIL ARTIFON

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado nos murais do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e da CÂMARA DE VEREADORES em 08 de agosto de 2017

Marisete Paz de Oliveira

Fundação Municipal de Esporte

PORTARIA FUMDEMA Nº 15/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

PORTARIA FUMDEMA Nº 15/2017, DE 19 DE JULHO DE 2017.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida ao servidor ARGEU ALBIERO, ocupante do cargo de provimento efetivo de CONTADOR, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de abril de 2017.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

FERNANDO GUILIANI

Diretor Superintendente, em exercício

PORTARIA IPRECON Nº 48/2017

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 48/2017, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.

Concede Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição à servidora IEDA MARIA NAIBO MORO RIOS.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 7 de agosto de 2017, à servidora IEDA MARIA NAIBO MORO RIOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível 10.10, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, matrícula nº 56014-00, Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 7 de agosto de 2017.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

PORTARIA IPRECON Nº 49/2017

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 49/2017, DE 9 DE AGOSTO 2017.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora GECI LOURDES DA CRUZ.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 9 de agosto de 2017, à servidora GECI LOURDES DA CRUZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, nível 1-40-GOC2, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 93114-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 9 de agosto de 2017.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 595/2017

DECRETO Nº595/2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal e atendendo ao Artigo 60 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos do Município (Lei Complementar n. 18/2001),

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido ao servidor municipal Sr. IVONEI BREANSINI, ocupante do cargo de Motorista, matrícula n. 489001, 10 (dez) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de 27/06/2016 á 26/06/2017, que serão gozadas a partir do dia 21/08/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de agosto de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 08 de agosto de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

IVONEI BREANSINI

Ciente em: ____/____/2017

DECRETO Nº 596/2017

DECRETO Nº 596/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DE SUA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar, tratamento de saúde de seu filho, da Servidora Municipal, Sra. MARIA EUGENIA PAZ CAVALHEIRO, ocupante do cargo de Professor (a), Matrícula nº 1355601, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 03/08/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de Agosto de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 04/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência Nº 04/2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR EMPREITADA GLOBAL, PARA REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA INTEGRAL MUNICIPAL SIMÕES LOPES E DA ESCOLA INTEGRAL MUNICIPAL PROFESSORA INÊS DOMINGAS TONON TASSONIERO.

Tipo: Menor preço global.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 28/09/2017.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 28/09/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 10 de agosto de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA Nº 05/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência Nº 05/2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR EMPREITADA GLOBAL, PARA DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE MURO NA ESCOLA MUNICIPAL CORONELZINHO.

Tipo: Menor preço global.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 29/09/2017.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 29/09/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 10 de agosto de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº 086/2017

PORTARIA Nº. 086 DE 31 DE JULHO DE 2017.

AMPLIA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº. 032 de 07/05/2013 e pela Lei Orgânica do Municipal de 28/10/1994, consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

Considerando Licença Gestante à Servidora Pública Municipal, Senhora Daiane Hahn de Lima ocupante do Cargo de Nutricionista na Secretaria Municipal de Educação, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do dia 18 de Julho de 2017 a 13 de Janeiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º A partir do mês de agosto de 2017 fica ampliada de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária da Servidora Pública Municipal, Senhora Angélica Alberti, ocupante do Cargo efetivo de Nutricionista.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 31 de julho de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças

PROCESSO DE LICITAÇÃO FUNSAU Nº 013/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC

PROCESSO LICITATÓRIO FUNSAU N. 013/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL FUNSAU Nº 009/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando aquisição de forma parcelada, de materiais, produtos e instrumentos hospitalares/ambulatoriais, para a Unidade Básica Municipal de Saúde de Coronel Martins/SC, conforme especificação e descrição na Relação de Itens anexo a este Edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:30min do dia 23 de agosto de 2017, procedendo à abertura às 08h45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins – SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Coronel Martins - SC, 09 de agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

ATA DE RECEBIMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/17

ATA DE RECEBIMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/17 – REGISTRO DE PREÇO

Aos nove dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às quinze horas e trinta minutos, na sala da divisão de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Corupá, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 4126/17, de 09 de Janeiro de 2.017, sendo designado como Presidente neste processo a Sra. Jessica Tamara Pezzatto, juntamente com o grupo de apoio formado por Lídia Rosa Veeck (Pregoeira Substituto), Noemi Aparecida Fossille, Heins Gerhard Kopsch, Silvana Griten Ribeiro e Áurea Joelma Arendartchuk, para Recebimento e análise do Recurso Administrativo apresentado pela empresa TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO EIRELI - EPP, referente ao Pregão Presencial objetivando AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DESTINADOS AOS ESF'S E UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Recebido o Recurso Administrativo da empresa TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO EIRELI – EPP, o mesmo foi encaminhado para a comissão de Amostras de Material Ambulatorial, que manteve sua decisão em razão disso essa Comissão de Licitação decide manter a inabilitação da empresa TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO EIRELI – EPP nos itens 35, 36, 37, 72 e 74.

Encaminhe-se os presentes atos para Autoridade Superior para decisão final.

E, em nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pelos presentes. Corupá, 09 de agosto de 2017.

Jéssica Tamara Pezzatto PRESIDENTE	Lídia Rosa Veeck EQUIPE DE APOIO	Noemi Aparecida Fossille EQUIPE DE APOIO
Heins Gerhard Kopsch EQUIPE DE APOIO	Silvana Griten Ribeiro EQUIPE DE APOIO	Áurea Joelma Arendartchuk EQUIPE DE APOIO

DECISÃO DE AUTORIDADE SUPERIOR PREGÃO 031/17

DECISÃO DE AUTORIDADE SUPERIOR

A empresa TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO EIRELI – EPP, interpôs Recurso Administrativo, contra decisão da Comissão Permanente alegando que cumpriu as exigências apontadas pela comissão de recebimento de materiais.

A comissão Permanente de Licitação reavaliando os atos manteve a decisão recorrida encaminhando o Processo para minha análise.

Entendo que efetivamente restou descumprido os itens 35, 36, 37, 72 e 74 pela empresa.

Assim mantenho a decisão da Comissão Permanente de Licitação por suas razões e fundamentos.

Corupá, 09 de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 116/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 0116/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa CLINICA ODONTOLÓGICA MARTINELLI LTDA.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS DE MOLDAGEM E CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOB MEDIDA, PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE.

Processo Licitatório nº 0731/2017.

Inexigibilidade nº 10/2017.

Data: 04/08/2017.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 117/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 0117/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a COOPERATIVA CENTRAL

SABOR COLONIA.

Objeto: SELEÇÃO DE EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS, GRUPOS FORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES, COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES, INTERESSADOS EM FORNECER GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL À MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DURANTE O ANO DE 2017.

Processo Licitatório nº 01208/2017.

Inexigibilidade nº 13/2017.

Valor: 28.656,50.

Data: 07/08/2017.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 15/2017.

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa JULIAN CESAR BONFANTI ME.

Objeto: O presente Termo tem por objeto o aditamento de 24,55% no valor do item 13 da Ata de Registro de Preços nº 15/2017.

Valor mensal aditado: R\$ 1.350,00.

Data: 04/08/2017.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal

Cunhataí

PREFEITURA

PORTARIA Nº 197/2017

PORTARIA Nº 197/2017, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, o Art. 97 da Lei Compl. nº. 002/2007; e requerimento protocolado nº 280/2017 de 09/08/2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 40 dias de Férias a Servidora Municipal VERENICE ASSMANN SEBASTIANY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a partir de 14 de agosto de 2017 a 23 de agosto de 2017, relativas ao período aquisitivo de 06/02/2015 a 05/02/2016, e a partir de 24 de agosto de 2017 a 22 de setembro de 2017, relativas ao período aquisitivo de 06/02/2016 a 05/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 09 de agosto de 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 165/2017

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 165/2017

O Município de Curitibanos, SC pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, neste ato representado por seu titular Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de concorrência do tipo menor preço global regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS, LOCALIZADA NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, COM EXTENSÃO DE 1.096,00 M, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

A Comissão Permanente de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 11 de Setembro de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 11 de Setembro de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem pessoalmente junto a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Curitibanos, no horário de expediente, não sendo autorizado qualquer tipo de envio.

Curitibanos, 08 de Agosto de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2017

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE CARTILHA E CAMISETA PARA USO NA CAMPANHA DE TRÂNSITO PROMOVIDA PELA POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, NO MÊS DE SETEMBRO/2017, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 22/08/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 22/08/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 08 de Agosto de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Descanso

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 56 2017 AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA "ÁGUA BOA, VIDA SAUDÁVEL"

MUNICÍPIO DE DESCANSO-PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2017

Objeto: Aquisição de tubos de concreto em atendimento ao Programa "Água Boa-Vida Saudável", para proteção de fontes de captação de água nas propriedades rurais do Município de Descanso/SC, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 14:00 horas do dia 22/08/2017, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 14:00 horas do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 10 de Agosto de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 11 A 25 - FMS - PP 004-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 11-2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Valor : 17.424,80 (dezesete mil quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: 12-2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: DAMEDI - DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Valor : 7.900,60 (sete mil e novecentos reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: 13-2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME
Valor : 1.719,00 (um mil setecentos e dezenove reais)
Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: 014-2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: ANGEOMED-COM. PRODUTOS MEDIC.HOSP.LTDA
Valor : 5.770,08 (cinco mil setecentos e setenta reais e oito centavos)
Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE

DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 015-2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS.
Valor : 10.012,00 (dez mil e doze reais)
Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: 016-2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: DIMASTER - COMÉRCIO DE SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA
Valor : 42.386,00 (quarenta e dois mil trezentos e oitenta e seis reais)
Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: 017-2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
Valor : 32.420,00 (trinta e dois mil quatrocentos e vinte reais)
Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: 018-2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Valor : 23.760,40 (vinte e três mil setecentos e sessenta reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM
 DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO
 JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE
 DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
 Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 019-2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO
 CERQUEIRA
 Contratada...: A.G. KIENEN & CIA LTDA ME
 Valor : 17.503,20 (dezesete mil quinhentos e três reais e
 vinte centavos)
 Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM
 DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO
 JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE
 DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
 Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: 020-2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO
 CERQUEIRA
 Contratada...: FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.
 Valor : 46.062,00 (quarenta e seis mil e sessenta e dois
 reais)
 Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM
 DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO
 JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE
 DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
 Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: 021-2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO
 CERQUEIRA
 Contratada...: COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA. FI-
 LIAL
 Valor : 3.525,00 (três mil quinhentos e vinte e cinco reais)
 Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM
 DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO
 JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE
 DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
 Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: 022-2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO
 CERQUEIRA
 Contratada...: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
 - EPP
 Valor : 4.351,40 (quatro mil trezentos e cinquenta e um
 reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM
 DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO
 JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE

DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
 Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 023-2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO
 CERQUEIRA
 Contratada...: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
 Valor : 10.571,00 (dez mil quinhentos e setenta e um
 reais)
 Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM
 DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO
 JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE
 DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
 Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: 024-2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO
 CERQUEIRA
 Contratada...: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -
 ME
 Valor : 15.288,50 (quinze mil duzentos e oitenta e oito
 reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM
 DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO
 JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE
 DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
 Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: 025-2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO
 CERQUEIRA
 Contratada...: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS
 LTDA
 Valor : 25.508,00 (vinte e cinco mil quinhentos e oito re-
 ais)
 Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 17/10/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM
 DISPENSADOS A PACIENTES QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO
 JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE
 DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
 Dionísio Cerqueira, 9 de Agosto de 2017

EXTRATO PREGÃO 40/2017 - PMDC

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
 PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2017

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Ca-
 tarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com
 a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal
 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 40/2017, Edital de Pre-
 ção nº 40/2017, Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO
 DE MAO-DE-OBRA PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE MANUTEN-
 ÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO LAGO INTERNACIONAL DA TRI
 FRONTEIRA. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas
 do dia 23/08/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da

Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC.
THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

Ermo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 16/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO (F.M.S)
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 16/2017 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando a aquisição de Aquisição de um Minibus 16 lugares Zero KM, cor branca, fabricação nacional, ano/mod. 2017/2018, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:00 hs do dia 23/08/2017 e abertura às 08:15 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:45 hs às 11:45 hs e das 13:00 hs às 17:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

DECRETO N.º 035, DE 07 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO N.º 035, de 07 de Agosto de 2017.
Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 412/16, de 07/12/2016 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.00.0093 (7) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (8) - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0093 (10) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recursos Próprios) e da fonte 0093 (Atenção Básica).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 07 de agosto de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR PE Nº. 031/2017

LEI COMPLEMENTAR PE Nº. 031/2017.

Altera a Lei 272, de 28 de maio de 2010 que Define o novo Perímetro Urbano da sede do Município de Ermo, o perímetro da Área de Expansão Urbana.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa

Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal e eu sanciono a seguinte lei Complementar;

Art. 1º Os dispositivos da Lei nº 272, de 28 de maio de 2010 que Define o novo Perímetro Urbano da sede do Município de Ermo, o perímetro da Área de Expansão Urbana (Plano Diretor), abaixo mencionados, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Esta Lei altera a Área do Perímetro Urbano da Sede do Município de Ermo definido pela Lei 272, de 28 de maio de 2010 (Plano Diretor).

Art. 2º É parte integrante desta lei os seguintes anexos:

I - Anexo 01 – Imagem impressa e mapa do Programa Google Earth descrevendo visualmente os números dos pontos citados nesta lei;

II - Anexo 02 – Memorial Descritivo.

Art. 3º É considerada área urbana do Município de Ermo o espaço territorial definido pelo perímetro da sede urbana, cujo mapa de localização está no Anexo 01 desta Lei.

Art. 4º As coordenadas descritas nos incisos I e II deste Artigo estão em formato UTM - Universal Transversal de Mercator, sob o Datum WGS-84.

Marco 01- 630644.19 m E e 6792255.91 m S,
Marco 02- 632668.19 m E e 6792228.52 m S,
Marco 03- 632701.77 m E e 6793546.28 m S,
Marco 04- 631454.76 m E e 6793567.43 m S,
Marco 05- 630674.03 m E e 6793218.43 m S,.

Art. 5º Torna-se parte integrante desta lei o mapa do perímetro urbano conforme Anexo I, com a respectiva numeração dos marcos.”

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de agosto de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

(Anexo I da Lei Complementar nº 031/2017)

ANEXO II

(Anexo II da Lei Complementar nº 031/2017)

MEMORIAL DESCRITIVO

AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DE ERMO-SC

Município: ERMO UF: SC

Área: 231,3337 Ha Perímetro: 6.868,00 Metros.

Sede Urbana: inicia-se a descrição deste perímetro no ponto Marco 01(coordenadas 630644.19 m E e 6792255.91 m S) que percorre em direção Leste 2.025,00 metros em linha seca até encontrar

o ponto Marco 02(coordenadas 632668.19 m E e 6792228.52 m S), deste ponto em direção Norte, percorre 1318,00 metros em linha seca, até o ponto Marco 03 (coordenadas 632701.77 m E e 6793546.28 m S) seguindo a direção Oeste, em linha reta, uma distância de 1.247,00 metros até atingir o ponto Marco 04 (coordenadas 631454.76 m E e 6793567.43 m S) seguindo os contornos da margem direita do Rio Itoupava, subindo por esta margem pela distancia de 1.323,00 metros até encontrar o ponto Marco 05 (coordenadas 630674.03 m E e 6793218.43 m S), seguindo deste ponto em linha reta a direção Sul por uma distancia de 964,00 metros até o ponto Marco 01), ponto inicial do Perímetro urbano da Sede do Município de Ermo-SC. Todas as coordenadas aqui descritas estão georeferenciadas pelo ao Sistema Geodésico Brasileiro, encontram-se representadas no Sistema UTM, Datum WGS 84. Todas as medidas e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de agosto de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 425, DE 08 DE AGOSTO DE 2017

LEI Nº 425, de 08 de agosto de 2017.

Altera a Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, que autoriza o ingresso do Município de Ermo no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º A ementa da Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Ermo no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Art. 2º O artigo 1º, da Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Ermo, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º O artigo 2º, da Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005

Art. 4º Fica acrescido o artigo 3º, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e

VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 5º Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRAA = NH x R\$ 0,1200, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 6º Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRES = NH x R\$ 0,0600, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 7º Fica acrescido o artigo 6º, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:
 $TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde
TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas
NH - Número de habitantes no município
R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 8º Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 11. Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, retenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 12. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 14. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 15. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais

atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 16. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 17. Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 18. Fica acrescido o artigo 17, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 19. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 20. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 21. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de

Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 22. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 23. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 32

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 25. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 311, de 24 de abril de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 39

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 8 de agosto de 2017.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 167, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº. 167, de 09 de agosto de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº

120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir BRUNA DIAS ESPINDOLA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Veterinária com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 09 de agosto de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 030/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 050/2017
Edital de Pregão nº 030/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Prestação de serviços de levantamentos e diagnósticos internos e externos da administração, desenvolvimento de reuniões técnicas administrativas e de comando, bem como a capacitação técnica de gestores e servidores municipais, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 22/08/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 031/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 051/2017
Edital de Pregão nº 031/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Uniformes para os Alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 24/08/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATO 0070/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0070/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA - EPP
Objeto: PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS MUNICIPAIS E DECRETOS MUNICIPAIS ONLINE
Valor Global de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
Prazo de vigência até 31/12/2017.

Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de Agosto de 2017.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 0071/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0071/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: GABRIEL NAGEL - ME
Objeto: Serviços Médicos de Ortopedia
Prazo de vigência até 31/12/2017.
Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de Agosto de 2017.
ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI
Secretaria Municipal de Saúde

CONTRATO 0072/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0072/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA - EPP
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE, INCLUÍDO OS SERVIÇOS DE TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS EXISTENTES, MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO PARA ADAPTAR O SISTEMA AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, COM CAPACITAÇÃO DAS DIRETORIAS E UNIDADES ASSISTENCIAIS DE SAÚDE
Valor Global de R\$ 55.560,00 (cinquenta e cinco mil quinhentos e sessenta reais).
Prazo de vigência até 31/12/2017.
Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de Agosto de 2017.
ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI
Secretaria Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL 0053/2017

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0053/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0053/2017 – Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços para a AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS, DATA SHOW, CAIXA DE SOM E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 22 de Agosto de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 09 de Agosto de 2017.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI
Secretária Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL 0054/2017

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0054/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0054/2017 – Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ATENDER AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL – MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 23 de Agosto de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande

do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 09 de Agosto de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 199/2017

PORTARIA Nº 199/2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por cursos de aperfeiçoamento aos servidores municipais DANIEL RICARDO KRANTZ e JANICE KELLI D. NYLAND na ordem de 1% (um por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, conforme Lei Municipal 497/2011 em seu artigo 93.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 09 dias do mês de Agosto de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 200/2017

PORTARIA Nº 200/2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por grau de instrução aos servidores municipais DANIEL RICARDO KRANTZ e JANICE KELLI D. NYLAND por terem concluído PÓS-GRADUAÇÃO, na ordem de 15% (quinze por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, conforme Lei Municipal nº 497/2011 em seu artigo 95.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 09 dias do mês de Agosto de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

TERMO ADITIVO Nº. 02/2017 - CONSTRUTORA FIEL

TERMO ADITIVO Nº. 002/2017

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 054/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado CONSTRUTORA FIEL EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.497.061/0001-09, com sede na Rua São Luiz, nº. 3737, Bairro Nova Dinivéia na cidade de Pinhalzinho – SC, neste ato representado pelo Sr. Aires Rodrigues, inscrito no CPF sob o nº. 015.213.259-79, doravante denominada CONTRATADA, resolvem aditar o contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato ate 31 de dezembro de 2017, pelo motivo de falta de recursos para finalizar a obra, referente ao processo Licitatório nº. 692/2016 na modalidade de Tomada de Preço nº. 06/2016 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE CONTEMPLANDO ACESSIBILIDADE COM ÁREA TOTAL DE 784,75 M².

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 11/08/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 10 dias do mês de agosto de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	AIRES RODRIGUES
CPF: 503.319.819-04	CPF: 015.213.259-79
CONTRATANTE	CONTRATADA

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

Formosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 88/2017

EXTRATO CONTRATUAL Nº 88/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

CONTRATADO: IVANETE MARIA TROIAN PAVÃO

VALOR: R\$ 500,00 (quinhentos reais)

Vigência: Início: 08/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 47/2017

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2017

Formosa Do Sul, 8 de Agosto de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2017

EXTRATO CONTRATUAL Nº 89/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

CONTRATADO: VALMIR PEDRO BRESOLIN

VALOR: R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais)

Vigência: Início: 08/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 47/2017

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2017

Formosa Do Sul, 8 de Agosto de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/2017

EXTRATO CONTRATUAL Nº 90/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

CONTRATADO: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

VALOR: R\$ 6.692,50 (seis mil seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência: Início: 08/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 47/2017

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2017

Formosa Do Sul, 8 de Agosto de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 691 - "INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL - SC PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 691, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

"INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL - SC PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art.1º Esta lei institui o Plano Plurianual (PPA) do município para o exercício de 2018 a 2021, em cumprimento do disposto no §1º do art. 165 da Constituição Federal e em cumprimento ao disposto no art.1º Do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica Municipal, da Lei Orgânica do Município de Formosa do Sul – SC.

Art.2º O Plano Plurianual é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental e orientar a definição de prioridades.

Art.3º O Plano Plurianual tem como diretrizes:

I – valorização do cidadão-usuário como motivo de qualquer ação governamental;

II – participação da sociedade na escolha de prioridades, acompanhamento e avaliação dos resultados;

III – forte ênfase nas ações que envolvem o desenvolvimento humano;

IV – a excelência na gestão.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art.4º O Plano Plurianual reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, classificados em duas espécies, os Temáticos e os de Gestão, Manutenção e Serviços, assim definidos:

I – Programa Temático: aquele que expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art.5º Os programas temáticos são compostos por indicadores de desempenho, objetivos e valores para os quatro exercícios.

§1º O Indicador é um instrumento que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e a sua avaliação, sendo sua perspectiva de evolução demonstrada pelas metas.

§2º O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas e tem como atributos:

I – Órgão e Unidade Responsável: é aquele cujas atribuições mais contribuem para a implementação do objetivo;

II – Meta: é uma medida do alcance do objetivo vinculada ao indicador de desempenho.

Art. 6º A cada meta são associadas iniciativas orçamentárias.

§1º As iniciativas declaram as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias (atividades, projetos ou operações especiais).

§2º As iniciativas que se caracterizarem por projetos serão identificadas por subtítulos (localizador de gasto) utilizados especialmente para especificar a localização física da ação.

Art.7º As codificações dos programas serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

Art.8º Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:

I – Demonstrativo da previsão da receita para o quadriênio 2018-2021;

II – Despesa por Programa e Ação para o quadriênio 2018-2021; e

III – Demonstrativo dos Programas de Governo para o quadriênio 2018-2021.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS

Art.9º Os Programas constantes do Plano Plurianual estarão expressos nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Art.10 Os Valores previstos no Plano Plurianual serão automaticamente atualizados pelas leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais.

Art.11 O Plano Plurianual somente poderá ser alterado por lei específica para esta finalidade.

Art.12 O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

I – incluir, excluir ou alterar:

a) os indicadores de desempenho;

b) as Metas;

c) o Órgão e a Unidade Responsável; e

d) os subtítulos (localizadores de gasto) que não sejam originados de emendas impositivas.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO PLANO

Art.13 A lei de diretrizes orçamentárias definirá anualmente e para cada exercício a forma de avaliação dos resultados dos Programas de Governo, conforme prevê a Lei Complementar n. 101, de 2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.

Art.14 O município manterá atualizado o plano e o divulgará no Portal Transparência, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.15 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, SC, em 09 de agosto de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e Registrado em data supra.

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 112/PMF/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 112/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para contratação de empresa especializada para locação de brinquedos e afins para atividades da Brinquedoteca por meio da Secretaria de Ação Social do município de Forquilha/SC, pelo período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 28 de agosto de 2017 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 09 de agosto de 2017.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/PMF/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 113/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais didáticos, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 30 de agosto de 2017 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 09 de agosto de 2017.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECISÃO ADMINISTRATIVA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/PMF/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/PMF/2017

Processo: 002972/2017

Requerente: JN BOLSAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - ME

RELATÓRIO

A empresa JN BOLSAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - ME apresentou requerimento administrativo requerendo a reprovação das amostras da empresa Veneza Brindes.

Alega a requerente que o procedimento adotado pela Secretaria de Educação do Município de Forquilha de conceder um prazo de mais sete dias a empresa Veneza Brindes fazer as adequações solicitadas é ilegal, não tem previsão do Edital, devendo desta forma ser desclassificada.

É o relatório.

DO MÉRITO

O Edital de Pregão Presencial nº 089/PMF/2017 tem por objeto a aquisição de pastas escolares e bolsas para os profissionais da Secretaria de Educação do Município de Forquilha.

Segundo o Edital, a empresa declarada vencedora teria até sete dias úteis após a finalização da sessão do pregão para apresentar as amostras de cada item devidamente personalizada.

Contudo, o Edital é omissivo ao dispor dos procedimentos a serem adotados quando de alguma desconformidade da amostra apresentada.

Para o adequado cumprimento de suas competências constitucionais, a legislação confere à Administração Pública competências especiais. Sendo prerrogativas ligadas a obrigações, as competências administrativas constituem verdadeiros poderes-deveres instrumentais para a defesa do interesse público.

O poder vinculado é quando a lei atribui determinada competência definindo todos os aspectos da conduta a ser adotada, sem atribuir margem de liberdade para o agente público escolher a melhor forma de agir. Onde houver vinculação, o agente público é um simples executor da vontade legal.

Na discricionariedade, o legislador atribui certa competência à Administração Pública, reservando uma margem de liberdade para que o agente público, diante da situação concreta, possa selecionar entre as opções predefinidas qual a mais apropriada para defender o interesse público. Ao invés de o legislador definir no plano da norma um único padrão de comportamento, delega ao destinatário da atribuição a incumbência de avaliar a melhor solução para agir diante das peculiaridades da situação concreta. O ato praticado no exercício de competência assim conferida é chamado de ato discricionário.

Desta forma, a decisão da Secretaria de Educação do Município de Forquilha está inserida dentro do seu poder discricionário, atendendo ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração.

DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, pelos fundamentos acima exposto, indefiro o requerimento formulado pela empresa JN BOLSAS INDÚSTRIA E

COMÉRCIO EIRELI - ME. e mantenho a decisão da Secretaria de Educação do Município de Forquilha.

P.R.I. Comunique-se os licitantes da decisão retro e retornem os autos à Pregoeira Municipal para processamento devido.

Forquilha/SC, 08 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 118, DE 28 DE JUNHO DE 2017.

DECRETO Nº. 118, DE 28 DE JUNHO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº. 044, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2017, QUE NOMEIA MURIEL ZANETTE PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE GOVERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei nº 2.065, de 18 de fevereiro de 2015, seus anexos,

CONSIDENRADO que MURIEL ZANETTE foi nomeado pela Portaria nº 313, de 15 de agosto de 2011, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Planejamento, com contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, sendo exonerado em 02/01/2013;

CONSIDENRADO que MURIEL ZANETTE foi nomeado pela Portaria nº 171, de 01 de março de 2013, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Saúde, com contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, sendo exonerado em 02/01/2014;

CONSIDENRADO que MURIEL ZANETTE foi nomeado pela Portaria nº 065, de 03 de fevereiro de 2014, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Saúde, com contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, sendo exonerado em 31/03/2014;

CONSIDENRADO que MURIEL ZANETTE foi nomeado pela Portaria nº 227, de 01 de abril de 2014, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário Adjunto de Saúde, com contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, sendo exonerado em 02/02/2015;

CONSIDENRADO que MURIEL ZANETTE foi nomeado pela Decreto nº 099, de 29 de abril de 2016, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Saúde, com contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, sendo exonerado em 02/01/2017;

CONSIDENRADO que MURIEL ZANETTE foi nomeado pelo Decreto nº 044, de 03 de fevereiro de 2017, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Governo, com contribuição ao Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDENRADO que MURIEL ZANETTE, é servidor público estadual, matrícula nº 373.532-0-01, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, lotado na Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina;

CONSIDENRADO que a Lei Complementar nº 412, de 26 junho de 2008, do Estado de Santa Catarina, determina no seu art. 19 que no caso de cessão de segurado para órgão ou entidade da administração direta ou indireta da União, dos Estados ou Municípios, o desconto e o recolhimento das contribuições previdenciárias, do segurado e patronal, previstas no art. 17, serão de responsabilidade do órgão cessionário, caso a remuneração do segurado ocorrer à conta daquele.

CONSIDENRADO que as contribuições previdenciárias do servidor Muriel Zanette foram indevidamente recolhidas ao Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDENRADO que o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV notificou o Município de Forquilha e o servidor Muriel Zanette a regularizarem as contribuições previdenciárias dos períodos acima referidos;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado a quitação das contribuições previdenciárias do servidor Muriel Zanette ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV com a compensação das contribuições pagas de forma indevida ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º Fica alterado o § 2º do Decreto nº 044, de 03 de fevereiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, nos termos dos arts. 17 e 19 da Lei Complementar nº 412, de 26 junho de 2008, do Estado de Santa Catarina.”

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos ao dia 03 de fevereiro de 2017.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 28 de junho de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 28 de junho de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.261, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 2.261, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA A LEI Nº 1.594, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010, QUE AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no inciso IV, do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, encaminha o presente Projeto de Lei para tramitação em regime de urgência nessa Egrégia Casa Legislativa:

Art. 1º A ementa da Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Forquilha no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.” (NR)

Art. 2º O artigo 1º, da Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Forquilha, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.” (NR)

Art. 3º O artigo 2º, da Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005." (NR)

Art. 4º Fica acrescido o artigo 3º, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e

VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana." (NR)

Art. 5º Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 4º A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante." (NR)

Art. 6º Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante." (NR)

Art. 7º Fica acrescido o artigo 6º, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

- TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante." (NR)

Art. 8º Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante." (NR)

Art. 9º Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante." (NR)

Art. 10. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante." (NR)

Art. 11. Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, retenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante." (NR)

Art. 12. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE." (NR)

Art. 13. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos." (NR)

Art. 14. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos

prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços." (NR)

Art. 15. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS." (NR)

Art. 16. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços." (NR)

Art. 17. Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções." (NR)

Art. 18. Fica acrescido o artigo 17, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços." (NR)

Art. 19. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000)." (NR)

Art. 20. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas

relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.” (NR)

Art. 21. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.” (NR)

Art. 22. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.” (NR)

Art. 23. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.” (NR)

Art. 24. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 32

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.” (NR)

Art. 25. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1.594, de 25 de outubro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 39

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.” (NR)

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 09 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de agosto de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.262, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 2.262, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no inciso IV, do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, encaminha o presente Projeto de Lei para tramitação em regime de urgência nessa Egrégia Casa Legislativa:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal nº 1.460, de 18 de junho de 2009.

Art. 2º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da edição nº 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de março de 2017, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218assinado.pdf).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de agosto de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

NOTA DE REVOGAÇÃO - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/PMF/2017

NOTA DE REVOGAÇÃO - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/PMF/2017

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pastas e bolsas para os profissionais da Rede Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

DO MOTIVO: Tenda em vista a desclassificação da empresa VE NEZA BRINDES LTDA. ME. no item 01 (pasta para professor), em razão da desaprovação da respectiva amostra, fica revogada a adjudicação e a homologação deste item, retornando os autos à Pregoeira para que proceda nova classificação do item 01 e abertura do envelope de documentação da nova vencedora do item.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Isto posto, fica revogada também a Ata de Registro de preços nº. 50/PMF/2017 resultante da homologação do processo licitatório acima citado.

Forquilha/SC, 08 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CEMITÉRIO **PUBLICAÇÃO TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CEMITÉRIO**

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento, da presente constituição de crédito, pelo lançamento da Taxa de Conservação de Cemitério referente aos exercícios fiscais de 2013 a 2016.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou apresentar defesa formal. Em acordo com a lei Municipal 494/98 art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em inscrição em dívida ativa e posterior em protesto em cartório e/ou execução fiscal.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO	DÍVIDAS CONTIDAS
33394	13/07/2017	147,85	ACELIO DE MELO ROCHA	CONTRIB.: 28735	CONSERVACAO CEMITERIO
33395	13/07/2017	232,57	ADELSON MACHADO DOS SANTOS	CONTRIB.: 26674	CONSERVACAO CEMITERIO
33398	13/07/2017	70,33	ADILSO PEDRO JOAO	CONTRIB.: 1321	CONSERVACAO CEMITERIO
33399	13/07/2017	70,33	ADRIANA FERREIRA DA SILVA	CONTRIB.: 1806	CONSERVACAO CEMITERIO
33400	13/07/2017	147,85	ADRIANO VIEIRA MONTEIRO	CONTRIB.: 29091	CONSERVACAO CEMITERIO
33401	13/07/2017	70,33	AGENOR ALVIN MOTTA	CONTRIB.: 22875	CONSERVACAO CEMITERIO
33402	13/07/2017	70,33	ALBERTINA NAPOLEÃO	CONTRIB.: 127967	CONSERVACAO CEMITERIO
33403	13/07/2017	232,57	ALCEU RODRIGUES GOMES	CONTRIB.: 111745	CONSERVACAO CEMITERIO
33404	13/07/2017	70,33	ALINE ARAÚJO DE OLIVEIRA	CONTRIB.: 104940	CONSERVACAO CEMITERIO
33405	13/07/2017	232,57	ALTAIR DONIZETE SOARES	CONTRIB.: 25449	CONSERVACAO CEMITERIO
33406	13/07/2017	70,33	ALVACI LEANDRO STECKERT	CONTRIB.: 32033	CONSERVACAO CEMITERIO
33407	13/07/2017	147,85	AMADEU MACHADO	CONTRIB.: 2473	CONSERVACAO CEMITERIO
33408	13/07/2017	147,85	AMARILDO DONATO	CONTRIB.: 1176	CONSERVACAO CEMITERIO
33409	13/07/2017	147,85	AMILTON FERNANDES	CONTRIB.: 28792	CONSERVACAO CEMITERIO
33410	13/07/2017	70,33	ANA KUPINSKI FELTRIN	CONTRIB.: 104356	CONSERVACAO CEMITERIO
33411	13/07/2017	70,33	ANDRE PACHECO FELICIDADE	CONTRIB.: 25992	CONSERVACAO CEMITERIO
33412	13/07/2017	232,57	ANDREIA APARECIDA TADEU	CONTRIB.: 25428	CONSERVACAO CEMITERIO
33413	13/07/2017	147,85	ANTENOR GERALDO FILHO	CONTRIB.: 111339	CONSERVACAO CEMITERIO
33414	13/07/2017	70,33	ANTONIO BONFANTE	CONTRIB.: 22065	CONSERVACAO CEMITERIO
33415	13/07/2017	232,57	ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS	CONTRIB.: 107673	CONSERVACAO CEMITERIO
33416	13/07/2017	70,33	ANTONIO MANOEL PEREIRA	CONTRIB.: 2882	CONSERVACAO CEMITERIO
33417	13/07/2017	232,57	ARCISO FRANCISCO CARDOSO	CONTRIB.: 26743	CONSERVACAO CEMITERIO
33418	13/07/2017	232,57	ARLAN FERREIRA	CONTRIB.: 112188	CONSERVACAO CEMITERIO
33419	13/07/2017	70,33	ARLINDO WILLEMANN	CONTRIB.: 26400	CONSERVACAO CEMITERIO
33420	13/07/2017	70,33	CARLOS ALBERTO FIDENCIO	CONTRIB.: 113036	CONSERVACAO CEMITERIO
33421	13/07/2017	147,85	CELITO VITALI	CONTRIB.: 25471	CONSERVACAO CEMITERIO
33422	13/07/2017	232,57	CLAUDETE DOMINGOS	CONTRIB.: 113941	CONSERVACAO CEMITERIO
33423	13/07/2017	232,57	CLAUDIOMIR DE OLIVEIRA	CONTRIB.: 109952	CONSERVACAO CEMITERIO
33424	13/07/2017	232,57	CLAUDIONEI SATURNO	CONTRIB.: 107310	CONSERVACAO CEMITERIO
33425	13/07/2017	232,57	CLAUDIONOR DE OLIVEIRA (PSH)	CONTRIB.: 27466	CONSERVACAO CEMITERIO
33426	13/07/2017	147,85	CLEUNIR JOSÉ DA SILVA VIANA	CONTRIB.: 107390	CONSERVACAO CEMITERIO
33427	13/07/2017	147,85	DANIEL ANTONIO DE SOUZA	CONTRIB.: 23661	CONSERVACAO CEMITERIO
33429	13/07/2017	70,33	DENESIO RODRIGUES DE FIGUEI-REDO	CONTRIB.: 103745	CONSERVACAO CEMITERIO
33430	13/07/2017	70,33	DENILSON CARDOSO ALBANO	CONTRIB.: 122646	CONSERVACAO CEMITERIO
33431	13/07/2017	232,57	DILMA MARIA IZE	CONTRIB.: 27576	CONSERVACAO CEMITERIO
33432	13/07/2017	147,85	DONATO COLONETTI	CONTRIB.: 210	CONSERVACAO CEMITERIO
33433	13/07/2017	70,33	EDECIR ROCHA	CONTRIB.: 107345	CONSERVACAO CEMITERIO
33434	13/07/2017	232,57	EDEVALDO BATISTA SANGALETTI	CONTRIB.: 27169	CONSERVACAO CEMITERIO
33435	13/07/2017	232,57	EDI MARTINHO	CONTRIB.: 28522	CONSERVACAO CEMITERIO
33437	13/07/2017	70,33	EDSON COSTA	CONTRIB.: 473	CONSERVACAO CEMITERIO

33439	13/07/2017	147,85	ERCKSON DOS SANTOS	CONTRIB.: 27995	CONSERVACAO CEMITERIO
33440	13/07/2017	70,33	ESPOLIO DE MANOEL PRIMORIO MOTA	CONTRIB.: 2407	CONSERVACAO CEMITERIO
33441	13/07/2017	232,57	ESPOLIO DE VIVIANE FELIX VAZ FRANCO	CONTRIB.: 103877	CONSERVACAO CEMITERIO
33442	13/07/2017	147,85	EUCLIDES ANTONIO CARLOS	CONTRIB.: 1498	CONSERVACAO CEMITERIO
33445	13/07/2017	70,33	EVERALDO FERNANDES	CONTRIB.: 2681	CONSERVACAO CEMITERIO
33446	13/07/2017	147,85	EVERSON MARTINS SOUZA	CONTRIB.: 104012	CONSERVACAO CEMITERIO
33447	13/07/2017	232,57	FABRICIO DELFINO	CONTRIB.: 25862	CONSERVACAO CEMITERIO
33448	13/07/2017	232,57	FLAVIO DONISETTE FAGUNDES DA SILVA	CONTRIB.: 10077	CONSERVACAO CEMITERIO
33449	13/07/2017	70,33	FRANCISCO DE ASSIS	CONTRIB.: 10041	CONSERVACAO CEMITERIO
33450	13/07/2017	232,57	FRANCISCO DUMINELLI	CONTRIB.: 33693	CONSERVACAO CEMITERIO
33451	13/07/2017	147,85	GENTIL DE SOUZA MOTA	CONTRIB.: 28896	CONSERVACAO CEMITERIO
33452	13/07/2017	232,57	GILMAR CONCATTO DA SILVA	CONTRIB.: 104944	CONSERVACAO CEMITERIO
33453	13/07/2017	232,57	GILSON CARDOZO JOAQUIM	CONTRIB.: 22000	CONSERVACAO CEMITERIO
33454	13/07/2017	70,33	GRAZIELA MASSUCHETTI VAILATE	CONTRIB.: 116827	CONSERVACAO CEMITERIO
33456	13/07/2017	147,85	IDAIR CARPES DOS SANTOS	CONTRIB.: 120206	CONSERVACAO CEMITERIO
33457	13/07/2017	232,57	INEZ MACHADO	CONTRIB.: 115771	CONSERVACAO CEMITERIO
33458	13/07/2017	232,57	ISMAEL DOS SANTOS	CONTRIB.: 29174	CONSERVACAO CEMITERIO
33459	13/07/2017	70,33	ITAMAR DA SILVA BRIGIDO	CONTRIB.: 105789	CONSERVACAO CEMITERIO
33460	13/07/2017	70,33	IVONE FONTOURA	CONTRIB.: 2714	CONSERVACAO CEMITERIO
33461	13/07/2017	232,57	JACQUELINE SILVEIRA MAGNUS	CONTRIB.: 27964	CONSERVACAO CEMITERIO
33462	13/07/2017	70,33	JADER BAESSO HOMEM	CONTRIB.: 103675	CONSERVACAO CEMITERIO
33463	13/07/2017	147,85	JAIR MACHADO COSTA	CONTRIB.: 28904	CONSERVACAO CEMITERIO
33467	13/07/2017	232,57	JESUS MIGUEL GONÇALVES	CONTRIB.: 111157	CONSERVACAO CEMITERIO
33468	13/07/2017	232,57	JOAO ADEMIR SALINAS DE SOUSA	CONTRIB.: 110345	CONSERVACAO CEMITERIO
33469	13/07/2017	232,57	JOAO ANTONIO DO COUTO BRUM	CONTRIB.: 27555	CONSERVACAO CEMITERIO
33470	13/07/2017	232,57	JOAO ARCENO MARTINS	CONTRIB.: 116830	CONSERVACAO CEMITERIO
33471	13/07/2017	70,33	JOAO CARLOS MOTTA	CONTRIB.: 113868	CONSERVACAO CEMITERIO
33472	13/07/2017	70,33	JOAO MARCOS GOULARTE CLEMENTE	CONTRIB.: 111351	CONSERVACAO CEMITERIO
33474	13/07/2017	70,33	JORGE DIAS SOBRINHO	CONTRIB.: 27929	CONSERVACAO CEMITERIO
33475	13/07/2017	147,85	JOSE APARECIDO COUTINHO	CONTRIB.: 26659	CONSERVACAO CEMITERIO
33476	13/07/2017	70,33	JOSE FERNANDES	CONTRIB.: 115788	CONSERVACAO CEMITERIO
33477	13/07/2017	147,85	JOSE ITAMAR BORGES	CONTRIB.: 104569	CONSERVACAO CEMITERIO
33478	13/07/2017	70,33	JOSE SERAFIM	CONTRIB.: 103986	CONSERVACAO CEMITERIO
33480	13/07/2017	70,33	JUAREZ PADILHA DORVALINO	CONTRIB.: 121206	CONSERVACAO CEMITERIO
33481	13/07/2017	70,33	KELLY WARMLING	CONTRIB.: 28480	CONSERVACAO CEMITERIO
33483	13/07/2017	147,85	LAURENTINA MICHELS	CONTRIB.: 782	CONSERVACAO CEMITERIO
33484	13/07/2017	464,83	LEONOR LANA DA SILVA	CONTRIB.: 112779	CONSERVACAO CEMITERIO
33485	13/07/2017	70,33	LINDOSMAR CARDOSO	CONTRIB.: 104168	CONSERVACAO CEMITERIO
33486	13/07/2017	147,85	LUCIANA BERNADETE DE BRITOS	CONTRIB.: 126939	CONSERVACAO CEMITERIO
33488	13/07/2017	70,33	LUCINEI BORGES NAZARIO	CONTRIB.: 104670	CONSERVACAO CEMITERIO
33489	13/07/2017	147,85	LUIS JOAO DA LUZ	CONTRIB.: 1607	CONSERVACAO CEMITERIO
33490	13/07/2017	70,33	LUIZ FIGUEREDO	CONTRIB.: 110053	CONSERVACAO CEMITERIO
33491	13/07/2017	147,85	MANOEL NAZARIO DA SILVA	CONTRIB.: 290	CONSERVACAO CEMITERIO
33492	13/07/2017	147,85	MANOEL SERAFIM DA SILVA	CONTRIB.: 2798	CONSERVACAO CEMITERIO
33493	13/07/2017	147,85	MARCIA ROSANE MACHADO CRESCENCIO	CONTRIB.: 26318	CONSERVACAO CEMITERIO
33494	13/07/2017	147,85	MARCIO BRIZOLA PORFIRIO	CONTRIB.: 105870	CONSERVACAO CEMITERIO
33495	13/07/2017	70,33	MARCIO DA COSTA CAMPANA	CONTRIB.: 106946	CONSERVACAO CEMITERIO

33496	13/07/2017	77,52	MARGARETE DOMINGOS	CONTRIB.: 27319	CONSERVACAO CEMITERIO
33497	13/07/2017	232,57	MARIA BERNADETE MIGUEL PACHECO	CONTRIB.: 23673	CONSERVACAO CEMITERIO
33498	13/07/2017	232,57	MARIA DAS GRACAS LUIZ DA SILVA	CONTRIB.: 28657	CONSERVACAO CEMITERIO
33499	13/07/2017	232,57	MARIA DE FATIMA STEINBACH DA SILVA	CONTRIB.: 707	CONSERVACAO CEMITERIO
33500	13/07/2017	70,33	MARIA DE LOURDES MARIANO PINHEIRO	CONTRIB.: 2939	CONSERVACAO CEMITERIO
33501	13/07/2017	70,33	MARIA LUCIA JOSE DE SOUZA	CONTRIB.: 122195	CONSERVACAO CEMITERIO
33502	13/07/2017	70,33	MARIA ODALEA EVANGELISTA OLIVEIRA	CONTRIB.: 132821	CONSERVACAO CEMITERIO
33503	13/07/2017	70,33	MARISA DA ROSA	CONTRIB.: 29154	CONSERVACAO CEMITERIO
33504	13/07/2017	147,85	MARLENE GONCALVES PEDRO	CONTRIB.: 27837	CONSERVACAO CEMITERIO
33505	13/07/2017	232,57	MAYCON KURTZ DUMINELLI	CONTRIB.: 28999	CONSERVACAO CEMITERIO
33506	13/07/2017	77,52	MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA	CONTRIB.: 1	CONSERVACAO CEMITERIO
33508	13/07/2017	147,85	NATALINA ALVES	CONTRIB.: 109009	CONSERVACAO CEMITERIO
33509	13/07/2017	147,85	NEIVA DE SOUZA	CONTRIB.: 105776	CONSERVACAO CEMITERIO
33510	13/07/2017	232,57	NELSON LUIZ LOSSO	CONTRIB.: 10435	CONSERVACAO CEMITERIO
33511	13/07/2017	232,57	NELSON LUKASEWICZ	CONTRIB.: 2832	CONSERVACAO CEMITERIO
33512	13/07/2017	147,85	NICANOR KUPINSKI	CONTRIB.: 27565	CONSERVACAO CEMITERIO
33515	13/07/2017	70,33	NORBERTO FERRARI	CONTRIB.: 2813	CONSERVACAO CEMITERIO
33516	13/07/2017	147,85	OLIMPIO MILANEZ ALBINO	CONTRIB.: 109029	CONSERVACAO CEMITERIO
33517	13/07/2017	147,85	ONEIDE ROCHA NAZARIO	CONTRIB.: 109423	CONSERVACAO CEMITERIO
33519	13/07/2017	70,33	PAULO LAURINDO	CONTRIB.: 115844	CONSERVACAO CEMITERIO
33521	13/07/2017	147,85	PAULO SERGIO DA SILVA	CONTRIB.: 28985	CONSERVACAO CEMITERIO
33522	13/07/2017	232,57	PEDRO CHAVES GUIMARAES	CONTRIB.: 25789	CONSERVACAO CEMITERIO
33523	13/07/2017	147,85	PEDRO MODOLON BRESSAN	CONTRIB.: 3178	CONSERVACAO CEMITERIO
33526	13/07/2017	232,57	RAQUEL ORLANDO CONSTANTINO	CONTRIB.: 104000	CONSERVACAO CEMITERIO
33527	13/07/2017	232,57	ROBERTO MONTEIRO	CONTRIB.: 113489	CONSERVACAO CEMITERIO
33528	13/07/2017	70,33	ROBSON FRANCELINO BARROS	CONTRIB.: 104107	CONSERVACAO CEMITERIO
33529	13/07/2017	70,33	RODRIGO BENEDET	CONTRIB.: 128215	CONSERVACAO CEMITERIO
33530	13/07/2017	70,33	RODRIGO DE LEAO LAURINDO	CONTRIB.: 131749	CONSERVACAO CEMITERIO
33531	13/07/2017	147,85	ROSA MACHADO	CONTRIB.: 10276	CONSERVACAO CEMITERIO
33532	13/07/2017	70,33	ROSA MARCELINO MOTTA	CONTRIB.: 34247	CONSERVACAO CEMITERIO
33533	13/07/2017	70,33	ROSANE ROAS SESSI	CONTRIB.: 28582	CONSERVACAO CEMITERIO
33534	13/07/2017	147,85	ROSELI PEREIRA MACHADO	CONTRIB.: 114258	CONSERVACAO CEMITERIO
33535	13/07/2017	232,57	SALATIEL TORRES DOS SANTOS	CONTRIB.: 507	CONSERVACAO CEMITERIO
33536	13/07/2017	232,57	SALDEZIR TROCATI LAURINDO	CONTRIB.: 25889	CONSERVACAO CEMITERIO
33537	13/07/2017	70,33	SEBASTIAO DA SILVA	CONTRIB.: 814	CONSERVACAO CEMITERIO
33538	13/07/2017	70,33	SELESNIR WERNKE	CONTRIB.: 103872	CONSERVACAO CEMITERIO
33539	13/07/2017	70,33	SERGIO LUIZ MONTEIRO	CONTRIB.: 27743	CONSERVACAO CEMITERIO
33540	13/07/2017	232,57	SEVERINO DE ALMEIDA	CONTRIB.: 22130	CONSERVACAO CEMITERIO
33541	13/07/2017	147,85	SIDNEI DA ROCHA	CONTRIB.: 105881	CONSERVACAO CEMITERIO
33542	13/07/2017	70,33	SILVINO ANTONIO PRAVATO	CONTRIB.: 35318	CONSERVACAO CEMITERIO
33543	13/07/2017	232,57	SIMONE FERNANDES DE SOUZA	CONTRIB.: 110292	CONSERVACAO CEMITERIO
33544	13/07/2017	232,57	SOLANGE MARIA DE MATTOS	CONTRIB.: 106590	CONSERVACAO CEMITERIO
33545	13/07/2017	147,85	SONIA CARDOSO PEREIRA	CONTRIB.: 34914	CONSERVACAO CEMITERIO
33547	13/07/2017	147,85	SUSANA DE SOUZA	CONTRIB.: 121268	CONSERVACAO CEMITERIO
33548	13/07/2017	70,33	TEREZINHA IVONE DIAS FIGUE-REDO	CONTRIB.: 113727	CONSERVACAO CEMITERIO
33550	13/07/2017	70,33	VALDEMIR MELLO DOS SANTOS	CONTRIB.: 117183	CONSERVACAO CEMITERIO
33551	13/07/2017	70,33	VALDIR ANTONIO DIAS	CONTRIB.: 27991	CONSERVACAO CEMITERIO

33552	13/07/2017	147,85	VALDIR HILDEBRANDO LEANDRO	CONTRIB.: 114797	CONSERVACAO CEMITERIO
33553	13/07/2017	232,57	VALDIR RODRIGUES	CONTRIB.: 35669	CONSERVACAO CEMITERIO
33555	13/07/2017	147,85	VALMIR RODRIGUES	CONTRIB.: 127696	CONSERVACAO CEMITERIO
33556	13/07/2017	70,33	VITALINA DA SILVA FABER	CONTRIB.: 104083	CONSERVACAO CEMITERIO

Forquilha/SC, 09 de Agosto de 2017.

Ademir Brandieli Pedro

Secretário de Administração e Finanças.

ATA 02 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/PMF/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA CNPJ: 81.531.162/0001-58 AVENIDA 25 DE JULHO, 3.400 C.E.P.: 88850-000 - Forquilha - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 89/2017 - PR
	Processo Administrativo: 89/2017 Processo de Licitação: 89/2017 Data do Processo: 23/06/2017

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE PREGÃO**Número da ATA: 2/2017 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de pastas e bolsas para os profissionais da Rede Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZESSETE A COMISSÃO DE PREGÃO RECEBEU DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A RESPOSTA QUANTO A REPROVAÇÃO DA AMOSTRA APRESENTADA PELA EMPRESA VENEZA BRINDES PARA O ITEM 01. FOI RECEBIDO TAMBÉM DO PREFEITO MUNICIPAL O TERMO DE REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO EMITIDA PARA O ITEM 01 DESTA PROCESSO, RETORNANDO OS AUTOS A COMISSÃO DE PREGÃO. ISTO POSTO, A COMISSÃO DE PREGÃO DECIDE POR DAR CONTINUIDADE AOS TRÂMITES DO PROCESSO LICITATÓRIO COM BASE NAS INFORMAÇÕES RECEBIDAS. FICA MARCADA A REABERTURA DA SESSÃO PARA AS 14:00 HORAS DO DIA 11 DE AGOSTO DE 2017, NA SALA DE REUNIÕES DESTA MUNICIPALIDADE. A PRESENTE ATA SERÁ PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS (WWW.DIARIOMUNICIPAL.SC.GOV.BR). AS EMPRESAS LICITANTES SERÃO COMUNICADAS VIA E-MAIL DESTA DECISÃO. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, OS MEMBROS DA COMISSÃO DERAM POR ENCERRADA A REUNIÃO E ORDENARAM QUE SE LAVRASSE A PRESENTE ATA QUE, DEPOIS DE LIDA E APROVADA, SERÁ ASSINADA PELOS MEMBROS DA COMISSÃO.

Forquilha, 9 de Agosto de 2017

COMISSÃO:

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK	- - Pregoeiro(a)
KEND BERNARDO TROMBIM RAMPINELLI	- - MEMBRO DA COMISSÃO
FABIANA ROSA	- - MEMBRO DA COMISSÃO

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0083_2017 - PMF - RP 0060-2017 - DOM

Aviso do Pregão Presencial nº 0083/2017– PMF

Registro de Preço Nº 0060/2017

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de mobiliário e equipamentos e outros materiais para CEM – Centros de Educação Municipal e os CEI – Centros de Educação Infantis do Município e Secretaria Municipal de Educação, para o período de setembro a dezembro de 2017. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 23.08.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Fraiburgo (SC), 09 de agosto de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 25322017

PORTARIA Nº. 2532, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de ÉRICA PAULA MENEGAT ZINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 107.345.169-08, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 189 - 2017

DECRETO Nº 189, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
3.3.30.00 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Recurso 0.1.0205 (135)	R\$	60.000,00
TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4191915000500 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito – Polícia Militar	R\$	60.000,00
TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 09 DE AGOSTO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

Portaria nº 25332017

PORTARIA Nº. 2533, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ÉRICA PAULA MENEGAT ZINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 107.345.169-08, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de agosto de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério**PREFEITURA****EXTRATO - ATA Nº 08-2017 - PROCESSO LICIT. 19-2017 - PR 13-2017 - REGISTRO DE PREÇO 02-2017 - CONSBRITA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08 /2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017
REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Frei Rogério
CNPJ: 01.616.039/0001-09
Fornecedor: Consbrita Construtora de Obras Ltda
CNPJ: 06.099.082/0001-50

Objeto: A presente ata tem como objeto o registro de preços para aquisições futuras e de forma parcelada de pedra brita para uso do município de Frei Rogério.

Fornecedor: Consbrita Construtora de Obras Ltda						
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit. R\$	Qtde. Estimada de Consumo (Ton)
01	1	Ton.	Pedra brita – tipo bica corrida		37,00	2.000
02	1	Ton.	Pedra brita nº 1.		39,00	500
03	1	Ton.	Pedra brita nº 2.		37,00	500

Vigência: Início: 01/08/2017 Término: 31/12/2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

EXTRATO - ATA Nº 09-2017 - PROCESSO LICIT. 20-2017 - PR 14-2017 - REGISTRO DE PREÇO 03-2017 - LEÃO INDUSTRIAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09 /2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017
REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Frei Rogério
CNPJ: 01.616.039/0001-09
Fornecedor: Leão Industrial Construtora Ltda – ME
CNPJ: 07.302.396/0001-70

Objeto: A presente ATA tem por objeto o registro de preços visando futuras aquisições de tubos de concreto com bitolas diversas, com frete incluso até a sede do município, para manutenção das ruas e estradas vicinais do município de Frei Rogério de acordo com a necessidade.

Fornecedor: Leão Industrial Construtora Ltda – ME						
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit. R\$	Qtde. Estimada de Consumo (Und)
01	1	Und	Tubo de concreto armado c/ 1,00 mt e 2 trama de ferro com espessura mínima de parede de 80mm.	Leão	300,00	20
02	1	Und	Tubo de concreto d= 60, simples ps2, comprimento mínimo 100 cm espessura mínima de parede 55 mm.	Leão	63,00	200

Vigência: Início: 01/08/2017 Término: 01/07/2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

EXTRATO - ATA Nº 10-2017 - PROCESSO LICIT. 20-2017 - PR 14-2017 - REGISTRO DE PREÇO 03-2017 - ELIMAR ARTEFATOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10 /2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017
REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Frei Rogério
CNPJ: 01.616.039/0001-09
Fornecedor: Elimar Artefatos de Cimento Ltda - ME
CNPJ: 09.077.085/0001-80

Objeto: A presente ATA tem por objeto o registro de preços visando futuras aquisições de tubos de concreto com bitolas diversas, com frete incluso até a sede do município, para manutenção das ruas e estradas vicinais do município de Frei Rogério de acordo com a necessidade.

Fornecedor: Elimar Artefatos de Cimento Ltda - ME						
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit. R\$	Qtde. Estimada de Consumo (Und)
03	1	Und.	Tubo de concreto d= 40, simples ps2, comprimento mínimo 100 cm espessura mínima de parede 40 mm.	Concremais	34,99	200
04	1	Und.	Tubo de concreto d= 30, simples ps2, comprimento mínimo 100 cm espessura mínima de parede 30 mm.	Concremais	27,98	200

Vigência: Início: 01/08/2017 Término: 01/07/2018.
JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

LEIS 2017 - 879 A 880

LEI Nº 879/2017

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de GALVÃO, para os exercícios de 2018/2021 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta à judiciosa apreciação da Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de GALVÃO para o 2018/2021, em cumprimento ao disposto no Art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, as relativas aos Programas de duração continuada e demais ações de governo, estando expressas nos Anexos desta Lei.

Art. 2º. As Planilhas que compõem o Plano Plurianual representados nos Anexos referido no Art. 1º desta Lei, serão estruturadas em Função, Sub-função, Programas, Diagnósticos, Diretrizes, Objetivos, Ações, Tipo de ações (Projeto, Atividade, Operações Especiais), Produto, Unidade de Medida, Meta e indicação da Fonte de Recursos e seus detalhamentos.

Parágrafo Único. Para fins desta Lei considera-se:

I - Função - como função deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao Setor Público;

II - Sub-função - a sub-função representa uma partição da função, visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

IV - Diagnóstico - a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

V - Diretrizes - conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

VI - Objetivos - os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

VII - Ações - o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VIII - Tipo - projeto, atividade e operações especiais;

IX - Produto - os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

X - Unidade de Medida - identificação da unidade de medida a ser quantificadas nas metas;

XI - Metas - os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

XII - Fonte - identificação da origem dos recursos para financiar as ações de cada programa;

XIII - Detalhamento de Fonte - ultimo nível, sendo opcional, detalhando a fonte de recurso.

Art. 3º. Integrarão a presente Lei, Anexos, com a especificação dos programas, demonstrativo com as tabelas de identificação de Idusos, fontes de recursos, receitas primárias, receitas não primárias e detalhamento das fontes de recursos, e anexos com especificações das receitas e respectivas fontes com seus detalhamentos.

Art. 4º. A exclusão ou alteração de programas constantes desta

Lei, bem como a inclusão de novos programas, serão propostos pelo Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual ou Projeto de Lei específica.

Art. 5º. O Poder Executivo poderá executar total ou parcial as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º. A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programas.

Parágrafo Único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibiliza-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º. As ações serão identificadas em Tipo "0" (Zero) - Operações Especiais, Tipo "01" (Um)- Projeto e Tipo "02" (Dois) – Atividades.

Art. 8º. As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei, com as respectivas indicações das fontes de recursos e seus detalhamentos.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 10º. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir fontes de recursos dentro de cada programa do Plano Plurianual desde que estas modificações contribuam para a concretização da ação governamental.

Art. 11º. As receitas de Transferências de Capital da União e Estado, serão orçadas em cada Projeto com valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cada fonte e poderão ser suplementadas por ato próprio, utilizando o excesso de arrecadação quando no ingresso de recursos de convênios, ou provável excesso quando na assinatura do convênio, em função das incertezas e falta de planejamento dos órgãos repassadores e para não influenciar diretamente nas metas bimestrais de arrecadação.

Parágrafo Único. As metas fiscais de cada projeto e a indicação dos recursos próprios serão previstos pelo valor real e meta real.

Art. 12º. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 13º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Galvão-SC, 08 de agosto de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

LEI Nº 880/2017

Altera a Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, que autoriza o ingresso do Município de Galvão no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta à judiciosa apreciação da Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. A ementa da Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Galvão no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Art. 2º. O artigo 1º, da Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Galvão, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º. O artigo 2º, da Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005.

Art. 4º. Fica acrescido o artigo 3º, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

- I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;
- II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
- III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;
- IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;
- V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;
- VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e
- VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 5º. Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 6º. Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 7º. Fica acrescido o artigo 6º, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 8º. Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º. Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como

aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10º. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 11º. Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 12º. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de

Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13º. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 14º. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 15º. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 16º. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 17º. Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 18º. Fica acrescido o artigo 17, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 19º. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta

casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 20º. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 21º. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 22º. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 23º. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 24º. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 32

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 25º. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 759, de 18 de setembro de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 39

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 26º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Galvão-SC, 08 de agosto de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

PROCESSO DE LICITAÇÃO 052/2017

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 052/2017, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 018/2017, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 22 de agosto de 2017, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 10 de agosto de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE053/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 053/2017

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de execução indireta, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de Registro de preço para a contratação de empresa para impressão de carnês de IPTU, boletos de notificação de dívida e holerite de pagamento dos funcionários da Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 22/08/2017. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 22/08/2017, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 09 de Agosto de 2017.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TP004/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2017

Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de compensação de verbas indenizatórias. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 01 DOCUMENTAÇÃO e nº 02 PROPOSTA serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 25/08/2017. A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 25/08/2017, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados em www.garopaba.sc.gov.br e no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h00min às 18h00min.

Garopaba - SC, 09 de agosto de 2017.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 136/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 136/2017

FMS

Ata nº. 136/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: CENTERME-DI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 03.652.030/0001-70 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO,

DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 137/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 137/2017

FMS

Ata nº. 137/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 05.782.733/0001-49 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 138/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 138/2017

FMS

Ata nº. 138/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: DIMAS-TER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 02.520.829/0001-40 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 139/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 139/2017

FMS

Ata nº. 139/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, CNPJ nº 02.816.696/0001-54 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 140/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 140/2017

FMS

Ata nº. 140/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP, CNPJ nº 23.240.000/0001-64 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 141/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 141/2017

FMS

Ata nº. 141/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, CNPJ nº 44.734.671/0001-51 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 142/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 142/2017

FMS

Ata nº. 142/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: A. G. KIENEN & CIA LTDA, CNPJ nº 82.225.947/0001-65 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 143/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 143/2017

FMS

Ata nº. 143/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: ILG COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 20.657.155/0001-02 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 144/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 144/2017

FMS

Ata nº. 144/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP, CNPJ nº 21.515.353/0001-02 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 145/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 145/2017

FMS

Ata nº. 145/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, CNPJ nº 67.729.178/0004-91 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 146/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 146/2017

FMS

Ata nº. 146/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE - LTDA, CNPJ nº 10.749.915/0001-58 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 147/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 147/2017

FMS

Ata nº. 147/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 00.802.002/0001-02 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 148/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 148/2017

FMS

Ata nº. 148/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: MERCO SOLUÇÕES EM SAUDE, CNPJ nº 05.912.018/0001-83 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 149/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 149/2017

FMS

Ata nº. 149/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 09.192.829/0001-08 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 150/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 150/2017

FMS

Ata nº. 150/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: S & R DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 04.889.315/0001-92 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 151/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 151/2017

FMS

Ata nº. 151/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA -ME, CNPJ nº 12.889.035/0001-02 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 152/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 152/2017

FMS

Ata nº. 152/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 09.944.371/0001-04 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 153/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 153/2017

FMS

Ata nº. 153/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: PRATI DONADUZZI E CIA LTDA, CNPJ nº 73.856.593/0001-66 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 154/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 154/2017

FMS

Ata nº. 154/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 05.531.725/0001-20 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 155/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 155/2017

FMS

Ata nº. 155/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ nº 81.706.251/0001-98 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 156/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 156/2017

FMS

Ata nº. 156/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: M. U. BACKES E CIA LTDA ME, CNPJ nº 08.328.835/0001-87 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 157/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 157/2017

FMS

Ata nº. 157/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA Contratada: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA, CNPJ nº 49.324.221/0001-04 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 07/08/2017.

PORTARIA Nº. 975/2017

PORTARIA N.º 975, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA O ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº. 358, DE 11 DE MAIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ALTERAR o art. 1º. da Portaria nº. 358/2016, que passa a ter a seguinte redação: "Constituir Comissão formada pelos servidores: SIMONE VERA WOLFF, Coordenadora de Contratos e Patrimônio, RAFAEL TONVILDES DE ABREU, Coordenador de Estoque e Almocharifado, FERNANDO DA SILVA FERREIRA, Coordenador de Compras e EDER RODRIGUES DE SOUZA, Almocharife, para sob a presidência da primeira, avaliarem os Bens do Patrimônio Público Municipal, para fins de alienação."

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 977/2017

PORTARIA N.º 977, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, RONYE PAES, CPF n.º 888.034.229-00, das funções comissionadas do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 31 de agosto de 2017.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 31/08/2017, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 978/2017

PORTARIA N.º 978, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

FAZ CESSAR LICENÇA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, em 31/08/2017, LICENÇA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO, sem remuneração, nos termos do art. 40 da Lei nº 1000/2005, concedida ao servidor RONYE PAES, Técnico em Contabilidade, matrícula funcional nº 0720.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 31/08/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 980/2017

PORTARIA N.º 980, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica

Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, o Servidor EDINEI JOSÉ VIEIRA, Técnico em Contabilidade, CPF n.º 868.594.719-72, para responder interinamente e com ônus pelas atribuições do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 01/09/2017.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 01/09/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 981/2017

PORTARIA N.º 981, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR os membros da Comissão para elaboração do Plano Municipal de Saúde 2018/2021, formada pelos servidores municipais: MARIA GORETE BENDO MENDES, Coordenadora de Controle, Avaliação e Auditoria; GABRIELA RODRIGUES PEREIRA, Diretora da Atenção Básica; SILVIO CIPRIANO, Chefe de Setor de Apoio; TATIANE ROSA ÁVILA PACHECO, Secretária Municipal de Saúde, ALICE VERECHUKI GARCIA RIBEIRO DA SILVA, Nutricionista; ADRIANE DOS SANTOS, Secretária e FÁBIO DE SOUZA, Contador, para, sob a presidência da primeira, compor equipe de trabalho e cumprir o cronograma de atividades e elaborar o Plano Municipal de Saúde de Garopaba 2018/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 19 DE 09 DE AGOSTO DE 2017**

RESOLUÇÃO Nº 19 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

"APROVA AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIÊNCIAS".

SÉRGIO LUIZ GONÇALVES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município de Garopaba, que o Plenário aprovou e eu Presidente promulgo a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de julho de 2017 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 09 de agosto de 2017.

Sérgio Luiz Gonçalves

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos nove dias do mês de agosto de 2017.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho
Secretário

DOM RGF ANEXO 1_2015

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.548.527,19	0,00
Pessoal Ativo	1.548.527,19	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.548.527,19	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL
	50.565.905,03	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.548.527,19	3,06
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.033.954,30	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.882.256,59	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.730.558,87	5,40
FONTE:		

DOM RGF ANEXO 2_2015

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	593,33	8.732,61	86.241,27	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	593,33	8.732,61	86.241,27	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Excoeto Precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-593,33	-8.732,61	-86.241,27	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]				
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]				0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	147,07	42.664,94	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	190.527,14	102.706,93	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	593,33	191,55	191,55	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

DOM RGF ANEXO 3_2015

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015			R\$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (I)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (V)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:					
FONTE:					

DOM RGF ANEXO 4_2015

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

DOM RGF ANEXO 5_2015

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras	(e)			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

DOM RGF ANEXO 6_2015

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		50.565.905,03	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		1.548.527,19	3,06
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		3.033.954,30	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		2.882.256,59	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		11.124.499,11	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		8.090.544,80	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		3.539.613,35	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		0,00	0,00

FONTE:

Garuva

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 006/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 006/2017

Processo PMG nº 026/2017 – Pregão

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: Eletro Comercial Energiluz Ltda

CNPJ: 09.008.659/0001-69

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de lâmpadas e luminárias da rede de iluminação pública municipal, de acordo com o termo de referência anexo.

VIGÊNCIA: 14/08/2017 a 13/08/2018

VALOR: R\$ 1.427.179,38 (hum milhão, quatrocentos e vinte e sete mil, cento e setenta e nove reais e trinta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 007/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 007/2017

Processo PMG nº 026/2017 – Pregão

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: Instaladora elétrica Guaramirim Ltda - EPP

CNPJ: 11.114.924/0001-35

OBJETO: Contratação de empresa especializada para instalação das lâmpadas e luminárias, descarte de lâmpadas, levantamento e inventário georreferenciado, em toda extensão do Município de Garuva, de acordo com o termo de referência anexo.

VIGÊNCIA: 14/08/2017 a 13/08/2018

VALOR: R\$ 113.399,93 (cento e treze mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos).

DATA DA ASSINATURA: 09/08/2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 222/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR SECRETARIA DA FAZENDA DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	AUTO DE INFRAÇÃO Nº222/2017 Data Expedição: 22/07/2017
PENALIDADE PECUNIÁRIA POR INFRAÇÃO À OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA	

Contribuinte: ESTRUTURAL EIRELLI - EPP			
Endereço: Rua Luiz Franzoi, 2180 - Gaspar Endereço corresp.: Rua Prof. Ondino Geraldino da Silva, 90 – Itajaí - SC			Fone:
Bairro: Margem esquerda		Município: Gaspar	UF: SC
Inscrição Municipal: 10.886	CNPJ: 05.041.671/0001-14		

Descrição da Infração

1) Por deixar de exibir livros, fornecer documentos ou informações ou outros elementos, quando solicitados pelo fisco. 2) Por deixar de declarar documento fiscal.

Histórico

1) Sob termo de intimação nº 088/2016 foi solicitado notas fiscal saída e de entrada, período junho de 2011 a dezembro de 2015. O "AR" foi recebido por Inês Tomazoni na data de 10/07/16. O prazo para atender a solicitação era de cinco dias. 2) Deixou de registrar notas fiscais de serviços tomados, inclusive sem o devido recolhimento.

Fundamentação Legal

INFRAÇÃO: artigo 242, da Lei Municipal 1.330/91 (CTM).
MULTA: artigo 107, inciso IV, alínea "b" e artigo 107, inciso II, alínea "d" c/c com o artigo 106 § 1º da Lei Municipal 1.330/91 (CTM).

Montante	R\$	UFM
MULTA	1.049,20	10,00

Prazo: 20 (vinte) dias a contar da data do ciente para pagamento integral ou reclamação.

Local para pagamento: Secretaria da Fazenda – Departamento de Tributação.

Local para reclamação: Secretaria da Fazenda – Departamento de Tributação.

Findo o prazo supracitado o montante devido será inscrito em dívida ativa para competente cobrança judicial.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO		AUTORIDADE FISCAL
Nome:		Gelásio Hames Fiscal de tributos Matricula 3918
Cargo:	CPF:	
Declaro que recebi 2ª via do presente termo nesta data.		
Data:	Assinatura:	

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços nº 08/2017

OBJETO: reforma da cobertura do CDI Ivan Carlos Duarte. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 29/08/2017. ABERTURA: dia 29/08/2017 às 09h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras, R: São Pedro, 128, Centro, Gaspar/SC, ou site www.gaspar.sc.gov.br Gaspar(SC), 09/08/2017. Zilma Mônica Sansão Benevenuti - Secretária de Educação

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 144/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza e vigilância para utilização no 1º Festival de Inverno do Vale da Cerveja. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 23/08/2017, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 09/08/2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2017

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 146/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2017

OBJETO: Aquisição de Estrutura para Eventos para utilização no 1º Festival de Inverno do Vale da Cerveja que acontece no dia 26 de Agosto no Município de Gaspar/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 22/08/2017, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 09/08/2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.608, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.608, DE 03 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES PARA EXERCEREM CARGOS EM COMISSÃO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, a partir de 04 de agosto de 2017, conforme a Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017, os servidores abaixo designados, para o exercício de cargos em comissão no Poder Executivo do Município de Gaspar:

I – Lotados na Secretaria de Planejamento Territorial:

a) ELIZANDRO LOURENCO RUIVO, inscrito no CPF sob o nº 086.931.639-73, Diretor de Habitação, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;

b) GELASIO VALMOR MULLER, inscrito no CPF sob o nº 291.299.239-72, Diretor de Circulação Viária, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;

c) GUSTAVO LINDNER FOPPA, servidor efetivo, inscrito no CPF sob o nº 076.170.149-45, Diretor de Cadastro e Geoprocessamento, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;

d) RAFAEL ANDRADE WEBER, inscrito no CPF sob o nº 004.483.350-42, Superintendente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ref. 70 com carga horária de 40 horas semanais;

e) RAPHAEL DE GASPERI XAVIER DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 309.585.778-03, Diretor do Meio Ambiente, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais; e

f) RONALD WELTER, inscrito no CPF sob o nº 086.582.379-07, Coordenador-Geral do Meio Ambiente, ref. 50, com carga horária de 40 horas semanais.

II– Lotados na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:

a) ADALBERTO DA COSTA, inscrito no CPF sob o nº 382.244.969-53, Coordenador de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais;

b) AMAURI BORNHAUSEN, servidor efetivo, inscrito no CPF sob o nº 633.023.069-20, Diretor de Obras, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;

c) ARMANDO BARON, inscrito no CPF sob o nº 019.763.909-74, Coordenador de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais;

d) JOEL DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 532.655.729-00 Coordenador de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais;

e) JOSIELI CRISTINA CASANOVA, inscrita no CPF sob o nº 010.179.209-31, Diretora Administrativa, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;

f) JULIO CESAR OLIVEIRA DE MATOS, inscrito no CPF sob o nº 346.624.518-41, Coordenador de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais;

g) MAURICIO JOSE DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 480.646.889-49 Coordenador-Geral Oficina ref. 50, com carga horária de 40 horas semanais;

h) OSNILDO MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº 543.061.089-53, Diretor de Cemitério, ref.55, com carga horária de 40 horas semanais;

i) OZEIAS CARDOSO MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº 005.263.899-58 Coordenador- Geral de Almoxarifado, ref. 50, com carga horária de 40 horas semanais;

j) SOLANO FRANCISCO PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 448.280.559-91 Diretor de Serviços Gerais, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais; e

k) VALDEMAR CUNICO, inscrito no CPF sob o nº 868.498.679-20, Coordenador de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais.

III – Lotados na Secretaria de Educação:

a) CRISTIANE LUCIANO CORRÊA, servidora efetiva, inscrita no CPF

sob o nº 005.315.569-64, Diretora-Geral Pedagógica, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;

b) LUCIA KISTNER, inscrita no CPF sob o nº 482.981.159-53, Diretor Adjunto, ref. 45, com carga horária de 40 horas semanais;

c) MARIO SERGIO CRESPI, servidor efetivo, inscrito no CPF sob o nº 817.128.559-72, Diretor de Alimentação Escolar, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;

d) MARLI IRACEMA SONTAG, inscrita no CPF sob o nº 903.000.259-04, Diretor Adjunto, ref. 45, com carga horária de 40 horas semanais;

e) RENATO DA COSTA BRAMBILLA, inscrito no CPF sob o nº 007.894.369-81, Diretor Administrativo, ref.55, com carga horária de 40 horas semanais;

f) SANDRA MARA HOSTINS, servidora efetiva, inscrita no CPF sob

o nº 461.116.979-00, Assessora Administrativa, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;

g) SILVIA RAQUEL SCHREIBER BONIATI, servidora efetiva, inscrita no CPF sob o nº 003.127.150-21, Diretora de Educação Especial, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais; e

h) VALÉRIA TERESINHA SCHMITT DA CRUZ, inscrita no CPF sob o nº 505.930.139-72, Diretora-Geral administrativa, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de agosto de 2017.

Gaspar, 03 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

NOTIFICAÇÃO Nº 229/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR SECRETARIA DA FAZENDA DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	NOTIFICAÇÃO Nº 229/2017 Data Exp.: 27/06/2017
LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	

Contribuinte Tomador: ESTRUTURAL EIRELLI - EPP			
Endereço: Rua Luiz Franzoi, 2180 - Gaspar		Fone: (47)	
Bairro: Margem Esquerda		Município: Gaspar	UF: SC
Inscrição Municipal: 10.886	CNPJ: 05.041.671/0001-14	Atividade: Industria	

Descrição do Tributo

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN - recolhimento devido pelo tomador.

Histórico

Lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, não retido pelo tomador dos serviços, ano 2012, apurado sobre a receita bruta nota fiscal nº 52 e 59 (Quelsat), 56 (Eletro refrigeração), 647, 715 e 831 (All brilho).

Fundamentação Legal

INCIDÊNCIA: artigo 78, 209, 211, 211A, 212, 213, 213A, 214, 216A, 217, 217ª, 218, 219A e 219B itens 7.10, 14.01, 14.06 da Lista de Serviços da Lei Municipal 1.330/91 (CTM))
INFRAÇÃO: artigo 103, II, 'a' da Lei Municipal 1.330/91 (CTM)
COR. MON.: artigo 115 da Lei Municipal 1.330/91 (CTM)
JUROS: artigo 70 da Lei Municipal 1.330/91 (CTM)
MULTA: artigo 103, II, 'a' da Lei Municipal 1.330/91 (CTM)

Prazo: 20 dias a contar da data do ciente para pagamento integral, pedido de parcelamento ou reclamação. Local para pagamento: Secretaria da Fazenda – Departamento de Tributação. Local para reclamação: Secretaria da Fazenda – Departamento de Tributação. Findo o prazo supracitado o montante devido será inscrito em dívida ativa para competente cobrança judicial. Pagamento à vista, antes do recurso de 1ª instância desconto de 50% da multa, 20 dias após a decisão de 1ª instância desconto 25% da multa e 20 dias após decisão em 2ª instância 12,5% da multa.	Montante:	R\$ 960,00
	ISSQN	28,80
	Correção Monetária	12,43
	Juros	25,61
	Multa	12,37
	TOTAL	79,21

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO		AUTORIDADE FISCAL
Nome:		Gelásio Hames Fiscal de Tributos Matricula 3918
Cargo:	CPF:	
Declaro que recebi 2ª via da presente notificação nesta data.		
Data:	Assinatura:	

Anexos desta Notificação

Est-2012

NOTIFICAÇÃO Nº 230/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR SECRETARIA DA FAZENDA DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	NOTIFICAÇÃO Nº 230/2017 Data Exp.: 27/06/2017
LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	

Contribuinte Tomador: ESTRUTURAL EIRELLI - EPP			
Endereço: Rua Luiz Franzoi, 2180		Fone: (47)	
Bairro: Margem Esquerda	Município: Gaspar		UF: SC
Inscrição Municipal: 10.886	CNPJ: 05.041.671/0001-14	Atividade: Industria	

Descrição do Tributo

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN - recolhimento devido pelo tomador.

Histórico

Lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, não retido pelo tomador dos serviços, ano 2013, apurado sobre a receita bruta nota fiscal nº 3121 (J.A.Martin); 120 (Alexandre); 1139, 1148, 1355, 1429, 1495, 1570, 1631, 1735, 1870,1960 (All brilho).

Fundamentação Legal

INCIDÊNCIA: artigo 209, 211, 211A, 212, 213, 213A, 214, 216A, 217, 217ª, 218, 219A e 219B itens 7.10, 11.04 e14.06 da Lista de Serviços da Lei Municipal 1.330/91 (CTM))
INFRAÇÃO: artigo 103, II, 'a' da Lei Municipal 1.330/91 (CTM)
COR. MON.: artigo 115 da Lei Municipal 1.330/91 (CTM)
JUROS: artigo 70 da Lei Municipal 1.330/91 (CTM)
MULTA: artigo 103, II, 'a' da Lei Municipal 1.330/91 (CTM)

Prazo: 20 dias a contar da data do ciente para pagamento integral, pedido de parcelamento ou reclamação. Local para pagamento: Secretaria da Fazenda – Departamento de Tributação. Local para reclamação: Secretaria da Fazenda – Departamento de Tributação. Findo o prazo supracitado o montante devido será inscrito em dívida ativa para competente cobrança judicial. Pagamento à vista, antes do recurso de 1ª instância desconto de 50% da multa, 20 dias após a decisão de 1ª instância desconto 25% da multa e 20 dias após decisão em 2ª instância 12,5% da multa.	Montante:	R\$ 2.437,50
	ISSQN	73,13
	Correção Monetária	23,12
	Juros	44,07
	Multa	28,90
	TOTAL	169,22

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO		AUTORIDADE FISCAL
Nome:		Gelásio Hames Fiscal de Tributos Matricula 3918
Cargo:	CPF:	
Declaro que recebi 2ª via da presente notificação nesta data.		
Data:	Assinatura:	

Anexos desta Notificação

Est-2013

NOTIFICAÇÃO Nº 231/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR SECRETARIA DA FAZENDA DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	NOTIFICAÇÃO Nº 231/2017 Data Exp.: 27/06/2017
LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	

Contribuinte Tomador: ESTRUTURAL EIRELLI - EPP			
Endereço: Rua Luiz Franzoi, 2180		Fone: (47)	
Bairro: Margem Esquerda	Município: Gaspar		UF: SC
Inscrição Municipal: 10.886	CNPJ: 05.041.671/0001-14	Atividade: Industria	

Descrição do Tributo

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN - recolhimento devido pelo tomador.

Histórico

Lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, não retido pelo tomador dos serviços, ano 2013, apurado sobre a receita bruta da notas fiscais nº 2620 (All brilho).

Fundamentação Legal

INCIDÊNCIA: artigo 209, 211, 211A, 212, 213, 213A, 214, 216A, 217, 217ª, 218, 219A e 219B item 7.10 da Lista de Serviços da Lei Municipal 1.330/91 (CTM))
INFRAÇÃO: artigo 103, II, 'a' da Lei Municipal 1.330/91 (CTM)
COR. MON.: artigo 115 da Lei Municipal 1.330/91 (CTM)
JUROS: artigo 70 da Lei Municipal 1.330/91 (CTM)
MULTA: artigo 103, II, 'a' da Lei Municipal 1.330/91 (CTM)

Prazo: 20 dias a contar da data do ciente para pagamento integral, pedido de parcelamento ou reclamação. Local para pagamento: Secretaria da Fazenda – Departamento de Tributação. Local para reclamação: Secretaria da Fazenda – Departamento de Tributação. Findo o prazo supracitado o montante devido será inscrito em dívida ativa para competente cobrança judicial. Pagamento à vista, antes do recurso de 1ª instância desconto de 50% da multa, 20 dias após a decisão de 1ª instância desconto 25% da multa e 20 dias após decisão em 2ª instância 12,5% da multa.	Montante:	R\$ 170,00
	ISSQN	5,10
	Correção Monetária	0,98
	Juros	1,82
	Multa	1,82
	TOTAL	9,72

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO		AUTORIDADE FISCAL
Nome:		Gelásio Hames Fiscal de Tributos Matricula 3918
Cargo:	CPF:	
Declaro que recebi 2ª via da presente notificação nesta data.		
Data:	Assinatura:	

Anexos desta Notificação

Est-2014

PARECER FISCAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 288.2016

Parecer Fiscal

Empresa: ESTRUTURAL EIRELLI - EPP
Endereço: Rua Luiz Franzoi, 2180
I. Munic: 10.886
Assunto: Baixa cadastral
Proc. Adm.: 288/2016

No dia seis de julho de 2016, sob protocolo 4730/2016, foi apresentada a este departamento, pedido de Baixa da empresa. Juntamente com o pedido, foram apresentadas FIC devidamente preenchida e 7ª alteração contratual.

Sob análise, foi constatado que a empresa tem como endereço a rua Professor Ondino Geraldino da Silva, nº 90 na cidade de Itajaí - SC, conforme consta na 7ª alteração contratual (fls 05).

Para prosseguimento da baixa foi solicitado, sob termo nº 088/2016, cópia de notas fiscais saídas e entrada período junho de 2011 a dezembro de 2015 (fls 13)

Os documentos, referente 2011 a dezembro de 2012, foram entregues intempestivamente na data de 27 de outubro de 2016 juntamente com requerimento para análise de pagamentos e 8ª alteração contratual (fls 20 e 21)

Os documentos, referente janeiro 2013 a outubro de 2015, entregues na data de 22 de fevereiro de 2017 (fls 20).

Após análise, foi constatado que as notas fiscais saída foram emitidas sem o destaque o ICMS. Foram declaradas no PGDAS.

Sob termo de intimação 079/2017 foi solicitado atualizar os dados na PGDAS-D das notas referente serviços. Constatado valores inferiores ao faturado. Quanto a este quesito foi entregue "totalizador de lançamentos" os quais conferem com a declaração (fls 75 a 87).

Quanto as notas fiscais de serviços tomados, há notas sem a devida retenção (fls 137), inclusive sem a devida declaração conforme determina a lei municipal 3441/2009.(fls 114 a 136)

Para tanto é emitido auto de infração e notificações fiscais.

Por último, OPINO pela baixa da empresa após quitação do auto de infração e das notificações.

Gaspar/SC, 28 de junho de 2017.

Gelásio Hames
Fiscal de tributos

PORTARIA RH 46/2017

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 46/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) MICHEL MARCELO LONGO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, referente ao período aquisitivo de 30/03/2009 a 08/04/2014, devendo folgar a partir de 17/08/2017 a 14/11/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

SAMAE - GASPAR

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2017 - SAMAE**E X T R A T O**

DISPENSA DE LICITAÇÃO 27/2017

OBJETO: Prestação de serviços de remoção e recolocação com fornecimento de bomba no Poço Artesiano no Bairro: Macuco – ETA VI.

CONTRATADO: NASATTO SER. E COM. LTDA., (11.069.461/0001-37).

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 7.902,40 (sete mil novecentos e dois reais e quarenta centavos).

DATA VIGÊNCIA: 08/08/2017

DATA VENCIMENTO: 08/09/2017

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 08 de agosto de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2017 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017

=====

Número do contrato: 14/2017

Data vigência: 07/08/2017

Data vencimento: 31/12/2017

Número da Licitação: 26/2017- Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CONAGUA CONSULTORIA E SANEAMENTO EIRELI (23.955.190/0001-04)

Objeto: Elaboração de projeto executivo de um reservatório de concreto armado junto a ETA V.

Valor de R\$ 13.100,00 (treze mil e cem reais).

=====

Gaspar (SC), em 07 de agosto de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

PORTARIA N.110 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 110 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 7º, inciso III, da Lei Municipal nº 3.146 de 15 de outubro de 2009, e considerando o Regimento Interno da Autarquia (Aprovado pelo Decreto nº 1.588 de 30 de agosto de 2006), e diante da necessidade de reordenar as atividades técnico-operacionais no âmbito desta Autarquia em razão da superveniência da sua nova estrutura administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º - Considerando o advento da nova estrutura administrativa do SAMAE, criada através da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017.

Art. 2º - Considerando que, em razão da promulgação da lei citada no artigo 1º existe a necessidade de se delimitar a estruturação da subordinação dos cargos que perfazem a estrutura em questão.

Art. 3º - Fica estabelecido que os cargos abaixo elencados estão subordinados à Diretoria Administrativa, conforme organograma da nova estrutura administrativa do SAMAE, quais sejam:

- Chefia de Frota
- Encarregado de Sistemas Administrativos
- Chefia de Almoxarifado
- Fiscal de Saneamento
- Agente de Serviços Especializados
- Operador de Sistema
- Telefonista
- Agente de Serviços Gerais

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 09 de agosto de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente do SAMAE

Gravatal

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 195

DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

“ALTERA A REDAÇÃO DAS LEIS COMPLEMENTARES Nº. 160/2013, DE 04/04/2013 E 194/2017, DE 08/03/2017, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GRAVATAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Altera a numeração dos artigos 18 a 24, do Capítulo IX, da Lei Complementar nº. 160/2013, ficando renumerados com a numeração de 21 a 27.

Art. 2º. Altera o Capítulo IX, da Lei Complementar nº. 160/2013, passando os artigos 18 a 20, a tratar da Concessão de Função Gratificada, aos servidores de provimento de cargo efetivo, de acordo com o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal:

Art. 18. Aos servidores de cargos de provimento efetivo que desempenharem função ou outros encargos de especial responsabilidade ou maior complexidade técnica ou administrativa que não justifiquem a criação de cargos específicos, atendendo ao princípio da economicidade, poderão obter, a critério e por ato do Presidente da Câmara, função gratificada enquanto perdurar o desempenho das referidas funções ou encargos.

Parágrafo Único. A gratificação da função ou encargo tratada no caput do presente artigo denominada Função Gratificada (FG), cujos valores fixos são apresentados no Anexo VI da presente Lei Complementar e, em nenhuma hipótese será incorporada ao vencimento ou remuneração do servidor, não podendo ser percebida cumulativamente com outra gratificação de igual finalidade.

Art. 19. Não será concedida Função Gratificada a funcionário em alcance, desvio, em licença por qualquer motivo, no exercício de cargo eletivo, os que percebem a remuneração nos casos de acúmulo de cargos públicos, permitidos em Lei, aos que cumpram penalidade em decorrência de processo administrativo.

Art. 20. As funções gratificadas destinadas e exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, a serem livremente concedidas e destituídas por ato do Presidente da Câmara, destinam-se a direção, chefia e assessoramento.

§ 1º O servidor que fizer jus a função gratificada, deverá perceber todas as vantagens do cargo que ocupa acrescida do valor correspondente a gratificação, que se dará por valor fixo sobre os vencimentos do cargo.

§ 2º É vedado atribuir a função gratificada, tratada no presente artigo, única e exclusivamente pelo exercício das atividades inerentes ao cargo de carreira do servidor.

§ 3º É vedada a percepção simultânea de gratificação de função com a remuneração de cargo em comissão ou com outra função gratificada.

Art. 3º. O artigo 1º, da Lei Complementar nº 194/2017, que se refere aos Cargos de Provimento em Comissão, Grupo – Direção e Assessoramento Superior (DAS), terá em sua composição a seguinte redação:

ANEXO IV

NOMINATA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO R\$
01	Chefe de Gabinete	4.393,35
01	Assessor Legislativo	3.870,33
01	Secretária Geral	2.824,30
02	Agente Parlamentar	1.778,26
01	Assessor de Comunicação	1.778,26

Art. 4º. Acrescenta o Anexo VI, para determinar a função gratificada para ocupantes de cargos de provimento efetivo, na forma do artigo 37, inciso V, da Constituição Federal:

ANEXO VI

FUNÇÃO GRATIFICADA - FG

Nível	Quantidade	Valor R\$
FG 1	1	200,00
FG 2	1	300,00
FG 3	1	400,00

Art. 5º. Acrescenta o Anexo VII, para determinar as atribuições específicas dos cargos em comissão:

ANEXO VII

ATRIBUIÇÕES

GRUPO – DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR (DAS)	
NOME DO CARGO	ATRIBUIÇÕES

Agente Parlamentar	Atendimento ao cidadão que procurar o Vereador para reivindicar ações da Administração, colaborar na elaboração de requerimentos e outras proposições sugeridas pelo cidadão, para que componha a pauta das sessões, sempre a mando do Vereador. Elaborar agendas de Vereadores, marcar compromisso, acompanhar Vereadores em visita a comunidade, registrar as demandas, lavar atas de reuniões nas comunidades, fazer gravações de audiências, marcar audiências, desenvolver atividades subalternas, fazer pesquisas legislativas, entregar correspondências e notificações, notificar os Vereadores relativos as sessões extraordinárias e comemorativas, pessoalmente ou outros meios, distribuir, panfletos, convites e convocações, reproduzir material, encadernar, manter a boa ordem e organização do acervo documental da Câmara de Vereadores.
Assessor Legislativo	Cargo de assessoramento do Presidente da Câmara e da Mesa Diretora, escolhido entre brasileiro, com graduação superior em curso de administração, direito, economia, com mais de 21 anos. Compete: a) descrição sintética: prestar consultoria e assessoramento ao Presidente, Mesa Diretora e demais vereadores; b) descrição analítica: elaborar pareceres fundamentados; sugerir a Mesa Diretora alterações na legislação pertinente aos servidores públicos municipais, de modo a ajustá-las ao interesse público; opinar, previamente, sobre a legalidade e a forma dos editais e outros atos convocatórios de licitações, bem como dos contratos, consórcios e convênios; elaborar pareceres em processos administrativos sobre servidores públicos; opinar previamente às decisões do Presidente nos processos que tratem de direitos, deveres, disciplina, vantagens e prerrogativas dos servidores públicos municipais; assistir a Câmara Municipal de Gravatal em qualquer ato; elaborar, redigir, estudar e examinar anteprojetos de lei, decretos e regulamentos, assim como elaborar minutas de contratos, escrituras, convênios e de quaisquer outros atos; conduzir veículos automotores quando necessário.
Assessor de Comunicação	Cargo de assessoramento do Presidente da Câmara de Vereadores, escolhido entre brasileiros com mais de 21 anos. Compete: a) descrição sintética: planejar, coordenar, organizar, orientar, controlar, executar e normatizar a política de comunicação social da Câmara Municipal de Gravatal, objetivando a uniformização dos conceitos e procedimentos de comunicação; b) descrição analítica: executar as atividades de comunicação social da Câmara Municipal; coordenar os serviços terceirizados de pesquisas, assessoria de imprensa, publicidade e propaganda; coordenar as atividades de comunicação social dos órgãos e entidades públicas da Câmara Municipal de Gravatal, centralizando a orientação das assessorias de imprensa dos órgãos e entidades públicas da Administração; promover a divulgação de atos e atividades da Gestão; promover, através da imprensa, a divulgação de projetos de interesse da Câmara; coordenar o relacionamento da imprensa com o Prefeito, os Secretários Municipais e demais autoridades da Administração do Município; manter arquivo de notícias e comentários da imprensa do Estado sobre as atividades da Câmara, para fins de consulta e estudo; coordenar a divulgação de notícias sobre a Administração na internet, através do portal oficial da Câmara Municipal de Gravatal; produzir as matérias a serem veiculadas, responsabilizando-se pela autoria de seu conteúdo; conduzir veículos automotores quando necessário.
Chefe de Gabinete	Cargo de assessoramento do Presidente da Câmara de Vereadores, escolhido entre brasileiros com mais de 21 anos. Compete: a) Coordenar as atividades administrativas e legislativas do gabinete do Presidente e da Mesa Diretora, realizando as tarefas pertinentes e distribuindo-as aos demais cargos do Gabinete; b) Supervisionar ou elaborar projetos, indicações, proposições, emendas e demais atos inerentes ao processo legislativo; c) Coordenar o atendimento aos munícipes e reivindicações da sociedade em geral, prestando assessoria ao Presidente e demais vereadores na organização e funcionamento do gabinete; d) Assessorar o Presidente e demais Vereadores em suas relações político-administrativas com a população, órgãos e entidades públicas e privadas; e) Assessorar a elaboração da agenda de compromissos e obrigações do Presidente; f) Organizar e manter atualizados os registros e controle pertinentes ao gabinete; g) Controlar os gastos do gabinete e zelar pela otimização dos recursos fornecidos a Câmara; h) Assessorar, cumprir e fazer cumprir as normas legais, regulamentares e de controle interno; i) Exercer outras atividades correlatas. Conduzir veículos automotores quando necessário.
Secretária Geral	Cargo de assessoramento do Presidente da Câmara de Vereadores, escolhido entre brasileiros com mais de 21 anos. Compete: a) Auxiliar nos trabalhos e elaborar atas das reuniões das comissões permanentes, temporárias, especiais, parlamentares de inquérito e processante; b) Auxiliar nos trabalhos de pesquisa legislativa e na elaboração dos pareceres e demais atos das comissões permanentes; c) Manter-se informado a respeito das atividades desenvolvidas pelas comissões; d) Conferir e coletar assinaturas dos membros nos documentos afetos às comissões; e) Coordenar a preparação do cerimonial das sessões; f) colaborar na elaboração de requerimentos e outras proposições sugeridas pelo Vereador para que componha a pauta da sessões; g) Participar das sessões plenárias e congêneres, realizando leitura de atas, expediente e ordem do dia; h) Realizar operações básicas de microcomputador e atividades correlatas e alimentar o sistema de informática do departamento de suporte legislativo; i) Realizar outras tarefas correlatas ao cargo por iniciativa própria ou que lhe forem atribuídas por superior; j) Assessorar os vereadores, servidores e as comissões legislativas no que lhe couber; k) Atender ao público interno e externo; l) Elaborar e/ou digitar ofícios, atas, comunicados, relatórios, portarias, quadros demonstrativos e outros de interesse do legislativo; m) gerenciar o controle de frequência dos Vereadores e Funcionários, mantendo sob sua guarda, livros e/ou meios informatizados para comprovação; n) Efetuar a triagem de documentos, arquivá-los ou encaminhá-los às unidades competentes; o) Efetuar a publicidade dos atos administrativos da Câmara Municipal; p) Preparar documentos e relatórios referentes aos atos da Câmara; q) lavar termos de posse; r) secretariar a Câmara, digitando e redigindo expedientes relacionados às suas atividades; s) Executar outras atividades correlatas às acima descritas, a critério do superior imediato; t) Fazer acompanhar da legislação sobre execução orçamentária; controlar empenhos e anulação de empenhos; orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas; u) Elaborar demonstrações contábeis e a prestação de contas da Câmara Municipal e v) Prestar assessoria e preparar informações econômico-financeiras; utilizar recursos de informática; desempenhar outras tarefas afins. Conduzir veículos automotores quando necessário.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de Agosto de 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito De Gravatal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS PMGBA DE 105.2017.DOCX

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 105/2017
Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA
Contratada.: VANDRO CARDOSO EIRELI - ME
Valor : 6.299,00 (seis mil duzentos e noventa e nove reais)
Vigência : Início: 09/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 87/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (SOLVENTE, TINTA ESMALTE, ...) DESTINADOS PARA PINTURA INTERNA E EXTERNA DE PORTAS E JANELAS DO CENTRO DE MULTIPLO USO ANEXO À ESCOLA PADRE ALFREDO KASPER E MÃO DE OBRA PARA PINTURA INTERNA E EXTERNA DE PORTAS E JANELAS DO CENTRO DE MULTIPLO USO ANEXO À ESCOLA PADRE ALFREDO KASPER.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº 109.2017.DOCX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2017
PROCESSO Nº 109/2017 HOMOLOGAÇÃO: 09/08/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (SOLVENTE, TINTA ESMALTE, ...) DESTINADOS PARA PINTURA INTERNA E EXTERNA DE PORTAS E JANELAS DO CENTRO DE MULTIPLO USO ANEXO À ESCOLA PADRE ALFREDO KASPER E MÃO DE OBRA PARA PINTURA INTERNA E EXTERNA DE PORTAS E JANELAS DO CENTRO DE MULTIPLO USO ANEXO À ESCOLA PADRE ALFREDO KASPER.

CONTRATADO: VANDRO CARDOSO EIRELI - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.299,00 (seis mil duzentos e noventa e nove reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSOS FMAS Nº 18.2017.DOCX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017
PROCESSO Nº 18/2017 HOMOLOGAÇÃO: 09/08/2017
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DA CONFRATERNIZAÇÃO DOS GRUPOS DE IDOSOS DE GUARACIABA - SC, QUE OCORRERÁ NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2017, NAS DEPENDÊNCIAS DO CTG FRONTEIRA DO OESTE, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NO CRAS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DE LANCHES DESTINADOS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM O SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) E AS FAMÍLIAS DOS GRUPOS OFERTADOS PELO CRAS.

CONTRATADO: MERCADO GABBI LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 22.769,11 (vinte e dois mil setecentos e sessenta e nove reais e onze centavos)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 39,56 (trinta e nove reais e cinquenta e seis centavos)

RESOLUÇÃO Nº 0417- PLANO DE TRABALHO FEAS PARA FMAS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Guaraciaba
Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLUÇÃO Nº 04/17

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Guaraciaba/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Guaraciaba/SC, em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 04 de agosto de 2017, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a Lei Municipal nº 2.549, de 03 de julho de 2013 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o plano de trabalho que contempla a partilha de recursos, proveniente do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 24.324,32 (vinte e quatro mil, trezentos e vinte e quatro reais com trinta e dois centavos) referente ao ano de 2017, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba, 04 de agosto de 2017.

Jussara Scapin
Presidente do CMAS

Guaramirim

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PPA 2018/2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA PPA 2018 - 2021.

AUDIÊNCIA PÚBLICA da PPA – Plano Plurianual relativo ao Exercício de 2018 - 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM – SC.

Edital de convocação de Audiência Pública

LUIS ANTONIO CHIODINI, Prefeito do Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII do art.66 da lei Orgânica Municipal e demais disposições legais, CONVIDA todos os cidadãos residentes no Município de Guaramirim e Associações Representativas com sede no Município a participarem da Audiência Pública, onde será apresentada a PPA – Plano Plurianual relativo ao exercício de 2018 - 2021, que será realizada, no local e horário abaixo indicado.

I – OBJETO

Tornar público e dar amplo conhecimento aos habitantes de Guaramirim/SC, sobre a - PPA – Plano Plurianual relativo ao exercício de 2018 - 2021, do Município de Guaramirim.

II - LOCAL DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Local: Câmara de Vereadores de Guaramirim

Rua: 28 de agosto nº 2042 – Centro

Data: 23/08/2017

Horário: 18h

Guaramirim/SC, 08 de agosto de 2017.

Prefeito Municipal

Luís Antônio Chiodini

DECRETO Nº. 811/2017

DECRETO Nº. 811/2017

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

17 – Hospital Municipal Santo Antonio

17.001 - Hospital Municipal Santo Antonio

17.001.0010.0302.0006.2036 – Manutenção do Atendimento Hospitalar – HSA.

3339000000000000 – Aplicações Diretas

10200 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde R\$ 600.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo relacionados:

17 – Hospital Municipal Santo Antonio

17.001 - Hospital Municipal Santo Antonio

17.001.0010.0302.0006.2036 – Manutenção do Atendimento Hospitalar – HSA.

3319000000000000 – Aplicações Diretas

10200 Receitas de Impostos - Saúde R\$ 600.000,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de agosto de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

ERRATA DA AUDIENCIA PUBLICA LOA 2018

ERRATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2018

AUDIÊNCIA PÚBLICA AVALIAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM – SC.

Edital de Convocação de Audiência Pública

LUÍS ANTÔNIO CHIODINI, Prefeito do Município de Guaramirim. Estado de Santa Catarina, No uso das atribuições que lhe confere o inciso XII do art.66 da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais, CONVIDA todos os cidadãos residentes no Município de Guaramirim e Associações Representativas com sede no Município a participarem da Audiência Pública, onde será apresentada a Avaliação da LOA – Lei Orçamentária Anual relativo ao Exercício de 2018, que será realizada, no local e horário abaixo indicado.

I – OBJETO

Tornar público e dar amplo conhecimento aos habitantes de Guaramirim/SC, sobre a Avaliação da LOA – Lei Orçamentária Anual relativa ao Exercício de 2018, do Município de Guaramirim.

II – LOCAL DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Local: Câmara de Vereadores de Guaramirim

Rua: 28 de agosto nº 2042 – Centro

Data: 23/08/2017

Horário: 18h

Guaramirim/SC, 08 de agosto de 2017.

Luís Antônio Chiodini – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2017 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2017 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÃO DE OBRA EM MATERIAL RODANTE DE ESCAVADEIRA.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 120/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: MAIOCHI INSTALAÇÕES E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, com sede na Rodovia BR 280, Km 58, nº 13.354, Bairro Centro, Fone: (47) 3373-0198, em Guaramirim - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.328.414/0001-32.

Vigência: Início: 03/08/2017 Término: 02/08/2018.

Fornecedor: 66532 - MAIOCHI INST. MONT. MAQ. E EQUIP. LTDA						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	1000	HR	MAO DE OBRA ESPECIALIZADA EM MATERIAL RODANTE	MI	R\$ 73,00	R\$ 73.000,00
Total					R\$73.000,00	

Guaramirim (SC), 10 de agosto de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 155/2017 – PMG.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 155/2017 – PMG.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE LIVRO DE REGISTRO DE IDENTIDADE COM 500 PÁGINAS IMPRESSAS EM TAMANHO A3, CAPA DURA E COM GRAVAÇÃO DOURADA.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratados: CIMARDI ENCADERNAÇÃO LTDA - ME, sob o CNPJ nº 03.675.545/0001-96, estabelecida na Rua José Pavanello, nº 225, Bairro Ilha da Figueira, Jaraguá do Sul - SC.

Valor: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais).

Guaramirim (SC), 10 de agosto de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO 56/2017 – PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO 56/2017 – PMG

Dispensa de Licitação nº: 138/2017 – PMG
Contrato de Locação nº: 56/2017 - PMG
Modalidade: Dispensa de Licitação
Fundamento Legal: Artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93.
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA EXPEDICIONÁRIO OLÍMPIO JOSÉ BORGES, S/Nº, BAIRRO AVAÍ, PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLINHAS E REALIZAÇÃO DE JOGOS ESCOLARES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER.
Locador: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.
Locatário: SOCIEDADE AVAÍ ESPORTE CLUBE, inscrito no CPF sob nº 83.784.439/0001-80, estabelecido na Rua Expedicionário Olímpio José Borges, s/nº, bairro Avaí, Guaramirim (SC).

Valor: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
Data da Assinatura: 07/08/2017 Vigência: 06/08/2018

GUARAMIRIM (SC), 10/08/2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2016 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2016 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2016 – PMG

Modalidade: Tomada de Preços.
Objeto da Licitação: Contratação de empresa para a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para a pavimentação asfáltica do lote 4 (quatro) da rua Bananal do Sul, com extensão de 335 metros, através de repasse do Ministério das Cidades.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.
Contratada: Paviplan Pavimentação Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, nº 1720, bairro Figueirinha, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de valor em R\$ 15.131,82 (quinze mil cento e trinta e um reais e oitenta e dois centavos), o acréscimo do prazo de execução em 30 (trinta) dias e a prorrogação do prazo de vigência do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017.

Valor: R\$ 15.131,82 (quinze mil cento e trinta e um reais e oitenta e dois centavos).
Data da Assinatura: 31/07/2017 Vigência: 31/12/2017.

Guaramirim (SC), 9 de agosto de 2017.
Luiz Antonio Chiodini
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 448/2017

PORTARIA Nº. 448/2017

Concede licença maternidade para Keila Patricia dos Santos.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Keila Patricia dos Santos, Auxiliar de Setor, vinculada à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 09 de agosto de 2017, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de agosto de 2017.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 449/2017

PORTARIA Nº. 449/2017

Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Guaramirim - COMDEG.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com a Lei nº. 3913/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Guaramirim – COMDEG:

Representantes Governamentais

I – Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação:

- a) Titular: Leonardo Rodrigues;
- b) Suplente: Daniela Leuthauser;

II – Secretaria de Administração e Finanças:

- a) Titular: Jair Tomelin;
- b) Suplente: Ezequiel Ramalho Bezerra de Souza;

III – Secretaria de Educação:

- a) Titular: Eliani Gomes;
- b) Suplente: Tatiana Fernandes Guenther;

IV – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

- a) Titular: Vinicius Barbosa;
- b) Suplente: Bruna Eduarda Zopellaro;

V – Secretaria de Saúde:

- a) Titular: Denailde Santos Sa;
- b) Suplente: Celoi Ramos Ferreira;

VI – Secretaria de Infraestrutura:

- a) Titular: Marco Antônio Pereira de Souza;
- b) Suplente: Silvio Marcos da Silva;

Representantes não Governamentais

VII – APAE:

- a) Titular: Lucila Micheluzzi;
- b) Suplente: Noeli Lorenzi;

VIII – ADEFIG:

- a) Titular: Leandro de Sales Venâncio;
- b) Suplente: Denis Rocha da Costa;

IX – ACIAG:

- a) Titular: José Carlos Girolla;
- b) Suplente: Rogério Souza Silva;

X – SESI:

- a) Titular: Alana Indianara Conti;
- b) Suplente: Daren Vargas Basso de Souza;

XI – Representantes das pessoas com deficiência:

- a) Titular: Jessika do Rosário;
- b) Suplente: Clarice A. Nascimento;

XII – Representantes das pessoas com deficiência:

- a) Titular: Cidalia Auxiliadora Ugarte;
- b) Suplente: Valdelice Alves de Oliveira;

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 612/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de agosto de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**TERMO DE RETOMADA DE OBRA TOMADA DE PREÇOS
Nº 055/2016 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RETOMADA DE OBRA

A Prefeitura Municipal de Guaramirim, de acordo com o art. 26 da Lei nº 8.666/93, considerando que o projeto precisa passar por readequações técnicas por conta de uma solicitação de aditivo, e considerando que tal readequação necessita de reapreciação pelo agente financeiro, conforme expresso no Parecer Técnico sobre Aditivo de Obra, de 15 de março de 2017 (fl. 226), DETERMINA A RETOMADA dos serviços da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, nº 1720, bairro Figueirinha, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, referente à obra de asfaltamento do lote 4 (quatro) da Rua Bananal do Sul, objeto da Tomada de Preços nº 55/2016 – PMG, e formalizada pelo Contrato nº 15/2016 – PMG, a partir da data de ciência desta Ordem.

Após 137 (cento e trinta e sete) dias de paralisação da obra, conforme Termo de Suspensão da Obra, datado de 16 de março de 2017 e recebido no mesmo dia (fl. 229), o prazo de execução da obra finaliza-se no dia 1º de agosto de 2017, que será devidamente aditado para a execução do projeto complementar que motivou a paralisação da mesma.

Guaramirim (SC), 31 de julho de 2017.

PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Luiz Antonio Chiodini

RECEBIDO em 31 de julho de 2017.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

CNPJ nº 03.620.927/0001-12

Guatambú

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 67-2017 CT 27-2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 67/2017.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO,

CONTRATO N. 27/2016.

(Prazo – Implantação – Valores)

MUNICÍPIO DE GUATAMBU, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 95.990.206/0001-12, com sede na Rua Manoel Rolim de Moura, 825, na cidade de Guatambu, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF/MF sob o n. 543.458.339-04, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa DUETO TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Pernambuco, Sala 202/206, Centro, do Município de Porto Alegre – RS, CEP: 90240-001, neste ato por seu representante legal Sr. RAFAEL MARIO SEBBEM, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF sob o nº 641.074.180-49, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem por mutua vontade celebrar o TERMO ADITIVO Nº 67, mediante sujeição às seguintes cláusulas contratuais.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato de TERMO ADITIVO promoverá alterações no prazo originalmente estabelecido, incluirá novos serviços indispensáveis para otimização dos trabalhos, bem como procederá regulamentação de inclusão, instalação e valores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Em acordo, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência originalmente estabelecido, passando sua vigência dentro do seguinte NOVO PERÍODO: De 02/08/2017 à 31/12/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA IMPLANTAÇÃO E DOS CUSTOS

Ficam inclusos ao contrato original os seguintes módulos:

1. MÓDULO PRONIN GP – CONCURSO PÚBLICO: Implantação e instalação gratuitas. Não ensejará mensalidade. TOTALMENTE GRATUITO.
2. MÓDULO COBRANÇA REGISTRADA: Implantação e instalação com valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais). Mensalidade no montante de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais), que ficam acrescidos ao valor originário.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste termo aditivo na imprensa oficial (DOM), que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Aplicar-se-á o Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), em razão da periodicidade de 01 (um) ano, conforme cláusula originária DO PAGAMENTO E REAJUSTES 5.2, com fulcro no artigo 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Conforme exposto, passa a vigorar com o seguinte valor mensal R\$ 8.362,00 (oito mil trezentos e sessenta e dois reais), eis que atualizado e corrigido.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário, celebrado em 21 de julho de 2016, com vigência à contar de 01 de agosto de 2016, permanecem inalterados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó-SC, para dirimir quaisquer outras questões fundada no presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo n. 67 ao Contrato Originário N. 27/2016, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

GUATAMBU, 31 de julho de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

GUATAMBU - SC

RAFAEL MARIO SEBBEM

DUETO TECNOLOGIA

CONTRATADA

Testemunhas:

1.
CPF:

2.
CPF:

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1116/2017

PORTARIA Nº 1116/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor SIDMAR PIOVESAN DO PRADO (Matr. 4674), a partir de 09 de agosto de 2017, aprovado e classificado em 2º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, prorrogado pelo Decreto Nº 3.562/2016, de 04 de agosto de 2016, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas I, Nível – 7, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Agricultura. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1117/2017

PORTARIA Nº 1117/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor DENIS HENRIQUE BARROS DOS SANTOS (Matr. 4427), a partir de 09 de agosto de 2017, o qual ocupa o Cargo em Provimento em Comissão de Coordenador da Junta do Serviço Militar, Nível - DAS-3 , 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO

Contratação de empresa especializada em cessão de direito de uso (locação) de sistemas integrados de gestão pública, com acesso

simultâneo e sem limitação a número de usuários para uso da Administração Pública Municipal, incluindo Prefeitura Municipal, Fundos Municipais, Instituto de Previdência e Câmara de Vereadores do município de Herval d'Oeste.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 09:00 horas do dia 22/08/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006,

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 08 de agosto de 2017.

AMÉRICO LORINI

PREFEITO MUNICIPAL

REVOGAÇÃO PREGÃO Nº 023/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

REVOGAÇÃO DE PREGÃO Nº 023/2017

OBJETO

Registro de Preços para a eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e materiais originais para os veículos, máquinas e equipamentos da frota da Administração Municipal pelo período de 12 meses.

Tendo em vista orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, quanto a forma de licitação do objeto em questão, determino ao setor competente que efetue o desmembramento do presente processo de Pregão Presencial, efetuando uma licitação para a mão de obra e outra para o fornecimento de peças. Retifique-se as informações do técnicas do Termo de Referência. Revogue-se o presente processo, e autue-se dois novos processos.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se

Herval d'Oeste (SC), 07 de agosto de 2017.

AMÉRICO LORINI

PREFEITO MUNICIPAL

Ibiam**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO 047 - LUCAS VIECELI**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 054/2017

PREGÃO PRESENCIAL No 029/2017

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. IVANIR ZANIN, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, LUCAS VIECELI EIRELI - ME, CNPJ 27.137.152/0001-97 pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Avenida Marechal Castelo Branco nº 1642, neste ato representado pelo Sr. Lucas Vieceli, CPF 070.707.539-42, RG 5.615.890, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 054/2017 e Pregão Presencial nº 029/2017, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 029/2017, homologado em 02 de agosto de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática, implantação de Active Directory, suporte à servidores, serviços de instalação e configuração de software, pontos de acesso sem fio, roteadores, switch, estações de trabalho, gerenciador de Backup web das informações e suporte técnico, bem como atualizar o site do município conforme necessidade da Adm.

Item	Unid.	Qtdade	Objeto	Valor máximo para Cotação
1	01		Contratação de Serviços Especializados em Implantação de Active Directory	R\$ 2.487,00
2	MENSAL	05	Contratação de empresa para Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática, implantação de Active Directory, suporte à servidores, serviços de instalação e configuração de software, pontos de acesso sem fio, roteadores, switch, estações de trabalho, gerenciador de Backup web das informações e suporte técnico, bem como atualizar o site do município conforme necessidade da Adm.	R\$ 835,60 por mês
Total Geral				R\$ 6.665,00

1.3 Os serviços a serem contratados consistem em Reparos físicos em computadores em impressoras, nobreaks, formatações de computadores, instalações de aplicativos e sistemas, cabeamentos, configurações de estações de trabalho, instalações de redes novas, manutenções de redes de acesso a internet, servidores de dados, manutenção em ramais telefônicos, gerenciamentos de senhas de usuários de acesso via remoto, etc.

1.4 A prestação de serviços será realizada na Prefeitura Municipal, Unidade Básica de Saúde, CRAS, Creche Municipal, Centro Educacional Eliziane Titon, Agricultura, Transportes e Obras (garagem) e na sede do contratado (se necessário) entre outros que a administração julgar necessário, sem adicionais de valores.

1.5 Estão excluídos dos valores mensais os materiais necessários ao cumprimento do objeto deste contrato, devendo a administração municipal disponibilizá-los, sendo que a administração reserve-se o direito de adquiri-los onde julgar melhor.

1.6 Os serviços serão executados de forma parcelada, com objetivo de atender os interesses da Administração Pública.

1.7 A Proponente vencedora, terá que cumprir carga horária de 8 horas semanais, sendo programado com a empresa o horário mais adequado, a critério da administração.

1.8 A forma de prestação dos serviços será de acordo com os critérios criados pela contratante.

1.9 Os usuários do serviço deverão ser preparados tecnicamente para executar os serviços necessários e acessar as informações sem a obrigatoriedade da interferência e ou ajuda da equipe técnica da contratada sem qualquer custo adicional à contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A (o) CONTRATADA (a) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço GLOBAL de R\$ 6.665,00 (seis mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02- Chefia do executivo;

Unidade Orçamentária: 0203 - Secretária de Administração e Fazenda;

Atividade: 2018 – Manutenção das atividades administrativas;

Reduzido: 13;

Detalhamento: 339039050000 – serviços técnicos profissionais;

Órgão: 03 – Fundos Municipais

Atividade: 2039 – Manutenção das atividades da saúde;

Reduzido: 10

Detalhamento: 339039050000 – serviços técnicos profissionais;

Órgão: 02- Chefia do executivo;

Unidade Orçamentária: 06 - Secretaria de Educação

Atividade: 2026 – Manutenção das atividades do ensino fundamental;

Reduzido: 79

Detalhamento: 339039050000 – serviços técnicos profissionais;

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Os atrasos na execução dos serviços somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiam e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: e compras@ibiam.sc.gov.br. O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 2989/2017. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável.

10.2 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico /financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular a Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA QUINTA: VIGÊNCIA

Este contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até o dia 29/12/2017.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III - O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

CLÁUSULA SETIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 029/2017, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

16.1 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do

seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5(cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.3 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

16.5 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste pregão, a Prefeitura Municipal de Ibiá, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

I – advertência escrita;

II – Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

III – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal 185/2011 do Orçamento do exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

Entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

A dissolução da empresa;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VINCULAÇÃO E DA PÚBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 029/2017, Processo Licitatório nº 054/2017, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores,

Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 02 de agosto de 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

LUCAS VIECELI EIRELI - ME
CNPJ: 27.137.152/0001-97
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luciane Renata Baseggio
CPF: 049.256.219-98

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.409-30

RAFAEL GONZATTO ARALDI
Advogado – OAB/SC 32.184

PORTARIA 266 - INFORMATICA

PORTARIA Nº 266, DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 029/2017 E ADJUDICA O OBJETO Á EMPRESA VENCEDORA

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 029/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a contratação de empresa para Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática, implantação de Active Directory, suporte à servidores, serviços de instalação e configuração de software, pontos de acesso sem fio, roteadores, switch, estações de trabalho, gerenciador de Backup web das informações e suporte técnico, bem como, atualizar o site do município conforme as necessidades da Adm, e adjudica o objeto licitado à empresa: LUCAS VIECELI EIRELI - ME, inscrita no CNPJ 27.137.152/0001-97, pelo preço total de R\$ 6.665,00 (seis mil, seiscentos e sessenta e cinco reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 1/2017 CIRURGIA DE CATARATAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2017

EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 1/2017

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, no uso de suas atribuições legais, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, representado pelo Sr. Irineu Tressoldi, em conformidade com o art. 25 da Lei 8.666/93, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, torna público que se encontra aberto o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE CATARATAS, a partir do dia 09 de Agosto de 2017, junto ao setor de compras e licitação da prefeitura municipal de Ibicaré, rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE CATARATAS, SENDO COMTEMPLADO A AVALIAÇÃO PRÉ-OPERATORIO, PRÉ-ANESTÉSICO E PÓS-OPERATÓRIA, ALÉM DE EXAMES NECESSÁRIOS PARA CONFIRMAÇÃO DO DIAGNOSTICO.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: empenho@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 09 de agosto de 2017

IRINEU TRESSOLDI

Gestor Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 060-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Contrato nº 060/2017

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 32/2017, Pregão nº 22/2017/PM conforme Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 com aplicação subsidiária da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993

OBJETO: contratação de serviços especializados para a realização de Concurso Público e Teste Seletivo para a admissão de servidores de provimento efetivo e temporário para preenchimento de vagas na Administração Pública Municipal.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADO: GEORGE ALMEIDA -ME

VALOR GLOBAL: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 90 dias podendo ser prorrogado.

Ibicaré, SC, aos 09 de agosto de 2017.

Gianfranco Volpato

Prefeito

PORTARIA 187/2017

PORTARIA Nº 187 de 26 de julho de 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 27 e o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré, Lei Complementar nº 010, de 25 de novembro de 2009, Lei Complementar nº 036 de 08 de junho de 2016 e Lei Complementar nº 037 de 05 de outubro de 2016, com base no Decreto nº 010 de 01 de fevereiro

de 2017 referente homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2016 e a fim de cumprir a determinação judicial exarada na Ação Civil Pública nº 0900085-79.2015.8.24.0037

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o servidor VANESSA KLEIN, brasileira, solteira, nascida no dia vinte e cinco do mês de março de 1.991, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche e Pré-Escola, classe "A", Anexo V – Quadro de Cargos, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Grupo de Funções de Suporte Pedagógico do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 26 de julho de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA 188/2017

PORTARIA Nº 188 de 26 de julho de 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 27 e o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré, Lei Complementar nº 010, de 25 de novembro de 2009, Lei Complementar nº 036 de 08 de junho de 2016 e Lei Complementar nº 037 de 05 de outubro de 2016, com base no Decreto nº 010 de 01 de fevereiro de 2017 referente homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2016 e a fim de cumprir a determinação judicial exarada na Ação Civil Pública nº 0900085-79.2015.8.24.0037

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o servidor JOSIANO GUILHERME PUHLE, brasileiro, solteiro, nascido no dia quatro do mês de novembro de 1.998, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche e Pré-Escola, classe "A", Anexo V – Quadro de Cargos, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Grupo de Funções de Suporte Pedagógico do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 26 de julho de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA 189/2017

PORTARIA Nº 189 de 26 de julho de 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 27 e o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré, Lei

Complementar nº 010, de 25 de novembro de 2009, Lei Complementar nº 036 de 08 de junho de 2016 e Lei Complementar nº 037 de 05 de outubro de 2016, com base no Decreto nº 010 de 01 de fevereiro de 2017 referente homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2016 e a fim de cumprir a determinação judicial exarada na Ação Civil Pública nº 0900085-79.2015.8.24.0037

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o servidor SIBIELA BLANGIE COSSUL, brasileira, solteira, nascida no dia vinte e um do mês de agosto de 1.997, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche e Pré-Escola, classe "A", Anexo V – Quadro de Cargos, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Grupo de Funções de Suporte Pedagógico do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 26 de julho de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA 190/2017

PORTARIA Nº 190 de 26 de julho de 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 27 e o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré, Lei Complementar nº 010, de 25 de novembro de 2009, Lei Complementar nº 036 de 08 de junho de 2016 e Lei Complementar nº 037 de 05 de outubro de 2016, com base no Decreto nº 010 de 01 de fevereiro de 2017 referente homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2016 e a fim de cumprir a determinação judicial exarada na Ação Civil Pública nº 0900085-79.2015.8.24.0037

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o servidor TEREZINHA SALETE PESSIN GUIDIO, brasileira, casada, nascida no dia oito do mês de outubro de 1.968, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche e Pré-Escola, classe "A", Anexo V – Quadro de Cargos, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Grupo de Funções de Suporte Pedagógico do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 26 de julho de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA 191/2017

PORTARIA Nº 191 de 26 de julho de 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 27 e o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré, Lei Complementar nº 010, de 25 de novembro de 2009, Lei Complementar nº 036 de 08 de junho de 2016 e Lei Complementar nº 037 de 05 de outubro de 2016, com base no Decreto nº 010 de 01 de fevereiro de 2017 referente homologação do resultado do Concurso Público

nº 001/2016 e a fim de cumprir a determinação judicial exarada na Ação Civil Pública nº 0900085-79.2015.8.24.0037

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o servidor ROBERTA SCHLINDWEIN CAVALHEIRO DE JESUS, brasileira, casada, nascida no dia onze do mês de junho de 1.987, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche e Pré-Escola, classe "A", Anexo V – Quadro de Cargos, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Grupo de Funções de Suporte Pedagógico do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 26 de julho de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA 192/2017

PORTARIA Nº 192 de 26 de julho de 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 27 e o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré, Lei Complementar nº 010, de 25 de novembro de 2009, Lei Complementar nº 036 de 08 de junho de 2016 e Lei Complementar nº 037 de 05 de outubro de 2016, com base no Decreto nº 010 de 01 de fevereiro de 2017 referente homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2016 e a fim de cumprir a determinação judicial exarada na Ação Civil Pública nº 0900085-79.2015.8.24.0037

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o servidor ANA PAULA SOUSA SPIER, brasileira, casada, nascida no dia doze do mês de abril de 1.983, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil em Creche e Pré-Escola, nível II, classe "A", Anexo V – Quadro de Cargos, Nível Inicial, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 26 de julho de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA 193/2017

PORTARIA Nº 193 de 26 de julho de 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 27 e o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré, Lei Complementar nº 010, de 25 de novembro de 2009, Lei Complementar nº 036 de 08 de junho de 2016 e Lei Complementar nº 037 de 05 de outubro de 2016, com base no Decreto nº 010 de 01 de fevereiro de 2017 referente homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2016 e a fim de cumprir a determinação judicial exarada na Ação Civil Pública nº 0900085-79.2015.8.24.0037

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o servidor PRISCILLA NUNES, brasileira, solteira, nascida no dia vinte e sete do mês de abril de 1.990, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil em Creche e Pré-Escola, nível II, classe "A", Anexo V – Quadro de Cargos, Nível Inicial, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 26 de julho de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 194/2017

PORTARIA Nº 194 de 31 de julho de 2017.
CONVOCA PARA RETORNO IMEDIATO DAS FÉRIAS REGULAMENTARES O SERVIDOR QUE MENCIONA

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, e artigo 55 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000
RESOLVE:

Art. 1º. CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, por motivo de superior interesse público, interrompendo o gozo das férias regulamentares a contar do dia 31 de julho de 2017, do servidor MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade II, nível 17, classe "R", Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo IV – Atividades Técnicas Profissionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. O saldo remanescente das férias, serão gozadas posteriormente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 31 de julho de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 195/2017

PORTARIA Nº 195 de 31 de julho de 2017.
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com a legislação em vigor e cumprindo a determinação judicial exarada na Ação Civil Pública nº 0900085-79.2015.8.24.0037
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o servidor BRUNA REGINA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento temporário de Atendente de Creche e Pré-Escola, classe "A", Anexo V – Quadro de Cargos, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Grupo de Funções de Suporte Pedagógico do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 31 de julho de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 196/2017

PORTARIA Nº 196 de 31 de julho de 2017.
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com a legislação em vigor e cumprindo a determinação judicial exarada na Ação Civil Pública nº 0900085-79.2015.8.24.0037
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o servidor ALICE FÁTIMA BOTH, ocupante do cargo de provimento temporário de Atendente de Creche e Pré-Escola, classe "A", Anexo V – Quadro de Cargos, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Grupo de Funções de Suporte Pedagógico do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 31 de julho de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 197/2017

PORTARIA Nº 197 de 31 de julho de 2017.
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com a legislação em vigor e cumprindo a determinação judicial exarada na Ação Civil Pública nº 0900085-79.2015.8.24.0037
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o servidor MARIELE HEINEMANN, ocupante do cargo de provimento temporário de Atendente de Creche e Pré-Escola, classe "A", Anexo V – Quadro de Cargos, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Grupo de Funções de Suporte Pedagógico do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 31 de julho de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 198/2017

PORTARIA Nº 198 de 31 de julho de 2017.
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO.

No uso de suas atribuições, de conformidade com a legislação em vigor e cumprindo a determinação judicial exarada na Ação Civil Pública nº 0900085-79.2015.8.24.0037
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o servidor MARIA APARECIDA PATZLAFF, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor de Educação

Infantil em Creche e Pré-Escola, nível II, classe "A", Anexo V – Quadro de Cargos, Nível Inicial, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 31 de julho de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 199/2017

PORTARIA Nº 199 de 31 de julho de 2017.
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO.

No uso de suas atribuições, de conformidade com a legislação em vigor e cumprindo a determinação judicial exarada na Ação Civil Pública nº 0900085-79.2015.8.24.0037

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o servidor MONICA OLIVEIRA DE DEUS DUREGGER, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor de Educação Infantil em Creche e Pré-Escola, nível II, classe "A", Anexo V – Quadro de Cargos, Nível Inicial, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 31 de julho de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 200/2017

PORTARIA Nº 200 de 31 de julho de 2017.
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 27 e o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré, Lei Complementar nº 010, de 25 de novembro de 2009, Lei Complementar nº 036 de 08 de junho de 2016 e Lei Complementar nº 037 de 05 de outubro de 2016, com base no Decreto nº 010 de 01 de fevereiro de 2017 referente homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2016 e a fim de cumprir a determinação judicial exarada na Ação Civil Pública nº 0900085-79.2015.8.24.0037
RESOLVE: 19/03/1982

Art. 1º. NOMEAR, o servidor ANDREIA TERESINHA FERRARI LAMPERTI, brasileira, solteira, nascida no dia dezoito de março de 1.982, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil em Creche e Pré-Escola, nível II, classe "A", Anexo V – Quadro de Cargos, Nível Inicial, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 31 de julho de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 201/2017

PORTARIA Nº 201 de 31 de julho de 2017.
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 27 e o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré, Lei Complementar nº 010, de 25 de novembro de 2009, Lei Complementar nº 036 de 08 de junho de 2016 e Lei Complementar nº 037 de 05 de outubro de 2016, com base no Decreto nº 010 de 01 de fevereiro de 2017 referente homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2016 e a fim de cumprir a determinação judicial exarada na Ação Civil Pública nº 0900085-79.2015.8.24.0037
RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o servidor BRUNA REGINA DA SILVA, brasileira, casada, nascida no dia treze do mês de junho de 1.991, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche e Pré-Escola, classe "A", Anexo V – Quadro de Cargos, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Grupo de Funções de Suporte Pedagógico do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 31 de julho de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 202/2017

PORTARIA Nº 202, de 09 de agosto de 2017.

"RENAMEIA COMISSÃO DE INQUÉRITO PARA INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Ibicaré-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º. Renomear a Comissão designada pela Portaria nº 186/2017, a qual será composta pelos servidores Fernanda Warken, cargo de Professor do Ensino Fundamental, Marlene Alberguini, cargo de Técnico de Enfermagem, Lucieli Cristina Alves, cargo de Psicóloga, como membros titulares e a servidora Sidônia Zapelini Kaslowski, cargo de Assistente Social, como membro suplente, sob a presidência da primeira.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 09 de agosto de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
PREFEITO

PORTARIA 203/2017

PORTARIA Nº 203, de 09 de agosto de 2017.

ATO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, COM FUNDAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.230/2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GIANFRANCO VOLPATO, Prefeito de Ibicaré (SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar nº. 1.230/2000,

Considerando, o Ofício nº 010/2017, datado de 10 de julho de 2017 do Conselho Tutelar de Ibicaré, assinado pelas conselheiras Suzana Remus Daros, Cristiane Melere e Manoela Sartori, encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes; que informou fatos relativos à possível conduta incompatível com os deveres de servidor público;

Considerando, o Comunicado Interno da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes nº 002/2017, datado de 13 de julho de 2017, que orienta pela abertura de Processo Administrativo Disciplinar;

Considerando, o previsto no artigo 168 da Lei Complementar nº 1.230/2000, que prevê a apuração de irregularidade no serviço público;

Considerando, o disposto no artigo 110 da Lei Complementar nº 1.230/2000 e as Portarias nº 186/2017, que nomeia membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância, e demais atos que porventura possam regulamentar ou alterar o acima disposto;

Considerando, o previsto no artigo 117 da Lei Complementar nº 1.230/2000, que prevê a obrigatoriedade de deflagração de Processo Administrativo Disciplinar quando a acusação ensejar a pena de demissão, e o Art. 122 que prevê que o prazo para a conclusão do Processo Administrativo não excederá 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo em desfavor de DANIELA ANTUNES, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, nomeada em 08 de março de 2017, sob a Matrícula nº 3185/01; em face de possível conduta incompatível com os deveres de servidor público previsto no Art. 141, Inc. IX.

Art. 2º. Comprovada a falta cometida pelo servidor através do pertinente processo administrativo, este descumprirá o que está previsto no Art. 87, Inc. IX, da Lei complementar 1.230/2000 e a ele será aplicado penalidade disciplinar prevista no Art. 100, Inc. VII.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 09 de agosto de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

PREFEITO

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 021 - 2017 MULT -SERV. DE HIDROJATEAMENTO COM DESTINAÇÃO FINAL

PROCESSO Nº. 207/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017 – MULTIENTIDADES
REGISTRO DE PREÇO
Prefeitura Municipal de Ilhota
Fundo Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Educação
Secretária de Obras e Transporte

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO MECÂNICA DE BOCAS DE LOBO, CAIXA DE LIGAÇÃO, TUBULAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS, FILTRO ANAERÓBICO, CAIXA DE GORDURA E AFINS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO (HIDROJATO/HIDROVÁCUO), BEM COMO A RESPONSABILIDADE DE DESTINO DOS DEJETOS, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 29/08/17 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 29/08/17 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:00h às 17:00h.	

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 10 de Agosto de 2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017 - MULTIENTIDADES
REGISTRO PREÇO

O PREFEITO MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 09:30 horas, do dia 29 de agosto de 2017, na Secretaria Municipal de Administração, situada à Rua Dr. Leoberto Leal nº 160, Centro, cidade de Ilhota, na sala do setor de Licitações, se reunirá o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, para realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL" com a finalidade de receber documentação e proposta do objeto descrito no item 01 deste instrumento.

1 - OBJETO

1.1 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO MECÂNICA DE BOCAS DE LOBO, CAIXA DE LIGAÇÃO, TUBULAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS, FILTRO ANAERÓBICO, CAIXA DE GORDURA E AFINS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO (HIDROJATO/HIDROVÁCUO), BEM COMO A RESPONSABILIDADE DE DESTINO DOS DEJETOS, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, conforme Anexo I do Edital.

1.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

2 – DA APRESENTAÇÃO

2.1 No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) e/ou a sua equipe de apoio receberá(ão) os envelopes contendo as "Propostas" e os "Documentos de Habilitação", em envelopes distintos, fechados e lacrados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

PREFEITURA DE ILHOTA/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/(ANO)
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO/CEP:
TELEFONE/FAX:
E-MAIL:

PREFEITURA DE ILHOTA/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/(ANO)
ENVELOPE Nº 02 - HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO/CEP:
TELEFONE/FAX:
E-MAIL:

3 - CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Serão admitidos a participar desta Licitação, empresários, sociedades empresárias e outros entes os quais legalmente se dediquem à exploração da atividade econômica relativa ao objeto da futura contratação e que atendam às condições de credenciamento e habilitação do presente Edital.

3.2 É vedada a qualquer pessoa, física ou jurídica, a representação, na presente Licitação, de mais de uma empresa, exceto nos casos em que, as empresas, não sejam concorrentes nos mesmos itens. Devendo, para tanto, o representante apresentar declaração de que as empresas, que representa, não concorrerão aos mesmos itens. Caso o contrário seja constatado, quando da abertura dos envelopes das propostas de preços, todas as empresas, representadas pelo mesmo credenciado, serão desclassificadas em todos os itens da licitação.

3.3 Será admitida, em todas as etapas da Licitação, a manifestação de somente um representante de cada proponente.

3.4 Será vedada a participação de empresas na licitação, quando:

- a) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público, em quaisquer de seus órgãos, ainda que descentralizados;
- b) Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Impedidas de licitar ou contratar com a Prefeitura do Município de Ilhota;
- d) Participe, seja a que título for, servidor público municipal de Ilhota.

4 - CREDENCIAMENTO

4.1 – A proponente deverá apresentar, inicialmente e em separado dos envelopes, documento em papel timbrado da Empresa com a indicação do representante credenciado com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da mesma (Conforme modelo em Anexo III). O credenciamento: far-se-á por meio de Carta de Credenciamento, firmada por quem tenha poderes de administração e representação. Caso seja firmada por Procurador, o instrumento de procuração deverá ser público, ou particular com firma reconhecida em cartório e estar acompanhada de cópia autenticada do contrato social em vigor. Caso o Credenciado seja sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, faz-se necessário somente à apresentação de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social CONSOLIDADO, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.2 - No ato de credenciamento, o representante da proponente deverá identificar-se, mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

4.3 – Apresentar OBRIGATORIAMENTE a Declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, assinado por quem de direito. Caso a licitante não entregar esta declaração, também não poderá entregar os envelopes, recebendo-os de volta lacrados, se for o caso;

4.4 - Para comprovação de enquadramento da empresa como ME ou EPP, a licitante DEVERÁ apresentar JUNTAMENTE COM O CREDENCIAMENTO:

- a) Declaração conforme modelo constante neste Edital, assinado por quem de direito; ou
- b) Certidão expedida pela Junta Comercial da Unidade da Federação da sede da licitante, comprovando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias; ou
- c) Apresentar outro documento válido que comprove o enquadramento da empresa como ME ou EPP.

4.5 – Não será enquadrada como ME ou EPP a licitante que apresentar comprovação de enquadramento após a fase de credenciamento;

4.6 – Os licitantes que optarem por enviar via CORREIO os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação (ambos LACRADOS), deverá constar, em 01 (um) envelope LACRADO, separado dos demais, os seguintes documentos:

- a) Constar OBRIGATORIAMENTE a Declaração do Anexo IV;
- b) Constar FACULTATIVAMENTE a documentação referente ao credenciamento. Somente se tiver interesse em participar da etapa de lances em que o credenciado venha a comparecer na sessão;
- c) Constar OBRIGATORIAMENTE a Declaração do Anexo VIII ou documento similar de comprovação, para se enquadrarem como ME ou EPP.

4.7 – Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes devidamente credenciados das proponentes.

4.8 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou

subsidiárias, entre si, e estrangeiras que não tenham filial estabelecida no Brasil.

5 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 – A proposta financeira, deverá ser apresentada no “Envelope nº 1 – PROPOSTA”, de forma a permitir maior rapidez na conferência e exame pertinente, como também deverá, obrigatoriamente:

5.1.1 – Ser emitida nos mesmos moldes do Anexo VII deste Edital, por escrito, com redação clara, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada em todas as suas folhas, devendo, ainda, estarem presas entre si;

5.1.2 – Fazer menção ao número desta Licitação, conter a razão social da licitante, inclusive o CNPJ-MF, número(s) de telefone(s), de fax e e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP;

5.1.3 – Indicar as especificações do produto; marca e quantidade.

5.1.4 – Indicar os preços unitários, subtotal e global, para pagamento conforme previsto no subitem 7.1 do edital.

5.1.5 – Indicação de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, da sua oferta;

5.2 – A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento, será da exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

5.3 – Somente será aceita cotação em moeda nacional do Brasil.

5.4 – A proposta deverá, obrigatoriamente, contemplar 100% (cem por cento) da quantidade do item cotado constante no edital.

5.5 – Sob pena de desclassificação, mesmo que os fatores impeditivos tenham sido conhecidos após a adjudicação, jamais serão aceitas propostas com oferta de qualquer dos produtos do objeto do edital:

- que não seja de primeira qualidade e dentro das normas exigidas;

- sem a procedência devida de fabricante ou distribuidor estabelecido no Brasil.

5.5.1 - Tratando-se de produto de procedência estrangeira, o(a) pregoeiro(a) ou a autoridade superior poderá exigir da licitante vencedora, mesmo após a fase de julgamento, a apresentação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, dos documentos relativos à importação.

5.5.2 – Qualquer item, objeto do edital, considerado de qualidade inferior ou que não atenderem às exigibilidades, não serão aceitos ou serão devolvidos e o pagamento de toda a parcela ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

5.6 - Sob as penas legais, não caberá desistência da proposta, salvo por motivos extremamente impeditivos e imprevisíveis que ocorrerem até à ocasião da apresentação da proposta, decorrente de fato superveniente ou excepcional, devidamente justificado no prazo de 24 (vinte e quatro horas), contados da ocorrência do imprevisto, e aceito pela Administração, a exemplo de: greve, grave perturbação da ordem, catástrofes e afins.

5.7 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Licitação ou baseados nas das demais licitantes;

5.8 - Não será aceito proposta com valor excessivo ou extremamente baixo, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, salvo por razões que os justifiquem, através de justificativa fundamentada pela ofertante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da solicitação do(a) pregoeiro(a) ou da autoridade superior.

5.8.1 – Considera-se preço excessivo, para os fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver acima do valor estimado pela administração ou do preço praticado no mercado, aferindo-se este, através dos valores constantes da Especificações e Quantitativos (anexo I), devidamente atualizado até a data da abertura do envelope “Proposta”, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião.

6 – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

6.1 – RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.1.1 - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo constante do Anexo V deste Edital, assinado por quem de direito;

6.1.2 - Declaração Art. 7, inciso XXXIII da CF, podendo ser utilizado o modelo “Anexo VI”, declarando que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (Cumprimento das Obrigações Relativas ao Trabalho do Menor), conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

6.1.3 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.1.4 - Ato constitutivo, estatuto social, contrato social consolidado ou contrato social e suas posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados.

6.1.5 – Não será necessário apresentar os documentos constantes do item 6.1.4 que já tenham sido apresentados por ocasião do credenciamento.

6.2 – RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:

6.2.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.2.2 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.2.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.2.4 - Certidão Negativa de Débito do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, dentro de seu período de validade. A CND somente

será válida, mediante a apresentação do original, ou por processo de impressão, obtido on-line (via Internet), o qual não poderá ser cópia da impressão – na forma da Ordem de Serviço Nº. 207/99 do INSS (DOU de 15.4.99);

6.2.5 - Certificado de Regularidade do FGTS, dentro de seu período de validade (Lei Federal nº 9.012, de 31.03.95, publicada no DOU de 31.03.95), e/ou conforme regulamentação do próprio órgão emissor. A CRF somente será válida, mediante a apresentação do original, ou por processo de impressão, obtido via Internet, sendo que não poderá ser cópia da impressão obtida via on-line; e

6.2.6 – Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação de que a empresa não possui débitos trabalhistas.

Observação: As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

6.2.7 – Da regularidade fiscal das ME e EPPs:

6.2.7.1 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação do certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação relativo ao de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.2.7.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

6.2.7.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.3 – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.3.1 – Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.

6.4 – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.4.1 – Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, que comprove ter fornecido os MATERIAIS/SERVIÇOS de natureza similar com presteza no processo de entrega e na assistência técnica permanente (se for o caso), sob as penalidades legais, no caso de perfídia. Neste documento deverá, também, informar o nível de satisfação no fornecimento e na assistência técnica do equipamento fornecido (se for o caso);

6.4.2 - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho Regional de Química - CRQ - DO DOMICÍLIO OU SEDE do Licitante, comprovando o registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, devidamente atualizado, ou seja, com validade na data de abertura desta licitação.

6.4.3 - Certidão de Registro de Pessoa Física no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho Regional de Química - CRQ - com validade na data de entrega dos envelopes da "Documentação de Habilitação" e "Proposta de Preços", comprovando o registro ou inscrição do(s) profissional(is) RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DOS SERVIÇOS. Pelo menos um destes profissionais deverá figurar como responsável pela execução dos serviços na entidade profissional competente.

6.4.4 - Comprovação de vínculo do Responsável Técnico com a empresa proponente por meio de um dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) cópia da carteira de trabalho e previdência social – CTPS (páginas da identificação profissional e do contrato de trabalho) acompanhada de cópia do livro ou ficha de registro de empregado, ou;
- b) contrato de prestação de serviços firmado com a proponente (vigência durante o prazo de contratação deste edital), ou;
- c) caso o profissional seja proprietário/sócio da licitante, tal comprovação será desnecessária visto que já é feita através do ato constitutivo e da Certidão do Registro no órgão competente devidamente atualizada.

6.4.5 - Comprovação da capacitação técnico-profissional: Exige-se comprovação de aptidão do profissional de ter executado a qualquer tempo, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, através de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente Registrado e Acervado na entidade competente.

6.4.6 – Apresentar Alvará Sanitário válido com negócio ou atividade compatível com o objeto;

6.4.7 – Apresentar Alvará de Funcionamento/Localização válido ou com comprovante de pagamento no ano vigente. Caso seja permanente apresentar também o comprovante de pagamento no ano vigente;

6.4.8 – Apresentar Alvará Sanitário de Licença de Transporte da cidade sede da licitante;

6.4.9 – Apresentar Certificado de Regularidade válido emitido pelo IBAMA compatível com o objeto da licitação;

6.4.10 – Apresentar Certificado de Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (ANTT) válido;

6.4.11 – Apresentar Licença Ambiental de Operação de Transporte válida emitida pela FATMA. Caso tenha vencido, apresentar também o protocolo dentro do prazo estipulado por Lei;

6.4.12 – Apresentar Licença Ambiental de Operação de Estação de Tratamento de Esgoto licenciada no órgão competente. Caso não tenha

estação de tratamento própria, apresentar também o contrato de destinação final em estação devidamente licenciada.

6.4.13 - Declaração De Capacidade Operativa – Declarando que a empresa dispõe de todos os equipamentos e materiais necessários, e mão de obra especializada necessária, para o pleno atendimento do objeto licitado, quando do efetivo fornecimento e prestação dos serviços (Modelo Anexo XII).

6.4.14 - Todos os documentos exigidos no subitem 6.2, deverão estar com prazo de validade em vigor na data prevista para a abertura dos envelopes "HABILITAÇÃO". As Certidões sem a indicação do prazo de validade no seu corpo e que não é constado desta exigibilidade neste Edital, serão considerados para este Pregão, válidos por 90 (noventa) dias, contados da sua emissão.

6.4.15 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser acondicionados em envelopes lacrados de modo a preservar a sua inviolabilidade.

6.4.16 - Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, ou por funcionário do setor de licitações ou ainda mediante publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitas cópias ilegíveis, documentos cujas datas estejam rasuradas, sendo que ao (á) Pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento ou efetuar consultas via internet, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

6.4.17 - A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pelo (a) próprio (a) Pregoeiro (a), se os dados existirem em outro documento.

6.5 - Não será habilitada a empresa que:

6.5.1 - faltar com a entrega de algum documento exigido neste edital.

6.5.2 - Esteja sob falência, concordata, dissolução ou liquidação.

6.5.3 - por qualquer razão, esteja declarada inidônea ou punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o praticou.

6.5.4 - Não apresente condições jurídicas e fiscais, econômico financeiro ou técnicas, exigidas na presente licitação.

6.5.5 - Que tenha faltado com alguma condição legal ou editalícia.

6.5.6 - Participe deste Pregão sob qualquer forma de constituição de consórcio, associação ou cooperação.

6.6 - As Certidões Negativas de débitos fiscais poderão ser fornecidas mediante documentação obtida via sistema eletrônico (on-line), porém somente serão aceitas se apresentadas sob a forma original impressa (sem ser cópia), e que esta forma de comprovação esteja prevista em regulamentação própria, do órgão declarante.

6.6.1 - Aceitação das Certidões Negativas via sistema eletrônico, fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor, pelo Município.

6.7 - Exceto as certidões obtidas via internet, indicadas no Item 6.6, os demais documentos somente poderão ser apresentados no original ou em Processo de cópias autenticadas por cartório competente.

6.8 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante com número do CNPJ-MF e endereço respectivo, observando que:

a) se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial; e

c) se a licitante for à matriz e a fornecedora for à filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;

c.1) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

OBSERVAÇÃO

A) Os documentos necessários à Habilitação deverão ser, preferencialmente, apresentados conforme a sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original, ou, se preferir, deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.

B) Os documentos somente poderão ser autenticados por servidor da Administração até antes da sessão de abertura de envelopes. **NÃO SERÁ AUTENTICADO NENHUM DOCUMENTO NO DECORRER DA SESSÃO.**

C) Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pelo Pregoeiro.

D) Para agilizar o procedimento licitatório, as licitantes poderão cadastrar os itens na cotação eletrônica de preços, mediante solicitação pelo email: licitacao3@ilhota.sc.gov.br

7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

7.1 - O pagamento será efetuado através de transferência bancária em até 30 dias após emissão da Nota Fiscal e entrega dos produtos ou fornecimento dos serviços, mediante a apresentação da Autorização de Compras/Ordem de Serviço, acompanhada da Respectiva Nota Fiscal com o devido aceite.

7.2 - Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos.

7.3 - Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações.

7.4 - A Prefeitura Municipal de Ilhota reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à Licitante vencedora, os valores correspondentes

às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes neste Edital.

8 – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, ABERTURA E JULGAMENTO.

8.1 – Até o dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os envelopes, “Proposta e Habilitação”, devidamente lacrados, que serão protocolados pela equipe de apoio ao(a) Pregoeiro(a).

8.2 – No dia, hora e local designados no Preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão e anunciará as empresas que apresentaram envelopes.

8.3 – Em seguida o Pregoeiro passará ao credenciamento das licitantes, nos termos do item 4 – Do Credenciamento, devendo verificar a apresentação da Declaração de que Cumprem os Requisitos Habilitatórios, subitem 4.3 deste Edital e após, encaminhará os envelopes distintos, às licitantes credenciadas para conferência dos lacres e protocolos.

8.4 – Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.5 – A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

8.6 – As propostas de cooperativas, em que os fornecimentos ou serviços deverão ser prestados exclusivamente por associados, deverão ser limpas, ou seja, não incidirá o percentual de 15% (quinze por cento), referente à contribuição destinada à seguridade social, prevista no art. 22, inciso IV, da Lei n. 8.212/1991, alterada pela lei 9.876 - DOU de 26.11.99 (lei das cooperativas).

8.6.1 - Para a verificação do menor preço, será acrescido ao valor da proposta apresentada por cooperativa, o percentual acima citado, visando a aplicação do princípio da igualdade entre as licitantes, visto que o valor acrescido deverá ser recolhido pelo contratante, à ocasião do pagamento da remuneração.

8.6.2 – Caso houver previsão em qualquer outro item deste edital, da proibição para participação cooperados, prevalecerá esta regra, tornando sem efeito os subitem 8.6 e 8.6.1, acima mencionados.

8.7 – Em hipótese alguma poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, a exemplo dos seguintes casos:

a) Serão corrigidos, automaticamente, pelo Pregoeiro, quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, nas formas abaixo:

- 1) Erro na multiplicação de preços unitários, pelas quantidades correspondentes - será retificado mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;
- 2) Erro na adição - será retificado conservando-se as parcelas corretas, trocando-se o total proposto pelo total calculado;
- 3) No caso de discordância entre o preço unitário e o total de cada item - prevalecerá o primeiro; e
- 4) Ocorrendo discordância entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

b) A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão do Pregão;

c) A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser preenchida tomando por base os dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 2 – Habilitação;

8.8 – As propostas serão encaminhadas aos credenciados, para rubrica e conferência.

ATENÇÃO – TRATAMENTO DIFERENCIADO AS ME E EPPs

8.9 – Realizada a conferência das propostas, o pregoeiro e sua equipe de apoio verificarão se existem o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme Art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.10 – Ficando comprovado que existe o mínimo de três propostas válidas de licitantes que se enquadrem em ME ou EPP sediadas nas cidades elencadas no caput anterior, a licitação passará a ser:

8.10.1 - EXCLUSIVA: para as ME e EPPs classificadas no subitem 8.10, nos itens cujo valor máximo estimado no edital não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme Art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/06;

a) Para receber o tratamento diferenciado de que trata o artigo 48, §3º da Lei Complementar 123/06, a empresa deverá estar sediada no município de Ilhota. Desta forma, terá a prioridade de contratação até o limite de 10% para as ME e EPPs sediadas em Ilhota.

8.10.2 - POR COTAS: para os itens cujo valor máximo estimado no edital ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do item para as ME ou EPPs classificadas no subitem 8.10 do edital, conforme Art. 48, inciso II da Lei Complementar nº 123/06;

a) No caso da cota reservada de até 25%, para receber o tratamento diferenciado de que trata o artigo 48, §3º da Lei Complementar 123/06, a empresa deverá estar sediada no município de Ilhota. Desta forma, terá a prioridade de contratação até o limite de 10% para as ME e EPPs

POR COTAS

8.10.2.1 – Relativo à participação POR COTAS do subitem 8.10.2:

8.10.2.1.1 - Para a Cota Principal – os interessados que atendam aos requisitos do edital;

8.10.2.1.2 - Para a Cota Reservada (até 25%) – as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014.

8.10.2.1.2.1. Os interessados que atendam aos requisitos do edital, que não se enquadrem como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, também deverão lançar propostas de preços para esses itens ou lotes. No entanto, não poderão participar da etapa de disputa. Tal procedimento tem por objetivo viabilizar a aplicação do disposto no subitem 8.10.2.2.2 quando suas propostas poderão vir a ser consideradas para efeito de julgamento, face a inviabilidade de contratação de empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

8.10.2.1.3 Para a Cota Principal, a empresa enquadrada na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, que pretender utilizar-se das prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações

posteriores, DEVERÁ TER COMPROVADO NO CREDENCIAMENTO que atende aos requisitos do Art. 3º e 18-A da Lei mencionada;

8.10.2.1.4. A ausência da informação prevista no item anterior não impedirá a participação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual no processo licitatório, porém será considerada como desistência da empresa do exercício das referidas prerrogativas.

8.10.2.1.5. Para a Cota Reservada, os licitantes DEVERÃO TER COMPROVADO NO CREDENCIAMENTO a condição de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, como condição para o exercício do benefício à referida cota.

8.10.2.2 – Relativo à etapa de lances POR COTAS do subitem 8.10.2:

8.10.2.2.1 – Para Cota Principal, em caso de empate, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para a microempresa, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, cuja proposta seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada no final dos lances do pregão, quando será concedido, para microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificada.

8.10.2.2.1.1 – Para efeito do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

8.10.2.2.1.1.1 – Encerrada a fase de lances, o licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificado será convocado para apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, sob pena de preclusão, conforme § 3º, do Art. 45 do dispositivo legal mencionado.

8.10.2.2.1.2 – Em caso de apresentação da nova proposta, será examinada a aceitabilidade da proposta e os requisitos de habilitação;

8.10.2.2.1.3 – Não sendo apresentada nova proposta, ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas as microempresas ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;

8.10.2.2.1.4. O direito de preferência previsto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual;

8.10.2.2.1.5. No caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência previsto no item;

8.10.2.2.1.6. Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual na forma do item anterior, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, após o cumprimento dos requisitos de aceitabilidade da proposta e dos documentos de habilitação do licitante;

8.10.2.2.2 – Para Cota Reservada, não havendo vencedor entre empresas enquadradas como EPP, ME e MEI, depois de esgotadas as possibilidades levadas em consideração as prerrogativas das referidas empresas, bem como a ordem de classificação, o objeto poderá ser adjudicado ao vencedor da cota Principal, desde que:

8.10.2.2.2.1 – Não reste empresa enquadrada como EPP, ME e MEI;

8.10.2.2.2.2 – Que a empresa melhor classificada para cota Principal tenha registrado proposta para cota Reservada, comprometendo-se a registrar o menor preço dentre aqueles propostos para as referidas cotas.

8.10.2.2.2.3 – Se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela empresa;

8.10.2.2.2.4 – Após aplicação da Lei Complementar n.º 123/2006, será dada início a negociação pelo(a) Pregoeiro e empresa licitante detentora do menor preço;

ATENÇÃO – AUSÊNCIA DE ME E EPPs

8.11 – No caso de realizada a conferência das propostas, o pregoeiro e sua equipe de apoio verificar que NÃO existe o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme Art. 10º, inciso I do Decreto nº 8538/2015, a licitação ocorrerá normalmente;

8.12 – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.13 – No curso da sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

8.14 – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 8.13, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.15 – A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.16 – É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.17 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.18 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagado pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.19 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-os com os preços estimados pela Administração ou com os preços praticados no mercado.

8.20 Procedida a classificação e verificado que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.21 Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

8.22 Caso não ocorra a regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o no item “Das Sanções Administrativas” deste

Edital, e retomando a licitação.

8.23 Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor oferta não foi apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas (empate fictício), na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 da mesma Lei; que, caso ocorrido, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafos 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24 O prazo para apresentação de nova proposta será de até 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).

8.25 Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.26 Será assegurada, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

8.27 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.28 Será desclassificada a proponente que:

a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;

c) apresentar preços manifestamente inexequíveis ou que ultrapassem os valores máximos estipulado no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei 10.520/2002).

8.29 Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.30 Sendo aceitável a proposta de menor preço, após encerrada a etapa de lances, será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

8.31 – Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vista a obter preço melhor.

8.32 – Obtido preço aceitável em decorrência da negociação, proceder-se-á na forma do disposto no subitem 8.30.

8.33 – Frustrada a negociação, o Pregoeiro desclassificará a proposta e examinará as ofertas subsequêntes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.34– Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 6 “CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO” e Item 5 “DO CONTEÚDO DA PROPOSTA E CONDIÇÕES”, ambos deste Edital.

8.35 – Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimados as causas referidas no ato desclassificatório.

8.36 A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

8.37 – O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes nº 2 – Habilitação apresentados pelas demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após inutilizará os mesmos.

8.38 – Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro e por todas as licitantes presentes.

8.39 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

9 – FORMA DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO

9.1 – Para os efeitos de julgamento desta Licitação, levar-se-á em consideração, as propostas que apresentarem o "MENOR PREÇO GLOBAL considerando-se apenas os numerais inteiros, seguidos de centavos com até 02 (dois) dígitos.

9.2 – O objeto deste Pregão será adjudicado às licitantes, cujas propostas forem consideradas vencedoras.

9.3 Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s), lavrar a Ata de Registro de Preços e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua homologação.

9.4 Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo será efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

9.5. Poderão ser registradas todas as empresas que manifestarem interesse em assinar a Ata com mesmo preço e mesmas condições do primeiro colocado, observando-se o seguinte:

a) Os fornecedores ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;

b) Quando das contratações decorrentes do Registro de Preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes na Ata.

9.5.1 Os demais fornecedores serão classificados neste processo, em ordem decrescente de preço proposto e poderão ser convocados para compor a Ata de Registro de Preços, nos casos previstos neste Edital e na Ata dele decorrente.

9.6. A recusa injustificada do detentor do preço registrado em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas neste Edital.

9.6.1 Nas hipóteses de recusa do(s) adjudicatário(s) em firmar a Ata de Registro de Preços, a autoridade competente poderá convocar os demais licitantes para assinar a Ata, observada a ordem de classificação e os procedimentos de habilitação referidos no presente Edital, atendendo ao disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/2002.

9.7. No caso do licitante vencedor não apresentar situação regular no ato das solicitações, sem prejuízo das sanções cabíveis, serão convocados os licitantes remanescentes na seguinte ordem:

- a) As empresas que, na sessão do Pregão, assinaram a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do primeiro colocado;
- b) Na ausência de empresas nas condições da alínea anterior, as que vierem a assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocadas, respeitando-se a ordem de classificação.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO:

10.1 A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para contratação do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.2 Constam da Minuta da Ata de Registro de Preços as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e as demais obrigações das partes, integrando este Edital.

10.3 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preço, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

10.4. O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos serviços, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

10.4.1. O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

10.4.2. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

10.4.3. Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo Fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

10.4.4. As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da lei 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

10.5. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou ordem de serviço, observando-se o disposto no art. 62 da lei 8.666/93.

10.5.1 O fornecedor registrado poderá ser convocado a qualquer tempo para assinar contrato (se esse for o caso), devendo o fornecedor firmá-lo em até 03 dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail, correio ou fac-símile).

10.6. As secretarias usuárias da Ata de Registro de Preços não emitirão qualquer Ordem de serviço/Nota de Empenho, sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

11. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

11.1 O objeto deverá ser entregue conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, através de Autorizações de Compras (AC) ou Ordens de Serviço (OS), que serão encaminhadas dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

11.2 Os objetos relacionados nas AC ou OS deverão ser entregues no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a sua solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

11.2.1 A critério da Administração poderão ser solicitadas entregas nos locais discriminados no ANEXO XI - LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

11.2.2 Poderão ser solicitadas entregas em outros locais não estipulados nesta Ata, sendo que o fornecedor obriga-se a entregar os materiais no local indicado, desde que seja dentro do Município de Ilhota.

11.3 No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

11.4 Fica aqui estabelecido que os materiais objeto deste Pregão serão recebidos:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação contida neste edital e seus anexos;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e a consequente aceitação.

11.4.1 A Nota Fiscal/Fatura somente será encaminhada ao órgão responsável pelo pagamento após o recebimento definitivo do material, que se dará em até 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório.

11.5 Os itens que forem recusados (tanto no recebimento provisório quanto no recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

11.6. Se a substituição dos itens cotados não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

11.7 Caso seja comprovado que os itens entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

12 – IMPUGNAÇÃO/RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Qualquer licitante, desde que haja irregularidade ou vício no edital, contrariando a fiel e estreita observância da Lei federal nº 8.666/93, poderá, através do recurso da impugnação, impugnar o Edital, em até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para o recebimento das propostas.

12.2 - Nos termos do inciso XVIII, do art. 4º da Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (DOU DE 18.07.2002), ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do(a) pregoeiro(a), poderá fazê-lo, de imediato, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais, no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.3 - A falta de manifestação imediata e suas razões importará a preclusão do direito de recurso e adjudicação do objeto, ao proponente

vencedor, salvo se a decisão não seja proferida na própria sessão, quando o prazo de recurso passará a contar a partir da publicação do resultado do certame, no Diário Oficial do Município.

12.4 - Os recursos deverão ser protocolados no Departamento de Protocolo – da Prefeitura Municipal de Ilhota, fazendo, obrigatoriamente, constar fora do envelope (devidamente lacrado), o “número da licitação”, seu conteúdo (“Interposição de Recurso”) e seu encaminhamento a/c do(a) Pregoeiro(a), sob pena da não apreciação e tornar o procedimento nulo.

12.5 - Não serão conhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

12.6 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios, ou quando não justificada as razões (síntese) da intenção de interpor o recurso pelo proponente.

12.7 - Os recursos contra decisões do(a) pregoeiro(a), não terão efeito suspensivo.

12.8 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9 – Da aplicação das penalidades previstas neste Edital e no futuro contrato, caberá recurso, no prazo e nas condições estabelecidas.

13 - DOTAÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO/ATIVIDADE/RECURSOS

13.1 – Os recursos necessários para execução do objeto serão indicados na formalização do contrato ou instrumento hábil (Ordem de Serviço ou Autorização de Compras).

14 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 – Ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Ilhota – SC, sua administração direta, sociedade de economia mista, fundos especiais e demais órgãos ou entidades controlados diretos ou indiretamente pelo mesmo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a Licitante e/ou Contratada que:

a – deixar de assinar o Contrato ou retirar o termo equivalente, no prazo estabelecido neste edital.

b – ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;

c – deixar de manter a proposta, injustificadamente;

d – comportar-se de modo inidôneo;

e – fazer declaração falsa;

f – cometer fraude fiscal;

g – falhar ou fraudar na execução do contrato.

14.2 – Pelos motivos que seguem, principalmente, as licitantes vencedoras estarão sujeitas às penalidades tratadas na condição anterior:

a – pelo fornecimento do objeto, desconforme com o especificado e aceito;

b – pela não substituição/reparação, no prazo estipulado, do fornecimento dos produtos recusado;

c – pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Pregão e no futuro contrato.

14.3 – Além das penalidades citadas, as licitantes vencedoras ficarão sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município (CRC) e, no que couber, às demais penalidades referidas no futuro contrato e nos artigos 81 a 109, da Lei Federal nº 8666/93, de 21.06.93 e demais alterações posteriores.

14.4 – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, as licitantes ou contratadas ficarão isentas das penalidades mencionadas.

14.5 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com Município de Ilhota - SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e suas entidades controladas, poderão ser aplicadas às licitantes ou contratadas, juntamente com as de multa prevista no edital e/ou no contrato.

14.6 - Se a licitante convocada recusar-se a assinar o contrato ou deixar de comparecer no prazo estabelecido para o mesmo fim, sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato e assim sucessivamente.

14.6.1 – Quaisquer dos descumprimentos previstos no subitem 14.6, imediatamente acima, implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da futura contratação, a ser cobrada diretamente ou na forma da lei, sem prejuízo nas penalidades aludidas no subitem 14.1, deste Edital.

14.7 - Se as licitantes convocadas para assinar o contrato, não apresentarem situação regular, no ato da assinatura do contrato, igualmente, será aplicada a regra prevista no subitem 14.6 e 14.6.1, deste Edital.

15 – DEMAIS DISPOSIÇÕES

15.1 - Jamais será motivo para inabilitação ou desclassificação de Licitante, a falta de alguma condição do edital de pequena consequência ou de forma inexpressiva e que não prejudique a boa interpretação, aos direitos iguais e aos princípios básicos legais. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

15.2 - As multas aplicadas à CONTRATADA, a critério do Município, poderão ser descontadas no ato da liquidação do débito referente ao Contrato respectivo.

15.3 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato ou retirar o documento equivalente, no prazo previsto neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no Art. 81 da Lei que rege o presente processo licitatório, exceto aquela convocada nos termos do art. 64, § 2º da mesma lei, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

15.5.1 - O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela futura Contratante.

15.4 - O conteúdo do presente Edital, bem como os elementos nele referidos, especificações, Documentos de Habilitação, Documentos Financeiros, Proposta Comercial, Planilha da proposta efetiva (reduzida), Relação dos Itens do Objeto do Edital, etc., farão parte integrante

do futuro Contrato ou Autorização de Compras, independente de transcrição.

15.5 - A participação nesta licitação implica, por parte das licitantes, na aceitação, em caráter irrevogável, de todos os termos do edital.

15.6 - Os casos não previstos neste Edital, serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a).

15.7 - Ultrapassada a fase da habilitação, a licitante somente poderá ser desqualificada por motivos relacionados com a habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e/ou qualificação econômico-financeira, ou em razão de fatos supervenientes, e só conhecidos após o julgamento.

15.8 - É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

15.9 - Quando da assinatura do contrato ou da retirada da Autorização de Compras do objeto, bem como do pagamento de qualquer remuneração do contrato, o futuro contratante poderá solicitar nova prova de regularidade fiscal, especialmente as perante o fisco municipal, INSS, FGTS, Receita Federal e Fazenda Estadual sob pena de não recebimento da remuneração, perda da contratação ou até mesmos de rescisão contratual.

15.10 - As decisões referentes a este processo licitatório, poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

15.11 - Não serão motivos para arguir invalidade ou ilegalidade editalícia, pequenas falhas ou especificações que não prejudicam a boa interpretação e os princípios legais da escolha da melhor proposta, a exemplo da eventual descrição no objeto, de marcas ou especificações que levem à pressupor tendências, pois, para todos os efeitos, serão considerados como referenciais básicos, podendo, desta forma, ser ofertado outro bem de outro fornecedor, porém, com especificações técnicas e parâmetros de rendimento, desempenho e de qualidade de níveis iguais ou superiores.

15.12 - Nenhuma indenização será devida às licitantes, por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Pregão.

15.13 - O objeto da futura contratação, poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

15.14 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.15 - É recomendada às licitantes, que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

15.16 - É fundamental a presença da licitante ou de sua representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

15.17 - À Administração reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as sessões e utilizar este meio como prova.

15.18 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

15.19 - Mediante apresentação dos documento de declaração de situação regular a proponente é inteiramente responsável pela fidelidade, integralidade e legitimidade das informações prestadas, bem assim com relação aos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. Em assim sendo, a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas, ou até mesmo quanto à ausência de quaisquer dos documentos exigidos, implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido contratado, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, de conotação grave.

15.20 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

15.21 - Quando do julgamento da habilitação ou das propostas dos concorrentes, houver ausência de alguma informação em documento exigido, poderá ser suprida a falta, se os dados existirem em outro documento, adotando-se o princípio da razoabilidade.

15.22 - Para esta Licitação e/ou futura contratação, define-se como:

Autorização de Compras: Instrumento bilateral de ajuste contratual, para fornecimento dos materiais, constantes do objeto do edital.

Fornecimento do objeto: Fornecimento dos materiais/serviços, constantes do objeto do edital ou do contrato, mediante contrato e/ou Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço.

Licitante: Empresa que se propõe a participar da Licitação, mediante manifesto interesse ou aquisição do edital, como Competidor;

Proponente: Empresa licitante que se propõe a fornecer ou executar, por determinado preço, materiais ou serviços – objeto do edital.

CRC: Certificado de Registro Cadastral da Prefeitura Municipal de Ilhota.

Contratante: Administração Pública que contrata, sob a forma de execução indireta.

Contratada: Empresa executora, prestadora ou fornecedora da Administração Pública, por meio de Contrato, Nota de Empenho de Despesa, Autorização de Fornecimento e/ou de Serviços.

Fiscalização: Comissão ou pessoa designada para acompanhar o fornecimento do objeto do contrato.

15.23 - Quaisquer esclarecimentos adicionais a este Edital, poderão ser objetos de consultas endereçadas à Prefeitura Municipal de Ilhota, no prazo de até 02 (dois) dias anteriores, em relação à data prevista para a abertura dos envelopes, pelo email: licitacao@ilhota.sc.gov.br ou no endereço acima indicado, em dias úteis e horários das 08:00 às 12:00 hs e das 13:30 às 17:30 hs, os quais serão respondidos, via expressa, através de Carta Circular para todas as licitantes, sendo que estes esclarecimentos adicionais não serão considerados como motivo para qualquer prorrogação de data estabelecida neste Edital.

15.24 - Demais documentos e maiores informações, poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Ilhota, no endereço e telefone mencionados neste edital.

15.25 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não frustrem o interesse Administrativo, a finalidade e a segurança da contratação.

16 – ANEXOS INTEGRANTES

16.1 – Encontram-se em anexo e fazem parte integrante e inseparável deste Edital:

- Anexo I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS;

- Anexo II – QUADRO DE DOTAÇÕES E RECURSOS;
- Anexo III – MODELO DE CREDENCIAMENTO;
- Anexo IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E REQUISITOS HABILITATORIOS;
- Anexo V – MODELOS DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO;
- Anexo VI – MODELO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO TRABALHO DO MENOR;
- Anexo VII – MODELO DE CARTA PROPOSTA;
- Anexo VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;
- Anexo IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
- Anexo X – MINUTA DO CONTRATO;
- Anexo XI – LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS;
- Anexo XII – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERATIVA.

17 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

17.1 - O certame obedecerá as regras previstas no edital, sendo que, dentre as demais obrigações, o(a) pregoeiro(a) terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior, para homologar e autorizar a contratação;
- l) encaminhar à Secretaria da Administração, as razões que motivam abertura de processo administrativo, diante da apuração de irregularidades, visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

18 – RECEBIMENTO/OBRIGAÇÕES/PENALIDADES/RESCISÃO

18.1 – A forma e condições de recebimento, obrigações, penalidades e rescisão contratuais, estão previstas na Minuta da Futura Ata de Registro (anexo IX).

19 - DO FORO

19.1 - Para dirimir as questões oriundas deste Edital e da futura Autorização de Compras, será competente o Foro da Comarca de Gaspar - SC, com renúncia aos demais.

Ilhota, 10 de Agosto de 2017.

Diogo Werner
Secretário(a) de administração

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

Este edital com todos os seus anexos foi devidamente examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em ____/____/____

Assessor(a) Jurídico(a)

OAB nº _____ PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017 – MULTIENTIDADES

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para futuros serviços de limpeza e desobstrução mecânica de bocas de lobo, caixa de ligação, tubulações de águas pluviais, filtro anaeróbico, caixa de gordura e afins, com fornecimento de equipamento (hidrojato/hidrovácuo), bem como a responsabilidade de destino dos dejetos, observadas as especificações constantes deste termo, Tabela I.

1.1.1. Os serviços serão prestados nos períodos diurnos e noturnos.

1.1.2. O prazo em que o equipamento ficará à disposição da contratante será de 940 (novecentos e quarenta) horas.

Item, descrição/especificação e quantidade descritos:

Tabela I

Item	Especificações	Unidade	Quantidade
1	Serviço de limpeza com caminhão hidrojato/hidrovácuo para sucção e desobstrução de caixas de bocas de lobo, caixas de ligação (rede de esgoto), tubulações de águas pluviais, fossa asséptica, filtro anaeróbico, caixa de gordura e afins	horas	940
2	Destinação final dos dejetos	m³	1900

2. ESPECIFICAÇÕES

Para a realização dos serviços a contratada deverá dispor de maquinário com as seguintes especificações mínimas:

2.1. Potência da bomba de vácuo com capacidade de sucção para 10,00 metros de profundidade;

2.2. Tanque com capacidade de 16.000 (dezesesseis mil) litros, sendo 13.000 (treze mil) litros para sucção e 3.000 (três mil) litros para hidrojateamento no mesmo caminhão;

2.3. Potência do hidrojateamento, vazão de 160 L/min, pressão 140 bar;

2.4. Carretel bandeira com de 120 m de mangueira com diâmetro de 3" (três polegadas);

2.5. O caminhão deverá estar licenciado, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

2.6. O veículo deverá estar em excelente condição de uso nas partes mecânicas e latoaria, possuir equipamentos obrigatórios de segurança, estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro(CTB);

3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1 A limpeza das galerias e ramais deverá ser feita com utilização do equipamento de hidrojato, seguindo-se a remoção do material sedimentado, que deverá ser sugado para o tanque de detritos do equipamento, para transporte e descarga até o (s) local (is) indicado(s), evitando-se a transferência dos detritos para jusante.

3.2 A limpeza das bocas de lobo e os poços de visita deverão ser feita com a utilização do equipamento sugador, que recolherá os detritos e os encaminhará para transporte e descarga até o(s) local (is) indicado (s), evitando-se a transferência dos detritos para jusante, onde poderá ocorrer desobstrução.

3.3 A drenagem e descarga dos detritos/resíduos/entulhos dos equipamentos são de responsabilidade da Contratada.

3.4 A empresa deverá dispor de quantas caçambas forem necessárias para armazenagem, secagem e transporte do entulho e resíduos oriundo dos serviços, devendo para tal provê-las de tampa lacrada e mangote para drenagem na galeria que originou o resíduo.

3.5 O material líquido drenado deverá retornar ao sistema de microdrenagem existente.

3.6 A critério da Contratada, o transporte de resíduos poderá ser feito no próprio veículo, depois de efetuada a drenagem dos líquidos.

3.7 A descarga dos detritos deverá ser feita em locais e condições técnicas indicados pela Contratante, e/ou em local indicado pela Contratada, desde que apresentados os documentos dos locais devidamente autorizados.

3.8 A prestação normal dos serviços ocorrerá no período compreendido das 8:00 às 18:00 horas, de segunda às sextas-feiras, e das 07:00 às 12:00 horas aos sábados. Excepcionalmente, por necessidade de serviço, poderá ocorrer convocação para o trabalho fora desta faixa, não cabendo ônus adicional algum.

3.9 Tendo em vista as características específicas dos serviços contratados, levando-se em consideração que as ocorrências com alagamentos e enchentes podem ocorrer a qualquer hora do dia ou da noite, deverá a programação dos serviços pela Secretaria de Obras e pela Contratada ser dividida no período diurno e noturno, garantindo-se, assim, a condição de atendimento imediato nos pontos críticos gerados quando das chuvas torrenciais.

3.10 Havendo necessidade de alteração do horário inicialmente previsto, a critério da fiscalização, a Contratada é obrigada a aceitar o horário sem qualquer ônus à Contratante.

3.11 Consideram-se horas trabalhadas as computadas entre o horário de apresentação do equipamento e o de sua liberação pela Prefeitura, descontadas as horas destinadas às refeições e os períodos eventualmente gastos com a manutenção do equipamento; abastecimento de

água; transporte e descarga dos resíduos.

3.12 O caminhão e o equipamento deverão apresentar-se nos locais indicados pela secretaria, no horário pré-estabelecido, devidamente abastecido, com o pessoal completo, uniformizado, com todos os equipamentos de proteção individual, material de sinalização, cones de sinalização de trânsito e placas indicativas "A SERVIÇOS DA PMI".

3.12.1 Os funcionários deverão apresentar-se devidamente uniformizados, incluindo botas, capacetes e demais equipamentos para a correta prestação dos serviços, cujo padrão e cor deverão ser definidos pela empresa e comunicado quando da assinatura do ajuste.

3.12.2 A Contratada deverá fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela fiscalização, tais como: uniformes, coletes, botas, luvas, máscaras, óculos, etc.

3.12.3 Nos trabalhos em vias públicas, os funcionários deverão obrigatoriamente usar faixas reflexivas na indumentária e demais itens de segurança previstos e recomendados por lei e/ou normas pertinentes ao objeto, sendo de única e exclusiva responsabilidade da Contratada o seu cumprimento.

4. EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, que comprove ter fornecido os MATERIAIS/SERVIÇOS de natureza similar com presteza no processo de entrega e na assistência técnica permanente (se for o caso), sob as penalidades legais, no caso de perfídia. Neste documento deverá, também, informar o nível de satisfação no fornecimento e na assistência técnica do equipamento fornecido (se for o caso);

4.2. Comprovação de aptidão do profissional de ter executado a qualquer tempo, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, através de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado e acervado na entidade competente.

4.3. Apresentar alvará Sanitário válido com negócio ou atividade compatível com o objeto

4.4. Apresentar Alvará de Funcionamento/Localização válido ou com comprovante de pagamento do ano vigente. Caso seja permanente apresentar também o comprovante de pagamento no ano vigente

4.5. Apresentar Alvará Sanitário de Licença de Transporte da cidade da sede da licitante.

4.6. Apresentar Certificado de Regularidade válido emitido pelo IBAMA, compatível com o objeto da licitação.

4.7. Apresentar Certificado de Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Cargas (ANTT) válido.

4.8. Apresentar Licença Ambiental de Operação de Transporte válida, emitida pela FATMA. Caso tenha vencido, apresentar também o protocolo dentro do prazo estipulado por lei.

4.9. Apresentar Licença Ambiental de Operação de Estação de Tratamento de Esgoto licenciada no órgão competente. Caso não tenha estação de tratamento própria, apresentar também o contrato de destinação final em estação devidamente licenciada.

4.10. Declaração de Capacidade Operativa, declarando que a empresa dispõe de todos os equipamentos e materiais necessários, e mão de obras especializada necessária para o pleno atendimento do objeto licitado, quando do efetivo fornecimento e prestação dos serviços.

4.11. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho Regional de Química - CRQ - DO DOMICÍLIO OU SEDE do Licitante, comprovando o registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, devidamente atualizado, ou seja, com validade na data de abertura desta licitação.

4.12. Certidão de Registro de Pessoa Física no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho Regional de Química - CRQ - com validade na data de entrega dos envelopes da "Documentação de Habilitação" e "Proposta de Preços", comprovando o registro ou inscrição do(s) profissional(is) RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DOS SERVIÇOS. Pelo menos um destes profissionais deverá figurar como responsável pela execução dos serviços na entidade profissional competente.

4.13. Comprovação de vínculo do Responsável Técnico com a empresa proponente por meio de um dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) cópia da carteira de trabalho e previdência social – CTPS (páginas da identificação profissional e do contrato de trabalho) acompanhada de cópia do livro ou ficha de registro de empregado, ou;
- b) contrato de prestação de serviços firmado com a proponente (vigência durante o prazo de contratação deste edital), ou;
- c) caso o profissional seja proprietário/sócio da licitante, tal comprovação será desnecessária visto que já é feita através do ato constitutivo e da Certidão do CREA devidamente atualizada.

5. JUSTIFICATIVA

5.1 A aquisição do objeto descrito tem por justificativa prover a limpeza e manutenção de diversas vias e órgãos públicos, deste Município, valorizando os bairros de Ilhota com atenção ao aspecto ambiental, reforçando suas potencialidades à qualidade de vida de seus habitantes.

6. AVALIAÇÃO DO CUSTO

6.1 O custo estimado total da presente contratação e conforme a média aritmética dos preços orçados em anexo.

6.2 O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante no processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado.

7. RECEBIMENTO E CRITERIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1 As autorizações liberando o serviço serão emitidas pela secretaria solicitante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e deverá estar anexadas ao relatório mensal de serviços executados.

7.2 Os serviços deverão ser executados em todo território do município de Ilhota, conforme determinação da SECRETARIA SOLICITANTE.

7.3 A PRESTADORA DOS SERVIÇOS deverá atender a solicitação da SECRETARIA SOLICITANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após cada pedido.

7.4 O horário dos serviços a serem executados, deverá obedecer ao mesmo horário de expediente da SECRETARIA SOLICITANTE que é de segunda a sexta das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h.

7.4.1 Eventualmente poderão ocorrer situações consideradas de emergência, fora dos dias e horários estipulados, que deverão ser atendidas pela PRESTADORA DOS SERVIÇOS sem nenhum ônus para a SECRETARIA SOLICITANTE.

8. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

8.1 Os serviços serão medidos com base no manual de controle de qualidade intitulado como "Especificações Gerais para Obras Rodoviárias".

8.2 Os serviços executados que não atenderem os requisitos mínimos estabelecidos pela SECRETARIA SOLICITANTE, deverão ser corrigidos, complementados ou refeitos, sem ônus para a SECRETARIA SOLICITANTE.

8.3 Somente será efetuada a medição dos serviços que forem aceitos, aprovação da SECRETARIA SOLICITANTE.

8.4 Nas medições deverão ser anexados planilhas de volumes, quantidades de serviços executados e áreas dos serviços realizados, incluindo a localização (rua/avenida), para melhor detalhamento físico.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A PRESTADORA DOS SERVIÇOS é a única e exclusiva responsável pelos acidentes/prejuízos advindos da prestação dos serviços; devendo zelar, sempre, pelas normas de segurança do trabalho e trânsito, assim como o uso de todo e qualquer material/equipamento que contribua para a segurança dos serviços.

9.2 Todos e quaisquer encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, BDI, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente tais como: Manutenção, Operador, Combustível, Motoristas – são de responsabilidade única e exclusiva da PRESTADORA DOS SERVIÇOS, respondendo a SECRETARIA MUNICIPAL SOLICITANTE apenas e tão somente pelo pagamento dos serviços contratados conforme as medidas executadas.

9.3 Enviar juntamente com a nota fiscal, relatório detalhado dos serviços executados no mês anterior ao da nota. Anexar também os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS, dos funcionários contratados.

9.4 Manter os locais de trabalho em ordem e devidamente sinalizados com uso de cavaletes, bandeiras, placas etc., de acordo com as instruções e orientações determinadas pela DIRETORIA DE TRÂNSITO - DITRAN.

9.5 Manter a disciplina entre o seu pessoal, fazendo-o cumprir, na execução dos serviços, as normas legais sobre segurança, contra riscos de acidentes e uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual.

9.6 Manter a execução dos serviços em ritmo adequado e eficiente.

9.7 Controlar o cumprimento do horário de prestação de serviços e zelar pela boa apresentação dos seus empregados.

9.7.1 Os empregados deverão trajar uniforme onde deverá constar o nome da empresa e a expressão "A serviço da Prefeitura de Ilhota".

9.8 A PRESTADORA DOS SERVIÇOS obriga-se a pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre o serviço.

9.9 Todos os serviços devem ser executados somente após a liberação do Responsável da SECRETARIA SOLICITANTE.

9.10 O fornecimento dos equipamentos, máquinas, ferramentas, caminhões e mão de obra são de responsabilidade da PRESTADORA DOS SERVIÇOS.

9.11 Correrão por conta da PRESTADORA DOS SERVIÇOS, a reparação de todos os danos causados às propriedades e bens de terceiros

devidos à imperícia ou imperfeição durante e na execução dos serviços.

9.12 Quando, por qualquer motivo, os serviços forem suspensos, a PRESTADORA DOS SERVIÇOS continuará responsável pela manutenção de todo o material no local e pela segurança do canteiro de serviços contra acidentes com veículos e pessoas.

9.13 A PRESTADORA DOS SERVIÇOS deverá, semanalmente, prestar contas dos materiais retirados da SECRETARIA SOLICITANTE e efetivamente utilizados, sendo o excedente restituído, tudo mediante guias de controle, assinadas pelos diretores ou Secretário responsáveis.

9.14 A PRESTADORA DOS SERVIÇOS obriga-se a comunicar à SECRETARIA SOLICITANTE todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de força maior, não permitam a correta execução dos serviços.

9.15 A PRESTADORA DOS SERVIÇOS é obrigada a zelar pelo Patrimônio Municipal, assumindo as responsabilidades pela sua integridade, bem como pelos eventuais danos causados por seus agentes.

9.16 A SECRETARIA SOLICITANTE terá o direito de recusar todo e qualquer serviço, material ou equipamento utilizado.

9.17 Caberá exclusivamente à PRESTADORA DOS SERVIÇOS, toda e qualquer gestão junto aos órgãos públicos (Polícia militar e Civil e outros), concessionárias e empresas públicas ou privadas (trânsito, energia elétrica, telefonia, etc.) no intuito de liberar/isolar/proteger áreas, circuitos, interferências, etc., visando o desenvolvimento de todos os trabalhos previstos.

9.18 A PRESTADORA DOS SERVIÇOS deverá possuir registro no Conselho Regional Competente.

9.19 A empresa, por meio de seu Responsável Técnico, devera possuir acervo técnico para obras e apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica de um profissional habilitado para a execução da retirada e tratamento do efluente.

9.20 A PRESTADORA DOS SERVIÇOS deverá garantir os serviços executados. Caso algum reparo não seja bem feito, providenciará os reparos necessários sem quaisquer ônus para SECRETARIA SOLICITANTE.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 A contratante obriga-se a:

10.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constate do Edital e da proposta, para fins de aceitação;

10.1.2 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.1.3 Efetuar pagamento no prazo previsto.

10.1.4 Dispor de um engenheiro ambiental para fiscalização aleatoriamente a execução dos serviços solicitados.

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999 a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providencias acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. CONTROLE DE EXECUÇÃO

12.1 A fiscalização da contratação será exercida pelo funcionário indicado por cada secretaria solicitante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

12.1.1 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

12.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinado o que for necessário os apontamentos à autoridade competente para as devidas providências cabíveis.

13. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

Ilhota, 15 de Maio de 2017.

Aprovo em

Viland Bork
Secretário Municipal de Obras

Jocelene da Silveira
Secretária de Saúde

Andréa Cordeiro Quintino
Secretária de Educação

Diogo Werner
Secretário da Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017 – MULTIENTIDADES
ANEXO II - QUADRO DE DOTAÇÕES E RECURSOS

Os recursos orçamentários utilizados serão indicados na formalização do contrato ou instrumento hábil (Ordem de Serviço ou Autorização de Compras).

ANEXO III - MODELO DO DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00x/2017 - MULTIENTIDADES

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade Nº. _____ e CPF sob Nº. _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Ilhota, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ de 2017.

Carimbo, Nome e Assinatura do Credenciante

- Anexar (este documento deverá estar fora do envelope).
- No caso do credenciado ser Sócio-Administrador, Diretor, ou assemelhado: Fotocópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto e da Ata de Eleição da Diretoria, nos quais constem os poderes delegados.
- No caso do credenciado ser Procurador: anexar o modelo de credenciamento com firma reconhecida em cartório ou fotocópia autenticada de Procuração Pública, ou Procuração Particular, com firma reconhecida em cartório, ambas com poderes específicos, acompanhada de prova dos poderes delegados; deve estar acompanhada de cópia autenticada do contrato social em vigor.

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E REQUISITOS HABILITATORIOS

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

Licitante _____ (nome), _____ (CNPJ), sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, estado _____, declara, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do edital de Pregão nº 00x/2017 - MULTIENTIDADES, do Município de Ilhota (conforme art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).

Cidade _____, ____ de _____ de 2017.

NOME (RG e CPF) e ASSINATURA DO REPRESENTANTE
E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

Licitante _____ (nome), _____ (CNPJ), sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, estado _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.
Declara, também, que está obrigada sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2017.

NOME (RG e CPF) e ASSINATURA DO REPRESENTANTE
E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

Declaramos para fins de participação no Pregão Presencial nº 0xx/2017 – MULTIENTIDADES, que a empresa, CNPJ nº, cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima durante a vigência do contrato acarretará em rescisão deste.

....., de de 2017.

NOME (RG e CPF) e ASSINATURA DO REPRESENTANTE
E CARIMBO DA EMPRESA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00x/2017 – MULTIENTIDADES

ANEXO VII - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

Obs.: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

....., ____ de de 2017.

EMPRESA:

ENDEREÇO:

TELEFÔNE E FAX:

CNPJ:

E-MAIL:

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 00x/2017 – MULTIENTIDADES – A presente licitação tem por objeto:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO MECÂNICA DE BOCAS DE LOBO, CAIXA DE LIGAÇÃO, TUBULAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS, FILTRO ANAERÓBICO, CAIXA DE GORDURA E AFINS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO (HIDROJATO/HIDROVÁCUO), BEM COMO A RESPONSABILIDADE DE DESTINO DOS DEJETOS, conforme Anexo I do Edital.

Item	Descrição	Quant	Marca	Preço unitário	Preço total
01					
02					
...					

Valor total por extenso:

Prazo para Pagamento: (em conformidade com o item 7.1 do edital)

Prazo de Entrega: (em conformidade com o item 1.2 da ata de registro).

Os preços cotados são fixos e irredutíveis, neles já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Banco: Agência: Conta-Corrente:

NOME (RG e CPF) e ASSINATURA DO REPRESENTANTE
E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Modelo a ser preenchido pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte)

· Obs.: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

· Este documento deverá estar junto com o CREDENCIAMENTO.

Nome da empresa, qualificação, endereço, inscrita no CNPJ, neste ato representada por, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao artigo 32, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Cidade, ____ de de 2017.

NOME (RG e CPF) e ASSINATURA DO REPRESENTANTE RESPONSÁVEL
E CARIMBO DA EMPRESA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00x/2017 – MULTIENTIDADES

ANEXO IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO

CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE.

Ata nº ____/2017 – MULTIENTIDADES

Aos *** ____ (____) dias do mês de *** de 2017, o Município de Ilhota/Secretaria ***, com sede à Rua Dr. Leoberto Leal, nº 160 – Centro – Ilhota/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF sob o nº 83.102.301/0001-53, doravante denominado "MUNICÍPIO", neste ato representado pelo(a) xxxxxxxxxxxx, o(a) Senhor(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, portador de Cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Firma _____, estabelecida à _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante, denominada "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", neste ato representada por seu sócio, o Sr. _____, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no processo, referente ao Pregão Presencial nº 00x/2017 - MULTIENTIDADES para Registro de Preços do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 8666/93 e demais normas correlatas, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1 - DO OBJETO E LOCAL DE FORNECIMENTO

1.1 - Constitui objeto da presente ata, Contratação de empresa(s) pelo sistema de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO MECÂNICA DE BOCAS DE LOBO, CAIXA DE LIGAÇÃO, TUBULAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS, FILTRO ANAERÓBICO, CAIXA DE GORDURA E AFINS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO (HIDROJATO/HIDROVÁCUO), BEM COMO A RESPONSABILIDADE DE DESTINO DOS DEJETOS, conforme Anexo I do Edital, deste Município pelo período de 12 meses.

1.1.1 - A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições, de acordo com o a lei.

1.2 – Os materiais/serviços deverão ser fornecidos nas Secretarias solicitantes de acordo com os locais do Anexo XI do edital, no horário das 08:00 às 12:00 e 13:00 à 17:00 hs, em até 2 (DOIS) dias úteis, após solicitação da Secretaria requisitante mediante Autorização de Compras (AC) ou Ordem de Serviço(OS).

1.3 – Os produtos/serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos, com as garantias previstas no edital, bem assim, estar em conformidade com as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que os itens considerados inadequados ou não atenderem às exigibilidades, deverão ser recompostos e o pagamento de toda a parcela ficará suspenso até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Órgão da Administração contratante, poderá ser renovado, no prazo previsto no subitem 4.2 da ata, sem prejuízo nas penalidades previstas, pelo atraso inicial.

1.3.1 - Entende-se por produto/serviço inadequado, aquele que apresentar: inferior qualidade, fora das especificações acima exigidas, contendo defeitos.

2 - DO PREÇO

2.1 - As descrições dos materiais, marcas e preços unitários, ficarão assim firmados:

2.1.1 – O valor Global desta Ata de Registro de Preços importa em R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) que serão pagos parceladamente em até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega de cada parcela.

2.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), leis sociais, administração, lucros, veículo, equipamentos e ferramental, e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital e nesta Ata.

3 - DO REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS

3.1 - Os preços constantes do registro de preços serão reajustados pelo IGP - DI, publicado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que o vier a substituir legalmente, sendo que em quaisquer casos, na aplicação do reajuste previsto, o preço não poderá ser ultrapassado ao praticado no mercado, nem mesmo ir de encontro as determinações inseridas nas leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município, à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da Ata. Por conseguinte, independentemente de provocação do Órgão Gerenciado do SIREP, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a beneficiária do Registro de Preço, obriga-se, voluntariamente, a comunicar ao Órgão Gerenciado do SIREP, o novo preço que substituirá o então registrado.

3.2 - Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão gerenciador.

3.3 - O disposto no item anterior aplica-se igualmente, no caso de incidência de novos impostos ou taxas e de alteração das alíquotas já existentes e/ou nas demais situações, com respaldo no art. 65, inc. II, alínea d, da lei 8666/93, em que a revisão contratual pode ser intentada a qualquer tempo, independentemente de previsão expressamente pactuada, visto que são situações inusitadas que, dada a sua imprevisibilidade, não foram cogitadas pelas partes, isto baseado no "Fato do Príncipe" e na teoria da imprevisão ou se previsto, porém, de consequências incalculáveis, que implicou no desequilíbrio econômico do contrato, quebrando a primitiva equação econômico-financeira, reduzindo os preços de mercado, devidamente comprovados.

3.4 – A Contratada, em função da dinâmica do mercado, poderá, com base no art. 65, inc. II, alínea "d" da lei 8666/93, solicitar a atualização (revisão) dos preços vigentes através de solicitação formal a Administração Municipal, por meio de planilha de composição de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição (por ocasião da proposta inicial, anterior e após o aumento) de matérias-primas, taxas e afins, introdução de taxas e impostos, componentes e/ou de outros documentos, que comprovem o real desequilíbrio financeiro, sendo que:

a) A atualização de preços deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço da proposta e o de mercado vigente à época do fato superveniente, na busca ideal para melhor manutenção do lucro da beneficiária, podendo, quando não for possível se obter, tecnicamente, amostragens técnicas aplanilhadas, ser utilizado como parâmetros ponderados, pesquisas divulgadas por órgãos oficiais, como: DIEESE,

FGV, IBGE, e demais afins.

b) Independentemente da solicitação de que trata o item 3.4, o Município poderá, a qualquer momento, reduzir os preços registrados, em conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado regional, nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios, com efeitos financeiros a partir da ocorrência real do fato.

c) Caso a Contratada venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente, sob as penalidades previstas no edital.

4 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DA ATA

4.1 – A Detentora da Ata de Registro de Preço, ao longo da validade do registro, será convocada a retirar o pedido ou a firmar as contratações decorrentes da Ata, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da convocação expedida pelo Município ou da data da publicação no diário oficial do Município, nos termos e condições preconizadas pelo Art. 64 da Lei federal nº 8.666/93, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital e nesta ata.

4.1.1 - No ato da contratação, o representante da adjudicada deverá, caso exigido, apresentar contrato social ou instrumento equivalente que comprove sua titularidade, ou contrato social com documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório competente, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

4.1.2 - Quando do contrato e/ou da retirada do Pedido, caso solicitado, a fornecedora deverá apresentar novas provas de regularidade fiscal, regularidade com o INSS e FGTS e demais exigidas na fase licitatória, sob pena de rescisão.

4.2 - A CONTRATADA terá um prazo conforme item 1.2 desta ata, contados da data de recebimento da Autorização de Compras, para estruturar-se e fornecer o objeto licitado.

4.3 – Quaisquer dos prazos estabelecidos nos itens 4.1 e 4.2, poderão ser prorrogados, quando solicitado pela detentora da ata, e desde que ocorra algum motivo fortuito ou força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração.

4.4 - O prazo de validade deste registro de preço será de 12 meses, contado da assinatura da ata de registro.

5. DOS PAGAMENTOS

5.1 – O pagamento será efetuado através de transferência bancária em até 30 dias após emissão da Nota Fiscal e entrega dos produtos ou fornecimento dos serviços mediante a apresentação da Autorização de Compras/Ordem de Serviço, acompanhada da Respectiva Nota Fiscal com o devido aceite do Certificado de Destinação Final e de Documento com a informação do local, data e hora de início e fim do serviço assinado pelo Fiscal Responsável. Não será aceito boleto bancário para pagamento.

5.2 - Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos.

5.3 - Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações.

5.4 - A Prefeitura Municipal de Ilhota reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à Licitante vencedora, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes neste Edital.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - As obrigações decorrentes do fornecimento dos itens, constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO e a DETENTORA DA ATA, serão formalizadas através de Pedido, contrato ou outro termo equivalente, observando-se as condições estabelecidas no Edital, na Ata de Registro e demais anexos integrantes.

6.2 - Na hipótese do primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato e/ou pedido, no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, exceto o preço que será o de seu último lance ofertado, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

6.3 - Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um detentor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4 - Os pedidos de fornecimento/prestação deverão ser formalizados diretamente, segundo as conveniências da administração direta, autarquias, sociedade de economia mista, fundações, fundos especiais e demais entidades controladas diretas ou indiretamente, sob o controle do Órgão Gerenciador do Sistema do SIREP (Departamento de Compras).

6.5 - Os pedidos deverão ser efetuados através de emissão de Ordens de Fornecimento, devidamente enumeradas e nominadas à Detentora da Ata ou Contratada, deles constando: data, valor unitário, quantidade, carimbo e assinatura do responsável da unidade do órgão requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia dos mesmos aos processos de requisição e de liquidação, segundo as conveniências da administração direta, autarquias, sociedade de economia mista, fundações, fundos especiais e demais entidades controladas diretas ou indiretamente, sob o controle do Departamento de Compras.

7 – DO RECEBIMENTO/OBRIGAÇÕES/PENALIDADES/RESCISÃO

7.1 – O recebimento e aceitação dos produtos se farão das formas seguintes:

7.1.1 - O material será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73 inciso II da Lei federal nº 8666/93, sendo que a aferição, recebimento e fiscalização serão exercidos por servidor designado por cada Secretaria Solicitante.

7.1.2 - O Contratante inspecionará e verificará o cumprimento das especificações legais, sendo que caso estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado, os rejeitará ou devolverá.

7.1.2.1 – Quando da não aceitação ou devolução do produto, objeto do edital, a critério do Contratante, na forma do sub-item 4.2, da ata, poderá ser concedido novo prazo para o cumprimento pendente, sem prejuízo nas penas contratuais ou rescisórias.

- 7.1.3 - Correrão por conta da fornecedora, as despesas e custos decorrentes da não aceitação ou devolução do objeto do contrato.
- 7.1.4 - A fornecedora deverá fornecer os itens, constantes do objeto desta ata, conforme os pedidos feitos pelos órgãos relacionados no item 1.2 da ata de registro.
- 7.1.5 - O fornecedor deverá atender aos pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro, ainda que a entrega seja prevista para data posterior ao vencimento da Ata.
- 7.2 - Constituem obrigações da detentora da ata, dentre outras inerentes ou decorrentes do edital, desta ata e do futuro pedido:
- 7.2.1.1 - Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber o "Pedido", o mesmo deverá ser enviado pelo Correio, devidamente registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.
- 7.2.2 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das especificações exigidas no anexo I do edital de licitação origem.
- 7.2.3 - Responsabilizar-se pelos recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos, que incidam ou venham a incidir sobre os materiais, objeto contratual.
- 7.2.4 - Arcar com todos os impostos, taxas, encargos, ônus e despesas relativas ao cumprimento do Contrato.
- 7.2.5 - Acatar, à medida da necessidade do Contratante, com as eventuais alterações contratuais, nos limites da lei.
- 7.2.6 - Cumprir os prazos das obrigações propostas, bem como no que se refere às garantias de reposição, no caso de entrega de material inadequado, previsto no subitem 1.3 da ata de registro.
- 7.2.7 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração do faturamento, que impliquem em aumento de despesas ou perdas.
- 7.2.8 - Fornecer, caso solicitado pelo Município ou Órgão CONTRATANTE, Certidão Negativa de Débito - CND, emitida pelo INSS, o Certificado Regularização de Situação - CRF, junto ao FGTS e provas de quitação com as Fazendas Públicas, Federal ou Municipal, sob a pena de sustação de quaisquer créditos, até a efetiva comprovação da inexistência dos referidos débitos.
- 7.2.9 - Cumprir, durante a execução do Contrato, todas as Leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes, a que houver dado causa.
- 7.2.11 - Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.
- 7.2.13 - Observar, no decorrer das contratações, decorrentes do Registro de Preços, os termos da Lei e regulamento pertinentes, previstos nesta ata e no edital de Pregão origem.
- 7.2.14 - Manter efetivo controle sobre o saldo do objeto do edital a fornecer por conta do registro de preço, visando dar garantias ao seu direito de paralisação do fornecimento, quando do seu exaurimento.
- 7.2.15 - Comunicar por escrito ao CONTRATANTE, toda e qualquer anormalidade relacionada com a execução do Contrato.
- 7.2.16 - Emitir as notas fiscais no ato do abastecimento e entregá-las imediatamente ao CONTRATANTE.
- 7.3 - Constituem obrigações do Município ou órgão Contratante, dentre outras inerentes ou decorrentes da Contratação:
- 7.3.1 - liquidar os documentos de cobrança, conforme o prazo previsto no edital;
- 7.3.2 - publicar extrato do Contrato, na forma da Lei;
- 7.3.3 - dar o devido recebimento do objeto do contrato, através da unidade requisitante, após a devida análise e aprovação prévia;
- 7.3.4 - Através de quaisquer dos órgãos requisitantes, administração direta, sociedade de economia mista, fundações, fundos especiais e demais entidades controladas diretas ou indiretamente, emitir os Pedidos ou contratos, a seu critério, segundo as conveniências de momento, ao longo da validade do registro.
- 7.3.5 - Emitir as Ordens de Fornecimento devidamente enumeradas e nominais à Contratada, medida da necessidade dos itens.
- 7.4 - Pelos motivos e condições, previstos nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, as penalidades em que a Detentora da Ata ou contratada estará sujeita, são as seguintes:
- 7.4.1 - Advertência, para descumprimentos contratuais previstos no edital, nesta Ata e legais, todos de natureza leve e não reincidentes, à juízo do Município ou Contratante.
- 7.4.3 - Multa correspondente a 2% (dois cento) do valor total da Ata de Registro de Preço, na ocorrência de atraso no início para estruturação ou na solução de eventuais problemas no fornecimento ou na qualidade dos produtos, bem como na ocasional falta destes, conforme prevê os subitens 1.3,1.3.1 e 4.2, desta ata.
- 7.4.4 - Multa de 10% (dez por cento) do valor total dos produtos contemplados à Detentora da Ata, constantes da Ata de Registro, no caso de rescisão sem justo motivo, nas hipóteses previstas nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993;
- 7.4.5 - Multas variáveis entre 0,01 % (um centésimo por cento) a 0,08% (oito centésimos por cento) do valor contemplado à Detentora da Ata, constantes da Ata de Registro, caso a CONTRATADA:
- a) fornecer produto fora das especificações legais e exigidas nesta ata;
- b) desrespeitar quaisquer das obrigações e demais cláusulas desta ata e do edital origem.
- 7.4.6 - Multa de 20,0% (vinte por cento) sobre o valor da contratação correspondente, pela recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em assinar o Termo de Contrato, quando solicitado por qualquer órgão da administração, dentro do prazo estabelecido;
- 7.4.7 - Multa de 20,0% (vinte por cento) sobre o valor da contratação pela recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em assinar o Termo de Contrato, quando cabível ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido;
- 7.4.7.1 - Incide na mesma multa prevista no subitem anterior a detentora que estiver impedida de assinar o Termo de Contrato ou retirar a Nota de Empenho pela não apresentação dos documentos devidamente atualizados, mencionados nos itens 4.1.1 e 4.1.2, desta Ata.
- 7.4.8 - Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do material a ser fornecido pela detentora da ata, pela entrega em desconformidade com as condições desta Ata, independentemente da obrigação de trocá-lo dentro do prazo previsto.
- 7.5 - A cobrança de multas será feita, mediante desconto do pagamento da(s) fatura(s), se for (em) apresentada(s) após a sua aplicação, ou ainda, cobrada diretamente da Detentora da Ata ou Contratada, se a fatura for insuficiente;
- 7.5.1 - No caso de cobrança de multa diretamente da Contratada, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da correspondente notificação, garantida prévia defesa.
- 7.6 - A incidência de multa poderá ser acumulada a outras penalidades e sua aplicação não impedirá que o Município de Ilhota adote as medidas judiciais cabíveis.

7.7 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com Município de Ilhota/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e seus órgãos da administração direta e indireta, poderão ser aplicadas à licitante ou contratada, juntamente com as de multa prevista no contrato, conforme dispõe o subitem 12.1, do Edital de Pregão Origem.

7.7.1 - A aplicação de quaisquer destas sanções, será publicada no Diário oficial do Município.

7.8 - A Contratada poderá, ainda, sujeitar-se às sanções previstas desta ata, caso:

7.9.1 - Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer dos tributos.

7.9.2 - Tenha praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

7.9.3 - Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o Município de Ilhota, em virtude de atos ilícitos praticados.

7.10 - Poderá, ainda, a FORNECEDORA, a juízo do CONTRATANTE, responder por perdas e danos, independentemente das multas previstas no presente documento.

7.11 - No caso de rescisão contratual, cessará automaticamente todas as atividades relativas ao fornecimento, objeto desta ata.

7.12 - Caso o MUNICÍPIO não utilize a prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

7.13 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

7.18 - A rescisão da Ata de Registro, da Autorização de Compra ou do contrato, será aplicada, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso de interpelação judicial ou extrajudicial, no caso de qualquer inadimplemento contratual previsto nesta ata ou no edital origem, pelos motivos elencados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, em especial, se a detentora da ata ou futura Contratada:

7.18.2 - Incorrer em atraso no início para estruturação ou na solução de eventuais problemas no fornecimento ou na qualidade dos produtos, bem como na ocasional falta destes, conforme prevê os subitens 1.3, 1.3.1 e 4.2, desta ata;

7.18.3 - desrespeitar os dispositivos legais ou pela recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em assinar o Termo de Contrato, quando solicitado por qualquer órgão da administração, dentro do prazo estabelecido;

7.18.4 - Promover alteração social ou modificar a finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo do contratante, prejudique a execução do Contrato.

7.18.5 - Transferir o contrato a terceiros ou acobertar o fornecimento do objeto contratual, com razão social diferente.

7.18.6 - Contrair falência;

7.19 - Rescindido o Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, em acerto de contas, as despesas aprovadas e efetivamente realizadas.

7.20 - Com base no artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do Município contratante, que a exemplo da rescisão administrativa, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

7.21 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1- O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - pela Administração, quando:

a) a Fornecedora não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços, notadamente nas hipóteses de inexecução total ou parcial ou rescisão dos ajustes dela decorrentes;

b) a adjudicatária, injustificadamente, deixar de assinar a Ata de Registro de Preço ou de firmar o contrato ou de retirar o Pedido decorrente do registro de preços;

c) o fornecedor der causa à rescisão administrativa ou contratual, pelos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar reduzir o(s) seu(s) preço(s) registrado(s);

e) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores.

II - pelo Detentor da ata, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços, devidamente justificado e aceito pelo Município.

8.2 - O cancelamento da ata de registro de preço e demais sanções administrativas serão precedidos de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador do sistema (Departamento de Compras do Município Contratante), sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

8.3 - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 8.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

8.4 - No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do quinto dia útil, contado da publicação, pelo decurso de prazo.

8.5 - A solicitação da fornecedora ou prestadora de serviços para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

8.6 - Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de materiais, constantes do registro de preços.

9 – DA DISCRICIONALIDADE DA CONTRATAÇÃO

9.1 – A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações decorrentes deste registro, que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada à Administração, a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços.

10 - DA AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1 - Poderão fazer uso desta Ata todos os órgãos dos Poderes Executivo do Município de Ilhota – SC, inclusive, os fundos, fundações públicas, do Município, ainda que dela não participantes, mediante consulta prévia e autorização expressa da Secretaria da Administração do Município de Ilhota – SC.

10.1.1 – A utilização da Ata por órgãos dela não participantes, nos termos do item 10.1, que dependerá da anuência da detentora, não poderá acarretar prejuízo do atendimento dos quantitativos inicialmente estimados.

10.2 - A contratação e a emissão de nota de empenho serão autorizadas, caso a caso, pelo titular da Pasta à qual pertencer o órgão participante, ou pela autoridade por ele delegada, ficando a Unidade responsável pelo cumprimento das disposições da presente Ata, bem assim da estrita observância das normas aplicáveis à matéria.

10.3 - A retificação do empenho ou seu cancelamento total ou parcial obedecerão à mesma regra.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitadas as disposições da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores em vigor.

11.2 - Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços, ou do futuro contrato ou Pedido.

12 - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da cidade de Gaspar/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata de Registro de Preço, pelo futuro contrato ou Pedido, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Ilhota/SC, 10 de agosto de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

DIOGO WERNER
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

FORNECEDORA/DETENTORA DA ATA DE REGISTRO
CNPJ:

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00x/2017 – MULTIENTIDADES

CONTRATO Nº/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ... QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ILHOTA E A EMPRESA ...

O MUNICÍPIO DE ILHOTA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Doutor Leoberto Leal nº 160, Centro, Ilhota, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.301/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito, senhor ERICO DE OLIVEIRA, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na _____, nº _____ - Bairro _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo senhor _____, portador do CPF nº _____, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, devidamente autorizado nos autos do Processo de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00x/2017, têm entre si justo e contratado o que segue:

1 OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui objeto deste Contrato o fornecimento de ... , com as características e quantidades assim especificados:

..... (descritivo dos itens)

1.2 A Forma de Fornecimento do objeto deste Contrato é parcelada.

Parágrafo Único: O presente Contrato, assim como a licitação da qual decorreu, não obriga o Município a aquisição de todos os objetos nas quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades da Administração.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 00x/2017 e seus Anexos;

b) Proposta de Preços da CONTRATADA.

2.2 Os documentos referidos no item 2.1, são considerados suficientes para, em complemento à este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

3 DOS PRAZOS DO CONTRATO

3.1 A CONTRATADA deverá entregar os itens, objeto deste Contrato, em 2 (dois) dias úteis após o recebimento da autorização de compras – AC – ou ordem de serviço – OS – encaminhada pelo requisitante.

3.2 O prazo de vigência do contrato será de xx (xxxx) meses, a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº 8.666/93.

4 PREÇO

4.1 O preço para o fornecimento do objeto deste Contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo CONTRATANTE, tendo os seus valores unitários especificados no item 1.1 (um ponto um) do presente Contrato.

4.2 O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

4.3 Os valores poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo IGP-DI, ou por outro que venha a substituí-lo.

4.4 A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.5 Recursos para pagamento - dotações orçamentárias:

Despesa	Órgão/Unid.	Função	Sub função	Proj/Ativ.	Categoria Econômica	Fonte de Recurso	Descrição do Proj/Ativ.

5 LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

5.1 Os itens deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, através de autorizações de compras – AC – ou ordem de serviço – OS, que serão encaminhadas dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

5.2 Os objetos relacionados na autorização de empenho deverão ser entregues no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a sua solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

5.2.1 A critério da Administração poderão ser solicitadas entregas nos locais discriminados no ANEXO XI - LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.2.2 Poderão ser solicitadas entregas em outros locais não estipulados no edital, sendo que o fornecedor obriga-se a entregar os itens no local indicado, desde que seja dentro do Município de Ilhota.

5.3 No ato da entrega dos itens a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

5.4 Fica aqui estabelecido que os materiais objeto deste Pregão serão recebidos:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do item com a especificação contida neste edital e seus anexos;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do item e a consequente aceitação.

5.4.1 A Nota Fiscal/Fatura somente será encaminhada ao órgão responsável pelo pagamento após o recebimento definitivo do material, que se dará em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

5.5 Os materiais que forem recusados (tanto no recebimento provisório quanto no recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

5.6 Se a substituição dos materiais cotados não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5.7 Caso seja comprovado que os itens entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

6 CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 Na entrega dos itens, a CONTRATADA deverá acompanhar-se de Nota Fiscal correspondente, encaminhando-a ao respectivo requisitante.

6.2 O pagamento será efetuado através de transferência bancária em até 30 dias após emissão da Nota Fiscal e entrega dos produtos ou fornecimento dos serviços mediante a apresentação da Autorização de Compras/Ordem de Serviço, acompanhado: da Respectiva Nota Fiscal com o devido aceite, do Certificado de Destinação Final e de Documento com a informação do local, data e hora de início e fim do serviço assinado pelo Fiscal Responsável. Não será aceito boleto bancário para pagamento.

6.3 Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

7 RESPONSABILIDADES

7.1 A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pelo fornecimento do objeto deste Contrato e, conseqüentemente responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, no fornecimento dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o CONTRATANTE ou à terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE.

7.2 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos itens fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos materiais, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos produtos fornecidos;
- b) manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas no respectivo Edital;

c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);

d) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

8.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

8.2.1 A não substituição dos materiais/produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, neste Contrato e na Lei.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 São obrigações da Contratante:

a) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais/produtos, atestar nas notas fiscais a efetiva entrega e o seu aceite;

b) Efetuar os pagamentos à Contratada nos termos do contrato, do Edital e seus Anexos;

c) Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais;

d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

e) Rejeitar, no todo ou em parte materiais entregues ou serviços prestados, se estiverem em desacordo com as especificações do Edital e seus Anexos, assim como da proposta de preços da Contratada;

f) Emitir Autorização de Compras ou Ordem de Serviço para marcar o início do prazo para cumprimento das obrigações por parte da Contratada;

g) Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;

h) Franquear o acesso à contratada aos locais necessários a execução dos serviços;

i) Comunicar a contratada todas as irregularidades observadas durante a execução dos serviços;

j) Rescindir o Contrato, nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei no 8.666/93.

10 PENALIDADES

10.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, não cumprirem com as obrigações assumidas na licitação e na ATA de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;

c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.

10.2 Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar n.º 123/2006.

10.3 Caberá aplicação da penalidade de advertência nos casos de infrações leves que não gerem prejuízo a Administração.

10.4 Caberá aplicação de multa de até 20% do valor calculado sobre o valor total da Proposta de Preços da Licitante, nos seguintes casos:

a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; multa de 10%;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame; multa de 5%;

c) apresentar documentação falsa exigida para o certame; multa de 20%;

d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; multa de 10%;

e) não manter a proposta de preços; multa de 10%;

f) falhar ou fraudar na execução do contrato; multa de 10%;

g) não entregar os produtos ou entregar os produtos com mais de 10 dias de atraso; multa de 10%;

h) comportar-se de modo inidôneo; multa de 20%;

i) cometer fraude fiscal; multa de 20%;

10.4.1 Caberá aplicação da multa de 0,5% por dia de atraso até o limite de 10 dias, calculada sobre o valor do pedido, pelo não cumprimento do prazo de entrega.

10.4.2 Caso não seja realizada entrega ou a entrega seja realizada com mais de 10 dias de atraso, caberá aplicação da multa prevista no item 9.4 "g", podendo ser rescindido o contrato.

10.5 Sem prejuízo da aplicação de multa caberá aplicação da penalidade de Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios, nos seguintes prazos e casos:

a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; 2 anos mais multa;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame; 1 ano mais multa;

c) apresentar documentação falsa exigida para o certame; 5 (cinco) anos mais multa;

d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; 1 ano mais multa;

e) não manter a proposta de preços; 1 ano mais multa;

f) falhar ou fraudar na execução do contrato; 4 anos mais multa;

g) não entregar os produtos ou entregar os produtos com mais de 10 dias de atraso; 1 ano mais multa;

h) comportar-se de modo inidôneo; 5 (cinco) anos mais multa;

i) cometer fraude fiscal. 5 (cinco) anos mais multa;

10.6 Em todo caso a licitante terá direito ao contraditório e ampla defesa.

10.6.1 Em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, poderá a licitante apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação sobre a irregularidade ou aplicação da penalidade.

10.7 É facultado a licitante apresentar recurso contra aplicação de penalidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

10.8 As multas sempre que possível serão descontadas diretamente dos valores devidos a Contratada, caso o saldo seja insuficiente, deverão ser recolhidas via guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Tributação, devendo ser comprovada a quitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da guia.

10.9 Caso não seja recolhida o valor da multa no prazo estabelecido, a licitante será inscrita em dívida ativa do Município, sendo o valor executado judicialmente.

10.10 As penalidades de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar, poderão ser aplicadas por Secretário Municipal.

10.11 Os recursos deverão ser encaminhados à autoridade que aplicou a penalidade, sendo que após sua análise será submetida a Decisão da Autoridade hierarquicamente Superior.

11 RESCISÃO

10.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

11.1.1 No caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da lei 8.666/93, fica assegurado e reconhecido o direito do CONTRATANTE ao ressarcimento de eventuais prejuízos ou ônus adicionais decorrentes de novas contratações ou outros gastos imprevistos, além do atraso na entrega dos objetos, conforme art. 55, inciso IX da lei 8.666/93.

11.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12 DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

12.2 Aplicam-se à este Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

13 VALOR DO CONTRATO

13.1 As partes contratantes dão ao presente Contrato o valor global de ____ (....), para todos os legais e jurídicos efeitos.

14 FORO

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Gaspar/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

Ilhota (SC), xx de xxxxxxxx de xxxx.

Prefeito
CONTRATANTE

(razão social)
CONTRATADA

Testemunhas:

ANEXO XI – LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

EXECUTAR OS SERVIÇOS CONFORME SOLICITAÇÃO, DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO DE ILHOTA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL.

ANEXO XII PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2017

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial e colocado no envelope de Habilitação.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERATIVA

DECLARAMOS, para fins de participação neste procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL nº XXX/2017, que a empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____, atende, plenamente, aos requisitos técnicos para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA COM CAMINHÃO DE HIDROJATO/HIDROVÁCUO, BEM COMO A RESPONSABILIDADE DE DESTINO DOS DEJETOS, conforme especificações constantes no Edital do PP nº xxx/2017 e seus Anexos. E que dispõe de CAPACIDADE OPERATIVA, bem como, de TODOS OS EQUIPAMENTOS E PESSOAL, técnico e operacional, necessários à execução dos serviços, GARANTINDO, ainda, que não haverá qualquer tipo de paralisação dos serviços, seja por falta de equipamentos ou de pessoal, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

_____, ____ de _____ de 2017.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.

DECRETO 81/2017

DECRETO Nº 81, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

"Dispensa, em caráter emergencial, licitação para serviço de desentupimento das vias de drenagem do Bairro Vila Nova e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Ilhota/SC, Sr. Erico de Oliveira, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que há esgoto transbordando a céu aberto no bairro Vila Nova;

CONSIDERANDO que o material é contagioso e coloca em risco a vida de cerca de 2 (duas) mil pessoas que lá moram e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV, do artigo 24 da Lei 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada emergência administrativa, com base na qual se dispensa a licitação para serviço de hidrojateamento e destinação final do esgoto do bairro Vila Nova.

Art. 2º Autoriza-se a compra direta, observando-se os preços comuns praticados no mercado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 9 de agosto de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ERRATA DO EDITAL PRG 026 - 2017 MUL - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 2

Errata 2 do Edital Pregão 026/2017 - MUL - Aquisição de Veículos

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 026/2017 - MUL, que o Edital será retificado da seguinte forma:

Onde se lê:

Nas especificações do item 1, no anexo I do Edital PRG 026-2017 "Compartimento de carga (portas malas) capacidade de no mínimo 440 Lts;"

Leia-se:

Nas especificações do item 1, no anexo I do Edital PRG 026-2017 "Compartimento de carga (portas malas) capacidade de no mínimo 280 Lts;"

Onde se lê:

Nas especificações do item 4, anexo I do Edital PRG 026-2017 "limpadores de pára-brisa dianteiros e traseiros"

Leia-se:

Nas especificações do item 4, anexo I do Edital PRG 026-2017 "limpadores de pára-brisa dianteiros".

Considerando que a data inicial de abertura foi suspensa e a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 23 de agosto de 2017 às 09:30 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09:00 horas.

Ilhota, 09 de agosto de 2017

Alex Miranda

Pregoeiro Oficial

ERRATA DO EDITAL PRG 038 - 2017 MUL - LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS 1

Errata 1 do Edital Pregão 038/2017 - MUL - Locação de Impressoras

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 038/2017 - MULTIENTIDADES, que o Edital será retificado da seguinte forma:

Onde se lê:

1	5	Locação de Impressora Multifuncional Colorida Tipo de Multifuncional: Laser. Funções: mínimo Copiadora, Scanner, Impressora. Conectividade: mínimo Ethernet ou USB. Impressão Velocidade máxima: mínimo 30 ppm Manuseio de Papel Capacidade de entrada de papel: mínima de 500 folhas Suporte de Papel: Mínimo A4 Requisitos do Sistema Compatível com Windows 7 Memória: 1 GB	6,00	Locação/ mensal	268,33	3219,96	19.319,76
1	7	Locação de Impressora Multifuncional Colorida Tipo de Multifuncional: Jato de tinta. Funções: mínimo Copiadora, Scanner, Impressora. Conectividade: mínimo Ethernet ou USB. Impressão Velocidade máxima: mínimo 30 ppm (PB) Manuseio de Papel Capacidade de entrada de papel: mínima de 150 folhas Suporte de Papel: Mínimo A4 Requisitos do Sistema Compatível com Windows 7 Memória: mínima 128 MB	12,00	Locação/ mensal	76,67	920,04	11.040,48

Leia-se:

1	5	Locação de Impressora Multifuncional Colorida Tipo de Multifuncional: Laser. Funções: mínimo Copiadora, Scanner, Impressora. Conectividade: mínimo Ethernet ou USB. Impressão Velocidade máxima: mínimo 30 ppm Manuseio de Papel Capacidade de entrada de papel: mínima de 250 folhas Suporte de Papel: Mínimo A4 Requisitos do Sistema Compatível com Windows 7 Memória: 1 GB	6,00	Locação/ mensal	268,33	3219,96	19.319,76
1	7	Locação de Impressora Multifuncional Colorida Tipo de Multifuncional: Jato de tinta. Funções: mínimo Copiadora, Scanner, Impressora. Conectividade: mínimo Ethernet ou USB. Impressão Velocidade máxima: mínimo 30 ppm (PB) Manuseio de Papel Capacidade de entrada de papel: mínima de 150 folhas Suporte de Papel: Mínimo A4 Requisitos do Sistema Compatível com Windows 7	12,00	Locação/ mensal	76,67	920,04	11.040,48

Considerando que a data inicial de abertura foi suspensa e a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 24 de agosto de 2017 às 09:30 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09:00 horas.

Ilhota, 09 de agosto de 2017

Alex Miranda
Pregoeiro Oficial

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 15/2017**

	Câmara Municipal de Ilhota Estado de Santa Catarina Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41 Fone / Fax: (047) 3343-1182 Email: camara@ilhota.sc.gov.br	
--	--	--

PORTARIA Nº 15/2017

“CONCEDER REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA PROVISÓRIA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

FRANCISCO DOMINGOS, Presidente da Câmara Municipal do Município de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária no período de 17/08/2017 a 17/10/2017 de 40 horas para 30 horas semanais à servidora Wanessa Schutz sem redução salarial de acordo com a reiteração ao requerimento 01 protocolado no dia 24/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Ilhota, 08 de agosto de 2017.

Francisco Domingos

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº 061

DECRETO Nº. 061, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ/SC.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Imaruí:

I – Presidente: Rita de Cássia da Silva Pereira;

II – Vice Presidente: Renan Rodrigues Fermino;

III – Secretária: Ana Claudia Soares dos Santos.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 07 de agosto de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

RESOLUÇÃO 002/2017

Prefeitura de Imaruí

Secretaria de Promoção Social

RESOLUÇÃO Nº 002/2017

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Municipal 05/1996, Seção 1, Art. 6º, incisos IV e XXII.

RESOLVE:

Artigo 1º - Criar Comissão Especial, com o intuito de organizar a XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Artigo 2º - A referida comissão é composta pelos seguintes representantes:

- Ana Cláudia Soares dos Santos.
- Carolina do Nascimento Santos.
- Gunnar Nascimento Chaves.

Esta Resolução entra em vigor na data de 02 de agosto de 2017.

Imaruí, 02 de agosto de 2017.

Registre-se. Publique-se e, Cumpra-se.

Rita de Cássia da Silva Pereira

Presidente do CMAS

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAD Nº 071/2017

EDITAL SEAD Nº 071/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 13/2017.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 13/2017, divulgado através do Edital nº 13/2017, de 07 de junho de 2017, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 13/2017, de 06 de julho de 2017, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 13/2017, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração- DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de Agosto a 09 de Setembro de 2017, no horário das 13:30h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 09 de agosto de 2017

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 071/2017
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Motorista
João Sivaldo dos Santos

EDITAL SEAD Nº 073/2017

EDITAL SEAD Nº 073/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 13/2017.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 13/2017, divulgado através do Edital nº 13/2017, de 07 de junho de 2017, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 13/2017, de 06 de julho de 2017, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 13/2017, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração- DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de Agosto a 09 de Setembro de 2017, no horário das 13:30h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 09 de agosto de 2017

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 073/2017
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Motorista
Adelpho José Pamato

EDITAL SEAGP Nº 072/2017

EDITAL SEAGP Nº 072/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração— DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de Agosto a 09 de Setembro, no horário das 13:30 às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 09 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAGP Nº 072/2017

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente de Combate as Endemias
Rafael Paternoster Cecchetto

EXTRATO CONTRATO SEDUCE 2017/18 - A/00 PROC 45/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDUCE 2017/18 - A/00

Contratada: SAVE ENGENHARIA E SOLUÇÕES EM OBRAS TERRAPLANAGEM LTDA ME

CNPJ: 23.372.388/0001-57

Objeto: Contratação de uma Empresa para Fornecimento de Materiais e Mão-de-obra para a RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO

PROJETO ANEXO AO CAIC.

Prazo: 14/07/2017 à 14/08/2017 Valor Total: R\$ 14.656,00

Fundamento: Processo nº 45/2017 Dispensa nº 11/2017

Imbituba, 14 de julho de 2017.

Filipe Dias Antônio

Secretario Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Contratante

SAVE ENGENHARIA E SOLUÇÕES EM OBRAS TERRAPLANAGEM LTDA ME

Representante legal

Contratado

EXTRATO CONTRATO SEFAZ 2013/109 A/08 PROC 81/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO PMI SEFAZ 2013/109 – A/08

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a supressão do item: aplicativo, controle de Frotas

Prazo: 31/12/2017 Valor Total Suprimido R\$ 7.847.64

Fundamento: Processo nº 81/2013 Concorrência nº 56/2013

Imbituba, 12 de maio de 2017.

Jari Luiz Dalbosco

Secretário Municipal da Fazenda

Contratante

BETHA SISTEMAS LTDA

Representante legal

Contratada

EXTRATO DE ERRATA PROC 53 2017 PREGAO 29 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEINFRA

ERRATA

COMUNICADO: Fica suprimido no item 7.7. as alíneas" a), b), b1) e g)" em relação a alínea "f)" será exigida somente na assinatura do contrato, referente ao Edital nº 53/2017 pregão nº 29/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 31 de julho de 2017. Comunico ainda que fica mantida sua abertura para o dia 11/08/2017, às 14:00 hs.

Imbituba, 09 de agosto de 2017.

Debora Borges Catarina

Pregoeira Oficial

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 56/2017 PREGÃO PRESENCIAL 32/2017 (SEDUCE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDUCE

PROCESSO Nº 56/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 22 de Agosto de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial,

pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço Global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 10 de agosto de 2017

Filipe Dias Antônio

Secretário Municipal da SEDUCE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 57/2017 PREGÃO PRESENCIAL 33/2017 (SEDUCE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDUCE

PROCESSO Nº 57/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 23 de Agosto de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço Global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICES DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 600/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 600, de 10 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, as abaixo relacionadas, aprovadas nos Processos Seletivos Simplificados - Edital nº 08/2016 e Edital nº 02/2017, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Priscila Bonifácio	Professora I – 20h	065.478.689-58	04/08/2017
Laila Martins Domingos	Professora I – 20h	103.419.739-80	07/08/2017
Laiza Matos de Jesus	Professora I – 20h	083.429.859-70	07/08/2017
Elizângela Silva Lino Martins	Professora I – 20h	055.162.539-26	07/08/2017
Juliana Marcos Fernandes da Silva	Professora I – 20h	007.446.529-52	09/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoaal

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 10 de agosto de 2017

Filipe Dias Antônio

Secretário Municipal da SEDUCE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 58/2017 PREGÃO 34/2017 PMI / MULTIENTIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI / MULTIENTIDADE

PROCESSO Nº 58/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 23 de agosto de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA/SC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 10 de agosto de 2017

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 002, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 002, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a nomeação da comissão permanente de sindicância e processo administrativo disciplinar e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, que autoriza o executivo Municipal a instituir a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei de Regime Disciplinar nº 3.086/2007;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Comissão permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar:

a) Membros Titulares:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;

II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

b) Membro Suplente:

1º Suplente – Vera Lúcia de Carvalho Barjona, matrícula nº 5192, Agente Administrativa, lotado na Procuradoria Geral do Município; e

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de agosto de 2017.

Bruna Martins Duarte

Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 670/17

. DECRETO Nº 670/17
. De 07 de agosto de 2017

ALTERA CARGA HORÁRIA/
MÁRCIO ROBERTO BRANDL

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 105/10 (Estatuto) e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica regulamentado a carga horária do Servidor Márcio Roberto Brandl, ocupante do cargo de Eletricista do quadro de pessoal deste Município, cumprindo sua jornada de trabalho de 40 horas semanais, conforme edital do concurso público prestado, para atendimento nas Escolas e Unidades Municipais, seu horário de expediente será das 6h às 10h e 11h às 15h.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2017, revogando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 07 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Secretário de Educação Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 672/17

. DECRETO Nº 672/17
. De 08 de agosto de 2017

EXONERA CHEFE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS / DANIELI SAMULEWSKI STRUCK

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada ,(a pedido) a partir de 14 de agosto, do Cargo em Comissão de Chefe de Serviços Administrativos (CC3), nomeada nos termos do Decreto nº 185/17, DANIELI SAMULEWSKI STRUCK.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de agosto de 2017.

Município de Indaial, em 08 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 673/17

. DECRETO Nº 673/17
. De 09 de agosto de 2017

ALTERA DECRETO Nº 174 de 2017 / NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE INDAIAL – CONDRI – GESTÃO 2017

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Municipal nº 2415/12, e demais disposições legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º. - Ficam nomeadas, para compor o Conselho de Desenvolvimento Rural de Indaial - CONDRI, gestão 2017 / 2018, as pessoas a seguir relacionadas:

- REPRESENTANTE DAS COMUNIDADES RURAIS

* Encano Baixo Titular: Carma Ladevig Suplente: Darlan Kramer
* Encano Central Titular: Achill Gutz Suplente: Norberto Seiddel
* Encano Alto Titular: Custódio José Barbosa Suplente: Celso Luiz Maliszeski
* Polaquia Titular: Henrique Lueders Suplente: Tadeu Marcelo Reiter
* Estrada das Areias Titular: Rafael Lindomar de Andrade
* Caminho das Areias/Ribeirão das Pedras Titular: Flávio H. De Souza
* Warnow, Ilse e Warnow Pequeno Titular: Cláudio V. Bartolomeu Suplente: Alies Kuhlmann
* Warnow Alto Titular: Nelson Pedro Minatti Suplente: Mario Carvalho
* Encano do Norte Titular: Luiz Lourival Pitz Suplente: Jair Luzzi
* Mulde Titular: Jadir José Molinari Suplente: Tarcísio Fuck
*Estradinha Titular: Erni E. N. Bona
*Arapongas Titular: Edemilson Pawlack Suplente: Adelino Maass

* Rio Morto Titular: Werner Kriek Suplente: Marino dos Anjos
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento Titular : Ivo Odorizzi Suplente Walfredo Haag
Secretaria Municipal de saneamento e meio ambiente Titular : Karine Kruger
Epagri – Escritório Municipal Titular :Danielle Danielewski de Oliveira Suplente: Ilaini M. M. Brassiani
Associação dos Apicultores de Indaial Titular :Elisa Gebhardt
Associação dos Aquicultores de Indaial Titular :Hercílio Cesário Reiter
Feira Livre Titular :Adalberto Lorenz
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Indaial Titular :Silésio Wersdorfer
Cidasc – Escritório Municipal Titular :Jose Carlos Fantini Filho

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 09 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 674/17

. DECRETO Nº 674/17

. De 09 de agosto de 2017

INSTITUÍ O COMITÊ GESTOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE NACIONAL PARA SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS – REDESIM - LICENCIAMENTO E INTEGRAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 2º DA LEI 11.598/07 E ART. 4º DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E SUAS ALTERAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor, e: Considerando a necessidade de articular, apoiar, fomentar, facilitar e coordenar o processo de empreendedorismo no município de Indaial, por intermédio da simplificação do processo de registro mercantil e licenciamento de empresas e empresários e com o propósito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da municipalidade;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que estabelece as diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIMPLES, cujo objetivo é estabelecer a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, integrando todos os órgãos envolvidos com o registro e com o licenciamento de empresas e negócios;

DECRETA:

Art. 1º - É instituído no âmbito do Município de Indaial, Comitê Gestor para a implementação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, licenciamento e integração, nos termos do art. 2º da Lei 11.598/07 e art. 4º da Lei Complementar 123/06 e suas alterações.

Art. 2º - Compete ao Comitê Gestor de implementação da REDESIM:

I. Elaborar, coordenar, articular, ações e atividades para implementar no âmbito do Município a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIMPLES;

II. Disseminar o conhecimento acerca da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007 e normas correlatas;

III. Articular, coordenar, executar e acompanhar, nos procedimentos de sua competência governamental, a unicidade de processo de registro, de legalização e licenciamento de empresários e pessoas jurídicas;

IV. Promover a articulação e o entendimento entre todos os órgãos e entidades envolvidos no procedimento de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, no âmbito do Estado;

V. Elaborar e aprovar programa de trabalho para implementação e operação das ações necessárias para que os objetivos de simplificação e desburocratização sejam atingidos;

VI. Definir e promover a execução do programa de trabalho de implementação da REDESIM no Estado;

VII. Instituir a tabela de grau de risco na vigilância sanitária municipal, e no meio ambiente conforme legislação estadual nº 17.071;

VIII. Instituir a consulta de viabilidade conforme legislação da REDESIM 11.598;

IX. Elaborar e aprovar regulamentações sob a forma de resolução.

Art. 3º - O Comitê Gestor para implementação da REDESIM no âmbito do Município de Indaial será composto por:

I. Representante da Assessoria de Desenvolvimento Econômico;

II. Representante da Secretaria de Planejamento e Habitação;

III. Representante do Sebrae/SC;

IV. Representante da Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente;

V. Representante da Secretaria de Administração e Finanças;

VI. Representante da Secretaria de Saúde;

VII. Representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

VIII. Agente de Desenvolvimento.

§1º – Cada Secretaria deverá indicar um técnico para compor o Comitê Gestor;

§2º - A Presidência do Comitê Gestor será exercida pelo Assessor Técnico do Desenvolvimento Econômico, cabendo a ele a Coordenação Executiva dos trabalhos;

Art. 4º - O Comitê Gestor para implementação da REDESIMPLES no Município, funcionará de acordo com seu plano de trabalho, nos termos do art. 2º IV e V deste Decreto.

Parágrafo Único. O Comitê Gestor realizará periodicamente reuniões ordinárias e quando necessário as reuniões extraordinárias.

Art. 5º - A participação no Comitê Gestor, é atividade de utilidade pública, não remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

Art. 6º - Os casos omissos serão dirimidos no âmbito das deliberações do Comitê Gestor.

Art. 7º - O prazo de funcionamento do Comitê Gestor é por tempo indeterminado.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

,Município de Indaial, em 09 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

P.L. N° 125/2017 COMUNICADO
PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDIAIAL

Processo Licitatório n° 125/2017

Edital de Pregão Presencial n° 046/2017-10430

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE DATA

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição com instalação/aplicação de piso laminado em PVC, com área de 192,00 m².

Entrega dos envelopes: 11/08/2017 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 11/08/2017 - 09h00min – Horário 6de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 117/2017 - AUDIÊNCIA PÚBLICA - TRANSPORTE ESCOLAR

DECRETO MUNICIPAL Nº 117 DE 27 DE JULHO DE 2017.

“CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DELIBERAR SOBRE O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, XXI, XXXI e XLI da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada AUDIÊNCIA PÚBLICA para deliberar sobre o TRANSPORTE ESCOLAR no Município de Iporã do Oeste/SC, a realizar-se no dia 29 de agosto de 2017, a partir das 13h15min, no Pavilhão Católico, situado na Rua Santo Antônio, em frente ao prédio da Prefeitura Municipal, Centro, na cidade de Iporã do Oeste – SC.

Art. 2º. A Audiência Pública terá a seguinte finalidade:

I - Palestra sobre Legislação e o Financiamento do Transporte Escolar;

II – Ouvir a opinião pública e coletar sugestões para criação de Projeto de Lei que regulamentará o transporte escolar no Município de Iporã do Oeste.

Art. 3º. São participantes da Audiência Pública, Profissionais da Educação, Profissionais do Transporte Escolar, Pais e Responsáveis de Alunos matriculados na Rede Municipal e Rede Estadual de Ensino de Iporã do Oeste, Alunos, Vereadores e Público em Geral.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste - SC, 27 de julho de 2017.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

NEREU JOSÉ BARTH

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Ipuacú

PREFEITURA

DECRETO Nº 203/2017 DE 07 DE AGOSTO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 203/2017

DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica, Art. 5º, III da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 107.500,00 (Cento e sete mil e quinhentos reais), nas seguintes programações de despesa:

03.00 – Secretaria de Administração e Fazenda

Projeto/Atividade n. 04.122.0402.1.001 – Aquisição de Veículo

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 1.0089 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas

Despesa: 130 – R\$ 38.900,00

05.00 – Secretaria da Educação

Projeto/Atividade n. 12.361.1201.1.006 – Aquisição de Veículos Educação

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 1.0089 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas

Despesa: 131 – R\$ 29.700,00

07.00 – Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade n. 20.606.2001.2.045 – Manutenção das Atividades da Agricultura e Desenv. Rural

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 1.0089 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas

Despesa: 132 – R\$ 38.900,00

Art. 2º. Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 107.500,00 (Cento e sete mil e quinhentos reais), da fonte de recursos 1.0089 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas, relativo ao Leilão 001/2017 efetuado por este Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú-SC, em 07 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

Ipumirim

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 14:00:00 horas do dia 23/08/2017, e abertura prevista para às 14:00:00 do dia 23/08/2017. Objeto da licitação: registro de preço para fornecimento de sêmen bovino e materiais, para atender o programa de melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Ipumirim, com as características e quantidades constantes no anexo III do presente edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 09/08/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 54, DL Nº 19/2017/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 19/2017 - DL
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 54/2017 Data do Processo: 31/07/2017

Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 54/2017
b) Licitação Nr.: 19/2017-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 09/08/2017
e) Objeto da Licitação Contratação de empresa, para prestação de serviço, de segurança e medicina do trabalho, que atendam as normas regulamentadoras que são exigidas pela legislação trabalhista, para elaboração de documentos de segurança do trabalho e saúde ocupacional, referente aos programas (PPRA, LTCAT, PCMSO, PPP).

(em Reais R\$)

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Ipumirim, 9 de Agosto de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 19/2017 - DL

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 54/2017
 Data do Processo: 31/07/2017

Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

KLOCK E HERGENRAEDER PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS LTD (9906)

1	SER	1,00	0,0000	6.800,00	6.800,00
---	-----	------	--------	----------	----------

Serviços especializados de Medicina e Segurança no Trabalho, para a elaboração dos programas de saúde do trabalho, exigidos pela legislação trabalhista vigente:

PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), conforme Norma Regulamentadora NR 9 da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho; Vigência do Programa: Anual

Realização de inspeção nos locais de trabalho para aferição de riscos inerentes a cada atividade.

NR9 - "9.2.1.1 - Deverá ser efetuado, sempre que necessário e pelo menos uma vez ao ano, uma análise global do PPRA para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas e prioridades".

PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), conforme Norma Regulamentadora NR 7 da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho; Vigência do Programa: Anual

Análise dos riscos, diagnóstico dos possíveis danos ocupacionais e definição dos exames necessários para efetiva monitoração da saúde dos servidores.

NR7 - "7.4.6 - O PCMSO deverá obedecer um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual".

Assessoria Técnica, com exposição de medidas de segurança, mediante relatório do qual consiste a assinatura do responsável pelo setor visitado na data.

LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho); Laudo com parecer técnico sobre cargos insalubres e/ou perigosos.

PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).

Histórico-Laboral do servidor que reúne informações sobre a atividade que exerce, os agentes nocivos ao qual é exposto, registros ambientais e resultados da monitoração biológica durante a vigência de contrato de trabalho.

SOFTWARE - SESMO WEB

Os documentos mencionados serão apresentados de forma impressa e digital, através de Software Integrado especializado em gestão em Saúde e Segurança Ocupacional dos servidores.

O Software será apresentado em versão WEB, comportando capacidade para gerenciar as seguintes informações: PPRA -

Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; PCMSO -

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; LTCAT -

Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho; ASOs -

Atestados de Saúde Ocupacional; Agendamento de exames

médicos ocupacionais; Armazenamento e gerenciamento

automático de PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário);

Gerenciamento do PPRA, PCMSO, LTCAT, armazenando os

registros Administrativos, Ambientais e Biológicos; Visualização on

line, através da internet, dos documentos PPRA, PCMSO, LTCAT,

ASO, PPP, Ordem de Serviço; Gerar relatórios, em tempo real, de

exames complementares por função, de EPI por função, de

funções ou cargos insalubres e/ou perigosos, controle de

Ipumirim, 9 de Agosto de 2017.

 VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
 PREFEITO MUNICIPAL

 Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 19/2017 - DL****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 54/2017
Data do Processo: 31/07/2017

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

absenteísmo, entre outros relatórios inerentes a gestão de saúde e segurança ocupacional; Emitir o relatório anual do PCMSO; Inserir informações relativas a treinamentos e palestras de saúde e segurança ocupacional (nome do treinamento, carga horária, instrutor, etc); Proporcionar interatividade com o usuário através de "usuário" e "senha" online através da internet; Gerar arquivos de exportação de dados, compatíveis com as exigências do E-Social(*), pertinentes a Saúde e Segurança do Trabalho, atendendo as tabelas: S-1060, S-2210, S- 2220, S-2230, S-2240 e S-2241. (E-Social: Conforme Decreto nº 8373, de 11/12/2014, que institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas e-Social). A instalação e treinamento dos usuários do Sistema Eletrônico de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional será de responsabilidade da contratada.

Total do Fornecedor: 6.800,00**Total Geral: 6.800,00**

Ipumirim, 9 de Agosto de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL_____
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

ATA ABERTURA PRAZO PARA CONTRARRAZÕES TP 01/2017

ATA DE RECEBIMENTO DE RECURSOS E ABERTURA DE PRAZO PARA CONTRARRAZÕES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

Às oito horas do dia nove de agosto do ano de dois mil e dezessete, nas dependências do Setor de Compras e Licitações, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação designada pelo Decreto nº 060, de 05 de junho de 2017, para recebimento e análise da tempestividade dos recursos referentes à decisão proferida por esta Comissão de Licitações quanto à habilitação das empresas participantes do certame licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 001/2017 – Processo Licitatório nº 057/2017, tipo menor preço Global, cujo objeto é a Contratação de empresa de construção civil para construção de uma quadra coberta poliesportiva, localizada na Linha Biguá, interior do Município De Iraceminha, Estado De Santa Catarina, com área total de 1.170,00 m² em atendimento ao Contrato de Repasse nº 842010/2016 – Operação 1037151-83 e em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório.

Tempestivos, regulares e devidamente preenchidos os demais requisitos de processabilidade, conhece-se os recursos interpostos pelas licitantes CIMEC PRÉ FABRICADOS DE CIMENTO EIRELLI ME e LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA.

Intempestivo o recurso da empresa BENEFATTO PRÉ FABRICADOS LTDA EPP, sendo que o mesmo foi protocolado dia 08/08/2017 às 17:17 horas, fora do prazo estipulado na Ata de Habilitação proferida por esta Comissão.

DECISÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Licitações dará vistas aos interessados e disponibilizará via email e no Site Oficial do Município, na pasta do Referido Processo, cópia integral dos Recursos Tempestivos protocolados junto ao Setor de Compras, relativos à decisão proferida por esta Comissão. Comunica aos interessados que, procedam à eventual impugnação dos recursos interpostos, na forma estabelecidos no art. 109 da Lei 8.666/1993, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da lavratura desta ata (prazo para interposição dos recursos até dia 16 de agosto de 2017 até às 14:00 horas).

Após esse prazo deverá a Comissão de Licitação analisar todas as peças (recursos e impugnações aos recursos) e proceder à reconsideração de seus atos, se assim julgar pertinente, ou à remessa à autoridade superior competente caso mantenha sua decisão inicial, procedendo à continuidade do processo.

Nada mais havendo a tratar, após lida e aprovada, vai assinada e encerrada a presente ata pela Comissão.

Iraceminha, SC 09 de agosto de 2017

Evandro João Rauber Débora Spenazzatto
Presidente da Comissão Secretária da Comissão

Cintia Giovana Stacke Joacir Carlos Bertoldo
Membro Membro

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2017 FMS DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATORIO Nº 17/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS REMOVÍVEIS, PRÓTESES TOTAIS, DESTINADAS AOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (RESPEITANDO PRINCÍPIOS DO SUS – UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE E EQUIDADE), EM RESINA E METÁLICA. Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do processo administrativo em epígrafe, para nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, declarar a Inexigibilidade de licitação para contratação da empresa Karin Jaqueline Wagner ME, para fornecimento de próteses dentárias parciais removíveis, próteses totais, destinadas aos pacientes encaminhados pelo Fundo Municipal de Saúde (respeitando princípios do SUS – Universalidade, integralidade e equidade), em resina e metálica. A empresa se compromete em fornecer o material ao qual se credenciou, de acordo com o especificado no edital do Processo Licitatório nº 08/2017, Credenciamento nº 02/2017 e Termo de Referência, de acordo com solicitação e autorizado pela Secretaria de Saúde. O processo em epígrafe encontra respaldo legal no artigo supra citado, sendo Karin Jaqueline Wagner ME, a primeira a encaminhar os documentos necessários, de acordo com os solicitados no Processo Licitatório nº 08/2017 – Credenciamento nº 02/2017. Conforme consta dos autos, o valor do contrato será conforme valores fixados no processo de credenciamento e de acordo com os itens no qual a empresa pediu o seu credenciamento. O valor a ser pago será conforme relatório enviado pela Secretaria da Saúde, informando a quantidade de fornecimento de próteses durante o mês. Cumpra-se.

Irineópolis, 08 de agosto de 2017

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2017 FMS JUSTIFICATIVA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2017

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2017

JUSTIFICATIVA

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: O Município de Irineópolis necessita contratar pessoas jurídicas para fornecimento de próteses dentárias parciais removíveis, próteses totais, destinadas aos pacientes encaminhados pelo Fundo Municipal de Saúde, (respeitando os princípios do SUS – universalidade, integralidade e equidade), em resina e metálica, de acordo com os valores da tabela SUS abaixo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
07.01.07.012- 9	Prótese Total Mandibular	150,00
07.01.07.013- 7	Prótese Total Maxilar	150,00
07.01.07.009- 9	Prótese Parcial Mandibular Removível	200,00
07.01.07.010- 2	Prótese Parcial Maxilar Removível	200,00

07.01.07.014- 5	Próteses Coronárias/Intra-radulares Fixas/ Adesivas (por Elemento)	150,00
-----------------	---	--------

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha pelo Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput, artigo 34, Parágrafo 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa/profissional ou um número limitado delas(es), mas todas(os) as(os) que tiverem interesse. Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 25, caput, artigo 34, §§ 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação porquanto resta caracterizada a inviabilidade de competição na medida em que a Administração Pública pretende contratar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público. A contratação da empresa Karin Jaqueline Wagner ME, dar-se-á pelo período de 01(um) ano, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93. É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 08 de agosto de 2017.

ROSANI RODRIGUES DA SILVA MISCHKA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Portaria nº 08/2017

EXTRATO PUBLICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2017 FMS DECLARAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, conforme consta do Processo de Licitação nº. 08/2017, declarou a inexigibilidade de licitação, para a contratação da empresa Karin Jaqueline Wagner ME, conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de fornecer próteses dentárias, de acordo com os valores da tabela SUS. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 08 de agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 277/2017

PORTARIA Nº 277/2017.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONCEDER Licença Maternidade a servidora FLAVIA NOGARA CUSTÓDIO DOS SANTOS, no período de 07/08/2017 a 04/12/2017.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de Agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PPA 2018-2021 LEI Nº 1942/2017

Lei nº 1942/2017

" Dispõe sobre o Plano Plurianual – 2018 a 2021, expresso em normas, ações prioritárias, diretrizes, objetivos e metas a serem observadas pelas Unidades da Administração Direta, Fundos e Órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo do Município de Irineópolis e dá outras providências."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

Art. 1º - Fica estabelecido para o período de 2018 a 2021, o Plano Plurianual expresso em normas, ações prioritárias, diretrizes, objetivos e metas a serem observadas pelas Unidades da Administração Direta, Fundos e Órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

Art. 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Programas anuais serão elaborados segundo esta Lei, observadas as normas estabelecidas na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

Art. 3º - Em decorrência da execução programática, o plano de trabalho e demais normas estabelecidas nesta lei, poderão ser revistos anualmente por ocasião da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual ou através de leis especiais, quando do surgimento de motivos que assim exigem.

Art. 4º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro estabelecerá:

- I. ações prioritárias, objetivos e metas da administração pública municipal;
- II. metas e riscos fiscais;
- III. disposições sobre alterações na legislação tributária;
- IV. estrutura e organização da lei orçamentária;

- V. diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;
- VI. normas relativas à execução financeira e orçamentária;
- VII. políticas de aplicação dos Fundos, Fundações e Autarquias; da seguridade social.

Art. 5º - Serão considerados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, os efeitos de alterações na legislação tributária, atos decorrentes de concessões e ou reduções de isenções fiscais, revisões de alíquotas dos tributos de competência do Município e resultados decorrentes do aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança dos tributos e da dívida ativa.

Art. 6º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá a estrutura, organização e normas para a elaboração e execução do orçamento programa, estabelecerá as políticas de pessoal relacionadas a implantação de planos de cargos e salários, reenquadramento de pessoal, adicionais por tempo de serviço, reajuste salarial e concernente ao aumento do número de vagas no quadro funcional das administrações direta e indireta, identificará as ações, programas e projetos novos e considerará os efeitos das expansões e ou aperfeiçoamento dos serviços municipais.

Art. 7º - As ações prioritárias, objetivos e metas para o período de 2018 a 2021, a serem observados e executados pelas unidades das administrações diretas e indiretas, estão consolidados nos Anexos desta Lei.

Art. 8º - A programação das receitas e despesas previstas para consecução do programa de trabalho estabelecido no artigo anterior está definida nos Anexos.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 07 de agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 010 - PROCESSO SELETIVO 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 010 - PS 001/2017

Ficam convocados os classificados no Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto 057/2017, conforme lista abaixo, para comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde no dia 10/08/2017 às 07:30 h:

Cargo	Nome
Médico	Elzio Luiz Putzel

Itá – SC, 09 de agosto de 2017.

Jairo Luiz Sartoretto

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS 78 A 85 E ADITIVO OK E CONCISA

Aditivo Nº : 4AD 85/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 19/07/2017 Término: 18/09/2017

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2016

Objeto : Aditivo de prazo devido a solicitação da empresa justificando atraso devido a problemas climático para finalização da obra

(falta de chuva para plantio da grama); e o parecer favorável da empresa

responsável pela fiscalização da obra e a necessidade de prazo para realização de vistorias necessárias e liberação dos recursos pelo BADESC.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 64/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA ME

Valor : 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 20/07/2017 Término: 01/09/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2017

Recursos : Dotação: 2.055.3.3.90.00.00.00.00 (185) Saldo: 149.622,00

Objeto : Aditivo de valor devido solicitação da Secretaria Municipal

de Turismo e Desenvolvimento Econômico, justificando que o Processo

Licitatório previa a retirada da tenda no dia 24/07/2017 e a pista de patinação

no gelo ficara instalada até o dia 30/07/2017, e conforme a Lei Municipal

2507, o município será responsável pela cobertura da mesma.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº...: 78/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: LEONARDO TATIM & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Valor : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Vigência : Início: 17/07/2017 Término: 16/07/2018

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 8/2017

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 178.000,28

Objeto : Acompanhamento da apelação cível nº 2009.042579-7, bem

como desenvolver ações visando o acolhimento do referido RE, a interposição da Ação Cautelar visando o deferimento de efeito suspensivo.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº...: 79/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: ITÁ THERMAS HOTEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA (MATRIZ)

Valor : 35.550,00 (trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 20/07/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 9/2017

Recursos : Dotação: 2.055.3.3.90.00.00.00.00 (185) Saldo: 42.474,86

Objeto : Aquisição de ingressos para a pista de patinação no gelo

para distribuição gratuita aos alunos/estudantes da Educação infantil,

Ensino Fundamental e Ensino Médio das redes municipal e estadual de

ensino sediadas município, conforme Lei Municipal nº 2507.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº...: 80/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: AUGUSTO PICHETTI

Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência : Início: 24/07/2017 Término: 31/12/2017

Objeto : Locação de uma área de terras de aproximadamente

75.000,00m² (setenta e cinco mil metros quadrados), constituído de parte

do lote rural nº 65 da Colônia Santa Cruz, e que por este ato loca ao

Município uma área aproximada de 2,00 (dois) hectares de terra, para que

este promova a exploração e retirada de cascalho aproveitável, raso ou

profundo.

Contratada...: AUGUSTO PICHETTI

Vigência : Início: 24/07/2017 Término: 31/12/2017

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº...: 81/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: LUCINDA BRUCKMANN

Valor : 7.000,00 (sete mil reais)

Vigência : Início: 03/08/2017 Término: 31/12/2017

Objeto : Locação de uma área de terras de aproximadamente

250.550,00m² (duzentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e cinquenta

metros quadrados), constituído de parte dos lotes rurais nºs 51 e 52 da

Colônia Concórdia, e que por este ato loca ao Município uma área aproximada de 3 (três) hectares de terra, para que este promova a exploração e retirada de cascalho aproveitável, raso ou profundo.

Contratada...: LUCINDA BRUCKMANN
Vigência : Início: 03/08/2017 Término: 31/12/2017
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº...: 82/2017
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: DELMAR KISSMANN
Valor : 7.290,00 (sete mil duzentos e noventa reais)
Vigência : Início: 08/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2017
Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (55),
1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (286)
Objeto : Aquisição de uma ROÇADEIRA ACIONADA NA TO-
MADA
DE FORÇA DO TRATOR, com no mínimo 1,80 m de largura de corte
laterais moveis com regulagem, roda de apoio, cardã com embre-
agem, e
caixa transmissão de fabricação nacional, jogo de correntes devem
acompanhar o equipamento juntamente com os demais itens para
seu
perfeito funcionamento, marca Kissmann, para manutenção das
atividades
da Secretaria Municipal.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº...: 83/2017
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: ALGOR METALURGICA LTDA ME
Valor : 18.790,00 (dezoito mil setecentos e noventa reais)
Vigência : Início: 08/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2017
Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (55),
1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (286)
Objeto : Aquisição de GRADE ARADORA acionamento no
comando
do trator, com 14 discos de 26 polegadas de diâmetro, espessura
dos
discos 6 mm, espaçamento mínimo ente os discos de 270 mm,
profundidade de corte mínimo de 150 mm, eixo mínimo de 1.5/8",

pneus
para transporte, peso mínimo 1.700 kg, marca Cervo, para manu-
tenção
das atividades da Secretaria Municipal.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº...: 84/2017
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI EPP
Valor : 11.760,00 (onze mil setecentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 08/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2017
Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (55),
1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (286)
Objeto : Aquisição de CARRETA AGRÍCOLA rebocável, com
trator,
sistema de basculamento hidráulico, chassi de metal carroceria de
madeira, com sobre tampa, rodado tandem aro 16 com pneus no-
vos 14
lonas, capacidade 6 tonelada, marca Metalfreitas para manutenção
das
atividades da Secretaria Municipal.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº...: 85/2017
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI EPP
Valor : 3.770,00 (três mil setecentos e setenta reais)
Vigência : Início: 08/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2017
Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (55),
1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (286)
Objeto : Aquisição de ARADO SUBSOLADOR estrutura re-
forçada,
com 5 astes com pontas substituíveis, sistema de pinos fusíveis,
marca
Ehlert, para manutenção das atividades da Secretaria Municipal.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES ITÁ-SC EXTRATO DO EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES ITÁ-SC
EXTRATO DO EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2017
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

CONTRATADA: FLORICULTURA FLORIARTE LTDA - ME, com sede na Av. Tancredo Neves, 1276, Sala 01, Centro, Itá-SC, CEP: 89.760-000,
CNPJ N.º06.327.730/0001-88

OBJETO: Prestação de serviço de decoração e ornamentação do espaço em que acontecerá a sessão solene do dia 10/08/2017, conforme
Lei nº2511/2017, que homenageia os 50 anos de fundação da cooperativa de produção e consumo Concórdia Ltda, bem como, os 12 as-
sociados mais antigos da entidade.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 500,00 (Quinhentos reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93.
Itá (SC), 09 de Agosto de 2017.
ALCIR JOSÉ HALL
PRESIDENTE CÂMARA DE VEREADORES

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO – PR Nº 30/2017

Pregão Presencial nº 30/2017 – Objeto: contratação de empresa especializada para organização, divulgação e realização dos festejos de comemoração de aniversário de 99 anos de emancipação político-administrativa do Município de Itaiópolis. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 22 agosto de 2017, até as 09h15. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 22 de agosto de 2017, as 09h30. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br. Itaiópolis, 09 de agosto de 2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TA AO CONTRATO Nº 57/2016

Nº ADITIVO: 4º

Nº CONTRATO: 57/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADA: Adriana Laura Kuskowski Wilpert ME

OBJETO: fica prorrogado o prazo de 90 dias a contar de 31/07/2017. Itaiópolis, 28/07/2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TA DO CONTRATO Nº 87/2016

Nº ADITIVO: 4º

Nº CONTRATO: 87/2016

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Pública Informática Ltda.

OBJETO: alteração da Razão Social da empresa PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA. para PÚBLICA TECNOLOGIA LTDA. Itaiópolis, 04/08/2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PR 23/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC; Pregão Presencial nº 22/2017; Objeto: Aquisição de peças com mão de obra para o veículo SPIN LTZ 1.8 placa MKD 1225, pertencente a Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 23 de agosto de 2017; Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 23 de agosto de 2017, na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site www.itaioptis.sc.gov.br - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 09/08/2017. Benedito Bento Marques, Secretário Municipal da Saúde.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato Nº 06/2016. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Adriana L. K. Wilpert – ME. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 90 (noventa) dias. Passando a vigência do referido contrato para o dia 29 de outubro de 2017. Itaiópolis, 09/08/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DO ITEM 01 - PR 019/ FMS

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA – SC

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017 - FMS

O Município de Itapiranga comunica a todos os interessados o CANCELAMENTO do item nº 01 - Veículo novo (zero km), com capacidade para no mínimo 07 lugares (06 passageiros + motorista), em virtude da interposição de impugnação ao edital em epígrafe e por não haver tempo hábil para seu julgamento.

Itapiranga, 09 de agosto de 2017.
Thiago Rohden
Diretor de Licitações

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 021/2017 - FMS

Inexigibilidade de Licitação nº 021/2017 - FMS

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Contratação de empresa para manutenção preventiva dos equipamentos CM 200 e Counter 19, marca Wiener Lab, à disposição do laboratório de análises clínicas, do Fundo Municipal de Saúde.

Fundamentação Legal: Inc. I, do Art. 25, da Lei 8.666/93.

Contratado: Labinbraz Comercial Ltda

Valor Global: R\$ 5.271,58

Itapiranga - SC, 04 de Agosto de 2017

Davino Rauber – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 213/2017

Portaria nº 213 de 2 de agosto de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 125/2017 de 1º/8/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de agosto de 2017, Franklyn Andreola matrícula nº 15348/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe de Informática da Educação com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 503, classe A-01.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 199 de 10 de julho de 2017.

Art. 4º -. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 2 de agosto de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 214/2017

Portaria nº 214 de 2 de agosto de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 125 de 1º/8/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de agosto de 2017, Maciel Welter matrícula nº 13160/03, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe do Sistema de Tratamento de Esgoto, com 20 horas semanais.

Art. 2º - O servidor municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Engenheiro Sanitarista receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 2 de agosto de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 215/2017

Portaria nº 215 de 7 de agosto de 2017.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Adelaide Born matrícula nº 15079/01, no período de 7/8/2017 até 2/2/2018.

Art.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga-SC, 7 de agosto de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

QUADRO DE VENCEDORES DA TOMADA DE PREÇOS Nº016/2017-FMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 16/2017 Licitação: 16/2017 - TP Fornecedor: 143114 - BRAND ARQUITETURA & ENGENHARIA LTDA - MIE Data da Homologação:									
1	63153	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DO SUBSOLO DA EDIFICAÇÃO JÁ EXISTENTE DO POSTO DE SAÚDE DA FRONTEIRA COM ÁREA DE 530 M² ATÉ 550 M² (PARCIAL), BEM COMO DO PROJETO ESTRUTURAL DE MURO DE CONTENÇÃO DE APROXIMADAMENTE 100 M², COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PROJETO ARQUITETÔNICO, FUNDAÇÃO/ESTRUTURA, FORMAS, ARMADÕES DOS ELEMENTOS E MEMORIAL DESCRITIVO; INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E MEMORIAL DESCRITIVO; INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E MEMORIAL DESCRITIVO; CLIMATIZAÇÃO E MEMORIAL DESCRITIVO; PROJETO PREVENTIVO E MEMORIAL; PLANILHA ORÇAMENTARIA; CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO; COM AS RESPECTIVAS APROVAÇÕES NOS ÓRGÃOS CORRESPONDENTES, EM PLENA CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES, CONSOANTE DISPOSTO NO ITEM 1.2 DESTE EDITAL.		UND	1,000	0,0000	15.500,0000	15.500,00	Venceu
					Total do Fornecedor →		1,000	15.500,00	

Itapiranga, 9 de Agosto de 2017.

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 57/2017

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao nono dia de agosto de 2017, a partir das 16:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL RISSI e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, KARINA JUSSARA DOS SANTOS e SUZANA BESEN MARTINS nomeados pelo (a) Decreto nº 3140/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 57/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA USO NOS EVENTOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
ZANOELLO INDÚSTRIA DE TROFÉUS E MEDALHAS LTDA	
3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME	
KSPORTS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA	
IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME	
DENISE ALVES BARBOSA ME	

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras, portanto, as empresas citadas abaixo:

Empresas Vencedoras	Itens/Lotes	Percentual Total
BAUER COMERCIO VAREJISTA DE FERRAMENTAS LTDA ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 11 e 14	46,5%, 45%, 51%, 60%, 64,5%, 66,5%, 44,5% e 36%
ALPECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA	7, 10 e 12	69%, 66,5% e 66%
TRATORBIG PECAS PARA TRATORES LTDA	8, 9 e 3	68,5%, 50,5% e 60%

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 9 de agosto de 2017.

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL RISSI Pregoeiro	
KARINA JUSSARA DOS SANTOS Membro	SUZANA BESEN MARTINS Membro

Licitantes:

TRATOR PECAS COM. DE PECAS P/ TRATOR	ALPECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA
CATIPAR COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA. - EPP	BAUER COMERCIO VAREJISTA DE FERRAMENTAS LTDA ME
TRATORBIG PECAS PARA TRATORES LTDA	STARLEX COM. DE PECAS PARA VEICULOS AUTOMOTORES EIRELI - ME
INTERNET TRATORES - COM. E SERV. DE MAQUINAS LTDA	AGBB COMERCIAL LTDA - ME

TRATOR VALLY COMERCIO DE PECAS
LTDA - ME

DECRETO MUNICIPAL Nº 3285/2017, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3285/2017, DE 01 DE AGOSTO DE 2017. Exonera Diretora de Projetos e Convênios da Secretaria de Administração.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Célia Maria Konell, do cargo de Diretora de Projetos e Convênios, da Secretaria de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir do dia 31 de julho de 2017.

Itapoá (SC), 01 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 3288/2017, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3288/2017, DE 04 DE AGOSTO DE 2017. Nomeia Chefe da Subseção da Divisão de Cidadania, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a servidora efetiva, Sra. Suzana Besen Martins, no cargo de Chefe da Subseção da Divisão de Cidadania, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 04 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 3289/2017, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3289/2017, DE 04 DE AGOSTO DE 2017. Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares por anulação de dotação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os Artigos 41, inciso I e 43 inciso III da Lei Municipal nº 4.320/64 e inciso III e V da Lei Municipal nº 683/2016 – LOA 2017,
DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulação de dotação, perfazendo o montante de R\$428.202,14 (quatrocentos e vinte e oito mil duzentos e dois reais e quatorze centavos) conforme segue:

Anulação:

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 Educação Fundamental

0012.0361.0021.1030- Construção, Ampliação e Reformas

34490 aplicações diretas (440) FR 021900

..... R\$428.202,14

TOTAL DA ANULAÇÃO
..... R\$428.202,14

Suplementações:

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 Educação Fundamental

0012.0361.0021.2097- Gestão Financeira Democrática das Escolas

33390 aplicações diretas (492) FR 021900

..... R\$53.094,17

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002 Ensino Infantil

0012.0365.0021.1032- Construção, Ampliação e Reformas

34490 aplicações diretas (493) FR 021900

..... R\$365.115,47

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 Ensino Infantil

0012.0365.0021.2104- Gestão Financeira Democrática das Escolas

33390 aplicações diretas (494) FR 021900

..... R\$9.992,50

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES
..... R\$428.202,14

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Itapoá (SC), 04 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

Secretário da Fazenda

DECRETO MUNICIPAL Nº 3290/2017, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3290/2017, DE 04 DE AGOSTO DE 2017. Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os Artigos 41, inciso I e 43 inciso III da Lei Municipal nº 4.320/64 e inciso III e V da Lei Municipal nº 683/2016 – LOA 2017,
DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$92.994,09 (noventa e dois mil novecentos e noventa e quatro reais e nove centavos) conforme segue:

Suplementação:

05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

002 Departamento de Finanças

0004.0122.0003.2018 Manutenção do Departamento de Finanças

33390 aplicações diretas (415) FR 030000

..... R\$92.994,09

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... R\$92.994,09

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Itapoá (SC), 04 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
Secretário da Fazenda

DECRETO MUNICIPAL Nº 3291/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3291/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.
Nomeia Diretora do Departamento de Assistência Social, da Secretaria de Assistência Social.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. Célia Maria Konell, no cargo Diretora do Departamento de Assistência Social, da Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir do dia 01 de agosto de 2017.

Itapoá (SC), 07 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3292/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3292/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.
Nomeia Assessor Especial de Urbanismo, da Secretaria de Planejamento e Urbanismo.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. Delly Lima Maciel Neto, no cargo de Assessor Especial de Urbanismo, da Secretaria de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Itapoá (SC), 08 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 070.

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 070

Processo: Concurso Público – Edital nº 050/2015

Marlon Roberto Neuber – Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASS.
Enfermeiro	Cintia Juliana da Silva Colotoni	430000713	10
Médico Psiquiatra 20hs	Marcio Lohmann	430001028	2

Itapoá – SC, 09 de agosto de 2017

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

Jaborá

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Kleber Mércio Nora, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 22 de agosto de 2017, às 14:30 horas, para a CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO ESPORTIVO DE FUTEBOL SUÍÇO (FUTEBOL 7) EDIÇÃO 2017- FUTEBOL AMADOR, PROMOVIDO PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES (CME) DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 09 de agosto de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 96/2017

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 96/2017

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Somverio Sonorização e Eventos Ltda ME

Objeto: Instalação de palcos, som, stands e tendas para realização da feira da agricultura familiar na "feira de aniversário de Jacinto Machado – 59 anos de história", entre os dias 21 e 22 de Julho de 2017, neste Município (itens 01 e 02).

Valor: R\$ 9.950,00 (nove mil, novecentos e cinquenta reais).

Vigência: de 20/07/2017 a 31/08/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 97/2017

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 97/2017

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Qfaz Estrutura & Eventos Ltda ME

Objeto: Instalação de palcos, som, stands e tendas para realização da feira da agricultura familiar na "feira de aniversário de Jacinto Machado – 59 anos de história", entre os dias 21 e 22 de Julho de 2017, neste Município (itens 03 e 04).

Valor: R\$ 5.285,00 (cinco mil, duzentos e oitenta e cinco reais).

Vigência: de 20/07/2017 a 31/08/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/2017

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 98/2017

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Lajecril Artefatos de Cimento Ltda EPP

Objeto: Aquisição parcelada de tubos de concreto para implantação de esgotos pluviais, drenagens e bueiros em estradas vicinais do município de Jacinto Machado/SC, durante o ano de 2017.

Valor: R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais).

Vigência: de 20/07/2017 a 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/2017

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 99/2017

Locatário: Município de Jacinto Machado

Locador: Tomazia Gomes Farias

Objeto: Locação de 01 (um) imóvel de alvenaria com área de 140m² (Cento e quarenta metros quadrados), localizado no Loteamento Ana Paula, na comunidade de último Rio, no município de Jacinto Machado/SC, destinado para o funcionamento do CEI Ana Paula.

Valor: R\$ 700,00 (Setecentos Reais) mensal

Vigência: de 01/08/2017 a 31/12/2017

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

275.2017 - CONTRATO CEU VERMELHO - EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 275/2017

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 92/2017

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Artigo 25, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

Do CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DO CONTRATADO: Ceu Vermelho Produções Artística Ltda - ME

CNPJ 07.116.774/0001-21

DO OBJETO: O objeto do presente é o contrato é a apresentação teatral da peça "Napo – Um menino que não existe", de Ceu Vermelho Produções Artística Ltda- ME, no dia 12 de agosto de 2017, durante a 11ª edição da Feira do Livro, na Sociedade Cultura Artística-SCAR, localizada na Rua Jorge Czerniewicz, Bairro Czerniewicz, neste município. Evento gratuito e aberto ao público.

VALOR: o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pela apresentação.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal. As despesas provenientes do objeto desta Inexigibilidade correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
39.01.13.122.0300.4.100	Manutenção das atividades da Fundação Cultural	3.3.90 Aplicações Diretas	342	080 Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá no período 12 de agosto de 2017, na Sociedade Cultura Artística-SCAR, localizada na Rua Jorge Czerniewicz, Bairro Czerniewicz, neste município.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 08/08/2017

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Udo Wagner e Kamila Ferrazzi

Udo Wagner

Prefeito Municipal em exercício

92.2017 - INEXIGIBILIDADE - EXTRATO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 92/2017

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, do Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21 de junho de 1993

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL

CONTRATADO: Céu Vermelho Produções Artísticas Ltda-ME

OBJETO: Apresentação teatral da peça "Napo – Um menino que não existe", de Ceu Vermelho Produções Artística Ltda- ME, no dia 12 de agosto de 2017, durante a 11ª edição da Feira do Livro, na Sociedade Cultura Artística-SCAR, localizada na Rua Jorge Czerniewicz, Bairro Czerniewicz, neste município. Evento gratuito e aberto ao público.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá no dia 12 de agosto de 2017, na Sociedade Cultura Artística-SCAR, localizada na Rua Jorge Czerniewicz, Bairro Czerniewicz, neste município. O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.01.13.122.0300.4.100	Manutenção das atividades da Fundação Cultural	3.3.90 Aplicações Diretas	342	080 Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 08 de agosto de 2017.

Udo Wagner

Prefeito Municipal em Exercício

Douglas Antônio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

93.2017 - INEXIGIBILIDADE- EXTRATO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 93/2017

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, do Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21 de junho de 1993

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL

CONTRATADO: Scaravelho Cia Teatral (GATS – Grupo Artístico Teatral Scaravelho)

OBJETO: Contratação de apresentações teatrais de Scaravelho Cia Teatral (GATS – Grupo Artístico Teatral Scaravelho) da peça “O Enigma do Amarelo”, apresentação no dia 13 de agosto de 2017, às 17 horas, e “Intervenção personagem Palhaço Amarelo” no dia 12 de agosto, das 10 às 11 horas e das 15 às 16 horas, durante a 11ª edição da Feira do Livro, na Sociedade Cultura Artística-SCAR, localizada na Rua Jorge Czerniewicz, Bairro Czerniewicz, neste município. Evento gratuito e aberto ao público.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá nos dias 12 e 13 de agosto de 2017, na Sociedade Cultura Artística-SCAR, localizada na Rua Jorge Czerniewicz, Bairro Czerniewicz, neste município. O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.01.13.122.0300.4.100	Manutenção das atividades da Fundação Cultural	3.3.90 Aplicações Diretas	342	080 Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 08 de agosto de 2017.

Udo Wagner

Prefeito Municipal em Exercício

Douglas Antônio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2017

DO PROCESSO – origem: Dispensa de Licitação nº 94/2017

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso X, Artigo 24, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

Do CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DO CONTRATADO: SOCIEDADE CULTURA ARTÍSTICA- SCAR

DO OBJETO: O objeto do presente contrato de LOCAÇÃO DE ESPAÇOS (grande teatro, sonorização e iluminação, técnico de som e luz, ajudante de técnico, salas multi uso, camarins, materiais básicos)na Sociedade Cultura Artística- SCAR, enfim toda estrutura física e equipamentos necessários à Feira do Livro, edição 2017, de 10 a 20 de agosto de 2017; Concurso de Declamação, edição 2017, dias 12 a 18 de agosto de 2017. Evento cultural aberto ao público.

VALOR: o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$89.830,20 (oitenta e nove mil oitocentos e trinta reais e vinte centavos) pela locação dos espaços.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal. As despesas provenientes do objeto desta Inexigibilidade correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
27.01.13.392.1100.4.103	Realização e apoio às iniciativas culturais, festivas, feiras e festas culturais	3.3.90 Aplicações Diretas	20	080 Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente dispensa ocorrerá no período 30 de julho de 2017, na Sociedade Cultura Artística-SCAR.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 08/08/2017

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Udo Wagner e Gilmar Antonio Moretti

Udo Wagner

Prefeito Municipal em exercício

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA - FROAGRO

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, Leis Municipais de nºs 6293/2011 e 4860/2007 e Decretos nºs 8371/2011, 6359/2008 e 6760/2009.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: SOCIEDADE ATIRADORES INDEPENDÊNCIA.

Endereço: Rodovia SC 416, 9355 Km 27, CP 6023 – Jaraguá do Sul – SC.

CNPJ: 83.488.627/0001-60

OBJETO: Locação de estande com montagem, contendo espaço/estrutura de 100m² de área total, para participação na 14ª Festa do Aipim no dia 13 de agosto de 2017, que se realizará na Comunidade Santa Cruz e Sociedade Atiradores Independência, localizada na Estrada Jaraguazinho, no bairro Garibaldi em Jaraguá do Sul SC, destinada para exposição de máquinas e equipamentos agrícolas e espaço institucional para a Secretaria do Desenvolvimento Rural e Abastecimento e Froagro.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

PRAZO: O prazo de execução será no dia 13 de agosto de 2017. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o término do evento e recebimento da Nota Fiscal que deverá ser aprovada pelo Fundo Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Rural - Froagro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
20.608.0502.2.405.3.3.90	Eventos agropecuários e de agro negócio	3.3.90 – Aplicações Diretas	17	Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 07 de agosto de 2017.

Udo Wagner

Prefeito Municipal em exercício

Daniel Peach

Gestor do Froagro

Douglas Antonio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

ORDEM DE REINÍCIO – Nº 03/2017

ORDEM DE REINÍCIO – nº 03/2017

Pela presente, fica determinada a contratada, a empresa CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, a reiniciar os serviços referentes a prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização na Rua 287 – Adão Noroschny, no Bairro Vila Lenzi, com extensão total de 90,00m (noventa metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Tomada de Preços nº 53/2016, e formalizada pelo Contrato nº 205/2016, conforme solicitação da fiscalização, por não mais existirem os motivos que ocasionaram a paralisação da obra.

Salientamos que o prazo de execução original foi suspenso em 20/04/2017 através da Ordem de Paralisação nº 03/2017 - SEMOB, conforme justificativas técnicas acostadas ao processo, que o prazo de execução não havia encerrado, havendo prazo remanescente de obra de mais 17 (dezessete) dias para execução, a contar do dia 08 de agosto de 2017;

Jaraguá do Sul, 07 de agosto de 2017.

FELIPE EMMENDÖRFER SCHEUER

Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em, ____/____/____

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

CNPJ/MF 82.130.170/0001-55

OBS:- Será lavrada em 6 (seis) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações; d) Controladoria; e) Arquivo no Setor responsável pelas obras; f) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Reinício, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 07 de agosto de 2017.

ONÉSIMO JOSÉ SELL Secretário Municipal de Obras	UDO WAGNER Prefeito Municipal em Exercício
--	---

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 94/2017

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 94/2017

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso X, do Art. 24 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21 de junho de 1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL

CONTRATADO: Sociedade Cultura Artística – SCAR

OBJETO: Locação de Espaços (grande teatro, sonorização e iluminação, técnico de som e luz, ajudante de técnico, salas multi uso, camarins) na Sociedade Cultura Artística- SCAR, enfim toda estrutura física e equipamentos necessários à Apresentação Espetáculo do Coral Municipal 2017, dia 30 de julho de 2017, às 20 horas, fazendo parte da programação dos 141 anos de Jaraguá do Sul. Evento cultural aberto ao público.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

DO VALOR: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 89.830,20 (oitenta e nove mil oitocentos e trinta reais e vinte centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente dispensa ocorrerá no dia 30 de julho de 2017, com início previsto para as 20 horas, com duração de 1h15min.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.01.13.122.0300.4.100	Manutenção das atividades da Fundação Cultural	3.3.90 Aplicações Diretas	342	080 Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 08 de Agosto de 2017.

Udo Wagner

Prefeito Municipal

Douglas Antônio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017-FMS

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017-FMS

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 15/2017-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, teve o seguinte resultado:

Item	Empresa vencedora	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME	80	Unid.	BALDE PLÁSTICO – 15 Litros – CÓDIGO 8276 Balde; em plástico polipropileno reciclado; com capacidade para 15 (quinze) litros; graduado a cada litro; alça ferro acoplada nas laterais, acondicionado em embalagem apropriada para o produto; rotulo com nº de lote, data de fabricação e procedência.	4,39
02	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME	80	Unid.	CESTO P/ LIXO – CÓDIGO 19557 Cesto Para Papel Dimensões: 282 x 260 mm Capacidade: 9 litros	2,95
03	ZELI ODETE DA SILVA ME	3.000	Litros	DESINFETANTE FR C/ 1000 ML - CÓDIGO 8321 Composição: categoria básica restrita ao uso puro; princípio ativo dialquil dimetil amônio 100% - 0,50% composição básica monil fenol, etoxilado, óleo de eucalipto, essência; corante e outras substâncias químicas permitidas; composição aromática floral / talco e lavanda , com validade 3 anos; acondicionado em frasco plástico.	1,40
04	P.A.S. PROG. DE ALIM. LTDA EPP	400	Frascos	DESODORIZADOR DE AMBIENTE - CÓDIGO 12507 Composição; alquilbenzeno sulfonado sódio linear, alquil bezeno sulfonato de trietanolamina, lauril éster sulfato de sódio, sulfato de magnésio, edta, formol, corante, perfume e água, contém tensoativo biodegradável, composição aromática não permitidas essências cítricas e capim limão. Apresentação com no mínimo 360ml.	5,58

05	SATELITE COMERCIAL EPP	20	Galões	DETERGENTE DESENGORDURANTE AMONIACADO – CÓDIGO 16490 Galão com 05 litros.	10,24
06	ZELI ODETE DA SILVA ME	3.000	Frascos	Detergente Líquido c/ 500ml – CÓDIGO 8322 Componente Ativo: Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio. Composição básica: Tensoativos Aniônicos, glicerina, coadjuvante, preservantes, sequestrante, espessante, corante, veículo, tensoativo biodegradável, testado dermatologicamente.	1,10
07	LIMPEXCEL LTDA ME.	200	Unid.	ESCOVA DE UNHA - CÓDIGO 11915 Confeccionada em plástico com cerdas em nylon super macias * Tamanho: 8,5 (c) x 2,8 (l) x 4,0 (a) cm.	1,85
08	P.A.S. PROG. DE ALIM. LTDA EPP	80	Unid.	ESCOVA OVAL DE MÃO - CÓDIGO 8328 Base de madeira ou plástico espessura 1,5cm; base medindo (13 x 7)cm; com cerdas em nylon sintético; sem alça; sem cabo; na cor amarela; mínimo de 15 cerdas por tufo.	1,74
09	J.P. DE LIMA LTDA EPP	100	Unid.	ESCOVA SANITÁRIA C/SUORTE - CÓDIGO 9829 Sanitária; tipo lavatina (vassourinha); base plástica; base com 4cm de diâmetro; com cerdas em fibra de nylon sintético; com alça, de fixação entre a base e o cabo, não sendo necessário tocar nas cerdas, com sistema abre e fecha no suporte. Cabo de plástico; medindo no mínimo 20 cm (comprimento); mínimo de 15 cerdas por tufo.	3,65
10	P.A.S. PROG. DE ALIM. LTDA EPP	40	Unid.	ESCOVÃO P/ PISO - 30CM C/ CABO - CÓDIGO 12521 Com cerdas de nylon e base plástica.	5,99
11	J.P. DE LIMA LTDA EPP	2.200	Unid.	ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA - CÓDIGO 12589 Tipo dupla face; medindo 110mm x 75mm x 20mm; com formato retangular; poliuretano e fibra sintética; na cor verde/amarelo.	,48
12	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME	350	Unid.	FLANELA COMUM - CÓDIGO 8443 Medindo 30 x 40 cm - 100% algodão; percentual variando (2x3) cm; cor branca	,86
13	ZELI ODETE DA SILVA ME	300	Galões	HIPOCLORITO DE SÓDIO - CÓDIGO 9180 Cloro para limpeza; líquida; concentração: cloro ativo 8 a 10%; solúvel em água; acondicionado em galão de 05 litros.	9,00
14	J.P. DE LIMA LTDA EPP	240	Unid.	Inseticida Veneno Mata Barata – CÓDIGO 12522 Ingrediente ativos: D'aletrina 0,135%, D-tetrametrina 0,10%, parmetrina 0,10%. Ingredientes inertes para 100%. Apresentar registro ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa. Frasco com 300ml	5,27
15	VALMIRA FERREIRA ME	200	Pacotes	LÃ DE AÇO - CÓDIGO 8361 Composto de aço carbono; acondicionado em saco plástico, contendo 8 unidades, com peso líquido de 60g; embalado em papelão reforçado, contendo 14 pacotes (14/8).	11,76
16	LUIZ MINIOLI NETO EPP	200	Unid.	LIXEIRA 15 LTS C/ TAMP A E PEDAL - CÓDIGO 25220 lixeira com pedal e o acionamento da tampa deverá ser de haste plástica design moderno capacidade 15 litros, peso aproximado 0,620 Kg	12,90
17	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME	40	Frascos	LUSTRA MÓVEIS - CÓDIGO 8323 Composição. Silicone, ceras naturais, emulsificantes, seqüestrante, conservante, solvente de petróleo, surfactante aniônico, perfume e água. Embalagem 200ml	1,54
18	LUIZ MINIOLI NETO EPP	150	Pares	LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM G - CÓDIGO 15099 Amarela tamanho G - Luvas para limpeza – borracha de látex natural, norma nbr-13393; com superfície externa antiderrapante.	1,60
19	LUIZ MINIOLI NETO EPP	360	Pares	LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM M - CÓDIGO 15098 Amarela Tamanho M - Luvas para limpeza – borracha de látex natural, norma nbr-13393; com superfície externa antiderrapante.	1,60
20	LUIZ MINIOLI NETO EPP	600	Pares	LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM P - CÓDIGO 15097 Amarela Tamanho P- Luvas para limpeza – borracha de látex natural, norma nbr-13393; com superfície externa antiderrapante.	1,60

21	J.P. DE LIMA LTDA EPP	3.200	FRS	ÁGUA SANITÁRIA C/ 1000ML – CÓDIGO 8324 Água sanitária para limpeza; solução aquosa, a base de hipoclorito de sódio; teor de cloro ativo de 2% pp a 2,5% pp; com validade mínima de 6 meses, embalada em frasco plástico opaco com 1 litro.	1,40
22	J3R INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME	6.000	Pacotes	PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN - CÓDIGO 12747 Papel higiênico branco fardo c/ 64 rolos x 60m - de boa qualidade; composto de fibras celulósicas 100% virgem, com ou sem aparas de papel; apresentando folha simples; gofrado; picotado; neutro; rolo medindo 60 m x 10 cm; na cor branca embalagem com boa visibilidade do produto.	2,42
23	J.P. DE LIMA LTDA EPP	600	Unid.	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO ROLÃO 500MTS C/ 08 UNIDADES - CÓDIGO 29729 Papel Higiênico para dispenser de 1ª qualidade; Apresentando Folha Simples, gofrado, sem Picote; Na Cor Branca; Neutro; Medindo 10cmx500m; Composto de 100% de Celulose Virgem; com Ph Neutro; Tubete Medindo no Maximo 5,0cm de Diâmetro; gramatura mínima de 18g/m². Apresentação:- Embalagem com 08 unidades. Embalagem contendo impresso dados do produto, fabricante, nº do lote e data de fabricação.	6,19
24	J3R INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME	4.950 Disputa Ampla	Fardos	PAPEL TOALHA BRANCO C/ 1.000 FLS - CÓDIGO 34619 Papel toalha interfolhado 2 dobras tamanho 20 x 21cm - papel toalha interfolha, 2 dobras. folha simples, gofrado, neutro. classe 1, biodegradável, sem odor, alta absorção, macio, sem pigmentação, alta resistência, que não esfarele. Composição 100% celulose virgem, gramatura mínima de 24g/m2. cada pacote com peso líquido mínimo de 1008g, embalagem de papel ou plástico contendo 1.000 folhas, acondicionadas em 4 maços de 250 folhas cada, rotulagem contendo: identificação da classe, marca, quantidade de folhas, dimensão da folha; nome do fabricante e fantasia, CNPJ, e-mail e telefone do sac.	6,99
25	J3R INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME	550 10% do item 24	Fardos	PAPEL TOALHA BRANCO C/ 1.000 FLS - CÓDIGO 34619 Papel toalha interfolhado 2 dobras tamanho 20 x 21cm - papel toalha interfolha, 2 dobras. folha simples, gofrado, neutro. classe 1, biodegradável, sem odor, alta absorção, macio, sem pigmentação, alta resistência, que não esfarele. Composição 100% celulose virgem, gramatura mínima de 24g/m2. cada pacote com peso líquido mínimo de 1008g, embalagem de papel ou plástico contendo 1.000 folhas, acondicionadas em 4 maços de 250 folhas cada, rotulagem contendo: identificação da classe, marca, quantidade de folhas, dimensão da folha; nome do fabricante e fantasia, CNPJ, e-mail e telefone do sac.	6,99
26	LIMPEXCEL LTDA ME.	15	Unid.	MANGUEIRA P/JARDIM COMPLETA - CÓDIGO 23395 Mangueira c/ Engates Rápidos 30m Resistentes e duráveis, produzidos com matéria prima de alta qualidade. Três camadas distintas: camada interna em PVC flexível, camada intermediária em fio de poliéster trançado e camada externa em PVC flexível. Recomenda-se pressão máxima de 6 bar. Bitola: 1/2".	50,00
27	J.P. DE LIMA LTDA EPP	20	Galões	MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL – CÓDIGO 16309 Galão 5 Lts, Composto por princípios ativos: tensoativos não iônicos; tensoativos catiônicos (sal quaternário de amônio); solvente hidrossolúvel; fosfatos alcalinos; terpeneol; com teor de ativos aproximadamente de 11,9%. Para aplicação em limpeza geral e conservação de todas as superfícies laváveis (pisos, paredes, portas, moveis metálicos, plasticos e etc). Aplicável com máquina, não oxidante em metais. Com registro na ANVISA.	9,50
28	LIMPEXCEL LTDA ME.	30	Unid.	PÁ DE LIXO - CÓDIGO 12526 Caixa de polipropileno de alta resistência e cabo de madeira revestido com plástico Medidas: 29 x 29 x 14cm cabo 80cm.	2,69
29	LIMPEXCEL LTDA ME.	1.250	Unid.	PANO DE CHÃO- ALVEJADO - CÓDIGO 8444 100% algodão; tipo saco alvejado; medindo (74 x 45) cm, urdume de 16 fios e trama com 12 fios, peso aproximadamente 170gr; com variação de 10% de oscilação nas medidas; sem bainha; branco; embalado em saco plástico transparente.	2,52

30	P.A.S. PROG. DE ALIM. LTDA EPP	100	Pacotes	PANO MULTIUSO P/ LIMPEZA - PCT C/ 5 UM - CÓDIGO 8367 Composição: de fibras de viscose; composto de resina, vinil acrílica, corante, agente bacteriostático; medindo (60x30)cm; na cor azul; embalado em embalagem apropriada.	1,89
31	P.A.S. PROG. DE ALIM. LTDA EPP	60	Unid.	PASTA SAPONÁCEO -CÓDIGO 15103 POTE COM 500 GR	2,63
32	P.A.S. PROG. DE ALIM. LTDA EPP	80	Dúzias	PRENDEDOR (grampo) DE ROUPA - CÓDIGO 12547 Grampo de roupa plásticos, material do grampo da roupa: PP Tamanho: 70x9.5x15mm. Embalagem: com 12 unidades – cores diversas	1,16
33	SATELITE COMERCIAL EPP	30	Unid.	REFIL P/ MOP PÓ - CÓDIGO 15102 Adaptável em Cabo de alumínio anodizado (1,40m x 24 mm de diâmetro – CL140); Armação Profi em Polipropileno e aço galvanizado; Refil composto por fios mistos de 85% Algodão e 15% de fios acrílicos; Refil 40cm - confeccionado em sistema de looping sem poder de estática natural.	20,74
34	LUIZ MINIOLI NETO EPP	100	Unid.	RODO DE BORRACHA - CÓDIGO 13431 Tamanho 40cm cepa de plástico. Borracha de EVA siliconada, matéria sintética, pigmento e metal com cabo revestido em plástico com no mínimo 120cm de comprimento.	4,10
35	P.A.S. PROG. DE ALIM. LTDA EPP	60	Unid.	RODO DE ESPUMA - CÓDIGO 11911 Rodo de Espuma – Passador de Cera, base plástica com esponja não abrasiva na extremidade; Esponja medindo 26x8x5 (Compr. x Larg. x Alt.); com cabo de madeira revestido em plástico com no mínimo 120cm de comprimento, encaixe do cabo na base c/ rosca.	5,67
36	LIMPEXCEL LTDA ME.	350	Unid.	SABÃO EM BARRA – CÓDIGO 12532 Composição básica: carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina; corante e outras substâncias químicas permitidas; especificações ph 1%=11,5 máximo, alcalinidade livre: máximo 0,5%p/p; comum; embalado em saco plástico individual, peso 200gr, com validade 2 anos.	1,10
37	LIMPEXCEL LTDA ME.	300	Unid.	SABÃO EM BARRA – CÔCO - CÓDIGO 13072 Composição básica carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina; corante e outras substancias químicas permitidas; especificações ph 1%=11,5 Máximo,alcalinidade livre: Máximo 0,5%p/p; de coco; barra 200g na cor branca; embalado em saco plástico, com validade de 2 anos	1,17
38	COMERCIAL MULTIVILLE LTDA EPP	800	Kg	Sabão em Pó 1kg – CÓDIGO 8374 Princípio ativo: alquil benzeno sulfonato de sódio; silicato de sódio, carbonato de sódio; teor de ativos mínimos 8,0%, pH = 11,5 máximo, solução 1% pp; pigmento e outras substâncias permitidas; acondicionado em caixa com 1000 gramas, validade 2 anos.	3,36
39	SATELITE COMERCIAL EPP	1.150	Unid.	SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) - FR 800 ML - CÓDIGO 13079 Perfumado; incolor; (ph entre 7,0 e 8,0)para higiene das mãos; em refil c/800ml, com essência de erva doce e floral.	4,29
40	VALMIRA FERREIRA ME	600	Pacotes	SACO P/ LIXO 30 L - CÓDIGO 8439 medindo aprox. 59 x 62– c/ 100 un cada pacote; de polietileno; na cor preta; suportando 6 kgs; e suas condições deverão estar de acordo com a nbr 9190, nbr 9191.	5,92
41	L & E COMÉRCIO LTDA EPP	550	Pacotes	SACO P/ LIXO 50 L – CÓDIGO 8406 medindo aprox. 63 x 80 – c/100 un cada pacote; de polietileno ; na cor preta; suportando 10 kgs; e suas condições deverão estar de acordo com a nbr 9190, nbr 9191	11,93
42	BMI PROSPER EIRELI EPP	300	Pacotes	SACO P/ LIXO 100 L - CÓDIGO 8408 medindo aprox. 70 x 105 x 0,07 – c/ 100 un cada pacote; de polietileno; na cor preta; suportando 20 kgs; e suas condições deverão estar de acordo com a nbr 9190, nbr 9191.	23,08
43	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME	280	Unid.	SAPÓLIO EM PÓ - CÓDIGO 12534 Principio ativo linear alquilbenzeno sulfonato sódio,biodegradável; composição básica tensoativo anionico, alcalinizante, agente abrasivoessencia; corante e outras substancias químicas permitidas; composição aromática limão; acondicionado em tubo plástico, pesando 300 gramas.	1,39

44	P.A.S. PROG. DE ALIM. LTDA EPP	150	Unid.	VASSOURA DE NYLON C/ CABO - CÓDIGO 8411 Propriedades mínimas: cepa em Prolipropileno, com sistema de rosca para fixação do cabo; cepa medindo 20 cm; com no mínimo 50 tufos; com cerdas de nylon; tipo pontas plumadas; cabo de madeira c/ rosca para fixação na base e revestimento em prolipropileno; com gancho de prolipropileno.	4,55
45	SATELITE COMERCIAL EPP	150	Unid.	VASSOURA DE PALHA DE MILHO - CÓDIGO 8409 tipo caipira; propriedades mínimas; cepa em palha; com cerdas de palha ; tipo 5 fios e amarração com arame ; cabo de madeira medindo 120 cm	9,90
46	P.A.S. PROG. DE ALIM. LTDA EPP	80	Unid.	VASSOURA PELO 30CM - CÓDIGO 8514 Propriedades mínimas: cepa em crina animal; 30cm comprimento x 5cm de largura x 5cm de espessura com a rosca; com 120 tufos; contendo 200 cerdas por tufo; com cerdas de crina de animal (100%); tipo lisa; cepa pesando 240g; cabo de cedrilho revestida de polipropileno medindo 120cm; com gancho de polietileno de alta densidade; rosca em polietileno de baixa densidade; embalado, em embalagem apropriada.	9,75
47	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME	120	Pares	LUVAS DE LÁTEX CANO LONGO – CÓDIGO 6651 Luva látex sanfonada 2020 g ca 9567 / ca 15100 - cano longo -tamanho M	5,56
48	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME	70	Pares	LUVAS DE LÁTEX CANO LONGO – CÓDIGO 6652 Luva látex sanfonada 2020 g ca 9567 / ca 15100 - cano longo -tamanho G	5,56
49	PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP	500	Unid.	ALCOOL EM GEL ANTISSÉPTICO 70% - CÓDIGO 14141 Gel a base de álcool com ação antisséptica. Ideal para ser usado como complemento na higienização de mãos em hospitais por enfermeiras, médicos, laboratórios dentistas, indústria de alimentos, fisioterapeutas, veterinários e esteticistas. Composição:- álcool etílico, carbômero, aminometilpropanol, metil parabeno, glicerina, água deionizada. Apresentação em frasco de 500ml – embalagem plástica com pump	5,09
50	J.P. DE LIMA LTDA EPP	10.000	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML- CÓDIGO 8452 Fabricado em polipropeno ou PP; pacote com 100 unidades cada; os copos deverão estar em conformidade com Norma Técnica 14.865/2002 ABNT.	2,15
51	LUIZ MINIOLI NETO EPP	1.000	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 80ML - CÓDIGO 20701 Fabricado em polipropeno ou PP; em pacote de 100unidades cada; os copos deverão estar em conformidade com a Norma Técnica 14.865/2002 ABNT.	1,79
52	L & E COMÉRCIO LTDA EPP	300	MAÇOS	FÓSFORO – MAÇO COM 10 CAIXINHAS - CÓDIGO 12557	1,76
53	P.A.S. PROG. DE ALIM. LTDA EPP	20	UNID	GARRAFA TÉRMICA 1,8 LTS - CÓDIGO 8258 Garrafa térmica; de pressão; com capacidade de 1,8 litros; corpo em polipropileno; ampola em vidro, devendo estar de acordo com a NBR 13282; fundo de polipropileno; com tampa em polipropileno; com alça; decorada.	35,75
54	P.A.S. PROG. DE ALIM. LTDA EPP	50	UNID	GARRAFA TÉRMICA 1 LTS – CÓDIGO 8257 Garrafa térmica; de pressão; com capacidade de 1 litro; corpo em polipropileno; ampola em vidro,devendo esta de acordo com a NBR 13282; fundo de polipropileno; com tampa em polipropileno; com alça; decorada.	30,70
55	LIMPEXCEL LTDA ME.	600	UNID	PANO DE PRATO – ALVEJADO – CÓDIGO 8366 100% algodão alvejado; medindo (50x70)cm 12 fios de trama e 12 fios de urdume - peso 75g. Medidas já com bainha; com ótima absorção de líquidos; embalado em saco plástico transparente.	1,74
56	DISQUEMED DISTRIB. DE PROD. HOSP. EPP	550	Unid.	PILHAS 2C - Alcalinas, 1,5v. - CÓDIGO 12741	3,95
57	SATELITE COMERCIAL EPP	1.300	Unid.	PILHAS AA - Alcalinas, 1,5v. CÓDIGO 12735	1,30
58	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME	1.000	Unid.	PILHAS AAA - Alcalinas, 1,5v. CÓDIGO 12805	1,34

59	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME	600	Unid.	TOALHA DE ROSTO ALGODÃO FELPUDA - CÓDIGO 12803 Medindo (045x070)cm; nas cores branca, verde claro, rosa claro, azul claro; 100% algodão. OBS: não entregar cor escura, principalmente preta.	3,85
----	-----------------------------	-----	-------	--	------

Jaraguá do Sul, SC, 07 de agosto de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2017

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2017

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 66/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, destinados aos Centros Municipais de Educação Infantil e/ou Escolas Municipais de Educação Básica e Entidades no município de Jaraguá do Sul – SC, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Descrição dos objetos	Valor unitário do item (R\$)
01	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Achocolatado em pó, instantâneo, enriquecido com vitaminas e/ou nutrientes essenciais, contendo cacau em pó lecitinado. Embalagem primária de até 01 kg cada. Prazo de validade mínimo de 08 meses.	9,78
02	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Açúcar mascavo, obtido da concentração do caldo de cana natural, em cujo processo de produção não tenham sido realizados clarificação e branqueamento. Embalagem plástica de até 01 kg cada, validade mínimo de 10 meses.	12,37
03	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Açúcar refinado, embalagem plástica de até 05 kg (para efeitos de entrega em Unidades Escolares em que a quantidade não seja um valor múltiplo de 5 kg, será necessário efetuar complementação da entrega em embalagem de 01 kg), 1ª qualidade, prazo de validade mínimo de 10 meses. OBS: não será aceito açúcar tipo: moído, cristal ou extra-fino).	2,55
04	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Amido de milho, embalagem de até 01 kg, própria para alimentos, prazo de validade mínimo de 10 meses.	5,46
05	RFM SCHERER LTDA EPP	Biscoito tipo araruta, sem glúten, embalagem plástica de até 01 kg, prazo de validade mínimo de 04 meses.	21,80
06	RFM SCHERER LTDA EPP	Biscoito tipo fubá sem glúten, embalagem plástica de até 01 kg, prazo de validade mínimo de 04 meses.	21,75
07	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Biscoito Doce, tipo maisena, embalagem plástica de até 1 kg, com pacotes protetores internos, validade mínima de 08 meses.	8,68
08	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Biscoito Doce tipo Maria, embalagem plástica de até 1 kg, com pacotes protetores internos, validade mínima de 08 meses. Sendo isento de leite e não deve conter contaminação cruzada com leite.	9,00
09	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Biscoito Salgado, tipo Cream Craker, embalagem plástica de até 01 kg, com protetores internos, prazo de validade mínimo de 08 meses.	9,08
10	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Café, extra forte ou super forte, torrado, moído, alto vácuo, sem glúten, com selo de pureza ABIC, embalagem de 500 gr. validade mínima de 12 meses.	14,96
11	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Cereal de arroz, produto à base de arroz pré-cozido, enriquecido com vitaminas e ferro, instantâneo. Embalagem de até 01 kg. Validade mínima de 06 meses.	19,03
12	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Cereal aveia, em flocos finos, 100% integral e natural, resultante da moagem de grãos de aveia. Embalagem de até 01 kg cada. Validade mínima de 06 meses.	14,88
13	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Cereal a base de farinha de trigo e leite em pó (farinha Láctea), adicionado de vitaminas e sais minerais, instantâneo. Embalagem de até 01 kg. Validade mínima de 06 meses. Com Registro no MAPA.	19,79
14	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Cereal a base de trigo, cevada e aveia, em flocos, instantâneo. Embalagem de até 01 kg. Validade mínima de 06 meses. Com Registro no Ministério da Saúde.	30,00
15	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Cereal de milho, produto à base de milho pré-cozido, enriquecido com vitaminas e sais minerais, instantâneo. Embalagem de até 01 kg por unidade. Validade mínima de 06 meses.	21,76
16	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Cereal de milho, formato de esferas de 0,5 à 1cm de diâmetro, sabor chocolate, enriquecido com vitaminas e sais minerais. Embalagem de até 02 kg. Validade mínima de 06 meses.	16,05

17	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Doce de fruta cremoso, embalagem em pote plástico de até 500gr, c/ tampa e lacre de proteção. Sabores para entrega: doce de Banana e doce de Morango (50% de cada sabor da quantidade total à entregar). Validade mínima de 06 meses.	9,00
18	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Doce de Leite em pasta, embalagem em pote plástico de até 500gr, com tampa e lacre de proteção, validade mínima de 06 meses.	9,95
19	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Extrato de tomate concentrado, contendo os ingredientes: tomate, açúcar e sal; embalagem íntegra (sem sinais de ferrugem, pontos danificados ou amassados), tipo lata, com tampa abre fácil, à vácuo, sem conservantes, de até 500 gramas por unidade. Prazo de validade mínimo de 12 meses.	11,85
20	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Farinha de mandioca subgrupo: fina ou extra-fina, tipo 1, classe branca, com embalagem plástica de 01 kg, 1ª qualidade, validade mínima de 6 meses.	5,30
21	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Farinha de milho tipo biju, amarela, com embalagem plástica de até 1 kg por unidade. Prazo de validade mínima de 6 meses.	4,00
22	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Farinha de milho em flocos (flocos de milho pré-cozidos), com embalagem plástica de até 1 kg, prazo de validade mínimo de 6 meses.	2,80
23	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Farinha de trigo especial, tipo 1, embalagem plástica de até 05 kg (para efeitos de entrega em Unidades Escolares em que a quantidade não seja um valor múltiplo de 5 kg, será necessário efetuar complementação da entrega em embalagem de 01 kg), 1ª qualidade, validade mínima de 04 meses.	2,29
24	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Farinha de trigo para quibe, com embalagem de até 500 gr, própria para alimentos, validade mínima de 04 meses.	6,00
25	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Feijão Vermelho tipo 1, classe cores, embalagem plástica de 01 kg, umidade máxima de 15%, prazo de validade mínima de 04 meses.	7,90
26	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Fermento biológico, seco, sem glúten, instantâneo, embalado à vácuo, embalagem de até 125 g com validade mínima de 01 ano.	36,88
27	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Fermento químico, embalagem em lata ou pote plástico, própria para alimentos, de até 250 g, sem glúten, à base de amido de milho ou fécula de mandioca, bicarbonato de sódio, fosfato monocalcico e carbonato de cálcio, validade mínima de 8 meses.	21,88
28	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Leite em pó Integral Instantâneo, embalagem em pacote aluminizado ou sachê de até 01 kg, com registro no Ministério da Agricultura, contendo no mínimo 25% de proteína e 26% de lipídios, em conformidade com a instrução normativa nº 11 de 09/09/99 do Ministério da Agricultura e Abastecimento. Validade mínima de 09 meses.	23,43
29	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Leite esterilizado integral, caixa de 01 litro, embalagem Tetra brik c/ registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento. Prazo de validade mínimo de 03 meses.	2,59
30	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Leite esterilizado integral, caixa de 01 litro, embalagem Tetra brik c/ registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento. Prazo de validade mínimo de 03 meses.	2,59
31	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Lentilha, tipo 1, classe misturada, embalagem plástica de até 01 kg, umidade máxima de 15%, prazo de validade mínima de 06 meses.	15,48
32	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Macarrão aletria, classe fio de cabelo de anjo, com ovos, embalagem plástica de 500 gr a 01 kg, validade mínima de 10 meses.	6,36
33	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Macarrão tipo espaguete com ovos, embalagem plástica de 500 gr a 01 kg. Validade mínima de 10 meses.	4,48
34	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Macarrão tipo Ninhos Largos, com ovos, com embalagem plástica de 500 gr a 1 kg, validade mínima de 10 meses.	6,38
35	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Macarrão tipo Parafuso Integral, isento de ovos e traços de ovos, embalagem plástica de 500 gr a 01 kg. Validade mínima de 10 meses.	5,90
36	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Mistura em pó para preparo de pão integral, à base de farinha de trigo tipo 1, farinha de trigo integral e fibra de trigo, com embalagem de até 01 kg, validade mínima de 04 meses.	3,80
37	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Óleo de soja refinado com embalagem plástica (PET) de até 1 litro, validade mínima de 08 meses.	3,25
38	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Polvilho azedo, embalagem plástica de até 1 kg, validade mínima de 12 meses.	7,37
39	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Proteína texturizada de soja, média, granulada, contendo corante natural de caramelo, SEM ADIÇÃO DE SABOR, embalagem plástica de até 500 gr, própria para alimentos, validade mínima de 6 meses.	16,00

40	RFM SCHERER LTDA EPP	Rosquinha de polvilho, à base de polvilho de mandioca, ovos, sal, óleo vegetal ou gordura vegetal, contendo no máximo 500 mg de sódio em 100gr do produto, embalagem plástica de até 500 gr, própria para alimentos, validade mínima de 03 meses, diâmetro por unidade entre 5 e 8cm. Registro no órgão competente.	27,30
41	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Sagu de mandioca, grupo tapioca, tipo 1, classe: pérola, com embalagem plástica de 500g. Validade mínima de 12 meses.	7,88
42	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Sal refinado iodado, com embalagem plástica de 01 kg. Validade mínima de 12 meses.	1,45
43	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Vinagre de álcool, embalagem plástica de até 01 litro. Prazo de validade mínimo de 12 meses.	1,33
44	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Almôndega (peso médio de 15 a 30 gr por unidade de almôndega), de carne bovina congelada, contendo no máximo 20% de gordura total/100 gramas de produto; em embalagem própria para alimentos, peso de até 06 kg por embalagem, devendo constar data de fabricação, validade, rotulagem conforme legislação, inspeção sanitária do órgão competente.	13,73
45	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Carne bovina - corte PATINHO - moída, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500g ou 01kg ou 2Kg por unidade, embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar o tipo de corte de carne- patinho, data de fabricação, validade, inspeção sanitária animal do órgão competente.	18,78
46	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Carne bovina - corte PATINHO - moída, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500g ou 01kg ou 2Kg por unidade, embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar o tipo de corte de carne- patinho, data de fabricação, validade, inspeção sanitária animal do órgão competente.	18,78
47	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Coxa e Sobrecoxa de Frango, congelado, sem osso, sem tempero, 1ª qualidade, peso de 01kg por unidade, embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação na embalagem, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	9,95
48	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Fígado de galinha, congelado, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg por unidade, validade de 08 meses a 01 ano. Embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	4,35
49	JUARPO COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI EPP	Músculo bovino, cortado em cubos médios de até 3x3cm, congelado, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg ou 2 Kg por unidade, embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	16,15
50	JUARPO COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI EPP	Paleta bovina, cortada em iscas de até 5x2cm, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg ou 2Kg por unidade, embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar: data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	17,20
51	JUARPO COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI EPP	Paleta bovina, cortada em iscas de até 5x2cm, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg ou 2Kg por unidade, embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar: data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	17,20
52	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Paleta suína - cortada em cubos médios de até 2x2cm, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg ou 2Kg por unidade, de embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar: data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	10,89
53	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Filezinho de Peito de Frango congelado, tipo sassami, sem pele e sem ossos, peso de 01kg por unidade, embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	9,20

54	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Margarina vegetal, com sal, embalagem em pote plástico de 500 gr, contendo no mínimo 60% de lipídios, devendo constar: data da fabricação/validade na embalagem. Com Registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	6,88
55	FRUSTRADO	Queijo mussarela fatiado, interfolhado, espessura fina resfriado, 1ª qualidade, peso de até 500gr por unidade, contendo no máximo 400 mg de sódio em 100gr do produto, embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação/validade na embalagem, validade mínima de 30 dias. Com registro no órgão competente.	XX-XX
56	L & E COMÉRCIO ATACADISTA LTDA EPP	Pão tipo "cachorro quente", 50 gr por unidade, embalagem plástica própria para alimentos contendo 20 (vinte) unidades, peso 01 kg por embalagem, com especificações de rotulagem obrigatória e validade máxima de 3 dias.	10,45
57	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Abobrinha tamanho médio por unidade.	3,30
58	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Acelga, peça de tamanho médio a grande por unidade (referência: média de 1 kg/peça); sem folhas excedentes.	3,00
59	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Cebola tipo extra, classe 4, (diâmetro maior que 70mm até 90 mm).	2,37
60	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Chuchu tipo especial, tamanho médio (comprimento de 10 à 12 cm).	1,52
61	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Laranja pêra tipo especial, classe 6, tamanho médio (diâmetro de 73 a 76mm).	1,98
62	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Laranja lima tipo especial, classe 6, tamanho médio (diâmetro de 73 a 76mm).	3,30
63	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Limão Taity, tamanho médio.	3,47
64	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Maçã fuji, tamanho médio, categoria 2 (diâmetro de 66 a 76 mm).	4,05
65	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Maçã Gala tamanho médio, categoria 2 (diâmetro de 66 à 76mm).	4,75
66	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Mamão comum inteiro, cor amarelo-alaranjado, tamanho médio, com polpa firme e intacta, sem manchas ou lesões na casca.	3,45
67	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Manga Tommy atkins, tamanho médio a grande, peso entre 400 e 600gr, formato oval e cor vermelho- amarelada, casca grossa e lisa.	5,25
68	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Melancia, tamanho médio, pesando de 08 a 12 kg cada, com polpa firme, intacta e sem sinais de apodrecimento.	2,60
69	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Milho verde comum em espiga in natura, tamanho médio à grande, sem palha, com coloração dos grãos amarelo claro; íntegro, com grãos inteiros; embalagem plástica própria para alimentos de até 1 kg por unidade, com validade mínima de 3 dias, com informações na embalagem. A entrega do produto não deverá ser superior à 01 dia da data de fabricação.	7,95
70	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Ovos de galinha, médios ou grandes (conforme decreto nº 56.585), embalagem em bandejas de papelão padrão de 12 unidades, (contendo 01 dúzia de ovos por embalagem) rótulo e especificações na embalagem. Deve conter data da embalagem e validade na embalagem. Com Registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento. A entrega deverá ser efetuada em caixas de 1 dúzia.	6,03
71	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Pêra D'anjou Argentina, tamanho nº 120, com peso entre 100 a 200 gramas.	6,69
72	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Pimentão verde tamanho médio, apresentando cor e tamanho uniformes, sem manchas, rachaduras, bolores, sujidades, ferrugem ou outros defeitos que podem alterar sua aparência e qualidade.	4,69
73	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Tomate "salada" média maturação, cor laranja-avermelhado, classe médio (diâmetro maior que 65 até 80 mm).	3,88
74	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Tomate "salada" média maturação, cor laranja-avermelhado, classe médio (diâmetro maior que 65 até 80 mm).	3,88
75	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Vagem tamanho e espessura médios, livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por lesão de origem física ou mecânica que afete sua aparência.	6,73
76	FRUSTRADO	Abóbora menina ou seca descascada, picada em cubos médios, higienizada, embalagem de até 2 kg cada, própria para armazenamento refrigerado, contendo data de processamento, data de validade e demais informações de acordo com o órgão competente. Prazo de validade de até 5 dias, sendo que por ocasião da entrega, o produto não deverá ter data de processamento superior à 1 (um) dia.	XX-XX
77	FRUSTRADO	Aipim descascado, cortado em pedaços médios, higienizado, embalagem de até 2 kg cada, própria para armazenamento refrigerado, contendo data de processamento, data de validade e demais informações de acordo com o órgão competente. Prazo de validade de até 5 dias, sendo que por ocasião da entrega, o produto não deverá ter data de processamento superior à 1 (um) dia.	XX-XX

78	FRUSTRADO	Batata inglesa, descascada, picada em cubos médios, higienizada, embalagem de até 2 kg cada, própria para armazenamento refrigerado, contendo data de processamento, data de validade e demais informações de acordo com o órgão competente. Prazo de validade de até 5 dias, sendo que por ocasião da entrega, o produto não deverá ter data de processamento superior à 1 (um) dia.	XX-XX
79	FRUSTRADO	Seleto de legumes, à base de cenoura, chuchu e vagem cortados em cubinhos, higienizados, embalagem de até 2 kg cada, própria para armazenamento refrigerado, contendo data de processamento, data de validade e demais informações de acordo com o órgão competente. Prazo de validade de até 5 dias, sendo que por ocasião da entrega, o produto não deverá ter data de processamento superior à 1 (um) dia.	XX-XX
80	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Achocolatado em pó diet de 210 a 250 gramas, isento de lactose.	80,00
81	DESERTO	Adoçante em pó contendo edulcorantes natural glicosídeo de esteviol, embalagem de 100 a 500 gramas, para uso culinário – forno e fogão. Sem adição de outros edulcorantes.	XX-XX
82	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Adoçante líquido contendo edulcorante natural glicosídeo de esteviol, embalagem de 50 a 100 ml. Sem adição de outros edulcorantes.	237,00
83	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Bebida de soja, sabor original/natural ou baunilha, à base de extrato de soja, água, açúcar; naturalmente sem lactose, sem colesterol; embalagem em caixa de 1 litro, longa vida tipo Tetra brick, com sistema que garanta fechamento seguro do produto (de consumo fracionado) após aberto (abre-fecha, de rosquear ou similar) devendo constar especificações, data de fabricação e validade. A ficha técnica do produto deverá especificar a validade do produto após aberto, caso não conste na embalagem.	5,28
84	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Bebida de soja, sabor morango, tipo shake, à base de extrato de soja, água, açúcar; naturalmente sem lactose, sem colesterol; embalagem em caixa de 1 litro, longa vida tipo Tetra brick, com sistema que garanta fechamento seguro do produto (de consumo fracionado) após aberto (abre-fecha, de rosquear ou similar) devendo constar especificações, data de fabricação e validade. A ficha técnica do produto deverá especificar a validade do produto após aberto, caso não conste na embalagem.	4,39
85	DESERTO	Biscoito tipo sequilhos diet, embalagem até 150 gramas. Marca: _____ Documento: Apresentar ficha técnica com identificação e assinatura de Responsável Técnico.	XX-XX
86	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	Biscoito Doce, isento de leite, isento de glúten e sem contaminação cruzada dos mesmos, embalagem plástica de até 1 kg, validade mínima de 04 meses.	40,00
87	DESERTO	Biscoito integral isento de ovos, ou traços de ovos, embalagem plástica de até 01 kg, prazo de validade mínimo de 08 meses. Marca: _____ Documento: Ficha Técnica com identificação e assinatura de Responsável Técnico.	XX-XX
88	FRUSTRADO	Espressante alimentar instantâneo, à base de amido de milho modificado, adicionado de gomas alimentares, elaborado para espessar alimentos; embalagem própria para alimentos (pote ou lata) de até 500 gramas/unidade; devendo constar especificações de acordo com a legislação, data de fabricação, validade, registro no órgão competente. Prazo de validade mínimo de 10 meses.	XX-XX
89	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Leite esterilizado integral ou semi-desnatado, ZERO LACTOSE, embalagem em caixa de 1 litro, longa vida tipo Tetra brick, devendo constar especificações, data de fabricação e validade. Com Registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	3,50
90	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	Macarrão de arroz, tipo Parafuso ou Pene, embalagem plástica de 500 gramas a 1kg; devendo constar especificações de acordo com a legislação, data de fabricação, validade. Prazo de validade mínimo de 10 meses.	5,35

Jaraguá do Sul, SC, 04 de agosto de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 61/2017**

PORTARIA Nº 61/2017

Exonera Chefe de Gabinete.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE, a SRA. SONARA JONER CARDOZO. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 19/2017, de 19 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 09 de agosto de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

PORTARIA Nº 62/2017

PORTARIA Nº 62/2017

Concede Férias.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, em atendimento ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias aos servidores da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul a seguir, na seguinte forma:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS	PERÍODO DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO REF. AO PERÍODO AQUISITIVO
Tacízio Rodrigues Pinto	02/01/2017 a 01/01/2018	14/08/2017 a 30/08/2017	17	-

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 09 de agosto de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

PORTARIA Nº 63/2017

PORTARIA Nº 63/2017

Nomeia Chefe de Gabinete.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.340/2017 de 31 de janeiro de 2017, a SRA. MARISTELA MENEL ROZA, a partir de 10 de agosto de 2017, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 09 de agosto de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO PL 56/2017/PMJ - CRE 01/2017/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE CONTINUAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2017/PMJ

CREDENCIAMENTO Nº 01/2017/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 56/2017/PMJ – credenciamento nº 01/2017/PMJ, cujo objeto é “credenciamento de leiloeiro oficial, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, visando à realização de Leilão Público simultâneo presencial e online de bens patrimoniais móveis e não patrimoniais, inservíveis e pertencentes ao Município de Joaçaba, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos”, a ata da sessão, de julgamento da documentação de habilitação, está disponível no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 09 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Comissão de Licitação

DECRETO N 5.187

DECRETO Nº 5.187 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/2016 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 403.500,00 (Quatrocentos e três mil, quinhentos reais), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(45) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002

Valor: R\$ 6.500,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(40) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619

Valor: R\$ 300.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE

(48) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619

Valor: R\$ 17.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.015 – BLIV-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAT PERMANENTE - FMS

(47) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0619

Valor: R\$ 70.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BASICA

(46) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 09 DE AGOSTO DE 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO TP 09/2017/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2017/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 09/2017/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em asfalto C.A.U.Q sobre paralelepípedos, de parte da Rua Pedro Kunz, bairro Santa Tereza, neste Município. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h e 30 minutos do dia 04/09/2017. Processamento da Tomada de Preço: às 15h do dia 04/09/2017, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 09 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

VILSON SARTORI - Secretário

PARECER Nº 009/2017 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Parecer nº 009/2017 Aprovado em 03/08/2017

1 - OBJETO DE ANÁLISE: Análise da prestação de contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e dos valores alocados pelo município ao FMAS, para execução dos serviços socioassistenciais, relativo aos recursos recebidos no segundo trimestre de 2017, dos blocos de financiamento.

II – HISTÓRICO: No dia 03 de agosto de 2017, reuniu-se a Comissão de Financiamento e Orçamento do Conselho Municipal de Assistência Social, com a finalidade de analisar a documentação da prestação de contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional da Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social e os recursos próprios do Município ao CMAS no segundo trimestre de 2017, para execução dos serviços socioassistenciais. Foram observadas as normativas legais para a prestação de contas, tais como as Portarias 440 e 442 do MDS, além da Resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, planilha de reprogramação de valores do exercício de 2016 aprovadas pelo CMAS e Regimento Interno do CMAS.

III – ANÁLISE: De acordo com a legislação vigente, após análise apurada de toda documentação constante das prestações de contas, conforme consta no quadro a seguir, a Comissão verificou os valores repassados pelo FNAS e os valores de recursos próprios no segundo trimestre de 2017, nos blocos de financiamento, bem como os rendimentos obtidos no período, e constatou pelas cópias dos documentos fiscais apresentados e pela aplicação dos recursos em custeio ou investimento que os valores foram devidamente aplicados em cada nível de proteção, conforme normativas.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS REFERENTE AOS SEGUINTE SERVIÇOS:

Serviços	Saldo em 31/03/2017	Recursos federais, recebido no 2º trimestre	Rendimentos Dos recursos federais	Valor Total Dos recursos federais recebidos	Despesas Realizadas com recursos Federais	Saldo remanescente, recursos federais em 30/06/2017	Valores alocados no FMAS pelo município e gastos no 2º trimestre
1- GBF	9.724,91	7.285,22	183,09	17.193,22	4.170,20	13.023,02	12.451,27
2 - GSUAS	1.078,33	3.773,40	28,34	4.880,07	998,40	3.881,67	0,00
3 – Proteção Social Básica – PSB	61.965,43	17.400,00	797,84	80.163,27	25.358,30	54.804,97	156.954,86
4 – Proteção Social Especial de Média Complexidade – PSEMC	96.497,40	21.235,34	1.031,35	118.764,09	59.950,59	58.813,50	145.795,11
5 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade – PSEAC	29.773,34	0,00	428,54	30.201,88	5.716,38	24.485,50	135.420,90
6 – ACESUASTRAB	8.641,42	0,00	134,29	8.775,71	0,00	3.881,67	0,00
7- Programa Criança Feliz	0,00	30.000,00	265,04	30.265,04	0,00	30.265,04	0,00
TOTAIS	207.680,83	79.698,83	2.868,49	229.129,24	96.193,87	189.155,37	450.622,14

IV – PARECER DA COMISSÃO: A Comissão de Financiamento e Orçamento, do CMAS de Joaçaba, após os procedimentos de análise documental das prestações de contas, relativos aos recursos repassados em 2017 pelo Fundo Nacional de Assistência Social FNAS - ao Fundo Municipal de Assistência Social, - FMAS e dos valores de recursos próprios do município ao FMAS, destinado à execução dos serviços socioassistenciais, para o primeiro trimestre de 2017, nos blocos de financiamento, é de parecer favorável à aprovação das prestações de contas, cujos serviços constam no quadro demonstrativo anteriormente.

Conselheiras:

Camila de Oliveira Edilaine Bettoni Ivone Zanatta

V – DECISÃO DO PLENÁRIO: O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba reunido em 09/08/2017 aprovou por unanimidade o parecer da Comissão de Financiamento e Orçamento, sobre análise das prestações dos recursos recebidos pelo FMAS, que tiveram origem nas transferências efetuadas pelo FNAS e alocação de recursos municipais, cuja aplicação ocorreu no segundo trimestre de 2017.

Ivone Zanatta

Presidente do CMAS de Joaçaba/SC

PORTARIA N.º 1.302

PORTARIA Nº 1.302 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JAISON DANIELI, Professor Nível I (Licenciatura), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 347/2017 de 14 de fevereiro de 2017, referente aos períodos de 02 de fevereiro de 2010 a 01 de fevereiro de 2011 (12 dias), 02 de fevereiro de 2011 a 01 de fevereiro de 2012 (12 dias), 02 de fevereiro de 2012 a 01 de fevereiro de 2013 (12 dias), 02 de fevereiro de 2013 a 01 de fevereiro de 2014 (12 dias) e 02 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (10 dias) por um período

de 58 (cinquenta e oito) dias, a partir de 01 de agosto de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.303

PORTARIA Nº 1.303 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CLARICE APARECIDA DUTRA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 455/2017 de 20 de fevereiro de 2017, referente aos períodos de 16 de março de 2012 a 15 de março de 2013 (12 dias) e 16 de março de 2013 a 15 de março de 2014 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 01 de agosto de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.304

PORTARIA Nº 1.304 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CLAUDIANA FATIMA SANTINI, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 433/2017 de 17 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de agosto de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.305

PORTARIA Nº 1.305 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ALEXANDRE DA SILVA AZEVEDO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 504/2017 de 20 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de junho de 2014 a 31 de maio de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 07 de agosto de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 07 de agosto de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.306

PORTARIA Nº 1.306 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELIETE DE BRITO PINHEIRO CHIESA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 411/2017 de 17 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 07 de agosto de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 07 de agosto de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.307

PORTARIA Nº 1.307 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) IZOLDE GUILHERMINA WIEST, Auxiliar de Creche Nível I (Magistério), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 502/2017 de 20 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 07 de agosto de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 07 de agosto de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.308

PORTARIA Nº 1.308 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) FABIO LAZZARINI, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 404/2017 de 16 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (10 dias) por um período de 10 (dez) dias, a partir de 07 de agosto de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 07 de agosto de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.309

PORTARIA Nº 1.309 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) VIVIANE CARINA BRUNETTO MACHADO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 382/2017 de 15 de fevereiro de 2017, referente ao período de 02 de maio de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (08 dias) por um período de 08 (oito) dias, a partir de 14 de agosto de 2017 de acordo

com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de agosto de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.310

PORTARIA Nº 1.310 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARINARA APARECIDA PEREIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 384/2017 de 15 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de agosto de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de agosto de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO Nº 10/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RESOLUÇÃO Nº 10/2017

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Joaçaba.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 09 de agosto de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 4.281, de 23 de novembro de 2012, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito

de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

Proteção Social Básica:

(X)30% para custeio e 70% para investimento

Proteção Social Especial de Média Complexidade

(X)30% para custeio e 70% para investimento

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 09 de agosto de 2017.
Ivone Zanata
Presidente CMAS

Lacerdópolis

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO 08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/5

Processo Nº.: 22/2017

MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2017

No dia 9 do mês de Agosto do ano de 2017, o MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 19/2017 Processo Licitatório nº 22/2017. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
9084	DEBARBA AUTO CENTER LTDA	5
9081	ELETRO MECANICA JOAO VITOR LTDA ME	1, 6, 7
8000	LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP. LTDA	2
7960	MATHULLO AUTO CENTER LTDA ME	8
7806	MECANICA BETTONI LTDA	3
6640	MECANICA CHAPEAÇÃO E TRANSPORTES LERIO LTDA ME	9, 10, 11

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DEBARBA AUTO CENTER LTDA	22.445.429/0001-25	EVANDRO DEBARBA	04792820995
ELETRO MECANICA JOAO VITOR LTDA ME	23.781.462/0001-99	SANDRA FLAMIA BRANDINI	04264484995
LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP. LTDA	10.527.352/0001-53	RAUL DE MIRANDA	42568234920
MATHULLO AUTO CENTER LTDA ME	10.175.205/0001-61	RICARDO BLOOT	03961221910
MECANICA BETTONI LTDA	01.182.046/0001-31	VILSON ANTONIO SLOGO	59253061987
MECANICA CHAPEAÇÃO E TRANSPORTES LERIO LTDA ME	01.762.054/0001-57	LERIO DALL'ORSOLETTA	74392387968

Fornecedor: 6640 - MECANICA CHAPEAÇÃO E TRANSPORTES LERIO LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	Funilaria e pintura para caminhões, ônibus micro-ônibus e vans	Hh	LÉRIO	200,000	60,0000	12.000,00
10	Funilaria e pintura para máquinas pesadas, máquinas agrícolas e implementos agrícolas	Hh	LÉRIO	60,000	60,0000	3.600,00
11	Funilaria e pintura para veículos leves	Hh	LÉRIO	200,000	50,0000	10.000,00
					Total	25.600,00

Fornecedor: 7806 - MECANICA BETTONI LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	------	-------	------------	----------------	-------------

3	Mecânica para máquinas agrícolas (trator de pneus...)	Hh		150,000	47,0000	7.050,00
					Total	7.050,00
Fornecedor: 7960 - MATHULLO AUTO CENTER LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	Elétrica para veículos leves	Hh	MATHULLO	280,000	20,0000	5.600,00
					Total	5.600,00
Fornecedor: 8000 - LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP. LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Mecânica para máquinas pesadas (trator de esteira, retroescavadeira, motoniveladora, escavadeira hidráulica...)	Hh	LOC	150,000	50,0000	7.500,00
					Total	7.500,00
Fornecedor: 9081 - ELETRO MECANICA JOAO VITOR LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Mecânica para caminhões, ônibus, micro-ônibus e vans	Hh	JOAO VITOR	250,000	90,0000	22.500,00
6	Elétrica para caminhões, ônibus, micro-ônibus e vans	Hh	JOAO VITOR	130,000	60,0000	7.800,00
7	Elétrica para máquinas pesadas, máquinas agrícolas e implementos agrícolas	Hh	JOAO VITOR	100,000	60,0000	6.000,00
					Total	36.300,00
Fornecedor: 9084 - DEBARBA AUTO CENTER LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Mecânica para veículos leves	Hh	DEBARBA	250,000	15,0000	3.750,00
					Total	3.750,00
<p>1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.</p> <p>1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 19/2017, Processo Licitatório nº 22/2017 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.</p>						
2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE						
<p>2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.</p> <p>2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.</p>						

<p>3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</p> <p>3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.</p> <p>3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.</p> <p>3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.</p> <p>3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.</p>								
<p>3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.</p>								
<p>4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO</p> <p>4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.</p>								
<p>5. DOS PREÇOS REGISTRADOS</p> <p>5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.</p>								
<p>6. DO CONTRATO</p> <p>6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.</p> <p>6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.</p>								
<p>7 - DA DESPESA</p> <p>7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.</p>								
<p>8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS</p>								
<p>8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.</p> <p>8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.</p>								

8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente Ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 19/2017, Processo Licitatório nº 22/2017 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigará-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 19/2017 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 19/2017;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 22/2017; o Edital do Pregão nº 19/2017 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 9 de Agosto de 2017.

Município de Lacerdópolis

SERGIO LUIZ CALEGARI

PREFEITO

Lages

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 03/2017 - CRECHE MARIA DE CASTRO - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO DE COMODATO N.º 03/2017 PML

COMODATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

COMODANTE: EDUCANDÁRIO ESPÍRITA E CRECHE MARIA DE CASTRO DE ARRUDA, inscrito no CNPJ 84.955.830/0001-62, situado à Rua Sergipe, nº 73, bairro São Cristóvão, CEP 88509-090, Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.1 O COMODANTE cede ao COMODATÁRIO, em comodato, 01 (um) imóvel sito à Rua Sergipe, nº 73, bairro São Cristóvão, CEP 88509-090, para a Secretaria Municipal de Educação assumir em regime de Comodato o referido educandário, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA — DO PRAZO

2.1 O prazo de vigência do presente contrato de comodato, será pelo período de 05 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser renovado se conveniente à Administração Municipal;

2.2 O presente termo se dará de forma Precária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

3.1 O presente contrato se dará de Forma Gratuita.

Lages, 03 de julho de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito municipal

EXTRATO CONTRATO 181/2017 - AUTO ELITE - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO N.º 181/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - DIRETRAN, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: AUTO ELITE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.270.397/0004-01, situada à Avenida Presidente Vargas, nº 532, bairro Coral, CEP 88508-109, Lages/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 134/2017, correlato à Tomada de Preços nº 07/2017, do tipo Menor Preço por Item, aberta em 31/07/2017 e homologada em 07/08/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de dois veículos adaptados, para os Agentes de Autoridade de Trânsito da Coordenação de Segurança e Trânsito do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início, contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução, contar-se-á da data da assinatura deste contrato, até 31/12/2017;

2.3 Da Entrega(s), em até 45 dias, a contar da solicitação emitida pela CST – DIRETRAN, Local a definir com a Coordenação de Segurança e Trânsito;

2.4 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua validade contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DO NÚMERO DE TURMAS E DO VALOR FINAL 3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 107.980,00 (cento e sete mil e noventa e oito reais).

Lages, 07 de agosto de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 182/2017 - GARCIA & TEIXEIRA - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO N.º 182/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - DIRETRAN, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: GARCIA & TEIXEIRA VAREJISTA DE MOTOCICLETAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.153.200/0001-96, situada à Rua Candido Ramos, nº 110, bairro Capoeiras, Florianópolis/SC. Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 134/2017, correlato à Tomada de Preços nº 07/2017, do tipo Menor Preço por Item, aberta em 31/07/2017 e homologada em 07/08/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de cinco motos adaptadas para uso dos Vigias de Patrimônio Público Municipal e quatro motos adaptadas para uso dos Agentes de Autoridade de Trânsito, da Coordenação de Segurança e Trânsito do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início, contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução, contar-se-á da data da assinatura deste contrato, até 31/12/2017;

2.3 Da Entrega(s), em até 45 dias, a contar da solicitação emitida pela CST – DIRETRAN, Local a definir com a Coordenação de Segurança e Trânsito;

2.4 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua validade contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DO NÚMERO DE TURMAS E DO VALOR FINAL 3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 139.600,00 (cento e trinta e nove mil e seiscentos reais).

Lages, 07 de agosto de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

PP 70/2017 PML, TP 15/2017 PML, TP 14/2017 PML AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 70/2017 PML

Objeto: Contratação de Empresa especializada na locação, montagem e desmontagem de Estandes para instalação na Praça do C.E.U., durante a realização dos 57º Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontecerão de 03 a 11 de novembro de 2017.

Tipo: Pelo Menor Preço Global

Abertura: 25/08/2017 às 16:30
Valor Estimado: R\$ 60.002,94 (sessenta mil e dois reais e noventa e quatro centavos).

Modalidade: Tomada de Preços 15/2017 PML

Objeto: Lote 01 - Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Piso Modular Multi Uso para Quadra Poliesportiva do Ginásio de Esportes Jones Minosso. Lote 02 - Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Instalação e Manutenção de Tabela de Basquete, para o Ginásio de Esportes Ivo Silveira, para a realização dos 57º Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontecerá de 03 a 11 de novembro de 2017, no Município de Lages

Tipo: Pelo Menor Preço Por Lote

Abertura: 28/08/2017 às 15:00

Valor Estimado: R\$ 201.120,00 (duzentos e um mil e cento e vinte reais), sendo Lote 01: R\$ 166.320,00 (cento e sessenta e seis mil trezentos e vinte reais); e Lote 02: R\$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos e reais).

Modalidade: Tomada de Preços 14/2017 PML

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Execução dos Serviços de Reforma do CEIM Moranguinho.

Tipo: Pelo Menor Preço Global

Abertura: 06/09/2017 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 133.125,48 (cento e trinta e três mil cento e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos).

Os Editais serão disponibilizados no site www.lages.sc.gov.br, sem ônus, ou no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00.

Lages, 10 de agosto de 2017.

Antônio César Alves de Arruda
Secretário de Administração e Fazenda

RERRATIFICAÇÃO PP 65/20107 PML RERRATIFICAÇÃO

REF.: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2017 – PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA READEQUAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA PARTE INTERNA E NA PARTE EXTERNA NO GINÁSIO DE ESPORTES JONES MINOSSO, COMPREENDENDO: POSTES DA ÁREA EXTERNA, REATORES, LÂMPADAS, SENSORES FOTO ELÉTRICOS E OUTROS, CONSOANTE MEMORIAL DESCRITIVO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados a disponibilização no site www.lages.sc.gov.br, de novo Orçamento e novo Cronograma Físico-Financeiro da Pista de Atletismo, correlatos ao Edital em comento.

Por conseguinte, onde se lê: 8.2 Valor Global Estimado, Máximo: R\$ 76.462,70 (setenta e seis mil quatrocentos e sessenta e dois reais e setenta centavos). Leia-se: 8.2 Valor Global Estimado, Máximo: R\$ 82.993,58 (oitenta e dois mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos).

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 15:00 horas do dia 18/08/2017, para às 15:00 horas do dia 06/09/2017.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 10 de agosto de 2017.

Antônio Cesar Alves de Arruda
Secretário de Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 16/2017

Extrato do Contrato Nº 16/2017

Pregão Presencial Nº 08/2017

Vigência: 24/07/2017 Vencto: 23/07/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de locação de mão de obra para o seguinte objeto, de acordo com a necessidade.
Operador de som, operadores de câmera e repórter.

Contratada: TROPEIRO TRANSPORTES LTDA ME, Inscrita no CNPJ 08.520.491.0001-03

Valor total: 20.000,00 (Vinte mil reais mensais)

Lages Sc 09 de agosto de 2017

AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER - PRESIDENTE

EXTRATO DO CONTRATO 17/2017

EXTRATO DO CONTRATO DE ADITIVO 17/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13/2017

VIGÊNCIA: 12/06/2017 VENCTO: 11/06/2018

PROCESSO: 11/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 07/2017

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de combustível gasolina comum para uso de veículos da Câmara Municipal.
CONTRATADA: Auto Posto Chaplin Comércio de Combustíveis LTDA CNPJ 06.139.250/0001-93

VALOR TOTAL: Fica aditado o contrato 13/2017 do processo licitatório 11/2017 em 10,7%.

LAGES SC 09 DE AGOSTO DE 2017.

AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER - PRESIDENTE

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 769/2017

PORTARIA RH Nº 769/2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0003129/2017;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Agosto de 2017 a 29 de Outubro de 2017, ao Servidor PHILIPPE GUEDES MATTOS, Professor, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Agosto de 2017.

KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 770/2017

PORTARIA RH Nº 770/2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.000432/2017;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Agosto de 2017 a 29 de Outubro de 2017, a Servidora ELIAZER DOS SANTOS BENTO, Me-rendeira, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Agosto de 2017.

KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 771/2017

PORTARIA RH Nº 771/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, GRAZIELLE SITÔNIO DUARTE, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Planejamento, GP9, com lotação na Secretaria de Pesca e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Agosto de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 791/2017

PORTARIA RH Nº 791/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 0125.0005797/2016;

RESOLVE:

Conceder adicional de aperfeiçoamento profissional por cursos de aperfeiçoamento, no percentual de 3%, a Servidora FERNANDA MARTINS MASIEIRO, Secretário Escola, de provimento efetivo, em conformidade com o Art. 20 da Lei Complementar nº 138/2006, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Agosto de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 792/2017

PORTARIA RH Nº 792/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora CLAUDIONE FERNANDES DE MEDEIROS, Arquiteta, de provimento efetivo, para acompanhar a execução das ações previstas no Decreto nº 4.810/2017 de 03/01/2017, além das especificações pelo Ministério da Integração Nacional quanto ao recurso, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Agosto de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 793/2017

PORTARIA RH Nº 793/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da

avaliação do Estágio Probatório da Servidora PATRÍCIA MOREIRA JOAQUIM, Enfermeira, do período de 08/07/2014 a 04/08/2017, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 794/2017

PORTARIA RH Nº 794/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório da Servidora KELLY SILVA REMOR, Enfermeira, do período de 09/06/2014 a 04/08/2017, lotada na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 795/2017

PORTARIA RH Nº 795/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor DANIEL AGUIAR, Fisioterapeuta, do período de 16/06/2014 a 04/08/2017, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 796/2017

PORTARIA RH Nº 796/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, POLIANA FERREIRA SILVA do Cargo de Professor Anos Iniciais, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 797/2017

PORTARIA RH Nº 797/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 07.08.17 a 05.09.2017.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Jéssica Bitencourt Camilo	2016/2017
Ricardo Coelho Bosco	2016/2017
Tatiana Mendes dos Santos	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Agosto de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 798/2017

PORTARIA RH Nº 798/2017

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor GILSA DUARTE DE ANDRADE, Educador Social, do dia 07.08.2017 a 05.09.2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Agosto de 2017.
MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 799/2017

PORTARIA RH Nº 799/2017

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, VÂNIO JOSÉ SACHETTI MARTINS Fiscal de Serviços Públicos, do dia 07.08.2017 a 05.09.2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Agosto de 2017.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 800/2017

PORTARIA RH Nº 800/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESLIGAR, por motivo de aposentadoria, conforme benefício nº 1780615121, espécie 42, o Sr. JUCEMIR DA SILVA PINTO, Fiscal de Tributos, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 801/2017

PORTARIA RH Nº 801/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR CARLOS ALBERTO REMOR, Assessor de Projetos, como profissional responsável pela fiscalização da Obra da Escola Elizabeth Ulysséa Arantes – CAIC, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 802/2017

PORTARIA RH Nº 802/2017

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, AMÉRICO OSVALDIR DA SILVEIRA Calceteiro, do dia 07.08.2017 a 05.09.2017, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2017.

JONATAN DO NASCIMENTO OVIDIO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 803/2017

PORTARIA RH Nº 803/2017

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE, SR. PATRICK PAULINO DE SOUZA, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, INÁCIA DA ROSA MACHADO Engenheira Ambiental do dia 08.08.2017 a 06.09.2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2017.
PATRICK PAULINO DE SOUZA
Presidente da Fundação

PORTARIA Nº 804/2017

PORTARIA RH Nº 804/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 08.08.17 a 06.09.2017.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Heraldo Hercílio Costa	2014/2015
Nara Luiza dos Reis	2013/2014

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 805/2017

PORTARIA RH Nº 805/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0003352/2017;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 08 de Agosto de 2017 a 06 de Setembro de 2017, ao Servidor KETLYN SÔNIA DE MELLO, Assistente Social, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

TOMADA_01/17-PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 01/2017 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 8666/93 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, para a contratação de empresa especializada para a pavimentação de parte da Estrada Geral de Ribeirão Pequeno, no dia 28 de agosto de 2017, às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail pmlcompras99@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – Centro

Laguna, em 09 de agosto de 2017

Waldomiro Souza Netto
Presidente da COPELI

Lauro Muller

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA Nº. 115/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

Modalidade: CHAMADA PUBLICA Nº. 115/PMLM/2017

Início do Credenciamento: 16/08/2017 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O município de Lauro Muller, Estado da Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública com Dispensa de Licitação para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos alunos da rede Municipal de Ensino e Centro de Convivência do Município de Lauro Muller/SC., para o ano letivo de 2017, conforme resolução Nº. 26 do FNDE.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível no site: www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 09 de agosto de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

DISPENSA Nº. 114/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº. 114/PMLM/2017

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para aquisição, instalação e upgrade de software PLEO versão 4.0 para atendimento das demandas do departamento de engenharia e arquitetura.

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller

CONTRATADO: Franarin & Cia Ltda.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: 09/08/2017, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto – Secretária de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: 09/08/2017, por Valdir Fontanella, Prefeito Municipal de Lauro Muller.

Lauro Muller, 09 de Agosto de 2017.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

consultoria ao Hospital Municipal Henrique Lage na implantação da Fundação de Saúde de Lauro Muller.

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller

CONTRATADO: Fundação Hospital Municipal Getúlio Vargas

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso XIII, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: 09/08/2017, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto – Secretária de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: 09/08/2017, por Valdir Fontanella, Prefeito Municipal de Lauro Muller.

Lauro Muller, 09 de Agosto de 2017.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 116/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 116/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 23/08/2017 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de pintura para manutenção para atendimento das demandas da Secretaria de Educação de Lauro Muller/SC/ Rede Municipal de Ensino.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível no site: www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 09 de agosto de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

INEXIGIBILIDADE Nº. 025/HMHL/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº. 025/HMHL/2017

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para contratação da Fundação Hospital Municipal Getúlio Vargas para

Lebon Régis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 24/2017

Edital de Convocação n. 24/2017

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2016, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 08h00min e 17h00min, até o dia 18/08/2017, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Alan Bueno	Médico	3º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 08 de agosto de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO REVOGADA PP Nº 030/2017 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

AVISO DE LICITAÇÃO REVOGADA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 041/2017

VITOR NORBERTO ALVES – Prefeito Municipal de Leoberto Leal, torna público que a licitação na modalidade Pregão Presencial na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de implementos agrícolas, de acordo com as especificações constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 030/2017, foi REVOGADA, no dia 09 de agosto de 2017, com base na Lei nº 8.666/93, art. 49. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 09/08/2017. VITOR NORBERTO ALVES – Prefeito Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PE 03/2017

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2017 PMLS

Genir Loli – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal 2817/2016, para aquisição de equipamentos agrícolas, sendo grade niveladora, perfurador de solo, e roçadeira, com recebimento das propostas até as 08:30 horas do dia 24 de agosto de 2017, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br

Lindóia do Sul - SC, 09 de agosto de 2017.

Genir Loli

Prefeito Municipal.

declarado pela empresa, não haverá mais a entrega do objeto da licitação.

Remeta-se cópia deste despacho à empresa referida.

Autue-se e cumpra-se.

Publique-se.

Lindóia do Sul/SC, 9 de agosto de 2017.

Italo Zanelatto

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Encaminhado para publicação no DOM/SC.

Em 09/08/2017

Leonardo Júnior Cavallier

Auxiliar de Técnico

DESPACHO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Processo de Licitação n. 73/2016

Modalidade: Pregão Eletrônico (n. 04/2016)

Contrato Administrativo n. 33/2017

Interessado: Terra Viva Comércio e Representações – Eireli – EPP

DESPACHO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE-CORRENTE DE LICITAÇÃO

Considerando que houve a inexecução total do objeto do contrato n. 33/2017, decorrente do processo de licitação n. 73/2016, pregão presencial n. 04/2016, constante no fornecimento de 1 (um) trator marca Solis 75cv.

Considerando as disposições legais aplicáveis ao Pregão, conforme Lei 10.520 de 17 de julho de 2002.

Considerando as disposições suplementares da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Considerando o disposto no edital de licitação, item 16, 16.1, 16.2 e 16.2.1 (fl. 19/20) e cláusula sétima, item 7.1, 7.2 e 7.2.1 do contrato celebrado entre as partes (fl. 161/162), que trata da rescisão contratual.

Considerando que a Secretaria de Agricultura não aceita a troca do trator, conforme requerimento da empresa Terra Viva Comércio e Representações, pois mesmo tendo potencia superior ao licitado, não atende a necessidade (discrecional) da Secretaria.

Determino:

1) A abertura de processo administrativo a ser processado e autuado nos próprios autos do processo de licitação acima epigrafado, com a finalidade de apuração dos fatos que ensejaram infração às disposições do edital, cláusula(s) contratual(ais), com a possível aplicação de sanções administrativas estipuladas no art. 7º da Lei 10.520/2002 (impedimento em licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato e nas demais disposições legais aplicáveis).

2) A notificação da empresa referida para que apresente defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, especificando as provas que pretenda produzir, contado do recebimento da notificação, cientificando que os autos estão à disposição para consulta e extração de cópias, se assim for necessário, junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul.

Recomendar ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal:

1) A imediata rescisão unilateral do contrato firmado entre as partes (art. 79, I da Lei 8.666/93), vez que não houve adimplemento do contrato (art. 77 c/c art. 78, I da Lei 8.666/93) e, conforme

PORTARIA Nº 232/2017 DE 09/08/2017

PORTARIA N. 232/2017, de 9 de Agosto de 2017.

SUBSTITUI MEMBRO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N. 1/2017

GENIR LOLI, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, no uso das atribuições previstas no art. 113, II, "d" da Lei Orgânica do Município de Lindóia do Sul, e tendo em vista o disposto nos artigos 180, 186 e 187 da Lei Complementar Municipal n. 50, de 10 de janeiro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar Robson da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de motorista do quadro de pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, matrícula funcional n. 235, em substituição a Claudiomiro de Almeida, ocupante do cargo de provimento efetivo de motorista do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transporte, matrícula funcional n. 80, para integrar a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 1/2017, instaurado pela Portaria n. 219, de 20 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) n. 2304, de 25 de julho de 2017, pg. 440, em razão da sua suspensão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 09 de Agosto de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Leonardo Júnior Cavallier

Auxiliar de Técnico

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL Nº 01/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 73/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2016

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO - Nº 01/2017
RELATIVO AO CONTRATO Nº 33/2017

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº33/2017 EFETUADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, E A EMPRESA TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI, QUE TINHA COMO OBJETO O FORNECIMENTO DE UM TRATOR AGRÍCOLA.

O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 78.510.112/0001-80, com sede na Rua Tamandaré, 98, Centro, Lindóia do Sul, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Genir Loli, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.877.022 e inscrito no CPF/MF sob o nº 892.861.709-04, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, com base na documentação constante nos autos do processo licitatório acima epigrafoado, e:

CONSIDERANDO o disposto nos art. 77 c/c 78, I e art. 79, I, todos da Lei Federal nº 8.666/93, que versam sobre a rescisão unilateral do contrato, quando da inexecução total de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

CONSIDERANDO o ofício enviado pelo fornecedor, alegando impossibilidade de entregar o objeto da marca cotada na licitação, e requerendo autorização para entrega do objeto de marca diversa, cientificando, desde já, que em caso de indeferimento, requer a rescisão contratual;

CONSIDERANDO a manifestação da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, indeferindo o pedido de substituição de marca, e recomendando a rescisão contratual unilateral;

CONSIDERANDO o parecer jurídico nº 14/2017, o despacho de abertura de processo administrativo, exarado pela Secretária de Agricultura e Meio Ambiente, e a decisão do Prefeito Municipal, constantes nos autos do processo licitatório em epígrafe;

DECLARA E CONSTITUI a rescisão unilateral do Contrato nº 33/2017, efetuado com a empresa TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 17.542.364/0001-04, com sede na Avenida Rubens Cesar Caselani, nº 1987, Centro, na cidade de Realeza, PR, que tinha como objeto a aquisição de um trator agrícola, o que se faz com amparo nos art. 77 c/c 78, I e art. 79, I, todos da Lei Federal nº 8.666/93.

Lindóia do Sul SC, 09 de agosto de 2017.

Publique-se e Registre-se.

Luis Alves

PREFEITURA

NOTA DE DESERÇÃO DO PREGÃO 14/2017 (FMS)

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

NOTA DE DESERÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE ORTESE E PROTESE ORTOPÉDICA PARA ATENDER AO PROGRAMA DE SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EXECUTADO PELAS EQUIPES DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF).

O Município de Luiz Alves torna público que o Pregão Presencial nº 14/2017 foi declarado deserto.

Luiz Alves, 04 de julho de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2421

DECRETO Nº 2421 de 09 de agosto de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2017”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei nº 1.475 de 10 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de R\$ 67.827,83 (sessenta e sete mil reais e oitocentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado no detalhamento 00 - Recursos Ordinários, distribuídos nas ação, Grupo de Natureza da Despesa (G.N.D.) e modalidade de aplicação abaixo descrito:

Ação: 11.001.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 3.00 - S.F. Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 68.827,83

Parágrafo Único - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 09 de agosto de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 049/2017 - TP 003/2017 - ILUMINAÇÃO CAMPO DE FUTEBOL - PML MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 049/2017 - PML

Tomada de Preço nº 003/2017 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 049/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Tomada de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a instalação da Iluminação do campo de futebol na Escola Municipal São Francisco, localizada na Rua São Francisco, Bairro São Francisco, no Município de Luzerna/SC, conforme projeto, memorial descritivo, em anexo ao Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA – ME.

- Valor total: R\$29.643,74

Luzerna (SC), 10 de agosto de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

TERMO DE SELEÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 001/2017/ FMHIS

TERMO DE SELEÇÃO

SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL INTERESSADA NA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA.

O Município de Luzerna/SC, concluído o processo de seleção instituído pelo Edital de Credenciamento nº 001/2017 - FMHIS declara selecionada a empresa de construção civil abaixo qualificada:

Razão Social: ANDREONI JR. CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ: 85.131.860/0001-17

Endereço: RUA JOSÉ ZORTÉA, Nº 40, CAPINZAL/SC

Telefone para contato: (49) 3555-1020

Representante Legal: RUITES VALMIR ANDREONI JUNIOR

CPF: 598.459-459-53

A empresa selecionada deverá apresentar à Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de assinatura deste termo de seleção, a proposta contendo a documentação completa para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa minha Vida, conforme especificado pela Caixa Econômica Federal;

Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido as exigências constantes nos itens anteriores, a critério do Município, este termo será considerado nulo.

Luzerna/SC, 08 de agosto de 2017.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE LUZERNA/FMHIS

MUNICÍPIO DE LUZERNA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - DECRETO 2421

Betha Sistemas
Exercício 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	1.701.070,90	PASSIVO CIRCULANTE	580.929,94
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.611.039,93	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	594.212,65
CREDITOS A CURTO PRAZO	60.116,32	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	16.717,29
DEBÍAS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	11.440,93	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	505.050,84
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	213,47	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	505.050,84
ESTOQUES	12.000,00	TOTAL DO PASSIVO	1.085.980,78
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	6.260,25		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	32.792.189,31	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	661.217,10	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	21.231.961,15
INVESTIMENTOS	4.222,85	RESULTADOS ACUMULADOS	12.175.316,28
IMOBILIZADO	32.126.749,36	RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.246.714,18
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.928.604,10
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.407.279,43
TOTAL	34.493.260,21	TOTAL	34.493.260,21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 2

ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	1.611.039,93	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.717,29
ATIVO CIRCULANTE	1.611.039,93	PASSIVO CIRCULANTE	16.717,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.611.039,93	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	16.717,29
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	1.611.039,93	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	193.618,38
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.467,98
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	211.803,65
ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	32.882.220,28	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.089.263,49
ATIVO CIRCULANTE	90.030,97	PASSIVO CIRCULANTE	564.212,65
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	60.116,32	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	564.212,65
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	11.440,93	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	505.050,84
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	213,47	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	505.050,84
ESTOQUES	12.000,00	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	1.089.263,49
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	6.260,25		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	32.792.189,31		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	661.217,10		
INVESTIMENTOS	4.222,85		
IMOBILIZADO	32.126.749,36		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	32.882.220,28		
SALDO PATRIMONIAL			33.212.193,07

COMPENSAÇÕES	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5.733.809,57
TOTAL	0,00	TOTAL	5.733.809,57
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL		
ORDINÁRIA	776.067,93		
VINCULADA	623.148,35		
Alienções de Bens destinados a Outros Programas	13.485,18		
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	333,30		
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	186.964,09		
Convênio Transição - Civil	3.952,19		
Convênio Transição - Militar	6.749,62		
Convênio Transição - Prefeitura	7.520,60		
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	83.020,23		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	13.414,92		
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	4.302,79		
Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	2.247,85		

Betha Sistemas
Exercício 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
S.F.Alienações de Bens destinados a Outros Program	31.377,44
S.F.Contr.p/ o Custeio dos Serv. de Ilum.Públ. - C	90.419,60
S.F.Convênio Trânsito - Civil	13.229,97
S.F.Convênio Trânsito - Militar	411,26
S.F.Convênio Trânsito - Prefeitura	8.411,06
S.F.Outros Rec. do Fundo Nac. de Desenv. Educ-FND	55,78
S.F.Programa Nac. de Apoio ao Transp. Esc-PNATE	19,69
S.F.Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE	227,50
S.F.Transferências de Convênios - Educação	45,27
S.F.Transferências de Convênios - Outros	32.669,62
Salário Educação	2.133,05
Transferências de Convênios - Estado/Outros	88,59
Transferências de Convênios - Educação	435,67
Transferências de Convênios - Outros	6.141,33
Transferências do FUNDEB - 40%	115.491,75
TOTAL	1.399.236,28

Luzerna, 31/01/2017

DREONE MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Macieira

PREFEITURA

decreto 1662

DECRETO N° 1662, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia JUNTA MÉDICA

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar 68, 04/11/2014, Estatuto dos Servidores Públicos, e LEI COMPLEMENTAR N°50, de 01 de abril de 2013. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Macieira

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Médicos Dr. Alexandre Andrade Casagrande, CRM 13377; Dra Caroline Cecilia Finkler Schmidt:, CRM 13320 Dr. Joaquin Miranda Silveira:, CRM 18807, para sob a presidência do primeiro, comporem a JUNTA MÉDICA responsável pela avaliação diagnóstica e emissão de Laudo sobre o estado de saúde da Servidora Odete Guarnieri Pinto, em Licença para Tratamentos de Saúde superior a 15 (quinze) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 08 de agosto de 2017.

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL**portaria 3708**

PORTARIA N.º 3708/2017

"Admite, os Servidores que Especifica"

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei n. 786, de 09 de junho de 2015, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1o - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	DATA DE ADMISSÃO	CONTRATO ATÉ	SECRETARIA
Maristela R. Passarin	Professora 05 horas não habilitado	01/08/2017	15/12/2017	Educação
Laidés Berardo	Gari 20 horas	01/08/2017	30/11/2017	Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de agosto de 2017.

ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal**portaria 3707**

PORTARIA N.º 3707/2017

"Efetivar os Servidores que especifica."

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 82, da Lei Complementar nº 068/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

RESOLVE:

Art. 1º- EFETIVAR, os servidores abaixo nominados, em virtude de aprovação em Estágio Probatório, após nomeação em Concurso Público, conforme avaliações anexas as Fichas Funcionais individuais.

NOME	CARGO	DATA DA EFETIVAÇÃO
Sergio Luiz Groth	Mecânico	01/08/2017
Pablo Cristhian Pedrozo	Recepcionista	01/08/2017
Cleciane R dos Santos	Professora 20 horas	01/08/2017
Rose Mari Lemos Zarur	Professora 15 horas	01/08/2017
Alexa R Di Domenico	Professora 20 horas	01/08/2017
Marina Morena Seba Muller	Fisioterapeuta 20 horas	01/08/2017

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 01 de agosto 2017.

ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

portaria 3709

PORTARIA N.º 3709/2017

“Reduz carga horária, do Servidor que Especifica”

ZELIR CITADIN Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1o – REDUZIR A CARGA HORÁRIA, para 15 horas semanais, da servidora Jociane de Meira, alterando a portaria nº3618/17, que a contratou por 20 horas semanais, no cargo de Professora, ficando os demais itens inalterados, a contar de 01/08/2017.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de agosto de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 3710

PORTARIA N.º 3710/2017

“Reduz carga horária, do Servidor que Especifica”

ZELIR CITADIN Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

Considerando pedido da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1o – REDUZIR A CARGA HORÁRIA, para 20 horas semanais, da servidora Juliana Bertotto, alterando a portaria nº3618/17, que a contratou por 40 horas semanais, no cargo de Professora, ficando os demais itens inalterados, a contar de 01/08/2017.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 03 de agosto de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 3711

PORTARIA N.º 3711/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art nº91. da Lei Complementar nº 068/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados,

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
Ronivon Luiz Bridi	Eng Agrônomo	07/08/17 a 21/08/17
Gilberto Cerry	Pedreiro	01/08/17 a 15/08/17
Janete T Z Camuzzato	Serv Gerasi II	01/08/17 a 30/08/17
Serjo D Serighelli	Motorista I	02/08/17 a 31/08/17

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de agosto de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 4276

Lei nº. 4.276

DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA - CIMU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado o Protocolo de Intenções firmado entre os municípios integrantes do consórcio intermunicipal de mobilidade urbana – CIMU, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e ao Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que dispõem sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.

Parágrafo único – A ratificação de que trata este artigo é sem reservas, nos termos do Anexo Único, parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei n. 3964, de 04 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores.

Mafra/SC, 09 de agosto de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Os Municípios de Rio Negro, localizado no Estado do Paraná, e de Mafra, localizado no Estado de Santa Catarina, através de seus Prefeitos Municipais, reunidos na cidade de Rio Negro, no Estado do Paraná, resolvem formalizar o presente Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando a instituição de entidade destinada a integração do sistema de transporte público coletivo de passageiros, bem como outras atribuições relativas ao transporte público conferidas por meio de convênios de cooperação técnica e administrativa.

As atribuições relativas ao transporte público de passageiros estarão vinculadas à forma e aos limites da delegação que vier a ser firmada pela União, com especial observância da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, bem como das demais legislações pertinentes.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana, identificado pela sigla CIMU, será uma pessoa jurídica de direito público, constituído sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107/ 2005, e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções

e pela regulamentação que vier a ser adotada.

Parágrafo único. O Consórcio adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de ambos os Municípios subscritores do Protocolo de Intenções, bem como da assinatura do Contrato.

Art. 2º O Consórcio será constituído pelos Municípios subscritos, cuja representação política e jurídica se dará através dos Prefeitos Municipais, nos termos deste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. A ratificação deverá ser realizada integralmente, implicando no consentimento de todos os artigos do Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO II

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º O Consórcio terá sua sede no Município de Mafra (SC), em imóvel cedido pelo Município, podendo ser alterada por decisão da Assembléia Geral.

Art. 4º A área de atuação do Consórcio será formada pelo território dos Municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe, qual seja a gestão associada de serviço público de transporte coletivo de caráter urbano, em conformidade ao art. 16, § 1º, da Lei Federal nº 12.587/2012.

Art. 5º O Consórcio terá prazo indeterminado de vigência. Dar-se-á sua extinção mediante aprovação em Assembléia Geral e posterior ratificação em lei por todos os entes consorciados.

CAPÍTULO III

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 6º Constitui objeto do CIMU a gestão, planejamento, integração, regulação e fiscalização do serviço público de transporte público intermunicipal e interestadual de passageiros, nos termos do artigo 30, inciso V, da Constituição Federal, bem como outras atribuições relativas ao transporte público conferidas por meio de convênios de cooperação técnica e administrativa, na forma e nos limites da delegação que vier a ser firmada pela União.

§ 1º O Consórcio buscará firmar convênio com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, solicitando que esta entidade autárquica federal delegue sua competência para organizar, gerenciar e prestar o serviço de transporte público coletivo interestadual de caráter urbano havido entre os Municípios de Mafra (SC) e Rio Negro (PR), como autoriza o art. 16, § 2º, da Lei Federal nº 12.587/2012.

§ 2º Para execução do serviço fica autorizada a forma de permissão, em conformidade ao disposto no art. 13, inciso IV, alínea "a", da Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 7º São objetivos do Consórcio, dentro dos limites do Convênio de Cooperação que virá a ser firmado:

I - planejar a integração do sistema de transporte coletivo

interestadual e dos sistemas coletivos locais de transporte de passageiros dos Municípios integrantes do CIMU;

II - executar, por intermédio de permissão, o serviço de transporte coletivo interestadual;

III - estabelecer padrões para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

IV - garantir o cumprimento das condições estabelecidas para adequada prestação do serviço, de modo a atender o interesse público;

V - prevenir e reprimir a inobservância de qualquer das disposições contratuais ou legais referentes à prestação do serviço; e

VI - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

§ 1º Para cumprir seus objetivos o Consórcio poderá:

I - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão o seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades;

III - requisitar técnicos de entes públicos consorciados para integrar o quadro de profissionais do Consórcio, através de cessão de pessoal; e

IV - contratar, mediante licitação na modalidade concorrência, prestação de serviços para a execução de seus objetivos.

§2º O CIMU buscará firmar convênio com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, com o objetivo de obter a delegação daquela entidade autárquica para organizar, gerenciar e prestar o serviço de transporte público coletivo interestadual de caráter urbano havido entre os Municípios Mafra, Estado de Santa Catarina, e Rio Negro, Estado do Paraná, como autoriza o artigo 16, §2º, da Lei Federal nº 12.587/2012.

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 8º Compete ao Consórcio:

I – planejar a integração do sistema de transporte coletivo interestadual e dos sistemas coletivos locais de transporte de passageiros dos Municípios integrantes do CIMU;

II - contratar serviços necessários ao planejamento e execução dos serviços;

III - elaborar editais de licitação destinados a permissão para a prestação dos serviços de transporte público no âmbito dos Municípios subscritores;

IV - firmar os contratos de permissão, após o devido processo licitatório;

V - fiscalizar a prestação dos serviços públicos, de acordo com as leis, contratos, planos, normas e regulamentos pertinentes;

VI - exercer o poder de polícia administrativa no que se refere à prestação do serviço, prestando orientações necessárias, apurando as irregularidades e aplicando as sanções cabíveis e, se for o caso, determinando providências e fixando prazos para o seu cumprimento;

VII - buscar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de permissão, com modicidade das tarifas e justo retorno dos investimentos;

VIII - requisitar aos Poderes Públicos e ao prestador dos serviços públicos, as informações convenientes e necessárias ao exercício das suas funções, bem como determinar diligências que se façam necessárias ao exercício de suas atribuições;

IX - moderar, dirimir ou arbitrar conflitos de interesses entre os Poderes Públicos e as prestadoras de serviços e entre estas e os consumidores, no limite das atribuições previstas em lei, relativos aos serviços públicos de transporte;

X - representar os entes consorciados perante outras esferas de governo e entidades privadas de qualquer natureza, nos assuntos de interesse comum, assim compreendidos os constantes do art. 7º, deste Protocolo de Intenções;

XI - permitir o amplo acesso dos interessados às informações sobre a prestação dos serviços públicos e sobre as suas próprias atividades, salvo quando protegidos pelo sigilo legal;

XII - avaliar e determinar alterações nos horários, itinerários e demais condições impostas na permissão do serviço público;

XIII - realizar audiências e consultas públicas referentes à prestação dos serviços públicos;

XIV - analisar e conceder a revisão e o reajuste das tarifas para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, submetendo à deliberação do Conselho Intermunicipal as matérias especificadas em lei e no seu Contrato Social;

XV - propor ao Conselho Intermunicipal diretrizes para a formulação da política tarifária, apresentando os estudos e fundamentos pertinentes e úteis à deliberação sobre a matéria;

XVI - desenvolver e executar a política tarifária, obedecendo as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Intermunicipal;

XVII - elaborar estudos de custos, auxiliando ao Conselho Intermunicipal na fixação de tarifas e critérios de reajuste e revisão;

XVIII - autorizar o aditamento dos contratos de prestação de serviços;

XIX - manifestar-se sobre as propostas de legislação e normas que digam respeito ao transporte municipal;

XX - celebrar convênios e contratar serviços para a execução de suas competências;

XXI - arrecadar e aplicar suas receitas; e

XXII - decidir sobre as matérias de sua competência, nos termos deste Protocolo de Intenções.

XXIII – assumir outras atribuições relativas ao transporte público conferidas por meio de convênios de cooperação técnica e administrativa, na forma do art. 14, da Lei Federal nº 11.107/2005.

Art. 9º O exercício das competências conferidas ao Consórcio referentes à prestação do serviço de transporte far-se-á segundo os dispositivos deste Protocolo de Intenções e dos seus regulamentos, das demais normas legais e técnicas pertinentes, e, em especial, dos instrumentos de permissão, visando o cumprimento das obrigações de universalização, equidade, continuidade, modicidade das tarifas e qualidade atribuídas a prestadora do serviço de transporte.

CAPÍTULO V DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 10. Constituem deveres dos Municípios consorciados:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual a destinação de recursos financeiros previstas em contrato de rateio;

II - celebrar contrato de rateio, a ser formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas;

III - acatar as determinações da Diretoria, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial as obrigações constantes deste Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio;

IV - cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

V - participar ativamente das reuniões do Consórcio; e

VI - zelar e dar cumprimento às decisões e determinações técnicas exaradas pelo Consórcio.

CAPÍTULO VI DA ESTRUTURA

Art. 11. O Consórcio estará organizado a partir da seguinte estrutura:

- I - Assembleia Geral;
- III - Presidente;
- IV - Diretoria de Administração, Contabilidade e Recursos Humanos;
- V - Diretoria de Fiscalização e Ouvidoria;

SEÇÃO I ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 12. A Assembléia Geral do Consórcio é o órgão colegiado de instância máxima, composta pelos membros definidos no Estatuto, presidida provisoriamente pelo Chefe do Executivo do Município de Mafra.

§ 1º A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente trimestralmente para discussão de assuntos de interesse dos serviços, e para:

- I - definir o valor das tarifas, das revisões, bem como os critérios adotados;
- II - decidir pela alienação de bens imóveis do Consórcio;
- III - decidir sobre a mudança da sede;
- IV - aprovar a extinção do Consórcio;
- V - deliberar sobre assuntos gerais do Consórcio;
- VI - decidir os recursos interpostos contra decisão do Presidente;
- VII - eleger a representação legal do Consórcio, seu Presidente e demais membros da Diretoria;
- VIII - aprovar e assinar o Contrato de Consórcio;
- IX - aprovar e assinar o Contrato de Rateio;
- X - elaborar, aprovar e modificar o Estatuto do Consórcio; e
- XI - aprovar e assinar Convênios de Cooperação Técnica.
- XII - aprovar o Convênio de Cooperação Técnica a ser celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

§ 2º O quórum de instalação da Assembleia Geral se dará com a participação da maioria absoluta dos membros e unanimidade de votos nas deliberações.

§ 3º A eleição do representante legal - Presidente - do Consórcio será realizada em Assembleia, por votação aberta, pela maioria absoluta dos presentes. O mandato será de 2 anos podendo ser renovado, e deverá ser ocupado obrigatoriamente pelo Chefe do Poder Executivo de um dos entes da Federação consorciado.

§ 4º A Assembleia se reunirá extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou pela Diretoria e o quórum de instalação será de maioria absoluta, e o de votação maioria simples.

§ 5º As deliberações da Assembleia Geral serão formalizadas por meio de resoluções.

SEÇÃO III PRESIDENTE

Art. 14. Compete ao Presidente do Consórcio:

- I - representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;
- II - convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral;
- III - zelar pelos interesses do Consórcio, no âmbito de suas competências;
- IV - prestar contas ao término de seu mandato;
- V - providenciar o cumprimento das deliberações da Assembleia Geral; e

SEÇÃO IV DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E RECURSOS HUMANOS

Art.15. Compete à Diretoria de Administração, Contabilidade e Recursos Humanos:

- I - responder pela execução das atividades administrativas do Consórcio;
- II - responder pelas diretrizes das atividades contábil-financeiras do Consórcio;
- III - responder pela gestão dos recursos humanos do Consórcio;
- IV - elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidos e/ou recebidos pelo Consórcio;
- V - responder pelas diretrizes do balanço patrimonial/fiscal do Consórcio;
- VI - providenciar a publicação do balanço anual do Consórcio na Imprensa Oficial;
- VII - movimentar as contas bancárias, mediante delegação do Presidente;
- VIII - responder pela execução das compras e de fornecimentos, dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral;
- IX - autenticar livros de atas e de registros próprios do Consórcio;
- X - programar e efetuar a execução do Contrato de Rateio;
- XI - ordenar despesas; e
- XII - controlar a cessão dos agentes públicos que atuarão na gestão do Consórcio.

SEÇÃO V DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E OUVIDORIA

Art. 16. Compete à Diretoria de Fiscalização e Ouvidoria:

- I - o exercício da atividade de fiscalização da prestação dos serviços prestados;
- II - avaliar a execução dos serviços públicos pelos permissionários;
- III - receber críticas, sugestões e reclamações dos usuários e demais interessados quanto à atuação dos permissionários na área da gestão associada;
- IV - solicitar informações, analisar e, quando cabível, solicitar providências aos permissionários para encaminhar solução para problemas apresentados;
- V - dar resposta fundamentada às críticas, sugestões e reclamações recebidas; e
- VI - preparar e encaminhar anualmente à Assembleia, relatório com as ocorrências relevantes de que tomou conhecimento, sistematizadas por permissionário ou ente consorciado integrante da área de gestão associada.

CAPÍTULO VII DO REGIME DE TRABALHO

Art. 18. Os entes consorciados deverão ceder agentes públicos, tantos quantos necessários na forma e condição de cada ente.

§ 1º O regime jurídico e previdenciário de trabalho dos servidores cedidos do Consórcio é o de origem de seu Município.

§ 2º São de livre nomeação e exoneração, observadas as regras estabelecidas neste Protocolo de Intenções, os cargos da Diretoria e Presidência.

§ 3º Os servidores incumbidos da gestão do Consórcio público não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo Consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições deste Protocolo de Intenções ou Contrato de Consórcio.

§4º Os servidores do Consórcio serão selecionados entre os servidores públicos dos entes consorciados, devendo os encargos sobre os vencimentos recaírem sobre o ente consorciado cedente.

§ 5º Quando, por qualquer motivo, houver vacância de cargo de servidor cedido, será de responsabilidade e cota do Município cedente a indicação de outro que o substitua.

§ 6º Em caso de necessidade temporária de excepcional interesse público, os entes consorciados poderão realizar contratação de pessoal por tempo determinado, nos moldes do inciso IX, do art. 4º, da Lei Federal nº 11.107/2005.

Art. 19. O quadro de pessoal do Consórcio é composto em conformidade com o presente Protocolo de Intenções, cujos vencimentos são os mesmos do quadro geral de servidores de seu Município de origem, sendo que, a critério de cada Administração, poderá o servidor receber eventual acréscimo ou vantagem em virtude da função, nunca superior a 100% (cem por cento) de seu vencimento na origem.

Art. 20. Todas as infrações funcionais serão apuradas em processo administrativo, resguardado o contraditório e a ampla defesa, devendo constar os elementos necessários para a identificação da natureza da infração, o tipo e a graduação das sanções.

Parágrafo único. O procedimento para apuração das irregularidades e aplicação das sanções é o definido no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de origem do servidor cedido.

CAPÍTULO VIII DO CONTRATO

Art. 21. As atividades de regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos serão realizadas de acordo com as disposições legais e normativas vigentes, bem como aquelas estabelecidas no contrato de permissão.

Art. 22. O Consórcio exercerá suas atribuições através da fixação de normas e padrões para a prestação regular dos serviços através de CONTRATO DE CONSÓRCIO, a fim de resguardar os princípios fundamentais dos serviços públicos de transporte público, a ser firmado dentro de 120 dias da assinatura do presente Protocolo de Intenções.

Art. 23. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pelo Consórcio, serão aplicadas as sanções previstas no contrato, seguindo as disposições das Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 8.987/1995.

Art. 24. As infrações e respectivas punições em relação aos prestadores de serviço público seguirão a disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 8.987/1995, Lei Federal nº 10.233/2001, e do Contrato de Permissão, não obstante as decisões da Assembléia Geral.

Art. 25. As sanções serão aplicadas diretamente pelo Presidente em decisão fundamentada, atendidas as disposições das leis e disposições contratuais que as originaram, assegurado o contraditório e a ampla defesa ao infrator.

§ 1º Das sanções aplicadas pelo Presidente caberá recurso, com efeito suspensivo, a Assembleia Geral.

§ 2º Todo processo decisório do Consórcio obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economia processual.

CAPÍTULO IX DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 26. Os entes consorciados celebrarão, com o Consórcio, contratos de programa para a execução de serviços públicos de

comum interesse ou para a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 1º Nos contratos de programa a serem celebrados serão obrigatoriamente observados:

I - o atendimento à legislação da regulação dos serviços a serem prestados; e

II - a previsão de procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 2º O contrato de programa poderá ser celebrado por entidades de direito público ou privado que integrem a Administração Indireta de qualquer dos entes da Federação consorciados ou conveniados.

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 27. Ficam os entes consorciados autorizados a celebrar contrato de rateio com o Consórcio para a transferência de recursos financeiros, no qual deverá constar o valor das receitas e despesas oriundas do objeto da delegação.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º A celebração de contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária constituirá, nos termos da lei, ato de improbidade administrativa.

CAPÍTULO XI DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 28. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo Consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos, em conformidade com o disposto nas Leis Federais nº 8.987, de 1995 e nº 8.666, de 1993.

Art. 29. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo CIMU deverão ser publicados no órgão oficial de cada Município, assim como no site dos entes consorciados, e, em jornais de circulação estadual, assim como nos Diários Oficiais da União e Estados do Paraná e Santa Catarina, nos termos da legislação em vigor.

Art. 30. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas aplicáveis às entidades públicas.

Art. 31. O patrimônio do Consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título; e
II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.

Art. 32. Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I - a distribuição mensal de recursos financeiros dos consorciados,

de acordo com o contrato de rateio;

II - o produto de multas e indenizações relativas ao exercício das suas funções;

III - os provenientes de convênios, Consórcios, acordos, contratos, auxílios, contribuições e subvenções celebrados ou concedidos por órgãos ou entidades federais, estaduais e municipais, empresas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sociedades de economia mista e organismos internacionais;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações;

VII - o produto de alienação de seus bens livres;

VIII - o produto resultante da alienação ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade; e

IX - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira.

X - o produto do recebimento da permissão, que será rateado entre os entes consorciados, cujos critérios serão definidos em Assembleia Geral e formalizados no Contrato de Rateio, respeitada eventual assunção de competências, guardando respeito às normas prescritas no Plano de Outorga.

Art. 33. A contabilidade do Consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

CAPÍTULO XII

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 34. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar, à disposição do Consórcio, os bens e serviços de sua própria Administração para uso comum e para obtenção dos seus objetivos.

CAPÍTULO XIII

DA RETIRADA E DA EXCLUSÃO DE ENTE CONSORCIADO

Art. 35. A retirada do ente da Federação do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada por lei.

§1º A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira o Consórcio.

§ 2º Os bens destinados ao Consórcio público, pelo consorciado que se retira, somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do contrato de Consórcio público ou do instrumento de transferência ou alienação.

§ 3º A retirada de um ente do Consórcio público constituído por apenas dois entes implicará a extinção do Consórcio.

Art. 36. A exclusão de ente consorciado só é admissível havendo justa causa.

§ 1º Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do Consórcio público, prevê-se devam ser assumidas por meio de contrato de rateio.

§ 2º A exclusão prevista no § 1º, deste artigo, somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

Art. 37. A exclusão de consorciado exige processo administrativo

onde lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 38. Poderá ser excluído o ente que, sem autorização do outro ente consorciado, subscrever protocolo de intenções para constituição de outro Consórcio com finalidades, a juízo da maioria da assembleia geral, iguais, semelhantes ou incompatíveis, nos moldes do art. 28, do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

CAPÍTULO XIV

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 39. A alteração ou a extinção do contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Em caso de extinção, os bens, direitos, encargos e obrigações do Consórcio reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos realizados.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio público retornará aos seus órgãos de origem, sem que lhe seja assegurada ou incorporada à remuneração qualquer vantagem que haja percebido enquanto à disposição do Consórcio.

§4º A retirada ou a extinção do Consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e Prestação de Contas.

Parágrafo único. Até 31 de janeiro de cada ano deverão ser apresentados, pela Diretoria de Administração, Contabilidade e Recursos Humanos, o Plano de Trabalho e o Orçamento das Receitas e Despesas para o exercício seguinte, bem como o Relatório de Atividades, a Prestação de Contas e o Balanço do Exercício anterior.

Art. 41. A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com os princípios da autonomia dos entes federativos consorciados, solidariedade, transparência, eficiência e respeito aos princípios da Administração Pública.

Art. 42. Em caso de divergência entre as disposições deste Protocolo e as disposições do Convênio de Delegação a ser firmado com a ANTT, prevalecerão as normas do Convênio de Delegação.

Art. 43. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções.

Art. 44. Os Municípios consorciados respondem solidariamente pelo Consórcio público, a partir da data de firmação e aprovação do presente Protocolo de Intenções, não havendo solidariedade em eventuais contratos ou obrigações dos entes anteriores a este Protocolo.

Art. 45. Os casos omissos ao presente Protocolo de Intenções serão resolvidos pela Assembleia Geral, com base na legislação aplicável à espécie, ouvidas as Assessorias Jurídicas dos Municípios consorciados e formalizado por Resolução.

Art. 46. O presente Protocolo de Intenções entra em vigor a partir

da data da sua publicação nos respectivos órgãos oficiais, após aprovação das Câmaras Municipais dos Municípios partícipes.

Art. 47. Ficam revogados os Protocolos de Intenções do CIMU, firmados pelos Prefeitos dos Municípios consorciados, datados de 6 de agosto de 2013 e 6 de setembro de 2013 devendo os Município Consorciados promoverem a alteração legislativa necessária.

Art. 48. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, para a solução de eventuais conflitos resultantes deste Protocolo, do Contrato de Consórcio Público que deste resultará, bem como de qualquer relação envolvendo o Consórcio, salvo disposto em legislação federal.

Rio Negro (PR), 26 de junho de 2017.

MILTON JOSÉ PAIZANI

Prefeito Municipal de Rio Negro

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal de Mafra

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 517/2017

DECRETO N. 517, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O CUMPRIMENTO DE HORÁRIO DE EXPEDIENTE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Maravilha – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (art. 37, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que tal regra encontra-se ratificada na Constituição do Estado de Santa Catarina em seu art 16: “Os atos da administração pública de qualquer dos poderes do Estado obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade”;

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições (art. 11, inciso V, Lei 8.429/92);

CONSIDERANDO a orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através do Prejulgado n. 2101;

CONSIDERANDO a recomendação do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – MPSC, recebida através do Ofício n. 0004/2017/2PJ/MAR, oriunda do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000576-1;

DECRETA:

Art. 1º. Todo servidor público deverá ter sua frequência controlada através do registro mecânico ou não, nos termos do art. 55, da Lei Complementar Municipal n. 003, de 19 de novembro de 2002, observado o disposto no art. 56 do mesmo diploma.

Art. 2º. Todos os servidores deverão cumprir integralmente a carga horária prevista na legislação municipal para os cargos por eles ocupados, bem como o horário de expediente fixado.

Art. 3º. Resta determinado que todos os servidores, e tão somente eles, registrem seus horários de entrada e saída em ponto eletrônico/mecânico e, em caso de esquecimento ou outro motivo o registro não tenha ocorrido, deverá haver justificativa, por escrito do funcionário e acatada, se for o caso, por superior, constando do ponto rubrica que possibilite a identificação de quando há ajuste de ponto, com o respectivo arquivamento dos documentos comprobatórios.

Art. 4. Será designado servidor(a), através de portaria específica, para aferir o controle mensal do horário de expediente dos servidores, devendo, o designado, adotar as providências necessárias à apuração do descumprimento de carga horária.

Art. 5º. Fica determinado ao Setor de Recursos Humanos, a proceder com o desconto mensal na folha de pagamento dos servidores do valor correspondente às horas não registradas sem justificativa legal, as quais serão consideradas como não trabalhadas, cabendo única e exclusivamente a cada servidor a responsabilidade de apresentar à justificativa, previamente, sem prejuízo de instauração de

sindicância e/ou procedimento administrativo disciplinar.

Parágrafo único. O registro somente da entrada sem o registro da saída e/ou apenas o registro da saída, sem a devida justificativa aceita pela autoridade competente, caracterizará como horas não trabalhadas, todo o turno (matutino e/ou vespertino).

Art. 6º. Fica expressamente proibida a realização de hora extra sem a prévia e expressa autorização da autoridade competente, nos termos do art. 58 da Lei Complementar Municipal n. 003/2002. Parágrafo único. A realização de hora extraordinária sem a prévia autorização caracterizará infração funcional, podendo acarretar, após o devido processo administrativo disciplinar – PAD, as sanções determinadas pela legislação afeta à matéria, especialmente a Lei Complementar Municipal n. 003/2002.

Maravilha – SC, 07 de agosto de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita do Município de Maravilha

Registrado e publicado na data supra.

CLEITON BORGARO

Secretário de Planejamento, Administração e Fazenda.

EXTRATO CONTRATO ADM. 108/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 108/2017. Partes: Município de Maravilha – SC e Gaia Rodovias LTDA. Objeto: Execução de Pavimentação asfáltica. Vigência: 300 dias após recebimento da ordem de serviço. Valor: 2.996.856,38. Data de assinatura do contrato: 10/08/2017. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Adriano Renato Seibt pela Contratada.

Marema

PREFEITURA

II TERMO ADITIVO CONTRATO N 072-2016 BRITTER

MINUTA

Contrato nº: 072/2016

II – TERMO ADITIVO – Prorrogação de Prazo Contratual

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAREMA

Contratado: BRITER RODOVIAS LTDA – CNPJ/MF n. 95.849.279/0001-99

Finalidade: Pavimentação asfáltica tipo CBUQ sobre base de macadame hidráulico e pavimentação poliédrica, vinculada ao Contrato de Repasse n. 829368/2016 – Operação n. 1029638-20 firmado entre o Ministério das Cidades/Caixa/Município de Marema.

PRAZO: 30 de junho de 2017

FORO: Comarca de Xaxim/SC

Marema/ SC, 27 de março de 2017

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 03.2017 - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO - WALENDOWSKY

ADITIVO DE VALOR – equilíbrio econômico-financeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

Processo Licitatório Nº 06/2017

Pregão Presencial Nº 02/2017

registro de preço

Aos 08 dias de agosto do ano de 2017, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05 e o FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 06/2017 - Pregão Presencial Nº. 02/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, resolve-se reequilibrar o valor dos itens abaixo relacionados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) BEM COMO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em um prazo que se estende de 06 (seis) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EQUILÍBRIO ECONOMICO E FINANCEIRO

DO VALOR REGISTRADO ANTERIOR AO AUMENTO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Valor Unitário
1	WDCOM	GASOLINA COMUM	Litro	3,27

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO = 5,49				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Valor Unitário litro reajus- tado
1	WDCOM	GASOLINA COMUM	Litro	3,45

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem a este aditivo.

3.2 Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017 - Multientidade - PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2017, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 03 de Agosto de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI	WALENDOWSKY DISTR. COMB. LTDA
PREFEITO MUNICIPAL	
Contratante	Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 53.2017 - AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017****PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2017****VALIDADE: 09/08/2017 a 09/08/2018**

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. ARMINDO SESAR TASSI**, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FORNECER EM EVENTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
MERCADO MOA LTDA EPP, neste ato representado por MOACIR PRAWUTZKI	84.093.574/0001-41
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FORNECER EM EVENTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

Fornecedor: 56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	RS UNIT.	RS TOTAL
4	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE NAS MEDIDAS MINIMAS DE 35X43CM	KG	PANIF BAUER	3	R\$ 23,00	R\$ 69,00
5	BOLO DE MANTEIGA COM COBERTURA DE NATA E COCO, EMBALAGEM DE 600 GRAMAS.	UNID	PANIF BAUER	180	R\$ 20,20	R\$ 3.636,00
9	CUCA COM RECHEIOS VARIADOS - PRODUTO A BASE DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, FERMENTO, AÇUCAR, MARGARINA, OLEO, OVOS E FRUTAS DIVERSAS. PESO APROXIMADO 1.200 GRAMAS.	UNID	PANIF BAUER	495	R\$ 23,50	R\$ 11.632,50

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

17	<p>MINI TORTA 80 G: COBERTURA SABOR CHOCOLATE (25%) (AÇÚCAR, GORDURA, VEGETAL, CACAU EM PÓ, LEITE INTEGRAL EM PÓ, LICOR DE CACAU, SAL, EMULSIFICANTES: LECITINA DE SOJA E ÉSTERES DE MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS, AROMATIZANTE), RECHEIO SABOR DOCE DE LEITE (18%) (DOCE DE LEITE), RECHEIO SABOR CHOCOLATE (18%) (AÇÚCAR, GORDURA, VEGETAL, SORO DE LEITE EM PÓ, AMIDO, XAROPE DE GLICOSE, CACAU EM PÓ, SAL, EMULSIFICANTES: LECITINA DE SOJA ÉSTERES DE MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS, AROMATIZANTE, ESPESSANTE GOMA XANTANA, CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO, CORANTE CARAMELO L), FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, OVO INTEGRAL EM PÓ, XAROPE DE GLICOSE, CACAU EM PÓ, ÓLEO DE SOJA, SAL, UMECTANE GLICEROL, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE SÓDIO E DIFOSFATO DE SÓLIDO, EMULSIFICANTE ÉSTERES DE MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS, AROMATIZANTE, CORANTE NATURAL CÚRCUMA, CONSERVADOR PROPIONATO DE CÁLCIO.</p> <p>CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS: CONTÉM OVOS, LEITE E DERIVADOS, DERIVADOS DE TRIGO E SOJA. PODE CONTER AMENDOIM E NOZES.</p>	UNID	PARATI	3500	R\$ 2,90	R\$ 10.150,00
18	MORTADELA DE FRANGO SEM GORDURA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	KG	SEARA	17	R\$ 12,00	R\$ 204,00
20	ORELHA DE GATO POR KG	KG	PANIF BAUER	25	R\$ 23,80	R\$ 595,00
25	PRESUNTO FATIADO COZIDO, PRODUTO DA EMULSAO DE CARNES (GADO E PORCO), EMBUTIDO. DEMAIS DESCRIÇÕES CONFORME EDITAL.	KG	JCW	110	R\$ 26,00	R\$ 2.860,00
26	QUEIJO MUSSARELA, FATIADO DE PRIMEIRA QUALIDADE, PRODUTO A BASE DE LEITE PASTEURIZADO, FERMENTO LÁCTEO, SAL, COALHO, CLORETO DE CÁLCIO.	KG	LACTOVALLE	135	R\$ 26,50	R\$ 3.577,50
31	ROSCA DE POLVILHO (CORUJA) GRANDE	UNID	PANIF BAUER	22	R\$ 11,00	R\$ 242,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

32	SALSICHA TIPO HOT DOG, DE 1 QUALIDADE, CONGELADA. EMBALAGEM EM PACOTE PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	KG	FRICASA	50	R\$ 9,90	R\$ 495,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 33.461,00						
Fornecedor: 15369 - MERCADO MOA LTDA EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	RS UNIT.	RS TOTAL
1	ACUCAR REFINADO, BRANCO, PACOTES DE 1 KG	KG	ALTO ALEGRE	301	R\$ 3,10	R\$ 933,10
2	BANANA BRANCA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MADURAÇÃO.	KG	IN NATURA	175	R\$ 3,95	R\$ 691,25
3	BOLACHA SALGADA DE 400 GRAMAS	UNID	ORQUIDEA	100	R\$ 5,00	R\$ 500,00
6	BOLO SECO: EM SABORES VARIADOS, NEUTRO, LARANJA, COCO, LIMÃO, CHOCOLATE. PESO APROXIMADO 500 GRAMAS.	UNID	2 DE SETEMBRO	210	R\$ 17,95	R\$ 3.769,50
7	CAFÉ SOLÚVEL, GRANULADO, DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM DE 200 GRAMAS	UNID	AMIGO	70	R\$ 12,90	R\$ 903,00
8	CEBOLA BRANCA, DE CABECA, COM CASCA PROTETORA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	17	R\$ 3,50	R\$ 59,50
10	EXTRATO DE TOMATE, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNID	STELLA D'OURO	21	R\$ 3,85	R\$ 80,85
11	GELO - SACO DE 20KG	SACO	POLAR	5	R\$ 20,90	R\$ 104,50
12	LARANJA COMUM, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	275	R\$ 2,40	R\$ 660,00
13	LEITE LONGA VIDA, INTEGRAL, TRATADO POR PROCESSO UHT, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, TETRAPAK, CONTENDO 1 LITRO.	LITRO	LANGUIRU	100	R\$ 3,15	R\$ 315,00
14	MAÇÃ, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO ADEQUADO A MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSUMO; ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDA DE MANUSEIO OU TRANSPORTE.	KG	IN NATURA	250	R\$ 4,99	R\$ 1.247,50
15	MAIONESE, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNID	MESA	80	R\$ 5,85	R\$ 468,00
16	MARGARINA CREMOSA, SEM SAL, POTES DE 500 GRAMAS	UNID	DORIANA	17	R\$ 3,99	R\$ 67,83
19	ÓLEO DE SOJA REFINADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900 ML	UNID	LEVE	17	R\$ 3,70	R\$ 62,90

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

21	PÃO DE QUEIJO ASSADO - PRODUTO A BASE DE POLVILHO, LEITE SAL, OVO, QUEIJO, OLEO E CREME VEGETAL. PESANDO APROXIMADAMENTE 30 GRAMAS.	KG	SR PAO	25	R\$ 26,50	R\$ 662,50
22	PAO DE SANDUICHE FATIADO, UNIDADES DE 500 GRAMAS	UNID	2 DE SETEMBRO	289	R\$ 7,75	R\$ 2.239,75
23	PAO FRANCES - 50 GRAMAS	KG	SR PAO	52	R\$ 11,80	R\$ 613,60
24	PAO SANDUICHE FATIADO INTEGRAL, UNIDADE DE 500G	UNID	2 DE SETEMBRO	28	R\$ 7,20	R\$ 201,60
27	RECHEADO DE CHOCOLATE 51 G: COBERTURA SABOR CHOCOLATE (AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, LEITE INTEGRAL EM PÓ, CACAU EM PÓ, SORO DE LEITE EM PÓ, LIQUOR DE CACAU, EMULSIFICANTES: LECITINA DE SOJA E ÉSTERES DO ÁCIDO RICINOLÉICO INTERESTERIFICADO COM POLIGLICEROL, AROMATIZANTE), RECHEIO SABOR CHOCOLATE (COBERTURA SABOR CHOCOLATE, PASTA DE AVELÃ, FIBRA DE TRIGO, EMULSIFICANTE METILCELULOSE, AROMATIZANTE), FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CREME DE MILHO, FARINHA DE MILHO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, FARINHA DE ARROZ, AÇUCAR, ÓLEO DE SOJA, SAL, ANTIUMECTANTE CARBONATO DE CÁLCIO, FERMENTO QUÍMICO BICARBONATO DE SÓDIO.	UNID	NESTLE	3500	R\$ 2,89	R\$ 10.115,00
28	REFRIGERANTE EMBALAGEM PET COM 2 LITROS. SABORES: LARANJA, SODA LIMONADA E GUARANA	UNID	MAX	200	R\$ 5,45	R\$ 1.090,00
29	REFRIGERANTE - ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, EXTRATO DE GUARANÁ, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, CONSERVADORES: BENZOATO DE SÓDIO E SORBATO DE POTÁSSIO, AROMATIZANTE E CORANTE CARAMELO IV. NÃO CONTÉM GLÚTEN. 2 LITROS. 237 ML	UNID	MAX	3500	R\$ 1,18	R\$ 4.130,00
30	REPOLHO IN NATURA, TIPO VERDE, TAMANHO MEDIO, DE PRIMEIRA, CABECAS FECHADAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS	UNID	IN NATURA	4	R\$ 3,95	R\$ 15,80
33	TANGERINA MEXIRICA, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	95	R\$ 4,10	R\$ 389,50
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 29.320,68						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 62.781,68						

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de **R\$ 62.781,68 (SESSENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E OITENTA E UM REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017**.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue nos locais a serem determinados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, em **48 (QUARENTA E OITO) HORAS** após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades estabelecidas nas requisições a serem fornecidas.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

5.3. A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

5.5. Caso o objeto recebido não atenda às especificações constantes desta ata, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de **24 (VINTE E QUATRO) HORAS**, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6. Decorrido o prazo da notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: **NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE.** Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.1.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. A empresa vencedora obriga-se:

8.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

8.1.2. Entregar o objeto desta licitação nos locais a serem determinados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, em **48 (QUARENTA E OITO) HORAS** após a solicitação/emissão de ordem de compra.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

8.1.3. Observar a data de validade dos produtos, pois não serão aceitos mercadorias que tenham mais de $\frac{1}{4}$ da validade já transcorrida no ato da entrega dos mesmos.

8.1.4. Os produtos entregues deverão ser de boa qualidade, em perfeito estado de conservação e com prazo de validade indicado na embalagem.

8.1.5. Todas as embalagens deverão conter o peso legível para conferência.

8.1.6. Será recusada a embalagem defeituosa que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do produto.

8.1.6.1. Os produtos embalados deverão ser isentos de matéria terrosa, livres de umidade e não devem ser empedrados; isentos de parasitas ou fungos; coloração característica de cada espécie e livres de fragmentos estranhos.

8.1.7. Os produtos enlatados deverão estar em perfeito estado de conservação, as latas não devem ser amassadas, enferrujadas ou estufadas.

8.1.8. A licitante vencedora deverá obedecer às normas de higiene sendo que os funcionários que entregarem os produtos deverão estar adequadamente vestidos.

8.1.9. Serão **recusados** os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.1.10. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante **deverá** reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem acarretar ônus a Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.1.11. Prover o adequado transporte e manuseio do objeto desta licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.

8.1.12. Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega;

8.1.13. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos adquiridos até o local determinado pela Prefeitura;

8.1.14. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

8.1.15. Aceitar as condições de pagamento, previstas neste edital.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

8.1.16. Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta ata, o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017** e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarapiranga (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC, 9 de agosto de 2017

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

MERCADO MOA LTDA EPP

MOACIR PRAWUTZKI
CONTRATADA

MERCADO SPEZIA LTDA - EPP

VANDERLEI SPEZIA
CONTRATADA



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 39.2016**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2016

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, representando o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE bem como o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pela Autoridade supracitada, RESOLVE ADITIVAR AS QUANTIDADES oferecidas referentes ao REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO QUANTITATIVO

2.1. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades. Segue abaixo as especificações bem como os quantitativos aditados.

J.P. DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE LIC.	QTDE ADIT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
38	PAPEL HIGIÊNICO NA COR BRANCA, MACIO. - FARDOS C/ 64 ROLOS DE 30 MT. FOLHA SIMPLES PICOTADA..	FARDOS	DAMASPEL.	99	24	R\$ 21,90	R\$ 504,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016, e as propostas das classificadas no certame supra numerado.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que deu origem a este termo aditivo.

Massaranduba (SC), 03 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

J.P. DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

JULIANO DOS SANTOS

CONTRATADA

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO P.L. Nº 1262-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 050-2017 MEIO FIO, PEDRAS CALÇAMENTO E MURO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº: 1262/2017

Modalidade: Pregão Presencial Para Registro nº 050/2017

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MEIO FIO PRÉ FABRICADO, PEDRA DE BASALTO PARA CALÇAMENTO, PEDRA DE BASALTO PARA MURO DE CONTENÇÃO, PARA SEREM UTILIZADOS EM RECUPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, MUROS, E OUTROS SERVIÇOS QUE SEJAM NECESSÁRIOS O USO DESSES MATERIAIS, PELO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DMER

Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 23 de agosto de 2017

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 23 de agosto de 2017.

O edital e seus anexos estão disponíveis no site www.modelo.sc.gov.br.Pedidos de esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados, por escrito, ao Departamento de Licitações do Município de Modelo, na Rua do Comércio, 1.304, Centro, Modelo/SC, ou através do e-mail licitacao@modelo.sc.gov.br.

Modelo/SC 08 de agosto de 2017.

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Pregoeiro

DECRETO Nº 006/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 06/2017 de 03 de janeiro de 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2289/2016 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por superávit financeiro no orçamento geral do município no valor de R\$ 105.070,00 (cento e cinco mil e setenta reais) conforme a seguir especificado:

07	FAS - FUNDO MUNIC.DA ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS - FUNDO MUNIC.DA PROMOCÃO SOCIAL
08244	Assistencia Comunitaria
082440009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITARIO
0824400092.204000	ASSISTENCIA SOCIAL- MANUTEN.SUAS/SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA,ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEX - DESENV. PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE MODELO-SC
44900000000 (550)	Aplicações Diretas .. 134 Convenio Assistencia Social R\$ 105.070,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,

03 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0100/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 100/2017 de 24 de abril de 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2289/2016 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) conforme a seguir especificado:

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educaca
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.258000	EXEC.PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV.EDUCACAO FUNDEB - EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO
319000000000 (843)	APLICACOES DIRETAS.... 104 FUNDEB - Educacao - Outras desp R\$ 100.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educaca
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.258000	EXEC.PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV.EDUCACAO FUNDEB - EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO
319000000000 (843)	APLICACOES DIRETAS.... 104 FUNDEB - Educacao - Outras desp R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 24 de abril de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0101/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 101/2016 de 24 de marco de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, sendo:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por superávit financeiro no orçamento geral do município no valor de R\$ 86.820,00 (oitenta e seis mil, oitocentos e vinte reais), conforme a seguir especificado:

11	DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA
11.01	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
20	Agricultura
20601	Promocao da Producao Vegetal
206010015	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA
2060100151.041000	AQUISICAO DE PATRULHA AGRICOLA - TRATORES/ MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E AFINS

44900000000 (264)	Aplicações Diretas203 CONVENIO MINIS AGRICULTURA R\$ 86.820,00
-------------------	--

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 24 de marco de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0127/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 127/2016 de 08 de abril de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por superávit financeiro no orçamento geral do município no valor de R\$ 2.853,09 (dois mil, oitocentos e cinquenta e três reais e nove centavos), conforme a seguir especificado:

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.234000	MANUTENCAO GERAL CRECHE DO MUNICIPIO /ATIVIDADES E PROGRAMAS REDE MUNICIPA
33900000000 (979)	Aplicações Diretas 115 transf recursos FNDE R\$ 2.853,09

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 08 DE ABRIL DE 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0129/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 129/2016 de 08 de abril de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) conforme a seguir especificado:

07	FAS – FUNDO MUNIC. DA ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS – FUNDO MUNICIPAL DA PROMOÇÃO SOCIAL
082440054	DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO
0824400542.307000	PBVA-SCFV - MANUTENCAO GERAL DO PROGRAMA DO PISO BASICO VARIABEL/ SERVICO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DA ASSISTENCIA SOCIAL.
33900000000 (185)	Aplicações Diretas 343 PBVA-SCFV - SERVICOS DE CONVIV E FO R\$ 15.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

07	FAS – FUNDO MUNIC. DA ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS – FUNDO MUNICIPAL DA PROMOÇÃO SOCIAL
082440054	DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO
0824400542.307000	PBVA-SCFV - MANUTENCAO GERAL DO PROGRAMA DO PISO BASICO VARIABEL/ SERVICO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DA ASSISTENCIA SOCIAL.
31900000000 (184)	Aplicações Diretas 343 PBVA-SCFV - SERVICOS DE CONVIV E FO R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 08 de abril de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0130/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 130/2016 de 08 de abril de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por superávit financeiro no orçamento geral do município no valor de R\$ 18,324,71 (dezoito mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos), conforme a seguir especificado:

07	FAS – FUNDO MUNIC. DA ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS – FUNDO MUNICIPAL DA PROMOÇÃO SOCIAL
082440054	DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO
0824400542.307000	PBVA-SCFV - MANUTENCAO GERAL DO PROGRAMA DO PISO BASICO VARIABEL/ SERVICO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DA ASSISTENCIA SOCIAL.
44900000000 (989)	Aplicações Diretas234 cofinanciamento estado Assist Social R\$ 18.324,71

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 08 de abril de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0146/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 146/2016 de 04 de maio de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais) conforme a seguir especificado:

03	DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA
03.01	ADMINISTRACAO GERAL
04	Administracao
04122	Administracao Geral
041220003	ADMINISTRACAO GERAL
0412200032.169000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO GERAL DO MUNICIPIO
33900000000 (8)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 123.000,00

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.258000	EXEC.PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV.EDUCACAO FUNDEB - EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO
31900000000 (104)	Aplicações Diretas 104 FUNDEB - Educacao - Outras despesas R\$ 20.000,00

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-Estrutura Urbana
154510014	URBANISMO - MODELO - QUALIDADE DE VIDA
1545100142.213000	MANUTENCAO/AMPLIACAO E MELHORIA ATIVIDADES GERAIS/ACOES DESENVOLVIMENTO OBRAS PUBLICAS E SERVICOS URBANOS
33900000000 (197)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 30.000,00

10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.209000	EXECUCAO OBRAS E SERV.MELHORIAS DAS ESTRADAS VICINAIS: PAVIMENTACAO:CALCAMENTO, CASCALHAMENTO, DRENAGEM. SINALIZ. ABERTURAS E ALARGAM/ PONTES/PONTILHOES BUEIROS E OUTROS REF.EIXOS DE DES.PRINC. E S
44900000000 (239)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 35.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais)

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.258000	EXEC.PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV.EDUCACAO FUNDEB - EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO
33900000000 (104)	Aplicações Diretas 104 FUNDEB -Educacao - outras despesas R\$ 20.000,00

03	DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA
03.01	ADMINISTRACAO GERAL
04	Administracao
04122	Administracao Geral
041220003	ADMINISTRACAO GERAL
0412200032.169000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO GERAL DO MUNICIPIO
31900000000 (7)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 123.000,00

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA

15	Urbanismo
15451	Infra-Estrutura Urbana
154510014	URBANISMO - MODELO - QUALIDADE DE VIDA
1545100142.213000	MANUTENCAO/AMPLIACAO E MELHORIA ATIVIDADES GERAIS/ACOES DESENVOLVIMENTO OBRAS PUBLICAS E SERVICOS URBANOS
31900000000 (196)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 30.000,00
10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.209000	EXECUCAO OBRAS E SERV.MELHORIAS DAS ESTRADAS VICINAIS: PAVIMENTACAO:CALCAMENTO, CASCALHAMENTO, DRENAGEM. SINALIZ. ABERTURAS E ALARGAM/ PONTES/PONTILHOES BUEIROS E OUTROS REF.EIXOS DE DES.PRINC. E S
33900000000 (238)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 04 de maio de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0153/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 153/2016 de 13 de maio de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saude do município no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.292000	ACAO/SERVICOS/ESTRATEGIA PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - MANUTENCAO E AMPLIACAO DOS SERVICOS/ATENDIMENTO DE SAUDE AS FAMILIAS MODELENSES
33500000000 (337)	TRANSF . INST. PRIVADAS S FINS LUCR 214 Atencao Basica - BLATB R\$ 45.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Fundo de Saude do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.292000	ACAO/SERVICOS/ESTRATEGIA PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - MANUTENCAO E AMPLIACAO DOS SERVICOS/ATENDIMENTO DE SAUDE AS FAMILIAS MODELENSES
31900000000 (336)	APLICAÇÕES DIRETAS 214 Atencao Basica - BLATB R\$ 45.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 13 de MAIO 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0166/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 166/2017 de 04.08.2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CMI - CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDECIR ANTONIO BOLIS, Prefeito Municipal de Modelo SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais e regimentais e especialmente tendo em vista o disposto na Lei Federal n. 8842, de 04/01/94,
Considerando em especial as disposições da Lei Municipal nº 2165/2014 de 07 de outubro de 2014,
Considerando as indicações conforme consta da Ata nº 002/2017 do Conselho Municipal do Idoso de Modelo SC,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, conforme indicação o membros para compor o Conselho Municipal do Idoso - CMI, do Município de Modelo SC, órgão permanente, paritário, deliberativo e consultivo, com a finalidade de controlar e formular as políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Modelo/SC, sendo 10 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais representam paritariamente instituições governamentais e não governamentais, sendo:

REPRESENTANTES DA ESFERA GOVERNAMENTAL:

I – Um representante do Departamento de Assistência Social:

Ediane Menegheto – Titular
Patricia Jommertz – Suplente

II – Um representante do Departamento de Saúde:

Carine de Assis- Titular
Alidiane Zamproga – Suplente

III – Um representante da Secretaria de Educação:

Marines Artigas do Amaral Zanini- Titular
Jussane Frandoloso- Suplente

IV – Um representante do Departamento de Esporte e Cultura:

Rosecler Michielin Fernandes - Titular
Fabricio Eberhardt – Suplente

V- Um representante da Secretaria de Administração/Finanças:

Janice Martini Muller - Titular
Adilson Cesar Braun - Suplente

REPRESENTANTES DA ESFERA NÃO GOVERNAMENTAL:

I- Um representante dos trabalhadores na área do idoso (saúde, assistência social, educação, turismo, etc.):

Eliane Mara Sehnem Kothe- Titular
Vanessa Amaral- Suplente

II- Um representante de serviços e organizações de assistência social (igrejas, grupos e centros de convivência de idosos, asilo, casa lar):

Vunibaldo ReichertAmélia Gomes da Silva – titular
Dilma Ardigó- Suplente

III- Três representantes de organizações de grupos ou movimento do idoso, em regular funcionamento há mais de um (01) ano:

Grupo de Idosos Nossa Senhora da Salete da Linha Salete:

Hilario Albino Sausen- Titular
Elmar Welter Suplente

Grupo de Idosos Conviver:

Elmo Rucks- Titular

Maria Kessler - Suplente

Grupo de Idosos Esperança da Linha Cedro:

Anézio Bernardi- Titular

Salete Botega- Suplente

Art. 2º Os membros do CMI terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

Parágrafo Único – A vigência do mandato é de 06.07.2017 a 06.07.2019

Art. 3º. A função de conselheiro do CMI, não remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas assembleias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Art. 4º. Os Conselheiros representantes tanto de órgão governamental como não governamental poderão ser substituídos a qualquer tempo, por nova indicação do representado, completando neste caso o mandato de seu antecessor, observada a vigência do parágrafo único do artigo 2º deste Decreto.

§ 1º. Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares assumirão os seus respectivos suplentes.

Art.5º.O CMI reunir-se-á bimestralmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu presidente ou por requerimento da maioria de seus membros, sendo que o Presidente do CMI poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Art. 6º - A diretoria do Conselho nomeados por este Decreto, assim composta de Presidente e Vice-presidente, foram escolhidos por maioria absoluta dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 2 anos, permitida uma recondução, e a ela compete representar o Conselho e dar cumprimento às decisões plenárias.

§ 1º - Conforme registro da ata nº 002/2017, foram eleitos e empossados para Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Idosos de Modelo SC, para o mandato de 06.07.2017 a 06.07.2019, as conselheiras:

Presidente: Marines Artigas do Amaral Zanini

Vice-Presidente: Ediane Menegotto

§ 2º - A representação do conselho será efetivada por seu presidente em todos os atos inerentes a seu exercício ou por conselheiros designados pelo presidente para tal fim.

Art.7º - As Comissões, criadas pelo CMI, atendendo às peculiaridades locais e às áreas de interfaces da política do idoso, compete realizar estudos e produzir indicativos para apreciação da assembleia Geral.

Art. 8º. As atribuições do Conselho, em especial, são as constantes da Lei Municipal 2165/2014, sendo:

I - Formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a política Municipal do idoso no Município, observando as proposições e eventuais alterações da Política Nacional e Estadual específicas;

II - Avaliar e elaborar propostas que possibilitem aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal do Idoso nos tópicos da lei orgânica do Município, por meio de emendas que a atualizem;

III - Indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV - Zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, denunciando à autoridade competente e ao Ministério público o desrespeito a qualquer uma delas, e propondo medidas para a observância de seus direitos;

V - Fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da lei n. 10.741/03;

VI - Inscrever os programas das entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso;

VII - Denunciar a autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;

VIII- Divulgar os direitos das pessoas idosas, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

IX- Convocar e promover as conferência de direitos da pessoa idosa em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);

X - Apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela previsão de investimentos voltados à política de atendimento do idoso;

XI - Indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XII - Acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das entidades públicas com entidades privadas filantrópicas, onde forem aplicados recursos públicos governamentais do Município nas questões afetas aos direitos dos idosos;

XIII - Elaborar o seu regimento interno;

XIV - Assessorar e apoiar instituições públicas ou privadas que promovem eventos educativos, informativos e de lazer voltados para o público idoso, na conformidade desta lei;

XV - Colaborar para a melhor integração dos órgãos e instituições públicas ou privadas no âmbito local, em todas as ações voltadas para a terceira idade;

XVI - Assessorar o governo municipal ou entidades patrocinadoras, quando solicitado, na obtenção e destinação de recursos técnicos e/ou financeiros, para programas relacionados à conscientização sobre o envelhecimento e qualidade devida do indivíduo idoso;

XVII - Realizar outras ações que considerar necessário á visando à proteção do Direito da Pessoa Idosa.

Art. 9º - Aos membros do CMI será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

Art. 10 - Os Conselheiros representantes tanto de órgão governamental como não governamental poderão serem substituídos a qualquer tempo, por nova indicação do representado

Art. 11 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei estão consignadas no orçamento vigente e subsequentes.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC ao 04 de agosto de 2017

ALDECIR ANTONIO BOLIS
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e Publicado na data supra:

Janice Martini Muller
Contadora

DECRETO Nº 0167/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 167/2016 de 01 de junho de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saude do município no valor de R\$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais) conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030200072.295000	MANUT.ACAO/SERV/ESTRAT.DA MEDIA E ALTA COMPLEX.AMBULAT.E HOSPITALAR
33900000000 (356)	Aplicações Diretas 215 Atencao de media e alta complexidade R\$ 60.500,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Fundo de Saúde do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais)

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030200072.295000	MANUT.ACAO/SERV/ESTRAT.DA MEDIA E ALTA COMPLEX.AMBULAT.E HOSPITALAR
44900000000 (357)	TRANSF. A INSTITUI. PRIVADAS 215 Atencao de media e alta complexidade R\$ 24.200,00
44900000000 (358)	Aplicações Diretas 215 Atencao de media e alta complexidade R\$ 36.300,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 01 de junho 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0168/2017

DECRETO Nº 168/2017 DE 08/08/2017

DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE "PATRULHA AGRÍCOLA" EM CARÁTER PRECÁRIO, DA FORMA QUE ESPECIFICA.

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL

A LEI ORGANICA MUNICIPAL, DE MODELO SC, DESTACANDO-SE O INCISO XXI DO ART. 7, INCISO VII E VIII DO ART 42, E ART. 73 PARÁGRAFO 3º E IGUALMENTE NOS ARTS. 147 E 148;

DOS PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, DA REFORMA ADMINISTRATIVA, E APROVAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA AGRICULTURA e OBSERVADOS OS PRINCIPIOS CONSTANTES DOS INCISOS DO ARTIGO 145 DA LEI ORGANICA MUNICIPAL DE:

I – dignificação do trabalho do agricultor;

II – ganhos reais em suas atividades e meios alternativos de produção;

III – elevação do padrão de vida;

IV – preservação da propriedade e permanência do agricultor na atividade;

V – incentivo à organização e apoio às organizações dos pequenos e médios agricultores e agricultores sem terra.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Permissão de Uso de "Patrulha Agrícola" composto de equipamentos, descritos no Anexo I deste Decreto, em favor dos Grupos de Produtores Rurais integrados pelas comunidades identificadas a seguir:

Grupo – Comunidades

01 – Linha Lageado Pedro

02 – Linha Cedro

Art. 2º A permissão de que trata o artigo 1º se dá em caráter precário a título de apoio aos pequenos agricultores do Município de Modelo SC, que desenvolvem suas atividades na forma da agricultura familiar e na diversificação da produção agrícola.

§ 1º O período de vigência da permissão é de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado por igual, ou sucessivos períodos, limitado a no máximo 9 (nove) anos, ressalvada hipótese de rescisão decorrente do descumprimento contratual do Permissionário ou por razões de interesse público.

§ 2º A Permissão poderá ser revogada a qualquer tempo, independentemente de indenização, nem direito à retenção, de forma alguma, pelo grupo beneficiado, ou critério de conveniência e oportunidade do Município.

Art. 3º A permissão de uso de que trata esta Lei será formalizada mediante a celebração do Termo de Permissão de Uso entre o Município de Modelo SC e cada um dos Grupos descrito no Art. 1º. Deste Decreto.

Parágrafo Único - Integrará o Termo de Permissão de Uso, relação das famílias que serão beneficiadas pela patrulha agrícola.

Art. 4º Os Grupos de Produtores Rurais serão representados por Diretoria composta de 03 (três) produtores, mediante indicação do Grupo, devidamente registrada em Ata.

Art. 5º A utilização da Patrulha Agrícola deverá atender às normas estabelecidas no Regimento Próprio que deverá manter o conteúdo mínimo do Anexo III deste Decreto.

Art. 6º Ficará a cargo e sob a responsabilidade exclusiva de cada Grupo de Produtores Rurais beneficiado, a contratação de profissional qualificado para operar os equipamentos.

Art. 7º A Permissão de Uso abrangida por esta norma se dará com ônus para as comunidades permissionárias e as demais que compõe a área de abrangência de atendimento, que deverão assumir o compromisso de zelar pela guarda, segurança, manutenção, abastecimento, troca de óleo, revisões, reparos, bem como pelo uso adequado e efetiva utilização dos respectivos bens, restritamente, para desenvolvimento de atividades agrícolas em favor do grupo beneficiado, respondendo por todo e qualquer sinistro ou danos, porventura, causados aos bens recebidos do Poder Público Municipal, inclusive em relação a terceiros.

Parágrafo Único - Toda e qualquer contratação de terceiro ou de empregado para prestar serviços de operação dos equipamentos da Patrulha Agrícola, é de exclusiva responsabilidade do grupo beneficiado, ficando o Município integralmente isento de quaisquer ônus decorrentes de tais vínculos contratuais firmados pelos permissionários, seja a que título for.

Art. 8º Semestralmente os permissionários deverão apresentar à Secretaria Municipal Agricultura, do Município, relatório das atividades e serviços realizados, contendo as seguintes informações:

I - nome dos produtores atendidos;

III - tipo de serviço realizado;

IV - número de horas executadas.

Art. 9º Anualmente os Permissionários deverão realizar reunião geral para prestação de contas dos serviços executados, discussão dos problemas, porventura, existentes e levantamento de prioridades para o próximo exercício, com a participação de representantes da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 10 A Secretaria Municipal de Agricultura do Município, ficará responsável pela coordenação e fiscalização do cumprimento no disposto neste Decreto, ficando os permissionários sujeitos à inspeção para avaliação das metas e situação dos equipamentos.

Art.11-A Permissionária deverá atender, as disposições deste Decreto, as determinações e orientações do Conselho Municipal da Agricultura e igualmente as seguintes obrigações:

a) Receber os equipamentos agrícolas do município em forma de permissão de uso;

b) Responsabilizar-se pelos custos de manutenção preventiva e corretiva, guarda, conservação e operação de todas as máquinas e equipamentos;

c) Manter controle contábil de todo tipo de despesa com a execução dos serviços e manutenção, operação e conservação das máquinas e ou equipamentos;

d) Manter conta bancária para recebimento dos valores de hora máquina, paga pelos tomadores de serviços;

e) Prestar contas ao município PERMITENTE de todas as atividades realizadas pela patrulha, bem como, do andamento do projeto;

f) Contratar, na condição de prestador de serviços, operador de máquinas, o qual deverá ser obrigatoriamente membro da associação;

g) Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente com relação ao uso dos bens, bem como, com relação aos serviços prestados pelas máquinas e equipamentos;

h) Manter, durante toda a execução da permissão que lhe foi outorgada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

i) Não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, os bens objetos da presente permissão de uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração, a sua utilização indevida por terceiros, bem como, por eventuais danos ou acidentes ocorridos;

- j) Exercer unicamente as atividades que lhe foram autorizadas através da outorga de permissão de uso;
- l) Responder, civil, jurídica e administrativamente, pelos atos de seus empregados e associados, bem assim por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados, ainda que fortuitamente;
- m) Não suspender as atividades sem prévia anuência e expressa autorização da PERMITENTE;
- n) Manter toda a documentação referente aos bens recebidos, à associação PERMISSONARIA, dos seus empregados, associados, titulares e prepostos, prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Públicas, apresentando-a à autoridade competente sempre que exigida;
- o) Apresentar, sempre que lhe for exigido pela Administração, documentos e relatórios que comprovem as condições dos bens públicos - patrulha agrícola – recebidos;
- p) Atender, de imediato, todas as determinações da Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual ou Municipal;
- q) A ocorrência de infração a qualquer dispositivo normativo, mesmo que não previsto explicitamente no termo de permissão de uso, acarretará na aplicação, pela PERMITENTE, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes;
- r) Estabelecer critérios homogêneos para o uso dos bens públicos, não se admitindo o favorecimento de determinados associados ou grupo, sob pena de revogação da permissão de uso dos bens por se revelar contrária ao interesse público;
- s) Comprometer-se e responsabilizar-se pelas despesas de manutenção, guarda, uso, combustíveis e operadores, inclusive, com relação a estes últimos, os encargos trabalhistas;
- t) Remeter a PERMITENTE um relatório semestral descrevendo o estado dos bens e os serviços prestados;
- u) Devolver os bens integrantes da patrulha agrícola após o prazo de permissão em condições ideais de uso;
- v) Cobrar o preço compatível pela hora/máquina dos serviços efetivamente prestados;
- w) Manter a excelência de padrões de conservação dos equipamentos e máquinas recebidos;
- x) Quando a PERMISSONARIA optar pela desistência da permissão de uso e consequente devolução dos bens, deverá comunicar formalmente e imediatamente o fato à PERMITENTE;
- z) A permissionária compromete-se em recuperar os bens ora cedidos, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta permissão, bem como se responsabilizam pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes;
- y) A presente permissão é gratuita, sendo que o permitente se obriga a arcar com qualquer despesas com a manutenção, conservação, multas, taxas em geral que incidam ou venham a incidir sobre os bens objeto desta permissão e relacionados na cláusula segunda deste termo;
- Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO AOS 08 DE AGOSTO DE 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra

FRANCIELI PAVALICINI

ASSESSORA DEPARTAMENTO

DECRETO Nº 168/2017 ANEXO I

RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CEDIDOS A GRUPOS DE PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE MODELO SC

GRUPO 01

LINHA LAGEADO PEDRO

Equipamento Ano Cor Modelo Potência Patrimônio Valor estimado

Distribuidor de Adubo seco/sólido e calcário com capacidade mínima de 6 toneladas equipado com esteira de mínimo 60, ano 2017 conforme nota fiscal 29 da EMPRESA NMILO MEURER EPP	2017	AMARELO	MARCA BUNDNY SERIE 14200		SERIE 14200	13.100,0
---	------	---------	-----------------------------	--	----------------	----------

GRUPO 02

LINHA CEDRO

Equipamento Ano Cor Modelo Potência Patrimônio Valor estimado

Distribuidor de Adubo seco/sólido e calcário com capacidade mínima de 6 toneladas equipado com esteira de mínimo 60, ano 2017 conforme nota fiscal 28 da EMPRESA NMILO MEURER EPP	2017	AMARELO	MARCA BUNDNY SERIE		SERIE 14197	13.050.00
---	------	---------	-----------------------	--	----------------	-----------

ANEXO II

TERMO DE VISTORIA

Declaramos para os devidos fins, especialmente em atendimento a Lei Orgânica Municipal, Decreto Municipal nº 168/2017 de 08/08/2017, que a COMUNIDADE DE LINHA CEDRO E A COMUNIDADE DE LAGEADO PEDRO, PARA ATENDIMENTO NAS COMUNIDADES DE ABRANGÊNCIA, APROVADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DA AGRICULTURA DE MODELO SC, conforme abaixo firmado, Recebeu do Município de Modelo/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11, e procedeu a vistoria do equipamento constantes do Anexo I ao Decreto Municipal 168/2017 do Município de Modelo SC, termo de Permissão de Uso a título precário, nos termos que especifica, o seguinte equipamento:

LINHA LAGEADO PEDRO

Equipamento Ano Cor Modelo Potência Patrimônio Valor estimado

Distribuidor de Adubo seco/sólido e calcário com capacidade mínima de 6 toneladas equipado com esteira de mínimo 60, ano 2017 conforme nota fiscal 29 da EMPRESA NMILO MEURER EPP	2017	AMARELO	MARCA BUNDNY SERIE 14200		SERIE 14200	13.100,0
---	------	---------	-----------------------------	--	----------------	----------

Assim, nós abaixo firmado, atestamos que o equipamento acima especificado e devidamente vistoriado, é novo e está em perfeito estado de conservação, atendendo as Especificações Legais e Contratuais, estando apto à finalidade de uso.

Sendo expressão da verdade firmamos o presente Termo de Vistoria, para que surta os seus efeitos legais.

Modelo/SC aos 08 DE AGOSTO DE 2017

AVELINO ANTONIO THOMAZZONI

CPF: 716.395.869-20

PRESIDENTE GRUPO PRODUTORES RURAIS COMUNIDADE DE LINHA LAGEADO PEDRO – MODELO SC

LINHA CEDRO

Equipamento Ano Cor Modelo Potência Patrimônio Valor estimado

Distribuidor de Adubo seco/sólido e calcário com capacidade mínima de 6 toneladas equipado com esteira de mínimo 60, ano 2017 conforme nota fiscal 28 da EMPRESA NMILO MEURER EPP	2017	AMARELO	MARCA BUNDNY SERIE		SERIE 14197	13.050.00
---	------	---------	-----------------------	--	----------------	-----------

Assim, nós abaixo firmado, atestamos que o equipamento acima especificado e devidamente vistoriado, é novo e está em perfeito estado de conservação, atendendo as Especificações Legais e Contratuais, estando apto à finalidade de uso.

Sendo expressão da verdade firmamos o presente Termo de Vistoria, para que surta os seus efeitos legais.

Modelo/SC aos 08 DE AGOSTO DE 2017

RICARDO JOSE DE GREGORI

PRESIDENTE GRUPO PRODUTORES RURAIS COMUNIDADE DE LINHA CEDRO – MODELO SC

Anexo III

REGIMENTO DE FUNCIONAMENTO DA PATRULHA AGRÍCOLA

01 – Fica estabelecido que todos os itens constantes do Termo de Permissão de Uso de Patrulha firmado, firmado entre o Município de Modelo SC e

A (as) Comunidades

O(s) Grupos de Produtores Rurais,

Associação deverão ser rigorosamente seguidos.

02 – O uso dos equipamentos acima mencionados da patrulha agrícola, deverão ser utilizados pelos produtores das comunidades acima citadas.

03 – O preço estipulado para cobrir os custos de funcionamento e manutenção da patrulha será discutido em assembleia entre os beneficiários das comunidades envolvidas, de acordo com a operação que será efetuada em cada propriedade, bem como a forma de pagamento das horas utilizadas em cada propriedade. Para alteração de valores deverá ter aprovação dos beneficiários das comunidades.

04 – A sede onde ficarão guardadas as máquinas e equipamentos será na propriedade do operador das mesmas, em local coberto para a durabilidade dos mesmos.

05 – Cada comunidade indicará seus representantes que farão parte do fórum de discussão de administração da patrulha agrícola.

06 – Ficam estabelecidos os cargos de presidente, secretário, tesoureiro, um suplente e três conselheiros fiscais no fórum administrativo da patrulha mecanizada.

07 – As inscrições para utilização das máquinas e equipamentos deverão ser realizadas com o representante da associação ou operador, para que o mesmo leve a reunião do fórum administrativo, para a organização dos trabalhos.

08 – A responsabilidade da operação e manutenção dos equipamentos e máquinas é do operador, sendo que o mesmo será escolhido pelo fórum administrativo, tendo o mandato coincidindo com o mandato da diretoria.

09 – Em caso da não observância dos itens previstos para a manutenção, o custo será de responsabilidade do operador.

10 – O operador deverá zelar pelas máquinas e equipamentos da patrulha agrícola, bem como não consumir bebidas alcoólicas durante o trabalho e condução dos mesmos.

11 – Os equipamentos e máquinas não poderão ser usados para questões particulares, nem em transporte de passageiros, ou em locais impróprios como bares, bailes e outros que a diretoria definir.

12 – O valor recebido pelo operador por hora - máquina, será definido pelo fórum administrativo através dos representantes das comunidades, sem direitos trabalhistas. As demais cláusulas serão definidas no termo de comodato que será firmado pela prefeitura municipal e as comunidades envolvidas. Esses critérios são registrados em ATA, e o pagamento do operador será feito pelo tesoureiro no momento que o mesmo receber o pagamento do serviço.

13 – Os beneficiários terão um prazo dedias para efetuar o pagamento dos serviços, após isso acarretará na suspensão dos trabalhos dentro da propriedade.

14 – O pagamento dos serviços pelos produtores será feito aos representantes das associações, sendo que os valores serão repassados ao tesoureiro da diretoria onde serão emitidos comprovantes de pagamento.

15 – As comunidades de produtores providenciarão o pagamento de um seguro para as máquinas e equipamentos e também um seguro de vida para o operador.

16 – A carga de trabalho do operador será de no máximo horas diárias.

17 – As comunidades providenciarão a compra de ferramentas e acessórios que farão parte da Patrulha Agrícola.

18 – Serão escolhidos para trabalhar com a Patrulha Agrícola, um titular e um suplente que receberão treinamento e capacitação para operar as máquinas e equipamentos.

19 – Os casos omissos deste regimento, serão analisados pelo Fórum Administrativo que se posicionará por escrito.
 20 – Os produtores usuários dos serviços que não quitarem suas dívidas estabelecidas pela diretoria, ficam impedidos de utilizar as máquinas e equipamentos enquanto não saldarem as dívidas.
 21 – E, por ser verdade, discutido e aprovado em todos os seus termos, fica aprovado o presente Regimento Interno.
 Modelo SC aos Cientes e de acordo:
 Representantes Associaçãoe Grupos

DECRETO Nº 017/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 17/2016 de 14 de janeiro de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por superávit financeiro no orçamento geral do município no valor de R\$ 296.820,00 (duzentos e noventa e seis mil, oitocentos e vinte reais), conforme a seguir especificado:

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236100052.260000	MANUT.ATIV.E PROGR. ENS.FUND.SALARIO EDUCACAO
44900000000 (72)	Aplicações Diretas 113 Salario Educacao R\$ 210.000,00
11	DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA
11.01	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
20	Agricultura
20606	Extensao Rural
206060015	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA
2060600152.100000	MANUTENCAO DOS PROGRAMAS E ATIVIDADES DE ASSISTENCIA GERAL NO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA NO MUNICIPIO DE MODELO
33900000000 (264)	Aplicações Diretas recursos ordinarios R\$ 86.820,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
 aos 14 de janeiro 2016.
 RICARDO LUIS MALDANER
 PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
 CONTADORA

DECRETO Nº 017/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 017/2017 de 11 de janeiro de 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR ABERTURA DE CREDITO ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2289/2016 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 100.647,78 (cem mil, seiscentos e quarenta e sete reais e setenta e oito centavos) conforme a seguir especificado:

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PULICA
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo

15451	Infra-Estrutura Urbana
154510014	URBANISMO - MODELO - QUALIDADE DE VIDA
1545100141.092000	EXEC.OBRAS INFRA ESTRUT.VIARIA URBANA PAVIMENTACAO DE RUAS (CALCAMENTO-ASFALTO-PONTES), PASSEIOS PUBLICOS, MEIO-FIO, DRENAGEM SINALIZACAO E OUTROS
449000000000 (1089)	APLICACOES DIRETAS....240 Rec FUNDAM - Desenv.Municip. - Inve R\$ 100.647,78

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 11 de janeiro de 2017.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 018/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 18/2016 de 14 de janeiro de 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 197.950,00 (cento e noventa e sete mil, novecentos e cinquenta reais) conforme a seguir especificado:

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.030000	AMPLIAR E REFORMAR PREDIOS PARA ATENDIMENTO DA EDUCACAO INFANTIL
449000000000 (90)	Aplicações Diretas 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 40.000,00
12367	Educacao Especial
123670005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236700052.239000	MANUT.GERAL. EDUCACAO ESPECIAL/ INCLUSAO na REDE MUNIC.ENSIN.E APOIO ESCOLA ESPECIAL - APAE DE MODELO E IMPLANTACAO SAED
339000000000 (117)	Aplicações Diretas 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 5.000,00
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236100052.260000	MANUT.ATIV.E PROGR. ENS.FUND.SALARIO EDUCACAO
449000000000 (72)	Aplicações Diretas 113 salário educação R\$ 50.000,00
06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200062.179000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES GERAIS DO DME (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES)
335000000000 (138)	Transf. Inst. Privadas.sem fins lucrat 100 – recursos ordinarios R\$ 48.000,00
11	DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA
11.01	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
20	Agricultura
20606	Extensao Rural
206060015	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA

2060600152.227000	MANUT.ACOES DESENV.AGROP. E APOIO ENTIDADES:.CASA FAMILIAR RURAL; PROJETO MICRO BACIAS, EPAGRI, CIDASC, IMPLANTACAO SUASA/ VIGILANCIA E INSP MUNICIPAL SIM, E OUTRAS QUE OBJETIVAM O DESENVOLVIM AGROPE
33900000000 (268)	Aplicações Diretas recursos ordinarios R\$ 20.000,00
33500000000 (267)	Transf. Inst. Privadas.sem fins lucrat 100 – recursos ordinarios R\$ 5.000,00
20602	Promocao da Producao Animal
206020015	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA
2060200152.303000	MANUT.PROGRAMA INSEMINACAO ARTIFICIAL:INCENTIVO AO MELHORAMENTO GENETICO DO GADO LEITEIRO DO MUNICIPIO
33900000000 (253)	Aplicações Diretas recursos ordinarios R\$ 29.950,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 197.950,00 (cento e noventa e sete mil, novecentos e cinquenta reais)

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.030000	AMPLIAR E REFORMAR PREDIOS PARA ATENDIMENTO DA EDUCACAO INFANTIL
33900000000 (89)	Aplicações Diretas 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 40.000,00
12367	Educacao Especial
123670005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236700052.239000	MANUT.GERAL. EDUCACAO ESPECIAL/ INCLUSAO na REDE MUNIC.ENSIN.E APOIO ESCOLA ESPECIAL - APAE DE MODELO E IMPLANTACAO SAED
33500000000 (116)	Transf. Inst. Privadas.sem fins lucrat 101 Receita de Impostos R\$ 5.000,00
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236100052.260000	MANUT.ATIV.E PROGR. ENS.FUND.SALARIO EDUCACAO
33900000000 (71)	Aplicações Diretas 113 salário educação R\$ 50.000,00

06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200062.179000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES GERAIS DO DME (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES)
33900000000 (139)	Aplicações Diretas 100 – recursos ordinarios R\$ 48.000,00

11	DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA
11.01	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
20	Agricultura
20606	Extensao Rural
206060015	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA
2060600152.227000	MANUT.ACOES DESENV.AGROP. E APOIO ENTIDADES:.CASA FAMILIAR RURAL; PROJETO MICRO BACIAS, EPAGRI, CIDASC, IMPLANTACAO SUASA/ VIGILANCIA E INSP MUNICIPAL SIM, E OUTRAS QUE OBJETIVAM O DESENVOLVIM AGROPE
31900000000 (266)	Aplicações Diretas 100 - recursos ordinarios R\$ 25.000,00

20602	Promocao da Producao Animal
206020015	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA
2060200152.303000	MANUT.PROGRAMA INSEMINACAO ARTIFICIAL:INCENTIVO AO MELHORAMENTO GENETICO DO GADO LEITEIRO DO MUNICIPIO
33900000000 (253)	Aplicações Diretas recursos ordinarios R\$ 29.950,00

Art. 3º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saude do município no valor de R\$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais) conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA

1030100072.293000	MANUT.PROG./ATIV. PMAQ - MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DO ATEND. A SAUDE MUNICIPAL
33900000000 (340)	Aplicações Diretas 214 Atencao Basica - Bloco: BLATB R\$ 72.000,00
1030200072.295000	MANUT.ACAO/SERV/ESTRAT.DA MEDIA E ALTA COMPLEX.AMBULAT.E HOSPITALAR
33900000000 (356)	Aplicações Diretas 215 Atencao de media e alta complexidade R\$ 106.000,00

ART. 4º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 3º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Fundo de Saúde do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais)

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.293000	MANUT.PROG./ATIV. PMAQ - MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DO ATEND. A SAUDE MUNICIPAL
33500000000 (341)	Transf. Inst. Privadas.sem fins lucrat 214 Atencao Basica - Bloco: BLATBR\$ 72.000,00
1030200072.295000	MANUT.ACAO/SERV/ESTRAT.DA MEDIA E ALTA COMPLEX.AMBULAT.E HOSPITALAR
33500000000 (355)	Transf. Inst. Privadas.sem fins lucrat 215 Atencao de media e alta complex R\$ 106.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 14 de janeiro 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0181/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 181/2016 de 15 de junho de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saude do município no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.185000	MANUTENCAO GERAL DAS ACOES DE DESENVOLVIMENTO DA SAUDE PUBLICA NO MUNICIPIO DE MODELO-SC
33900000000 (301)	Aplicações Diretas 128 Convenio Estado - Saude R\$ 100.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ (100.000,00 (vinte e cinco mil reais)

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.185000	MANUTENCAO GERAL DAS ACOES DE DESENVOLVIMENTO DA SAUDE PUBLICA NO MUNICIPIO DE MODELO-SC
44900000000 (305)	Aplicações Diretas 128 Convenio Estado - Saude R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 15 de junho 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0182/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 182/2016 de 16 de junho de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) conforme a seguir especificado:

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.258000	EXEC.PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV.EDUCACAO FUNDEB - EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO
31900000000 (104)	Aplicações Diretas 104 FUNDEB - Educacao - Outras despesas R\$ 100.000,00
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236100052.019000	MANTER O PROGRAMA DE ALIMENTACAO DE ESTUDANTES - ENSINO FUNDAMENTAL- MERENDA ESCOLAR
31000000000 (43)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 5.000,00
08	Assistencia Social
08243	Assistencia a Crianca e ao Adolescente
082430008	DESENVOLV. SOCIAL-CRIANCA E ADOLESCENTE ASSISTIDO
0824300082.066000	MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR; SEUS PROGRAMAS E ATIVIDADES VOLTADAS AO ATENDIMENTO DA CRIANCA; DO ADOLESCENTE E DA FAMILIA
319000000000 (146)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 5.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.258000	EXEC.PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV.EDUCACAO FUNDEB - EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO
31900000000 (103)	Aplicações Diretas 103 FUNDEB - Profissionais EducacaoR\$ 100.000,00
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236100052.019000	MANTER O PROGRAMA DE ALIMENTACAO DE ESTUDANTES - ENSINO FUNDAMENTAL- MERENDA ESCOLAR
33000000000 (44)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 5.000,00
08	Assistencia Social
08243	Assistencia a Crianca e ao Adolescente

082430008	DESENVOLV. SOCIAL-CRIANCA E ADOLESCENTE ASSISTIDO
0824300082.066000	MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR; SEUS PROGRAMAS E ATIVIDADES VOLTADAS AO ATENDIMENTO DA CRIANCA; DO ADOLESCENTE E DA FAMILIA
339000000000 (147)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 5.000,00

Art. 3º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saude do município no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.185000	MANUTENCAO GERAL DAS ACOES DE DESENVOLVIMENTO DA SAUDE PUBLICA NO MUNICIPIO DE MODELO-SC
319000000000 (296)	Aplicações Diretas 102 Recursos de Impostos - SAUDE R\$ 80.000,00
10302	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial
103020007	VIDA SAUDEL
1030200072.295000	MANUT.ACAO/SERV/ESTRAT.DA MEDIA E ALTA COMPLEX.AMBULAT.E HOSPITALAR
335000000000 (355)	TRNASF . INST. PRIV SEM FINS LUCR.215 Aten de Media e Alta Complexe Amb R\$ 40.000,00

ART. 4º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 3º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saude do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.185000	MANUTENCAO GERAL DAS ACOES DE DESENVOLVIMENTO DA SAUDE PUBLICA NO MUNICIPIO DE MODELO-SC
339000000000 (300)	Aplicações Diretas 102 Recursos de Impostos - SAUDE R\$ 80.000,00
10302	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial
103020007	VIDA SAUDEL
1030200072.295000	MANUT.ACAO/SERV/ESTRAT.DA MEDIA E ALTA COMPLEX.AMBULAT.E HOSPITALAR
339000000000 (356)	TRNASF . INST. PRIV SEM FINS LUCR.215 Aten de Media e Alta Complexe Amb R\$ 40.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 16 de junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0208/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 208/2016 de 12 de julho de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 203.100,00 (duzentos e três mil e cem reais) conforme a seguir especificado:

06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
----	-------------------------------

06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200062.179000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES GERAIS DO DME (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES)
33500000000 (138)	Transf. Inst. Privadas.sem fins lucrat 100 – recursos ordinarios R\$ 6.000,00
04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.258000	EXEC.PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV.EDUCACAO FUNDEB - EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO
44900000000 (109)	Aplicações Diretas 104 FUNDEB - Educacao - Outras despesas R\$ 65.100,00
10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.090000	MANUT. GERAL ATIVID. DMER-ESTRADAS VICIN, ACESSOS AS PROPRIED-PATIOS UN.PROD EXECUCAO DE INFRA-ESTR, MANUT. DO PARQUE DE MAQ. E AMPLIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS
33900000000 (236)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 70.000,00
09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-Estrutura Urbana
154510014	URBANISMO - MODELO - QUALIDADE DE VIDA
1545100142.213000	MANUTENCAO/AMPLIACAO E MELHORIA ATIVIDADES GERAIS/ACOES DESENVOLVIMENTO OBRAS PUBLICAS E SERVICOS URBANOS
33900000000 (197)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 30.000,00
07	FAS – FUNDO MUNIC. DA ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS – FUNDO MUNICIPAL DA PROMOÇÃO SOCIAL
082440054	DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO
0824400542.307000	PBVA-SCFV - MANUTENCAO GERAL DO PROGRAMA DO PISO BASICO VARIABEL/ SERVICO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DA ASSISTENCIA SOCIAL.
33900000000 (185)	Aplicações Diretas 343 PBVA-SCFV - SERVICOS DE CONVIV E FO R\$ 32.000,00
06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200062.179000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES GERAIS DO DME (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES)
31900000000 (137)	Aplicações Diretas 100 – recursos ordinarios R\$ 6.000,00
04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.258000	EXEC.PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV.EDUCACAO FUNDEB - EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO
31900000000 (107)	Aplicações Diretas 104 FUNDEB - Educacao - Outras despesas R\$ 48.400,00
33900000000 (108)	Aplicações Diretas 104 FUNDEB - Educacao - Outras despesas R\$ 16.700,00
10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.090000	MANUT. GERAL ATIVID. DMER-ESTRADAS VICIN, ACESSOS AS PROPRIED-PATIOS UN.PROD EXECUCAO DE INFRA-ESTR, MANUT. DO PARQUE DE MAQ. E AMPLIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS
33900000000 (235)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 70.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 203.100,00 (duzentos e três mil e cem reais)

06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200062.179000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES GERAIS DO DME (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES)
31900000000 (137)	Aplicações Diretas 100 – recursos ordinarios R\$ 6.000,00
04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.258000	EXEC.PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV.EDUCACAO FUNDEB - EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO
31900000000 (107)	Aplicações Diretas 104 FUNDEB - Educacao - Outras despesas R\$ 48.400,00
33900000000 (108)	Aplicações Diretas 104 FUNDEB - Educacao - Outras despesas R\$ 16.700,00
10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.090000	MANUT. GERAL ATIVID. DMER-ESTRADAS VICIN, ACESSOS AS PROPRIED-PATIOS UN.PROD EXECUCAO DE INFRA-ESTR, MANUT. DO PARQUE DE MAQ. E AMPLIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS
33900000000 (235)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 70.000,00

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-Estrutura Urbana
154510014	URBANISMO - MODELO - QUALIDADE DE VIDA
1545100142.213000	MANUTENCAO/AMPLIACAO E MELHORIA ATIVIDADES GERAIS/ACOES DESENVOLVIMENTO OBRAS PUBLICAS E SERVICOS URBANOS
44900000000 (198)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 30.000,00
07	FAS – FUNDO MUNIC. DA ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS – FUNDO MUNICIPAL DA PROMOÇÃO SOCIAL
082440054	DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO
0824400542.307000	PBVA-SCFV - MANUTENCAO GERAL DO PROGRAMA DO PISO BASICO VARIABEL/ SERVICO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DA ASSISTENCIA SOCIAL.
31900000000 (184)	Aplicações Diretas 343 PBVA-SCFV - SERVICOS DE CONVIV E FO R\$ 32.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 12 de julho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0209/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 209/2016 de 12 de julho de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais) conforme a seguir especificado:

03	DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA
03.01	ADMINISTRACAO GERAL
04	Administracao
04122	Administracao Geral
041220003	ADMINISTRACAO GERAL
0412200032.169000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO GERAL DO MUNICIPIO
33900000000 (8)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 5.000,00
04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.258000	EXEC.PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV.EDUCACAO FUNDEB - EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO
44900000000 (106)	Aplicações Diretas 104 FUNDEB - Educacao - Outras despesas R\$ 205.000,00
10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.090000	MANUT. GERAL ATIVID. DMER-ESTRADAS VICIN, ACESSOS AS PROPRIED-PATIOS UN.PROD EXECUCAO DE INFRA-ESTR, MANUT. DO PARQUE DE MAQ. E AMPLIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS
33900000000 (236)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 50.000,00
11	DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA

11.01	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
20	Agricultura
20606	Extensao Rural
206060015	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA
2060600152.311000	MANUT.PROGR.INCENTIVOS A AVICULURA, BOVINOC. DE LEITE,SUINOC. FUMCULTURA, E OUTR.EMPREENRURAIS, PATRULHA AGRIC.MELHOR.DO CAMPO, OUTROS EMPR.RURAIS E DEMAIS PROGR. P/ O DESENV.DO MEIO RURAL
33900000000 (269)	Aplicações Diretas recursos ordinarios R\$ 15.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.258000	EXEC.PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV.EDUCACAO FUNDEB - EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO
31900000000 (103)	Aplicações Diretas 104 FUNDEB –Educacao – outras despesas R\$ 205.000,00

03	DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA
03.01	ADMINISTRACAO GERAL
04	Administracao
04122	Administracao Geral
041220003	ADMINISTRACAO GERAL
0412200032.169000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO GERAL DO MUNICIPIO
44500000000 (10)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 5.000,00

10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.090000	MANUT. GERAL ATIVID. DMER-ESTRADAS VICIN, ACESSOS AS PROPRIED-PATIOS UN.PROD EXECUCAO DE INFRA-ESTR, MANUT. DO PARQUE DE MAQ. E AMPLIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIDARIOS
44900000000 (237)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 50.000,00

11	DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA
11.01	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
20	Agricultura
20606	Extensao Rural
206060015	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA
2060600152.311000	MANUT.PROGR.INCENTIVOS A AVICULURA, BOVINOC. DE LEITE,SUINOC. FUMCULTURA, E OUTR.EMPREENRURAIS, PATRULHA AGRIC.MELHOR.DO CAMPO, OUTROS EMPR.RURAIS E DEMAIS PROGR. P/ O DESENV.DO MEIO RURAL
44900000000 (270)	Aplicações Diretas recursos ordinarios R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 12 de julho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0234/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 234/2016 de 19 de agosto de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) conforme a seguir especificado:

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236100052.019000	MANTER O PROGRAMA DE ALIMENTACAO ESTUDANTES - ENSINO FUND- MERENDA ESCOLAR
3100000000 (43)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 3.000,00

11	DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA
11.01	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
20	Agricultura
20606	Extensao Rural
206060015	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA
2060600152.311000	MANUT.PROGR.INCENTIVOS A AVICULURA, BOVINOC. DE LEITE,SUINOC. FUMCULTURA, E OUTR.EMPREEN.D.RURAI, PATRULHA AGRIC.MELHOR.DO CAMPO, OUTROS EMPR.RURAI E DEMAIS PROGR. P/ O DESENV.DO MEIO RURAL
3390000000 (269)	Aplicações Diretas recursos ordinarios R\$ 5.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236100052.019000	MANTER O PROGRAMA DE ALIMENTACAO ESTUDANTES - ENSINO FUND- MERENDA ESCOLAR
4490000000 (46)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 3.000,00

11	DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA
11.01	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
20	Agricultura
20606	Extensao Rural
206060015	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA
2060600152.311000	MANUT.PROGR.INCENTIVOS A AVICULURA, BOVINOC. DE LEITE,SUINOC. FUMCULTURA, E OUTR.EMPREEN.D.RURAI, PATRULHA AGRIC.MELHOR.DO CAMPO, OUTROS EMPR.RURAI E DEMAIS PROGR. P/ O DESENV.DO MEIO RURAL
4490000000 (270)	Aplicações Diretas recursos ordinarios R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 19 de agosto de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0235/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 235/2016 de 19 de agosto de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saude do município no valor de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais) conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.185000	MANUTENCAO GERAL DAS ACOES DE DESENVOLVIMENTO DA SAUDE PUBLICA NO MUNICIPIO DE MODELO-SC
33900000000 (301)	Aplicações Diretas 128 Convenio Estado - Saude R\$ 80.000,00
1030100072.297000	MANUTENCAO E MELHORIA DOS SERVICOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES
33900000000 (349)	Aplicações Diretas 102 Saude 15% R\$ 6.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Fundo de Saúde do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais)

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.297000	MANUTENCAO E MELHORIA DOS SERVICOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES
44900000000 (305)	Aplicações Diretas 128 Convenio Estado - Saude R\$ 80.000,00
1030100072.297000	MANUTENCAO E MELHORIA DOS SERVICOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES
44900000000 (350)	Aplicações Diretas 102 Saude 15% R\$ 6.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 19 de agosto 2016.RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA**DECRETO Nº 0238/2016**

DECRETO MUNICIPAL Nº 238/2016 de 22 de agosto de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) conforme a seguir especificado:

10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC

26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.090000	MANUT. GERAL ATIVID. DMER-ESTRADAS VICIN, ACESSOS AS PROPRIED-PATIOS UN.PROD EXECUCAO DE INFRA-ESTR, MANUT. DO PARQUE DE MAQ. E AMPLIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIDARIOS
33900000000 (236)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 100.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.090000	MANUT. GERAL ATIVID. DMER-ESTRADAS VICIN, ACESSOS AS PROPRIED-PATIOS UN.PROD EXECUCAO DE INFRA-ESTR, MANUT. DO PARQUE DE MAQ. E AMPLIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIDARIOS
31900000000 (235)	Aplicações Diretas 0100 recursos ordinarios R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 22 de agosto de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0243/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 243/2016 de 29 de agosto de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) conforme a seguir especificado:

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236100052.260000	MANUT.ATIV.E PROGR. ENS.FUND.SALARIO EDUCACAO
31900000000 (70)	Aplicações Diretas 113 salário educação R\$ 60.000,00
33900000000 (71)	Aplicações Diretas 113 salário educação R\$ 60.000,00

06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200062.179000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES GERAIS DO DME (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES)
33500000000 (138)	Transf. Inst. Privadas.sem fins lucrat 100 – recursos ordinarios R\$ 5.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236100052.260000	MANUT.ATIV.E PROGR. ENS.FUND.SALARIO EDUCACAO
44900000000 (72)	Aplicações Diretas 113 salário educação R\$ 120.000,00
06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200062.179000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES GERAIS DO DME (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES)
33900000000 (139)	Aplicações Diretas 100 – recursos ordinarios R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 29 de agosto 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

CONTADORA

DECRETO Nº 0244/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 244/2016 de 29 de agosto de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por excesso de arrecadação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saude do município no valor de R\$ 55.565,00 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco reais) conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.185000	MANUTENCAO GERAL DAS ACOES DE DESENVOLVIMENTO DA SAUDE PUBLICA NO MUNICIPIO DE MODELO-SC
33900000000 (301)	Aplicações Diretas 128 Convenio Estado - Saude R\$ 55.565,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 29 de agosto 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

CONTADORA

DECRETO Nº 026/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 026/2017 de 02 de fevereiro de 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2289/2016 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) conforme a seguir especificado:

10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC.
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.209000	EXECUCAO OBRAS E SERV.MELHORIAS DAS ESTRADAS VICINAIS: PAVIMENTACAO:CALCAMENTO,CASCALHAMENTO, DRENAGEM. SINALIZ. ABERTURAS E ALARGAM/ PONTES/PONTILHOES BUEIROS E OUTROS REF.EIXOS DE DES. PRINC. E S
449000000000 (619)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 80.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC.
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.209000	EXECUCAO OBRAS E SERV.MELHORIAS DAS ESTRADAS VICINAIS: PAVIMENTACAO:CALCAMENTO,CASCALHAMENTO, DRENAGEM. SINALIZ. ABERTURAS E ALARGAM/ PONTES/PONTILHOES BUEIROS E OUTROS REF.EIXOS DE DES. PRINC. E S
339000000000 (617)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 02 de fevereiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0263/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 263/2016 de 11 de outubro de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saude do município no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUOAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.183000	MANUTENCAO CONVENIOS ATENDIMENTO SAUDE/CIS-AMERIOS/UTI MOVEL E OUTROS CONTRATOS

33900000000 (295)	Aplicações Diretas 102 Recursos de ImpostosR\$ 20.000,00
08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.292000	ACAO/SERVICOS/ESTRATEGIA PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - MANUTENCAO E AMPLIACAO DOS SERVICOS/ATENDI- MENTO DE SAUDE AS FAMILIAS MODELENSES
33500000000 (337)	TRANSF . INST. PRIVADAS S FINS LUCR 214 Atencao Basica - BLATB R\$ 45.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Fundo de Saude do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saúde
10301	Atenção Básica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.183000	MANUTENCAO CONVENIOS ATENDIMENTO SAUDE/CIS-AMERIOS/UTI MOVEL E OUTROS CONTRATOS
33710000000 (294)	TRANSF. A CONSORCIOS PUB MEDIANTE C 102 Recursos de ImpostosR\$ 20.000,00

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.292000	ACAO/SERVICOS/ESTRATEGIA PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - MANUTENCAO E AMPLIACAO DOS SERVICOS/ATENDI- MENTO DE SAUDE AS FAMILIAS MODELENSES
33900000000 (338)	APLICAÇÕES DIRETAS 214 Atencao Basica - BLATB R\$ 45.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 11 de outubro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0270/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 270/2016 de 21 DE OUTUBRO de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 51.300,00 (cinquenta e um mil e trezentos reais reais) conforme a seguir especificado:

03	DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA
03.01	ADMINISTRACAO GERAL
06	Seguranca Publica
06181	Policiamiento
061810021	SEGURANCA PUBLICA
0618100212.138000	MANUTENCAO DOS CONVENIOS RADIO PATRULHA, TRANSITO, ASSISTENCIA DA POLICIA CIVIL E MILIATR DO MUNICI- PIO, CONVENIOS, APOIO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTARIO E MILITAR E FUNREBOM.
33900000000 (26)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 2.000,00

03	DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA
03.01	ADMINISTRACAO GERAL
04	Administracao
04123	Administracao Financeira
041230004	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
0412300042.175000	MANUTENCAO GERAL DAS ATIVIDADES FINANCAS/TRIBUTACAO/CONTABILIDADE E OUTROS
3390000000 (35)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 15.000,00

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236100052.019000	MANTER O PROGRAMA DE ALIMENTACAO DE ESTUDANTES - ENSINO FUNDAMENTAL- MERENDA ESCOLAR
3100000000 (43)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 2.300,00

07	FAS - FUNDO MUNIC.DA ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS - FUNDO MUNIC.DA PROMOCAO SOCIAL
08	Assistencia Social
08244	Assistencia Comunitaria
082440009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITARIO
0824400092.204000	ASSISTENCIA SOCIAL- MANUTEN.SUAS/SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA,ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEX - DESENV. PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE MODELO-SC
3390000000 (168)	Aplicações Diretas 227 IGD - PBF -GESTAO / BOLSA FAMILIA R\$ 2.000,00
0824400092.266000	MANUT.GERAL ATENDIM. CRAS- CENTRO DE REFERENCIA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE MODELO SC
3190000000 (178)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 30.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 51.300,00 (cinquenta e um mil e trezentos reais)

03	DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA
03.01	ADMINISTRACAO GERAL
06	Segurança Publica
06181	Policiamiento
061810021	SEGURANCA PUBLICA
0618100212.138000	MANUTENCAO DOS CONVENIOS RADIO PATRULHA, TRANSITO, ASSISTENCIA DA POLICIA CIVIL E MILITAR DO MUNICIPIO, CONVENIOS, APOIO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTARIO E MILITAR E FUNREBOM.
4490000000 (30)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 2.000,00

03	DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA
03.01	ADMINISTRACAO GERAL
04	Administração
04123	Administração Financeira
041230004	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
0412300042.175000	MANUTENCAO GERAL DAS ATIVIDADES FINANCAS/TRIBUTACAO/CONTABILIDADE E OUTROS
3190000000 (34)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 15.000,00

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236100052.019000	MANTER O PROGRAMA DE ALIMENTACAO DE ESTUDANTES - ENSINO FUNDAMENTAL- MERENDA ESCOLAR
449000000000 (46)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 1.400,00
339000000000 (44)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 900,00

07	FAS - FUNDO MUNIC.DA ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS - FUNDO MUNIC.DA PROMOCAO SOCIAL
08	Assistencia Social
08244	Assistencia Comunitaria
082440009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITARIO
0824400092.204000	ASSISTENCIA SOCIAL- MANUTEN.SUAS/SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA,ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEX - DESENV. PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE MODELO-SC
4490000000 (175)	Aplicações Diretas 227 IGD - PBF -GESTAO / BOLSA FAMILIA R\$ 2.000,00
0824400092.266000	MANUT.GERAL ATENDIM. CRAS- CENTRO DE REFERENCIA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE MODELO SC

33900000000 (180)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 20.000,00
44900000000 (182)	Aplicações Diretas 100 RECURSOS ORDINARIOS R\$ 10.000,00

Art. 3º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saude do município no valor de R\$ 51.260,00 (cinquenta e um mil, duzentos e sessenta reais) conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.182000	MANUTENCAO DESENV. GERAL DO ESF - ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA/MANTER E AMPLIAR OS PROGRAMAS DA SAUDE DA FAMILIA-ACOES/SERVICOS/ESTRATEGIA - SAUDE DA FAMILIA MUNICIPIO
339000000000 (291)	Aplicações Diretas 102 Recursos de Impostos - SAUDE R\$ 20.000,00
1030100072.185000	MANUTENCAO GERAL DAS ACOES DE DESENVOLVIMENTO DA SAUDE PUBLICA NO MUNICIPIO DE MODELO-SC
339000000000 (300)	Aplicações Diretas 102 Recursos de Impostos - SAUDE R\$ 30.000,00
10302	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial
103020007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030200072.295000	MANUT.ACAO/SERV/ESTRAT.DA MEDIA E ALTA COMPLEX.AMBULAT.E HOSPITALAR
339000000000 (356)	Aplicações Diretas 215 Atencao de Media e Alta Complexidade Amb R\$ 1.260,00

ART. 4º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 3º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Fundo de Saúde do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 51.260,00 (cinquenta e um mil, duzentos e sessenta reais)

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.182000	MANUTENCAO DESENV. GERAL DO ESF - ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA/MANTER E AMPLIAR OS PROGRAMAS DA SAUDE DA FAMILIA-ACOES/SERVICOS/ESTRATEGIA - SAUDE DA FAMILIA MUNICIPIO
449000000000 (292)	Aplicações Diretas 102 Recursos de Impostos - SAUDE R\$ 20.000,00
1030100072.185000	MANUTENCAO GERAL DAS ACOES DE DESENVOLVIMENTO DA SAUDE PUBLICA NO MUNICIPIO DE MODELO-SC
449000000000 (304)	Aplicações Diretas 102 Recursos de Impostos - SAUDE R\$ 30.000,00
10302	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial
103020007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030200072.295000	MANUT.ACAO/SERV/ESTRAT.DA MEDIA E ALTA COMPLEX.AMBULAT.E HOSPITALAR
335000000000 (355)	transferencias a instituicoes privadas s 215 atencao media e alta complex r\$ 1.260,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 21 de outubro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0277/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 277/2016 de 04 de novembro de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 307.600,00 (trezentos e sete mil e seiscentos reais) conforme a seguir especificado:

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236100052.020000	MANUT.GERAL DAS ACOES - DESENVOLVIMENTO ENSINO FUNDAMENTAL - REDE MUNIC. ENSINO
3.1.90.00.00.00.00 (47)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 100.000,00
1236100052.256000	EXECUCAO PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV. EDUCACAO - FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL - MANUT GERAL
3.1.90.00.00.00.00 (66)	APLICACOES DIRETAS 103 FUNDEB Profissionais da Educacao R\$ 100.000,00
1236100052.235000	MANUTENCAO GERAL ACOES SECRETARIA MUNIC.EDUCACAO - ATENDIMENTO REDE MUNIC ENSINO
3.1.90.00.00.00.00 (60)	APLICACOES DIRETAS 104 FUNDEB - Educacao - Outras despesas R\$ 20.000,00
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.031000	MANUTENCAO GERAL ATENDIMENTO EDUCACAO INFANTIL - PRE-ESCOLA DO MUNICIPIO
3.1.90.00.00.00.00 (91)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 7.600,00
1236500052.258000	EXEC.PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV.EDUCACAO FUNDEB - EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO
3.1.90.00.00.00.00 (104)	APLICACOES DIRETAS 104 FUNDEB - Educacao - Outras despesas R\$ 45.000,00
05	DEPARTAMENTO DE CULTURA
05.01	SETOR DE CULTURA
13	Cultura
13392	Difusao Cultural
133920019	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA
1339200192.132000	DIFUSAO DA CULTURA EM GERAL DO MUNICIPIO
3.1.90.00.00.00.00 (123)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 5.000,00
07	FAS - FUNDO MUNIC.DA ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS - FUNDO MUNIC.DA PROMOCAO SOCIAL
08	Assistencia Social
08243	Assistencia a Crianca e ao Adolescente
082430008	DESENVOLV. SOCIAL-CRIANCA E ADOLESCENTE ASSISTIDO
0824300082.066000	MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR; SEUS PROGRAMAS E ATIVIDADES VOLTADAS AO ATENDIMENTO DA CRIANCA; DO ADOLESCENTE E DA FAMILIA
3.3.90.00.00.00.00 (147)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 6.000,00
09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PULICA
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-Estrutura Urbana
154510014	URBANISMO - MODELO - QUALIDADE DE VIDA
1545100142.213000	MANUTENCAO/AMPLIACAO E MELHORIA ATIVIDADES GERAIS/ACOES DESENVOLVIMENTO OBRAS PUBLICAS E SERVI-COS URBANOS
3.3.90.00.00.00.00 (197)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 4.000,00
10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC.
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.090000	MANUT. GERAL ATIVID. DMER-ESTRADAS VICIN, ACESSOS AS PROPRIED-PATIOS UN.PROD. EXECUCAO DE INFRA-ES-TR, MANUT. DO PARQUE DE MAQ. E AMPLIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIDARIOS
3.1.90.00.00.00.00 (235)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 10.000,00
15	FUNDO MUN REEQ CORPO BOMB. POL. MIL.
15.01	FUNREBOM - FUNDO REEQUIP.CORPO BOMB
06	Seguranca Publica
06182	Defesa Civil

061820011	SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA
0618200112.083000	APOIO, INSTALACAO, MANUTENCAO E AMPLIACAO DE SERVICOS DO CORPO DE BOMBEIROS NO MUNICIPIO E O FUNREBOM
3.3.90.00.00.00.00 (276)	APLICACOES DIRETAS 196 Taxas FUNREBOM R\$ 10.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 307.600,00 (trezentos e sete mil e seiscentos reais)

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236100052.020000	MANUT.GERAL DAS ACOES - DESENVOLVIMENTO ENSINO FUNDAMENTAL - REDE MUNIC. ENSINO
3.3.90.00.00.00.00 (48)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 100.000,00
1236100052.256000	EXECUCAO PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV. EDUCACAO - FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL - MANUT GERAL
3.3.90.00.00.00.00 (68)	APLICACOES DIRETAS 104 FUNDEB Outras despesas R\$ 100.000,00
1236100052.235000	MANUTENCAO GERAL ACOES SECRETARIA MUNIC.EDUCACAO - ATENDIMENTO REDE MUNIC ENSINO
3.3.90.00.00.00.00 (63)	APLICACOES DIRETAS 104 FUNDEB Outras despesas R\$ 20.000,00
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.031000	MANUTENCAO GERAL ATENDIMENTO EDUCACAO INFANTIL - PRE-ESCOLA DO MUNICIPIO
3.3.90.00.00.00.00 (92)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 1.600,00
4.4.90.00.00.00.00 (93)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 6.000,00
1236500052.258000	EXEC.PROGR.ATIV.ACOES P/DESENV.EDUCACAO FUNDEB - EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO
4.4.90.00.00.00.00 (106)	APLICACOES DIRETAS 104 FUNDEB - Educacao - Outras despesas R\$ 45.000,00
05	DEPARTAMENTO DE CULTURA
05.01	SETOR DE CULTURA
13	Cultura
13392	Difusao Cultural
133920019	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA
1339200192.132000	DIFUSAO DA CULTURA EM GERAL DO MUNICIPIO
3.3.90.00.00.00.00 (124)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 5.000,00
07	FAS - FUNDO MUNIC.DA ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS - FUNDO MUNIC.DA PROMOCAO SOCIAL
08	Assistência Social
08243	Assistência a Criança e ao Adolescente
082430008	DESENVOLV. SOCIAL-CRIANCA E ADOLESCENTE ASSISTIDO
0824300082.066000	MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR; SEUS PROGRAMAS E ATIVIDADES VOLTADAS AO ATENDIMENTO DA CRIANCA; DO ADOLESCENTE E DA FAMILIA
4.4.90.00.00.00.00 (148)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinários R\$ 6.000,00
09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUBLICA
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-Estrutura Urbana
154510014	URBANISMO - MODELO - QUALIDADE DE VIDA
1545100142.213000	MANUTENCAO/AMPLIACAO E MELHORIA ATIVIDADES GERAIS/ACOES DESENVOLVIMENTO OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
4.4.90.00.00.00.00 (198)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 4.000,00
10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC.
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.090000	MANUT. GERAL ATIVID. DMER-ESTRADAS VICIN, ACESSOS AS PROPRIED-PATIOS UN.PROD. EXECUCAO DE INFRA-ESTR, MANUT. DO PARQUE DE MAQ. E AMPLIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS
4.4.90.00.00.00.00 (237)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 10.000,00

15	FUNDO MUN REEQ CORPO BOMB. POL. MIL.
15.01	FUNREBOM - FUNDO REEQUIP.CORPO BOMB
06	Seguranca Publica
06182	Defesa Civil
061820011	SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA
0618200112.083000	APOIO, INSTALACAO, MANUTENCAO E AMPLIACAO DE SERVICOS DO CORPO DE BOMBEIROS NO MUNICIPIO E O FUNREBOM
4.4.90.00.00.00.00 (277)	APLICACOES DIRETAS 196 Taxas FUNREBOM R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 04 de novembro 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0283/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 283/2016 de 22 de novembro de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 106.170,00 (CENTO E SEIS MIL, CENTO E SETENTA REAIS) conforme a seguir especificado:

02	GABINETE DO PREFEITO
02.01	GABINETE DO PREFEITO
04	Administracao
04122	Administracao Geral
041220002	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR
0412200022.004000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ASSESSORIA e ADM.SERV. GABINETE EXECUTIVO
3.1.90.00.00.00.00 (1)	APLICACOES DIRETAS100 recursos ordinários R\$ 6.000,00
0412200022.167000	MANUTENCAO DO FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO SUPERIOR DO MUNICIPIO/GABINETE DO PREFEITO,VICE -PREFEITO E ASSESSORIAS E CONTROLE-INTERNO.
3.1.90.00.00.00.00 (4)	APLICACOES DIRETAS100 recursos ordinários R\$ 32.770,00

03	DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA
03.01	ADMINISTRACAO GERAL
04	Administracao
04122	Administracao Geral
041220003	ADMINISTRACAO GERAL
0412200032.169000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO GERAL DO MUNICIPIO
3.1.90.00.00.00.00 (7)	APLICACOES DIRETAS100 recursos ordinários R\$ 7.000,00
04123	Administracao Financeira
041230004	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
0412300042.175000	MANUTENCAO GERAL DAS ATIVIDADES FINANCAS/TRIBUTACAO/CONTABILIDADE E OUTROS
3.1.90.00.00.00.00 (34)	APLICACOES DIRETAS100 recursos ordinários R\$ 4.400,00

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.031000	MANUTENCAO GERAL ATENDIMENTO EDUCACAO INFANTIL - PRE-ESCOLA DO MUNICIPIO

3.1.90.00.00.00.00 (91)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 7.000,00
3.3.90.00.00.00.00 (92)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 18.000,00
1236500052.234000	MANUTENCAO GERAL CRECHE DO MUNICIPIO /ATIVIDADES E PROGRAMAS REDE MUNICIPAL
3.1.90.00.00.00.00 (97)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 21.000,00
10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC.
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.090000	MANUT. GERAL ATIVID. DMER-ESTRADAS VICIN, ACESSOS AS PROPRIED-PATIOS UN.PROD. EXECUCAO DE INFRA-ES-TR, MANUT. DO PARQUE DE MAQ. E AMPLIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIDARIOS
3.1.90.00.00.00.00 (235)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 10.000,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 106.170,00 (CENTO E SEIS MIL, CENTO E SETENTA REAIS)

02	GABINETE DO PREFEITO
02.01	GABINETE DO PREFEITO
04	Administracao
04122	Administracao Geral
041220002	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR
0412200022.004000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ASSESSORIA e ADM.SERV. GABINETE EXECUTIVO
3.1.90.00.00.00.00 (1)	APLICACOES DIRETAS100 recursos ordinários R\$ 6.000,00
0412200022.167000	MANUTENCAO DO FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO SUPERIOR DO MUNICIPIO/GABINETE DO PREFEITO,VICE -PREFEITO E ASSESSORIAS E CONTROLE-INTERNO.
3.3.90.00.00.00.00 (5)	APLICACOES DIRETAS100 recursos ordinários R\$ 24.770,00
4.4.90.00.00.00.00 (6)	APLICACOES DIRETAS100 recursos ordinários R\$ 8.000,00

03	DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA
03.01	ADMINISTRACAO GERAL
04	Administracao
04122	Administracao Geral
041220003	ADMINISTRACAO GERAL
0412200032.169000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO GERAL DO MUNICIPIO
4.5.90.00.00.00.00 (10)	APLICACOES DIRETAS100 recursos ordinários R\$ 7.000,00
04123	Administracao Financeira
041230004	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
0412300042.175000	MANUTENCAO GERAL DAS ATIVIDADES FINANCAS/TRIBUTACAO/CONTABILIDADE E OUTROS
4.4.90.00.00.00.00 (36)	APLICACOES DIRETAS100 recursos ordinários R\$ 4.400,00

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.031000	MANUTENCAO GERAL ATENDIMENTO EDUCACAO INFANTIL - PRE-ESCOLA DO MUNICIPIO
3.3.90.00.00.00.00 (92)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 7.000,00
4.4.90.00.00.00.00 (93)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 18.000,00
1236500052.234000	MANUTENCAO GERAL CRECHE DO MUNICIPIO /ATIVIDADES E PROGRAMAS REDE MUNICIPAL
4.4.90.00.00.00.00 (99)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 21.000,00

10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC.
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.090000	MANUT. GERAL ATIVID. DMER-ESTRADAS VICIN, ACESSOS AS PROPRIED-PATIOS UN.PROD. EXECUCAO DE INFRA-ES-TR, MANUT. DO PARQUE DE MAQ. E AMPLIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIDARIOS
3.3.90.00.00.00.00 (236)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 10.000,00

Art. 3º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saude do município no valor de 53.500,00 (CINQUENTA E TRES MIL E QUINHENTOS REAIS) conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.182000	MANUTENCAO DESENV. GERAL DO ESF - ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA/MANTER E AMPLIAR OS PROGRAMAS DA SAUDE DA FAMILIA-ACOES/SERVICOS/ESTRATEGIA - SAUDE DA FAMILIA MUNICIPIO
319000000000 (290)	Aplicações Diretas 102 Recursos de Impostos - SAUDE R\$ 20.000,00
1030100072.185000	MANUTENCAO GERAL DAS ACOES DE DESENVOLVIMENTO DA SAUDE PUBLICA NO MUNICIPIO DE MODELO-SC
319000000000 (296)	Aplicações Diretas 102 Recursos de Impostos - SAUDE R\$ 32.000,00
449000000000 (301)	Aplicações Diretas 128 recurso convenio saude R\$ 1.500,00

ART. 4º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 3º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Fundo de Saude do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 53.500,00 (CINQUENTA E TRES MIL E QUINHENTOS REAIS)

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.182000	MANUTENCAO DESENV. GERAL DO ESF - ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA/MANTER E AMPLIAR OS PROGRAMAS DA SAUDE DA FAMILIA-ACOES/SERVICOS/ESTRATEGIA - SAUDE DA FAMILIA MUNICIPIO
339000000000 (291)	Aplicações Diretas 102 Recursos de Impostos - SAUDE R\$ 20.000,00
1030100072.185000	MANUTENCAO GERAL DAS ACOES DE DESENVOLVIMENTO DA SAUDE PUBLICA NO MUNICIPIO DE MODELO-SC
339000000000 (298)	Aplicações Diretas 102 Recursos de Impostos - SAUDE R\$ 12.000,00
449000000000 (304)	Aplicações Diretas 102 Recursos de Impostos - SAUDE R\$ 20.000,00
449000000000 (301)	Aplicações Diretas 128 recurso convenio saude R\$ 1.500,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 22 de novembro 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 0295/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 295/2016 de 16 de dezembro de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de R\$ 365.247,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e sete reais) conforme a seguir especificado:

02	GABINETE DO PREFEITO
02.01	GABINETE DO PREFEITO
04	Administracao
04122	Administracao Geral
041220002	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

0412200022.167000	MANUTENCAO DO FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO SUPERIOR DO MUNICIPIO/GABINETE DO PREFEITO,VICE -PREFEITO E ASSESSORIAS E CONTROLE-INTERNO.
3.1.90.00.00.00.00 (4)	APLICACOES DIRETAS100 recursos ordinários R\$ 2.000,00
03	DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA
03.01	ADMINISTRACAO GERAL
04	Administracao
04122	Administracao Geral
041220003	ADMINISTRACAO GERAL
0412200032.169000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO GERAL DO MUNICIPIO
3.1.90.00.00.00.00 (7)	APLICACOES DIRETAS100 recursos ordinários R\$ 7.000,00
04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.031000	MANUTENCAO GERAL ATENDIMENTO EDUCACAO INFANTIL - PRE-ESCOLA DO MUNICIPIO
3.1.90.00.00.00.00 (91)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 25.000,00
1236500052.261000	MANUT.GERAL PROGR E ATIVID. ED.INFANTIL - SALARIO EDUCACAO
3.1.90.00.00.00.00 (107)	APLICACOES DIRETAS113 salario educação R\$ 5.530,00
1236500052.234000	MANUTENCAO GERAL CRECHE DO MUNICIPIO /ATIVIDADES E PROGRAMAS REDE MUNICIPAL
3.1.90.00.00.00.00 (97)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 18.517,00
1236100052.260000	MANUT.ATIV.E PROGR. ENS.FUND.SALARIO EDUCACAO
3.1.90.00.00.00.00 (70)	APLICACOES DIRETAS113 salario educação R\$ 179.200,00
3.1.90.00.00.00.00 (71)	APLICACOES DIRETAS113 salario educação R\$ 13.000,00
07	FAS - FUNDO MUNIC.DA ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS - FUNDO MUNIC.DA PROMOCAO SOCIAL
08	Assistencia Social
08244	Assistencia Comunitaria
082440009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITARIO
0824400092.266000	MANUT.GERAL ATENDIM. CRAS- CENTRO DE REFERENCIA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE MODELO SC
3.1.90.00.00.00.00 (178)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 25.000,00
10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC.
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.090000	MANUT. GERAL ATIVID. DMER-ESTRADAS VICIN, ACESSOS AS PROPRIED-PATIOS UN.PROD. EXECUCAO DE INFRA-ES-TR, MANUT. DO PARQUE DE MAQ. E AMPLIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS
3.1.90.00.00.00.00 (235)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 87.000,00
15	FUNDO MUN REEQ CORPO BOMB. POL. MIL.
15.01	FUNREBOM - FUNDO REEQUIP.CORPO BOMB
06	Seguranca Publica
06182	Defesa Civil
061820011	SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA
0618200112.083000	APOIO, INSTALACAO, MANUTENCAO E AMPLIACAO DE SERVICOS DO CORPO DE BOMBEIROS NO MUNICIPIO E O FUNREBOM
3.3.90.00.00.00.00 (276)	APLICACOES DIRETAS 196 Taxas FUNREBOM R\$ 3.000,00
02	GABINETE DO PREFEITO
02.01	GABINETE DO PREFEITO
04	Administracao
04122	Administracao Geral
041220002	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 365.247,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e sete reais)

0412200022.167000	MANUTENCAO DO FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO SUPERIOR DO MUNICIPIO/GABINETE DO PREFEITO,VICE -PREFEITO E ASSESSORIAS E CONTROLE-INTERNO.
3.3.90.00.00.00.00 (5)	APLICACOES DIRETAS100 recursos ordinários R\$ 2.000,00
03	DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA
03.01	ADMINISTRACAO GERAL
04	Administracao
04122	Administracao Geral
041220003	ADMINISTRACAO GERAL
0412200032.169000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO GERAL DO MUNICIPIO
3.3.90.00.00.00.00 (8)	APLICACOES DIRETAS100 recursos ordinários R\$ 7.000,00
04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12365	Educacao Infantil
123650005	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
1236500052.031000	MANUTENCAO GERAL ATENDIMENTO EDUCACAO INFANTIL - PRE-ESCOLA DO MUNICIPIO
3.3.90.00.00.00.00 (92)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 25.000,00
1236500052.261000	MANUT.GERAL PROGR E ATIVID. ED.INFANTIL - SALARIO EDUCACAO
4.4.90.00.00.00.00 (109)	APLICACOES DIRETAS113 salario educação R\$ 5.530,00
1236500052.234000	MANUTENCAO GERAL CRECHE DO MUNICIPIO /ATIVIDADES E PROGRAMAS REDE MUNICIPAL
3.3.90.00.00.00.00 (98)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 17.800,00
4.4.90.00.00.00.00 (99)	APLICACOES DIRETAS 101 Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDU R\$ 717,00
1236100052.260000	MANUT.ATIV.E PROGR. ENS.FUND.SALARIO EDUCACAO
3.1.90.00.00.00.00 (70)	APLICACOES DIRETAS113 salario educação R\$ 3.000,00
3.1.90.00.00.00.00 (71)	APLICACOES DIRETAS113 salario educação R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00 (72)	APLICACOES DIRETAS113 salario educação R\$ 159.200,00
07	FAS - FUNDO MUNIC.DA ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS - FUNDO MUNIC.DA PROMOCAO SOCIAL
08	Assistencia Social
08244	Assistencia Comunitaria
082440009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITARIO
0824400092.266000	MANUT.GERAL ATENDIM. CRAS- CENTRO DE REFERENCIA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE MODELO SC
3.3.90.00.00.00.00 (180)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 25.000,00
10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC.
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.090000	MANUT. GERAL ATIVID. DMER-ESTRADAS VICIN, ACESSOS AS PROPRIED-PATIOS UN.PROD. EXECUCAO DE INFRA-ES-TR, MANUT. DO PARQUE DE MAQ. E AMPLIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS
3.3.90.00.00.00.00 (236)	APLICACOES DIRETAS 100 Recursos Ordinarios R\$ 87.000,00
15	FUNDO MUN REEQ CORPO BOMB. POL. MIL.
15.01	FUNREBOM - FUNDO REEQUIP.CORPO BOMB
06	Seguranca Publica
06182	Defesa Civil
061820011	SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA
0618200112.083000	APOIO, INSTALACAO, MANUTENCAO E AMPLIACAO DE SERVICOS DO CORPO DE BOMBEIROS NO MUNICIPIO E O FUNREBOM
4.4.90.00.00.00.00 (277)	APLICACOES DIRETAS 196 Taxas FUNREBOM R\$ 3.000,00
Art. 3º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saude do município no valor de R\$ 59.280,00 (cinquenta e nove mil duzentos e oitenta reais) conforme a seguir especificado:	
08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA

1030100072.292000	ACAO/SERVICOS/ESTRATEGIA PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - MANUTENCAO E AMPLIACAO DOS SERVICOS/ATENDIMENTO DE SAUDE AS FAMILIAS MODELENSES
319000000000 (336)	Aplicações Diretas 214 Atencao Basica - Bloco: BLATB R\$ 19.280,00
.	.
1030200072.290000	MANUT. E ATENDIMENTO GESTAO PLENA PPI
335000000000 (353)	Aplicações Diretas 114 Transf. Recursos - SUS Gestao Plena PPI R\$ 40.000,00

ART. 4º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 3º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saude, conforme a seguir especificado no valor R\$ R\$ 59.280,00 (cinquenta e nove mil duzentos e oitenta reais)

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030100072.292000	ACAO/SERVICOS/ESTRATEGIA PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - MANUTENCAO E AMPLIACAO DOS SERVICOS/ATENDIMENTO DE SAUDE AS FAMILIAS MODELENSES
339000000000 (338)	Aplicações Diretas 214 Atencao Basica - Bloco: BLATB R\$ 19.280,00
.	.
1030200072.290000	MANUT. E ATENDIMENTO GESTAO PLENA PPI
339000000000 (354)	Aplicações Diretas 114 Transf. Recursos - SUS Gestao Plena PPI R\$ 40.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,

aos 16 de dezembro 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

CONTADORA

DECRETO Nº 050/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 50/2016 de 10 de fevereiro de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2240/2015,

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por superávit financeiro no orçamento geral do município no valor de R\$ 31.470,24 (trinta e um mil, quatrocentos e setenta reais e vinte e quatro centavos), conforme a seguir especificado:

07	FAS – FUNDO MUNIC. DA ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS – FUNDO MUNICIPAL DA PROMOÇÃO SOCIAL
08243	Assistencia a Crianca e ao Adolescente
082430008	DESENVOLV. SOCIAL-CRIANCA E ADOLESCENTE ASSISTIDO
0824300082.067000	CULTIVAR -MANUT. GERAL, MELHOR E AMPL. SERV.FORT.VINCULOS/ E OUTROS DE ATENDIMENTO E DE PROTECAO DA CRIANCA E ADOLESCENTE (MATER.SERV. OFICINAS, CURSOS, PESSOAL, REFORMAS E DEMAIS ATIV.CONFORME PLANO
339000000000 (763)	Aplicações Diretas 224 Programa: PBVII - Piso Basico VariAV R\$ 31.470,24

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,

aos 10 de fevereiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

DECRETO Nº 060/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 60/2017 de 23 de fevereiro de 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor em especial a lei 2289/2016 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saude do município no valor de R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais) conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030200072.295000	MANUT.ACAO/SERV/ESTRAT.DA MEDIA E ALTA COMPLEX.AMBULAT.E HOSPITALAR
339000000000 (733)	APLICAÇÕES DIRETAS 215 Atenção de Média e Alta Complexidade Amb R\$ 66.500,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saude do Municipio, conforme a seguir especificado no valor R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais)

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saude
10301	Atencao Basica
103010007	VIDA SAUDAVEL - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
1030200072.295000	MANUT.ACAO/SERV/ESTRAT.DA MEDIA E ALTA COMPLEX.AMBULAT.E HOSPITALAR
449000000000 (734)	APLICAÇÕES DIRETAS 215 Atenção de Média e Alta Complexidade Amb R\$ 26.600,00
559000000000 (735)	TRANSF INSTIT PRIVADAS S 215 Atenção de Média e Alta Complexidade Amb R\$ 39.900,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 23 de fevereiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

Mondaí

PREFEITURA

ADITIVO 003 - DIESEL COMUM

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 035/2017

Edital: Pregão Presencial nº. 023/2017

Contrato: 046/2017 – Termo Aditivo nº 003/2017

Objeto: Fornecimento de combustível, Óleo Diesel, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas do MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2017.

Finalidade: Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos da alínea "d" do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Fornecedor: SCHUH & FILHO LTDA – 85.216.299/0001-79

Valores: do valor atual de R\$ 3,22 para R\$ 3,25 por litro de óleo diesel comum.

Vigência: até 31/12/2017

Mondaí/SC, 09 de agosto de 2017. VALDIR RUBERT. Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE MONDAÍ - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2017

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Mondaí-SC.

CONTRATADO: ALBRECHT & BORNHOLDT SAÚDE LTDA - ME

OBJETO: Contratação, para o exercício de 2017 e/ou subsequentes, de profissional da área de psicologia, para oferecer serviços de complexidade mais avançada, integrados a Atenção Básica em Saúde, coordenando e apoiando a equipe do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), com dedicação de 20 horas semanais, de segunda a sexta-feira, realizando reuniões em grupos, supervisionando atividades físicas, manuais, artísticas, esportivas e de reabilitação incentivando a implementação de oficinas de criação plástica, de vivências corporais, de artesanato, de música, de dança, de aprendizado profissional, de cultivo de plantas medicinais, de pintura em tecidos e outros, conforme especificações constantes na relação de itens da licitação (Anexo I).

ORIGEM: Tomada de Preço nº 006/2017. VALOR : R\$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos reais). VIGÊNCIA: a partir da assinatura do contrato com término previsto no dia 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 09 de agosto de 2017.

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS Nº 021/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº. 021/2017

NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

VALDIR RUBERT, Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº. 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº. 4.683 de 20 de março de 2015 que regulamenta a notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Mondaí, recebeu recursos financeiros

do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Período da liberação dos recursos: 28/07/2017 a 07/08/2017.

ATO LEGAL	CONCEDENTE	VALOR LIBERADO (R\$)
	Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	
Programa	Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo	22.659,00
Programa	Farmácia Básica Federal	4.397,48
TOTAIS GERAIS DO PERÍODOR\$		27.056,48

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos termos supramencionados, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, junto à Prefeitura Municipal de Mondaí, situada na Rua Laju, 420, centro, ou pelo telefone (49) 3674-3100.

Mondaí – SC, 09 de agosto de 2017.

Valdir Rubert

Prefeito Municipal

Jonas Carlos Scheffer Demarchi

Coordenador de Controle Interno

PORTARIA Nº 0398/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 0398 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no inciso IX do artigo 37, da Constituição Federal; mais o que consta nos incisos IV e XI do artigo 56 da LOMM, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Nomear ELAINE RENZ SERAFINI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 3.816.925, inscrita no CPF sob nº 021.153.779-90, matrícula 3657, para exercer a função de CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL a partir de 01.08.2017. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 01 de agosto de 2017.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí
SANDRA REGINA CALLAI SCHUH Secretária Municipal da Educação e Cultura

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇOS 079/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 079/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, conforme anexo I. Data: 25/08/2017 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

CÂMARA MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 065/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 065/2017.

"INSTITUI E CONCEDE O AUXÍLIO-REFEIÇÃO E O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DESTINADOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador JOSÉ CARLOS BORTOLIN, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu, na forma do artigo 43, § 6º, da Lei Orgânica Municipal, Promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Auxílio-Alimentação para todos os servidores do quadro geral da administração municipal, exceto os profissionais da Educação, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensal.

Art. 2º Fica substituída a cesta básica de produtos (instituída pela Lei Municipal nº 1.243/2007, e alterada pela Lei Municipal nº 1.652/2014) pelo Auxílio-Refeição, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para os profissionais do quadro geral, exceto Educação, que percebem o piso mínimo do município.

Art. 3º É facultado aos servidores do quadro da Educação, que percebem o piso mínimo do município a substituição da cesta básica de produtos pelo cartão auxílio-refeição.

Art. 4º A obrigatoriedade da manutenção dos auxílios cessa com a ocorrência de qualquer das situações que caracterizem a vacância do cargo público efetivo.

Art. 5º Os auxílios têm caráter indenizatório e serão através de cartão magnético, devendo ser utilizados exclusivamente para a compra de alimentos, sendo vedada a compra de bebidas alcoólicas e cigarros. (Redação alterada pela Emenda Supressiva nº 01/2017)

Art. 6º O Auxílio- Refeição e o Auxílio-Alimentação concedidos nos termos dos artigos 1º e 2º desta Lei:

I - não tem natureza salarial;

II - não se incorpora ao vencimento ou remuneração para qualquer efeito;

III - não constitui base de cálculo para proventos de aposentadoria, de qualquer modalidade, ou pensão por morte;

IV - não é extensivo aos aposentados e pensionistas;

V - não constitui base de incidência das contribuições previdenciárias;

VI - não se configura como rendimento tributável;

VII - não é base de composição para a concessão de empréstimo consignável;

VIII - não sofrerá encargo ou desconto de nenhuma natureza, sendo pago integralmente.

Art. 7º Os Auxílios não serão pagos aos servidores na ocorrência das seguintes situações:

I - (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 02/2017);

II - (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 02/2017);

III - (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 02/2017);

IV - (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 02/2017);

V - (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 02/2017);

VI - (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 02/2017)

VII - na fruição de Licença para Tratar de Interesses Particulares;

VIII - na fruição de Licença para o Serviço Militar obrigatório;

IX - na fruição de Licença para Acompanhar Cônjuge ou Companheiro;

X - na fruição de Licença para Atividade Política, incluída a utilizada para promoção de campanha eleitoral ou para exercício de mandato político;

XI - (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 02/2017);

XII - (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 02/2017);

XIII - Pela aplicação de penalidade que acarrete afastamento das atividades funcionais, em face de conclusão de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar com trânsito em julgado. (Redação dada pela Emenda Modificativa nº 01/2017)

Art. 8º O servidor que acumule legalmente, nos termos das disposições constantes da Constituição da República, cargo, emprego ou função pública, no âmbito da Administração Municipal, incluídas suas autarquias e fundações, fará jus a percepção de apenas um valor pago.

Parágrafo Único. O servidor deverá, mediante manifestação expressa, indicar acerca de qual cargo, emprego ou função será vinculado o pagamento de seu Auxílio-Refeição ou Alimentação.

Art. 9º Para a operacionalização dos Auxílios, através de cartão magnético, a Administração Municipal fica autorizada a celebrar convênio de cooperação técnica com a ACIC - Associação Comercial e Industrial de Criciúma, sem qualquer ônus para o Município de Morro da Fumaça e para os funcionários.

Art. 10 Os valores concedidos a título de Auxílio-Refeição e Auxílio-Alimentação serão reajustados anualmente, adotando como índice o INPC.

Parágrafo Único - Caso venha a ser substituído o referido cartão por cesta básica, a mesma deve manter os mesmos itens daquela atualmente concedida aos servidores. (Incluído pela Emenda Aditiva nº 01/2017)

Art. 11 As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos ao mês de Maio.

Art. 13 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 09 de agosto de 2017.

JOSÉ CARLOS BORTOLIN

Presidente da Câmara Municipal

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 96/2017 - PMMG

DECRETO Nº 96/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017

DESIGNA PESSOAL PARA ANÁLISE DAS ESPECIFICAÇÕES DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS DERIVADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRO GRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Item 6.1.13 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 19/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado para análise das especificações das amostras dos produtos derivados do Pregão Presencial nº 19/2017, os funcionários públicos, Éric Junior Frezza, Técnico de Compras e Recursos Humanos, matrícula nº 788, Rodrigo Crepaldi Pazzini, Engenheiro Civil, matrícula nº 1061 e Marlon Tomazi, Agente Administrativo, matrícula nº 994.

Art. 2º A análise das especificações das amostras dos produtos, os designados deverão obedecer as determinações do "Item 6 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 19/2017".

Art. 3º Os designados não serão remunerados pelos serviços prestados no exercício de suas funções.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 07 de agosto de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA CREDENCIAMENTO Nº 8/2017 FMC

ATA CREDENCIAMENTO Nº 8/2017 FMC

AS 09:00H (NOVE) HORAS DO DIA 26/07/2017, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 8/2017 FMC. PARTICIPARAM AS EMPRESAS: ASSOCIAÇÃO INCUBADORA DENGÔ DENGÔ, INTERMEZZO ASSESSORIA MUSICAL, SABRINA LEMOS VIANA, CIA PÉ DE VENTO, MARCIO RODRIGO FRANCO, LENON CESAR CARDOSO, PAULO GIOVANNI SAGAZ, OSMAR SCHULZE, ALESSANDRO MOURA BANDEIRA, TANIA MARQUES, DANIEL BARROS SOUZA, LIGIA BATISTA FERREIRA, BRUNA SOARES HERNANDES, HARMONICA ARTE E ENTRETENIMENTO, CIA MUTUA, GRUPO RISCO DE TEATRO, MARISA CORREA, GIANA CERVI E CARLOS EDUARDO DA SILVA NETTO ME. A PARTICIPANTE SABRINA LEMOS VIANA APRESENTOU AS CERTIDÕES NEGATIVAS COMO PESSOA FÍSICA E O CADASTRO COMO PESSOA JURÍDICA. INTERMEZZO ASSESSORIA MUSICAL APRESENTOU CERTIDÃO MUNICIPAL VENCIDA E COMO PESSOA FÍSICA. LENON CESAR CARDOSO NÃO APRESENTOU O TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS. DANIEL BARROS SOUZA APRESENTOU CERTIDÃO MUNICIPAL VENCIDA. CARLOS EDUARDO DA SILVA NETTO ME APRESENTOU CERTIDÃO ESTADUAL VENCIDA. GRUPO RISCO DE TEATRO NÃO APRESENTOU O NÚMERO DE CADASTRO NO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS SNIIC. APÓS ANÁLISE DOS DOCUMENTOS, FORAM CONSIDERADOS INABILITADOS OS PARTICIPANTES: SABRINA LEMOS VIANA, INTERMEZZO ASSESSORIA MUSICAL, DANIEL BARROS SOUZA, CARLOS EDUARDO DA SILVA NETTO ME, GRUPO RISCO DE TEATRO. SEGUEM HABILITADOS: DONA BÍLICA (02), ASSOCIAÇÃO DENGÔ DENGÔ (08), GIANA CERVI, OSMAR SCHULZE, ALESSANDRO MOURA, TANIA MARQUES (04), MARISA CORREA, CIA MUTUA, BRUNA SOARES, HARMONIA ARTE E ENTRETENIMENTO, MARCIO RODRIGO (02), PAULO GIOVANNI, LIGIA BATISTA. OS ENVELOPES DE PROPOSTAS FORAM ENCAMINHADOS À COMISSÃO TÉCNICA DA FUNDAÇÃO CULTURAL.

Comissão de Licitação

ATA PREGÃO 48/2017

ATA PREGÃO 48/2017

ABERTO O CERTAME NO DIA 26 DE JULHO DE 2017, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES LINEAR, INFOTRIZ E A RSUL. TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADA E SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO. APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA E VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL. APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE DA HABILITAÇÃO E VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA RSUL NÃO APRESENTOU O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (ITEM 6.5) DO EDITAL SENDO DESCLASSIFICADO NOS DEMAIS ITENS, AS DEMAIS EMPRESAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL. SENDO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR RECEBER E ATESTAR A QUALIDADE DOS MATERIAIS. AS AMOSTRAS DEVERÃO SER ENTREGUES NA SECRETARIA DE SAÚDE NA AVENIDA CONSELHEIRO JOÃO GAYA Nº1052 CENTRO EM NAVEGANTES. RESTOU FRACASSADOS OS SEGUINTES ITENS: 49, 50, 51, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76 E 77. NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE

PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

DECRETO 395/2017 PROCEDE ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO

DECRETO Nº 395 DE 04 DE AGOSTO DE 2017

PROCEDE A ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município e de conformidade com as leis municipais 2468 de 05/08/2011 e 2622 de 10/08/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder adiantamento de numerário ao servidor Gérson Ademir Fagundes – Superintendente da Fundação Municipal de Esportes - no valor de R\$ 2.166,00

(Dois mil cento e sessenta e seis reais), dentro dos limites estabelecidos na lei federal nº 4320/64 e Resolução nº 016/94 do Tribunal de Contas do Estado, combinado com a lei municipal 2468 de 05/08/2011 e 2622 de 10/8/2012.

Art. 2º O referido adiantamento tem por finalidade custear despesas da referida Fundação no III FLORIPA WINTER CHESS 2017 – Amateur U2200 – Florianópolis - SC, entre o período de 11/08/2017 a 13/08/2017, conforme discriminado:

I – Alimentação de atletas e Dirigente FME, sendo o valor unitário do almoço R\$ 23,00, valor unitário do jantar R\$ 23,00, totalizando o valor de R\$ 966,00 (novecentos e sessenta e seis reais).

;

a) Dia 11/08, para 07 (sete) pessoas;

b) Dia 12/08, para 07 (sete) pessoas;

c) Dia 13/08, para 07 (sete) pessoas;

II – A inscrição de 06 (seis) atletas, sendo valor unitário de R\$ 200,00, totalizando o valor de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete José da Silva

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LAUDO AMOSTRAS 48/2017 FMS

Navegantes, 02 de agosto de 2017.

C.I. Nº 645-2017

DE: Administração da Saúde

PARA: Administração prefeitura

Assunto: Aprovação de amostras 48/2017

Vimos por meio desta, emitir o parecer sobre a análise das amostras do prego 48/2017, visando a aquisição de materiais de

expediente para a secretaria de saúde e seus departamentos.

Participante: Linear Indústria e comércio Ltda

- Item 1 – Apontador com recipiente retangular
 - Item 2 – Pasta A-Z de papelão
 - Item 3 – Pasta suspensa marmorizada
 - Item 7 – Pilha bateria 9V
 - Item 8 – Bloco par recado auto adesivo 76x102mm
 - Item 9 – Borracha Oval – Caixa com 20 unidades
 - Item 11 – Caneta marca texto
 - Item 17 – Clips niquelado nº 10/1
 - Item 18 – Cola branca 90g
 - Item 19 – Corretivo líquido 18ml
 - Item 20 – Envelope 26x36cm
 - Item 21 – Envelope 37x47cm
 - Item 22 – Extrator de grampo em metal
 - Item 23 – Fita dupla face 19x30
 - Item 24 – Fita dupla face 12x50
 - Item 25 – Fita durex 48x50
 - Item 26 – Fita crepe 18x50
 - Item 27 – Fita crepe 48x50
 - Item 28 – Grampo para 25F
 - Item 29 – Grampo para 100F
 - Item 30 – Grampo niquelado 23/8
 - Item 31 – Grampo niquelado 23/10
 - Item 32 – Grampo niquelado 23/13
 - Item 33 – Grampo niquelado 26/6
 - Item 35 – Lápis preto – caixa com 50
 - Item 36 – Livro ponto com 4 assinaturas
 - Item 37 – Livro protocolo tamanho ¼
 - Item 39 – Pincel atômico – escrita 8mm
 - Item 40 – Pincel atômico – escrita 4,5mm
 - Item 41 – Porta caneta / lápis
 - Item 43 – Régua 30cm
 - Item 46 – Caneta hidrocor com 12 unidades
 - Item 47 – Lápis de cor com 12 cores
 - Item 48 – Tesoura escolar sem ponta
 - Item 52 – Cartolina – cores variadas
 - Item 53 – Papel cartão
 - Item 55 – Tinta de artesanato PVA 100ml
 - Item 56 – Tinta de tecido
 - Item 65 – Tela para pintura 40x50cm
 - Item 66 – Tela para pintura 50x60cm
 - Item 67 – Tela para pintura 30x40cm
- APROVADAS AS AMOSTRAS APRESENTADAS.

Participante: Infotriz Comercial Eireli EPP

- Item 4 – Pilha alcalina A23, 12V, cartela com 01 unidade.
 - Item 5 – Pilhas alcalinas AA 1,5V
 - Item 6 – Pilhas alcalinas AAA 1,5V
 - Item 10 – Calculadora de mesa
 - Item 12 – Caneta esferográfica azul
 - Item 13 – Caneta esferográfica vermelha
 - Item 14 – Clips niquelado 2/0
 - Item 15 – Clips niquelado 6/0
 - Item 16 – Clips niquelado 8/0
 - Item 38 – Pasta com canaleta
 - Item 42 – Prancheta fumê
 - Item 45 – Elástico de borracha
 - Item 54 – E.V.A. em cores variadas – 40x60cm
- APROVADAS AS AMOSTRAS APRESENTADAS.

Item 44 – Tinta par almofada de carimbo
REPROVADA A AMOSTRA APRESENTADA.

Sem mais, agradecemos cordialmente,

ALCÍDIO REIS PERA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBS: PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DAR-SE POR FINALIZADA A FASE DAS AMOSTRAS, RESTANDO O ITEM 44 FRACASSADO.

LEI 3206/2017 ESTABELECE NOVO PRAZO PARA INÍCIO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL

LEI Nº 3206 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

ESTABELECE NOVO PRAZO PARA INÍCIO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE NAVEGANTES, DE ACORDO COM A LEI 2030 DE 2007, QUE PERMUTA IMÓVEL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso de suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica estabelecido novo prazo de 36 (trinta e seis) meses para início das obras de construção da sede da Associação Empresarial de Navegantes.

Art. 2º Com tal disposição fica alterado o artigo 3º, da Lei 2030, de 15 de janeiro de 2007, e permanecem inalteradas as demais disposições.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI COMPLEMENTAR 323/2017 CRIAÇÃO DE DUAS VAGAS DO CARGO DE FARMACEUTICO

LEI COMPLEMENTAR Nº 323 DE 03 DE AGOSTO DE 2017

“DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO, NO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, DE CARGOS DE FARMACÊUTICOS, ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR N. 011 DE 04/12/2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

Prefeito do Município de Navegantes em exercício, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica por este ato, criados no quadro de pessoal do Poder Executivo do Município de Navegantes, mais 02 (duas) vagas do cargo de Farmacêutico, alterando desta forma o Anexo I da Lei Complementar nº 011 de 04/12/2003.

Art. 2º O provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar fica condicionado à sua expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária anual, com a respectiva dotação orçamentária, nos termos do §1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Navegantes, SC, em 03 de agosto de 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

Prefeito do Município de Navegantes em exercício

KARLILE CUGNIER
Secretária de Administração e Logística

PORTARIA 2236/2017 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA N º 2236 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) Onildo de Jesus, do cargo de Gerente de Apoio, a partir de 02/08/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2237/2017 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA N º 2237 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) Wilson Antonio Kuster, do cargo de Conselheiro Tutelar Suplente, a partir de 02/08/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

PORTARIA N º 49 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA N º 49 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, III, "a" da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, ao segurado ANTÔNIO CEZAR COELHO, portador da cédula de identidade n.º 4136764, inscrito no CPF sob o n.º 311.725.399/87, e PIS/PASEP nº 1026392708-0 efetivo no cargo de MOTORISTA, lotado na SEC DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2017.04.04436P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Retroagindo seus efeitos a contar de 09/08/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 10 DE AGOSTO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 10 de Agosto de 2017.

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº 178/2017 INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

DECRETO nº 178, de 09 de agosto de 2017.

Institui o Diário Oficial dos Municípios.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, no uso da atribuição e na forma da Lei nº 1.844, de 24 de maio de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Executivo do Município de Nova Erechim.

Parágrafo único. A partir do dia 09 de agosto de 2017, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 01 de agosto de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

cargo Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 14.08.2017 a 28.08.2017, referente ao período 05.02.2010 a 04.02.2015.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 09 de agosto de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

PORTARIA 105/2017 LICENÇA PRÊMIO SANDRA MARA BELÉ PIEROZAN

PORTARIA nº 105, de 09 de agosto de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 74 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, a Servidora Municipal após cada quinquênio de serviço municipal, o servidor estável fará jus a uma licença com remuneração, como prêmio, pelo período de 30 (trinta) dias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida 15 (quinze) dias de Licença Prêmio para a Servidora Municipal SANDRA MARA BELÉ PIEROZAN, ocupante do

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 531/2017

PORTARIA Nº 531/2017

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 106, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 289/2017 "A" que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, à Servidora Pública Municipal ANA MIRIA CIPRIANI MARCHI, matrícula nº 1041, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência N, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, do Quadro de Servidores Efetivos deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 08 de julho de 2017 a 05 de outubro de 2017, conforme resultado pericial datado de 12/07/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 532/2017

PORTARIA Nº 532/2017

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal ROSEMARI TAVARES DE OLIVEIRA, matrícula nº 7085, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 07(sete) dias, a contar de 07 de julho de 2017 a 13 de julho de 2017, conforme resultado pericial datado de 12/07/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 024/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 08/08/2017

CONTRATADO: EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA EPP'

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS AGRICULTORES, VISANDO A CONTINUAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.850,00 (Seis mil oitocentos e cinquenta reais).

DATA: 08/08/2017 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

Orleans

PREFEITURA

2.739 - AUTORIZA EFETUAR A CONCESSÃO DE USO DE SALA NO PRÉDIO PÚBLICO A FIM DE INSTALAÇÃO DE BAR NA CANCHA DE BOCHA

LEI N. 2.739 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR CONCESSÃO DE USO DE SALA NO PRÉDIO PÚBLICO MUNICIPAL A FIM DE INSTALAÇÃO DE BAR NA CANCHA DE BOCHA E GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES HOMERO DE MIRANDA GOMES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Poder Executivo municipal fica autorizado a efetuar concessão de uso de bem público a título oneroso, através do processo licitatório de concorrência pública, de sala localizada no Ginásio Municipal Homero de Miranda Gomes e sala na Cancha de Bocha Municipal para instalação de bar/lanchonete.

Art. 2º A concessão de uso será dada a pessoa física ou jurídica que vencer o processo licitatório a ser aberto pelo município, na forma de Concorrência Pública, disciplinado pela Lei 8.666/93.

§1. O processo somente poderá ter o resultado homologado se a proposta vencedora respeitar o valor mínimo correspondente a 01(um) UFM mensal da data do vencimento da concessão.

§2. O valor total do período concedido deverá ser antecipado em parcela única para formalização do contrato.

Art. 3º A concessão de uso dos espaços públicos a que se refere esta lei terão prazo máximo até 31 de dezembro de 2020.

Art. 5º A Concessionária terá como responsabilidade mínima a manutenção da sala utilizada (rede elétrica, rede de água/hidráulica, pintura, móveis e equipamentos) e limpeza e manutenção da higiene em todo o ginásio e cancha de bocha, bem como banheiros.

Art. 6º Durante campeonatos municipais e eventos oficiais, caso não ocorra à segurança por meio da Polícia Militar, o Executivo Municipal deverá oferecer garantia mínima de segurança. Demais eventos particulares o concessionário ficará obrigado na manutenção da garantia da ordem no interior do ginásio/cancha, ficando sob sua responsabilidade.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 09 de agosto de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

2.740 INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRONICA DE SERVIÇOS E DA OUTRA PROVIDENCIA

LEI Nº DE 2.740 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I - Da Definição da NFS-e

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio pelo Serviço de Tributação e Fiscalização do Município de Orleans, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital e autorização de uso fornecida exclusivamente pelos servidores Auditores de Tributos Municipais, lotados na Secretaria Municipal de Fazenda, com validade jurídica certificada por código de verificação de autenticidade, antes da ocorrência do fato gerador.

Seção II - Dos Contribuintes Obrigados

Art. 2º Todos os prestadores de serviços, exceto os dispensados por esta lei, serão obrigados à emissão da NFS-e.

Parágrafo único. Os contribuintes não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

CAPÍTULO II

DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I - Do Acesso pelo Contribuinte

Art. 3º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, que conterà dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 4º As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata essa Lei, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico www.orleans.sc.gov.br.

Art. 5º Após o cadastramento, tratado no artigo anterior, o interessado deverá imprimir o formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" com assinatura e firma reconhecida em cartório do responsável legal da empresa e apresentá-lo à Secretaria da Fazenda, direcionado ao Departamento de Fiscalização de Tributos.

Art. 6º Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo

4º desta Lei e pela Secretaria da Fazenda, com a comprovação da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 7º A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 8º Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo único. A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica, será concedida ao representante legal indicado no formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO", e conterá as seguintes funções:

I – habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;
II – gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 9º A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

Seção II - Do Acesso pela Administração Fazendária

Art. 10 O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e que conterá dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 11 A senha de acesso prevista do artigo anterior, será outorgada pela autoridade fazendária, a qual conterá as seguintes funções:

I – habilitar e desabilitar usuários;
II – criar ou modificar perfis de utilização do sistema;
III – incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 12 Aos funcionários da Administração Fazendária será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função Exercida.

CAPÍTULO III

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I – Dos itens constantes na NFS-e

Art. 13 A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

I - número sequencial;
II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;
b) endereço;
c) "e-mail";
d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
e) inscrição no Cadastro Mobiliário;
V - identificação do tomador de serviços, com:
a) nome ou razão social;
b) endereço;
c) "e-mail";
d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

VI - discriminação do serviço;

VII - valor total da NFS-e;

VIII - valor da dedução na base de cálculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;

IX - valor da base de cálculo;

X - código do serviço – enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante do artigo 267, da Lei Complementar Municipal nº 1.923/2005;

XI - alíquota e valor do ISS;

XII - indicação no corpo da NFS-e de:

a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;
b) serviço não tributável pelo Município de Orleans, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal e municipal;
c) retenção de ISS na fonte;
d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";
e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;
f) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;
g) número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.

§ 1º. A NFS-e conterá, no cabeçalho, O Brasão do Município de Orleans e as expressões "Prefeitura Municipal de Orleans", "Secretaria Municipal da Fazenda" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e".

§ 2º. O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º. O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

Art. 14 A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico "http://www.orleans.sc.gov.br", somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Orleans, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo único. A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 15 As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria da Fazenda.

Art. 16 Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

Art. 17 Não incidirá preço público relativo às emissões de NFS-e quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

Seção II - Da dispensa de emissão da Nota Fiscal de Serviços

Eletrônicas

Art. 18 Ficam dispensados de emitirem Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) os contribuintes prestadores dos seguintes serviços:

I – Os serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres (item 12, subitem 01 a 17 da lista de serviços da Lei Complementar Municipal nº 1.923/2005);

II – Os serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito (item 15, subitem 01 a 18 da lista de serviços da Lei Complementar Municipal nº 1.923/2005);

III – Os serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loterias, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres (item 19, subitem 01 da lista de serviços da Lei Complementar Municipal nº 1.923/2005);

IV – os serviços de registros públicos, cartorários e notariais (item 21, subitem 01, da lista de serviços da Lei Complementar Municipal nº 1.923/2005);

V – Autônomos, profissionais liberais e contribuintes enquadrados na modalidade ISS Fixo;

VI – Empresas enquadradas como Micro Empreendedor Individual – MEI, na forma da Lei Complementar nº 128/2008;

Seção III - Do Cancelamento da NFS-e

Art. 19 A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("on line"), no endereço eletrônico <http://www.orleans.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º. Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º. Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§ 3º. O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 20 Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, conforme disposto na Lei Complementar nº 1.923/2005.

Seção IV - Da Carta de Correção Eletrônica - CC-e

Art. 21 Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§ 1º. É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§ 2º. Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo à base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§ 3º. Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente

retificadas.

§ 4º. Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

CAPÍTULO IV**DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO – RPS****Seção I - Da Definição de RPS e sua utilização**

Art. 22 Nos casos previstos nesta Lei, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

§ 1º. Entende-se por Recibo Provisório de Serviços – RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual deverá conter:

I – identificação do prestador dos serviços, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail).

II – identificação do tomador dos serviços contendo, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail).

III – numeração sequencial;

IV – série;

V – a descrição:

- a) dos serviços prestados;
- b) preço do serviço;
- c) enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);
- d) alíquota aplicável;
- e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI – inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º. Todas as informações descritas no § 1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea "e" do inciso II, o qual é facultado.

Art. 23 O Recibo Provisório de Serviços – RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I – adoção pelo contribuinte de regimes especiais;

II – prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;

III – impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

IV – para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS e;

V – prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 24 O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo desejado, devendo conter todos os dados previstos no §1º do art. 24 desta Lei.

§ 1º. O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda)

em poder do emitente.

§ 2º. O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços.

§ 3º. A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividades, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§ 4º. Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal emitido.

§ 5º. As notas fiscais convencionais já confeccionadas poderão ser utilizadas até o término dos blocos impressos ou inutilizadas pela unidade competente da Secretaria Municipal da Fazenda, a critério do contribuinte.

§ 6º. Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

§ 7º. Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Secretaria da Fazenda disponibilizará o "layout" do sistema da NFS-e no portal eletrônico.

Art. 25 A necessidade ou dispensa da prévia Autorização de Impressão de Documento Fiscal – AIDF será definida mediante Decreto.

Sessão II - Da conversão do RPS em NFS-e

Art. 26 Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

§ 1º. O prazo previsto no "caput" deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS.

§ 2º. A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no art. 43 do Capítulo VI desta Lei.

§ 3º. Também deverão ser convertidos em uma NFS-e as notas fiscais convencionais já confeccionadas.

§ 4º. A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional.

Seção III - Da conversão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços em RPS

Art. 27 A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, converter-se-ão em RPS, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado e sua numeração seguirá a da última nota fiscal emitida de forma convencional anteriormente ao início de vigência desta Lei.

§ 1º. As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

Seção IV - Da conversão da Nota Fiscal Conjugada em Recibo Provisório de Serviços – RPS

Art. 28 A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços), não emitidas, converter-se-ão em Recibo Provisório de Serviços - RPS.

Art. 29 É permitido o uso de notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços) como RPS, devendo ser convertidas em NFS-e somente aquelas que contenham operações de prestação de serviços.

Parágrafo único. Na hipótese do contribuinte deixar de utilizar definitivamente as notas fiscais convencionais conjugadas, este poderá emitir RPS a partir do número da última nota fiscal conjugada emitida.

Art. 30 No corpo no RPS deverá ser impressa a seguinte frase: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e ATÉ O QUINTO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE A SUA EMISSÃO".

CAPÍTULO V

Seção I - Do Recolhimento do Imposto Retido na Fonte relativo ao RPS não Convertido "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC"

Art. 31 Fica instituída a "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC", de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 32 As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados no art. 30 desta Lei.

Art. 33 A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo único. O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista no inciso II do artigo 54 desta Lei.

Art. 34 A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

- I – CPF/CNPJ do prestador;
- II – endereço do prestador e do tomador;
- III – CPF/CNPJ do tomador;
- IV – e-mail do tomador;
- V – o valor dos serviços prestados;
- VI – o enquadramento na lista de serviços; e
- VII – número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

Seção II - Da Insuficiência ou não Recolhimento do ISSQN

Art. 35 A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

CAPÍTULO VI

SEÇÃO I - DO LIVRO ELETRÔNICO

Art. 36 Fica instituído o Sistema Eletrônico de Gestão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Livro Eletrônico.

Art. 37 As Pessoas Jurídicas de Direito Público e Privado, inclusive da Administração Indireta da União, dos Estados e do Município, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município de Orleans/SC ficam obrigadas a adotar o Livro Eletrônico para processamento de dados de suas declarações, apresentando as informações mensalmente, via internet, relativas aos serviços contratados e/ou prestados, sendo distinto para cada estabelecimento.

§ 1º Inclui-se nessa obrigação o estabelecimento equiparado à Pessoa Jurídica.

§ 2º A qualquer tempo e desde que não iniciado procedimento fiscal, as informações prestadas poderão ser retificadas.

§ 3º Incide a obrigação de que trata o caput deste artigo, aos contribuintes que prestem serviços de registros públicos, cartoriais e notariais.

Art. 38 Para o contribuinte do imposto, a obrigação de enviar o arquivo eletrônico incide inclusive nos meses em que não houver movimentação tributável.

Parágrafo único. No mês em que não adquirirem serviços sujeitos ao ISS, os tomadores que não forem contribuintes do ISSQN ficam desobrigados de enviar o arquivo eletrônico.

SEÇÃO II – Da Declaração de ISS

Art. 39 O Recibo de Declaração de ISS e o Recibo de Declaração de ISS Retido, com a apuração deste imposto, serão gerados por programa específico, denominado Livro Eletrônico, disponibilizado gratuitamente, no endereço eletrônico “<http://www.orleans.sc.gov.br>”.

Parágrafo único. O arquivo mensal do Livro Eletrônico conterá:

- I – As informações cadastrais do responsável legal e contábil do declarante;
- II – As informações cadastrais do declarante;
- III – Os dados de identificação do prestador e tomador dos serviços;
- IV – Os serviços prestados ou tomados pelo declarante, baseados ou não em

documentos fiscais, emitidos ou recebidos em razão da prestação de serviços, sujeitos à incidência do ISS, ainda que não devido ao município de Orleans.

V – A natureza, valor e mês de competência dos serviços tomados ou prestados;

VI – O registro da inexistência de serviço prestado ou tomado, no período de referência da Declaração Mensal de Serviços, se for o caso;

VII – Outras informações de interesse do Fisco Municipal.

Art. 40 A guia de Pagamento do ISS dos Serviços Prestados e/ou Tomados será gerada e emitida através do Livro Eletrônico.

§ 1º. Nas operações de prestação de serviços realizadas por empresas optantes do simples nacional, o recolhimento do ISS será através do DASN (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

§ 2º. No caso de prestadores de serviços, não optantes do simples nacional e obrigados a emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, a guia será gerada diretamente pelo programa da Nota Fiscal.

Art. 41 Salvo disposição em contrário, o imposto será apurado ao fim de cada mês ou na data de encerramento das atividades, sob responsabilidade do contribuinte ou responsável pelo seu recolhimento, mediante registro das prestações de serviços realizadas ou tomadas, na forma e prazos definidos nesta lei.

§ 1º. As informações prestadas possuem caráter declaratório e poderão ser utilizadas pela autoridade fiscal como elementos informativos para o lançamento;

§ 2º. O contribuinte deverá escriturar, mensalmente, os documentos fiscais utilizados para acobertar as prestações de serviços e, ao final do processamento, emitir a guia para o recolhimento do imposto com vencimento no 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da competência;

§ 3º. Quando se revestir na qualidade de substituto ou responsável tributário, o tomador dos serviços deverá efetuar as retenções do ISS e, ao fim de cada mês, escriturar os documentos utilizados para acobertar as prestações tomadas e emitir a guia para o recolhimento do imposto com vencimento no 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da competência.

§ 4º. A declaração deverá ser enviada, individualmente, por prestador, tomador de serviços ou responsável tributário até 20º dia (vigésimo) dia do mês subsequente ao da competência.

Art. 42 O contribuinte, além de observar as obrigações constantes do artigo 39, deverá entregar declaração retificadora, no caso de erro no preenchimento da declaração já apresentada ou sua apresentação de forma incompleta ou inexata.

Parágrafo único. A retificação de dados ou informações já apresentadas somente será possível antes do início de qualquer medida de fiscalização relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

Art. 43. A retificação da declaração deverá ser efetuada por meio eletrônico mediante apresentação de nova declaração, mesma natureza da declaração originalmente apresentada, substituindo-a quanto aos dados retificados, podendo ser utilizada para aumentar ou reduzir os valores de débitos do ISS já informados.

§ 1º. Fica sem efeito a retificação que tenha por objeto alterar os débitos relativos ao ISS:

I – cujos saldos a pagar já tenham sido inscritos em Dívida Ativa, nos casos que importe alteração do valor;

II – em relação aos quais o sujeito passivo já tenha sido notificado do início de procedimento fiscal.

§ 2º. A retificação de valores da declaração que resulte em alteração do montante do débito já inscrito em Dívida Ativa, somente poderá ser efetuada por processo administrativo e com prova inequívoca da ocorrência de erro fático no preenchimento da declaração.

Art. 44. O Recibo de Declaração de ISS, os Relatórios de Declaração de Serviços Prestados e/ou Tomados e a Guia de Pagamento do ISS serão impressos e arquivados pelo prazo definido na legislação.

SEÇÃO III – Dos Livros Fiscais.

Art. 45. O Livro de Registro de Serviços deverá ser escriturado e processado eletronicamente pela ferramenta específica, disponível no endereço eletrônico oficial do Município de Orleans, pelos Contribuintes Prestadores e Tomadores de Serviços.

Parágrafo único. Findo o exercício fiscal, o contribuinte poderá emitir livros fiscais em papel e promover a encadernação das folhas, ficando desobrigados de obter a autenticação da repartição competente.

Art. 46. Os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidos no Município de Orleans/SC, dispensados da emissão de notas fiscais de serviços, ficam obrigados ao preenchimento da planilha específica, disponível no programa Livro Eletrônico, declarando a Receita Bruta, detalhando-a por conta analítica, baseada no COSIF (plano de contas do Banco Central).

§ 1º. Os estabelecimentos mencionados no caput deverão manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§ 2º. Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a codificação contábil, a discriminação dos serviços e os valores mensais das receitas correspondentes;

§ 3º. O disposto neste artigo não exclui a obrigação da apresentação ao Fisco Municipal das informações fiscais dos serviços tomados.

Art. 47. O recolhimento do imposto retido na fonte far-se-á em nome do tomador dos serviços, com indicação do prestador no Livro Eletrônico, observando-se o prazo para pagamento do ISS por homologação, no 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da competência.

§ 1º. O não recolhimento no prazo estabelecido será considerado apropriação indébita, ficando o responsável sujeito às penalidades previstas;

§ 2º. O tomador fornecerá ao prestador que sofreu a retenção o recibo de Declaração de ISS retido/por substituição do ISS retido na operação, o qual servirá para este, como comprovante do adimplemento da obrigação.

CAPÍTULO VII

SEÇÃO I – Das Penalidades

Art. 48. Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

- I – 01 UFM's para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;
- II – 02 UFM's para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;
- III – 05 UFM's para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada.

Art. 49. Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

- I – 01 UFM's para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, no prazo legal;
- II – 02 UFM's para cada RPS não convertido em NFS-e e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados.

§ 1º. A conversão espontânea do RPS realizada após o prazo estabelecido no artigo 26 da presente Lei, implicará em multa diária correspondente a 0,67% (zero vírgula sessenta e sete por cento) até atingir o máximo de 20% (vinte por cento), se realizado até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

Art. 50. Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

- I – aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;
- II – registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único. A infração ao presente artigo será punida com multa igual a 100 UFM's.

Art. 51. Nas infrações relativas ao Livro Eletrônico de Registro do ISS, sujeitará o infrator, prestador ou tomador de serviços, à multa equivalente a 02 (duas) UFM's, por mês de competência em que se verificar a violação:

- I – deixar de remeter o Livro Eletrônico no prazo previsto no art. 46, § 2º da presente lei, independente do pagamento do imposto;
- II – escriturar o Livro Eletrônico com omissões ou dados inverídicos, que importem na apuração de imposto em montante inferior ao devido.

Parágrafo único – A prática reiterada das infrações de que trata este artigo não configurará reincidência.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 52. Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Secretaria de Administração, pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e e Livro Eletrônico do ISS.

Parágrafo único. O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 53. A partir da vigência desta Lei, tornam-se sem efeito todos os regimes especiais concedidos anteriormente, ressalvados os contribuintes que possuam autorização para utilização de "Emissor de Cupom Fiscal – ECF" ou recolham o ISSQN sob o regime de estimativa fixa mensal.

Art. 54. No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da NFS-, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir de ofício no Cadastro Mobiliário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como:

- I – mudança de endereço; e
- II – mudança de ramo de atividade.

Art. 55. Fica estabelecido um período de transição de 60 (sessenta) dias a contar da data de vigência da presente Lei, para migração do sistema de emissão de Notas Fiscais de Serviços em papel para o sistema de emissão de Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NFS-e), aos contribuintes prestadores de serviços estabelecidos no Município de Orleans, exceto aqueles contribuintes desobrigados definidos no art. 18 desta Lei.

§ 1º. Nos primeiros trinta dias do uso obrigatório da NFS-e, não se aplica o disposto no Capítulo VII, Seção I – Das Penalidades.

Art. 56. Os responsáveis pela escrita contábil e/ou fiscal de todas as Pessoas Jurídicas mencionadas no art. 2º da presente Lei, deverão efetuar seus respectivos cadastros por meio do programa Livro Eletrônico para obter a liberação da senha de acesso ao sistema.

Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 09 de agosto de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

2.741 - RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIORES EMPEHAR LIQUIDAR PAGAR

LEI N. 2.741 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMPENHAR, LIQUIDAR, PAGAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans no uso de suas atribuições, FAZ saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas de exercícios anteriores, em favor do credor, conforme abaixo relacionado:

Credor	CNPJ	Valor R\$
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME	05.021.932/0001-34	4.500,00

Parágrafo Único. A despesa a que se refere esse artigo trata da contratação de serviços para manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças dos equipamentos médicos de enfermagem e odontológicos das diversas unidades de saúde, referente ao contrato Administrativo n. 16/2016, decorrente do Processo licitatório n. 21/2016.

Art. 2º Em conformidade com os prescritos no artigo anterior deste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder o empenhamento, liquidação e pagamento das respectivas despesas de exercícios anteriores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 09 de agosto de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

2.742 AUTORIZA FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO AUMO

LEI N. 2.742 DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EU, JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, faço saber a todos os habitantes, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com a Associação Universitários do Município de Orleans – AUMO, associação dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 22.396.567/0001-61, com sede na Rua Princesa Isabel, n. 52,

Bairro Conde D'Eu, Orleans/SC.

Art. 2º. O Termo autorizado no artigo 1º desta Lei terá por objeto o repasse de auxílio financeiro, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), pagos em 04 (quatro) parcelas, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada uma, sendo que a primeira parcela será paga em 30/08/2017 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

Parágrafo Único. O valor a ser transferido é para auxiliar no transporte dos alunos Universitários do Município de Orleans, que se deslocam para as Universidades de Tubarão e Criciúma.

Art. 3º. Como condição para recebimento do valor descrito no artigo anterior, a referida associação deverá apresentar plano de trabalho, sendo que a prestação de contas dar-se-á no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de cada parcela, ficando o pagamento da parcela seguinte condiciona a efetiva prestação de contas da parcela recebida na forma da Lei que deverá conter: Ofício de encaminhamento devidamente assinando por seu representante legal; comprovante de despesas; extrato bancário; conciliação bancária; e outras informações pertinentes.

Parágrafo Único. O não cumprimento do Caput do Art. 3º desta Lei, ficará a entidade obrigada a devolver em até 48 horas, devidamente corrigidos, os recursos transferidos pelo Município, ficando impedida de celebrar novos Termos de Colaboração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 4º. O prazo do Termo de Colaboração terá vigência até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo com a revisão dos valores pela correção do IGPM da FGV.

Art. 5º. As despesas com aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Projeto Atividade 2.016-Auxílio Financeiro e Transporte Escolar Universitário - 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem fins Lucrativos.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 09 de agosto de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N. 43 DE 26 DE JULHO DE 2017.

Senhor Presidente
Senhores(as) Vereadores(as)

Submetemos à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei que AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Projeto de Lei tem por objeto firmar Termo de Colaboração com a Associação de Universitários do Município de Orleans – AUMO, para auxiliar no transporte dos alunos universitários de Orleans, que se deslocam para as Universidades da Região (Tubarão e Criciúma), buscando assim, apoiar aqueles que procuram nos estudos uma forma de crescer profissionalmente e garantir o seu futuro profissional.

Na certeza que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores (as) Vereadores (as), solicito que o mesmo seja votado e aprovado em Regime de Urgência Especial, em votação de Turno Único, conforme determina os artigos 161, I e 189, I, c,

do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Artigo 53 da Lei Orgânica do Município.

Orleans/SC, em 26 de julho de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

2.744 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ORLEANS

LEI N. 2.744 DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

“DECLARA COMO DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ORLEANS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido como de UTILIDADE PÚBLICA, a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ORLEANS, inscrita no CNPJ sob nº 75.567.230/0001-36, com sede na rua Principal, s/nº, distrito de Oratório, município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 09 de agosto de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

2.745 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A REDE FEMININA

LEI N Nº 2.745 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

“DECLARA COMO DE UTILIDADE PÚBLICA A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE ORLEANS - SC”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica reconhecido como de UTILIDADE PÚBLICA, a REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE ORLEANS - SC, inscrita no CNPJ sob nº 02.562.081/0001-49, com sede na rua Miguel Couto, nº 800, Centro, município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º) Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 09 de agosto de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de

Administração, aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

4.131 DEFINE CRITÉRIOS PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS DESTINADOS MONITORAMENTO GLICEMIA CAPILAR

DECRETO Nº 4.131 DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

“DEFINE OS CRITÉRIOS PARA O FORNECIMENTO DOS INSUMOS DESTINADOS AO MONITORAMENTO DA GLICEMIA CAPILAR DOS PORTADORES DE DIABETES MELLITUS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições, nos termos da Lei nº 11.347/06 e considerando as Portarias 2.475/GM/06, 204/GM/07 e 2.583/GM/07, e que foi pactuado pela Comissão Intergestores Tripartite de 27 de setembro de 2007 e art. 68, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam definidos os critérios para o fornecimento dos insumos destinados ao monitoramento da glicemia capilar dos portadores de diabetes mellitus:

TÍTULO I DO CADASTRAMENTO

Art. 2º. Os pacientes portadores de diabetes insulino dependentes e as crianças em fase de adaptação ao tratamento medicamentoso, que necessitem do serviço que disponibiliza os insumos para o monitoramento da glicemia capilar (glicosímetro e lancetador) após a solicitação médica através da ficha cadastral devidamente preenchida deverão comparecer ao serviço social da Secretaria de Saúde e fornecer os seguintes documentos:

I – Prescrição para o automonitoramento pelo médico da sua Unidade de Saúde, não excedendo de 3 (três) verificações diárias para diabetes tipo II e de 4 (quatro) para diabetes tipo I.

II – Atestado do médico da sua Unidade de Saúde ou do médico endocrinologista/outra, informando o uso de insulina e o tipo de diabetes mellitus.

III – Declaração da Gerente da unidade de Saúde informando que os pacientes estão inscritos no programa HIPERDIA (Programa de Educação para Hipertensos e Diabéticos), que é realizado nas Unidades de Saúde do Município ou que retiram as Insulinas (NPH e REGULAR) nas farmácias cadastradas ao Programa Aqui tem Farmácia Popular, mas que a ESF seja a responsável pelo fornecimento da receita.

IV – Cópias dos documentos de identificação: CPF, RG, Cartão Nacional do SUS e comprovante de endereço.

Parágrafo Único. Os demais insumos (seringas e agulhas) deverão ser cadastrados e retirados na sua própria unidade de saúde.

TÍTULO II DO FORNECIMENTO

Art. 3º. O fornecimento das tiras para hemoglicoteste e das lancetas será realizado na Farmácia Central Municipal, localizada na Rua Miguel Couto nº 800, Centro, sendo realizado no primeiro atendimento por um profissional capacitado em orientar como usar o glicosímetro e o lancetador, assim como supervisionar a continuidade do tratamento.

Art. 4º. O aparelho de verificação (glicosímetro) e o lancetador serão fornecidos em forma de comodato, devendo ser entregues o mais breve possível após a interrupção do tratamento ou numa eventual troca de aparelho nas mesmas condições de uso do dia da retirada.

TÍTULO III DA REAVALIAÇÃO

Art. 5º. A reavaliação para o fornecimento das tiras reagentes dependerá do tipo de diabetes que o paciente possui:

I – Diabetes Mellitus TIPO 1: a reavaliação deverá ser ANUAL, realizada pelo médico da sua Unidade de Saúde ou médico Endocrinologista, e qualquer informação deverá ser encaminhada para o responsável pelo fornecimento das tiras.

II – Diabetes Mellitus TIPO 2: a reavaliação deverá ser SEMESTRAL, realizada pelo médico da sua Unidade de Saúde ou médico Endocrinologista, e qualquer informação deverá ser encaminhada para o responsável pelo fornecimento das tiras.

Parágrafo Único. Todo paciente que vier do médico Endocrinologista deverá passar primeiramente pela sua UBS para que tudo seja anotado em prontuário.

TÍTULO IV DO CONTROLE

Art. 6º. Será assinado um termo de compromisso (Contrato de Comodato) para a retirada do aparelho de verificação (glicosímetro) e para o lancetador.

Art. 7º. O paciente deverá assinar um recibo do fornecimento das tiras mensalmente com as quantidades dispensadas, de tiras de glicemia e de lancetas.

TÍTULO V CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Art. 8º. O paciente ser portador de Diabetes Mellitus Tipo 1 ou Tipo 2, insulínico dependente e estar inscrito no Programa Hiperdia ou no Programa Aqui tem Farmácia Popular.

TÍTULO VI CRITÉRIOS DE MANUTENÇÃO

Art. 9º. Fazer as renovações e os exames de glicemia de Jejum e hemoglobina glicada semestralmente ou anualmente, conforme o tipo de Diabetes.

Art. 10. Manter o resultado dos exames dentro dos valores normais (glicemia de jejum <126 e hemoglobina glicada ≤7) ou apresentarem redução considerável dos valores em relação aos apresentados inicialmente.

TÍTULO VIII REATIVAÇÃO DO CADASTRO

Art.11. A reativação será feita mediante renovação do cadastro e apresentação de exames atualizados.

Art. 12. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC 04 de agosto de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

4.138 -ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 1.923/2005 LEI COMPLEMENTAR Nº 2.738 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.923/2005 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os itens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01 e 25.02 da Lista de Serviços instituída pelo artigo 267 da Lei Complementar nº 1.923/2005, passam a ter as seguintes redações:

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e foto litografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metropolitano, ferroviário e aquaviário de passageiros.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

Art. 2º A Lista de Serviços instituída pelo artigo 267 da Lei Complementar nº 1.923/2005, fica acrescida dos itens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.25 e 25.05 e passam ter as seguintes redações:

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelos prestadores de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

ALÍQUOTA – 3%

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.
ALÍQUOTA – 3%

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

ALÍQUOTA – 3%

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

ALÍQUOTA – 3%

17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

ALÍQUOTA – 3%

25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

ALÍQUOTA – 3%

Art. 3º O artigo 271 da Lei Complementar nº 1.923/2005, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 271. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I ao XXV, quando do imposto será devido no local:

[...]

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

[...]

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

Art. 4º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 09 de agosto de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

PP-11/2017 SAMAE

SAMAE DE ORLEANS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.11/2017

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.11/2017 cujo objeto é a Contratação de horas de serviço de retroescavadeira para execução de redes de água. Entrega de documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 22 de Agosto de 2017. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 , por e-mail: licitacao@samaeorleans.sc.gov.br e no site www.samaeorleans.sc.gov.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SAMAE ORLEANS

PROCESSO Nº 53/2017 FMS

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 53/2017 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017 FMS – REGISTRO DE PREÇO
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

E FABRICAÇÃO DE MOVEIS SOB MEDIDA, PARA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO.

Data e hora da entrega dos envelopes: 23/08/2017 às 08h30min.

Abertura: 23/08/2017 às 09h00min.

Fundamento legal: Leis Federais Nº 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Mais informações no Setor de Licitações, sito a Rua XV de Novembro - 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0131 ou 3886-0109, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 09 de Agosto de 2017.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira
Secretária de Saúde.

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 3020/2017.

PORTARIA Nº. 3020/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSITA MARCIA SILVEIRA, matrícula nº. 800103-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 13/05/2008 a 13/05/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 10/07/2017 à 10/08/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3039/2017

PORTARIA Nº. 3039/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1296 de 10 de março de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora LUCIANE DOMINGUES, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 14/07/2017 a 01/11/2017, face ao impedimento da titular Fernanda de Fátima Dias Velho Tenfen, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA 53

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 53/2017

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT,, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula 800.223, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar nº Processo nº 12931/2017 em desfavor dos (as) servidores D.A.A; G.A. dos S; R.F.A; A.S.de S; F. De A. de S; A.A.M; I.J.R , sob Portaria nº 43/2017.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça, 09 de agosto de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT,
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 2971/2017

PORTARIA Nº. 2971/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para CARINE CORREA, matrícula nº. 801844-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/07/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2972/2017.

PORTARIA Nº. 2972/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) CLEIDE VANUSA NETTO, matrícula nº. 121790-2, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 02 (dois)

anos, 09 (nove) meses e 04 (quatro) dias.

Averbar tempo que contribuiu pela Prefeitura Municipal de Lages, totalizando 05 (cinco) anos, 06 (seis) meses e 20 (vinte) dias.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2973/2017.

PORTARIA Nº. 2973/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) IRACI DA LUZ FERNANDES, matrícula nº. 800326-1, ocupante da categoria funcional de ASO, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 07/06/2017.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2974/2017.

PORTARIA Nº. 2974/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ANGELA MARIA DA SILVA, matrícula nº. 401967-2, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, lotado (a) na Secretaria de Saúde, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 30/05/2017.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 12 (doze) anos, 06 (seis) meses e 24 (vinte e quatro) dias.

Palhoça, SC, em 02 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2975/2017.

PORTARIA Nº. 2975/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2943 de 02 de junho de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora LILIAN ROSE PAULÃO ALIARDI, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/07/2017 a 29/08/2017, face ao impedimento da titular Kátia Vieira da Cruz, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2976/2017.

PORTARIA Nº. 2976/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) REGINA DE OLIVEIRA, matrícula nº. 122916-2, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 05 (cinco) meses e 14 (quatorze) dias.

Averbar tempo que contribuiu pelo CANOASPREV, totalizando 11 (onze) anos, 06 (seis) meses e 12 (doze) dias.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2977/2017

PORTARIA Nº. 2977/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1119 de 01 de março de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora GLAUCIR REGINA CRISTIANO MEINEL, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/08/2017 a 14/11/2017, face ao impedimento da titular Adriana Trindade da Rocha, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2978/2017.

PORTARIA Nº. 2978/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARIA TEREZINHA ESPINDOLA MARTINS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Bela Vista da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2014, com efeitos a contar de 03/07/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.
ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2979/2017.

PORTARIA Nº. 2979/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LEVID MAY, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração da UBS São Sebastião da Secretaria de Saúde, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2014, com efeitos a contar de 03/07/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2980/2017.

PORTARIA Nº. 2980/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DAYANNE HELENA DE MORAIS GUERRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Vila Nova da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 03/07/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2981/2017.

PORTARIA Nº. 2981/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO THAYSE RODRIGUES DE ALMEIDA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS São Sebastião da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 03/07/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.
ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2982/2017.

PORTARIA Nº. 2982/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO TACIANE TAFFAREL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Passagem do Maciambu da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 26/06/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2983/2017.

PORTARIA Nº. 2983/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para os (a) servidores (a) abaixo relacionados, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta.

Nome	Pelo período de
Mirele Izabel Pereira	21/02/2017 a 14/12/2017

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2984/2017.

PORTARIA Nº. 2984/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos compor a Comissão de Registro e Acompanhamento do Patrimônio Público Municipal.

NOME	SECRETARIA
Denis Liberato Delfino	Faculdade Municipal de Palhoça
Fabiane Irma Martins	Secretaria de Assistência Social
Jackson Lee Simas	Fundação Cambirela do Meio Ambiente
Joao Antonio Bernardes	Setor de Informática
Karine Regina Homem	Secretaria de Saúde
Emanuela Figueira Mello	Secretaria de Administração
Manoel Donizete Velho	Secretaria de Educação

Tamara de Souza Delfino da Rosa

Secretaria de Infraestrutura e Saneamento

Artigo 2º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos compor a Comissão de baixa de bens do Patrimônio Público Municipal.

NOME	SECRETARIA
Carlos Felipe Dall Oliva de Souza	Secretaria de Administração
Deyvid Albino da Silva	Secretaria de Administração
Emanuela Figueira Mello	Secretaria de Administração
João Antonio Bernardes	Setor de Informática
Jorge Luiz Bruchado	Secretaria de Administração
Maria Gorete Machado	Secretaria de Administração

Artigo 3º - A Comissão será coordenada pela Diretoria Executiva de Controle Interno.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor em 01 de junho de 2017.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições anteriores.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2985/2017.

PORTARIA Nº. 2985/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A partir de
Natasha Lopes	20	40	23/06/2017 a 14/12/2017
Rixieli Souza dos Anjos	20	40	10/04/2017 a 06/06/2017

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2986/2017.

PORTARIA Nº. 2986/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANE SINGER RIBAS ABREU, matrícula nº. 401019-1, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2010 a 01/09/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/07/2017 à 17/08/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2987/2017.

PORTARIA Nº. 2987/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANEZIA ANITA DE SOUZA, matrícula nº. 400290-1, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2010 a 01/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/07/2017 à 03/08/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2988/2017.

PORTARIA Nº. 2988/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GECI SOARES HENRIQUE DA SILVA, matrícula nº. 401179-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2011 a 01/03/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/07/2017 à 03/08/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2989/2017.

PORTARIA Nº. 2989/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVANA CARVALHO MENDES CIPRIANO, matrícula nº. 401164-2, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 17/01/2011 a 18/09/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 26/06/2017 à 26/07/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2990/2017.

PORTARIA Nº. 2990/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCIA CRISTINA BRANCO CIPRIANO, matrícula nº. 401652-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 01/03/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/07/2017 à 17/08/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2991/2017.

PORTARIA Nº. 2991/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARILEIA VARGAR PORTO, matrícula nº. 401184-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2011 a 01/03/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/07/2017 à 17/08/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2992/2017.

PORTARIA Nº. 2992/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA DO CARMO MIRANDA, matrícula nº. 800068-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 15/06/2012 a 15/06/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar

de 26/06/2017 à 26/07/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2993/2017.

PORTARIA Nº. 2993/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA DE SOUZA, matrícula nº. 401324-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/07/2011 a 04/07/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/07/2017 à 03/08/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2994/2017.

PORTARIA Nº. 2994/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NATALIA DE MEDEIROS BORGES, matrícula nº. 401050-1, titular do cargo de Cirurgiã Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/10/2010 a 09/12/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/07/2017 à 17/08/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2995/2017.

PORTARIA Nº. 2995/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROGERIO EDIMILSON OLIVEIRA, matrícula nº. 300172-3, titular do cargo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2008 a 01/09/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/07/2017 à 03/08/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2996/2017.

PORTARIA Nº. 2996/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SONIA CLARICE DA COSTA, matrícula nº. 401639-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/03/2012 a 02/03/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/07/2017 à 03/08/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2997/2017.

PORTARIA Nº. 2997/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA DOS SANTOS, matrícula nº. 401635-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 01/03/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/07/2017

à 03/08/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2998/2017

PORTARIA Nº. 2998/2017.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RITA DE CASSIA ESPINDOLA, matrícula nº. 300197-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/04/2004 a 10/04/2009, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 10/07/2017 à 10/08/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2999/2017.

PORTARIA Nº. 2999/2017.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDINETE ALVES, matrícula nº. 500005-1, titular do cargo de Técnico em Agrimensura, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/01/2004 a 02/01/2009, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 04/07/2017 à 04/08/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

EDSON GHIZONI
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3000/2017

PORTARIA Nº. 3000/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRELLI VIEIRA ANACLETO, matrícula nº. 802019-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 09/08/2017 à 09/11/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3001/2017.

PORTARIA Nº. 3001/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO TATILA DE SOUZA BARCALA, titular do cargo de Fisioterapeuta, Matrícula nº 401165-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3002/2017.

PORTARIA Nº. 3002/2017.

LUIZ HENRIQUE SELL, Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA JACENI DA ROSA, matrícula nº. 800951-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/06/2008 a 11/06/2013, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/07/2017 à 01/08/2017.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

LUIZ HENRIQUE SELL
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3003/2017.

PORTARIA Nº. 3003/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DIONIR ALBERTO CANDIDO DA ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008, Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2016, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Almojarifado da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/07/2017 a 03/07/2018.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3004/2017.

PORTARIA Nº. 3004/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SIMONE FATIMA KOSTANESKI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008, Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2016, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS AD da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 26/06/2017 a 26/06/2018.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3005/2017.

PORTARIA Nº. 3005/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SANDRA SEARA DA CONCEIÇÃO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2016, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA da bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/07/2017 a 01/07/2018.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3006/2017.

PORTARIA Nº. 3006/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A partir de
Elisete Alves Barros de Araujo	20	40	18/05/2017 a 14/12/2017
Emanuela Dias Francisco	20	40	24/04/2017 a 26/06/2017
Fernanda Ramos Gaspar	20	40	02/04/2017 a 14/12/2017
Francielle Eliete Espindola	20	40	03/07/2017 a 14/12/2017

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3007/2017

PORTARIA Nº. 3007/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A Contar de
Cibelli de Medeiros Pickler	20	32	12/06/2017 a 31/07/2017

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3008/2017

PORTARIA Nº. 3008/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1942 de 03 de abril de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ALICE GARCIA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 09/07/2017 a 08/08/2017, face ao impedimento da titular Cristina Valente, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3009/2017.

PORTARIA Nº. 3009/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2780 de 02 de junho de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora DAIANE BERNES, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/06/2017 a 27/09/2017, face ao impedimento da titular Bianca do Nascimento, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3010/2017.

PORTARIA Nº. 3010/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora VERA APARECIDA RODRIGUES BORGES FERREIRA matrícula

nº. 800861-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (um) ano a contar de 30/06/2017, de acordo com às folhas 13.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3011/2017.

PORTARIA Nº. 3011/2017.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ANDREIA LOURDES MACHADO, Matrícula nº. 300147-3, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, removido para Secretaria de Defesa do Cidadão do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3012/2017

PORTARIA Nº. 3012/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora SANDRA REGINA DA SILVA ZIMMERMANN, Matrícula nº. 800106-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removido para Secretaria de Assistência Social do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3013/2017.

PORTARIA Nº. 3013/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA TRUPPEL, matrícula nº. 300004-1, titular do cargo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 28/02/2011 a 28/02/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/07/2017 à 04/08/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3014/2017.

PORTARIA Nº. 3014/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KARLINE PEREIRA CORREA DE OLIVEIRA, matrícula nº. 802280-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/04/2012 a 16/04/2017, por 03 (três) meses, a contar de 29/07/2017 à 29/10/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3015/2017.

PORTARIA Nº. 3015/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FERNANDA DE FATIMA DIAS VELHO, matrícula nº. 802269-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/04/2012 a 16/04/2017, por 03 (três) meses, a contar de 01/08/2017 à 01/11/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3016/2017.

PORTARIA Nº. 3016/2017.

CLAUDIO MONTEIRO, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados, para juntos comporem a Comissão Administrativa de Recursos de Infrações JARI:

Integrante com conhecimento na Área de Trânsito:

Titular: Alexandre Silveira de Souza;
Suplente: Amauri Ataíde Machado.

Integrante, servidor do Órgão de Trânsito do Município:

Titular: Ana Paula Machado;
Suplente: Igor Silva Alexandre.

Integrante, da entidade representativa da sociedade ligada à área de Trânsito no município:

Titular: Irineu Jose Rios – Presidente do sindicato dos Proprietários de Veículos de Transporte Escolar – SINPROVESC;
Suplente: Anderson Geraldo – Permissionário do Serviço de Transporte Escolar.

Secretário Executivo: Claudia Marques de Andrade .

Artigo. 2º. A Junta será presidida pela servidora Ana Paula Machado.

Artigo. 3º. Esta portaria entra em vigor em 01 de junho de 2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

CLAUDIO MONTEIRO
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3018/2017

PORTARIA Nº. 3018/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSIMA CILEZIA NACK, matrícula nº. 800102-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/01/1992 a 01/01/1997, por 03 (três) meses, a contar de 03/08/2017 à 03/11/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3019/2017.
PORTARIA Nº. 3019/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDIONE MARIA COELHO, matrícula nº. 200061-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2010 a 01/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/07/2017 à 25/08/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3021/2017.
PORTARIA Nº. 3021/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2583 de 30 de maio de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora KENIA GOEDERT CARDOSO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 30/06/2017 a 19/07/2017, face ao impedimento da titular Josiane dos Santos, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3022/2017.
PORTARIA Nº. 3022/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Maycon Jose de Souza	01674548280

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3023/2017.
PORTARIA Nº. 3023/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para os (a) servidores (a) abaixo relacionados, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta.

Nome	Pelo período de
Rosane de Fátima Barros de Oliveira	10/03/2017 a 14/12/2017

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3024/2017.

PORTARIA Nº. 3024/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria que Contratou por Tempo Determinado os servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura.

NOME	PRORROGAR DE
Cibelli de Medeiros Pickler	15/07/2017 a 31/07/2017

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3025/2017.

PORTARIA Nº. 3025/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JOÃO RAPHAEL COUTINHO BERTONCELLI, Matrícula nº 3745927-1, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/07/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3026/2017.

PORTARIA Nº. 3026/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2654 de 15 de junho de 2016, que Contratou por Tempo Determinado o servidor LUIS ROGERIO SALDANHA, titular do cargo de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da

Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/07/2017 a 05/07/2018.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3027/2017

PORTARIA Nº. 3027/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2968 de 08 de julho de 2016, que Contratou por Tempo Determinado a servidora LUCIANA LISBOA LIMEIRA, titular do cargo de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/07/2017 a 05/07/2018.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3028/2017.

PORTARIA Nº. 3028/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) ANA CRISTINA PEREIRA CUNHA PAMPLONA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, para o CEI Anjinho da Guarda, a contar de 01/06/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3029/2017.

PORTARIA Nº. 3029/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FABIANA MARIA SILVEIRA DA SILVA, matrícula nº. 401633-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 01/03/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/07/2017 à 17/08/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3030/2017.

PORTARIA Nº. 3030/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 2044 de 03 de abril de 2017, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ROSANE DE FATIMA BARROS DE OLIVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente à disciplina que deveria ser Educação Infantil, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3031/2017.

PORTARIA Nº. 3031/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ISAURA MARIA DA SILVA, matrícula nº. 401083-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/11/2010 a

08/11/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 10/07/2017 à 10/08/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3032/2017.

PORTARIA Nº. 3032/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANE CAMPOS DE SOUZA, matrícula nº. 400412-3, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 01/03/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/07/2017 à 03/08/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3033/2017.

PORTARIA Nº. 3033/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSE IRINEU SEEMANN ABREU, matrícula nº. 401574-1, titular do cargo de Socorrista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/12/2011 a 01/12/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/07/2017 à 01/08/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3034/2017.

PORTARIA Nº. 3034/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PATRICIA KAMMERS LHE-MANN, matrícula nº. 401116-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/11/2010 a 08/11/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/07/2017 à 03/08/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3035/2017.

PORTARIA Nº. 3035/2017.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora KARLA DE SOUZA, Matrícula nº. 800372-1, ocupante da categoria funcional de ASG, removido para Secretaria de Defesa do Cidadão do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3036/2017.

PORTARIA Nº. 3036/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMONE CRISTINA DOS SANTOS, matrícula nº. 401430-1, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/08/2011 a 08/08/2016, por 01 (um) mês, com

efeitos a contar de 17/07/2017 à 17/08/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3037/2017.

PORTARIA Nº. 3037/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KARINA ZOLIA JACOMELLI ALVES, matrícula nº. 124017-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 30/11/2009 a 30/11/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3038/2017.

PORTARIA Nº. 3038/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2778 de 02 de junho de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora CRISTIANE SOTERO, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 09/07/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Vera Aparecida R. Borges Ferreira, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3040/2017.

PORTARIA Nº. 3040/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2901 de 02 de junho de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora MARIANE BEATRIZ SCHNEIDER STAHELIN, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 29/08/2017 a 14/12/2017, ampliação do CEI.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PREGÃO PRESENCIAL 76/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 24 de agosto de 2017, às 08:30 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações a sessão pública para recebimento de documentação e abertura das propostas, bem como a etapa dos lances, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 76/2017 Aquisição de Veículos 0Km para uso da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão do Município de Palhoça, conforme edital. O edital que

está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: www.palhoça.atende.net. Palhoça, 09 de agosto de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 070/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de móveis de escritório para atender as necessidades do Centro Administrativo, Secretarias, Fundos e Autarquias do Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI ME ficou classificada em 1º lugar no item 01, totalizando R\$5.529,90 (cinco mil e quinhentos e vinte e nove reais e noventa centavos);

SUPRIMOVEIS LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar no item 02, totalizando R\$11.695,00 (onze mil e seiscentos e noventa e cinco reais);

GRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 03 e 04, totalizando R\$12.025,00 (doze mil e vinte e cinco reais).

Palhoça, 09 de agosto de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**ALTERAÇÃO 02/2017-PP 26/2017**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

ALTERAÇÃO Nº 02/2017

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público que devido a questionamentos e impugnação de diversas empresas, houve alteração na especificação do objeto do processo licitatório, Pregão Presencial nº 26/2017, que tem como objeto: aquisição de aparelho de ultrassonografia, para aprimorar os atendimentos aos munícipes e é essencial nas ações de saúde, que passa a ter a seguinte redação:

Aparelho de ultrassonografia para diagnóstico dedicado à área de Ginecologia, Mama, Abdominal, Obstetria, Musculoesquelético, Urologia, Pequenas Partes, Cardiologia e Vascular. Com seguintes características mínimas:

Aparelho composto por unidade básica sobre rodas, monitor de observação de alta resolução de no mínimo 15" com ajuste de altura, teclado retro iluminado e com ajuste de altura; 03 conexões ativas para transdutores, seleção eletrônica pelo painel de comando de transdutor e frequência; Software de Pós-processamento de imagem que permite trabalhar nas imagens já salvas

de forma automática e manual, capacidade de magnificação da imagem, tanto em tempo real quanto com a imagem congelada; ferramentas e comandos para efetuar medições de distância, área e volume de uso amplo e mecanismo automático de medida da espessura das camadas íntima e média da artéria carótida comum; imagem harmônica tecidual; harmônica de pulso invertido; imagem trapezoidal; transdutores multi frequências e que permite seleção eletrônica de pelo menos 3 diferentes frequências para o modo bidimensional 2D, multi frequência em color e Doppler; capacidade para ajuste de imagem que permite a otimização do aparelho para cada tipo de exame; função cine loop, saídas de USB; Modos de Imagem: B-Mode, M-Mode, Color Doppler; Power Doppler; PW Doppler; CW Doppler; Triplex Mode; 3D/4D; Parâmetros do Sistema: sistema de processamento totalmente digital baseado em PC, sistema de armazenamento de imagens em DVD-RW, compatível a comunicação padrão DICOM 3.0. Software. O equipamento deve possuir um sistema de gravação através de HD com capacidade mínima de 100GB, aproximadamente. O sistema deverá ser compatível com uma grande variedade de transdutores e fornecer ferramentas de medidas.

Transdutores (configurações mínimas): 01 Transdutor Endocavitário de 2 – 9 MHZ, abertura mínima de 155o com 150 elementos (cristais) – acompanha Guia de Biopsia reutilizável; 01 Transdutor

Convexo 2 - 6 MHZ, abertura mínima de 60o; 01 Transdutor Linear de 5 a 12 MHZ, com no mínimo 192 elementos (cristais) e área de contato de aproximadamente 50 mm.

Sistema Operacional Windows (sem ônus para o município) ou Sistema Operacional software livre.

Acompanha os seguintes acessórios: No Break e Impressora compatíveis com o equipamento.

Ter Manuais de operação (em português) do equipamento, garantia total de 24 meses, Instalação, treinamento e suporte técnico.

Possuir Manual de operação do equipamento em português.

Garantia total de 24 meses.

A empresa é responsável pela instalação, treinamento dos funcionários e suporte técnico dentro do período de garantia.

Demais itens permanecem inalterados.

Em virtude da alteração efetuada, de acordo com o artigo 21, § 4º da lei 8666/93 e suas respectivas alterações, fica prorrogado para o dia 23 de agosto de 2017 às 13:30 horas, a nova data para recebimento dos envelopes contendo as propostas, documentações, abertura dos envelopes contendo as propostas efetuação de lances verbais e abertura dos envelopes contendo as documentações.

Palhoça, 09 de agosto de 2017.

Eronete Gilda Gomes Oliveira

Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº44/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº44/2017 – Pregão Presencial 11/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PEIXER – COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME. OBJETO: Aquisição condicionadores de ar, necessários para as Unidades de Saúde, salas de vacina e farmácias pois devem estar na temperatura adequada.

DATA: 08/05/2017 à 07/05/2018.

Nome da Empresa: PEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME				CNPJ: 07.436.274/0001-77	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Conjunto split (parede) 18.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A". Garantia do conjunto, mínimo 02 anos.					
3	2,00	UN	AGRATTO acs18qfr4	R\$1.649,0000	R\$3.298,0000
Valor Total		(três mil e duzentos e noventa e oito reais)			R\$3.298,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2017 – Pregão Presencial 11/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI EPP. OBJETO: Aquisição condicionadores de ar, necessários para as Unidades de Saúde, salas de vacina e farmácias pois devem estar na temperatura adequada.

DATA: 08/05/2017 à 07/05/2018.

Nome da Empresa: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI EPP				CNPJ: 05.368.504/0001-82	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Conjunto split (parede) 12.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A". Garantia do conjunto, mínimo 02 anos.					
2	5,00	UN	PHILCO PH12000FM	R\$1.229,0000	R\$6.145,0000
Especificação: Conjunto split (parede) 30.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A ou B". Garantia do conjunto mínimo 02 anos.					
4	2,00	UN	ELGIN HEFI30B2IA / HEFE30B2IA	R\$3.198,0000	R\$6.396,0000
Valor Total		(doze mil e quinhentos e quarenta e um reais)			R\$12.541,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº46/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº46/2017 – Pregão Presencial 11/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME. OBJETO: Aquisição condicionadores de ar, necessários para as Unidades de Saúde, salas de vacina e farmácias pois devem estar na temperatura adequada.

DATA: 08/05/2017 à 07/05/2018.

Nome da Empresa: CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME		CNPJ: 17.848.143/0001-50			
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Conjunto split (parede) 9.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio e quente, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A". Garantia do conjunto mínimo 02 anos.					
1	15,00	UN	ELGIN - HEQ09B2IA	R\$1.145,0000	R\$17.175,0000
Valor Total		(dezessete mil e cento e setenta e cinco reais)			R\$17.175,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

HOMOLOGAÇÃO CANDIDATURAS ELEIÇÕES IPPA/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO
DE PALHOÇA

HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA ELEIÇÃO IPPA/2017

A Comissão Eleitoral, representada por seu presidente, vem pelo presente, de acordo com Decreto 1.155/2010, informar a todos os segurados do IPPA, que foram homologadas as candidaturas abaixo:

CONSELHO ADMINISTRATIVO CONSELHO FISCAL

1. THIAGO PEDRO DA ROSA
2. MARCOS ANTIDIO DE LIMA
3. MARLUCY SILVEIRA DE SOUZA
4. FABRICIO WEINGARTNER
5. JOÃO OTAVIO C. AMANTE
6. LUIZ CARLOS BARSCH

DIA DA REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES: 15/08/2017

HORÁRIO DE INÍCIO: 08 horas.
HORÁRIO DE TÉRMINO: 17 horas.

LOCAL DE VOTAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA E SEDE DO IPPA

ELEITORES: SERVIDORES EFETIVOS E APOSENTADOS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

Palhoça, 09 de agosto de 2017.
Comissão Eleitoral

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO 005/2017 COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 05/2017, referente ao Edital de Chamada Pública nº 001/2017.

Objeto: Contratação de COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PAPANDUVA. Vigência: O contrato terá início no dia 03 de Fevereiro e termino no dia 31 de julho. Papanduva/SC, 31 de julho de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

CONTRATO 016/2017 MATERNIDADE E CIRURGIA DO ROCIO S/A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 016(A)/2017, referente ao Edital de Tomada de PREÇOS nº 010/2017.

Objeto: Contratação de empresa denominada MATERNIDADE E CIRURGIA N. S. DO ROCIO S/A, representada pelo Senhor MÁRIO SÉRGIO POLONHA. Contratação de Instituição Hospitalar para consultas médicas especializadas eletivos. Vigência do contrato até a data de 31 de Dezembro de 2017. Papanduva/SC, 24 de Fevereiro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2723, DE 20.07.2017 - REGULAMENTA O PRODECOM

DECRETO Nº 2723, DE 20 DE JULHO DE 2017.

REGULAMENTA O PRODECOM – PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, com fundamento no art. 84, IV da Constituição da República e no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário, designado pela sigla PRODECOM, que tem como objetivo o fomento das atividades geradoras de renda e das atividades de que decorrem o bem estar social da comunidade, será regulamentado por este decreto.

Art. 2º. O PRODECOM viabilizar-se-á pelas seguintes ações:

I – Para a geração de renda no setor industrial e comercial:

- a) Serviços de terraplenagem em áreas destinadas a implantação de unidades industriais, comerciais e agropecuárias;
- b) Custeio de ramais particulares de canalização de água e esgotamento sanitário, telefonia, energia elétrica e gás canalizado;
- c) Elaboração de projetos de engenharia, arquitetura e agronomia à empreendimentos pioneiros no Município, ou dos quais se possa obter substancial vantagem econômica à municipalidade;

II – Para a geração de renda no setor agropecuário:

- a) A execução de serviços de recuperação de vias particulares em propriedades rurais;
- b) O transporte de terra, calcário e minérios próprios à recuperação de vias particulares;

- c) A prestação de serviços com implementos agrícolas para o apoio agrícola;
- d) A execução de serviços auxiliares na implantação de estufas para a cultura do fumo;
- e) A realização de obras de tanques, aguados, envaletamentos e similares;

III – Para o desenvolvimento comunitário:

- a) O serviço de mudança domiciliar para necessitados na forma da lei;
- b) O transporte de grupos populares para o congressamento em atividades desportivas, religiosas, sociais, culturais e similares;
- c) Manutenção e reformas de pequena monta, de sedes institucionais de associações e entidades filantrópicas.

Art. 3º. As atividades descritas no artigo anterior, somente poderão ser realizadas no limite da dotação orçamentária específica e desde que presente o interesse público, que será justificado, caso a caso, pelo ordenador da despesa respectiva.

§ 1º. A justificativa do interesse público será elaborada pelo órgão técnico respectivo do Poder Executivo, e, após, será submetido ao Prefeito Municipal, para apreciação quanto ao pedido de benefício formulado.

§ 2º. Antes de o pedido subir à apreciação do Prefeito Municipal, o mesmo será instruído com informação do órgão de execução orçamentária, sobre os eventuais créditos orçamentários existentes e sobre a disponibilidade de caixa para efetuar as despesas respectivas.

§ 3º. Na eventualidade de não haver dotação orçamentária suficiente, ou nenhuma, o responsável pela execução orçamentária informará o Chefe do Poder Executivo da existência de excesso de arrecadação ou de dotação orçamentária passível de anulação, para embasar o envio de projeto de Lei de abertura de crédito adicional no orçamento vigente.

Art. 4º. O Poder Executivo, respeitado o princípio da impessoalidade e da isonomia, assegurará aos necessitados as ações descritas no art. 2º de forma gratuita, e, para os demais, aplicará o preço público fixado na tabela de preços públicos anexa, parte integrante do presente decreto.

§ 1º. Poderá ser concedida até 4(quatro) horas de serviço com máquinas e/ou equipamentos e o transporte de uma carga de calcário por ano, gratuitos, aos agricultores que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, para acessar políticas públicas, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), válida no momento da prestação do serviço.”

§ 2º. Para os serviços constantes no inciso II do Art. 2º, o interessado/produtor poderá ter no máximo 05(cinco) horas/ano por máquinas ou equipamentos.

Art. 5º. Os necessitados são aqueles particulares que não tenham condições de prover financeiramente as atividades descritas no art. 2º, inciso III, para si ou sua família, sem o comprometimento do custeio de suas necessidades básicas.

Parágrafo único. O setor de assistência social juntará, para cada procedimento de concessão de benefícios, um Termo de Avaliação de Situação Sócioeconômica, indicando a aprovação ou não da condição de necessitado na forma da Lei nº 1585, de 04.07.2001 e deste Decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2628, de 06 de maio de 2016.

Município de Papanduva/SC, 20 de julho de 2017.
Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski
Secretária da Administração

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 2723, DE 20.07.2017.

TABELA DE PREÇOS PÚBLICOS

- 1) Trator de Pneu Traçado com implementos
R\$ 70,00 a hora trabalhada
- 2) Trator de Pneu Traçado sem implementos
R\$ 50,00 a hora trabalhada
- 3) Trator Lâmina (Esteira)
R\$ 140,00 a hora trabalhada
- 4) Trator Agralle – com implemento
R\$ 40,00 a hora trabalhada
- 5) Motoniveladora e Pá Carregadeira
R\$ 140,00 a hora trabalhada
- 6) Retroescavadeira
R\$ 96,00 a hora trabalhada
- 7) Escavadeira Hidráulica
R\$ 160,00 a hora trabalhada
- 8) Caminhões – Cascalho, terra solta para jardins, aterros e similares
R\$ 3,50 o m³ num raio de 5 km.
Acima dessa quilometragem, altera mais R\$ 2,00 o km.
- 09) Transporte de calcário/cama de aviário
R\$ 3,50 o km rodado

EMPRÉSTIMO DE IMPLEMENTOS

- 1) Calcariadeira
R\$ 35,00/dia
- 2) Carreta
R\$ 30,00/dia
- 3) Ensiladeira
R\$ 30,00/dia
- 4) Pipa esterco
R\$ 30,00/dia
- 5) Grades
R\$ 35,00/dia
- 6) Roçadeira
R\$ 30,00/dia
- 7) Subsolador (pé de pato)
R\$ 25,00/dia

QUINTO ADITIVO DO CONTRATO 057/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo do contrato 57/2015, objeto do Processo Licitatório /TOMADA DE PREÇOS para OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 073/2015, datado de 17 de dezembro de 2015. CONTRATANTE: Município de Papanduva CONTRATADA> CONSTRUTORA PAVIMIL LTDA EPP.

Prorrogação: Até 31/08/2017. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva 31 de Julho de 2017.

Paraíso

PREFEITURA

442/497

PORTARIA Nº 442/2017

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97 de 03/02/1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, ao servidor público municipal, MARCOS EDUARDO PRETTO, inscrito no CPF sob Nº 050.472.899-74, matrícula Nº 1678, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de CONTROLADOR INTERNO, e está lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, no período de 02/07/2017 a 31/07/2017 (Gozo real das férias no período de 04/07/2017 a 02/08/2017), referente ao período aquisitivo compreendido entre 11/05/2016 e 10/05/2017, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 04 de julho de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 04 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 443/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Nº 532/2001, Lei Nº 615/2002 e suas alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR por término de contrato, a servidora pública municipal a Sra. LEANDRA MORTARI, nomeada pela Portaria Nº 373/2016, inscrita no CPF sob Nº 041.737.009-11, com matrícula nº 1681, do cargo temporário de ENFERMEIRA, Nível 507-ANS-31, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 05 de julho de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 05 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 444/2017

Dispõe sobre a concessão de licença prêmio a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Artigo nº 166 da Lei Municipal Nº 255/97, de 05 de abril de 1997, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio à servidora pública municipal ZENAIDE FACHI DORIGAN, inscrita no CPF sob Nº 479.418.390-91, matrícula Nº 064, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II e está lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, no período de 30/05/2017 a 27/08/2017, correspondente ao período aquisitivo compreendido entre 01/02/2010 a

31/01/2015, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30/05/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 05 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 05 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 445/2017
Dispõe sobre a exoneração de servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, e em conformidade com o requerimento protocolado sob Nº 1047/2017, de 06/07/2017, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido o servidor público municipal Sr. OCLIDES LEÃO DE SOUZA, inscrito no CPF sob Nº 345.351.289-87, com matrícula nº 036, admitido em 01/06/1993, do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, determinando o pagamento das verbas rescisórias, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 10 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 10 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 446/2017
Dispõe sobre o cancelamento de FGs concedidas a servidores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Orgânica Municipal e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CANCELAR as Funções Gratificadas (FG-1, FG-2, FG-3, FG-4 e FG-5), as quais foram concedidas em conformidade com o Artigo 12 da Lei Municipal Nº 531/2001 de 64/04/2001, anexo IV e suas alterações posteriores, dos servidores conforme relação abaixo:

Nº	Código	Nome	Função Gratificada	Valor R\$
1	1491	Angela Stanga	FG-1	120,00
2	70	Danilo José Almeida	FG-5	300,00
3	1213	Délcio João Bergmann	FG-5	300,00
4	694	Ereci Terezinha Guerreiro do Amaral	FG-1	120,00
5	686	Irma Bariviera Mezzomo	FG-1	120,00
6	1174	Janete Kaefer Cieplak	FG-1	120,00
7	1561	Jeison Diesel	FG-5	300,00
8	69	Marcia Castagna	FG-1	120,00
9	732	Maristela Andréia Mezzomo Vichinieski	FG-1	120,00
10	41	Marlete Stanga	FG-3	200,00
11	1214	Neri Silva dos Passos	FG-5	300,00
12	75	Osmar Pauleski Pilla	FG-5	300,00
13	93	Paulino Leão	FG-2	150,00
14	63	Zandir Zanatta	FG-4	250,00

Art. 2º Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos que tome as devidas providências em relação à exclusão dos valores correspondentes da folha de pagamento dos referidos servidores, a partir do mês de julho/ 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 447/2017
Dispõe sobre a concessão de afastamento para tratamento de saúde a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 255/1997 de 03/02/1997, Artigo 142 e seguintes, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde por 120 dias, a servidora pública municipal KELIN BALDIN, matrícula Nº 1628, inscrita no CPF sob nº 047.554.419-60, a qual foi nomeada por prazo determinado pela Portaria Nº 166/2016 de 15/02/2016 para a função de PROFESSOR II – Informática, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, no período de 04/07/2017 a 31/10/2017, conforme atestado médico apresentado nesta data, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 10 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 10 de julho de 2017.
Servidor Responsável

PORTARIA Nº 448/2017
Dispõe sobre a exoneração de pessoal de cargo comissionado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, em atendimento a notificação do Ministério Público, a servidora Sra. MICHELLI ANDRESSA LEÃO, portadora da RG Nº 5.722.505 SSP/SC, inscrita no CPF sob Nº 114.084.819-44, com matrícula nº 1713, do cargo comissionado de SECRETÁRIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, a qual foi nomeada pela Portaria Nº 105/2017 de 01/02/2017, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 10 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 10 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 449/2017
Dispõe sobre a exoneração de pessoal de cargo comissionado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, em atendimento a notificação do Ministério Público, a servidora Sra. MATILDE SCHMIDT STUMM, inscrita no CPF sob Nº 031.978.779-69, com matrícula nº 1706, do cargo comissionado de SECRETÁRIA ADJUNTA DA SAÚDE, Nível 041-DASMA-2, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, a qual foi nomeada pela Portaria Nº 59/2017 de 02/01/2017, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 10 de julho de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 10 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 450/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado (CONTRATO II), período de 10/07/2017 a 31/10/2017, a Sra. MADALENA ZANCAN, portadora da RG Nº 3.816.011, inscrita no CPF sob Nº 035.105.539-85, com matrícula Nº 1733, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e do Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Informática), Nível 487-DOCE-27, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, em substituição da servidora Kelin Baldin, legalmente afastada no período, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 10 (Dez) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 10 de julho de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 10 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 451/2017

Dispõe sobre a concessão de afastamento para tratamento de saúde a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 255/1997 de 03/02/1997, Artigo 142 e seguintes, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde por 30 dias, no período de 10/07/2017 a 08/08/2017 a servidora pública municipal CRISTIANE SCHÜTZ, matrícula Nº 1621, inscrita no CPF sob nº 066.607.449-67, a qual ocupa o cargo comissionado de CONSELHEIRA TUTELAR, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Família e Assuntos da Juventude, conforme atestado médico apresentado nesta data, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 10 de julho de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 10 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 452/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público municipal JATIR CANDATEN, matrícula Nº 031, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Progressão Funcional por Avaliação de Desempenho, a razão de 12% (nove por cento) sobre o salário base do cargo, referente à quarta progressão funcional por desempenho (8º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos avaliados conforme disposto em lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15/06/2014 e 14/06/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 010-ATM-1, Classe/Referência A-5. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do servidor a partir do mês de julho/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 10 de julho de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 10 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 453/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal ANA MARIA ZAMPIN, matrícula Nº 648, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de SERVENTE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Progressão Funcional por Avaliação de Desempenho, a razão de 03% (Três por cento) sobre o salário base do cargo, referente à primeira progressão funcional por desempenho (5º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos avaliados conforme disposto em lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/07/2014 e 01/07/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 453-TSG-7, Classe/Referência A-2. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do servidor a partir do mês de julho/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 10 de julho de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 10 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 454/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

Considerando a necessidade e o interesse público na continuidade dos trabalhos na área de Educação;

Considerando que, por recomendação do Ministério Público, o cargo de Secretária Adjunta de Educação deve ser preenchido por servidor de carreira;

Considerando que, não existe Concurso Público em aberto e nem Processo Seletivo em vigência para o cargo;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/ SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 14/07/2017 a 13/07/2018, ou até realização de Concurso Público, a Sra. MICHELLI ANDRESSA LEÃO, portadora da RG Nº 5.722.505 SSP/SC, inscrita no CPF sob Nº 114.084.819-44, com matrícula nº 1764, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, em especial a Lei Complementar Nº 003/2017 de 06/04/2017, Art. 2º, Inciso V e Art. 4º, Inciso III, para exercer o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Nível 017-ANM-5, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto aquela Secretaria, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 14 de julho de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 14 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 455/2017

Dispõe sobre a concessão de auxílio-escola para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Artigo 118 da Lei Municipal Nº 255/97 de 05 de abril de 1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Auxílio-Escola a servidora público municipal JANETE KAEFER CIEPLAK, inscrita no CPF sob Nº 058.608.619-66, matrícula Nº 1174, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.850,80 (Dois mil, oitocentos e cinquenta reais e oitenta centavos), referentes ao pagamento do período compreendido de janeiro de 2016 a junho de 2017, do curso superior de Serviço Social, o qual está cursando na Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL – com sede em Tubarão – SC, conforme requerimento protocolado sob nº 1044/2017 em 05/07/2017, determinando que seja efetuado o pagamento, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 17 de julho de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 17 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 456/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. GEMERSON SCHANNE, inscrito no CPF sob Nº 022.031.769-03, matrícula Nº 1703, o qual ocupa o cargo comissionado de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO e está lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 69,78 (Sessenta e nove reais e setenta e oito centavos), para viagem a São Miguel do Oeste - SC, nos dias 17/07 e 18/07/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 17 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 17 de julho de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 457/2017
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. DENISE APARECIDA BACIN, inscrita no CPF sob Nº 015.990.059-05, matrícula Nº 1082, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL e está lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Família e Assuntos da Juventude), 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 69,78 (Sessenta e nove reais e setenta e oito centavos) para viagem a São Miguel do Oeste - SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 17 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 17 de julho de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 458/2017
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. ARNO FRITZEN, inscrito no CPF sob Nº 627.176.859-87, matrícula Nº 1700, o qual ocupa o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE e está lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 69,78 (Sessenta e nove reais e setenta e oito centavos), para viagem a São Miguel do Oeste - SC, nos dias 17/07 e 18/07/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 17 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 17 de julho de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 459/2017
Dispõe sobre a convocação de servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR o servidor público municipal, MARCOS EDUARDO PRETTO, inscrito no CPF sob Nº 050.472.899-74, matrícula Nº 1678, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de CONTROLADOR INTERNO, e está lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, para o retorno ao trabalho, em decorrência de necessidade de seus serviços, interrompendo as férias concedidas pela Portaria Nº 442/2017, ficando-lhe assegurado o direito do gozo restante das férias (16 dias) em data futura, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 17 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 17 de julho de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 460/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

Considerando a necessidade e o interesse público na continuidade dos trabalhos na área de Saúde;
Considerando que, por recomendação do Ministério Público, o cargo de Secretária Adjunta de Saúde deve ser preenchido por servidor de carreira;
Considerando que, não existe Concurso Público em aberto e nem Processo Seletivo em vigência para o cargo;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/ SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 19/07/2017 a 18/07/2018, ou até realização de Concurso Público, a Sra. MATILDE SCHMIDT STUMM, portadora da RG Nº 3.526.913 - SSP/SC, inscrita no CPF sob Nº 031.978.779-69, com matrícula nº 1765, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, em especial a Lei Complementar Nº 003/2017 de 06/04/2017, Art. 2º, Inciso V e Art. 4º, Inciso III, para exercer o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Nível 017-ANM-5, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar suas funções junto aquela Secretaria, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.
Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 19 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal
Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 19 de julho de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 461/2017
Dispõe sobre a concessão de férias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/ SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97 de 03/02/1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o restante das FÉRIAS (15 dias), ao servidor público municipal CLAUDEMIR STANGA, inscrito no CPF sob Nº 563.320.099-34, matrícula Nº 059, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, designado para as funções de Secretário da Junta do Serviço Militar, e está lotado no Gabinete do Prefeito, no período de 20/07/2017 a 04/08/2017, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/11/2013 e 31/10/2014, a qual foi concedida pela Portaria Nº 127/2017 e interrompida pela Portaria Nº 179/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 19 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 19 de julho de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 462/2017
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público municipal Sr. DÉLCIO JOÃO BERGMANN, inscrito no CPF sob Nº 526.544.519-68, matrícula Nº 1213, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 1/2(Meia) diária no valor de R\$ 55,82 (Cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) para viagem a São Miguel do Oeste – SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 21 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal
Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 21 de julho de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 463/2017
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. DANILO JOSÉ ALMEIDA, inscrito no CPF sob Nº 022.031.769-03, matrícula Nº 018, o qual ocupa o cargo efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 55,82 (Cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), para viagem a São Miguel do Oeste - SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 21 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 21 de julho de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 464/2017
Dispõe sobre o pagamento de Horas Extras a servidores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Decreto Nº 1212/2009, de 25/02/2009, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o pagamento de Horas Extras (Evento 22), referentes ao período de 21/06/2017 a 20/07/2017, conforme relatórios

emitidos pelos secretários / responsáveis, aos servidores e na quantidade conforme relação que segue:

Matric.	Nome	Cargo	Quantidade Horas Extras
13	Albino Ferreira Prestes	Operador de Máq. e Equip. II	44
582	Bernadete B. Schütz	Servente	36
745	Cleidimar Aurélio Pilla	Motorista	44
70	Danilo José Almeida	Motorista	44
43	Darcy Scheffler	Profissional Especializado	37
1213	Décio João Bergmann	Motorista	44
1082	Denise Aparecida Bacin	Assistente Social	24
1510	Dirlei Gnovatto	Operador de Máq. e Equip. I	42
123	Enir Ferreira Prestes	Operador de Máq. e Equip. I	44
26	Florindo Telles de Souza	Motorista	44
634	Gilmar Antonio Pilla	Auxiliar de Serviços Gerais	13
635	Jaime Cieplak	Auxiliar de Serviços Gerais	44
1085	Jair Vaz	Motorista	30,50
1543	Joel Vaz	Auxiliar de Serviços Gerais	28
1561	Jeison Diesel	Motorista	44
1511	Leandro Roberto Ruedel	Operador de Máq. e Equip. I	44
1086	Lenoir Angelo Almeida	Motorista	44
82	Marquinhos Bariviera	Operador de Máq. e Equip. I	36
1214	Neri Silva dos Passos	Motorista	44
93	Paulino Leão	Profissional Especializado	15
1084	Paulo Sérgio Gheno	Auxiliar de Serviços Gerais	15
20	Pedro Disegna	Operador de Máq. e Equip. II	24
668	Pedro Gilberto Ruedel	Operador de Máq. e Equip. I	44
1155	Roberto Carlos Leão	Motorista	38
1129	Roberto Miguel Bellato	Motorista	34
1568	Terezinha Zancan	Técnica em Saúde Bucal	39,50
45	Valdesir Julian	Operador de Máq. e Equip. I	43,50
1087	Valmir Vichinieski	Operador de Máq. e Equip. I	44

Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento dos servidores relacionados no mês de JULHO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 24 de julho de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 24 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 465/2017

Dispõe sobre o pagamento de Gratificação Especial pelo Exercício do Cargo no Interior a servidores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Artigo 3º da Lei Nº 1179/2009 e Decreto Nº 1887/2017, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o pagamento de Gratificação Especial pelo Exercício do Cargo no Interior (Evento 438), referentes ao período de 21/06/2017 a 20/07/2017, conforme relatórios emitidos pelos secretários / responsáveis, aos servidores e no percentual conforme relação que segue:

Matric.	Nome	Dias Laborados	Percentual
1729	Adriana Cardoso	22	10%
1742	Ana Claudia Lindenmayr Gazzi	09	05%
1185	Andréia Paula Guaresi	18	17%
1722	Andréia Wantz	22	20%
1721	Andressa Stanga Schneider	22	20%
1748	Andrey Luigi de Pellegrin	18	20%

1535	Carla Carine Simsen	22	10%
1723	Cleusa Inez Cielo	22	04%
1728	Dayane Battaglin Eidt	22	10%
1738	Denise Vicentini	13	10%
1269	Dirlei Kunzler da Silva	0	0%
586	Elaine Konzen	22	04%
1719	Emerson Maico Baierle	22	10%
1760	Fábio Heinen	08	05%
772	Fernanda Maria Gallina Gehlen	17	07%
1730	Gabriela Ketliim de Souza Ruedel	13	10%
776	Ivanez Schanne	22	12%
1485	Ivone Kappel	22	10%
1174	Janete K. Cieplak	22	10%
1739	Josiani Carlize Schneider	13	12%
1327	Jociane Cielo	18	04%
1628	Kelin Baldin	06	05%
1289	Leni Züge Zanin	16	07%
605	Luciane Terezinha Canesso	08	10%
1733	Madalena Zancan	22	12%
1763	Maiara Kochen Grassi	22	10%
1745	Marcos Paiano Borges da Rosa	10	10%
1747	Prescila Elena Moreira	22	20%
1734	Rosmeri Salete Martini Becker	22	10%
888	Salete Pilla	22	12%
88	Suely Salete Fraporti	22	4%
1267	Susana Koch	14	15%
578	Tania Maria Berticelli Taffarel	17	10%
642	Zenilda Markendorf	11	20%

Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento dos servidores relacionados no mês de JULHO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 24 de julho de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, 24 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 466/2017

Dispõe sobre o pagamento de Horas de Plantão a servidores da Secretaria de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Decreto Nº 1803/2016 de 13/04/2016, Anexo I, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o pagamento de Horas de Plantão (Evento 407), referentes ao período de 21/06/2017 a 20/07/2017, conforme relatórios emitidos pelos secretários / responsáveis, aos servidores, na quantidade e percentual conforme relação que segue:

Matric.	Nome	Cargo	Lotação	Quantidade de Plantões	Percentual
745	Cleidimar Aurélio Pilla	Motorista	Secret. Saúde	08	62%
1085	Jair Vaz	Motorista	Secret. Saúde	08	62%
1086	Lenoir Angelo Almeida	Motorista	Secret. Saúde	08	62%
1129	Roberto Miguel Bellato	Motorista	Secret. Saúde	07	56%
1155	Roberto Carlos Leão	Motorista	Secret. Saúde	07	62%

Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento dos servidores relacionados no mês de JULHO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 24 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 24 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 467/2017
Dispõe sobre a concessão de dispensa a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97 de 03/02/1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER dispensa de comparecimento ao serviço, no período de 24/07/2017 a 06/08/2017, a servidora pública municipal, PATRÍCIA BIAZZI, inscrita no CPF sob Nº 037.588.449-16, matrícula Nº 566, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, e está lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Os dias em que a servidora está dispensada pela presente Portaria (14 dias), serão descontados no próximo gozo de férias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 24 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 24 de julho de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 468/2017
Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 615/2002 de 14/01/2002, alterada pela Lei Municipal Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e suas alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR por término de contrato, a servidora pública municipal a Sra. CAROLINE GALLINA DAL MORO, inscrita no CPF sob Nº 065.864.009-70, matrícula Nº 1616, do emprego público no cargo de FARMACÊUTICO, Nível 482-ANS-21, Classe/Referência A-001, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 26 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 26 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 469/2017
Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica

Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 615/2002 de 14/01/2002, alterada pela Lei Municipal Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e suas alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR por término de contrato, a servidora pública municipal a Sra. IASSANA BIASI, portadora da RG nº 5.113.720-8 SSP/SC, inscrita no CPF sob Nº 060.251.149-60, matrícula Nº 1711, do emprego público no cargo de FISIOTERAPEUTA, Nível 485-ANS-24, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 26 de julho de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 26 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 470/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 615/2002 de 14/01/2002, alterada pela Lei Municipal Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e suas alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR por término de contrato, a servidora pública municipal a Sra. JÉSSICA MIGOT LAGEMANN, portadora da RG nº 5.625.141 SSP/SC, inscrita no CPF sob Nº 069.419.689-40, com matrícula Nº 1714, do emprego público no cargo de PSICÓLOGA, Nível 483-ANS-22, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 26 de julho de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 26 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 471/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Nº 531/2001, Lei Nº 613/2002 e suas alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR por término de contrato, o servidor público municipal Sr. JOSÉ MARCOS LOPES, portador da RG nº 4.578.910 SSP/SC, inscrito no CPF sob Nº 502.044.320-49, com matrícula Nº 1716, do cargo de ODONTÓLOGO, Nível 510-ANS-34, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 26 de julho de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 26 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 472/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Nº 531/2001, Lei Nº 613/2002 e suas alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR por término de contrato, a servidora pública municipal a Sra. MARIA ELIZABETH PEREIRA DO NASCIMENTO, portadora da RG nº 14.431.011-0 SSP/PR, inscrita no CPF sob Nº 026.543.597-86, com matrícula Nº 1750, do cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, Nível 499-ANS-29, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 26 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 26 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 473/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Nº 531/2001, Lei Nº 613/2002 e suas alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR por término de contrato, a servidora pública municipal a Sra. MARIA ELIZABETH PEREIRA DO NASCIMENTO, portadora da RG nº 14.431.011-0 SSP/PR, inscrita no CPF sob Nº 026.543.597-86, com matrícula Nº 1752, do cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, Nível 499-ANS-29, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 26 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 26 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 474/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 615/2002 de 14/01/2002, alterada pela Lei Municipal Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e suas alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR por término de contrato, a servidora pública municipal a Sra. ADRIANA MARIA TRISSOLDI CIVARDI, inscrita no CPF sob Nº 054.227.249-09, RG 4.752.985 - SSP/SC com matrícula Nº 1753, do emprego público no cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, Nível 456-SAU-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de

40 horas semanais,, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 26 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 26 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 475/2017
Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Nº 531/2001, Lei Nº 613/2002 e suas alterações posteriores, Lei complementar nº 003/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR por término de contrato, a servidora pública municipal Sra. LOISLENE FERREIRA, inscrita no CPF sob Nº 033.398.950-31, RG 7.629.576 - SSP/SC com matrícula Nº 1755, do cargo de ORIENTADOR SOCIAL, Nível 500-ANM-11, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Família e Assuntos da Juventude, com carga horária de 40 horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 26 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 26 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 476/2017
Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Nº 531/2001, Lei Nº 613/2002 e suas alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR por término de contrato, a servidora pública municipal a Sra. TAISSANA DEZANETTI, inscrita no CPF sob Nº 079.332.179-40, matrícula nº 1509, do cargo de ENFERMEIRA, Nível 494-ANS-26, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 26 de julho de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 26 de julho de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 477/2017

Dispõe sobre a nomeação de pessoal para cargo efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR POR CONCURSO, a Sra. SOLANGE KAPPES, nascida em 08 de maio de 1991, portadora da RG 5.527.556 SSP/SC, inscrita no CPF sob Nº 080.045.889-30, com matrícula nº 1766, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e demais alterações, e nos termos do Edital Nº 001 e Edital Nº 014 que homologou o resultado final do Concurso Público Nº 003/2016, no qual classificou-se na 1ª colocação, para exercer o cargo efetivo de PSICÓLOGO, Nível 508-ANS-32, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, para desempenhar suas funções, junto às Unidades Básicas de Saúde do Município, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC, em 01 de agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de agosto de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 478/2017

Dispõe sobre a nomeação de pessoal para emprego público em cargo efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR POR CONCURSO, a Sra. ANDREZA GIACOBLO WACHTER, nascida em 04 de setembro de 1984, portadora da RG 39.282.599-5 SSP/RS, inscrita no CPF sob Nº 005.537.440-97, com matrícula nº 1767, em conformidade com a Lei Municipal Nº 615/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e demais alterações, e nos termos do Edital Nº 001 e Edital Nº 011 que homologou o resultado final do Concurso Público Nº 004/2016, no qual classificou-se na 1ª colocação, para exercer o emprego público no cargo efetivo de FARMACÊUTICA, Nível 482-ANS-21, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, para desempenhar suas funções, junto às Unidades Básicas de Saúde do Município, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Celetista

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC, em 01 de agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de agosto de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 479/2017

Dispõe sobre a nomeação de pessoal para emprego público em cargo efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR POR CONCURSO, a Sra. SABRINA SCHNEIDER, nascida em 24 de fevereiro de 1997, portadora da RG 5.684.772 SSP/SC, inscrita no CPF sob Nº 087.358.719-70, com matrícula nº 1768, em conformidade com a Lei Municipal Nº 615/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e demais alterações, e nos termos do Edital Nº 001 e Edital Nº 011 que homologou o resultado final do Concurso Público Nº 004/2016, no qual classificou-se na 1ª colocação, para exercer o emprego público no cargo efetivo de AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, Nível 456-SAU-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, para desempenhar suas funções, junto às Unidades Básicas de Saúde do Município, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Celetista

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC, em 01 de agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de agosto de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 480/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Nº 532/2001, Lei Nº 614/2002 e suas alterações posteriores, Lei complementar nº 003/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR por término de contrato, a servidora pública municipal Sra. DENIZE PATRÍCIA LAMB, matrícula Nº 1757, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, em especial a Lei Complementar Nº 003/2017 de 06/04/2017, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO, Nível 453-TSG-7, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, com carga horária de 40 horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de agosto de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 481/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Nº 532/2001, Lei Nº 614/2002 e suas alterações posteriores, Lei complementar nº 003/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR por término de contrato, a servidora pública municipal Sra. ANDRIELE CLAUDETE BORGER, matrícula Nº 1756, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, em especial a Lei Complementar Nº 003/2017 de 06/04/2017, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO, Nível 453-TSG-7, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, com carga horária de 40 horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de agosto de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de agosto de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 482/2017
Dispõe sobre a concessão de férias a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97 de 03/02/1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, a servidora pública municipal Sra. FRANCIELE DA SILVA, inscrita no CPF sob Nº 058.368.859-40, matrícula Nº 1684, a qual ocupa o cargo de provimento comissionado/eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR, e está lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Família e Assuntos da Juventude, no período de 01/08/2017 a 30/08/2017, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/07/2016 e 30/06/2017, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de agosto de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de agosto de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 483/2017
Dispõe sobre a concessão de férias a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97 de 03/02/1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, a servidora pública municipal Sra. MÁRCIA DE FÁTIMA KLEINERT, inscrita no CPF sob Nº 024.595.789-89, matrícula Nº 1268, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de SERVENTE, e está lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, no período de 01/08/2017 a 30/08/2017, referente ao período aquisitivo compreendido entre 21/06/2014 e 20/06/2015, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de agosto de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de agosto de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 484/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal e dá outras providências.

Considerando que, o servidor público efetivo pediu exoneração do cargo;
Considerando a necessidade e o interesse público na continuidade dos trabalhos na área de Assistência Social;

Considerando que, foi realizado processo seletivo para o cargo;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, por ter sido aprovada no Processo Seletivo Nº 001/2017, período de 01/08/2017 a 31/07/2018 a Sra. LOISLENE FERREIRA, inscrita no CPF sob Nº 033.398.950-31, RG 7.629.576 - SSP/SC com matrícula Nº 1755, em conformidade com a Lei Nº 531/2001, e alterações posteriores, em especial a Lei Complementar Nº 003/2017 de 06/04/2017, Art. 2º e 4º item III, para ocupar o cargo de ORIENTADOR SOCIAL, Nível 502-ANM-12, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Família e Assuntos da Juventude, com carga horária de 40 horas semanais, com atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei. Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de agosto de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de agosto de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 485/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de saúde e dá outras providências.

Considerando que, não tem Concurso Público e nem Processo Seletivo vigente para o cargo de Agente de Saúde;

Considerando a necessidade da continuidade dos trabalhos na área de Saúde;

Considerando que a Saúde é de excepcional interesse público, e a necessidade de substituir servidor legalmente afastado;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 01/08/2017 a 05/12/2017 a Sra. ADRIANA MARIA TRISSOLDI CIVARDI, inscrita no CPF sob Nº 054.227.249-09, RG 4.752.985 - SSP/SC com matrícula Nº 1770, em conformidade com a Lei Nº 615/2002, e alterações posteriores, em especial a Lei Complementar Nº 003/2017 de 06/04/2017, para ocupar o emprego público no cargo de AGENTE DE SAÚDE, Nível 456-SAU-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, em substituição à titular do cargo Sra. Nelci Maria Wickert Cadoná que está em Licença Maternidade no período, com carga horária de 40 horas semanais, com atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário, podendo a nomeação ser prorrogada em caso de necessidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de agosto de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de agosto de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 486/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidores para Comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/ SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, em consonância a Lei Municipal Nº 1450/2017 de 17 de abril de 2017 e conforme Edital Nº 001/2017 dec 05/07/2017, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os servidores públicos municipais Sr. André Schmitt Zanin, Sr. Elisandro dos Santos Costa e Sra. Liziane Frantz, para comporem a Comissão de Avaliação das Inscrições no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudos.

Art. 2º A comissão ora nomeada terá finalidade de avaliar a veracidade das informações prestadas pelos inscritos para fins de relacionar os candidatos aptos a receber a Bolsa de Estudos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 01 de agosto de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 01 de agosto de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 487/2017
Dispõe sobre a concessão de férias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, ao servidor público municipal ROBERTO CARLOS LEÃO, inscrito no CPF sob Nº 049.416.829-39, matrícula Nº 1155, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, no período de 01/08/2017 a 30/08/2017, referente ao período aquisitivo compreendido entre 05/06/2016 e 04/06/2017, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de agosto de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de agosto de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 488/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal e dá outras providências.

Considerando que, a servidora pública efetiva está legalmente afastada no período;
Considerando a necessidade e o interesse público na continuidade dos trabalhos na área de Saúde;
Considerando que, para suprir necessidades temporárias foi realizado processo seletivo para o cargo;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, por ter sido aprovada no Processo Seletivo Nº 001/2017, período de 02/08/2017 a 31/08/2017, a Sra. TAISSANA DEZANETTI, portado Nº 1771, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 614/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, em especial a Lei Complementar Nº 003/2017 de 06/04/2017, Art. 2º e 4º item III, para ocupar o cargo de ENFERMEIRA, Nível 484-ANS-26, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, em substituição a titular do cargo Enize Ereno, com carga horária de 40 horas semanais, com atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 02 de agosto de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 02 de agosto de 2017.

Servidor Responsável
PORTARIA Nº 489/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Nº 532/2001, Lei Nº 614/2002 e suas alterações posteriores, Lei complementar nº 003/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, a servidora pública municipal Sra. WERIDIANE CAMYLA SCHUSTER, com matrícula Nº 1726, a qual foi nomeada pela Portaria Nº 145/2017, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, em especial a Lei Complementar Nº 003/2017 de 06/04/2017, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO, Nível 453-TSG-7, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, com carga horária de 40 horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 04 de agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 04 de agosto de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 490/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Nº 532/2001, Lei Nº 614/2002 e suas alterações posteriores, Lei complementar nº 003/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, a servidora pública municipal Sra. CECÍLIA MÁRCIA GRALOW SCHMIDT, matrícula Nº 1740, nomeada pelas Portarias Nº 168/2017 e 194/2017, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, do cargo de PROFESSOR II (Educação Infantil), Nível 033-DOCE-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, com carga horária total de 40 horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 04 de agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 04 de agosto de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 491/2017

Dispõe sobre a nomeação de pessoal para cargo efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR POR CONCURSO, o Sr. RICARDO BALLESTRERI, nascido em 27 de março de 1990, portador da RG 5.092.222 SSP/SC, inscrito no CPF sob Nº 056.468.009-51, com matrícula nº 1772, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e demais alterações, e nos termos do Edital Nº 001 e Edital Nº 014 que homologou o resultado final do Concurso Público Nº 003/2016, no qual classificou-se na 1ª colocação, para exercer o cargo efetivo de ODONTÓLOGO, Nível 498-ANS-28, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, para desempenhar suas funções, junto às Unidades Básicas de Saúde do Município, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º O servidor fica vinculado ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC, em 07 de agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 07 de agosto de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 492/2017

Dispõe sobre a nomeação de pessoal para cargo efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR POR CONCURSO, a Sra. WERIDIANE CAMYLA SCHUSTER, portadora da RG Nº 5.722.512, inscrita no CPF sob Nº 087.358,509-73, com matrícula Nº 1773, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e demais alterações, e nos termos do Edital Nº 001 e Edital Nº 014 que homologou o resultado final do Concurso Público Nº 003/2016, no qual classificou-se na 2ª colocação, para exercer o cargo efetivo de MONITORA DE EDUCAÇÃO, Nível 453-TSG-7, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções, junto às Unidades Escolares do Município, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC, em 07 de agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 07 de agosto de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 493/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por prazo determinado, CONTRATO II, período de 07/08/2017 a 31/10/2017, a Sra. DENISE VICENTINI, portadora da RG Nº 5.069.814, inscrita no CPF sob Nº 059.390.649-73, com matrícula Nº 1738, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, para exercer o cargo de PROFESSOR I (Informática – Não habilitada), Nível 493-DOCE-33 Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, em substituição a titular do cargo Kelin Baldin, legalmente afastada no período, com carga horária de 10 (Dez) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 07 de agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 07 de agosto de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 494/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal IVANEZ SCHANNE, matrícula Nº 776, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, Progressão Funcional por Avaliação de Desempenho, a razão de 03% (Três por cento) sobre o salário base do cargo, referente à primeira progressão funcional por desempenho (5º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos avaliados conforme disposto em lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/07/2014 e 01/07/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 031-DOCE-2, Classe/Referência A-5. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do servidor a partir do mês de julho/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 07 de agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 07 de agosto de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 495/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal ZENAIDE FACHI DORIGAN, matrícula Nº 064, inscrita no CPF sob Nº 479.418.390-91, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, Progressão Funcional por Tempo de Serviço, a razão de 3% (três por cento) sobre o salário base do cargo para cada triênio, referente à quinta progressão funcional por desempenho (12º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos avaliados conforme disposto em lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/08/2014 e 31/07/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 031-DOCE-2, Classe/Referência A-10. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do servidor a partir do mês de agosto/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 07 de agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 07 de agosto de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 496/2017

Dispõe sobre concessão de férias a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97 de 03/02/1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, a servidora pública municipal ERECI TEREZINHA GUERREIRO DO AMARAL, inscrita no CPF sob Nº 563.474.139-49,

matrícula Nº 694 a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, e está lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/08/2017 a 30/08/2017, (Período real de gozo das férias de 07/08/2017 a 05/09/2017), referente ao período aquisitivo compreendido entre 02/05/2015 e 01/05/2016, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 07 de agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 07 de agosto de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 497/2017

Dispõe sobre a designação de servidor para desempenho de função em outro local e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor público municipal Sr. CLÉU JÚNIOR RECKZIEGEL, inscrito no CPF sob Nº 828.987.409-00, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de CONTADOR, CRC/SC -025.142/O-3, matrícula nº 656, em conformidade com a legislação em vigor, para desempenhar e exercer as suas atividades em uma sala junto ao prédio da Câmara Municipal de Vereadores, andar térreo, na Rua Alcides Zanin, onde executará os serviços de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde, emissão de demonstrativos, relatórios e demais documentos e procedimentos em conformidade com a legislação atinente à matéria, resoluções e instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, permanecendo lotado na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, sem ônus adicionais para os cofres públicos municipais.

Art. 2º O servidor deverá cumprir o horário de expediente da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, onde registrará sua frequência diária ao trabalho, sem ônus adicionais para os cofres públicos municipais, na forma da Lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 08 de agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 19 de junho de 2017.

Servidor Responsável

PR 46/2017

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2017

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 23 de Agosto de 2017, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS A SEREM EXECUTADOS NOS VEICULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE PARAISO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270090), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 09 de Agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO DE POSSE VEREADOR SUPLENTE 003/2017**

Termo de Posse Nº 003/2017

Dispõe sobre a posse de suplente de Vereador e da Outras Providencias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. FABRÍCIO GARLET, usando de suas atribuições que lhe confere RESOLVE:

Art. 1º Dar posse ao Senhor Nelcídio Scheffler, CPF 655.969.519-00, como Vereador suplente em substituição a Vereadora Silene Mª Berwanger Libero que conforme requerimento nº 005/2017 aprovado em plenária do dia 02/08/2017 e pela convocação do suplente conforme ofício nº 048/2017.

Art. 2º Este Termo de Posse será assinado por mim Presidente e pelo suplente empossado, entrando em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC EM 09 DE AGOSTO DE 2017.

FABRÍCIO GARLET NELCÍDIO SCHEFFLER.

Presidente da Câmara Suplente Empossado

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 09 de agosto de 2017.
Servidora Responsável

Diana Kunrath
Matrícula Nº 52

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 058/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO Nº 058 DE 27 DE JULHO DE 2017

“CEDE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO PODER EXECUTIVO AO PODER LEGISLATIVO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o artigo 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal. DECRETO:

Art. 1º - Fica concedida a Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo ao Poder Legislativo de Passo de Torres –SC, em virtude daquele poder não dispor de número suficiente de servidores para sua própria comissão, em conformidade com o art. 5º da Lei 733/2011.

Art. 2º - A Comissão Permanente de Licitação, seguirá as normas da Lei municipal nº 733/2011 e demais legislações pertinentes à licitação.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 27 de julho de 2017.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 27 de julho de 2017.

Márcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2017/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
Contratado: ASPEKTO COMUNICAÇÃO LTDA
Valor Global: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Vigência: Início: 24/07/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº 001/2017
Dotações: 2.031.3390.00 - 709 - 33/2017 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA 2.031.3390.00 - 696 - 19/2017 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA 2.031.3390.00 - 71 - 16/2017 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA 2.031.3390.00 - 101 - 18/2017 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA 2.031.3390.00 - 64 - 14/2017 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA 2.032.3390.00 - 696 - 22/2017 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESPECIAIS DE SAÚDE
Objeto: CONTRATAÇÃO, CONFORME A NECESSIDADE, DE UMA EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, COMPREENDENDO O PLANEJAMENTO, ESTUDO, PESQUISA, CRIAÇÃO, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS PUBLICITÁRIOS, VEICULAÇÃO E CONTROLE DE RESULTADOS DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E INSTITUCIONAIS, QUE SEJAM DE INTERESSE DA SECRETARIA DE SAÚDE E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DESCRITAS NO ANEXO I.

Passo de Torres – SC, 24 de Julho de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2017/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
Contratado: JOAO PAULO MACIEL DA SILVEIRA - ME
Valor Global: R\$ 19.539,60 (dezenove mil quinhentos e trinta e nove reais e sessenta centavos).
Vigência: Início: 31/07/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 011/2017
Dotações: 2.031.3390.00 - 696 - 19/2017 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA SEREM UTILIZADOS NOS POSTOS DE SAÚDE E SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, NO EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 31 de Julho de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA
Valor Global: R\$ 30.120,00 (trinta mil cento e vinte reais).
Vigência: Início: 03/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017
Dotação: 2.010.3390.00 - 58 - 36/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.050.3390.00 - 100 - 155/2017 - MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPER. DE SERV. PÚBLIC 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.048.3390.00 - 100 - 149/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, DE 1ª LINHA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC.

Passo de Torres – SC, 3 de Agosto de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: BELLENZIER PNEUS LTDA
Valor Global: R\$ 14.658,00 (quatorze mil seiscentos e cinquenta e oito reais).
Vigência: Início: 03/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017
Dotação: 2.010.3390.00 - 58 - 36/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.050.3390.00 - 100 - 155/2017 - MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPER. DE SERV. PÚBLIC 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.048.3390.00 - 100 - 149/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, DE 1ª LINHA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC.

Passo de Torres – SC, 3 de Agosto de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: ELIETE DE OLIVEIRA VARGAS - ME
Valor Global: R\$ 25.537,54 (vinte e cinco mil quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).
Vigência: Início: 03/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 101/2017
Dotação: 2.048.3390.00 - 100 - 149/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA SEREM UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS DE ACESSO À PRAIA, NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC.

Passo de Torres – SC, 3 de Agosto de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 102/2017**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 102/2017**

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR AULAS DE ARTESANATO, NO PROJETO "TRANSFORMAR PANOS EM VIDA II", OFICINA DE OBJETOS DECORATIVOS DO GRUPO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, DO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, NO EXERCÍCIO DE 2017. ".

CREDOR: LILIA MADALENA NAZARIO SILVEIRA – CPF: 515.610.000-78.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.034.3390.00 - 52 - 88/2017 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VIGÊNCIA: 09/08/2017 a 06/12/2017.

BASE LEGAL: Inciso II, do Art. 24, da Lei nº. 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O Credor apresentou toda a documentação necessária para contratação e apresentou valor dentro do limite do Inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, além de aceitar todas as cláusulas da Minuta Contratual.

Passo de Torres/SC, 7 de Agosto de 2017.
CAIO ROBERIO BARPP DA SILVA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
SECRETÁRIA

GRAZIELA DA SILVA MONTEIRO
MEMBRO

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 103/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 103/2017

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, ELABORAÇÃO DO PPRA - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS, ELABORAÇÃO DO LTCAT - LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO, EMISSÃO DO ASO - ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL ADMISSIONAL, PERIÓDICO E DEMISSIONAL E ABONO DE ATESTADO PARA AFASTAMENTO DO EMPREGADO (FALTAS) A PARTIR DE 3 DIAS."

CREDOR: CALDIERARO E SILVA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTODA.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.650,00 (sete mil seiscentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.007.3390.00 - 100 - 12/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

BASE LEGAL: Inciso II, do Art. 24, da Lei nº. 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O Credor apresentou toda a documentação necessária para contratação e apresentou valor dentro do limite do Inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, além de aceitar todas as cláusulas da Minuta Contratual.

Passo de Torres/SC, 7 de Agosto de 2017.
CAIO ROBERIO BARPP DA SILVA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
SECRETÁRIA

GRAZIELA DA SILVA MONTEIRO
MEMBRO

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 105/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 105/2017

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR AULAS DE ARTESANATO, PROJETO "GUIRLANDAS: UMA COMBINAÇÃO PERFEITA NA ARTE DE CRIAR", DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, NO EXERCÍCIO DE 2017."

CREDOR: ROSANE SANTOS GONÇALVES – CPF: 403.016.720-91.

VALOR GLOBAL: R\$ 800,00 (oitocentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.034.3390.00 - 52 - 88/2017 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VIGÊNCIA: 10/08/2017 a 05/10/2017.

BASE LEGAL: Inciso II, do Art. 24, da Lei nº. 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O Credor apresentou toda a documentação necessária para contratação e apresentou valor dentro do limite do Inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, além de aceitar todas as cláusulas da Minuta Contratual.

Passo de Torres/SC, 7 de Agosto de 2017.
CAIO ROBERIO BARPP DA SILVA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
SECRETÁRIA

GRAZIELA DA SILVA MONTEIRO
MEMBRO

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 106/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 106/2017

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR AULAS DE MANICURE/PEDICURE, NA OFICINA DE EMBELEZAMENTO, SEGUNDO SEMESTRE, DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, EXERCÍCIO DE 2017."

CREDOR: ANA PAULA RODRIGUES DOS SANTOS – CPF: 109.700.977-78.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.034.3390.00 - 52 - 88/2017 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VIGÊNCIA: 21/08/2017 a 20/11/2017.

BASE LEGAL: Inciso II, do Art. 24, da Lei nº. 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O Credor apresentou toda a documentação necessária para contratação e apresentou valor dentro do limite do Inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, além de aceitar todas as cláusulas da Minuta Contratual.

Passo de Torres/SC, 7 de Agosto de 2017.
CAIO ROBERIO BARPP DA SILVA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
SECRETÁRIA

GRAZIELA DA SILVA MONTEIRO
MEMBRO

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 228, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 228, de 09 de agosto de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor ANDERSON CANTERGIANI SANTOS, matrícula nº 9048, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, Grupo Ocupacional Profissional, símbolo PF-10, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 21/03/2015 a 20/03/2016, para serem gozadas do dia 12/09/2017 a 11/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 09 de agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 229, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 229, de 09 de agosto de 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico expedido pelo Dr. Claudio C. Fuzzinatto – CRM-SC 14916 – no dia 07/08/2017 e entregue pela servidora ao Setor de Recursos Humanos em 09/08/2017, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais por 05 (cinco) dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora CLEUSA M. CUMERLATO GABIATTI, matrícula nº 9044, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Meio Ambiente, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, símbolo DMA-27, lotada na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, pelo período de 07/08/2017 a 11/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 07 de agosto de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 09 de agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

RECURSO PAB FIXO

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC

RECURSO PAB FIXO

Valor: R\$ 10.206,00

Data:27/07/2017

Passos Maia, SC, 07 de agosto de 2017.

Leomar Roberto Listoni

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

375/2017

PORTARIA Nº 375/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/1991, artigo 17, item II e solicitação em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR EM COMISSÃO, Estefani Prudencio de Jesus, brasileira, portadora do CPF 088.009.069-31, matrícula nº 11433, para ocupar o Cargo de Assessora para o centro de referência de Assistência Social, criado pela Lei 1688/2017, a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, com carga horária de 40 horas semanais, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 07 de agosto de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

José Antônio Rogério

Secretário Municipal de Administração

DECRETO 26/2017

DECRETO Nº26/2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º da Lei 1.683/2016 – LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada, no orçamento fiscal vigente, a dotação abaixo, no limite de R\$ 26.310,09 (vinte e seis mil trezentos e dez reais e nove centavos), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 26.310,09

10.301.0013.1.054 – Construção e Ampliação de Unidades de Saúde R\$ 26.310,09

4.4.90.00.00.00.00.00.0.6.14.002001 – Aplicações Diretas R\$ 26.310,09

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro do exercício anterior da fonte 0.6.14.002001 – Transferência ESF - no valor de R\$ 26.310,09 (vinte e seis mil trezentos e dez reais e nove centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 10 de agosto de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO

Secretário Municipal de Administração

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO LICITAÇÃO 48/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 48/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017

Fica REVOGADO o Processo de Licitação nº 48/2017 – Pregão Presencial nº 24/2017, cujo o objeto era a aquisição de um Trator de esteiras novo, por interesse público decorrente de fato superveniente (art. 49 da Lei n. 8666/93), razão pela qual fica REVOGADO o edital acima citado.

Peritiba/SC 08 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

PORTARIA 385/2017

PORTARIA Nº 385/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora CLAUDIA CAMILLO MIOZZO, ocupante do cargo efetivo de MERENDEIRA, Grupo 1, Nível 5, Classe "F", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no 03 de Agosto de 2017 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 03 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
03/Agosto/2017

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 386/2017

PORTARIA Nº 386/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora NADIA TEREZINHA KUHN PIASSA,

ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE, Grupo 2, Nível 3, Classe "D", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no 04 de Agosto de 2017 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 04 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
04/Agosto/2017

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 387/2017

PORTARIA Nº 387/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora JESSICA SCHMIDT, ocupante das funções do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, retroativo ao dia 01 de Agosto de 2017 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 04 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
04/Agosto/2017

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 388/2017

PORTARIA Nº 388/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ROSELI GASTMANN, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA SOCIAL, Nível CC-4, Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 04 de Agosto de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 04 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 04/Agosto/2017	
---	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 389/2017

PORTARIA Nº 389/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARCIA SALETE BAYS MULLER, ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 07 a 09 de Agosto de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 07 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 07/Agosto/2017	
---	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 390/2017

PORTARIA Nº 390/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora FABRICIA SCHOENELL, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 07 a 09 de Agosto de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 07 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 07/Agosto/2017	
---	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 391/2017

PORTARIA Nº 391/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora CARINA PAULA HACK, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 07 Agosto de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 07 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 07/Agosto/2017	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO 010/2017

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS 010/2017

O prefeito de Pinheiro Preto faz saber a todos os interessados, que, no edital de licitação modalidade Tomada de Preços n.º 010/2017 onde o ANEXO DE ORÇAMENTO – RUA ABEL OLIVO, no valor total unitário, onde consta R\$ 42.632,63 lê-se: R\$ 35.570,48 (trinta e cinco mil quinhentos e setenta reais e quarenta e oito centavos).

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 09 de agosto de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2017

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2017
MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 25/09/2017, Licitação Modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 002/2017, que visa a AQUISIÇÃO DE TERRENO URBANO OU RURAL COM ÁREA MÍNIMA de 35.000 m² e área MÁXIMA de 40.000 m², a fim de abrigar loteamento público de interesse social.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 25/09/2017, até às 9:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 09:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 09 DE AGOSTO DE 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO 314/2017

PORTARIA Nº 314, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 065/2017 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 065/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à empresa vencedora, DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP inscrita no CNPJ sob o nº. 05.979.350/0001-65 pelo valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por hora/máquina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 09 DE AGOSTO DE 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO 822/2017

DECRETO Nº 822/2017, de 04 de agosto de 2017

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de arrecadação no Exercício no valor de R\$ 240.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64. DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 07.00 – Secretaria Municipal de Educação e Esportes
Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino
Projeto/Atividade: 2.007 – Merenda do Ensino Fundamental
Modalidade: 19 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000 – Outras Desp.
Correntes 20.000,00

Órgão: 07.00 – Secretaria Municipal de Educação e Esportes
Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino
Projeto/Atividade: 2.012 – Merenda do Ensino Infantil
Modalidade: 21 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000 – Outras Desp.
Correntes 20.000,00

Órgão: 14.00 – Fundo Municipal de Turismo
Unidade: 14.01 – Fundo Municipal de Turismo
Projeto/Atividade: 2.027 – Ações da Secretaria de Turismo
Modalidade: 93 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000 – Outras Desp.
Correntes 200.000,00

TOTAL:
..... R\$ 240.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 4º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:
Fonte de Recursos – 0.1.0000 – Recursos Ordinários
R\$ 240.000,00

TOTAL:
..... R\$ 240.000,00

Art. 5º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 04 de agosto de 2017.

OLMIR PAULINO BENJAMINI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei n. 226/93
Em 04 de agosto de 2017.

Giovani Gelson Meneghel
Secretária Municipal de Administração e Finança

DECRETO 823/2017

DECRETO Nº 823/2017, de 04 de agosto de 2017

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de arrecadação no Exercício no valor de R\$ 100.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64. DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 13.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 13.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.041 – Ações de Atenção Básica do FMS
Modalidade: 11 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.002 – Outras Desp.
Correntes 80.000,00

TOTAL:
..... R\$ 80.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 4º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:
Fonte de Recursos – 0.1.0002 - Recursos Ordinários vinculados a Ações e Serviços Públicos em Saúde (ASPS)
..... R\$ 80.000,00

TOTAL:
..... R\$ 80.000,00

Art. 5º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 04 de agosto de 2017.

OLMIR PAULINO BENJAMINI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei n. 226/93
Em 04 de agosto de 2017.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 824/2017

DECRETO Nº 824/2017, de 07 de agosto de 2017.

Cria Comissão para verificação do atendimento dos requisitos da Lei nº 316/1995 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada Comissão para verificação do atendimento dos requisitos da Lei nº 316/1995, com os seguintes membros:

- a) Elias Fernando de Freitas – Presidente da Comissão;
- b) Cristiano Schwingel - Membro;
- c) Janete Rodrigues de Barros - Membro;

Art. 2º A comissão deverá apresentar relatório final, no prazo máximo de 60 dias, com as seguintes informações:

- a) Conclusão acerca do atendimento dos requisitos descritos na Lei nº 316/1995.
- b) Descritivo da situação atual dos imóveis descritivos na Lei nº 316/1995.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 07 de agosto de 2017.

Evando Antônio de Azeredo

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei nº 226/93

Em 07 de agosto de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 825/2017

DECRETO Nº 825/2017, de 08 de agosto de 2017

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de arrecadação no Exercício no valor de R\$ 35.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64. DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 13.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 13.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.043 – Distribuição de medicamentos – Farmácia Básica e Suplementos

Modalidade: 17 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002 – Outras Desp. Correntes 35.000,00

TOTAL:
..... R\$ 35.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recursos – 0.1.0002 - Recursos Ordinários vinculados a Ações e Serviços Públicos em Saúde (ASPS)

.....
. R\$ 35.000,00

TOTAL:
..... R\$ 35.000,00

Art. 5º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 08 de agosto de 2017.

OLMIR PAULINO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei n. 226/93

Em 08 de agosto de 2017.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

ANEXOS DO RREO TERCEIRO BIMESTRE 2017

Município de PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.555.757,50	12.555.757,50	2.221.408,47	17,69	6.359.554,79	50,65
RECEITAS CORRENTES	12.420.807,50	12.420.807,50	2.220.910,47	17,88	6.358.999,95	51,20
RECEITA TRIBUTÁRIA	626.760,50	626.760,50	83.232,62	13,28	293.564,10	46,84
IMPOSTOS	427.760,50	427.760,50	77.253,04	18,06	245.144,68	57,31
TAXAS	140.000,00	140.000,00	5.979,58	4,27	48.419,42	34,59
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	-21.000,00	-21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	9.221,93	0,00	25.736,39	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB P/GUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	9.221,93	0,00	25.736,39	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	32.015,00	32.015,00	24.843,18	77,60	64.826,58	202,49
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	16.015,00	16.015,00	24.364,43	152,14	64.347,83	401,80
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	-24.000,00	-24.000,00	478,75	0,00	478,75	0,00
UTILIZAÇÃO RECURSOS HÍDRICOS - ITAIPU	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC DIREITO EXPLOR BENS PÚBLICOS ÁREAS DOMÍNIO PÚB	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	162.950,00	162.950,00	37.713,42	23,14	93.356,02	57,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.273.382,00	11.273.382,00	2.050.346,74	18,19	5.839.057,77	51,80
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.273.382,00	11.273.382,00	2.050.346,74	18,19	5.839.057,77	51,80
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DO EXTERIOR	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DE PESSOAS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.555.757,50	12.555.757,50	2.221.408,47	17,69	6.339.554,79	6.196.202,71
TRANSF. DE CONV.	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	125.700,00	125.700,00	15.552,58	12,37	42.459,09	83.240,91
MULTAS E JUROS DE MORA	-28.050,00	-28.050,00	2.789,76	0,00	9.343,76	-37.393,76
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	49.200,00	49.200,00	3.221,71	6,55	3.221,71	45.978,29
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	16.050,00	16.050,00	8.874,69	55,29	28.449,91	-12.399,91
REC. DECOR. DE APORTES PERIÓD. P/ AMORT. DÉF. ATU. RPPS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
RECEITAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÕES AO RGPS (58)(I)	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
RECEITAS DIVERSAS	-31.500,00	-31.500,00	666,42	0,00	1.443,71	-32.943,71
RECEITAS DE CAPITAL	134.950,00	134.950,00	498,00	0,37	554,84	134.395,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-39.000,00	-39.000,00	0,00	0,00	0,00	-39.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-39.000,00	-39.000,00	0,00	0,00	0,00	-39.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	60.850,00	60.850,00	0,00	0,00	0,00	60.850,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-36.900,00	-36.900,00	0,00	0,00	0,00	-36.900,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	57.750,00	57.750,00	0,00	0,00	0,00	57.750,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-16.000,00	-16.000,00	498,00	0,00	550,56	-16.550,56
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-30.900,00	-30.900,00	0,00	0,00	4,28	-30.904,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
TRANSF. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
TRANSF. DO EXTERIOR	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
TRANSF. DE PESSOAS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
TRANSF. PARA O COMBATE À FOME	-30.900,00	-30.900,00	0,00	0,00	4,28	-30.904,28
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
REMU. DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
REC. D. ATIVA DE AMORT. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
REC. DÍV. ATIVA DA LIEN. DE EST. DE CAFÉ - FUNCAFÉ	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
RECEITA AUFERIDA POR TÍTULOS DO T.NACIONAL RESGATADO	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00

Continua 2/5

Município de PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE CEPAC OUTRAS RECEITAS	12.555.757,50	12.555.757,50	2.221.408,47	17,69	6.359.554,79	50,65	6.196.202,71
	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.555.757,50	12.555.757,50	2.221.408,47	17,69	6.359.554,79	50,65	6.196.202,71
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.555.757,50	12.555.757,50	2.221.408,47	17,69	6.359.554,79	50,65	6.196.202,71
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.555.757,50	12.555.757,50	2.221.408,47	17,69	6.359.554,79	50,65	6.196.202,71
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	795.966,49	—	—	487.765,99	—	—
Superávit Financeiro	—	795.966,49	—	—	487.765,99	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
	(d)	(e)	No Bimestre	Até o Bimestre	(g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre	(i) = (e-h)	(j)
			(f)			(h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) DESPESAS CORRENTES PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.555.757,50	13.546.382,21	1.727.813,90	7.791.165,10	5.755.217,11	2.247.632,62	6.010.780,10	7.535.602,11	5.697.614,76
	11.939.657,50	12.395.829,76	1.639.903,76	7.032.852,68	5.362.977,08	1.994.795,08	5.401.752,44	6.994.077,32	5.090.687,10
	5.737.000,00	5.753.170,12	874.959,62	2.816.199,90	2.936.970,22	884.075,04	2.797.230,63	2.955.939,49	2.719.484,17
	25.000,00	41.000,00	0,00	40.606,12	393,88	4.983,15	13.765,02	27.234,98	13.085,02

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.555.757,50	13.546.382,21	1.727.813,90	7.791.165,10	5.755.217,11	2.247.632,62	6.010.780,10	7.535.602,11	5.697.614,76
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.177.657,50	6.601.659,64	764.944,14	4.176.046,66	2.425.612,98	1.105.736,85	2.590.756,79	4.010.902,85	2.358.117,91
DESPESAS DE CAPITAL	605.100,00	1.139.552,45	87.910,14	758.312,42	381.240,03	252.837,58	609.027,66	530.524,79	606.927,66
INVESTIMENTOS	340.100,00	874.552,45	87.910,14	493.835,63	380.716,82	208.597,49	476.481,49	398.070,96	474.381,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	265.000,00	265.000,00	0,00	264.476,79	523,21	44.240,09	132.546,17	132.453,83	132.546,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.555.757,50	13.546.382,21	1.727.813,90	7.791.165,10	5.755.217,11	2.247.632,62	6.010.780,10	7.535.602,11	5.697.614,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.555.757,50	13.546.382,21	1.727.813,90	7.791.165,10	5.755.217,11	2.247.632,62	6.010.780,10	7.535.602,11	5.697.614,76
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	348.774,69	—	661.940,03
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.555.757,50	13.546.382,21	1.727.813,90	7.791.165,10	—	2.247.632,62	6.359.554,79	—	6.359.554,79
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

PLANALTO ALEGRE, 31/07/2017

JUARES BET
PrefeitoGIOVANI JOSÉ MINUZZI
Contador CRC RS-096760/O-6 T-SC

Município de PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
									% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	Legislativa	12.555.757,50	13.546.382,21	1.727.813,90	7.791.165,10	100,00	5.755.217,11	6.010.780,10	100,00	7.535.602,11
	Ação Legislativa	660.000,00	660.000,00	0,00	133.859,36	1,72	526.140,64	80.006,52	1,33	579.993,48
	Administração	1.726.257,77	1.808.115,27	0,00	133.859,36	1,72	526.140,64	80.006,52	1,33	579.993,48
	Administração Geral	1.726.257,77	1.808.115,27	277.133,42	1.087.228,70	13,95	720.886,57	337.177,07	13,03	1.024.736,54
	Segurança Pública	41.100,00	47.175,52	1.888,35	13.452,67	0,17	33.722,85	4.139,05	0,14	38.915,05
	Diretos Individuais, Coletivos e Difusos	41.100,00	47.175,52	1.888,35	13.452,67	0,17	33.722,85	4.139,05	0,14	38.915,05
	Assistência Social	522.000,00	603.170,12	99.434,12	357.714,27	4,59	245.455,85	121.126,55	4,81	313.946,73
	Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	Assistência Comunitária	512.000,00	593.170,12	99.434,12	357.714,27	4,59	235.455,85	121.126,55	4,81	303.946,73
	Saúde	2.913.756,84	3.302.109,94	440.440,65	2.169.484,75	27,85	1.132.625,19	587.950,00	25,69	1.758.179,71
	Atenção Básica	2.191.200,00	2.394.476,10	358.057,09	1.664.467,07	21,36	730.009,03	455.582,18	21,19	1.120.513,75
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	571.500,00	671.500,00	2.000,00	336.000,00	4,31	335.500,00	45.424,01	2,16	541.543,61
	Suporte Profilático e Terapêutico	126.056,84	211.133,84	79.337,21	161.811,43	2,08	49.322,41	84.934,46	2,21	78.101,60
	Vigilância Sanitária	25.000,00	25.000,00	1.046,35	7.206,25	0,09	17.793,75	2.009,35	0,12	18.020,75
	Educação	2.331.877,89	2.346.877,89	450.647,80	1.489.376,83	19,12	857.501,06	493.509,46	22,07	1.020.556,29
	Alimentação e Nutrição	93.000,00	93.000,00	7.063,43	33.347,14	0,43	59.652,86	12.294,76	0,55	60.101,71
	Ensino Fundamental	2.977,89	2.977,89	0,00	0,00	0,00	2.977,89	0,00	0,00	2.977,89
	Educação Especial	15.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,39	0,00	6.000,00	0,15	21.250,00
	Educação Básica	2.220.900,00	2.220.900,00	443.584,37	1.426.029,69	18,30	794.870,31	475.214,70	21,37	936.226,69
	Cultura	57.000,00	57.000,00	0,00	27.444,66	0,35	29.555,34	3.500,00	0,27	40.905,34
	Turismo	57.000,00	57.000,00	0,00	27.444,66	0,35	29.555,34	3.500,00	0,27	40.905,34
	Urbanismo	782.000,00	782.000,00	35.901,16	305.612,68	3,92	476.387,32	70.676,49	2,68	621.089,28
	Serviços Urbanos	782.000,00	782.000,00	35.901,16	305.612,68	3,92	476.387,32	70.676,49	2,68	621.089,28
	Habitação	100.000,00	100.000,00	9.864,81	34.040,45	0,44	65.959,55	19.040,45	0,57	65.959,55
	Habitação Urbana	100.000,00	100.000,00	9.864,81	34.040,45	0,44	65.959,55	19.040,45	0,57	65.959,55
	Saneamento	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Saneamento Básico Urbano	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	
Agricultura	736.100,00	941.092,12	86.647,06	621.620,58	7,98	319.471,54	128.170,28	8,85	408.906,92	
Extensão Rural	736.100,00	941.092,12	86.647,06	621.620,58	7,98	319.471,54	128.170,28	8,85	408.906,92	
Comércio e Serviços	369.250,00	493.073,00	19.279,07	157.467,13	2,02	335.605,87	54.509,92	2,31	354.065,33	
Serviços Urbanos	129.750,00	253.573,00	19.279,07	140.738,50	1,81	112.834,50	54.509,92	2,03	131.293,96	
Promoção Comercial	198.500,00	198.500,00	0,00	16.728,63	0,21	181.771,37	0,00	0,28	181.771,37	
Turismo	41.000,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00	0,00	0,00	41.000,00	

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.555.757,50	13.546.382,21	1.727.813,90	7.791.165,10	100,00	5.755.217,11	2.247.632,62	6.010.780,10	100,00	7.535.602,11
Transporte	1.757.415,00	1.757.415,00	255.602,59	828.120,04	10,63	929.294,96	267.178,33	773.525,14	12,87	983.889,86
Transporte Rodoviário	1.757.415,00	1.757.415,00	255.602,59	828.120,04	10,63	929.294,96	267.178,33	773.525,14	12,87	983.889,86
Desporto e Lazer	146.000,00	212.353,35	50.974,87	150.660,07	1,93	61.693,28	91.940,74	122.217,05	2,03	90.136,30
Desporto Comunitário	146.000,00	212.353,35	50.974,87	150.660,07	1,93	61.693,28	91.940,74	122.217,05	2,03	90.136,30
Encargos Especiais	400.000,00	423.000,00	0,00	415.082,91	5,33	7.917,09	68.714,28	201.678,27	3,36	221.321,73
Serviço da Dívida Interna	290.000,00	306.000,00	0,00	305.082,91	3,92	917,09	49.223,24	146.311,19	2,43	159.688,81
Outras Transferências	110.000,00	117.000,00	0,00	110.000,00	1,41	7.000,00	19.491,04	55.367,08	0,92	61.632,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	12.555.757,50	13.546.382,21	1.727.813,90	7.791.165,10	100,00	5.755.217,11	2.247.632,62	6.010.780,10	100,00	7.535.602,11

FONTE:

PLANALTO ALEGRE, 31/07/2017

JUARES BET
Prefeito

GIOVANI JOSÉ MINUZZI
Contador CRC RS-096760/O-6 T-SC

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2016 A JUNHO/2017

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.154.853,65	997.261,45	1.140.271,40	1.015.990,93	1.569.936,70	2.074.823,13	1.144.795,76	1.342.934,26	1.140.994,92	1.271.570,30	1.257.557,52	1.349.063,12	15.456.703,04
RECEITA TRIBUTÁRIA	27.396,59	17.675,05	15.800,49	31.355,79	27.573,06	83.737,19	14.866,60	24.333,62	73.675,97	127.570,30	40.257,49	42.975,13	626.760,50
I.P.T.U.	3.268,06	1.481,95	2.541,23	654,21	2.505,50	3.745,65	110,98	0,00	17.255,08	57.135,37	2.214,97	1.605,98	92.515,99
I.R.R.F.	615,40	0,00	0,00	9.352,32	0,00	60.540,76	386,50	3.026,10	16.755,27	11.237,31	16.600,71	9.085,10	127.015,47
I.S.S.	14.634,42	9.893,29	8.021,95	11.009,57	8.810,65	11.408,54	10.666,02	5.417,42	16.854,99	11.715,31	16.425,79	30.320,48	165.000,00
I.T.B.I.	5.100,00	4.300,00	3.464,00	8.709,51	14.800,00	6.554,53	3.215,29	5.600,00	9.100,00	0,00	1.000,00	0,00	47.260,50
Outras Receitas Tributárias	3.778,71	1.999,81	1.773,31	1.630,18	1.456,91	1.487,71	491,81	10.290,10	14.300,63	17.367,30	4.016,02	1.983,56	60.546,05
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	5.893,09	3.268,17	3.051,35	3.667,48	3.043,57	2.986,55	6.816,86	4.710,29	4.511,64	37.949,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.404,80	2.140,12	2.871,33	2.895,02	2.873,77	5.848,03	12.421,34	8.328,98	11.953,58	7.279,50	17.542,61	7.300,57	83.959,65
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	16.104,74	18.998,21	16.432,53	14.856,93	16.296,60	32.130,22	11.581,66	12.563,98	20.576,01	10.920,95	20.392,88	16.780,54	202.950,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.104.494,57	957.273,64	1.101.876,29	955.281,07	1.499.822,80	1.925.839,87	1.097.390,82	1.291.854,93	1.023.970,96	1.137.350,08	1.161.089,67	1.274.867,24	14.531.151,94
Cota-Parte do F.P.M.	574.515,35	465.940,62	571.661,32	267.009,69	838.988,98	1.311.543,46	557.723,59	714.986,63	447.982,93	539.743,28	612.245,57	564.316,40	7.466.557,82
Cota-Parte do I.C.M.S.	340.631,28	312.904,25	314.169,37	349.654,64	339.634,83	372.485,20	383.329,30	340.860,81	357.465,20	370.930,83	339.369,76	336.441,10	4.177.876,57
Cota-Parte do I.P.V.A.	18.214,14	15.898,83	19.148,49	12.806,96	9.624,27	7.039,59	11.913,84	16.071,19	23.420,76	20.299,42	22.478,75	21.560,47	240.000,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	44,65	294,81	1.480,28	64,94	0,00	0,00	0,00	0,00	6,30	0,00	60,99	2.222,00
Outras Transferências Correntes	92.115,31	81.407,28	113.084,61	229.054,16	215.854,20	126.501,51	52.555,75	131.291,62	105.096,90	113.519,36	97.444,66	239.550,82	1.597.476,18
Transferências da LC 61/1989	3.377,02	3.412,45	4.069,95	4.937,03	3.969,81	5.468,32	4.822,34	5.302,63	4.166,96	5.031,60	4.721,05	4.746,70	54.046,86
Transferências da LC 87/1996	1.318,62	1.318,62	1.318,62	1.318,62	1.318,62	1.318,62	1.306,23	1.306,23	1.306,23	1.306,23	1.306,23	1.306,23	18.000,00
Transferências do FUNDEB	74.262,85	76.446,94	78.129,12	89.019,69	90.367,15	101.462,17	85.739,77	82.035,82	84.331,98	86.513,06	83.523,65	86.384,53	990.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.512,95	1.174,43	3.190,76	3.708,93	19.100,30	24.216,47	4.867,86	2.459,18	7.831,85	11.747,62	13.024,58	2.828,00	165.700,00
DEDUÇÕES (II)	147.792,94	159.223,68	182.085,57	127.488,14	238.693,05	283.605,78	191.818,89	215.705,35	166.868,19	187.463,33	196.024,02	189.886,15	2.280.240,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	147.792,94	159.223,68	182.085,57	127.488,14	238.720,08	283.605,78	191.818,89	215.705,35	166.868,19	187.463,33	196.024,02	189.886,15	2.305.240,00
Dedução de Transf. Convênio Calçamento Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	-27,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-27,03
Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.007.060,71	838.037,77	958.185,83	888.502,69	1.330.243,65	1.791.217,35	952.976,87	1.126.878,91	974.126,73	1.084.106,97	1.061.533,50	1.159.276,97	12.445.807,50

FONTE:

PLANALTO ALEGRE, 31/07/2017

JUARES BET
Prefeito

GOWANI JOSÉ MINUZZI
Contador CRC 096760/O-6 T-SC

Município de PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Dez 2016 (B)	Em 30 Jun 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	119.370,43	119.370,43	119.370,43
DEDUÇÕES (II)	891.627,80	891.627,80	1.086.512,14
Disponibilidade de Caixa	891.627,80	891.627,80	1.086.294,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	920.156,22	920.156,22	1.402.959,50
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	28.528,42	28.528,42	316.665,34
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	217,98
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (Vlc - Vlb)	Jan a Jun 2017 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

PLANALTO ALEGRE, 31/07/2017

JUARES BET
Prefeito

GIOVANI JOSÉ MINUZZI
Contador CRC RS-096760/O-6 T-SC

Município de PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Semestre/ 2017	Até o Semestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.364.792,50	6.294.652,12	5.642.694,02
Receita Tributária	626.760,50	293.564,10	291.158,98
I.P.T.U.	100.000,00	78.322,39	75.080,03
I.S.S.	165.000,00	91.400,01	70.708,76
I.T.B.I.	47.260,50	18.915,29	31.606,90
I.R.R.F.	115.500,00	56.506,99	67.229,89
Outras Receitas Tributárias	199.000,00	48.419,42	46.533,40
Receita de Contribuição	40.000,00	25.736,39	9.289,65
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	40.000,00	25.736,39	9.289,65
Receita Patrimonial Líquida	16.000,00	478,75	80,18
Receita Patrimonial	72.015,00	64.826,58	20.156,34
(-) Aplicações Financeiras	56.015,00	64.347,83	20.076,16
Transferências Correntes	11.313.382,00	5.839.057,77	5.230.248,46
F.P.M.	5.600.000,00	2.749.598,85	2.550.726,25
I.P.V.A	192.000,00	92.596,00	83.651,19
I.C.M.S.	3.360.000,00	1.718.718,14	1.550.404,53
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.161.382,00	1.278.144,78	1.045.466,49
Demais Receitas Correntes	368.650,00	135.815,11	111.916,75
Dívida Ativa	56.050,00	28.449,91	18.652,93
Diversas Receitas Correntes	312.600,00	107.365,20	93.263,82
RECEITAS DE CAPITAL (II)	134.950,00	554,84	678.990,22
Operações de Crédito (III)	1.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	24.000,00	550,56	1.333,56
Alienação de Ativos (V)	100.850,00	0,00	99.800,00
Transferências de Capital	9.100,00	4,28	577.856,66
Convênios	9.100,00	4,28	577.856,66
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	9.100,00	4,28	577.856,66
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.373.892,50	6.294.656,40	6.220.550,68

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Semestre/ 2017	Até o Semestre/ 2016	Até o Semestre/ 2017	Até o Semestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.395.829,76	7.032.852,68	7.891.358,01	5.401.752,44	6.037.461,88
Pessoal e Encargos Sociais	5.753.170,12	2.816.199,90	3.265.662,50	2.797.230,63	3.188.440,56
Juros e Encargos da Dívida (IX)	41.000,00	40.606,12	42.000,00	13.765,02	20.707,26
Outras Despesas Correntes	6.601.659,64	4.176.046,66	4.583.695,51	2.590.756,79	2.828.314,06
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.354.829,76	6.992.246,56	7.849.358,01	5.387.987,42	6.016.754,62
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.139.552,45	758.312,42	1.128.355,18	609.027,66	801.840,92
Investimentos	874.552,45	493.835,63	904.855,18	476.481,49	670.987,43
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	265.000,00	264.476,79	223.500,00	132.546,17	130.853,49
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	874.552,45	493.835,63	904.855,18	476.481,49	670.987,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	11.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.240.382,21	7.486.082,19	8.754.213,19	5.864.468,91	6.687.742,05
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-866.489,71	-1.191.425,79	-2.533.662,51	430.187,49	-467.191,37
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	549.330,11	-	487.765,99	0,00
Superávit Financeiro	-	549.330,11	-	487.765,99	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00

Município de PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

PLANALTO ALEGRE, 31/07/2017

JUARES BET
Prefeito

GIOVANI JOSÉ MINUZZI
Contador CRC RS-096760/O-6 T-SC

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	500.410,50	500.410,50	258.959,67	51,75
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	160.350,00	160.350,00	84.578,79	52,75
1.1.1- IPTU	140.000,00	140.000,00	78.322,39	55,94
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	20.350,00	20.350,00	6.256,40	30,74
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	47.260,50	47.260,50	18.915,29	40,02
1.2.1- ITBI	47.260,50	47.260,50	18.915,29	40,02
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	177.300,00	177.300,00	98.958,60	55,81
1.3.1- ISS	165.000,00	165.000,00	91.400,01	55,39
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	12.300,00	12.300,00	7.558,59	61,45
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	115.500,00	115.500,00	56.506,99	48,92
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.526.222,00	11.526.222,00	5.737.835,78	49,78
2.1- Cota-Parte FPM	7.000.000,00	7.000.000,00	3.436.998,40	49,10
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.000.000,00	7.000.000,00	3.436.998,40	49,10
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.200.000,00	4.200.000,00	2.148.397,00	51,15
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	18.000,00	18.000,00	7.837,38	43,54
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	66.000,00	66.000,00	28.791,28	43,62
2.5- Cota-Parte ITR	2.222,00	2.222,00	67,29	3,03
2.6- Cota-Parte IPVA	240.000,00	240.000,00	115.744,43	48,23
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.026.632,50	12.026.632,50	5.996.795,45	49,86
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	195.800,00	195.800,00	86.080,78	43,96
5.1- Transferências do Salário-Educação	120.000,00	120.000,00	51.968,05	43,31
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.800,00	1.800,00	1,88	0,10
5.3- Transferências Diretas - PNAE	33.000,00	33.000,00	12.286,40	37,23
5.4- Transferências Diretas - PNATE	40.000,00	40.000,00	12.592,92	31,48
5.5- Outras Transferências do FNDE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	9.231,53	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	31.100,00	31.100,00	9.413,00	30,27
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	226.900,00	226.900,00	95.493,78	42,09

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.305.240,00	2.305.240,00	1.147.565,93	49,78
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.400.000,00	1.400.000,00	687.399,55	49,10
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	840.000,00	840.000,00	429.678,86	51,15
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.600,00	3.600,00	1.567,44	43,54
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.200,00	13.200,00	5.758,20	43,62
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	440,00	440,00	13,45	3,06
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	48.000,00	48.000,00	23.148,43	48,23
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	995.000,00	995.000,00	511.125,44	51,37
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	990.000,00	990.000,00	509.328,81	51,45
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	1.796,63	35,93
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.315.240,00	-1.315.240,00	-638.237,12	48,53

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-638.237,12
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						1.796,63
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						—
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						—
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-636.440,49
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						636.440,49
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						10,61
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	100.000,00	100.000,00	69.772,80	69,77	69.714,20	69,71
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	120.000,00	120.000,00	91.287,17	76,07	54.115,77	45,10
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.116.877,89	1.131.877,89	803.084,77	70,95	677.259,54	59,84
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	1.336.877,89	1.351.877,89	964.144,74	71,32	801.089,51	59,26
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	1.336.877,89	1.351.877,89	964.144,74	71,32	801.089,51	59,26
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00			0,00
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00			0,00
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00			0,00

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	9.102,68	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	509.328,81	51.968,05
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	504.479,31	53.229,01
48.1 Orçamento do Exercício	504.479,31	53.229,01
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.796,63	9.168,65
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	15.748,81	7.907,69
51- (+) Ajustes	424,50	186,42
51.1. Retenções	0,00	186,42
51.2. Conciliação bancária	424,50	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	16.173,31	8.094,11

PLANALTO ALEGRE, 31/07/2017

JUARES BET
Prefeito

GIOVANI JOSÉ MINUZZI
Contador CRC RS-096760/O-6 T-SC

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
								Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				500.410,50	500.410,50	500.410,50	500.410,50	258.959,67	51,75
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	78.322,39	55,94
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				47.260,50	47.260,50	47.260,50	47.260,50	18.915,29	40,02
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00	91.400,01	55,39
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				115.500,00	115.500,00	115.500,00	115.500,00	56.506,99	48,92
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				3.450,00	3.450,00	3.450,00	3.450,00	2.062,25	59,78
Dívida Ativa dos Impostos				25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	9.880,11	39,52
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				4.200,00	4.200,00	4.200,00	4.200,00	1.872,63	44,59
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				11.526.222,00	11.526.222,00	11.526.222,00	11.526.222,00	5.737.835,78	49,78
Cota-Parte FPM				7.000.000,00	7.000.000,00	7.000.000,00	7.000.000,00	3.436.998,40	49,10
Cota-Parte ITR				2.222,00	2.222,00	2.222,00	2.222,00	67,29	3,03
Cota-Parte IPVA				240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	115.744,43	48,23
Cota-Parte ICMS				4.200.000,00	4.200.000,00	4.200.000,00	4.200.000,00	2.148.397,00	51,15
Cota-Parte IPI-Exportação				66.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	28.791,28	43,62
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	7.837,38	43,54
Desoneração ICMS (LC 87/96)				18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	7.837,38	43,54
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				12.026.632,50	12.026.632,50	12.026.632,50	12.026.632,50	5.996.795,45	49,86
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
						Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE				0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES				2.896.656,84	3.071.733,84	1.994.364,35	64,93	1.382.939,23	45,02
Pessoal e Encargos Sociais				1.139.000,00	1.139.000,00	701.536,68	61,59	701.536,68	61,59
Outras Despesas Correntes				1.757.656,84	1.932.733,84	1.292.827,67	66,89	681.402,55	35,26
DESPESAS DE CAPITAL				5.100,00	218.376,10	164.320,40	75,25	156.491,00	71,66
Investimentos				5.100,00	218.376,10	164.320,40	75,25	156.491,00	71,66

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	5.100,00	218.376,10	164.320,40	75,25	156.491,00	71,66
Investimentos	5.100,00	218.376,10	164.320,40	75,25	156.491,00	71,66
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.901.756,84	3.290.109,94	2.158.684,75	65,61	1.539.430,23	46,79
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	530.200,00	833.476,10	622.453,20	28,83	406.664,09	26,42
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	530.200,00	833.476,10	622.453,20	28,83	406.664,09	26,42
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	530.200,00	833.476,10	622.453,20	28,83	406.664,09	26,42
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.371.556,84	2.456.633,84	1.536.231,55	71,17	1.132.766,14	73,58
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,89
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIB)/100] 6						233.246,82

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PLANALTO ALEGRE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL					
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
-	-	-	-	-	-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até Bimestre (l)	% (V/Total I)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
2.191.200,00	2.394.476,10	1.664.467,07	76,72	1.273.962,35	82,51
571.500,00	671.500,00	336.000,00	15,49	129.956,39	8,42
126.056,84	211.133,84	161.811,43	7,46	133.032,24	8,62
25.000,00	25.000,00	7.206,25	0,33	6.979,25	0,45
2.913.756,84	3.302.109,94	2.169.484,75	100,00	1.543.930,23	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times Ilib)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PLANALTO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

PLANALTO ALEGRE, 31/07/2017

JUALES BET
PrefeitoGIOVANI JOSÉ MINUZZI
Contador CRC RS-096760/O-6 T-SC

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081 / 2017

Processo Administrativo n.º 049 / 2017.
Pregão Presencial n.º 027 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: RENO VOIGTLAENDER ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, SERVENTE, PINTOR, ELETRICISTA E ENCANADOR PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS, PONTES E PREDIAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais) / Lote 03 – Item 01.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 16/07/2018.

Pomerode / SC, 17 de Julho de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 082 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 082 / 2017

Processo Administrativo n.º 049 / 2017.
Pregão Presencial n.º 027 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, SERVENTE, PINTOR, ELETRICISTA E ENCANADOR PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS, PONTES E PREDIAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$250.500,00 (duzentos e cinquenta mil e quinhentos reais) / Lote 01 – Itens 01 e 02; Lote 02 – Itens 01, 02, 03 e 04.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 16/07/2018.

Pomerode / SC, 17 de Julho de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 083 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 083 / 2017

Processo Administrativo n.º 050 / 2017.
Pregão Presencial n.º 028 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: GLOBAL BANDEIRAS EIRELI ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS OFICIAIS PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, FUNDOS E FUNDAÇÃO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$21.870,00 (vinte e um mil e oitocentos e setenta reais) / Lote 02 – Itens 01, 02, 03 e 04; Lote 03 – Itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06; e Lote 04 – Itens 01, 02 e 03.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 17/07/2018.

Pomerode / SC, 18 de Julho de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 084 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 084 / 2017

Processo Administrativo n.º 052 / 2017.
Pregão Presencial n.º 030 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: CONCRERIO – ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE CALHAS, FILTROS, FOSSAS, GELO BAIANO, GRELHAS, MEIO FIO, MOURÃO, PLACAS TRABALHADAS, TUBOS E BLOCOS DE CONCRETO PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$633.515,00 (seiscentos e trinta e três mil e quinhentos e quinze reais) - Itens 01, 02, 03, 04, 07, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 30 e 31.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 26/07/2018.

Pomerode / SC, 27 de Julho de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 085 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 085 / 2017

Processo Administrativo n.º 052 / 2017.
Pregão Presencial n.º 030 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE CALHAS, FILTROS, FOSSAS, GELO BAIANO, GRELHAS, MEIO FIO, MOURÃO, PLACAS TRABALHADAS, TUBOS E BLOCOS DE CONCRETO PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$130.310,00 (cento e trinta mil e trezentos e dez reais) - Itens 05, 25 e 26.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 26/07/2018.

Pomerode / SC, 27 de Julho de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 086 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 086 / 2017

Processo Administrativo n.º 052 / 2017.
Pregão Presencial n.º 030 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: AGATON ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE CALHAS, FILTROS, FOSSAS, GELO BAIANO, GRELHAS, MEIO FIO, MOURÃO, PLACAS TRABALHADAS, TUBOS E BLOCOS DE CONCRETO PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$162.900,00 (cento e sessenta e dois mil e novecentos reais) - Itens 24 e 28.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 26/07/2018.

Pomerode / SC, 27 de Julho de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 087 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 087 / 2017

Processo Administrativo n.º 052 / 2017.
Pregão Presencial n.º 030 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: R C RECICLAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE CALHAS, FILTROS, FOSSAS, GELO BAIANO, GRELHAS, MEIO FIO, MOURÃO, PLACAS TRABALHADAS, TUBOS E

BLOCOS DE CONCRETO PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$90.050,00 (noventa mil e cinquenta reais) - Itens 06, 08, 09 e 29.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 26/07/2018.

Pomerode / SC, 27 de Julho de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 088 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 088 / 2017

Processo Administrativo n.º 052 / 2017.
Pregão Presencial n.º 030 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: INOVA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE CALHAS, FILTROS, FOSSAS, GELO BAIANO, GRELHAS, MEIO FIO, MOURÃO, PLACAS TRABALHADAS, TUBOS E BLOCOS DE CONCRETO PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$44.900,00 (quarenta e quatro mil e novecentos reais) - Item 27.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 26/07/2018.

Pomerode / SC, 27 de Julho de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 089 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 089 / 2017

Processo Administrativo n.º 051 / 2017.
Pregão Presencial n.º 029 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS DE TERRAPLENAGEM E CAMINHÕES CAÇAMBA TRUCK, POR HORA TRABALHADA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$264.500,00 (duzentos e sessenta e quatro mil e quinhentos reais) - Itens 02 e 04.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 06/08/2018.

Pomerode / SC, 07 de Agosto de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 090 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 090 / 2017

Processo Administrativo n.º 051 / 2017.
Pregão Presencial n.º 029 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: ÂNCORA SERVIÇOS EIRELI ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS DE TERRAPLENAGEM E CAMINHÕES CAÇAMBA TRUCK, POR HORA TRABALHADA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$402.500,00 (quatrocentos e dois mil e quinhentos reais) - Itens 01, 03 e 05.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 06/08/2018.

Pomerode / SC, 07 de Agosto de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA 22.089

<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>

PORTARIA Nº 22.089
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO LUCIMAR LENZ GOEDE DA FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:
De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato LUCIMAR LENZ GOEDE, da função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, da Secretaria de Saúde, a partir de 11 de maio de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de maio de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 22.094

<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>

PORTARIA Nº 22.094
NOMEIA RAQUEL NASCIMENTO WIENEN PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE PROMOÇÃO TURÍSTICA.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas

atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:
De acordo com o artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, NOMEAR RAQUEL NASCIMENTO WIENEN, para exercer o cargo em comissão de GERENTE DE PROMOÇÃO TURÍSTICA, na Secretaria de Turismo, a partir de 15 de maio de 2017.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15 de maio de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de maio de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 22.182

<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>

PORTARIA Nº 22.182
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR DELIRIO FACHINI.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:
EXONERA A PEDIDO de acordo com a Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014 e decreto Municipal de nº 3.211/17, o servidor DELIRIO FACHINI, servidor efetivo conforme Portaria de Nomeação nº 10.877, de 06 de maio de 2008, ocupante do cargo Tratotista Agrícola-Nível I, Referência 003-A-214, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais da Secretaria de Atividade Rural e Meio-Ambiente, a partir de 12 de junho de 2017.
Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 12 de junho de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 22.185

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.185
CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO VALDIR CARDOSO PARA O CARGO DE ZELADOR.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:
CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, de acordo com a Lei Ordinária nº 2819 de 17 de março de 2016, VALDIR CARDOSO, para exercer o cargo de Zelador, Referência 200, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, vaga vinculada a provimento da

vaga por concurso, no CEIM Damaris Frahm e CEIM Profª Amália Gertrudes da Silva Anders, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 01 de junho de 2017.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 12 de junho 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.206

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 22.206

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA MIRLEIDE NIEDZIELSKI.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

EXONERA A PEDIDO de acordo com a Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014 e decreto Municipal de nº 3.211/17, a servidora MIRLEIDE NIEDZIELSKI, servidora efetiva, ocupante do cargo de Orientador de Atividades Físicas- Nível I, Referência 013-A-231, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais na Assistência Social, da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social, a partir de 19 de junho de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 19 de junho de 2017.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 22.226

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 22.226

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO PATRICIA MORENA DA COSTA BUSS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato PATRICIA MORENA DA COSTA BUSS do cargo de Professor – Língua Alemã, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 26 de junho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.237

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 22.237

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO CLEOMAR DE MELLO FAGUNDES DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato CLEOMAR DE MELLO FAGUNDES do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 12 de junho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
---	---

MARCOS ANDRÉ RADÜNZ
Controladoria Municipal

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

Município de Pomerode, 30 de junho de 2017.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 22.272

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.272

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR OSNI TRIBESS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ERCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

EXONERA A PEDIDO de acordo com a Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014 e decreto Municipal de nº 3.211/17, o servidor OSNI TRIBESS, servidor efetivo, ocupante do cargo de Servente-Nível I, Referência 001-C-202, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria de Obras e Urbanismo, a partir de 30 de junho de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

PORTARIA 22.493

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.493

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA MARISA CALISSI, OCUPANTES DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE COORDENADORA DE SAÚDE BUCAL, LOTADA JUNTO À SECRETARIA DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 62, inciso V, da Lei Orgânica do Município, EXONERAR a pedido, a servidora Marisa Calissi, ocupante de função gratificada de Coordenadora de Saúde Bucal, lotada junto à Secretaria de Saúde, a partir de 01 de agosto de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 01 de agosto de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de julho de 2017.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

EXTRATOS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 16-17-18-19-20 DE 2017

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 013/2017

Objeto: – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE.

MARGEM - COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA. ME	7, 17, 27, 35, 36, 37, 42, 45, 50, 56, 57, 61, 62, 68, 72, 73, 79, 80, 82, 84, 85, 88, 89, 92, 93, 95, 96, 97, 109, 116, 120, 121, 122, 125, 136, 150, 151
R\$26.733,40 (vinte e seis mil, setecentos e trinta e três reais e quarenta centavos)	

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 016/2017

Validade: A partir de 18.07. 2017 validade (12 MESES).

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 013/2017

Objeto: – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE.

FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME	55, 67, 69
R\$4.672,40 (quatro mil, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta centavos)	

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 017/2017

Validade: A partir de 18.07. 2017 validade (12 MESES).

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 013/2017

Objeto: – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE.

VIA D'ÁGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA ME	9, 11, 49, 66, 74, 98, 99, 100, 101, 102, 123
R\$880,60 (oitocentos e oitenta reais e sessenta centavos)	

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 018/2017

Validade: A partir de 18.07. 2017 validade (12 MESES).

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 013/2017

Objeto: – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE.

HIFERSANE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA -EPP	4, 8, 10, 30, 31, 34, 40, 54, 63, 83, 87, 107, 149
R\$11.027,90 (onze mil, vinte e sete reais e noventa centavos)	

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 019/2017

Validade: A partir de 18.07. 2017 validade (12 MESES).

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 013/2017

Objeto: – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE.

G2 MATERIAIS HIDRAULICOS	4, 8, 10, 30, 31, 34, 40, 54, 63, 83, 87, 107, 149
R\$7.741,20 (sete mil, setecentos e quarenta e um reais e vinte centavos)	

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 020/2017

Validade: A partir de 18.07. 2017 validade (12 MESES).

Ponte Serrada

PREFEITURA

REEQUILÍBRIO DE PREÇO - CONTRATO 06/2017

PUBLICAÇÃO DE REEQUILÍBRIO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

CONTRATO Nº 06/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: AUTO POSTO QUERÊNCIA LTDA

CNPJ: 77.875.821/0001-04

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA, DIESEL COMUM, DIESEL S10, ARLA 32, ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Item: Óleo diesel S10 original

Reequilíbrio de Valor: de R\$2,7346 para R\$ 3,1384 por litro.

VIGÊNCIA: 10 de agosto de 2017 até 31 de Dezembro de 2017.

Ponte Serrada, 10 de agosto de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

REEQUILÍBRIO DE PREÇO - CONTRATO 08/2017

PUBLICAÇÃO DE REEQUILÍBRIO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

CONTRATO Nº 08/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: TANIA CIRLEI SGARBOSSA ALVES

CNPJ: 79.515.896/0001-00

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA, DIESEL COMUM, DIESEL S10, ARLA 32, ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Item: Óleo diesel comum

Reequilíbrio de Valor: de R\$2,927 para R\$ 2,980 por litro.

VIGÊNCIA: 10 de agosto de 2017 até 31 de Dezembro de 2017.

Ponte Serrada, 10 de agosto de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 259/2017

DECRETO Nº 259, de 07 de agosto de 2017.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.399, de 15 de junho de 2016 (LDO) e 4.433, de 14 de dezembro de 2016 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, o valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0203 – SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO		
ATIVIDADE	2004 – Manutenção DEMUTRAN		
MODALIDADE	3390 – 207 – Aplicações Diretas	09	150.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		150.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do exercício, na respectiva Fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 262/2017

DECRETO Nº 262, de 09 de agosto de 2017.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.399, de 15 de junho de 2016 (LDO) e 4.433, de 14 de dezembro de 2016 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação, na dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2082 – Despesas não Consideradas para Índices de Ensino		
MODALIDADE	3390 – 3100 – Aplicações Diretas	49	20.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do exercício 2016 na respectiva fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

ERRATA REFERENTE AO EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 127/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Errata
Referente ao Processo Licitatório 181/2017.
Pregão Presencial 127/2017
No Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 127/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 09 de agosto de 2017, edição Nº 2315, página 507,
Onde lê-se " Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 127/2017",
Leia-se "Extrato de Edital de Pregão Presencial 127/2017".
As demais informações permanecem inalteradas.
Porto União – SC, 09 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 014/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 183/2017
Inexigibilidade de Licitação nº 014/2017

Caracterização da Situação: O Município necessita contratar empresa que preste Assistência Técnica e Extensão Rural aos agricultores do Município de Porto União, garantindo aos mesmos orientações sobre produção, agropecuária, pós colheita, bem como orientação sobre comercialização, administração rural, organização de produtores, crédito orientado, educação ambiental, educação sanitária entre outras.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, investir em pessoas, habilidades e atitudes, tornando-os capazes de gerir ideias, gerenciar empreendimentos, garantindo aos mesmos

orientações sobre produção, agropecuária, pós colheita, bem como orientação sobre comercialização, administração rural, organização de produtores, crédito orientado, educação ambiental, educação sanitária entre outras.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0012-15, uma vez que é a única empresa que presta serviços desta natureza em todo o Estado de Santa Catarina, contatando-se portanto a inviabilidade de competição.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União
Unidade 0208 – Secretaria Municipal de Agricultura
Atividade 2022 – Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura
Modalidade 3390-100 – Aplicações Diretas
Cód 108

Complemento – 33903905 – Serviços Técnico Profissionais

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25, caput e inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 08 de agosto de 2017.
MIGUEL CHOKAILO NETO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 046/2017

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2017 - MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2017

Câmara de Vereadores de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato
Processo Licitatório nº 57/2017 - Modalidade de Dispensa de Licitação nº 048/2017
Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB n.º 83.529.933/0001-06).
Contratada: Marlene Mattioli A Lavanderia ME. (CNPJ nº 09.529.675/0001-05).
Objeto: Contratada empresa para serviços de lavanderia para lavagem de 61 (sessenta e um) metros de cortinas.
Valores: R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais).
Dotação Orçamentária:
Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União
Unidade 01- Câmara de Vereadores de Porto União
Atividade – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas
Modalidade- 3.3.90.100 – Aplicações Diretas
Complemento: 3.3.90.39.46.00.00.00 – Serviços Domésticos.

Foro: Comarca de Porto União (SC).
Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93

Luiz Alberto Pasqualin
Presidente

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 073/2017 DE 28/07/2017 ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 073/2017 de 28/07/2017

Altera membros do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c Lei nº 1.362/95 de 20/09/1995;

Considerando a dissolução das entidades, Centro Social Marista e Clube de Mães Aterrado, e que existe a necessidade de recompor a participação da sociedade organizada no referido Conselho. DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social, do Município de Pouso Redondo.

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

Representantes:	Órgão/Entidade
Edna Aparecida Dias – Titular Luiz Nelson Borghesan – Suplente	Fundo Municipal de Assistência Social
Camilo Freitas Machado – Titular Adair Felizardo – Suplente	Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Maikel Verdi – Titular Josimar da Silva - Suplente	Representantes da Secretaria Municipal de Administração

II – REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

Representantes:	Órgão/Entidade
Genoveva dos Santos Sora – Titular Thauan Petry Bonessi- Suplente	Representantes APAE
Paulo Olavo Peixer – Titular Luana Andrade - Suplente	Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pouso Redondo
Vigold Grunfeldt – Titular Helder Nolli – Suplente	Representantes da Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 037/2017, de 03/05/2017.

Pouso Redondo, 28 de julho de 2017.

OSCAR GUTZ Prefeito Municipal

DECRETO Nº 074/2017 DE 28/07/2017 DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 074/2017 de 28/07/2017

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 03- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

Funcional: 26.782.0039.1.008 - Pavimentação e Infra-Estrutura

(90) 4.4.90.00.00.00.00.0016 - Aplicações Diretas
..... R\$ 105.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de julho de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 075/2017 DE 28/07/2017, CANCELA LANÇAMENTO DE DÍVIDA ATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 075/2017 de 28/07/2017.

Cancela lançamento de dívida ativa e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

Considerando que os lançamentos de dívida ativa em nome dos contribuintes são indevidos;

Considerando que o cancelamento não importa em renúncia de receita e que o contribuinte não pode arcar com erro formal da Administração Pública;

Considerando Requerimento do Setor de Tributos.

DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelado a dívida ativa no valor de R\$ 6.406,36 (Seis mil quatrocentos e seis reais e trinta e seis centavos), relativos ao

IPTU (2007 a 2017) e Contribuição de Melhoria (2010), em nome de Leonita Antunes, CPF nº 776.606.929-68, visto que o imóvel 4258, situado a Rua do Hipódromo, s/n, Bairro Arroio Grande, município de Pouso Redondo, conforme ofício nº170/2017/UL-1607 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (em anexo), encontra-se em área não edificante.

Art. 2º - Fica cancelado a dívida ativa no valor de R\$ 6.195,77 (Seis mil cento e noventa e cinco reais e setenta e sete centavos), IPTU (1995 a 2003), em nome de HELIO DA SILVA registrado no CPF nº 842.421.409-91, do imóvel nº 310, visto que do Imóvel nº 310, pois a dívida em questão pertence a Charles Siewerdt e Herdeiros Siewerdt.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de julho de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 076/2017 DE 28/07/2017 DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 076/2017 de 28/07/2017

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0025.2.035 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

(9) 4.4.90.00.00.00.00.00.0088. – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de julho de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 077/2017 DE 28/07/2017 DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 077/2017 de 28/07/2017

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01- GABINETE DO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Funcional: 04.122.0009.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

(9) 4.4.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de julho de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 03.2017 - RESSONÂNCIA MAGNÉTICA

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 25/2017-FMS

Inexigibilidade de Licitação 06/2017-FMS

Credenciamento 03/2017-FMS

O Município de PRINCESA/SC, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, torna público que realizará licitação PÚBLICA, destinada a "Chamada Pública para CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas para contratação de serviços – EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA - a serem realizados em estabelecimento do Contratado para pacientes residentes no Município de Princesa/SC.". A efetivação do procedimento ocorrerá a partir das 08h30min do dia 10 de agosto de 2017, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 09 de agosto de 2017. Clédina de Olivenria – Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

EXTRATO DE PREGÃO 33.2017 - EPIS

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 55/2017-PM

Pregão Presencial 32/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPIs e UNIFORMES para funcionários e PROTETOR SOLAR para distribuição em evento de prevenção ao Câncer de Pele.". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 23 de agosto de 2017, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 08 de agosto de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE PREGÃO 34.2017 - EQUIPAMENTOS CRECHE

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 58/2017-PM

Pregão Presencial 34/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de PEÇAS PARA ESTOFADO DE ÔNIBUS, CARRINHOS DE BEBÊ, CAMINHAS PORTÁTEIS e LAVADORA DE ALTA PRESSÃO para uso na Creche Municipa.". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 22 de agosto de 2017, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 09 de agosto de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

LEI Nº. 889 DE 09.08.2017

LEI Nº. 889, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE DÍVIDA NÃO EMPENHADA E NÃO PAGA ATÉ 31/12/2016 DO MUNICÍPIO DE PRINCESA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições legais que lhes forem conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal votou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Princesa, autorizado a reconhecer e empenhar despesa do exercício anterior deste Município:

I - Empresa Reunidas Turismo S.A., no valor de R\$ 1.590,24 (um mil quinhentos e noventa reais, vinte e quatro centavos) e acréscimos, referente ao Contrato de nº 06/2016, cujo objeto é o fornecimento de passagens via terrestres para pacientes e acompanhantes que realizam tratamento de saúde fora do Município de Princesa/SC.

Art. 2º. A execução da presente Lei ficará a encargo do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

Art. 3º. A execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 4- Fundo Municipal de Saúde

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.023 – Manutenção Atividades da Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.1 0002.000000 - Aplicações Diretas

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,
09 de Agosto de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 163 DE 09.08.2017

PORTARIA Nº. 163, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o artigo 132 da Lei 109, de 28 de dezembro de 2004.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, a servidora abaixo relacionada, conforme período aquisitivo e período de gozo abaixo relacionado:

Servidora	Cargo	Período aquisitivo	Períodos de gozo
MARLEI DALMAGRO	PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO FÍSICA	01/02/2013 a 31/01/2014	09/08/2017 a 07/09/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09.08.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 09 de Agosto de 2017.
Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0009/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2017 – PMRA Registro de Preço

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que a republicação do Processo Licitatório nº 0014/2017 - FMS na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0009/2017 - FMS, tendo como Objeto: Registro de preços para aquisição futura de pedidos parcelados de kits de higiene bucal infantil, PROGRAMA SAÚDE BUCAL NA ESCOLA, material para distribuição gratuita para a realização de grupo de promoção e prevenção de saúde- Estratégia de Saúde da família e Saúde Bucal. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 24/08/2017, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22 em horario de expediente. Rio das Antas (SC), 09 de agosto 2017. /Bianca Ferrer Uber-Gestora do FMS

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 6382, DE 31 DE JULHO DE 2017.

DECRETO Nº 6382, de 31 de julho de 2017.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2017 DE 03.07.2017”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017, e Decreto nº 6091, de 21 de março de 2017, o resultado do Pregão Presencial para registro de preços nº 057/2017 de 03.07.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

CLIK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADM. E PEG. LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

31 de julho de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 6382/2017

Pregão Presencial: Nº 057/2017 de 03.07.2017.

Objeto da Licitação:

CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU EMPRESA VINCULADA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA AS FUNÇÕES ESPECIFICADAS AO ANEXO I DESTE TERMO, EM CARATER TEMPORÁRIO, DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 309, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015, LEI COMPLEMENTAR Nº 208, DE 28 DE SETEMBRO DE 2010 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, LEI Nº 3.796, DE 26 DE JUNHO DE 2002 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, LEI Nº 5.550, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014, LEI Nº 5.671, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015, LEI COMPLEMENTAR Nº 361, DE 21 DE JUNHO DE 2017, DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS E EM CONFORMIDADE AINDA COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Participantes:

CLIK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADM. E PEG. LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

CLIK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADM. E PEG. LTDA.

DECRETO Nº 6396, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6396, de 08 de agosto de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 349.650,33 (trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais e trinta e três centavos), por conta da tendência de excesso de arrecadação, a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desporto.

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01645530	Transferência de Convênios – Estado - Desporto	R\$	349.650,33
	TOTAL	R\$	349.650,33

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
08 de agosto de 2017
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeitura Municipal de Rio do Sul

LEI 5845

LEI Nº 5.845, de 03 de agosto de 2017.

“INSTITUI O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO CONDICIONADO PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO MUNICÍPIO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica instituída a emissão de Alvará de Funcionamento Condicionado, inclusive eletrônico, nos termos a serem regulamentados.

§1º O estabelecimento deverá ocupar imóvel a ser regularizado exclusivamente para atividade não residencial.

§2º O disposto no §1º deste artigo não se aplica ao Microempreendedor Individual (MEI), que poderá utilizar sua residência como sede do estabelecimento quando não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade, nos termos do §25, art. 18-A, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§3º O disposto no §1º deste artigo não se aplica a Microempresas, que poderão utilizar imóveis residenciais como sede do estabelecimento, por até três anos, quando não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade, nos termos do §25, art. 18-A, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º O Alvará de Funcionamento Condicionado será expedido para atividades comerciais, industriais, institucionais e de prestação de serviços, compatíveis ou toleráveis com a vizinhança residencial, exercidas em edificação a ser regularizada, classificadas nos termos da legislação em vigor, desde que:

I - a atividade exercida seja permitida no local em face da zona de uso e da categoria e largura da via, atenda os parâmetros, as condições de instalação e usos estabelecidos na legislação vigente;

II - a edificação a ser utilizada para o exercício da atividade tenha área total de até setecentos e cinquenta metros quadrados, consoante com a Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006;

III - o responsável técnico legalmente habilitado, conjuntamente com o responsável pelo uso, atestem que cumprirão a legislação municipal, estadual e federal vigentes acerca das condições de higiene, segurança de uso, estabilidade e habitabilidade da edificação;

IV - no caso de edificação dispensada de sistema de segurança, na forma da legislação vigente, o responsável técnico ateste que realizou pessoalmente vistoria na edificação, equipamentos e instalações prediais, elétricas e de gás, e que ela se encontra estável, inclusive com relação a coberturas, tais como gessos, forros e telhados, tendo sido eliminadas todas as situações inseguras, precárias ou de alto risco eventualmente encontradas;

V - no caso de edificação sujeita à instalação de sistema de segurança, na conformidade da legislação em vigor, o interessado apresente documento comprobatório da segurança da edificação e do Certificado de Manutenção, quando couber, ou apresente atestado técnico atualizado relativo à segurança da edificação e manutenção do sistema, emitido por engenheiro de segurança;

VI - para atividade sujeita a controle sanitário, o interessado apresente formulário de auto inspeção e termo de responsabilidade quanto à necessidade de atendimento às exigências da autoridade sanitária competente.

§1º Poderão ser licenciadas 2 (duas) ou mais atividades em uma mesma edificação, cuja área total não exceda a 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), desde que atendidas as condições estabelecidas nesta Lei.

§2º Poderão ser licenciadas as atividades consideradas secundárias ou complementares, ficando suas licenças vinculadas à licença condicionada previamente expedida para a atividade principal.

§3º A renovação do Alvará de Funcionamento Condicionado de atividade secundária ou complementar depende da prévia renovação da licença condicionada da atividade principal, à qual ficará vinculada.

Art. 3º O Alvará de Funcionamento Condicionado deverá ser requerido pelo responsável pelas atividades indicadas no art. 2º desta Lei e terá o prazo de validade de um ano, renovável por iguais períodos, desde que atendidas as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º O Alvará de Funcionamento Condicionado será requerido e expedido por via física ou eletrônica, pela qual o interessado, pessoa física (profissional autônomo) ou representante legal da pessoa jurídica (estabelecimento), bem como o responsável técnico, deverão, dependendo das características da edificação e da natureza da atividade, apresentar os seguintes dados:

- I - nome do responsável pela atividade (estabelecimento ou profissional autônomo), inclusive nome fantasia, se houver;
 - II - números de inscrição no Registro Geral (RG) e no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do responsável pela atividade e de seus procuradores, se houver;
 - III - endereço completo do local onde se pretende licenciar a atividade (estabelecimento ou local de trabalho), incluído o Código de Endereçamento Postal (CEP);
 - IV - número da inscrição do imóvel onde se pretende licenciar a atividade, constante do cadastro imobiliário do Município;
 - V - atividade a ser licenciada, indicando se principal, secundária ou complementar;
 - VI - área construída utilizada pela atividade e área total da edificação;
 - VII - nome e número de registro do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), respectivamente, relativa ao licenciamento da atividade;
 - VIII - número de inscrição do responsável pela atividade e do responsável técnico no Cadastro de Contribuintes do Município de Rio do Sul;
 - IX - declaração do responsável pela atividade de que está de posse de documento comprobatório da ciência do(s) proprietário(s) da edificação ou síndico, no caso de condomínio, acerca da necessidade de regularização da edificação, inclusive com o atendimento ao disposto no inciso XII deste artigo, no âmbito de sua responsabilidade;
 - X - resultado da consulta de viabilidade ou documento equivalente emitido pelo órgão municipal competente ou, na ausência de ambos, atestado do responsável técnico de que a atividade é tolerada ou permitida no local em face da zona de uso e da categoria da via e atende os parâmetros de incomodidade e as condições de instalação e usos estabelecidas na legislação vigente;
 - XI - declarações do responsável pela atividade e do responsável técnico relativas às condições de salubridade, segurança e habitabilidade da edificação e às condições de higiene da atividade, em atendimento ao disposto no inciso III do caput do art. 2º desta Lei;
 - XII - atestados a que se referem os incisos IV e V do caput do art. 2º desta Lei, conforme o caso, relativos à segurança da edificação;
 - XIII - documento comprobatório da segurança da edificação e do Certificado de Manutenção, quando couber, nos casos de edificações sujeitas à instalação de sistema de segurança, na conformidade da legislação municipal em vigor;
 - XIV - o formulário de autoinspeção e o termo de responsabilidade a que se refere o inciso VII do caput do art. 2º desta Lei, em relação às atividades sujeitas a controle sanitário serão elaborados por profissional técnico habilitado;
 - XV - declaração do responsável pela atividade sobre a vinculação de vagas em outro imóvel, por meio de contrato ou convênio firmado com estacionamento e serviço de manobristas;
 - XVI - declaração do responsável técnico sobre a situação do licenciamento dos equipamentos da edificação porventura existentes, nos casos obrigatórios previstos na legislação municipal em vigor.
- Parágrafo único. As atividades consideradas secundárias ou complementares poderão se beneficiar, no que couber, das informações, declarações e atestados já apresentados pela atividade principal, desde que esta já tenha obtido previamente a licença condicionada ou sua renovação.

Art. 5º Poderá o Município de Rio do Sul emitir alvará para o exercício de atividade econômica de bares, restaurantes e similares as áreas de permissão dessas atividades, resguardadas as competências dos demais entes e órgãos da administração pública de Rio do Sul.

§1º Os bares, restaurantes e similares serão assim reconhecidos por meio de Decreto emitido pelo Prefeito Municipal e, para manter esta condição deverá estar em dia com as obrigações municipais;

§2º Fica autorizado a emissão de alvará unificado, reconhecido em todos os órgãos da Administração Municipal a quem compete a autorização de funcionamento do estabelecimento.

Art. 6º Não sendo possível o atendimento do número de vagas exigidas para estacionamento de veículos no local, esta exigência poderá ser atendida com a vinculação de vagas em outro imóvel, nos termos da legislação em vigor, que poderá ser disponibilizado por meio de contrato ou convênio firmado com estacionamento ou serviço de manobrista, devendo o instrumento contratual ser mantido à disposição dos órgãos de fiscalização municipal.

Art. 7º Quando for necessária a manifestação das autoridades do Corpo de Bombeiros, sanitária e ambiental deverá tal previsão constar expressamente do Alvará de Funcionamento Condicionado.

Art. 8º A existência de registro do interessado na Dívida Ativa Municipal, ainda que não tenha havido composição ou regularização de tais obrigações, não impede a emissão do Alvará de Funcionamento Condicionado.

Art. 9º O Alvará de Funcionamento Condicionado não será expedido em relação à edificação:

- I - cuja atividade pleiteada não seja tolerável para a zona de uso em que se situa;
- II - situada em área contaminada, non aedificandi ou de preservação ambiental permanente;
- III - que tenha invadido logradouro ou terreno público, exceto nos casos objeto de concessão, permissão, autorização de uso e locação social;
- IV - que seja objeto de ação administrativa ou judicial promovida pelo município de Rio do Sul ou demais órgãos, objetivando a sua demolição, desocupação ou adequação;
- V - em área de risco geológico-geotécnico.

Art. 10. O Alvará de Funcionamento Condicionado, ou a sua renovação, somente produz efeitos após sua efetiva expedição.

§1º O Alvará de Funcionamento Condicionado expedido pela via eletrônica produz todos os efeitos legais próprios da licença expedida por meio de processo administrativo físico, possibilitando a utilização do imóvel para o funcionamento da atividade, enquanto eficaz.

§2º O Alvará de Funcionamento Condicionado, ou sua renovação, suspende os procedimentos fiscalizatórios e sanções administrativas relativamente ao licenciamento da atividade em edificação a ser regularizada.

§3º O Alvará de Funcionamento Condicionado, ou a sua renovação, não confere, aos responsáveis pela atividade, direito a indenizações de quaisquer espécies, principalmente nos casos de sua invalidação, cassação ou caducidade.

§4º O Alvará de Funcionamento Condicionado, ou a sua renovação, expedido nos termos desta Lei, não constitui documento comprobatório da regularidade da edificação ou das condições de higiene da atividade.

Art. 11. O Alvará de Funcionamento Condicionado, ou a sua renovação, perderá sua eficácia nas seguintes hipóteses:

I - invalidação, nos casos de falsidade ou erro das informações, bem como da ausência dos requisitos que fundamentaram a concessão da licença;

II - cassação, nos casos de:

a) descumprimento das obrigações impostas por lei ou quando da expedição da licença;

b) as informações, documentos ou atos que tenham servido de fundamento à licença vierem a perder sua eficácia, em razão de alterações físicas, de utilização, de incomodidade ou de instalação, ocorridas no imóvel em relação às condições anteriores, aceitas pela Prefeitura;

c) desvirtuamento do uso licenciado;

d) desrespeito às normas de proteção às crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência;

e) prática de racismo ou qualquer discriminação atentatória aos direitos e garantias fundamentais;

f) permissão da prática, facilitação, incentivo ou prática de apologia, mediação da exploração sexual, do trabalho forçado ou análogo à escravidão, do comércio de substâncias tóxicas, da exploração de jogo de azar; ou g) outras hipóteses definidas em lei;

III - caducidade, por decurso do prazo de validade indicado no Alvará de Funcionamento Condicionado.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

03 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

LEI 5846

LEI N° 5.846, de 03 de agosto de 2017.

“CRIA O PROGRAMA BOLSA ATLETA PÓDIO PARA ATLETAS, PARA-ATLETAS E ATLETAS-GUIA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO E OBJETIVOS DO PROGRAMA

Art. 1º Fica instituído o Programa Bolsa Atleta Pódio, com o objetivo de valorizar e incentivar atletas, para-atletas e atletas-guia amadores representantes do município de Rio do Sul, mediante a concessão de bolsas remuneradas e/ou fornecimento de materiais esportivos, para aqueles que atingirem a conquista de pódio em competições oficiais no âmbito regional, estadual e nacional.

Art. 2º Compete ao município, através do Programa Bolsa Atleta Pódio, conceder aos atletas, para-atletas e atletas-guia amadores incentivos em dinheiro e/ou em material esportivo.

Parágrafo único. Os valores em dinheiro e os tipos de materiais esportivos a serem premiados os atletas, serão fixados por meio de Decreto regulamentador, levando em conta o orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos.

Art. 3º O Programa Bolsa Atleta Pódio irá premiar as modalidades:

I - Individuais: concedida ao atleta, para-atleta e atleta-guia amador que participa de esporte individual, mesmo que em determinadas competições esteja inserido em uma equipe.

II - Coletivas: concedida aos atletas, para-atletas e atletas-guia amadores que participam de esportes coletivos ou equipes, que atingirem premiação

CAPÍTULO II

DA CONCESSÃO E DOS PRAZOS

Art. 4º Para pleitear a concessão, o deverá requerer a Bolsa Atleta Pódio, pelo prazo de até 30 (trinta) dias após o término da competição, à Fundação Municipal de Desportos, devendo preencher os seguintes requisitos:

I – residir no município há no mínimo dois anos;

II – ter no mínimo 10 (dez) anos de idade, apresentando autorização dos pais ou responsável legal quando menor de 18 (dezoito) anos ou tutelado;

III – estar em plena atividade esportiva e ter conquistado pódio em competição oficial regional, estadual ou nacional de 1º a 3º lugares, representando o município de Rio do Sul;
IV – não receber salário de entidade por prática desportiva;
V – atuar desportivamente representando apenas o município de Rio do Sul;
VI – não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta pela Justiça Comum ou por tribunais de Justiça Desportiva, Liga, Federação e/ou Confederação das modalidades correspondentes.

Parágrafo único. A Fundação Municipal de Desportos irá conceder ou negar a bolsa ao atleta em até 30 (trinta) dias após a requisição, fundamentando sua decisão.

Art. 5º A Bolsa Atleta Pódio será concedida pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, não podendo o atleta receber mais de uma bolsa nesse período.

Parágrafo único. A concessão da bolsa fica restrita aos atletas, sendo vedado a concessão para a equipe técnica.

Art. 6º O atleta poderá acumular com bolsa oriunda do Estado e da União, desde que não comprometida sua atuação como atleta no município.

CAPÍTULO III DA PERDA DO BENEFÍCIO

Art. 7º Serão canceladas as Bolsas Atleta Pódio aos atletas que:

- I – se desligarem de sua representação pelo município ou for transferido para representação de outro município, estado ou país;
- II – forem dispensados de seleções representativas, por indisciplina ou a seu pedido;
- III – sofrer punição disciplinar aplicada por qualquer órgão de Justiça Desportiva da respectiva modalidade, por período superior a 90 (noventa) dias;

Parágrafo único. O atleta-guia que abandonar o para-atleta com quem competia, perderá o direito a bolsa.

Art. 8º O Atleta, durante o período que estiver recebendo a bolsa, em contrapartida ao Município, autorizará o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do município e utilizará uniformes da Fundação Municipal de Desportos em demais matérias de divulgação e marketing, sob pena de perder a Bolsa Atleta Pódio.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º A concessão não gera qualquer vínculo trabalhista entre os beneficiados e a administração pública.

Art. 10. A Fundação Municipal de Desportos ficará incumbida de todo trabalho de orientação, avaliação, acompanhamento e fiscalização e estabelecerá normas administrativas para o desenvolvimento deste Programa.

Art. 11. O Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, a fim de estabelecer as normas e valores a serem destinados ao Programa.

Art. 12. As despesas decorrentes correrão por conta dos recursos do Município, destinados à Fundação Municipal de Desportos, através da dotação orçamentária de manutenção do Programa, como também de conta vinculada à doações feitas por pessoa física ou pessoa jurídica privada.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
03 de agosto de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito de Rio do Sul

TERMO ADITIVO N. 064.2017 ÔNIBUS CIRCULAR

TERMO ADITIVO N. 062.2017 – DO CONTRATO REFERENTE A CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA ÔNIBUS CIRCULAR LTDA.

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01 neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado PREFEITURA, e a empresa ÔNIBUS CIRCULAR LTDA., estabelecida na rua Lauro Muller, 444, bairro Budag no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.775.633/0001-24, ora denominada CONCESSIONÁRIA, representado pelo seu Sócio Gerente Sr. Oreste Rizzi, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade, resolvem o termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo último Termo de Prorrogação de Contrato, datado de 08 de julho de 1999, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais mutuamente, aceitam e outorgam:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no §4º, do art. 54 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e § 2º do art. 42 da Lei Federal nº 8987/95.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONARIA

Fica acordado entre as partes que a concessionaria poderá utilizar os novos veículos adquiridos, (Placas: MHN 0379, MHN 0669 MHN 0709, MHN 0799, MHN 0729, MHN 1629, MHN 1609, e MHN 1639) fora dos padrões de pintura determinados pela prefeitura no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Findo este prazo, fica obrigada a concessionaria a obedecer os padrões de pintura determinados pela Prefeitura.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
PREFEITO DE RIO DO SUL

ORESTE RIZZI
ÔNIBUS CIRCULAR LTDA

Testemunhas:

Elisangela Thaise Andrade
CPF n.067.888.189-83

Natália Marchi
CPF n.110.333.729-79

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 8540/2017

PORTARIA N 8540/2017

ALTERA PORTARIAS 8522/2017, 8523/2017, 8524/2017, 8525/2017, 8526/2017, 8527/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

CONSIDERANDO que houve equívoco na redação das portarias quanto ao período de vigência da contratação dos Servidores Públicos Municipais DENIS ANGELO BRUSCO, CHRISTIAN ZANDER SCHLINDWEIN, DANIELE MENIN, INES BARBOSA, LUCIANE APARECIDA WEBBER E SILVINHA DE SOUZA MACHADO, com vigência de 02 de agosto de 2017 a 27 de julho de 2017, quando deveria ter vigência de 02 de agosto de 2017 a 27 de julho de 2018.

RESOLVE:

Alterar as Portarias 8522/2017, 8523/2017, 8524/2017, 8525/2017, 8526/2017, 8527/2017 que habilitaram e nomearam os servidores DENIS ANGELO BRUSCO, CHRISTIAN ZANDER SCHLINDWEIN, DANIELE MENIN, INES BARBOSA, LUCIANE APARECIDA WEBBER E SILVINHA DE SOUZA MACHADO, respectivamente, para constar a vigência de 02 de agosto de 2017 a 27 de julho de 2018, permanecendo inalteradas as demais disposições.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 09 de agosto de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8541/2017

PORTARIA N 8541/2017

ALTERA PORTARIAS 8528/2017, 8529/2017, 8530/2017, 8531/2017, 8532/2017, 8533/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

CONSIDERANDO que houve equívoco na redação das portarias quanto ao período de vigência da contratação dos Servidores Públicos Municipais MARIVANE BARBOSA, SERGIO JOSE RECH, FERNANDO DOMINGUES, SCHAIANE STEFANI ZANATTA, SOLANGE CARVALHO BRESSAN, LURDES EBERT MAGRO com vigência de 03 de agosto de 2017 a 28 de julho de 2017, quando deveria ter vigência de 03 de agosto de 2017 a 28 de julho de 2018.

RESOLVE:

Alterar as Portarias 8528/2017, 8529/2017, 8530/2017, 8531/2017, 8532/2017, 8533/2017 que habilitaram e nomearam os servidores MARIVANE BARBOSA, SERGIO JOSE RECH, FERNANDO DOMINGUES, SCHAIANE STEFANI ZANATTA, SOLANGE CARVALHO BRESSAN, LURDES EBERT MAGRO, respectivamente, para constar a vigência de 03 de agosto de 2017 a 28 de julho de 2018, permanecendo inalteradas as demais disposições.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 09 de agosto de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Salto Veloso

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0007/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º : 0007/2017.
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.
CONTRATADO : CAROLINE SILVEIRA
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.
VIGÊNCIA : 01/08/2017 A 31/07/2018.
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.
FUNÇÃO : PSICÓLOGA.
LOCAL : SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
CARGA HORÁRIA...: 20 HORAS.
SALÁRIO BASE: R\$ 1858,74

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0008/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

CONTRATO N.º : 0008/2017.
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.
CONTRATADO : JOSÉ VALDENIR BULIN
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.
VIGÊNCIA : 01/08/2017 A 31/07/2018.
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.
FUNÇÃO : MOTORISTA CLASSE III.
LOCAL : SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO.
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.
SALÁRIO BASE: R\$ 2323,42

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0009/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º : 0009/2017.
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.
CONTRATADO : ELIANI SERIGHELLI LIDANI
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.
VIGÊNCIA : 01/08/2017 A 31/07/2018.
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.
FUNÇÃO : ATENDENTE DE CRECHE.
LOCAL : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.
SALÁRIO BASE: R\$ 1302,77

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0010/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

CONTRATO N.º : 0010/2017.
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.
CONTRATADO : ALESSANDRO DE SOUZA
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.
VIGÊNCIA : 02/08/2017 A 01/08/2018.
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.
FUNÇÃO : OPERÁRIO BRAÇAL.
LOCAL : SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO.
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.
SALÁRIO BASE: R\$ 1551,72

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

ERRATA PROCESSO LICITATORIO 41/2017

PREFEITURA Municipal de SANTA ROSA DE LIMA
Estado de Santa Catarina

ERRATA

Processo DE LICITAÇÃO Nº 41/2017
Edital de TOMADA DE PREÇO

Onde se lê Tomada de Preços nº 03/2017, leia-se Tomada de Preços nº 04/2017

Santa Rosa de Lima/SC, 09 de agosto de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 69/2017

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que até as 10:00 horas do dia 28 de agosto de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, tendo como objeto a Aquisição de gêneros de alimentação adquiridos da agricultura familiar pelo programa compra local para manutenção da merenda escolar no Exercício de 2017.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações, no Centro Administrativo Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, pelo site www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br, ou também pelo e-mail: compras@staterezhinaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 10 de agosto de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2017

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ABASTECEDORA GRALL LTDA.

Objeto: Aquisição de Óleo Diesel S-10 e Diesel S-500 para entrega em tanque de combustível de uso próprio do Município.

Processo Licitatório nº. 24/2017.

Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 14/2017.

Item 01 - Óleo diesel S-10 - novo valor : R\$ 2,838

Item 02 – Óleo diesel B S500 - novo valor : R\$ 2,733

Vigência: 07 de agosto de 2017 a 06 de Março de 2018.

Assinatura: 07 de agosto de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

PREGÃO 64/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº.81/2017.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.64/2017.
Objeto: Aquisição de equipamentos energéticos, relógio ponto e HD externo para a Secretaria Municipal de Administração e Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 22 de agosto de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 22 de agosto de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 09 de agosto de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2017

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2017

MENOR PREÇO POR ITEM

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, através do Secretário de Assistência Social para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 08:30 horas do dia 23 de Agosto de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA AS OFICINAS DE ARTESANATO DOS CRAS CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min.

São Bento do Sul, 07 de Agosto de 2017.

MARCO AURÉLIO VILICZINSKI
SECRETÁRIO DE ASSISTENCIA SOCIAL

DEBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA
PREGOEIRA

DECRETO Nº 444/2017

DECRETO Nº 0444, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.

Concede Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e de conformidade com o artigo 75 da Lei nº 228/2001 alterada pela Lei nº 701/2003,

RESOLVE:

A partir de 1º de agosto de 2017, conceder ao servidor MOACIR GOETTEN DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de Motorista II, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a Gratificação de Função Nível FG-5, na função de Agente de Divisão de Coordenação de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 7 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 447/2017

DECRETO Nº 0447, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM EVENTO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal, com fundamento no art. 3º da Lei nº 3005/2012, autoriza o consumo de bebidas alcoólicas, exclusivamente na Praça Getúlio Vargas, nos dias 22 de setembro de 2017, das 16 horas às 22 horas, 23 de setembro de 2017, das 08 horas às 22 horas e 24 de setembro de 2017, das 08 horas às 20 horas, em razão da realização dos eventos: Festival Gastronômico, Festival de Cervejas e 2º Festival de Cucas.

Art. 2º. A autorização restringe apenas as datas, horários e local estabelecido no artigo anterior, ficando vedado tal consumo por pessoas menores de 18 anos de idade, nos termos de legislação vigente em todo território nacional.

Art. 3º. Os organizadores deverão orientar os frequentadores do evento da área delimitada para o consumo e solicitar as autoridades policiais a manutenção da ordem pública no local e ainda atentar para a vedação descrita no artigo anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 9 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 448/2017

DECRETO Nº 0448, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 02 – Bombeiros

Atividade: 4.004 – Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS

(334) 3.3.90.30.00.00.00 265 – Material de Consumo
R\$ 60.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.013 – Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB
(368) 3.3.90.30.00.00.00 100 – Material de Consumo

R\$ 40.000,00

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL
Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul
Atividade: 2.061 – Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial
(10) 3.3.90.30.00.00.00 100 – Material de Consumo
..... R\$ 8.000,00

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL
Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul
Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades
(31) 3.3.91.39.00.00.00 100 – Outros Serv. de Terceiros – PJ
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 02 – Bombeiros
Atividade: 4.004 – Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS
(338) 4.4.90.52.00.00.00 265 – Equip. e Material Permanente
R\$ 60.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos
Atividade: 2.013 – Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB
(369) 3.3.90.39.00.00.00 100 – Outros Serv. de Terceiros - PJ
R\$ 40.000,00

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL
Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul
Atividade: 2.061 – Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial
(12) 3.3.90.39.00.00.00 100 – Outros Serv. de Terceiros – PJ
..... R\$ 8.000,00

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL
Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul
Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades
(26) 3.3.90.37.00.00.00 100 – Locação de Mão-de-Obra
..... R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 9 de agosto de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 449/2017

DECRETO Nº 0449, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 – Assistência Social
Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS
(145) 3.3.90.48.00.00.00 100 -Outros Auxílios Financeiros – PF...
R\$ 12.800,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 – Assistência Social
Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS
(131) 3.1.90.16.00.00.00 100 -Outras Despesas Variáveis – PC...
R\$ 1.500,00
(135) 3.3.90.18.00.00.00 100 –Auxílio Financeiro a Estudantes....
R\$ 1.300,00
(143) 3.3.90.46.00.00.00 100 –Auxílio-Alimentação
R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 9 de agosto de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2127/2017

PORTARIA Nº 2127, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

Altera Portaria nº 10636/2015 que nomeia membros dos conselhos deliberativo e fiscal do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de são bento do sul – ipresbs e revoga portaria nº 0597/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 1718, de 24 de novembro de 2006, e

Considerando que, nos Ofícios nº 131/2017 e nº 264 - IPRESBS, consta desistência de representantes do Poder Executivo Municipal no Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS,

RESOLVE:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Portaria nº 10636, de 15 de dezembro de 2015, que nomeia os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

I – Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul: José Canísio Tschoke

(...)”

“Art. 2º (...)

I - Representantes dos Servidores Ativos Municipais eleitos:

a) Lucinéia Chaves Foschera – titular e Aluisio Oliveira Antunes – suplente

II - Representantes dos Servidores Ativos Municipais indicados pelo Poder Executivo:

a) Ingrid Aparecida Stiegler – titular e Inês Marilda Rossetto Wagner – suplente

IV - Representantes dos Servidores Inativos Municipais indicados pelo Poder Executivo:

a) Marli Zimmermann – titular e Renilda Furst Drevek – suplente

(...)”

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 0597, de 1º de março de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 1º de março de 2017.

São Bento do Sul, 9 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2128/2017

PORTARIA Nº 2128, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

Corrige Portaria nº 1009/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º Corrigir a Portaria nº 1009, de 23 de março de 2017, que admitiu em caráter temporário a servidora ROSANE WOHL, no cargo de Atendente Educativo Especial, na Secretaria Municipal de Educação, no tocante ao cargo, passando de “Atendente Educativo Especial” para “Atendente Educativo”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 23 de março de 2017.

São Bento do Sul, 9 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2129/2017

PORTARIA Nº 2129, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

Designa Gestor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, o servidor DAGUIMAR NOGUEIRA, CPF n. 031.792.328-54, RG n. 6.138.796-SC como gestor do CONCEDENTE no Termo de Fomento nº 001/2017, entabulado entre o Município de São Bento do Sul e a Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa – FETEP, conforme Lei Municipal nº 3802, de 8 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 9 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2132/2017

PORTARIA Nº 2132, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE PENSÃO POR MORTE

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso I da CF/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 52 da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir 07 de julho de 2017, pensão por morte à MERCEDES HÜBL BERGMANN, na condição de cônjuge do ex-servidor inativo ANTONIO VILMAR CHAVES.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo administrativo nº 5553/2017, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07 de julho de 2017.

São Bento do Sul, 9 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2133/2017

PORTARIA Nº 2133, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE PENSÃO POR MORTE

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso I da CF/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 52 da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir 27 de julho de 2017, pensão por morte à MARIA ELISA CLEMENS DE BITENCOURT, na condição de cônjuge do ex-servidor inativo PEDRO MACHADO DE BITENCOURT.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo administrativo nº 5860/2017, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de julho de 2017.

São Bento do Sul, 9 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2160/2017

PORTARIA Nº 2160, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de FERNANDA CAROLINA FOCK, no cargo de Assistente Social, do Concurso Público nº 007/2016, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 6120/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 9 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2161/2017

PORTARIA Nº 2161, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51 da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

REMOVER, por acordo, a partir de 7 de agosto de 2017, a servidora pública JOSIANE CAETANO DE SOUZA ALVES DAS NEVES, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Finanças para o quadro da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 9 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 07 DE AGOSTO DE 2017

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

“Concede Licença a Vereador”

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, estado de Santa Catarina, aprovou e eu, Edimar Geraldo Salomon, Presidente da Câmara, promulgo a seguinte Resolução:

Art.1º. Fica concedida licença da função de Vereador por 30 (trinta) dias, a partir do dia 22 de agosto de 2017 ao dia 20 de setembro de 2017, ao Vereador Marco Rodrigo Redlich.

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de Agosto de 2017.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO 092/2017

DECRETO Nº 092/2017 de 09 de Agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DO CÓDIGO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os seguintes membros para comporem a Comissão do Código Sanitário do Município de São Carlos/SC, conforme art. 44, §1º da Lei Municipal nº 1000/2001:

- 1- SIMONE HENN
- 2- SILVANO MAYER
- 3- SUZILAINE CRISTINA TICIANI

Art. 2º. – Aos membros integrantes desta comissão não será paga qualquer remuneração em decorrência de sua participação ou atuação, sendo estas consideradas como serviço de caráter relevante para o município.

Art. 3º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Carlos, SC, 09 de agosto de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

Registre-se, e Publique-se.

São Domingos

PREFEITURA

CONTRATO: Nº 08/2017

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: AGOSTO/2017 NÚMERO DO CONTRATO: Nº 08/2017

VALOR DO CONTRATO: 1.312,00 mês

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/08/ 2017

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NAS ÁREAS DE CONTABILIDADE, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO, FOLHA DE PAGAMENTO E PORTAL DE TRANSPARÊNCIA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC.

RESPONSÁVEL: VEREADOR ABILIO VLADEMIR DEBORTOLI – PRESIDENTE

TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 00.456.865/0001-67 CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/07/2018 CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

PORTARIA Nº 163 DE 07 AGOSTO 2017

PORTARIA Nº 163, DE 07 AGOSTO DE 2017.

Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Ana Maria Aiolfi	Auxiliar de Serviços Gerais	17/11/16 a 16/11/17	15	07/07/17 a 21/08/17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de agosto de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

São João Batista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 114/PMSJB/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/PMSJB/2017 - DESERTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE São João Batista

PROCESSO LICITATÓRIO 114/PMSJB/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/PMSJB/2017 - DESERTO

O Departamento de Licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, comunica que o Processo Licitatório 114/PMSJB/2017 – Tomada de Preços 007/PMSJB/2017, foi considerado DESERTO. São João Batista, 09 de agosto de 2017. Jaci João Silva – Secretário de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 043/PMSJB/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/PMSJB/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/PMSJB/2017

No dia 08 de agosto de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/08/2017, RESOLVE registrar os preços da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. As licitantes registradas são:

ADL COMERCIAL EIRELI EPP CNPJ nº 15.267.298/0001-78
Itens: 07, 08
Valor total homologado ao licitante: 25.908,00 (vinte e cinco mil novecentos e oito reais)
COMERCIAL STORINNY LTDA ME CNPJ nº 73.977.480/0001-19
Item: 04
Valor total homologado ao licitante: 30.478,00 (trinta mil quatrocentos e setenta e oito reais)
JHONATAN GABATOLI ME CNPJ nº 22.992.632/0001-11
Item: 02
Valor total homologado ao licitante: 58.824,00 (cinquenta e oito mil oitocentos e vinte e quatro reais)
MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME CNPJ nº 15.275.465/0001-22
Item: 12
Valor total homologado ao licitante: 65.880,00 (sessenta e cinco mil oitocentos e oitenta reais)
RP COMERCIAL LTDA ME CNPJ nº 20.604.417/0001-70
Item: 06
Valor total homologado ao licitante: 31.955,00 (trinta e um mil novecentos e cinquenta e cinco reais)
TECNOLAR LTDA ME CNPJ nº 12.464.652/0001-66
Item: 11
Valor total homologado ao licitante: 74.685,00 (setenta e quatro mil seiscentos e oitenta e cinco reais)
TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP CNPJ nº 27.821.705/0001-26
Itens: 01, 09
Valor total homologado ao licitante: 78.170,00 (setenta e oito mil cento e setenta reais)
VITOR DIOGO WENDLING EPP CNPJ nº 23.588.621/0001-33
Item: 05
Valor total homologado ao licitante: 26.532,00 (vinte e seis mil quinhentos e trinta e dois reais)
VMLX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA CNPJ nº 03.800.477/0001-40
Item: 03
Valor total homologado ao licitante: 35.720,00 (trinta e cinco mil setecentos e vinte reais)
M.J.G. TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA CNPJ nº 09.025.311/0001-80
Item: 13
Valor total homologado ao licitante: 6.816,00 (seis mil oitocentos e dezesseis reais)

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para as aquisições, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em até 10 dias, contar do recebimento da nota de empenho, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista, 08 de agosto de 2017 – Jaci João Silva – Secretário de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2017 PREGÃO PRESENCIAL 084/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2017

No dia 9 do mês de agosto do ano de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 09/08/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item.

As licitantes registradas para o fornecimento de materiais são:

ALEXANDRE FLORES DOS SANTOS EPP CNPJ nº 24.719.305/0001-16
Itens: 2
Valor total homologado ao licitante: R\$ 29.370,00 (vinte e nove mil trezentos e setenta reais).
FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP CNPJ nº 11.943.540/0001-25
Itens: 1, 4, 5
Valor total homologado ao licitante: R\$ 97.110,00 (noventa e sete mil cento e dez reais).
SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP CNPJ nº 04.563.256/0001-68
Itens: 3, 6, 7, 8, 9
Valor total homologado ao licitante: R\$ 139.371,00 (cento e trinta e nove mil trezentos e setenta e um reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em no máximo 15 dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 09 de agosto de 2017 – Jaci João Silva – Secretário de Administração

RESOLUÇÃO N.º 006/2017 CMAS/SJB/SC

RESOLUÇÃO N.º 006/2017 CMAS/SJB/SC

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de São João Batista de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 08 de agosto de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal 2.146/97 de 09 de junho de 1997; pelo Artigo 3º, inciso XIII e XIV do Regimento Interno.

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica no valor total de R\$24.324,32 (vinte e quatro mil e trezentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos) e para o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor de R\$78.695,65 (setenta e oito mil e seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos) a serem transferidos para o FMAS referente ao ano de 2017, para serem executados conforme percentual estabelecido no referido Plano.

(X)50% para custeio e 50% para investimento

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista, 08 de Agosto de 2017.

MARLI TEREZINHA PERA MAZERA

PRESIDENTE DO CMAS

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 081/2017 - APROVA DESMEMBRAMENTO DE PROPRIEDADE DE SIRIO JOSÉ WEBER

DECRETO Nº 081/17, DE 07/08/2017.

APROVA O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 10, DA MATRÍCULA Nº 6.033 DE PROPRIEDADE DE SÍRIO JOSÉ WEBER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Municipal nº 539, de 22 de maio de 2000 e em conformidade com os incisos XIX, do Art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento da área de 399,39m² do lote urbano nº 10, com a área total de 768,54 m², da matrícula nº6.033, conforme mapa e memorial descritivo em Anexo.

Art. 2º. Esta operação é objeto do Registro de Responsabilidade Técnica nº4965884 firmada pela Sra. Indianara Follmann, CAU/BR A104830-9.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, SC, 07 de agosto de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

DECRETO 082/2017 - APROVA O REMEMBRAMENTO DA METADE E PARTE DE LOTES DE PROPRIEDADE DE CINTIA, IVANI, SILVIA E VANIA PAULI

DECRETO Nº 082/17, DE 07/08/2017.

APROVA O REMEMBRAMENTO DA METADE DO LOTE URBANO Nº 74 E PARTE DOS LOTES URBANOS Nº 70, 71, 72, 73 E 74 DAS MATRÍCULAS Nº 4.415 E 13.397, RESPECTIVAMENTE, DE PROPRIEDADE DE CÍNTIA, IVANI, SILVIA E VÂNIA PAULI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Municipal nº 539, de 22 de maio de 2000 e em conformidade com os incisos XIX, do Art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o remembramento da área de 1.532,00m², através da fusão de metade do lote urbano nº 74, com a área total de 500,00m², da matrícula nº4.415 e parte dos lotes urbanos nº 70, 71, 72, 73 e 74, com área total de 1.032,00m², da matrícula 13.397, de propriedade de Cintia, Ivani, Silvia e Vânia Pauli, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. Esta operação é objeto da Anotação de Responsabilidade Técnica nº6265567-6 firmada pelo Engenheiro Civil Sr. Eduardo Lauschner, CREA/SC nº 072805-2.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, SC, 07 de agosto de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Novamil Empreendimentos Agropecuários- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 85/2017

OBJETO: "Aquisição de sementes, mudas de flores, adubos e fertilizantes, materiais a serem utilizados pelo setor de urbanismo no paisagismo da cidade de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 8.199,00

PRAZO: 09.08.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 09 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

PP 88.17 ARBITRAGEM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0130/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de serviços de arbitragem para os 12º Jogos Abertos de São João do Oeste - JASJO - Edição 2017.

Tipo: menor preço por lote

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 22 de AGOSTO de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 22 de AGOSTO de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 10 de agosto de 2017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 89.17 PEÇAS PARA MAQUINAS PESADAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0131/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2017 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de peças de veículos para manutenção dos veículos Mercedes Bens 1513 e caminhão Volvo VM 260 da Secretaria municipal de Transportes e Obras do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 24 de

AGOSTO de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 24 de AGOSTO de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 10 de agosto de 2.017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 90.17 LUVAS E BAINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0132/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preço para eventual aquisição, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de bairhas e luvas para o programa de melhoramento genético da Secretaria da Agricultura do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 24 de AGOSTO de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 24 de AGOSTO de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 10 de agosto de 2.017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 280/2017

DECRET O Nº 280/2017

“QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO FUNCIONÁRIO ANTONIO EDSON PEREIRA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com o Art. 149 da Lei Municipal Nº 729 de 14/05/1971; Fica concedido 06 (seis) meses de LICENÇA PRÊMIO ao senhor ANTONIO EDSON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas, a referida licença é a contar do dia 25/07/2017 á 22/01/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 25 de Julho de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 281/2017

DECRETO Nº 281/2017

“QUE EFETIVA FUNCIONÁRIOS APROVADOS EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação de Estágio Probatório, ficam EFETIVADOS os seguintes funcionários: – DONIZETE DA ROSA GOULART, ocupante do Cargo de Calceteiro, sendo que o mesmo já foi aprovado nas três avaliações. – JOZIMARA DE FATIMA PEREIRA, ocupante do Cargo de Assistente Social, sendo que a mesma já foi aprovada nas três avaliações. – OSMAR SOUZA SEIFERT, ocupante do Cargo de Motorista – Transporte Escolar, sendo que o mesmo já foi aprovado nas três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus feitos retroagem ao dia 06 de Agosto de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 282/2017

DECRET O Nº 282/2017

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO AO FUNCIONÁRIO ALVARO PEREIRA DO AMARAL”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor: - ALVARO PEREIRA DO AMARAL, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Administrativo, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 074/2007, de 04/06/2007. A referida exoneração dá-se por aposentadoria por tempo de contribuição do mesmo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 283/2017

DECRETO Nº 283/2017

“QUE EFETIVA FUNCIONÁRIOS APROVADOS EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação de Estágio Probatório, ficam EFETIVADOS as seguintes funcionárias: – LUSIANE ZANDONADI NUNES, ocupante do Cargo de Assistente Social, sendo que a mesma já foi aprovada nas três avaliações. – MONICA SOUZA OLIVEIRA FERREIRA, ocupante do Cargo de Assistente Social, sendo que a mesma já foi aprovada nas três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 284/2017

DECRET O Nº 284/2017

“QUE REINTREGA POR MANDADO DE SEGURANÇA
O FUNCIONÁRIO AVELINO NESI E REVOGA OS EFEITOS
DO DECRETO Nº 270/2017, DE 01/08/2017”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com os Autos Nº 0300806-31.2017.8.24.0063 e Mandado 063.2017/002943-0 – Z01; Fica REINTEGRADO ao serviço público o senhor - AVELINO NESI, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico, para o qual havia sido exonerado através do Decreto Nº 270/2017 de 01/08/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Agosto de 2017.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.487/2017

LEI Nº 4.487/2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, LEI 4.450/2016 DE 18/11/2016”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de crédito adicional especial na seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS		
MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR		
6.182.0007-2.046		
3.3.30.00.00.00.00.1010 (59)	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	31.000,00
Total		31.000,00

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), no orçamento (LOA) 2017, conforme art. 1º desta Lei e conforme Lei nº 4.450/2016, de 18/11/2016, para a seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS		
MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR		
6.182.0007-2.046		
3.3.30.00.00.00.00.1010 (59)	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	31.000,00
Total		31.000,00

Art. 3º - O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do provável excesso de arrecadação a ser verificado até 31/12/2017 na fonte de recursos Convênio de Trânsito – Militar.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2017.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.488/2017

LEI Nº 4.488/2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, LEI 4.450/2016 DE 18/11/2016”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” a presente Lei com a seguinte Redação:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional suplementar na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PROGRAMA: 0002 – EDUCAÇÃO EM AÇÃO

AÇÃO: 2.005 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL

Valor da Suplementação 140.000,00

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

2.005 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

(6) 3.3.90.00.00.00.00.00 – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Educação 140.000,00

Art. 3º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: 0013 – SÃO JOAQUIM MELHOR

AÇÃO: 2.003 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: ADMINISTRAÇÃO GERAL

(5) 3.3.90.00.00.00.00.00 – Recursos Ordinários 140.000,00

Valor da Anulação 140.000,00

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2017.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.489/2017

LEI Nº 4.489/2017

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2014-2017 PELA INCLUSÃO DE UMA NOVA AÇÃO”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a

seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à alteração pela inclusão no anexo de metas da ação no Plano Plurianual – PPA 2014-2017, Lei Nº 4.193, de 14 de janeiro de 2014.

Art. 2º- Fica incluso no PPA Quadriênio 2014-2017 a seguinte ação: ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PROGRAMA: 0002 – EDUCAÇÃO EM AÇÃO

AÇÃO: 1.039 – AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR

SUBFUNÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL

Valor Global 129.115,00

Art. 3º - A nova ação incluída no PPA 2014-2017, correrá por conta de recursos do termo de compromisso PAR nº 201404377 firmado entre o Ministério da Educação/FNDE e este município.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2017.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.490/2017

LEI Nº 4.490/2017

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LDO 2017 E ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LOA 2017 PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DESTES MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a

proceder à alteração e inclusão de metas financeiras na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017, Lei Nº 4.449, de 18 de novembro de 2016, como segue:

ÓRGÃO 03 - PODER EXECUTIVO

UNIDADE 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PROGRAMA 2 EDUCAÇÃO EM AÇÃO

AÇÃO 1.039 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR

SUB-FUNÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 129.115,00 (cento e vinte e nove mil, cento e quinze reais), no orçamento (LOA) 2017, conforme Lei nº 4.450, de 18/11/2016, para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR

12.361.0002-1.039

4.4.90.00.00.00.00.0066 (65) Transf. Conv. – União/Educ. 129.115,00

Total 129.115,00

Art. 3º - Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Termo de Compromisso PAR nº 201404377 firmado entre o Ministério da Educação/FNDE e este Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando

revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 445/2017

PORTARIANº 445/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - CLAUDIOMAR FARIAS, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 07/08/2017 à 05/09/2017. - ESTELA D'ALVA HUGEN MACHADO, ocupante do Cargo de Museóloga, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 07/08/2017 à 05/09/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 446/2017

PORTARIANº 446/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - MARIZABEL APARECIDA BORGES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 31/07/2017, para tratamento de saúde de seu esposo. - HILDA CATARINA GARCIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 10 (dez) dias, a contar do dia 02/08/2017. - CELITA PEREIRA ALVES NUNES, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 02/08/2017. - KARINE VELHO DA SILVA, ocupante da Função de Auxiliar Odontológica, por 01 (um) dia, no dia 02/08/2017. - MARGARETE OLIVEIRA PEREIRA LAURECI, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 02/08/2017. - ANA PAULA VIEIRA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 02/08/2017. - REGINALDA BORGES PESSOA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, a contar do dia 02/08/2017, e o retorno de acordo com o INSS. - RENALDA CANDIDO ANSELMO, ocupante do Cargo de Professora - 20 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 02/08/2017. - ANDRESSA PAGANINI, ocupante da Função de Professora - 20 horas, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 03/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 447/2017

PORTARIANº 447/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - LUZIA DE FATIMA MACEDO SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 03/08/2017. - ANGELINA RAMOS FLORES NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 03/08/2017. - TEREZINHA RIBEIRO DE JESUS, ocupante do Cargo de Professora - 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 03/08/2017. - CLEUMARA DA ROSA, ocupante do Cargo de Professora - 40 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 03/08/2017. - LUCIA SERAFIM DE SOUZA SILVA, ocupante do Cargo de Assistente Técnica Pedagógica, por 10 (dez) dias, a contar do dia 04/08/2017, para tratamento de saúde de seu esposo. - CLEIDE BORTOLUZZI LOPES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, por 03 (três) dias, a contar do dia 05/08/2017. - FRANCIELE APARECIDA CESCNETO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 07/08/2017. - FERNANDA P. MATTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 07/08/2017. - JOÃO VITOR NUNES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Motorista, por 03 (três) dias, a contar do dia 07/08/2017. - JOSIANE ZANELA FERNANDES, ocupante do Cargo de Assistente Social, por 01 (um) dia, no dia 07/08/2017. - DANIELA RIBEIRO WARMELING, ocupante do Cargo de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 08/08/2017. - JOSIANE ZANELA FERNANDES, ocupante do Cargo de Assistente Social, por 01 (um) dia, no dia 08/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ACÓRDÃO Nº 20/2017

RECURSO VOLUNTÁRIO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16.098/2016

RECORRENTE: TRANSPORTE E COM. FÁTIMA LTDA.

OBJETO: CANCELAMENTO DE DÉBITOS

CONSELHEIRO RELATOR: MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA

ACÓRDÃO Nº 20/2017

RELATÓRIO:

Trata-se de recurso voluntário interposto em face de decisão administrativa proferida pela Secretaria Municipal da Receita, à fl. 18 dos autos do Processo Administrativo nº 16.098/2016, que concluiu pelo indeferimento do pedido, eis que a inatividade da empresa recorrente somente fora requerida em 2016, devendo ser mantidas as taxas referentes aos anos fiscais de 2005 a 2008 e a multa prevista no artigo 404 do Código Tributário Municipal (CTM). A questão objeto deste recurso atina a pedido de cancelamento do tributo taxa de fiscalização de 2005 a 2008, formulado pela recorrente.

Juntou requerimento (fls. 02, 05 e 06) guia de recolhimento de taxa de baixa de atividade e comprovante de pagamento (fls. 03 e 04), comprovante de não registro de inscrição estadual junto à Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (fl. 08), certidão simplificada de cancelamento do registro da empresa junto à Junta Comercial do Estado (fl. 09), certidão de baixa da empresa junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil (fl. 11) e cópia da Instrução Normativa RFB nº 1.035/2010 (fl. 12). A fl. 13, foi proferida decisão da Diretoria de Fiscalização de Tributos prescrevendo os créditos fiscais de 1992 a 1998 e de 2000 a 2004, cancelando os créditos referentes ao período de 2009 a 2015 e o atinente a 2016. Restou mantida a cobrança dos créditos pertinentes ao período de 2005 a 2008.

Em pedido de reconsideração, a empresa alegou que não teve seu registro baixado do SINTEGRA/ICMS, pois seu registro sequer foi deferido junto à Secretaria de Estado da Fazenda, e que o seu requerimento de cancelamento de débitos não fora analisado no que concerne aos artigos 306 e 313 do CTM. Requereu o cancelamento integral das taxas, eis ante a inocorrência de seu fato gerador.

A decisão de fl. 18 indeferiu o pedido de reconsideração, mantendo a decisão da Diretoria de Fiscalização Tributária de fl. 13.

Em seu recurso, a empresa contribuinte requereu o cancelamento dos créditos tributários atinente à Taxa de Fiscalização, por ausência de fato gerador, alegando que:

a) muito embora tenha sido criada em 1979, nunca iniciou as suas atividades, pois não conseguiu ser registrado junto ao Cadastro de Contribuintes do Estado;

b) o fato de a empresa permanecer com o status "ATIVO" junto ao CNPJ/MF não comprova que estava de fato e de direito em atividade;

c) conforme os artigos 306 e 313 do CTM, a Taxa de Fiscalização teria por fato gerador a efetiva instalação de estabelecimento comercial;

d) o cancelamento de ofício do registro da empresa junto à Junta Comercial do Estado no ano 2000 impossibilitaria a realização de quaisquer atividades mercantis;

e) em 31/12/2008, a Receita Federal do Brasil também efetuou a baixa de ofício da empresa junto ao CNPJ/MF, eis que constatou a ausência de movimento daquela empresa nos dez anos anteriores. À fl. 24, a Presidência deste Conselho abriu vista para a manifestação do representante da Fazenda Municipal e, em seguida, determinou a sua distribuição.

Às fls. 25/26, o representante da Fazenda Municipal manifestou-se, junto a este Conselho, pela reforma da decisão de primeira instância, argumentando restar verificada a inexistência de fato gerador do tributo cobrado, ante a ausência de comprovação de atividade fiscalizadora do cumprimento das normas e posturas urbanísticas. Após regular distribuição, os autos vieram-me conclusos. É o relatório.

VOTO:

Trata-se de recurso voluntário interposto em face de decisão proferida pela Secretaria Municipal da Receita, objetivando a sua reforma a fim de cancelar créditos tributários atinentes à Taxa de Fiscalização pertinente aos anos fiscais de 2005 a 2008.

Inicialmente, conheço do recurso por considerá-lo cabível e tempestivo, nos termos do artigo 15 do Código de Processo Civil.

Acerca do mérito, o cerne da questão abordada no presente recurso refere-se à alegação de ausência de fato gerador para o lançamento da Taxa de Fiscalização referente aos exercícios fiscais de 2005 a 2008.

A referida Taxa de Fiscalização é tributo cujo fato gerador é a fiscalização ou a verificação do cumprimento das normas de posturas municipais, à luz do artigo 306 do Código Tributário Municipal (CTM).

No caso em concreto ora examinado, verifica-se que o ato ou fato que decorreu o tributo é a localização ou o funcionamento de estabelecimento de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços (arts. 313 e 315 do CTM).

No entanto, conforme a documentação constante dos autos, percebe-se que a empresa nunca fora, de fato, instalada em um estabelecimento próprio.

Alegou a recorrente que, apesar de ter sido formalmente constituída em 1979, não chegou a iniciar suas atividades.

Muito embora não haja comprovação dos autos da mencionada alegação, percebe-se que não há qualquer menção de registro de inscrição estadual referente à empresa junto à Secretaria de Estado da Fazenda, conforme o documento de fl. 08.

Já à fl. 09, constata-se que a Junta Comercial do Estado efetuou o cancelamento do registro da empresa, de ofício, em virtude da manifesta ausência de indícios de seu efetivo funcionamento, a teor do artigo 60 da Lei nº 8.934/1994.

Da mesma forma, examinando o documento de fl. 11, percebe-se que a empresa recorrente teve sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) baixada por inaptidão, por ato de ofício da Receita Federal do Brasil, em cumprimento à norma prevista no artigo 54 da Lei federal nº 11.941/2009.

Todos esses fatos e documentos levam-me a crer que a empresa recorrente, nos anos de 2005 a 2008, não estava exercendo as atividades negociais para as quais um dia fora constituída.

Logo, não se há de falar na incidência da Taxa de Fiscalização de um estabelecimento comercial não instalado ou que não esteja em funcionamento, eis que inexistente o respectivo fato gerador.

Neste sentido, colaciono o recente precedente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, em caso de análogo ao destes autos:

"APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TAXA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO. ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS. AUSÊNCIA DE FATO GERADOR. PODER DE POLÍCIA NÃO EXERCIDO. TRIBUTO INDEVIDO A PARTIR DE ENTÃO. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO À AUTORIDADE FAZENDÁRIA. IRRELEVÂNCIA. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO.

'Se a pessoa jurídica tributada encerrou suas atividades e não mais possui estabelecimento no município, não está sujeita a prévio

exame e fiscalização pela municipalidade, esvaziando qualquer hipótese de ocorrência do fato gerador da Taxa de Licença Para Localização e Permanência' (AI n. 2014.025579-4, de Chapecó, Relator Des. Jaime Ramos, j. 20/8/2015).

'A ausência de comunicação da cessação da atividade ao ente municipal pode constituir infração administrativa de outra natureza mas não justifica a cobrança da taxa de vigilância sanitária pois, desde que inativa a empresa, não há que cogitar de exercício de poder de polícia' (AI n. 0150290-62.2015.8.24.0000, de Jaraguá do Sul, rel. Des. Nelson Schaefer Martins, j. 5/5/2016)" [destacou-se] [TJSC – 2ª Câmara de Direito Público – Apelação Cível nº 0001137-07.2013.8.24.0070 – Relator Des. Sérgio Roberto Baasch Luz – Julgado em 02/05/2017].

Portanto, restando comprovado que a empresa não exerceu suas atividades nos anos fiscais de 2005 a 2008, inexistente é o fato gerador que ensejasse a cobrança de Taxa de Fiscalização.

De outra banda, é importante registrar que a ausência de fato gerador da Taxa de Fiscalização não exime a empresa da incidência da multa decorrente da não comunicação da baixa de suas atividades empresariais, conforme a previsão do artigo 404 do CTM. Portanto, a aplicação da respectiva multa deve ser mantida.

Pelo exposto, voto por conhecer e dar provimento ao recurso voluntário interposto, reformando-se a decisão de primeira instância para cancelar os créditos tributários pertinentes à Taxa de Fiscalização (TFPU) atinente aos anos fiscais de 2005, 2006, 2007 e 2008, ante a inexistência de seu fato gerador. Por fim, registro que o cancelamento dos referidos créditos tributários não atinge a aplicação da multa prevista no artigo 404 do CTM, devendo ser mantida.

É como voto.

São José, 03 de agosto de 2017.

Conselheiro MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA
Relator

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 20/2017

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 16.098/2016:

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 275ª Sessão, em, por unanimidade, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, reformando-se a decisão de primeira instância para cancelar os créditos tributários pertinentes à Taxa de Fiscalização (TFPU) atinente aos anos fiscais de 2005, 2006, 2007 e 2008, ante a inexistência de seu fato gerador. Por fim, ficou registrado que o cancelamento dos referidos créditos tributários não atinge a aplicação da multa prevista no artigo 404 do CTM, devendo ser mantida.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Sr. Conselheiro Relator, os Conselheiros Sr. Telmo Pedro Vieira, Sr. Valmor dos Santos Júnior e Sra. Nadir Terezinha Koerich.

Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra o Sr. Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos, na qualidade de representante da Fazenda Pública.

São José, 03 de agosto de 2017.

Júnior Spies
Conselheiro Presidente

Mário Antônio Vieira	Graziela Besen Petry Mariot
Conselheiro Relator	Secretária-Geral

Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos
Procurador Municipal
Representante da Fazenda Pública

COMUNICADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMUNICADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017 – Processo nº 303/2017 – Proc. Adm. 4065/2017 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) PARA O SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. A Prefeitura Municipal de São José, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que FICA SUSPENSO SINE-DIE o processo em epígrafe, para a análise e resposta de impugnação apresentada. Após, o processo terá nova publicidade.

CONTRATO/CT: Nº 063/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 063/2017 – PR 066/2017 – Processo 311/2017 – Proc. Adm. 5291/2017 - Contratado: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA. – EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UMA REDE CORPORATIVA DE COMUNICAÇÃO DE DADOS COMPOSTAS POR ACESSOS MPLS, BEM COMO O MONITORAMENTO DO MESMO, ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA E LINKS PARA ACESSO CORPORATIVO À INTERNET. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, conforme previsto no art. 57, IV da Lei 8.666/1993.. Valor: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Data da Assinatura do Contrato: 03 de agosto de 2017.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 340/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 340/2017 - Proc. de Compras 481/2017 - Proc. Adm. 6863/2017. Contratado: AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA. Objeto: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA, COMPREENDENDO A COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E A COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E MATERIAIS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, EM CARÁTER EMERGENCIAL". Valor total do contrato: R\$ 6.447.586,62 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos). Fundamento Legal: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 167/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 167/2016 - Processo nº 728/2016 – Proc. Adm. 26762/2016. Fornecedor: TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO TIPO FURGÃO, INCLUINDO ADAPTAÇÃO, DESTINADO A 1ª DRP/CIRETRAN DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ-SC. Valor Total: R\$ 185.950,00 – cento e oitenta e cinco mil, novecentos e cinquenta reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PP 06/2017

Ata do Pregão Presencial nº PP 06/2017

Reuniram-se no dia 04/08/2017, às 14:00, na Sede da CMSJ, a PREGOEIRA e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria n.º 17/2017, juntamente com o Controlador Interno, para realização de processos licitatórios na modalidade Pregão, para tratar do Edital de Pregão PP 06/2017 destinado à seleção de propostas visando o registro de preços Registro de preços para eventual fornecimento de passagens aéreas, e atividades correlatas, conforme definido no Termo de Referência. .

Abaixo seguem os licitantes que participaram da licitação:

1410 - AEROMIX AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI - ME 12.146.604/0001-20, com representante credenciado Sr. Carlos Eduardo Lucas Ribeiro, presente na licitação.

1411 - NOAR TURISMO LTDA ME 18.780.623/0001-90, com documentação de credenciamento, sem comparecimento do representante legal.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4º da Lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

NOAR TURISMO LTDA. – Preço R\$ 0,00

AEROMIX AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI – Preço R\$ 45,00

1ª RODADA:

NOAR TURISMO LTDA – inapta para dar lances.

AEROMIX AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI – (-) 1,00 (um real negativo).

Quanto a aceitabilidade de preços zerados e negativos, foi esclarecido pela Pregoeira que, baseando-se em estudos preliminares, verificou-se que é prática comum nesse ramo de mercado, inclusive reconhecida por tribunais de contas. No mesmo sentido, o entendimento foi adotado pela Advocacia Geral da União, no Parecer n.º 006/2013/CPLC/DENPCONSU/PGF/AGU de 12 de julho de 2013, reconhecendo a possibilidade de aceitação de propostas de preços zerados ou negativos, como forma de obter propostas mais vantajosas ao Poder Público.

Após, foi verificada a regularidade da documentação da licitante, declarado classificado como primeiro do respectivo item.

Para a adjudicação do objeto, fica a empresa cientificada da necessidade de apresentar à pregoeira os contratos/documentos que referendam a forma de sua remuneração, devida pela prestação dos serviços relativos ao objeto contratual.

Concedida a palavra aos participantes do certame para a manifestação da intenção de recurso e, em seguida, foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro de Resultado da Sessão Pública.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira Oficial e equipe de Apoio.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Município de São José.

Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)	PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
CARLOS EDUARDO LUCAS RIBEIRO AEROMIX AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI - ME	Pregoeiro KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA
ALINE FRANCIETE LEITE NOAR TURISMO LTDA ME AUSENTE	Equipe de Apoio BRUNO GABRIEL MELO MACHADO
	Equipe de Apoio ROMEU ERCKMANN
	Equipe de Apoio GILMAR CORREA
	Controlador Interno JOÃO DAVID GARCIA

RESOLUÇÃO Nº. 489 DE 03 DE JULHO DE 2017.

RESOLUÇÃO Nº. 489, DE 03 DE JULHO DE 2017.

ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA RECEBIMENTO, PROTOCOLIZAÇÃO, AUTUAÇÃO DE DOCUMENTOS E RESPECTIVA TRAMITAÇÃO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, inciso III "a", c/c art. 74, II, "a", do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2000,

Resolve:

Art. 1º Os documentos e expedientes dirigidos à Câmara Municipal de São José serão recebidos e distribuídos da seguinte forma:

I - as correspondências dirigidas a Vereador serão recebidas na recepção da Câmara e depositadas nas respectivas caixas postais;

II - os expedientes endereçados ao Presidente da Câmara originários do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, serão encaminhados à Secretária do Presidente a quem compete proceder a anotação da data do recebimento no envelope e encaminhá-los à Diretoria Geral.

III - as demais correspondências serão recebidas no protocolo para proceder na forma estabelecida no art. 2º desta Resolução.

§ 1º As correspondências dirigidas aos vereadores com Aviso de Recebimento (AR) poderão ser recebidas na recepção da Câmara, desde que haja autorização expressa do Vereador.

§ 2º Ocorrendo a hipótese do parágrafo 1º, as correspondências recebidas na recepção serão entregues diretamente no Gabinete do Vereador mediante recibo.

RESOLUÇÃO Nº. 489, DE 03 DE JULHO DE 2017.

§ 3º Na falta da autorização mencionada no parágrafo 1º, a recepcionista deverá comunicar ao Gabinete do Vereador a presença de agente dos correios na recepção da Câmara para entrega de correspondência com Aviso de Recebimento.

Art. 2º As correspondências recebidas no Setor de Protocolo serão protocolizadas e encaminhadas à Diretoria Geral para obter o respectivo despacho do Presidente e proceder à distribuição às unidades competentes, conforme o caso, observados os seguintes critérios:

I - à Diretoria Legislativa serão encaminhadas as correspondências pertinentes ao processo legislativo;

II - à Diretoria Administrativa serão encaminhadas as correspondências referentes à função administrativa, exceto os envelopes com documentação e/ou propostas para licitação, que serão encaminhados diretamente ao Presidente da Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro, conforme o caso;

III - à Diretoria Financeira serão encaminhadas as correspondências relacionadas com a área contábil, orçamentária e financeira;

IV - as correspondências pessoais serão encaminhadas aos respectivos destinatários.

Parágrafo único. A protocolização consiste no registro de entrada da documentação, contendo o número de ordem gerado, a data e o horário do seu recebimento.

Art. 3º Compete aos responsáveis pelas Diretorias Administrativa, Legislativa e Financeira:

I - submeter ao Diretor Geral os documentos que requeiram a manifestação ou assinatura do Presidente;

II - cumprir os despachos e as determinações que lhe forem endereçadas;

III - manter registros e controles da tramitação interna das correspondências em meio físico mediante o uso de livros de protocolo ou guias de tramitação, ou por meio de sistema informatizado quando definitivamente implantado.

RESOLUÇÃO Nº. 489, DE 03 DE JULHO DE 2017.

Art. 4º O documento que ensejar a constituição de um processo será submetido à autuação.

Parágrafo único. Autuação é o procedimento destinado à colocação de capa, a descrição clara e objetiva do assunto tratado na documentação e a determinação da numeração para formação de processo administrativo e/ou legislativo.

Art. 5º A Diretoria Legislativa procederá à autuação dos expedientes que comporão o processo legislativo e a Diretoria Administrativa autuará os documentos inerentes aos processos administrativos no âmbito da Câmara.

Art. 6º Os Diretores são responsáveis pela coordenação das atividades das unidades vinculadas à sua Diretoria e pela elaboração das orientações e disciplinamento dos serviços afetos à sua área de atuação.

Art. 7º A redação, numeração e expedição da correspondência oficial no âmbito da Câmara obedecerão aos seguintes critérios:

I - os ofícios serão padronizados, receberão numeração única e em ordem crescente, renovável anualmente, anotando-se, após o número, a sigla "CMSJ" e ano de expedição, separados por barra;

II – o Diretor é responsável pela redação de ofício a ser assinado pelo Presidente cujo assunto requeira a manifestação de sua diretoria;

III – uma cópia do ofício ficará arquivada na Diretoria responsável por sua elaboração e outra no arquivo geral da Câmara;

IV – a expedição dos ofícios será feita pelo serviço de protocolo supervisionado pelas Diretorias de Administração e Legislativa, conforme o caso.

Parágrafo único. Os memorandos serão padronizados, elaborados, numerados e expedidos pelo respectivo remetente, o qual deverá manter uma cópia nos arquivos da respectiva unidade.

RESOLUÇÃO Nº. 489, DE 02 DE JULHO DE 2017.

Art. 8º Os pedidos de informação fundamentados na Lei nº 12.527/2011 serão protocolizados e encaminhados ao responsável pelo Serviço de Informações ao Cidadão para as providências cabíveis.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogados os arts. 3º e 4º da Resolução nº 425, de 29 de janeiro de 2015, a Resolução nº 432, de 02 de março de 2015 e as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José, 03 de julho de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

Publicado no D.O.M

Edição: _____

De _____

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 6083/2017

DECRETO Nº 6.083, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

"HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 004/2017/SME".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, especialmente aquelas contidas no Edital de Alteração de Carga Horária nº 004/2017/SME, de 02 de agosto de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a inscrição da candidata abaixo citada para o Edital de Alteração de Carga Horária para Professores do Quadro Próprio do Magistério Municipal, conforme Edital nº 004/2017/SME.

Nº da Insc.	Candidato
01	ROSANE INES WINTER

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 09 de agosto de 2017.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EDITAL Nº 056/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056/2017

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

MONITOR DE CRECHE

GRACIELI BRAGAGNOLO
BERENICE GRUBLER

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 de agosto de 2017.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.92/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº92/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº92/2017, Edital de Pregão Nº92/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA FAZER CONCERTOS DIVERSOS EM PNEUS DE MAQUINAS, CAMINHÕES E VEICULOS DA MUNICIPALIDADE. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 21/08/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO Nº 005/2017/CMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
SÃO JOSÉ DO CEDRO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 005/2017

Súmula: Aprovar a retificação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico- Financeira do ano de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de São José do Cedro/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.375, de 19 de maio de 2015 e considerando a deliberação da plenária realizada em 07/08/2017 – Ata 09/2017.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar em teor e forma o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico- Financeira do ano de 2016, referente aos gastos dos pisos/programas recebidos.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São José do Cedro, 07 de Agosto de 2016.

FERNANDO JÚLIO WILL

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 006/2014/CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC

RESOLUÇÃO Nº 06/2017

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de São José do Cedro/SC

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 07 de agosto de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 4.375, de 19 de maio de 2015, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de São José do Cedro– CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de , referente ao ano de 2017, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Cedro/SC, 07 de agosto de 2017

Fernando Júlio Will

Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2017 - TP Nº 009/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 25/08/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2017. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS ENG. Nº 009/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) SOBRE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS IRREGULARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA MONTE CASTELO ENTRE A AVENIDA ERNESTO BEUTER E A RUA RUI BARBOSA, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, COM ÁREA TOTAL DE 3.475,70M², CONFORME PROJETO EM ANEXO E CONTRATO DE CONVÊNIO Nº 2017TR1156, FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA/AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 10 de Agosto de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.704, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 5.704, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

10.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA		
10.01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA		
10.01.20.606.4507.2. 025.4.4.90.00.00.00.0 0.00.0.3.0034	155	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de agosto de 2017.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2017

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 096/2017 – Pregão Presencial Nº 077/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAL ESCOLAR A SEREM UTILIZADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO LETIVO DE 2017.

FORNECEDOR: MARCOS H NICOLAO E CIA LTDA ME - CNPJ: 08.352.641/0001-17.

VALOR: R\$ 568,70 (quinhentos e sessenta e oito reais e setenta centavos).

FORNECEDOR: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 04.303.600/0001-80.

VALOR: R\$ 5.001,00 (cinco mil e um reais).

FORNECEDOR: PEGASUS ATACADISTA LTDA ME - CNPJ: 14.797.430/0001-90.

VALOR: R\$ 6.963,45 (seis mil, novecentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos).
FORNECEDOR: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME - CNPJ: 13.772.057/0001-50.
VALOR: R\$ 7.530,40 (sete mil, quinhentos e trinta reais e quarenta centavos).
FORNECEDOR: BELINKI & SOUZA LTDA – ME - CNPJ: 08.831.603/0001-47.
VALOR: R\$ 3.274,10 (três mil, duzentos e setenta e quatro reais e dez centavos).
FORNECEDOR: PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA – EPP - CNPJ: 19.032.430/0001-13.
VALOR: R\$ 3.015,00 (três mil e quinze reais).
TOTAL: R\$ 26.352,65 (vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).
DATA DE ASSINATURA: 31/07/2017.
VIGÊNCIA: 31/07/2017 à 31/12/2017.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/2017

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 099/2017 – Pregão Presencial Nº 079/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PRODESA - PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2623.1.033.449-68/2016/MAPA/CAIXA E CONTRATO DE CONVÊNIO Nº833489/2016, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP - CNPJ: 17.542.364/0001-04.

VALOR: R\$ 29.990,00 (vinte e nove mil, novecentos e noventa reais).

TOTAL: R\$ 29.990,00 (vinte e nove mil, novecentos e noventa reais).

DATA DE ASSINATURA: 02/08/2017.

VIGÊNCIA: 02/08/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2017

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 100/2017 – Pregão Presencial Nº 080/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PRONAT - PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2623.1.031.650-19/2016/MDA/CAIXA E CONTRATO DE CONVÊNIO Nº830855/2016, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

FORNECEDOR: TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP - CNPJ: 17.542.364/0001-04.

VALOR: R\$ 29.990,00 (vinte e nove mil, novecentos e noventa reais).

TOTAL: R\$ 29.990,00 (vinte e nove mil, novecentos e noventa reais).

DATA DE ASSINATURA: 02/08/2017.

VIGÊNCIA: 02/08/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2017

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 103/2017 – Pregão Presencial Nº 081/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSFORMAÇÃO DE CAMINHÃO CHASSI NOVO EM VIATURA OPERACIONAL DE CORPO DE BOMBEIROS TIPO AUTO TANQUE (AT) PARA A 2ª COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

FORNECEDOR: TRIEL-HT INDUSTRIAL E PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ: 89.422.042/0001-24.

VALOR: R\$ 209.900,00 (duzentos e nove mil, novecentos reais).

TOTAL: R\$ 209.900,00 (duzentos e nove mil, novecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 31/07/2017.

VIGÊNCIA: 31/07/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2017

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 104/2017 – Pregão Presencial Nº 082/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: CB COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA ME - CNPJ: 01.669.984/0001-60.

VALOR: R\$ 10.053,00 (dez mil, cinquenta e três reais).

FORNECEDOR: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 04.303.600/0001-80.

VALOR: R\$ 18.640,00 (dezoito mil, seiscentos e quarenta reais).

FORNECEDOR: IRACI BERTOLLO E FILHO LTDA ME - CNPJ: 05.984.055/0001-05.

VALOR: R\$ 31.698,50 (trinta e um mil, seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: JOSE PAULO BITENCOURT ME - CNPJ: 08.272.612/0001-45.

VALOR: R\$ 26.640,00 (XXXXXXXXXX).

FORNECEDOR: MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA – EPP - CNPJ: 02.459.406/0001-62.

VALOR: R\$ 20.546,50 (vinte mil, quinhentos e quarenta e seis mil e cinquenta centavos).

TOTAL: R\$ 107.578,00 (cento e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais).

DATA DE ASSINATURA: 01/08/2017.

VIGÊNCIA: 01/08/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 001, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 001, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

UNIDADE CONCEDENTE: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

ESTAGIÁRIA: Sandra de Lima Ribeiro, CPF nº 088.530.129-35.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Faculdade de Pato Branco (FADEP), CNPJ nº 03.420.225/0001-95.

SUPERVISORA DE ESTÁGIO: Andressa Peron, CPF nº 043.302.169-14.

VALOR: O estágio é gratuito, não gerando quaisquer ônus ao Município.

CARGA HORÁRIA: 8 (oito) horas semanais.

DATA DA ASSINATURA: 09/08/2017.

VIGÊNCIA: A vigência do estágio é de 10/08/2017 a 25/08/2017.

SIGNATÁRIOS: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste; Sandra de Lima Ribeiro - Estagiária; e Andressa Peron - Enfermeira Supervisora de Estágio.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

MINUTA 10/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017- FMS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – Registro de Preço

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo “Menor preço por item”, para aquisição de materiais para o programa Outubro Rosa, promovido pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:30 horas do dia 23/08/2017. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações, Lei Geral nº. 123/2006, Lei Complementar 147/2014, e Decreto Municipal nº. 105/2014. São Miguel da Boa Vista (SC), 10 de Agosto de 2017. VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 171/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Aquisição de material destinado para a conservação e manutenção da rede de água no Parque de Exposições Rineu Gransotto, localizada na Linha Cruzinhas SC 386, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 28 de agosto de 2017.

Abertura: às 14hs. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 09 de agosto de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO EDITAL PREGÃO N. 11/2017 (INFORMÁTICA)

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Global por lote.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MÍDIA, LÓGICA, IMAGEM E SEUS ACESSÓRIOS PARA A NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, TENDO EM VISTA O DESCRITIVO DO ANEXO I.

Entrega dos envelopes: Até as 09h00min horas do dia 22 de agosto de 2017.

Abertura: as 09h20min horas do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Mais informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Executiva da Câmara, sito à Rua 7 de Setembro, nº 2045, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:

www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 10 de agosto de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 33.2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 33.2017- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Aquisição parcelada e estimada de materiais de construção para a Prefeitura Municipal, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 24/08/2017 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 08/08/2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 71/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 71/2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1082/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) por conta do Superávit Financeiro – recursos ordinários na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.056 – Func. e Manutenção da Coordenadoria da Saúde R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 07 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº072/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº072/2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1.082/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 49.378,47 (quarenta e nove mil, trezentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos) por conta do Excesso de Arrecadação de recursos dos Royalties nas dotações abaixo identificadas:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009-2.056 – Func. e Manutenção da Coordenadoria da Saúde R\$ 49.378,47

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0041 – Aplicações Diretas R\$ 49.378,47

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº073/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº073/2017

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 7º da Lei 1.082/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

01 – CÂMARA MUNICIPAL

01.01.01.31.0001.2.001 – Funcionamento e Manutenção da
Câmara Municipal R\$ 10.000,00
Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 09 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 101/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 101/2017-PMS

Pregão Presencial nº. 70/2017-PMS

Processo nº. 146/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: PORTAL PCH EIRELI -ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.543.892/0001-20, estabelecida na Rua Ida Luiza Bertha Jacob Wulf nº. 66, sala 03, Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contratação de serviços de Internet Banda Larga 24 horas por dia, para atender as unidades administrativas do Município de Schroeder/SC, pelo período de por 12 meses, observados os quantitativos e especificações conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	PERÍODO	TOTAL QTDE. DO PERÍODO	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
TIPO 1 – Com 1 IP FIXO							
01	Serviço de Internet Banda Larga – 20Mbps de Download e 2Mbps de Upload -ESF1 -ESF2 -ESF3 -ESF4	4	Mês	12	48	249,90	11.995,20
02	Serviço de Internet Banda Larga – 10Mbps de Download e 1Mbps de Upload -Escola Clarice -Escola Sarita -Escola Santos -Escola Kismara	4	Mês	12	48	209,90	10.075,20
03	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload -ETA -Escola Leonete -Escola Castro -CEIM Primeiros Passos -Jardim Abelhinha -CEIM Ezélia -CEIM Zerbin -CEIM Girassol -Escola Frida -Escola Rui -CRAE/NASF	11	Mês	12	132	169,90	22.426,80
04	Serviço de Internet Banda Larga – 35Mbps de Download e 3Mbps de Upload -Prefeitura – Conexão por Fibra Ótica -CRAS – Conexão por Fibra Ótica -CREAS – Conexão por Fibra Ótica	3	Mês	12	36	299,90	10.796,40
TIPO 2 – Com 3 IP FIXO							
05	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 5Mbps de Upload -Prefeitura – Conexão por Fibra Ótica	1	Mês	12	12	949,00	11.388,00

TIPO 3 – Sem IP FIXO							
06	Serviço de Internet Banda Larga – 50Mbps de Download e 5Mbps de Upload -Ginásio Alfredo Pasold – Conexão por Fibra Ótica	1	Mês	12	12	359,90	4.318,80
07	Serviço de Internet Banda Larga – 100Mbps de Download e 100Mbps de Upload -Ginásio Alfredo Pasold – Conexão por Fibra Ótica	1	Dia	10	10	737,70	7.377,00
OUTROS							
08	Serviço de Instalação ou Reinstalação em alteração de endereço	7	Unidade	-	7	690,00	4.830,00
09	Troca de equipamentos (modem/router) em caso de responsabilidade da contratante	3	Unidade	-	3	300,00	900,00
10	Troca de equipamentos (fonte) em caso de responsabilidade da contratante	3	Unidade	-	3	50,00	150,00
TOTAL R\$							84.257,40

Valor do contrato: R\$ 84.257,40 (oitenta e quatro mil duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos)

Data da Assinatura: 09/08/2017 - vigência: 12 meses

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.300/2017

LEI Nº.2.300/2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$483.200,00 (QUATROCENTOS E OITENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2017, no valor de até R\$483.200,00 (quatrocentos e oitenta e três mil e duzentos reais), como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
12.361.3009.1.317 – REFORMAS, AMPLIAÇÕES E CONSTRUÇÕES DE UNIDADES ESCOLARES			
4.4.90.51.00.00	00.01.0036	Obras e Instalações	243.200,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
12.361.3009.2.371 – TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.39.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	240.000,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
12.361.3009.2.321 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.30.00.00	00.01.0036	Material de Consumo	44.659,80
3.3.90.36.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física	1.100,00
3.3.90.39.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	115.295,25
4.4.90.51.00.00	00.01.0036	Obras e Instalações	39.150,00
4.4.90.52.00.00	00.01.0036	Equipamento e Material Permanente	12.816,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
12.361.3009.2.322 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL “CRECHES”			
3.3.90.30.00.00	00.01.0036	Material de Consumo	41.571,90
3.3.90.36.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física	1.650,00
3.3.90.39.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	100.000,00
4.4.90.51.00.00	00.01.0036	Obras e Instalações	10.000,00

4.4.90.52.00.00	00.01.0036	Equipamento e Material Permanente	10.000,00
05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
12.361.3009.2.367 – MANUTENÇÃO DOS JARDINS DE INFÂNCIA			
3.3.90.30.00.00	00.01.0036	Material de Consumo	13.093,30
3.3.90.36.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física	1.000,00
3.3.90.39.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	31.163,75
4.4.90.51.00.00	00.01.0036	Obras e Instalações	34.200,00
4.4.90.52.00.00	00.01.0036	Equipamento e Material Permanente	27.500,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº2.254/2016 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 8 de agosto de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 52/2017-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICIPIO DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**PREGÃO PRESENCIAL**
Nr.: 52/2017 - PRProcesso Administrativo:
Processo de Licitação: 116/2017
Data do Processo: 30/06/2017

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e instalação de extintores novos, recargas e suportes para suprir as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificação

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 6 / 2017

Motivo: Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.

Schroeder, 9 de Agosto de 2017

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ATA PREGÃO PRESENCIAL 52/2017-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 52/2017 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 116/2017 Data do Processo: 30/06/2017

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 116/2017 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e instalação de extintores novos, recargas e suportes para suprir as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificação

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação conforme marcado anteriormente pela segunda vez. E para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez, no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/ SC. Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 9 de Agosto de 2017

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Ana Paula Kreis	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Eloir José Wendt	- - Equipe de Apoio

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1272

DECRETO Nº 1272, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

Altera a Composição do Conselho Municipal dos Direitos Do Idoso - CMDI e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 108 da Lei Orgânica, combinadas com o disposto na Lei nº 1875, de 13 de julho de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas "a" e "c" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 1108, de 06 de setembro de 2016, que passam a vigorar com a seguinte redação:

.....

Art. 1º

.....

II – Representantes de entidades não governamentais:

a) representante Sindicato e/ou Associação de Aposentados:

Titular: Pascoal Albani

Suplente: Arnildo Edmundo Zuze.

.....

c) Representante de outras entidades que comprovem possuir políticas relativas ao idoso:

Titular: Olinto Kowacicz

Suplente: Santana Tártaro.

.....

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara (SC), em 09 de agosto de 2017.

EDEMILSON CANALE

Prefeito de Seara

Registra-se e Publica-se

Em 09 de agosto de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 159/2017

DECRETO Nº 159/2017, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCIELI MACHADO DOS SANTOS GIARETTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e em especial à Lei nº 10.710/2003, Lei Municipal nº 498/2001 e Lei nº 684/2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade, de 10 de agosto de 2017 a 05 de fevereiro de 2018, à Servidora Pública Municipal FRANCIELI MACHADO DOS SANTOS GIARETTA, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, Nível 11-A, do Grupo 1 – SEG, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria de Saúde, conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 10 de agosto de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2017

Estado de Santa Catarina

CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara de Vereadores de. Serra Alta SC, através do seu Presidente, torna público a todos aos interessados, que RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO N 02/2017, de acordo com a Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 03/2017

Dispensa de Licitação n 02/2017

Tipo: Menor preço.

Objeto: A presente dispensa tem por objeto a contratação de prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia e arquitetura, para elaboração dos Projetos de Arquitetura, estrutural e demais Projetos Complementares para edificação da Sede própria do Poder Legislativo Municipal.

Serra Alta, SC, 09 de agosto de 2017.

JACI MARIN

Presidente

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 186/2017

DECRETO Nº 186, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

REVOGA DECRETO QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio –SC, de 06 de abril de 1990.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Revogado o Decreto nº 296, de 12 de julho de 2016, que “Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável ou Judicial o Imóvel que especifica e dá outras Providências”.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 14 de dezembro de 2012.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças e Administração

DEC. 187/2017

DECRETO Nº 187, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 23.321,35 (vinte e três mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

04.03 - DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS

2.033 - Conservação e Limpeza de Vias e Logradouros Públicos

3.3.90.00.00.00.00.00.0016(44) - Aplicações Diretas R\$ 23.321,35

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do superávit financeiro da fonte de recursos 16.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de agosto de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

DEC. 188/2017

DECRETO Nº 188, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 18.912,95 (dezoito mil, novecentos e doze reais e noventa e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

03.01 - GERENCIAS DE FINANÇAS

0.002 - Encargos Gerais do Município

3.3.90.00.00.00.00.00.0506(244) - Aplicações Diretas R\$ 770,24

3.3.90.00.00.00.00.00.3506(245) - Aplicações Diretas R\$ 18.142,71

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso da fonte de recursos 506 e superávit financeiro da fonte 3506..

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de agosto de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

LEI 2325/2017

LEI Nº 2325, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA NAS CONTAS DE ÁGUA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO PARA DESTINAÇÃO À PROTEÇÃO ANIMAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado a lançar nas faturas mensais das contas de água do município de Sombrio, vinculadas ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE –, contribuição voluntária, que será destinada ao custeio de políticas públicas a seguir descritas nessa Lei.

§ 1º. O titular da conta poderá enviar requerimento ou entrar em contato com o SAMAE autorizando a contribuição e informando o valor da mesma.

§ 2º. O titular da conta ou procurador, munido de documento de

procuração específico para tal, poderá enviar requerimento ou entrar em contato com o SAMAE, solicitando o cancelamento do lançamento da contribuição a qualquer momento.

Art. 2º. A contribuição voluntária será destinada para o custeio de programa de castração, tratamento e recuperação de animais abandonados e em estado de elevado sofrimento.

Parágrafo único - Os recursos provenientes da contribuição voluntária poderão, também, ser usados para pagamento de aluguel de imóvel e estrutura de funcionamento do programa.

Art. 3º. O Poder Executivo municipal fica autorizado a firmar convênio com o SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – para recebimento da contribuição voluntária descrita nesta Lei.

Parágrafo único – O custo para celebração e manutenção do convênio será pago com os recursos arrecadados pela contribuição voluntária.

Art. 4º. O SAMAE fará o lançamento dos recursos da contribuição voluntária, em conta específica a ser aberta em instituição financeira, onde após apuração dos valores arrecadados, transferirá estes recursos para a Prefeitura Municipal, que também movimentará em conta específica a ser criada em banco oficial e fará a gestão dos recursos.

§ 1º. O SAMAE deverá apurar os valores recebidos, entre o dia primeiro e o último de cada mês, e repassar os valores, à Prefeitura Municipal, até o décimo dia do mês subsequente.

§ 2º. A Prefeitura Municipal deverá destinar os recursos arrecadados pela contribuição voluntária à entidades credenciadas e conveniadas com o Poder Público municipal, em programa de castração, tratamento e recuperação de animais, mediante prestação de contas.

Art. 5º. Os recursos da contribuição voluntária não poderão ser utilizados pela Prefeitura Municipal para o cumprimento do disposto na Lei municipal nº 1.780 de 30 de dezembro de 2008, que trata do controle populacional de cães e gatos.

Art. 6º. Não cabe ao SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto –, o lançamento dos recursos da contribuição voluntária em sua receita, limitando-se a um controle contábil em conta específica, extra-orçamentário, transferido à Prefeitura Municipal, que fará a gestão dos recursos conforme estabelecido no artigo 4º desta Lei.

Art. 7º. O Poder Executivo municipal regulamentará a aplicação da presente Lei em até 90 (noventa) dias a partir de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 07 de agosto de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças e Administração

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 439, DE 08 DE AGOSTO DE 2.017.

PORTARIA Nº. 439, DE 08 DE AGOSTO DE 2.017.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município, com combinado com Lei Complementar 041/2007 e Lei 1.556 de 22/05/2002;

Considerando a necessidade de manter em funcionamento os serviços essenciais da Secretaria de Saúde, Serviço Social e Habitação;

Considerando Edital 003/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora JESSICA BAGGIO RIBEIRO, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de AGENTE DE SAÚDE, com carga horária de 40h semanais a partir de 07/08/2017.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 07/08/2017, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 08 DE AGOSTO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 167/2017

PORTARIA Nº 167/2017 CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. LUCIANE WILSMANN SOETHE POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 014/2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a Servidora Pública Municipal Sra. LUCIANE WILSMANN SOETHE, Professor III, cadastrada sob matrícula nº 329/02, pelo período de 07 (sete) dias, a partir de 07 de Agosto de 2017, nos termos dos arts. 92 e 93 da Lei Municipal Complementar nº 014/2010 (Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos - SC), conforme Atestado Médico apresentado e deferido.

Lei Municipal Complementar nº 014/2010

Art. 92 Desde que se prove, por meio de acompanhamento social, ser indispensável a sua assistência pessoal e que esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, ao membro do Magistério é concedida licença por motivo de doença, de filhos, pais, cônjuges, mediante comprovação de junta médica oficial ou médico do trabalho do município.

Parágrafo Único – A concessão do benefício carece de parecer social, elaborado por Assistente Social do Município.

Art. 93 A licença de que trata o artigo é concedida com remuneração integral pelo período de até 02 (dois) meses, na condição que o profissional da educação seja a única pessoa que possa prestar a assistência.

§1º As pessoas consideradas para o benefício previsto no caput deste artigo são: pai, mãe, irmãos, avós, filhos e cônjuges.

§2º A concessão pode ser da carga horária parcial. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE AGOSTO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em nove de agosto de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

EXTRATO RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/PMT/2017 PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº 087/PT/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 115/PMT/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 087/PMT/2017

Objeto: Aquisição de Materiais para a Reposição das Fanfarras Municipais, da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas - SC.

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA EPP, foi vencedora dos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42, no valor de R\$. 26.151,50 (Vinte e seis mil, cento e cinquenta um reais e cinquenta centavos).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/PMT/2017 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 088/PMT/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 116/PMT/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 088/PMT/2017

Objeto: Aquisição de Material Gráfico para Uso da Secretaria de Educação, do Município de Tijucas - SC.

Empresa Vencedora do Processo: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA, foi vencedora dos itens: 01, 03 e 04, no valor de R\$. 1.900,00 (Um mil, novecentos reais).

Empresa Vencedora do Processo: JOÃO PAULO DA SILVA GRAFICA ME, foi vencedora do item: 02, no valor de R\$. 5.800,00 (Cinco mil e quatrocentos).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/FMS/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/FMS/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/FMS/2017

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de lavagem da Frota da Secretaria, do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data de Abertura: 23 de agosto de 2017, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 09/2017

Aviso de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL 09/2017

A Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas (SC), inscrita sob o CNPJ Nº 80.669.864/0001-30 com sede a Rua Coronel Büchelle 181, Bairro Centro, Tijucas/SC, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 30/08/2017, às 08h, na sede desta Casa Legislativa, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Pregão Presencial 08/2017.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site da Câmara de Vereadores de Tijucas: <http://www.camaratijucas.sc.gov.br>.

Objeto da Licitação: A presente licitação tem como objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO SEDAN MÉDIO, QUE VISA ATENDER AS NECESSIDADES DE TRABALHO DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS/SC, de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital.
Tijucas, 09 de agosto de 2017.

Eloi Pedro Geraldo

Câmara de Vereadores de Tijucas/SC

Presidente

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 190/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 190, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Municipal nº 1.848/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
2.006 – Manutenção do Ensino Básico
31-3.1.90.00.00.00.00.0087; Aplicações Diretas
..... R\$ 350.000,00
2.011 – Promoção e Divulgação e Eventos Culturais
57-3.3.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00
07.01 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES
1.016 – Pavimentação de Vias Urbanas
70-4.4.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas
..... R\$ 210.000,00
09.01 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
2.029 – Manutenção da Secretaria de Planejamento, Indústria, Comércio e Turismo
112-3.1.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas
..... R\$ 54.000,00
11.01 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
2.013 – Manutenção do Departamento de Promoção Social
121-3.1.90.00.00.00.00.0080 ; Aplicações Diretas
..... R\$ 205.000,00
124-3.3.90.00.00.00.00.0080 ; Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
15.01 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
2.020 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
145-3.1.90.00.00.00.00.0080 ; Aplicações Diretas
..... R\$ 26.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das dotações abaixo descritas:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO
2.002 – Manutenção do Gabinete do prefeito
1-3.1.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00
03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
8-3.1.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas
..... R\$ 410.000,00
04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
2.007 – Programa de Alimentação Escolar
40-3.3.90.00.00.00.00.0087; Aplicações Diretas
..... R\$ 69.000,00
2.012 – Manutenção do Esporte Amador
59-3.3.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas
..... R\$ 26.000,00

07.01 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES
2.024 – Manutenção da Rede Viária do Município
76-3.1.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas
..... R\$ 160.000,00
2.026 – Manutenção de Iluminação Pública
90-3.3.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00
08.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2.027 – Manutenção da Secretaria de Agricultura
107-3.1.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas
..... R\$ 45.000,00
2.028 – Apoio ao Pequeno Agricultor
109-3.1.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas
..... R\$ 75.000,00
11.01 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
2.019 – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
138-3.1.90.00.00.00.00.0080 ; Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
2.043 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
154-3.3.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 08 de agosto de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 191/2017 ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL

DECRETO Nº 191, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.849/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde
2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde
51-4.4.90.00.00.00.00.00101 ; Aplicações Diretas
..... R\$ 32.000,00
52-4.4.90.00.00.00.00.00040 ; Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das dotações abaixo descritas:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

1.012 – Aquisição de Veículos

3-4.4.90.00.00.00.00.00.0101 ; Aplicações Diretas
..... R\$ 32.000,00

2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde

15-3.3.90.00.00.00.00.00.0040 ; Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 08 de agosto de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 192/2017 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 192, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.850/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde

19-3.3.90.00.00.00.00.00.0101 ; Aplicações Diretas
..... R\$ 54.000,00

2.032 – Assistência Farmacêutica Básica

30-3.3.90.00.00.00.00.00.0101 ; Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das dotações abaixo descritas:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

1.012 – Aquisição de Veículos

3-4.4.90.00.00.00.00.00.0101 ; Aplicações Diretas
..... R\$ 23.000,00

1.013 – Construção e Ampliação da Unidade Básica de Saúde

7-4.4.90.00.00.00.00.00.0101 ; Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

2.023 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica

26-3.3.90.00.00.00.00.00.0101 ; Aplicações Diretas
..... R\$ 16.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 08 de agosto de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 193/2017 DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CONTRATO TEMPORÁRIO

DECRETO Nº. 193, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida KATIA PADILHA LODETTI, Contrato Administrativo nº 115/2017, nomeada através do Decreto 181/2017, em 1º/08, ocupante do cargo de Monitor PETI, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 08 de agosto de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 194/2017 NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO

DECRETO Nº 194, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com o Processo Seletivo 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as servidoras abaixo identificadas, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul – SC, de 08/08/2017 à 31/12/2017:

Nome	Cargo/ Carga horária	Nº Contrato Administrativo
Fernanda Turossi	Agente Comunitária de Saúde PSF/PACS	120/2017
Gabriela Zaccaron Marcon	Médica Veterinária	121/2017

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 08 de Agosto de 2017.

ROBERTO BIAVA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA

Secretario de Administração e finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE Nº 40.2017 - PMTATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE Nº 40.2017 - PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 40/2017 – PMT

Às quinze horas, do nono dia do mês de Agosto de dois mil e dezessete (09/08/2017), na sala do setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 40/2017 PMT.

Aberta a sessão, foram analisados os documentos abaixo relacionados, integrantes deste processo de inexigibilidade apresentados pela Empresa VPA COMÉRCIO DE PEDRAS E PAVIMENTAÇÃO LTDA ME – CNPJ Nº. 07.516.335/0001-06:

Ato Constitutivo – Contrato Social com respectivas alterações	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó/SC	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 II
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS - emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Cópia do Contrato de Credenciamento nº. 05-01/2017 – Proveniente do Credenciamento de Empresas para a Pavimentação de Vias – Processo Licitatório nº. 05/2017 – PMT.	

Da análise destes documentos observa-se que a Empresa VPA COMÉRCIO DE PEDRAS E PAVIMENTAÇÃO LTDA ME está com a documentação regular.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

LOURDES MOSER
Presidente
ANGELA PREUSS
Membro
MOACYR CRISTOFOLINI JR
Membro

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE Nº 41.2017 - PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 40/2017 – PMT

Às quinze e trinta horas, do nono dia do mês de Agosto de dois mil e dezessete (09/08/2017), na sala do setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 40/2017 PMT.

Aberta a sessão, foram analisados os documentos abaixo relacionados, integrantes deste processo de inexigibilidade apresentados pela Empresa VPA COMÉRCIO DE PEDRAS E PAVIMENTAÇÃO LTDA ME – CNPJ Nº. 07.516.335/0001-06:

Ato Constitutivo – Contrato Social com respectivas alterações	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó/SC	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 II
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS - emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Cópia do Contrato de Credenciamento nº. 05-01/2017 – Proveniente do Credenciamento de Empresas para a Pavimentação de Vias – Processo Licitatório nº. 05/2017 – PMT.	

Da análise destes documentos observa-se que a Empresa VPA COMÉRCIO DE PEDRAS E PAVIMENTAÇÃO LTDA ME está com a documentação regular.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

LOURDES MOSER
Presidente
ANGELA PREUSS
Membro
MOACYR CRISTOFOLINI JR
Membro

**DECISÃO RECURSOS - CONCORRÊNCIA Nº 103 2016
PMT****DECISÃO DOS RECURSOS**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 103/2016

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO BENEDITO, TRECHO: LIGAÇÃO ENTRE RODOVIA SC-416 E SC-477

RECORRENTES: CONSTRUTORA RJP LTDA (Recurso/Adequação de Proposta) HEJOS CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA ME (Recurso) TRENA TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES S/A (Recurso) e ITAÚBA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA (Contrarrrazões recursais).

Dos Fatos:

O Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, lançou o Edital de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 103/2016, tendo como objeto a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução de ponte sobre o Rio Benedito, trecho: ligação entre rodovia SC-416 e SC-477.

Ato contínuo à fase instrutória, veio aos autos, às fls. 2160 a 2162, Ata de Julgamento da Proposta de Preço, de lavra da Comissão Permanente de Licitações do Município de Timbó, conferindo o seguinte:

Considerando que compete à Comissão de Licitações a análise prévia dos recursos e contrarrrazões, podendo reconsiderar a sua decisão a respeito da classificação das propostas das empresas:

Construtora RJP Ltda; Duna Engenharia Ltda., Ivano Abdo Construções e Incorporações Ltda e Itaúba Incorporações e Construções Ltda e, a desclassificação das propostas das empresas: Engedal Construtora de Obras Ltda, Hejos Construções Civis Ltda e Trena Ter. e Construções S.A ou encaminhar os autos do processo para a autoridade superior, neste caso o Secretário de Obras e Serviços Agrícola, para julgamento.

Desta forma, após período de análise de cada um dos recursos interpostos, a Comissão decide manter a decisão acima pelos motivos expostos na Ata de Julgamento das Propostas de Preço.

Portanto, encaminha-se o processo ao Secretário de Obras e Serviços Agrícolas, para que profira a sua decisão a respeito dos recursos.

Diante da decisão, a empresa CONSTRUTORA RJP LTDA apresentou recurso administrativo revestido de "solicitação de revisão de sua proposta de preços" às fls. 2170/2173, em 07/07/2017, aduzindo que ao elaborar cálculo de valores de mão de obra, os encargos relacionados no Grupo E foram duplicados quando da composição do Grupo C, de forma a caracterizar uma cobrança indevida.

Relaciona em seus argumentos que, ao promover auditorias, o Organismo de Controle (Tribunal de Contas) notificou contratantes de obras no sentido de reparar os equívocos, promover devolução de valores e proceder a correção dos cálculos apresentados.

Diante destas orientações, vem aos autos de proceder correção do equívoco supra referido, informando novo percentual 168,83%, refletindo uma economia de 3,47% sobre a proposta apresentada, alterando-a.

Como fundamento legal tece comentários sobre os princípios básicos da administração pública, em especial o princípio da competitividade e melhor proposta, colaciona jurisprudências – Acórdão 1.811/2014 plenário, Acórdão 2.546/2015 plenário, Acórdão 4.621/2009 Plenário, intentando embasar a possibilidade de o erro

no preenchimento da planilha não se constituir motivo suficiente para desclassificação.

Já a empresa HEJOS CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA ME apresentou recurso em 07/07/2017, às fls. 2189/2201, discordando de sua desclassificação por não apresentar acervo requerido no edital, em especial tabela sobre composição de encargos sociais e percentual de BDI em desconformidade com os parâmetros do TCU, argumentando que:

a. a não apresentação de composição de encargos sociais não causa prejuízo a Administração, vez que o valor de mão de obra utilizado na planilha de preços contém todos os encargos sociais previstos.

b. o BDI apresentado foi de 20%, estando em conformidade.

A empresa TRENA TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES S/A protocolou recurso em 07/07/2017, juntado às fls. 2203/2208, argumentando que, inobstante ter sido desclassificada em virtude da "parcela referente à contribuição previdenciária não ter sido considerada no cálculo de BDI nem nos encargos sociais", o fato seria um mero erro de digitação que absolutamente não afetaria o conteúdo das composições apresentadas, não podendo-se substanciar na desclassificação da Recorrente.

Relata que a proposta econômica ofertada por si é válida, mais vantajosa, e a decisão proferida, em excesso de rigor, impõe prejuízo do interesse coletivo e da ampla concorrência.

Recebidos os recursos, promoveu-se o contraditório.

Em sede de contrarrrazões recursais a empresa ITAÚBA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, no que se refere aos recursos apresentados pela empresa TRENA TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES S/A e HEJOS CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA ME, aduziu que o item 8.9 do edital é claro ao exigir a composição dos custos unitários e detalhamentos de todos os encargos sociais, não se tratando de mero formalismo. Ademais, relaciona a essencialidade da apresentação do documento juntamente com as propostas.

Demais a isso, aduz que a pretensão das recorrentes afronta o artigo 43, § 3, da Lei 8.666/93, uma vez que para sanar os efeitos contidos nas referidas propostas seriam necessárias inclusões de dados totalmente novos, o que é vedado pela lei.

Ademais, apresenta comentários, em sede de contrarrrazões, acerca de outras tantas irregularidades presentes na proposta da empresa TRENA TERRAPLANAGEM.

Em documento proposto em um segundo momento, apresentou a empresa ITAÚBA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA contrarrrazões ao recurso da empresa CONSTRUTORA RJP LTDA. Referido documento impugna a pretensão e imputa à empresa recorrente conduta ilícita de prestar declaração falsa acerca da sua condição de Empresa de Pequeno Porte.

Pela Comissão Permanente de Licitação foram recebidos os referidos recursos, e tendo em vista a manutenção da decisão, foram os autos submetidos a esta Secretaria para análise e julgamento em última instância administrativa, conforme dispõe o item 17 do Edital e art. 109 da Lei 8.666/93.

Este é o relatório.

Do Mérito:

I. Das razões recursais apresentadas por CONSTRUTORA RJP LTDA (Recurso/Adequação de Proposta):

De acordo com o Edital de Concorrência para Obras e Serviços de

Engenharia nº 103/2016 e seus anexos, o objeto da licitação em exame compreende a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução de ponte sobre o Rio Benedito, trecho: ligação entre rodovia SC-416 e SC-477.

Para tanto, são exigidos os requisitos inerentes a qualquer processo licitatório, e devido à necessidade em relação à matéria objeto da licitação, bem como o porte da obra, ainda mais o valor envolvido, é ainda exigida a qualificação técnica da empresa licitante, tudo devidamente descrito no Edital e Anexos.

Inclusive, para o gerenciamento, supervisão, fiscalização e apoio técnico das obras previstas no projeto, a supervisão ambiental, o desenvolvimento e elaboração dos projetos executivos e As Built, as readequações, exigência de qualificação técnica e demais estudos complementares necessários à implantação do anel viário Rua Araponguinhas, o Município realizou licitação (Edital de Concorrência nº 114/2013) que culminou na formalização do Contrato Administrativo nº 2013/175 com o CONSÓRCIO ANEL VIÁRIO TIMBÓ, constituído pelas empresas SC ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 05.039.594/0001-68, com sede na Rua Pedro Cunha, nº 61, Bairro Capoeiras, Florianópolis/SC (empresa Líder - com 55% de participação), GREIDE ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 00.894.553/0001-35, com sede na Rodovia Augusto Hasse, nº 530, Bairro Benedito, Indaial/SC (com 35% de participação) e IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 83.256.172/0001-58, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1964, Bairro Capoeiras, Florianópolis/SC (com 10% de participação).

Em outras palavras, todo o desenvolvimento, projeto, gerenciamento, fiscalização e apoio técnico da obra em questão, incluindo as exigências técnicas inerentes, foram objeto de licitação acima identificada, na qual foram elaborados todos os projetos e demais documentos e exigências técnicas necessárias à execução da presente licitação pela licitante participante.

Ademais, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, "a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos". Grifo nosso.

O artigo 41 do mesmo diploma legal dispõe ainda que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Grifo nosso.

Repassados tais esclarecimentos, no que se refere aos argumentos apresentados pela Recorrente/Peticionante tem-se que a peça recursal menciona um "mero erro formal" ao elaborar cálculo de valores de mão de obra que "pode ser facilmente reparado" pela exclusão dos itens em duplicidade de modo a reduzir o valor global proposto.

Com a devida vênia, não se verifica a hipótese de erro meramente formal no que se refere ao equívoco. Senão vejamos.

Em primeiro plano, é fato incontroverso o lançamento dúplice dos encargos relacionados no Grupo E em relação à composição do Grupo C elaborado pela Recorrente, de forma a caracterizar uma cobrança indevida. Foi trazido aos autos por si e corroborado pelo parecer técnico elaborado pelo CONSÓRCIO ANEL VIÁRIO TIMBÓ, de lavra Engenheiro Anselmo C. P. Moreira, CREA-SC 092916-5, ora anexo.

Diante da declaração de equívoco e da constatação pelo corpo técnico do erro na elaboração da proposta, basta uma análise jurídica

sobre o efeito do equívoco para o procedimento licitatório.

Vê-se que o equívoco trazido tem como consequência a alteração da proposta, ainda que a menor, não se tratando de um simples lapso material ou formal, mas de "erro substancial", ou seja, aquele que interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração ou a alguma das qualidades a ele essenciais (Código Civil, art. 139, I).

O equívoco no alinhamento da composição do preço configura erro grave – substancial – que torna o mesmo insuscetível de aproveitamento; trata-se de um documento defeituoso; incompleto; não produzindo os efeitos jurídicos desejados.

Permitir a alteração da proposta neste momento é impraticável uma vez que restaram descumpridos princípios básicos do Direito Administrativo, tais como da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade, da segurança jurídica, entre outros.

O momento da apresentação da proposta, conforme o instrumento convocatório já se findou, e ao permitir-se alteração neste sentido estar-se-ia ferindo o princípio da vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório, maculando-se o certame como um todo.

Vê-se que o referido princípio é a garantia dos demais por tratar-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público de que há regras iguais, impessoais, isonômicas e que atingem a todos, em observância à igualdade e à impessoalidade.

No mesmo sentido e direção, vale gizar que o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". (Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público - Curso de Direito Administrativo, 2007, p. 416).

Sobre o tema, igual orientação pode ser encontrada no Supremo Tribunal Federal (STF), no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e no Tribunal de Contas da União, como será a seguir demonstrado:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. (STF (RMS 23640/DF)

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa

no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. (STJ RESP 1178657)

"Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, 'a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada' (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, não pode esta se furtar ao seu cumprimento, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento". (TRF1 AC 199934000002288).

Por fim, para além dos tribunais judiciais, a posição do TCU sobre a matéria aqui discutida é exatamente a mesma. O entendimento unânime do TCU, quando em análise do referido princípio - vinculação ao edital - pode ser sintetizada na recomendação apresentada pelo tribunal no Acórdão 483/2005: "Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993".

Ante ao exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesmas estabelecidas no instrumento convocatório, isto porque, apenas desta forma está a se garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas, bem como pode-se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes.

E no caso em tela, a Recorrente reconheceu que apresentou proposta errônea e irregular, duplicando valor de forma indevida, o que foi corroborado pelo setor técnico, trazendo preclusão a eventual nova apresentação de proposta, pois decorrido o prazo editalício para tanto, em respeito aos princípios da isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, segurança jurídica, legalidade e impessoalidade.

Diante do quadro, o erro substancial (alteração do valor da proposta) perpetrado pela Recorrente provoca o efeito indesejado da desclassificação da licitante como medida imperativa.

II. Das razões recursais apresentadas pela empresa HEJOS CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA ME e TRENA TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES S/A:

A licitante HEJOS CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA ME ora Recorrente apresentou recurso discordando de sua desclassificação por não apresentar tabela sobre composição de encargos sociais e percentual de BDI em desconformidade com os parâmetros da TCU, argumentando que:

- a. a não apresentação de composição de encargos sociais não causa prejuízo a Administração, vez que o valor de mão de obra utilizado na planilha de preços contém todos os encargos sociais previstos;
- b. o BDI apresentado foi de 20% estando em conformidade.

Já a empresa TRENA TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES S/A protocolou recurso em 07/07/2017, juntado às fls. 2203/2208, argumentando que, inobstante ter sido desclassificada em virtude

da "parcela referente à contribuição previdenciária não ter sido considerada no cálculo de BDI nem nos encargos sociais", o fato seria um "mero erro de digitação" que absolutamente não afetaria o conteúdo das composições apresentadas, não podendo consubstanciar na desclassificação da Recorrente.

Relata que a proposta econômica ofertada por si é válida e mais vantajosa, e a decisão proferida, em excesso de rigor, impõe prejuízo do interesse coletivo e da ampla concorrência.

Razão não lhes assiste.

Inicialmente, considera-se oportuno transcrever as disposições editalícias, atreladas aos pontos que serão abordados a seguir, até mesmo porque as Recorrentes ao formularem sua peça recursal, não replicaram em sua totalidade algumas das regras dispostas no Edital.

O item 8.9 do instrumento convocatório determina, acerca da composição de preços:

8.9 - A proposta deverá ser acompanhada de Planilha Orçamentária contendo a composição dos custos unitários com o detalhamento de encargos sociais e do BDI (taxa percentual) estabelecido pelo Acórdão n.º 2622/2013-TCU/Plenário, conforme informações abaixo, ou declaração da empresa vencedora informando o percentual (%) na composição do preço, tudo nos moldes exigidos pelo art. 7º §2º inciso II da Lei 8.666/93 c/c a Súmula nº 258 do TCU.

Isto porque, o detalhamento de encargos sociais pertinentes é essencial para que a comissão de licitação possa avaliar se a proposta está adequada à legislação trabalhista e previdenciária pertinente no caso. Rememora-se que é papel da Administração Pública, desde a fase interna da contratação, exercer seu papel fiscalizador nos termos das obrigações pertinentes à Súmula 331 do TST:

Súmula nº 331 do TST

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).
II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).
III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

Desta forma, ao deixarem ambas as Recorrentes de observar os ditames editalícios, negaram à comissão de licitação elemento

essencial à formação da proposta, em grave desvio ao edital e às determinações legais, o que ocasiona grave risco ao município contratante e afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Veja-se que o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". (Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público - Curso de Direito Administrativo, 2007, p. 416).

Nesta linha, são os ensinamentos de Marçal Justen Filho:

Quando o edital impuser comprovação de certo requisito não cogitado por ocasião do cadastramento, será indispensável a apresentação dos documentos correspondentes por ocasião da fase de habilitação" (Pregão. Comentários à Legislação do Pregão Comum e do Eletrônico, 4ª ed., p. 305).

Ademais, permitir a apresentação dos referidos dados neste momento, é inexecutável uma vez que serão descumpridos os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade, da segurança jurídica, entre outros, maculando-se o certame como um todo.

IV. Das contrarrazões recursais apresentadas por ITAÚBA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA:

No que se refere aos argumentos despendidos pela contra recorrente ITAÚBA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, tendo em vista a ausência de assinatura a validar as contrarrazões apresentadas, deixa-se de analisá-las.

Veja-se da obrigatoriedade editalícia do documento original:

17.5 - Serão aceitos os recursos enviados por fac-símile ou outro meio eletrônico de transmissão de dados, estando sua validade condicionada à apresentação do original na forma legalmente estabelecida na Lei n.º 9.800/1999.

Pelo que se depreende da análise dos autos, nota-se que as assinaturas apostas pelos representante da empresa Sr. José Eugenio Souza de Bueno Gizzi e por Henrique Berri Paul, pessoa com poderes substabelecidos pelo Dr. Pedro Henrique Braz de Vita, um dos procuradores pertencentes à banca de advogados constituída pela empresa, tratam-se de assinaturas digitalizadas que constituem mera reprodução da assinatura de próprio punho, obtidas por meio de imagem através de scanner e inserida na peça de contrarrazões.

Observa-se, que não se pode considerar que o caso em apreço se trate de assinatura digital - que assegura a autenticidade de documentos em meio eletrônico -, mas sim de assinatura digitalizada, obtida por meio de escaneamento. E, embora a assinatura digitalizada por meio de escaneamento tenha se tornado uma prática usual, tal procedimento não se encontra regulamentado e, por tal razão, não pode ser considerado válido no mundo jurídico.

Com efeito, mostra-se impossível elidir os riscos de que a reprodução da assinatura, por meio de escaneamento, possa ser utilizada por outra pessoa que não o próprio autor da assinatura autografa, bastando que se tenha acesso a ela para inseri-la em qualquer documento.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, em análise à questão, já se manifestou no sentido de se considerar inválida a imagem escaneada de assinatura para interposição de recurso, confira-se:

ATO PROCESSUAL: RECURSO: CHANCELA ELETRÔNICA: EXIGÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO DO SEU USO PARA RESGUARDO DA SEGURANÇA JURÍDICA. 1. ASSENTE O ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL DE QUE APENAS A PETIÇÃO EM QUE O ADVOGADO TENHA FIRMADO ORIGINALMENTE SUA ASSINATURA TEM VALIDADE RECONHECIDA. PRECEDENTES. 2. NO CASO DOS AUTOS, NÃO SE TRATA DE CERTIFICADO DIGITAL OU VERSÃO IMPRESSA DE DOCUMENTO DIGITAL PROTEGIDO POR CERTIFICADO DIGITAL; TRATA-SE DE MERA CHANCELA ELETRÔNICA SEM QUALQUER REGULAMENTAÇÃO E CUJA ORIGINALIDADE NÃO É POSSÍVEL AFIRMAR SEM O AUXÍLIO DE PERÍCIA TÉCNICA. 3. A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DA ASSINATURA DIGITALIZADA NÃO É MERO FORMALISMO PROCESSUAL, MAS, EXIGÊNCIA RAZOÁVEL QUE VISA IMPEDIR A PRÁTICA DE ATOS CUJA RESPONSABILIZAÇÃO NÃO SERIA POSSÍVEL. (STF, AI 564765/RJ, RELATOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE, PRIMEIRA TURMA, DATA DO JULGAMENTO EM 14/02/2006)

Não é possível em sede de embargos de declaração rediscutir matéria de fundo a pretexto de existência de equívoco material. Assinatura digitalizada não é assinatura de próprio punho. Só será admitida, em peças processuais, após regulamentada. Equívoco material pela alusão à regulamentação da recente lei viabilizadora do correio eletrônico na prática de atos processuais não é bastante para qualquer mudança no resultado do julgamento. Embargos rejeitados. (STF, RMS 24257 Agr-ED/DF, Relatora Ministra Ellen Gracie, Primeira Turma, data do Julgamento em 03/12/2002).

Neste sentido e direção, conclui-se que a assinatura escaneada não garante a sua própria existência, pela impossibilidade de se conferir a originalidade da assinatura a quem assinou a peça recursal.

Ademais, a assinatura é requisito de admissibilidade em qualquer ato processual de natureza escrita, cuja ausência torna inexistente o ato, visto que a assinatura é pressuposto essencial para assegurar a sua validade e autenticidade.

Inobstante o referido, o teor constante na contraminuta apresentada é inoportuna vez que o momento de impugnar a qualificação da empresa Construtora RPJ Ltda, e sobre tudo diz respeito a empresa já desclassificada.

Deste modo, não se conhece o teor das contrarrazões apresentadas.

DECISÃO

Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da legalidade, isonomia, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, e considerando os fundamentos acima apresentados, decide-se:

a. Pela DESCLASSIFICAÇÃO da licitante CONSTRUTORA RJP LTDA como medida imperativa diante do equívoco presente na proposta apresentada.

b. Pelo INDEFERIMENTO dos recursos interpostos pelas licitantes TRENA TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES S/A e HEJOS CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA ME, pela evidente ausência no cumprimento de exigências previstas no Edital de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 103/2016 e Anexos;

c. E por fim, pelo NÃO CONHECIMENTO das contrarrazões apresentadas pela ausência dos requisitos mínimos de protocolo.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Após, comunique-se a comissão permanente de licitações para que tome as providências cabíveis, dando sequência ao certame.

Timbó, 04 de agosto de 2017.

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02.2017 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa (s) especializada (s) para execução de serviços de instalação e manutenção de aparelhos de ar-condicionado de parede "tipo janela", e sistema "split", para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta.

EMPRESA FORNECEDORA: Climar Eletro Refrigeração Eireli Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 371.900,00 (trezentos e setenta e um mil e novecentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 02/02/2018.

Timbó, 02/02/2017.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 101. 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 101/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa (s) especializada (s) para confecção e fornecimento de material gráfico (papel timbrado) em atendimento às necessidades de rotinas administrativas da Administração Direta e Indireta (repetição total pregão presencial nº 94/2016).

EMPRESAS FORNECEDORAS: SR Artes Gráficas Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 20.104,07 (vinte mil cento e quatro reais e sete centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/01/2018

Timbó, 01/02/2017

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 105. 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 105/2016 – PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de suprimentos de informática (cartuchos de tinta e toner), especificados no Anexo I, do Edital, para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta

EMPRESAS FORNECEDORAS: COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA ME, SUPRIMOVEIS EIRELI – EPP; LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER – ME; TECTONER RECARGA DE TONER LTDA; SUELEN CRISTINA PROVENSI – ME; CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA

TOTAL ESTIMADO: R\$ 71.298,70 (setenta e um mil duzentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/01/2018.

Timbó, 31 de janeiro de 2017.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 12 2016 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2016 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material hospitalar (soro) destinado às Unidades de Saúde, CAPS, Policlínica de Referência, e SAMU.

EMPRESA FORNECEDORA: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Metromed Com de Material Medico Hospitalar Ltda e Cirurgica Parana - Distribuidora, Importadora e Exportadora de Equipamentos Ltda - Epp

TOTAL ESTIMADO: R\$ 25.112,13 (vinte e cinco mil, cento e doze reais e treze centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/10/2017

Timbó, 01/11/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 85 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais elétricos diversos destinados à manutenção da iluminação pública, em atendimento às necessidades da Secretaria de Obras de Timbó/SC.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Rosane Maciel da Maia Representacoes Comerciais Eireli Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 691.746,50 (seiscentos e noventa e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 09/11/2017

Timbó, 09/11/2016

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

CÂMARA MUNICIPAL**Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação
Final ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2017**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Emenda Modificativa n.º 01 ao Projeto de Lei nº 03/2017 – Altera os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do Projeto de Lei Complementar n.º 03/2017.

Iniciativa da Emenda: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Timbó.

Relator: Vereador Martinho de Souza Filho

I - RELATÓRIO

Trata-se de Emenda Modificativa n.º 1 ao Projeto de Lei Complementar de iniciativa da Mesa Diretora desta Casa, que pretende modificar a redação deste, em especial naquilo que diz respeito à referência de vencimentos do cargo de recepcionista, extinção do cargo de auxiliar administrativo e acréscimo de uma vaga no cargo de agente administrativo.

Referido projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 19 de junho corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 20 de junho em Sessão Ordinária, conforme art. 126 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

Nos dias 21 e 28 de junho esta Comissão teve como pauta o presente em suas Reuniões, exarando seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998.

Verifica-se que a proposição em análise visa alterar o Projeto de Lei Complementar n.º 03/2017 no que diz respeito à extinção do cargo de Auxiliar Administrativo e acréscimo de uma vaga no cargo de Agente Administrativo, bem como alteração da referência do vencimento do cargo de Recepcionista, passando de 32 para 30.

No mesmo sentido, o art. 16, II da Lei Orgânica do Município, determina ser competência privativa da Câmara Municipal dispor acerca de sua organização, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos públicos e funções de seus servidores e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração. Já as alíneas "b" e "c" do inciso II do art. 38 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Timbó (Resolução n.º 01/2016) determinam ser competência da Mesa Diretora a iniciativa de leis que visem alterar o regime jurídico de seus servidores, bem como a sua remuneração. Assim, infere-se constitucional e legítima a iniciativa da Mesa Diretora desta Casa para a proposição em análise.

Não há qualquer vedação legal à pretensão da Mesa Diretora desta Casa, haja vista que as alterações pretendidas, do ponto de vista legal, não alteram substancialmente o teor original do projeto, sendo necessário, todavia, por se tratar de medida que trará ônus ao erário, o cumprimento de requisitos previamente estabelecidos pela legislação aplicável ao caso.

Assim sendo, há que se observar o disposto nos artigos 16 e 17, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exigem a apresentação da estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

No caso concreto, estando presentes a estimativa de impacto financeiro (documento de folhas 64 a 67 dos autos) bem como de declaração firmada pelo ordenador de despesa, de que as despesas para a criação da ação governamental estão de acordo com a LOA, a LDO e o PPA, vislumbra-se o preenchimento dos requisitos legais elencados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deste modo, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos estatuídos pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação federal em vigor.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade da Emenda Modificativa n.º 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Haroldo Fiebes

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 2017
Rubens Borchardt
Presidente

Haroldo Fiebes Martinho de Souza Filho
Membro Relator

Portaria nº 27/2017

Portaria Nº 027/2017

Concede férias à servidora Patrícia Xavier, assessora de comunicação na Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 38, III, "b", do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 80 e 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, Resolve:

Art. 1º Conceder 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo 12/01/2016 à 11/01/2017, à servidora Patrícia Xavier, assessora de comunicação na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º Converter as férias concedidas por este ato em abono pecuniário com fulcro no art. 80 do Estatuto de Servidor Público Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 9 de agosto de 2017.
Douglas Emanuel Marchetti
Presidente

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**PORTARIA NO SAMAE - 124 DE 19 DE JULHO DE 2017**

PORTARIA No SAMAE - 124 DE 19 DE JULHO DE 2017

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Marcia Sprung Ribeiro contratada temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo a contar desta data.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, a Servidora Pública Municipal MARCIA SPRUNG RIBEIRO, contratada temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 115, de 29 de junho de 2017, a contar de 19 de julho do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de Julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA NO SAMAE - 125 DE 26 DE JULHO DE 2017

PORTARIA No SAMAE - 125 DE 26 DE JULHO DE 2017

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Jessica Eduarda Ferrareis contratada temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo a contar de 01 de agosto de 2017.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, a Servidora Pública Municipal JESSICA EDUARDA FERRAREIS, contratada temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 086, de 28 de abril de 2017, a contar de 01 de Agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de Julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA NO SAMAE - 126 DE 26 DE JULHO DE 2017

PORTARIA No SAMAE - 126 DE 26 DE JULHO DE 2017

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Nelson Sprung contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a contar de 01 de agosto de 2017.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal NELSON SPRUNG, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 090, de 28 de abril de 2017, a contar de 01 de Agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de Julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA NO SAMAE - 127 DE 26 DE JULHO DE 2017

PORTARIA No SAMAE - 127 DE 26 DE JULHO DE 2017

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Fernando Torres contratado temporariamente para cargo de Motorista, a contar de 01 de agosto de 2017.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal FERNANDO TORRES, contratado temporariamente para o cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 087, de 28 de abril de 2017, a contar de 01 de Agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de Julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 123, DE 10 DE JULHO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 123, DE 10 DE JULHO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto n. 4456, de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
TIMBERLI TATIANE WEIZENMANN (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	23/08/1995	086.821.039-7	35 horas	03/07/2017 a 31/07/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de Julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 129, DE 31 DE JULHO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 129, DE 31 DE JULHO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto n. 4456, de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
CARLA ROEDER LACERDA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	16/08/1970	249.019.668-55	44 horas	01/08/2017 a 31/08/2017
RODRIGO DE LIMA PEREIRA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	18/09/1996	093.578.029-75	44 horas	01/08/2017 a 31/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 130, DE 31 DE JULHO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 130, DE 31 DE JULHO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto n. 4456, de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL I				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
EDEMIR DALMÔNICO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	07/12/1963	472.463.409-04	44 horas	01/08/2017 a 31/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 132, DE 31 DE JULHO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 132, DE 31 DE JULHO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto n. 4456, de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
WILMAR ROMIG (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	04/02/1977	907.788.209-04	44 horas	03/08/2017 a 31/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 133, DE 31 DE JULHO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 133, DE 31 DE JULHO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de

22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto n. 4456, de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
GRACIELE TALIA AVANCINI (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	11/10/1996	105.389.239-03	44 horas	03/08/2017 a 31/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 134, DE 31 DE JULHO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 134, DE 31 DE JULHO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto n. 4456, de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
CAROLAINÉ DRABZINSKI FERREIRA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	07/01/1998	106.357.569-94	44 horas	04/08/2017 a 31/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 136, DE 31 DE JULHO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 136, DE 31 DE JULHO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto n. 4456, de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
VANDERLEI ANACLETO CARDOSO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	16/02/1985	043.647.829-39	44 horas	09/08/2017 a 31/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA NO SAMAE - 131, DE 01 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA No SAMAE - 131, DE 01 DE AGOSTO DE 2017

Autoriza o Servidor Público Municipal Edemir Dalmônico a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, da Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com base na Lei nº 1.931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que “A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.”, Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade desta Autarquia Municipal, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
EDEMIR DALMÔNICO	Auxiliar Operacional I	AC/03126336305

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE -135, DE 31 DE JULHO DE 2017

PORTARIA Nº SAMAE -135, DE 31 DE JULHO DE 2017

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Gema Vicente.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93 e arts. 15 e 16 da Lei Complementar n. 411, de 26 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora GEMA VICENTE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, a contar de 23/05/2017, por incapacidade para o trabalho definitiva, conforme Processo RH 73/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE –128, DE 26 DE JULHO DE 2017

PORTARIA Nº SAMAE –128, DE 26 DE JULHO DE 2017

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 4456 de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente à data do término do período de contratação dos servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ANA LUCIA SILVEIRA GOMES	115, de 29.06.2017	31.08.2017
DOUGLAS LUCIANO STEFFEN	116, de 29.06.2017	31.08.2017
WALTER DA SILVA LEITE	122, de 10.07.2017	31.08.2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de Julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.667, DE 07 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 4.667, de 07 de AGOSTO de 2017

REVOGA O PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0091/2015, NA MODALIDADE DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (Nº 0001/2015) DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, o teor de Parecer Jurídico explicativo e Ato Homologatório sobre a ausência de estudos preliminares e contundentes da viabilidade econômico/administrativa do objeto da concessão a que se destina o Processo de Licitação nº 0091/2015, na modalidade de Concessão de Serviço Público nº 0001/2015;

CONSIDERANDO, o alto custo da concessão em tela e a ausência de vantagem financeira ao Município, o que fere os princípios constitucionais da motivação e da eficiência;

CONSIDERANDO, o desinteresse administrativo da concessão em tela;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado, com fundamento no art. 49 da Lei nº 8.666/93, o Processo de Licitação nº 0091/2015, na modalidade de Concessão de Serviço Público de Água e Esgoto nº 0001/2015, por desinteresse público administrativo, ante a ausência de vantagem econômica ao Município de Três Barras.

Art. 2º. Com a revogação ditada no artigo anterior, cancela-se o procedimento licitatório, motivando a notificação dos concorrentes na forma da legislação de regência para os fins legais.

Art. 3º. Após as providências de praxe, determina-se o arquivamento do procedimento licitatório respectivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Três Barras – SC, em 07 de agosto de 2017

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2017

EXTRATO DE CONTRATO 63/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: AGROPRATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.
- EPP

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de um distribuidor de calcário e adubo orgânico para atender a necessidade da Secretaria de Agricultura de Treze Tílias, conforme descritivo constante no Anexo I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2017: 03.01.2003.44.90.00.00.00.00.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 24.300,00 (Vinte e quatro mil e trezentos reais), de acordo com o item vencedor do Processo de Licitação nº 67/2017, conforme Anexo I.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 45 dias.

DATA ASSINATURA: 23/06/2017

TREZE TÍLIAS, 23/06/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 64/2017

EXTRATO DE CONTRATO 64/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: ALEXANDRE CALDEIRA EIRELLI ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para pavimentação asfáltica em C.A.U.Q nas ruas: João Luis Scholl e Luiz Grubber, no município de Treze Tílias – SC, conforme planilhas contendo os valores máximos, memorial descritivo, projeto e cronograma, constantes no Anexo I, integrante deste edital.

TOMADA DE PREÇOS Nº 28/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento vigente para 2017: 05.02.2.214.44.90.00.00.00.00.00. Através do contrato de repasse nº. 819407/2015 - Operação 1023226-29, assinado em 04/11/2015 com o Ministério das Cidades.

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 213.241,57 (Duzentos e treze mil, duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 120 dias.

DATA ASSINATURA: 28/06/2017

TREZE TÍLIAS, 28/06/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/2017

EXTRATO DE CONTRATO 65/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: MS FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de material e mão de obra destinados a ampliação do Coreto, anexo a Prefeitura no município de Treze Tílias – SC, conforme planilhas contendo os valores máximos, memorial descritivo, projeto, constantes no Anexo I, integrante deste edital.

TOMADA DE PREÇOS Nº 65/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento vigente para 2017: 08.01.2009.44.90.00.00.00.00.00.00. Através de recursos próprios.

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 66.790,47 (Sessenta e seis mil, setecentos e noventa reais e quarenta e sete centavos)

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 60 dias

DATA ASSINATURA: 31/07/2017

TREZE TÍLIAS, 31/07/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2017

EXTRATO DE CONTRATO 66/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de material e mão de obra destinados a ampliação do Coreto, anexo a Prefeitura no município de Treze Tílias – SC, conforme planilhas contendo os valores máximos, memorial descritivo, projeto, constantes no Anexo I, integrante deste edital.

TOMADA DE PREÇOS Nº 55/2017

DOTAÇÃO: . Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento vigente para 2017: 05.02.2.214.44.90.00.00.00.00.00. Através do contrato de repasse nº. 829481/2016 com o Ministério das Cidades.

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 228.705,55 (Duzentos e vinte e oito mil, setecentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos),

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 06 meses.

DATA ASSINATURA: 09/08/2017

TREZE TÍLIAS, 09/08/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2017

EXTRATO DE CONTRATO 67/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para pavimentação asfáltica em C.A.U.Q na rua Thomaz Kranz, no município de Treze Tílias – SC, conforme planilhas contendo os valores máximos, memorial descritivo, projeto e cronograma, constantes no Anexo I, integrante deste edital

TOMADA DE PREÇOS Nº 36/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento vigente para 2017: 05.02.2.214.44.90.00.00.00.00.

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 39.272,42 (Trinta e nove mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos),

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 60 dias.

DATA ASSINATURA: 09/08/2017

TREZE TÍLIAS, 09/08/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2017

EXTRATO DE CONTRATO 68/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para pavimentação asfáltica em C.A.U.Q, incluindo serviços de drenagem superficial de águas pluviais, sinalização e execução de passeios da Rua Ivanir Maria Scheid, localizada no perímetro urbano no município de Treze Tílias – SC, conforme planilhas contendo os valores máximos, memorial descritivo, projeto e cronograma, constantes no Anexo I, integrante deste edital.

TOMADA DE PREÇOS Nº 54/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento vigente para 2017: 05.02.2.214.44.90.00.00.00.00.00, através de recursos próprios.

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 49. 949, 95 (Quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 60 dias.

DATA ASSINATURA: 09/08/2017

TREZE TÍLIAS, 09/08/2017

Trombudo Central

PREFEITURA

LEI 1964

LEI 1964 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER BAIXA DE BENS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAZ SABER, a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder baixas de bens móveis integrantes no Patrimônio Público do Município, relacionados no anexo único desta Lei.

Parágrafo único. A autorização de que trata o caput deste artigo, decorre do fato de que os bens são inservíveis ao serviço público municipal.

Art. 2º - Os bens deverão atender ao relatório da Comissão de Avaliação para fins de transferência, de cessão, de alienação ou outras formas de desfazimento.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

Lei nº 1964 de 09 de agosto de 2017

DESCRIÇÃO DO BEM	PLACA PATRIMÔNIO
Nikon Coolpix L830 Black	6131
Mesa para computador em MDF, cor bege, com estrutura preta, com porta CPU	0013
Microcomputador Intel Celeron 1.6 ghz, 1.00 GB RAM	0014
Impressora matricial, marca Epson LX300	0016
Caixa de som marca Frahm	0020
Retroprojektor marca Grafotec 300 II	0022
Minisystem marca Philco	0023
Minisystem marca Britânia	0024
Mimeógrafo marca Copiatic	0025
Mimeógrafo marca Copiatic	0026
Mimeógrafo marca Copiatic	0027
Microcomputador Intel Celeron E3400, 2,60 GHZ, 2.00 GB	0044
Mesinha para TV com 4 rodinhas	0050
Microcomputador Intel Pentium E2200, 2.20 GHZ, 0.99 GB	0053
Impressora marca HP Laserjet 3520	0055

Impressora marca HP Laserjet 3520	0073
Impressora matricial, marca Olivetti DM 209 L	0074
Microcomputador Intel Pentium E2160, 1.80 GHZ, 960 MB	0079
Liquidificador marca Britânia	0104
Impressora marca Samsung 2811 N Laserjet	0129
DVD marca Ominicon	0140
Armário em MDF cor bege com chave	0147
Cadeira escolar em fórmica	0154
Cadeira escolar em fórmica	0187
Cadeira escolar em fórmica	0189
Cadeira escolar em fórmica	0203
Cadeira escolar em fórmica	0210
Cadeira escolar em fórmica	0253
Cadeira escolar em fórmica	0260
Cadeira escolar em fórmica	0265
Cadeira escolar em fórmica	0277
Cadeira escolar em fórmica	0287
Cadeira escolar em fórmica	0333
Cadeira escolar em fórmica	0337
Cadeira escolar em fórmica	0347
Cadeira escolar em fórmica	0358
Cadeira escolar em fórmica	0399
Cadeira escolar em fórmica	0411
Cadeira escolar em fórmica	0416
Cadeira escolar em fórmica	0423
Cadeira escolar em fórmica	0437
Cadeira escolar em fórmica	0463
Cadeira escolar em fórmica	0468
Microcomputador laboratório	0491
Impressora marca Canon IP 1900	0515
Cadeira universitária estofada em tecido azul	0517
Cadeira escolar em fórmica	0541
Cadeira escolar em fórmica	0579
Cadeira escolar em fórmica	0607
Cadeira escolar em fórmica	0608
Cadeira escolar em fórmica	0613
Ventilador de parede marca Solaster	0631
DVD marca Philco PH1SS	0624
Bebedouro marca Britânia Aqua, 2 saídas de garrafão	2031
Impressora marca HP Laser jet 1320	2137
Microcomputador AMD Phenom II	3295
Estabilizador TS Dhara 30 VA Vertical	5913
Estabilizador TS Dhara 30 VA Vertical	5914
Estabilizador TS Dhara 30 VA Vertical	5912
Monitor LCD marca Acer 18"	3359
Monitor LCD marca Acer 18"	3360
Mesa para computador em MDF cor branca 2 gavetas	3382
Rack em MDF marfim com porta CPU e teclado	3427
Mesa para escritório em fórmica bege formato em L, 2 gavetas com chave	3046
Armário estante em MDF branco e mogno, 3 portas, 3 gavetas com chave e 3 prateleiras	2735
Armário estante em MDF marrom, 6 portas, 9 nichos	2764

Armário em fórmica marrom, 2 portas com vidro de correr	2562
Armário em fórmica marrom, 2 portas com vidro de correr	2540
Armário em fórmica bege, 2 portas com chave	2548
Mesa para escritório em fórmica branca e mármore, 3 gavetas	2622
Mesa para impressora em fórmica bege e preta	2626
Mesa para escritório em fórmica marfim, 2 gavetas com chave	3020
Armário em fórmica marrom, 2 portas com chave	3403
Monitor 15" marca LG	2202
Relógio ponto biométrico marca Henry super fácil	3009
Monitor LED marca Samsung 20"	3231
Microcomputador AMD Phenom II 3.11 GHZ 1.75 GB	3433
Relógio ponto biométrico marca Henry super fácil	2158
Monitor LCD marca AOC 17"	3336
Monitor marca Samsung 15"	2207
Carteira escolar em fórmica verde	2236
Ventilador Britânia	2262
Armário em fórmica marrom, 2 portas com chave	2265
Armário em fórmica marrom, 1 portas com chave	2270
Microcomputador Intel Core I5 2500, 3030 GHZ, 4.00 GB	2304
Máquina de lavar roupas automática, marca Electrolux turbo economia 9.00 Kg	2366
Forno elétrico marca Nardelli	1342
Forno elétrico marca Nardelli	1343
Máquina fotográfica digital Fijifilm 12 mega	1678
Cadeira escolar em fórmica	1582
Cadeira escolar em fórmica	1485

Trombudo Central, 09 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 374/17

PORTARIA 374/17 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado junto ao Departamento de Pessoal na data de 27 de julho de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor público municipal Sr. ADAIR DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário Braçal, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 27 de julho de 2017, revogadas

disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GILMAR MACIEL DOS SANTOS

Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA 375/17

PORTARIA 375/17 DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

CONSIDERANDO o pedido de exoneração do servidor público titular Sr. GILVÂNIO PORTO.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público a Sra. ANA LUCIA GERMANO, para exercer o Cargo de Orientador Social do grupo ocupacional II – Atividades de Nível Médio - ATM, Nível 22 do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 40:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal da Assistência Social e Habitação, a partir da data de 08 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Assistência Social e Habitação Interina

PORTARIA 376/17

PORTARIA 376/17 DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1845 de 29 de julho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - FIXAR em R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais) referente a 01½ (uma diária e meia), ao servidor público municipal Sr. JOÃO EDMUNDO FLORIANI, que estará participando do SEMINÁRIO CATARINENSE SOBRE A GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL, nos dias 21 a 22 de agosto do corrente ano, no Município de Florianópolis/SC.

Art. 2º- FIXAR em R\$ 627,00 (seiscentos e vinte e sete reais), referente ao pagamento correspondente a 550 Km ao Sr. JOÃO EDMUNDO FLORIANI, quando do deslocamento ao Município de Florianópolis – SC, com o veículo placas MJJ-2118.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 1912/2017

DECRETO Nº 1912/2017, de 08 de Agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO PAULATA, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1285/2016,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de Créditos Adicionais Suplementares na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), o qual será onerado à conta das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS
Unidade:	03.01	ADMINISTRAÇÃO, PLANJAMENTO E FINANÇAS
Proj./Ativ.	04.122.0002.2.009	Manutenção dos Serviços da secretaria de Administração
3.3.90.00.00.00.00.00. 1104	Aplicações Diretas	35.000,00

TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o excesso de arrecadação, causado nesta fonte de recursos no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,

08 de Agosto de 2017.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico de controladoria Interna.

PORTARIA Nº 4590/2017

PORTARIA Nº. 4.590/2017

Em 09 de Agosto de 2017

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e legislação vigente, especialmente a Lei Municipal nº 1.072/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, os novos conselheiros, representando o poder público, no Conselho Municipal de Assistência Social.

GOVERNAMENTAIS

A - Da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Titular: Siliane Meier Suplente: Luana Heberle

B - Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Titular: Carlise Groth Lezonier Suplente: Carla Scherer Rambo

C - Da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda

Titular: Elias Custódia Souza Suplente: Edison Bieger

D - Da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Solange BeatrisMelz Suplente: Eliane Bohnen

D – Do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS

Titular: Rafaela Matte Suplente: FrancieliStaub

NÃO GOVERNAMENTAIS

E - Da Associação Hospitalar de Tunápolis

Titular: Nelcina Decker Suplente: Vanduir M. Deters

F – Dos Usuários ou Organização dos Usuários da Assistência Social

Titular: Canísio G. Schroeder Suplente: Sabrina T. S. Schroeder

Titular: Evaldo H. Petry Suplente: Irene Gretzler
G - Das Pastorais ou Movimentos Populares
Titular: Neli Immig Wilbert Suplente: Madalena Kautzmann
H – Das Entidades Sócio Assistenciais
Titular: Elisa Teresinha Petry Suplente: Denise Zoz

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº. 4.539/2017, de 14 de Junho de 2.017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 09 de Agosto de 2.017

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2017

OUTORGA TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADANIA BENEMÉRITA DE URUSSANGA AO SENHOR SÉRGIO COSTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º É outorgado, nos termos do art. 310, do Regimento Interno, e da alínea "b", do inciso I, do art. 1º, do Decreto Legislativo nº 47, de 21 de março de 1995, o Título Honorífico de Cidadania Benemerita ao Senhor Sérgio Costa, pelos relevantes serviços desenvolvidos no Município de Urussanga e região, bem como a nível nacional, nas áreas de comunicação e jornalismo.

Art. 2º A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Urussanga providenciará para que a entrega da honraria de que trata este Decreto Legislativo dê-se em Sessão Solene e Pública.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 8 de agosto de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br em 8 de agosto de 2017.

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2017

OUTORGA DO TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADANIA BENEMÉRITA DE URUSSANGA AO SENHOR GERALDO CUSTÓDIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º É outorgado, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea "b", do Decreto Legislativo nº 047/95, o Título Honorífico de Cidadania Benemerita de Urussanga ao Senhor Geraldo Custódio, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município, nas áreas de comunicação e jornalismo.

Art. 2º A Mesa da Câmara providenciará para que a honraria de que fala este Decreto Legislativo dê-se em sessão solene e pública.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 8 de agosto de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br em 8 de agosto de 2017.

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2017

OUTORGA TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADANIA BENEMÉRITA DE URUSSANGA AO SENHOR SÉRGIO ROBERTO MAESTRELLI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º É outorgado, nos termos do art. 310, do Regimento Interno, e da alínea "b", do inciso I, do art. 1º, do Decreto Legislativo nº 47, de 21 de março de 1995, o Título Honorífico de Cidadania Benemerita ao Senhor Sérgio Roberto Maestrelli, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Urussanga e região, com ações técnicas e socioculturais, atuando, inclusive, como historiador, escritor, incentivador cultural e como colunista em jornal de circulação local.

Art. 2º A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Urussanga providenciará para que a entrega da honraria de que trata este Decreto Legislativo dê-se em Sessão Solene e Pública.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 8 de agosto de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br em 8 de agosto de 2017.

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2017

OUTORGA O TÍTULO HONORÍFICO DE DIPLOMA DO MÉRITO DE URUSSANGA AO SENHOR JAIR DE ÁVILA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º É outorgado, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto Legislativo nº 47/95, o Título Honorífico de Diploma do Mérito de Urussanga ao Senhor Jair de Ávila, pelos relevantes serviços, ações sociais e comunitárias em benefício de Urussanga, na área de comunicação.

Art. 2º A Mesa da Câmara providenciará para que a honraria de que fala este Decreto Legislativo dê-se em sessão solene e pública.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 8 de agosto de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaurussanga.sc.gov.br em 8 de agosto de 2017.

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

MOÇÃO Nº 06/2017

MOÇÃO

A Câmara Municipal de Urussanga, por meio de proposição subscrita pelo Vereador Marcos Roberto Silveira, consignou em seus anais o envio à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de MOÇÃO DE APOIO, com o seguinte teor:

"A CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, APROVANDO PROPOSIÇÃO SUBSCRITA PELO VEREADOR MARCOS ROBERTO SILVEIRA, MANIFESTA APOIO À EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 238/2017, PROPOSTA PELA EXCELENTÍSSIMA SENHORA DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI, QUE ESTABELECE O REPASSE DE, NO MÍNIMO, 30% DO FUNCULTURAL AOS MUNICÍPIOS QUE POSSUAM FUNDO DE CULTURA, PLANO DE CULTURA E ÓRGÃO COLEGIADO OFICIALMENTE INSTITUÍDO PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA E TRANSPARENTE DOS RECURSOS CULTURAIS, EM QUE A SOCIEDADE CIVIL TENHA REPRESENTAÇÃO, NO MÍNIMO, PARITÁRIA."

Urussanga, 8 de agosto de 2017.
Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Vereador Jair Nandi

Vereador José Carlos José

Vereador Odivaldo Bonetti

Vereador Vanderlei Marcírio

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori

MOÇÃO Nº 07/2017

MOÇÃO

A Câmara Municipal de Urussanga, por meio de proposição subscrita pela Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori, consignou em seus anais o envio ao Senhor Valdir Magagnin, de MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO E APLAUSOS, com o seguinte teor:

"A CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, APROVANDO PROPOSIÇÃO SUBSCRITA PELA VEREADORA VANIR ZULEIMA MAZZUCO CACCIATORI, MANIFESTA CONGRATULAÇÃO E APLAUSOS AO SENHOR VALDIR MAGAGNIN, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS E CONQUISTAS COM REFLEXOS POSITIVOS NAS COMUNIDADES DE SÃO PEDRO E MORRO DA LAGOA, EM URUSSANGA."

Urussanga, 8 de agosto de 2017.
Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Vereador Jair Nandi

Vereador José Carlos José

Vereador Odivaldo Bonetti

Vereador Vanderlei Marcírio

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 256/2017

EXTRATO DE CONTRATO n° 256/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AQUABONA – ASSESSORIA AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração dos estudos e projetos ambientais e de infra estrutura, para aprovação perante o órgão ambiental das licenças LAP – Licenciamento Ambiental Prévio, LAI – Licença Ambiental de Instalação e LAO – Licença Ambiental de Operação para Atividade: Parcelamento do solo urbano: Loteamento Industrial.

VALOR: R\$ 9.490,00 (NOVE MIL QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Processo Licitatório 72/2017, pregão presencial 66/2017 e Contrato n° 256/2017.

Vargeão, SC, 8 de agosto de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 14.117/17

DECRETO Nº 14.117/17, DE 03 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia Assessor do Setor de Pessoal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SIRLEI APARECIDA BOLZAN BARONCELLO, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Setor de Pessoal, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de agosto de 2017.

Videira, 03 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.119/17

DECRETO Nº 14.119/17, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

Estabelece o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), autorizado pela Lei Municipal Nº 3.451/17, a realizar despesas com os profissionais que oferecerão serviços gratuitos específicos no "Concerto Danzi Duo".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.451/17 de 21 de junho de 2017.

Art. 1º Estabelece o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), autorizado pela Lei Municipal Nº 3.451/17, para despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem de terceiros que farão gratuitamente o evento "Concerto Danzi Duo".

§1º As despesas deverão ser efetuadas de acordo com o parágrafo primeiro da Lei nº 3.451/17 de 21 de junho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 04 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.121/17

DECRETO Nº 14.121/17, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

Revoga o Decreto nº 8.460/06.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Revogar o Decreto nº 8.460/06, que Institui nova codificação dos veículos e equipamentos, que compõem a Frota do Município de Videira/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 04 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.122/17

DECRETO Nº 14.122/17, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16, de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.3.93.00.00.00.00.00.01.0164.67 – Aplicações Diretas	150.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	150.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.123/17

DECRETO Nº 14.123/17, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia Motorista II - Ambulância

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VALDIR FOSCHIERA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista II – Ambulância, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.124/17

DECRETO Nº 14.124/17, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Admite Leonardo Fioreze para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 31, §8º, da Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 14.043/17 e o Termo de Posse nº 028/17,

RESOLVE

Art. 1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, LEONARDO FIOREZE, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2017.

Videira, 7 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.125/17

DECRETO Nº 14.125/17, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16, de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 14.269,52 (quatorze mil, duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

18 – Fundação Municipal de Esportes - FMEV		
01 – Fundação Municipal de Esportes		
2.076 – Manutenção da Fundação de Esportes		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0378.0 Aplicações Diretas	14.269,52	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	14.269,52	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2.016, resultado do cancelamento de restos a pagar não processados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.127/17

DECRETO Nº 14.127/17, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, WELINTON CENTOFANTE PEREIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.128/17

DECRETO Nº 14.128/17, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16, de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 318.631,17 (trezentos e dezoito mil, seiscentos e trinta e um reais e dezessete centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

01 – Gabinete do Prefeito Municipal	
01 – Assessoria de Gabinete	
2.002 – Manutenção Chefia de Gabinete	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	10.000,00
03 – Secretaria Municipal de Administração	
01 – Administração	
2.009 – Manutenção Secretaria de Administração	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	19.000,00
05 – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	
01 – Planejamento e Urbanismo	
2.030 – Manutenção Secretaria e Planejamento	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	7.100,00
07 – Secretaria Municipal de Educação	
06 – Departamento Esportes	
2.043 – Manutenção Departamento de Esportes	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	3.250,00
09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras	
1.018 – Construção da Rodoviária	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	279.281,17

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	318.631,17
--------------------------	------------

Art. 2º A suplementação a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 9 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 9 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 084/17

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 084/17

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para a qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2016:

CONVOCADOS	CARGO
1. SIMONE MARIA TESTA	AGENTE ADMINISTRATIVO II

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 07 de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EXTRATO DO CONTRATO N. 0372/17

Extrato do Contrato n. 0372/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIANGELA FONSECA

CPF: 036.809.059-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – REALOCAÇÃO DE SALA DO PRÉ NO ENSINO FUNDAMENTAL EM FUNÇÃO DE PROJETO PILOTO

VIGÊNCIA: de 06 de junho de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.160,66 (três mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0373/17

Extrato do Contrato n. 0373/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARISTELA MARTINEZ DE AVILA

CPF: 005.983.389-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PARA ATUAR COMO PROFESSOR NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: de 01 de junho de 2017 a 30 de novembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.633,89 (dois mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0385/17

Extrato do Contrato n. 0385/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIMONE DA SILVA

CPF: 010.259.629-82

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA GERMANI PADILHA DOS SANTOS QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 19 de junho de 2017 a 30 de novembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.160,66 (três mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0389/17

Extrato do Contrato n. 0389/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILMARA APARECIDA SOUZA DE CAMARGO SUBTIL

CPF: 003.939.449-21

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA EDNA MARIA TEIXEIRA QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 20 de junho de 2017 a 03 de setembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.316,94 (um mil, trezentos e dezesseis reais, noventa e quatro centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0393/17

Extrato do Contrato n. 0393/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JEDELI TAIANE MARCHETTI

CPF: 044.123.639-10

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA EDNA MARIA TEIXEIRA QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 21 de junho de 2017 a 03 de setembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.316,94 (um mil, trezentos e dezesseis reais, noventa e quatro centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0398/17

Extrato do Contrato n. 0398/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: EVERSON DE OLIVEIRA

CPF: 053.868.209-40

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0399/17

Extrato do Contrato n. 0399/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: VALMIR ANTONIO COSTA

CPF: 004.314.769-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0404/17

Extrato do Contrato n. 0404/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAIELY CRISTINA ZOLETTI

CPF: 092.595.489-69

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA LOURDES ADELINA BISOL QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 03 de julho de 2017 a 03 de outubro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0406/17

Extrato do Contrato n. 0406/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAIULI KELI DA SILVA

CPF: 047.825.129-70

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA SILVANA MADALENA ANGROWSKI DA CONCEIÇÃO AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE DIRETOR DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 03 de julho de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.160,66 (três mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0407/17

Extrato do Contrato n. 0407/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GILMAR DA SILVA

CPF: 020.285.759-05

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0428/17

Extrato do Contrato n. 0428/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SOLANGE RODRIGUES DOS SANTOS

CPF: 736.095.959-49

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA JANAINA DE BARROS QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 13 de julho de 2017 a 19 de agosto de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0413/17

Extrato do Contrato n. 0413/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IZAMARA PELENTIR DE OLIVEIRA PAVLAK

CPF: 057.478.159-54

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 06 de julho de 2017 a 06 de setembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0433/17

Extrato do Contrato n. 0433/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GLACI BUSANELLO GANASINI

CPF: 543.684.809-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EM FUNÇÃO DE PROJETO PILOTO

VIGÊNCIA: de 17 de julho de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.160,66 (três mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0415/17

Extrato do Contrato n. 0415/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ADEMAR MOREIRA DOS SANTOS

CPF: 049.205.079-17

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 10 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0438/17

Extrato do Contrato n. 0438/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAURICIO PEREIRA DA SILVA

CPF: 645.687.259-68

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DEMANDA INCAPAZ DE SER SUPORTADA PELA SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

VIGÊNCIA: de 18 de julho de 2017 a 17 de outubro de 2017

FUNÇÃO: ODONTÓLOGO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.807,82 (três mil, oitocentos e sete reais e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0416/17

Extrato do Contrato n. 0416/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: SIDNEI ANTONIO PERIN

CPF: 892.121.349-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 10 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0157/17

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0157/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELE MATTOS MACHADO

CPF: 075.754.809-19

VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 29 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0223/17

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0223/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARILENE SOVRANI

CPF: 044.664.349-13

VIGÊNCIA: de 06 de março de 2017 até 31 de outubro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0247/17

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0247/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIANA DALVES BEVILAQUA

CPF: 005.457.769-10

VIGÊNCIA: de 09 de março de 2017 até 31 de outubro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0273/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0273/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GIZELAINE MARIA DE ANDRADE

CPF: 023.497.069-31

VIGÊNCIA: de 09 de junho de 2016 até 14 de agosto de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0336/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0336/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEONILDE ALVES MARCON

CPF: 737.700.199-20

VIGÊNCIA: de 12 de agosto de 2016 até 20 de setembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LEI Nº 3.459/17

LEI Nº 3.459/17, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria Municipal de Administração		
01 – Administração		
1.002 – Aquisição de Veículos - Administração		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	50.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	20.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	70.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

01 – Gabinete do Prefeito Municipal		
01 – Assessoria de Gabinete		
1.001 – Aquisição de Veículos - Gabinete		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	50.000,00	
TOTAL DA ANULAÇÃO	50.000,00	

Art. 3º A suplementação no valor R\$ 20.000,00 correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2016 dos recursos próprios do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0680/17

PORTARIA nº 0680/17

Autoriza o Uso de Praça Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14114/2017,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Coreto do Museu do Vinho, por Amauri Brandalise, no dia 17 de fevereiro de 2018, das 18h00min às 20h00min, para a realização de uma cerimônia matrimonial.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- h. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- i. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- j. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0681/17

PORTARIA nº 0681/17

Prorroga Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 09/17DEPKA,

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar pelo período de 19 de outubro de 2017 até 17 de dezembro de 2017, a Licença Maternidade concedida à servidora VANIR APARECIDA NOVAES, por meio da Portaria nº 0563/17.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 19 de outubro de 2017.

Videira, 03 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0685/17

PORTARIA nº 0685/17

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13487/2017, atrelado ao Processo Administrativo nº 641/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 276, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO, MARIO PEDRO FONTANELLA e ANA PAULA ZATTA, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13487/17, atrelado ao Processo Administrativo nº 641/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0650/2017.

Videira, 04 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0686/17

PORTARIA nº 0686/17

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 130/12, e à vista do que consta nos Memorandos nº 107/17DEPLD e 01/17DEP,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora ANGELA ANTONIA MORESCO, Professora, a partir do dia 14 de julho de 2017 até 09 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0659/17, retroagindo seus efeitos a 14 de julho de 2017.

Videira, 04 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0687/17

PORTARIA nº 0687/17

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13764/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora MARISTELA MARIA VINCENZI, Datilógrafa, a partir de 02 de outubro de 2017 até 02 de janeiro de 2018, referente ao quinquênio de 1º de julho de 1994 até 30 de junho de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2017.

Videira, 04 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0688/17

PORTARIA nº 0688/17

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13904/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor JACIR ANTONIO PEREIRA DA SILVA, Trabalhador Braçal, a partir de 02 de outubro de 2017 até 02 de janeiro de 2018, referente ao quinquênio de 1º de março de 2011 até 28 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2017.

Videira, 04 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0689/17

PORTARIA nº 0689/17

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14416/2017;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a colocação e exibição de uma faixa no Largo da Estação Ferroviária, pela Paróquia Imaculada Conceição, no período de 10 de agosto de 2017 até 02 de setembro de 2017, para divulgação de um brechó que acontecerá no dia 02 de setembro de 2017.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o texto e/ou imagens da referida faixa, ficando a Paróquia Imaculada Conceição, inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0690/17

PORTARIA nº 0690/17

Autoriza o Uso da Cidade da Criança

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 14056/2017;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço da Cidade da Criança, Bairro Cidade Alta, pelo Colégio Superação, no dia 12 de agosto de 2017, a partir das 15h00min, a fim de realizar o evento em comemoração ao Dia dos Pais.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º A fim de apurar eventuais danos cabe ao Departamento de Serviços Urbanos, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições do espaço da Cidade da Criança quando da devolução do mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0692/17

PORTARIA nº 0692/17

Autoriza o uso do Ginásio de Esportes do Rio das Pedras

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 14305/2017,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, do espaço do Ginásio de Esportes do Rio das Pedras, pela Associação Comunitária do Bairro Rio das Pedras, para a realização da VI Edição da Copa Categorias de Base Loja Plácido/Rádio Videira, conforme cronograma anexo.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Ginásio de Esportes do Bairro Rio das Pedras quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0693/17

PORTARIA nº 0693/17

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, na Portaria nº 0752/01; e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14424/2017,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, LAURO DUARTE NETO, CAROLINA LUCHESI MACIEL, FERNANO STRAPAZZON, MICHELLI FIORESE e MAURICIO DOS SANTOS OZÓRIO, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para o PROCON, Junta de Serviço Militar e SINE.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0694/17

PORTARIA nº 0694/17

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14455/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora MARILENE CERIGUELI DUTRA, Auxiliar de Enfermagem, a partir de 07 de agosto de 2017 até 07 de novembro de 2017, referente ao quinquênio de 01 de março de 2006 até 28 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 7 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0695/17

PORTARIA nº 0695/17

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14059/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora JOCEDALK BORGES, Professora, a partir de 15 de agosto de 2017 até 15 de novembro de 2017, referente ao quinquênio de 07 de julho de 2001 a 06 de julho de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 15 de agosto de 2017.

Videira, 7 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 90/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TECIDOS DIVERSOS, DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 23/08/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 09 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADA a especificação dos itens 03 e 04 do item 1.1, ALTERADO o item 1.6 e, INCLUÍDO os itens 1.3.1, 1.7, 1.8 e 1.9 no edital referente ao Pregão Presencial nº 83/2017 - PMV, o qual tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA REALIZAR, DE FORMA PARCELADA, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, SECRETÁRIOS, DIRETORES E CHEFIAS INTERMEDIÁRIAS E PALESTRA DE MOTIVAÇÃO E QUALIDADE PARA OS SERVIDORES, BEM COMO O DIAGNÓSTICO EXTERNO E INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO, VISANDO AÇÕES PARA A MELHORIA DOS PROCESSOS QUE ENVOLVEM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL. Além disso, tendo em vista que a data de abertura do presente certame ocorreria no dia 14 de agosto do corrente ano às 14:00:00h, e que tais alterações implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas, fica remarcada a data de abertura do certame para o dia 24 de agosto de 2017 às 14:00:00h, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Compras/Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações por meio do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 09 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 144/2017 - PMV

Termo Aditivo nº 144/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 148/2016

Processo: CC nº 02/2016 – PMV

Contratada: FELIPE BRUSCHI ENGENHARIA LTDA ME

Objeto: adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 63.580,00 (sessenta e três mil quinhentos e oitenta reais).

Valor: R\$ 63.580,00 (sessenta e três mil quinhentos e oitenta reais)

Data: 08/08/2017.

TERMO ADITIVO 145/2017 - FMAS

Termo Aditivo nº 145/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 37/2017

Processo: IL nº 03/2017 - FMAS

Contratada: REUNIDAS TURISMOS S.A

Objeto: Reajuste dos valores das passagens intermunicipais, conforme Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT que autorizou a revisão nos preços, de acordo com a Resolução 5.369/2017, publicada na edição de 30 de junho de 2017 do Diário Oficial da União, entrando em vigor a partir de 01 de julho de 2017.

Valor: R\$ 27,85 (vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos)

Data: 09/08/2017.

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0089/2017

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0089/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Siviero Diesel Ltda.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Óleo Diesel, Óleo S10 e Arlas, para abastecimento dos veículos das Secretarias do Município.

Itens: 01 e 02 – Valor total: R\$ 928.800,00

Vigência: 12 meses a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 04 de Agosto de 2017. Avelino Menegolla- Pref. Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0090/2017

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0090/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: SAFRA DIESEL LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Óleo Diesel, Óleo S10 e Arlas, para abastecimento dos veículos das Secretarias do Município.

Item: 03 – Valor total: R\$ 12.000,00

Vigência: 12 meses a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 04 de Agosto de 2017. Avelino Menegolla- Pref. Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0064/2017

Extrato de Contrato nº 0064/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: MD Controle de Pragas Ltda ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada para controle de pragas e vetores, limpeza e desinfecção das Caixas d'água em diversos locais da Secretária de Administração e finanças, Secretária de Educação, Secretária de Esportes, Cultura e Lazer, abrange também o Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Habitação e 16º Delegacia Regional de Polícia de Xanxerê

Valor: R\$ 20.167,02

Prazo: 12 meses.

Xanxerê-SC, 04 de Agosto de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0065/2017

Extrato de Contrato nº 0065/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: DEDETIZADORA PLANALTO E SERVIÇOS LTDA-ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada para controle de pragas e vetores, limpeza e desinfecção das Caixas d'água em diversos locais da Secretária de Administração e finanças, Secretária de Educação, Secretária de Esportes, Cultura e Lazer, abrange também o Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Habitação e 16º Delegacia Regional de Polícia de Xanxerê

Valor: R\$ 7.359,94

Prazo: 12 meses.

Xanxerê-SC, 04 de Agosto de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

PORTARIA Nº RH-AM 366/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 366/2017

CEDER SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES PROFISSIONAIS NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE XANXERÊ.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09;

CONSIDERANDO interesse Público da Administração em atender a demanda de serviço existente no Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê, por sua natureza essencial que atinge a toda população. CONSIDERANDO a previsão legal dos Arts. 8º e 9º da Lei Municipal 3885/2016, quanto à autorização para pratica dos atos de cedência.

CONSIDERANDO o Convênio nº 16.864/2011-5 que entre si celebraram o Estado de Santa Catarina através do Corpo de Bombeiros Militar e a Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC.

RESOLVE

CEDER, o Sr. CLACIR JOSE DO PRADO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado (a) na cidade de Xanxerê SC, portador do RG nº 1.594.412-3 e CPF nº 529.617.539-53, nomeado pelo Decreto AM 037/04, para o cargo de MOTORISTA, com quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços, para desempenhar atividades profissionais no Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê – 3ª Companhia de Bombeiro Militar, observando o horário estabelecido pela mesma.

DETERMINAR que esta cedência vigore até a data de 31.12.2017, com ônus para o Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 07 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 367/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 367/2017

CEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NO SINE.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB

3112/09;

CONSIDERANDO interesse Público da Administração em atender a demanda de serviço existente SINE, por sua natureza essencial que atinge a toda população

CONSIDERANDO a previsão legal dos Arts. 8º e 9º da Lei Municipal 3885/2016, quanto à autorização para pratica dos atos de cedência.

CONSIDERANDO o Convênio MTE/SRTE-SC nº 056/2013 e acordo de cooperação técnica que entre si celebram a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC visando a descentralização da atividade de emissão de CTPS.

RESOLVE

CEDER, a Servidora Pública Municipal, Sra. GABRIELA SOTILLI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Cidade de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 3.720.900 e CPF nº 059.367.169-45, nomeada conforme Decreto nº BLB 073/10, no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, para exercer atividades na Secretaria do Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda/Posto do SINE de Xanxerê – SC, observando o horário estabelecido pelo mesmo.

DETERMINAR que esta cedência vigore até a data de 31.12.2017, com ônus para o Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 07 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 368/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 368/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 14 (quatorze) dias a partir de 08.08.2017 a 21.08.2017 a Servidora Pública Municipal, a Sra. MELANIA COSTA, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG nº 4.384.000-0 e CPF nº 016.016.389-73, nomeada conforme Decreto nº AM 077/07 no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003052/2017 datado de 07.08.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 19.03.2007 a 08.06.2009 – 14 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos

administrativos e financeiros ao dia 08.08.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 07 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 369/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 369/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 72 (setenta e dois) dias a partir de 08.09.2017 a 18.11.2017 ao Servidor Público Municipal, o Sr. CLAUDIOMIRO DA PAZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG nº 13/C-3.256.799 e CPF nº 915.398.549-49, nomeado conforme Decreto nº AM 217/2007 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003051/2017 datado de 07.08.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

11.06.2007 a 08.06.2009 = 12 dias.

09.06.2009 a 08.06.2012 = 30 dias.

09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 08.09.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 07 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 370/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 370/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 08.08.2017 a 06.09.2017 a Servidora Pública Municipal, Sr^a. MICHELLE GARBOZZA ZUCCHI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 4.739.595 e CPF n.º 008.803.759-22, nomeada conforme Decreto n.º BLB 013/2012 no cargo de FISCAL DE OBRAS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0003075/2017 datado de 07.08.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
26.01.2012 a 27.01.2015 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 08.08.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 07 de Agosto de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 371/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 371/2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB nº 3112/09.
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 09.08.2017 a 07.09.2017 a Servidora Pública Municipal, a Sra. LEONILSE MEZECO GIUNTA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.342.486-1 e CPF n.º 892.214.439-49, nomeada conforme Decreto n.º BLB 071/2011 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0003073/2017 datado de 07.08.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
03.03.2014 a 02.03.2017 – 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 09.08.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 08 de Agosto de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 372/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 372/2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 42 (quarenta e dois) dias a partir de 07.08.2017 a 17.09.2017 a Servidora Pública Municipal, Sr^a. INÊS JUSTINA TELES, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.233.120, CPF n.º 896.224.729-15, nomeada conforme Decreto n.º JB 37/96 no cargo de SERVENTE DE LIMPEZA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0003087/2017 datado de 08.08.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
09.06.2009 a 08.06.2012= 12 dias.
09.06.2012 a 08.06.2015= 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 07.08.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 08 de Agosto de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 102/2017

DECRETO Nº 102/2017

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N. 005/2017 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COMISSÃO MUNICIPAL PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA VIGÊNCIA DE 2018/2021.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução Nº 005/2017 de 08 de Agosto de 2017, do Conselho Municipal de Assistência Social que dispõe sobre a criação de Comissão Municipal para acompanhamento do processo de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para vigência de 2018/2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 09 de Agosto de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 103/2017

DECRETO Nº 103/2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.606, de 09 de Agosto de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais		
Projeto Atividade: 2.003 – Manter as Atividades da administração e Finanças		
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000– (CR 120)		
R\$	70.000,00	

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro oriundo do exercício anterior na fonte de recursos ordinários - 03.0000.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 09 de Agosto de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1.603/2017

LEI Nº 1.603, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES EM ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica Instituído o Programa de Estágios para estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior e de educação profissional/técnica.

Art. 2º. O programa será desenvolvido com base em atividades conjuntas capazes de propiciar “a promoção da integração ao mercado de trabalho” e a “formação para o trabalho”, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25/09/2008 e com a Lei nº 9.394, de 20/12/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho do Município de Xavantina. Parágrafo único. O programa de que trata esta Lei, atenderá estudantes com idade mínima de 16 (dezesseis) anos.

Art. 3º. A prática de estágio, como um mecanismo de profissionalização, em complemento ao processo ensino-aprendizagem, abrange as modalidades de:

I – Estágio curricular não obrigatório, cujos candidatos serão selecionados por Processo Seletivo Simplificado e receberão bolsa mensal de contraprestação especificada no convênio/parceria e no termo de compromisso, de acordo com curso e carga horária prevista na Lei Federal 11.788/2008, nos seguintes valores:

Curso	Carga horária	Valor da Bolsa Auxílio (Auxílio transporte incluído)
Ensino Profissional/Técnico	20 horas semanais	R\$ 361,30
Ensino Profissional/Técnico	30 horas semanais	R\$ 541,95
Ensino Superior	20 horas semanais	R\$ 577,21
Ensino Superior	30 horas semanais	R\$ 865,80

§ 1º O Processo Seletivo Simplificado para a concessão de bolsa de contraprestação de que trata o inciso I deste artigo, obedecerá às normas de contratação de pessoal e será promovido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Xavantina e/ou ENTIDADE ESPECIALIZADA na operacionalização de programa de estágios.

§ 2º A Bolsa auxílio paga aos estudantes de estágios não obrigatórios será reajustável pelo INPC anualmente nos mesmos prazos dos servidores Municipais, obedecendo a proporcionalidade da data de admissão.

§ 3º As vagas para realização de estágios na forma remunerada serão de até 04(quatro) por secretaria ou pasta; sendo que cada uma destas 04(quatro) será ocupada por um estagiário de cada um dos níveis detalhados no Item I acima, não sendo admissível que 02(dois) estagiários de um mesmo nível ocupem idêntica vaga em uma mesma secretaria ou pasta.

II – Estágio curricular obrigatório, não remunerado, definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para obtenção de diploma, com sistemática de organização, orientação, supervisão e avaliação do estágio, a critério da Instituição de Ensino, observadas as normas estabelecidas pelo MUNICÍPIO.

§1º Não será necessária a realização de Processo Seletivo Simplificado para o estagiário não remunerado/curricular obrigatório, sendo imprescindível convênio e/ou parceria direta com instituição de ensino superior ou de educação profissional, a qual o estagiário estiver vinculado.

§ 2º A aceitação do estagiário não remunerado/curricular obrigatório ficará ao encargo do Secretário responsável pela Unidade Administrativa em que se realizará estágio.

Art. 4º Para o estágio não obrigatório, na forma remunerada, fica o Município autorizado a firmar Convênio e/ou Parceria com ENTIDADE ESPECIALIZADA na operacionalização de Programa de Estágio, a qual compete:

I – Manter convênio com as instituições de ensino;

II – Prestar serviços administrativos;

III – Selecionar os estudantes e encaminhá-los a Prefeitura Municipal;

IV – Acompanhar a realização de estágio junto a Prefeitura Municipal;

V – Efetuar o pagamento da Bolsa de Estudos ao estudante;

VI – Providenciar seguro contra acidentes em favor do estudante.

Art. 5º. Para o estágio curricular obrigatório, na forma não remunerada, fica o Município autorizado a firmar Convênio e/ou Parceria direta com Instituições de Ensino.

Parágrafo único. A celebração de Convênio e/ou Parceria para concessão de estágio obrigatório com a instituição de ensino não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o art. 7º.

Art. 6º. É facultado aos órgãos e entidades da administração pública a concessão dos estágios de que trata esta lei.

Parágrafo único. A concessão do estágio fica condicionada, à existência no órgão ou na entidade, de estrutura que assegure ao estagiário, condições de aprendizado em sua área profissional, com contextualização curricular, com a finalidade de desenvolvimento do educando para vida cidadã e para o trabalho, sob supervisão e orientação de profissional habilitado a ser indicado pela municipalidade.

Art. 7º A realização do estágio dar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio, celebrado entre o Município, estudante, agente de integração e com interveniência obrigatória da Instituição de Ensino, e deverá conter, entre outros:

I – A qualificação das partes;

II – A jornada de atividade em estágio, compatível com as atividades escolares;

III – O valor da bolsa de contraprestação, quando se tratar de estágio curricular não obrigatório;

IV – O prazo do estágio;

V – Forma de prestação do estágio;

VI – Normas disciplinares;

VII – Orientador responsável, indicado pela Instituição de Ensino;

IX – Supervisor, indicado pela Municipalidade.

X – Assinatura do representante legal, quando se tratar de menor de 18 (anos).

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino

Art. 8º. O estágio, em qualquer das modalidades previstas no art. 3º desta Lei, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados aos seguintes requisitos:

I – Matrícula e frequência regular do educando;

II – Celebração de Termo de Compromisso entre o educando, o Município, agente de integração e a Instituição de Ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio, e aquelas previstas no Termo de Compromisso.

Parágrafo único. O estágio obrigatório deverá ter acompanhamento efetivo de professor orientador da Instituição de Ensino e do supervisor da Municipalidade, comprovado por vistos nos relatórios das funções desempenhadas, com a ciência do estagiário, os quais serão encaminhados à Instituição de Ensino e ao Departamento de Recursos Humanos do Município, semestralmente.

Art. 9º Fica estabelecida a jornada de atividade em estágio:

I – 4 (quatro) horas diárias para a carga de 20 (vinte) horas semanais;

II – 6 (seis) horas diárias para a carga horária de 30 (trinta) horas semanais;

Art. 10. O período máximo do estágio é o correspondente a 01(um) ano, prorrogável por igual período.

§ 1º Sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, é assegurado ao estagiário, período de recesso de 30 (trinta) dias.

§ 2º Os dias de recesso previstos no § 1º deste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos do estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 11. Extingue-se o estágio:

I - Pela desistência por escrito, do estudante;

II - Pela não renovação do termo de compromisso até a data de seu vencimento;

III - Pelo abandono ou pela conclusão do curso;

IV - Por iniciativa do órgão concedente, a qualquer momento, nos casos de inadaptação, conduta inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas pelo estagiário, comunicados, nessas hipóteses, os fundamentos da decisão à instituição de ensino e ao agente de integração.

Art. 12. O quantitativo de estagiários por Unidade Administrativa será de no máximo 20% do quadro de pessoal empregados em cada Secretaria Municipal, observados os limites estabelecidos no art. 17 da Lei Federal nº 11.788/2008.

Art. 13. Fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, representada pelo Departamento de Recursos Humanos, o registro e o arquivamento de todos os atos pertinentes ao estágio, e a manutenção dos relatórios previstos no art. 7º, IV e art. 9º, VII, da Lei Federal nº 11.788/2008.

Art. 14. Para atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento vigente em cada exercício para as despesas decorrentes de pagamento de pessoal e respectivos encargos, específicos da unidade administrativa em que o estagiário estará vinculado.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 09 de Agosto de 2017.

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1.604/2017

LEI Nº 1.604, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS PELA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE XAVANTINA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 22 da Lei Federal nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder benefícios eventuais nos termos estabelecidos por esta Lei.

Parágrafo único. A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pela Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º Os benefícios eventuais constituem provisões de proteção social de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

§ 1º Os benefícios eventuais destinam-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 2º Os benefícios eventuais só devem atender situações de vulnerabilidade pertinentes a Política de Assistência social. Assim, não serão considerados benefícios eventuais de assistência social situações relacionadas a programas, projetos, serviços e benefícios na área de

saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais.

CAPÍTULO II

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 3º Os benefícios eventuais que integram esta Lei caracterizam-se pelas modalidades:

I – Auxílio natalidade;

II – Auxílio funeral;

III – Auxílio à situações de vulnerabilidade temporária;

IV – Auxílio à situações de calamidade pública e de emergências.

§ 1º O benefício eventual deve ser ofertado de forma articulada à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;

§ 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

§ 3º É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza;

Art. 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e vítimas de calamidades públicas e situações de emergências.

SEÇÃO I

DO AUXÍLIO NATALIDADE

Art. 5º O auxílio natalidade se constituirá pelo repasse do valor equivalente a 400 (quatrocentas) Unidades Fiscais de Referência Municipal – UFRM, em parcela única ao requerente que comprovar os critérios estabelecidos no § 1º do art. 6º desta lei.

Art. 6º O auxílio natalidade atenderá, aos seguintes aspectos:

I – necessidades do recém-nascido;

II – apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido, através do auxílio funeral, conforme Sessão II – Do Auxílio Funeral desta Lei.

III – apoio à família no caso de morte da mãe decorrente do parto.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I – O responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

II – Comprovante ou declaração de renda familiar.

III – Documentos pessoais;

IV – Comprovação de residência no Município de no mínimo 12 meses anterior ao nascimento;

§ 2º O benefício pode ser requerido até o 30º (trigésimo) dia após a negativa do requerimento da Previdência Social.

§ 3º O benefício do auxílio natalidade não é cumulativo com o recebimento simultâneo do benefício previdenciário de salário maternidade do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 7º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de auxílio natalidade será igual ou inferior a 1/4 (um quarto) salário mínimo, sendo concedido às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

§ 1º Para cálculo da renda per capita será contado o nascituro.

§ 2º Em caso de nascimento de gemelares será acrescido na concessão do auxílio natalidade o percentual de 50% (cinquenta por cento).

Art. 8º A família beneficiária do auxílio natalidade deverá ser acompanhada desde o pedido do auxílio até três meses pela equipe técnica do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

Parágrafo único. O profissional de Serviço Social deverá realizar um plano de aplicação no valor total do auxílio natalidade juntamente com a família, o qual será objeto de fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

SEÇÃO II

DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 9º O auxílio funeral se constituirá no repasse do valor de 400 (quatrocentas) Unidades Fiscais de Referência Municipal – UFRM.

Art. 10º O auxílio funeral atenderá:

I – as despesas de urna funerária;

II – as necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; e

III – o ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

§ 1º São documentos essenciais para a concessão do auxílio funeral:

I – atestado de óbito ou certidão de natimorto;

II – comprovante de residência da pessoa que veio a óbito;

III – comprovante ou declaração de renda familiar;

IV – documentos pessoais.

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 (trinta) dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 4º O valor do auxílio funeral, gerido pelo Órgão Gestor Municipal de Assistência Social, quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social em situação de abandono, morador de rua, ou indivíduo sem vínculo familiar conhecido, corresponderá às despesas decorrentes do funeral até o teto limite de 1.200 UFRM.

§ 5º Não poderá ser concedido o auxílio funeral em caso da família requerente possuir acesso a outros auxílios decorrentes do óbito e/ou plano particular de assistência funeral.

Art. 11. Todos os habitantes do Município que atenderem as disposições do art. 10 da presente Lei, terão acesso ao benefício de auxílio funeral.

Art. 12. Em casos especiais, para concessão de auxílio superior aos estabelecidos no art. 9º da presente Lei, serão concedidos mediante avaliação prévia através de estudo socioeconômico realizado por assistente social, onde o laudo proferido será encaminhado ao Gestor Municipal de Assistência Social, para submetê-lo à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS o qual definirá os valores a ser concedido além dos limites estabelecidos no respectivo inciso.

Parágrafo único. Para o especificado no presente artigo, até o limite do estabelecido no art. 9º será liberado automaticamente pelo Gestor

Municipal de Assistência Social, na forma do cronograma de desembolso e o valor superior a esse limite mediante avaliação prévia através de estudo socioeconômico realizado por assistente social, onde o laudo proferido será encaminhado ao Gestor Municipal de Assistência Social, para submetê-lo à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

SEÇÃO III

DO AUXÍLIO À SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

Art. 13. O auxílio à situação de vulnerabilidade temporária se constituirá no repasse de benefícios prestados em caráter transitório em forma de pecúnia ou de bem material para a reposição de perdas com a finalidade de atender contingências, assegurar a sobrevivência e/ou reconstruir a autonomia individual e/ou familiar através da redução de vulnerabilidades e impactos decorrentes de riscos sociais.

Art. 14. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I- riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II- perdas: privação de bens e de segurança material; e

III- danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

a) acesso a condições e meios para produzir segurança social e suprir as necessidades básicas do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação; e

c) domicílio.

II – da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos e família;

III – da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV – de desastres e de calamidade pública;

V- de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência ou colocam em risco social indivíduo ou família.

Art. 15. São consideradas provisões compatíveis com os benefícios eventuais, desde que não ofertadas por outras políticas setoriais, as destinadas:

I – à alimentação;

II – despesas com transporte para o acesso aos serviços socioassistenciais;

III – ao custeio dos gastos para expedição de documentação pessoal, como fotografia e fotocópia, desde que não disponibilizados por sistemas oficiais facilitadores de documentação;

IV – ao vestuário, agasalhos, colchões e cobertores;

V – melhoria das condições de habitabilidade às famílias que tenham entre seus membros idosos, pessoas com deficiências e/ou doentes crônicos e doenças degenerativas;

VI – passagens intermunicipal e interestadual.

Art. 16. O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de situação de vulnerabilidade temporária é igual ou inferior a ½ (meio) salário mínimo.

SEÇÃO IV

DO AUXÍLIO À SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA E DE EMERGÊNCIAS

Art. 17. O auxílio para situação de calamidade pública constitui-se no apoio e proteção à população através da oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

Parágrafo único. O órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social deverá assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas, conforme resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

Art. 18. A Situação de Emergência e/ou Calamidade Pública caracteriza-se quando há reconhecimento pelo poder público de situações anormais como: baixas e altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, estiagem, desabamento, incêndios e epidemias, causando sérios danos à comunidade ou à vida de seus integrantes e outros eventos que se caracterizam como tal.

Art. 19. Para atendimento de vítimas de situação de emergência e/ou calamidade pública, o benefício eventual deverá ser gerenciado de forma articulada com o serviço de proteção socioassistencial de alta complexidade caracterizado como: de proteção em situação de calamidade pública e de emergências definido pela resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

Art. 20. São consideradas provisões compatíveis com o auxílio de situações de calamidade pública e de emergências, as destinadas:

I – à aquisição de materiais para alojamento, moradias provisórias, prestações para aluguel temporário;

II – a aquisição de materiais de limpeza e desinfecção;

III – ao vestuário, agasalhos, colchões e cobertores;

IV – alimentação;

V – estrutura para guarda de pertences e documentos;

VI – outras provisões que considerem as especificidades regionais.

Art. 21. A forma de acesso ao auxílio à situação de calamidade pública e de emergências se dará através de notificação de órgãos da Administração Pública Municipal definidos em Decreto Municipal específico e, da defesa civil, sendo dispensada a comprovação de renda.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Caberá ao órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município:

I – a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II – a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para concessão dos benefícios eventuais; e

III – expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 23. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I – estabelecer critérios de acesso pela população, quando necessário;

II – fiscalizar a aplicação dos benefícios eventuais, se os critérios para seu acesso estão sendo respeitados;

III – regulamentar situações não especificadas por esta Lei.

Art. 24. As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS em cada exercício financeiro.

Parágrafo único. Em caso de ocorrência de calamidade pública os recursos financeiros deverão ser complementados e articulados com os recursos destinados a defesa civil.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 1069 de 12 de junho de 2009.

Xavantina/SC, 09 de Agosto de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1.605/2017

LEI Nº 1.605, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.560 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016, A QUAL AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, PARA ENTIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O ANEXO ÚNICO da Lei Municipal nº 1.560 de 16 de Dezembro de 2016 e suas alterações, passa a vigorar com a redação do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no Exercício de 2017.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 09 de Agosto de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI Nº 1.605, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ANEXO ÚNICO

Entidade	CNPJ Nº	Objeto do Convênio	Valor do Repasse de até
Associação Comunitária Hospital São Lucas	82.832.361/0001-69	Objetivando o estabelecimento de cooperação financeira, para melhoria nas ações e serviços essenciais e indispensáveis na área da saúde, bem como para atendimentos de urgência e emergência à população do Município de Xavantina no Hospital São Lucas, inclusive escala de sobreaviso, pagamento de salários de funcionários, diretor clínico, raio X, reformas e manutenção de todas as atividades da entidade.	R\$ 876.000,00
Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco	83.506.030/0002-82	Objetivando o estabelecimento de cooperação financeira, para atendimentos de urgência e emergência à população do Município de Xavantina, no pronto-socorro do Hospital São Francisco, inclusive escala de sobreaviso.	R\$ 30.000,00
Consortio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC – CIS/AMOSC	01.336.261/0001-40	Objetivando autorização para repasse de recursos financeiros para manutenção das atividades do Consórcio e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, mediante contrato de rateio entre os consorciados.	R\$ 40.000,00 R\$ 65.000,00
Associação Educacional e Caritativa – Hospital Regional São Paulo	89.428.734/0022-04	Objetivando o estabelecimento de cooperação financeira, para atendimentos de urgência e emergência à população do Município de Xavantina, no pronto-socorro do Hospital Regional São Paulo, inclusive escala de sobreaviso com especialidades médicas, ambos com funcionamento integral 24 horas.	R\$ 30.000,00

LEI 1.606/2017

LEI Nº 1.606, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	
Projeto Atividade: 2.003 – Manter as Atividades da administração e Finanças	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0000– (CR 120)	
R\$	70.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro oriundo do exercício anterior na fonte de recursos ordinários - 03.0000.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 09 de Agosto de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

ATA 036/2017 NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2017PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 037/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa NITROTEC – COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.492.811/0001-21, nesta Ata representada pela sua Administradora, Sra. LAURA MATOS BORELLA, portadora do CPF nº 485.026.658-47, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 037/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa(s) objetivando a possível aquisição de Nitrogênio Líquido, para conservação de sêmen bovino, conforme especificações abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	9.000,00	LT	Nitrogênio líquido para conservação de sêmen bovino.	NITROTEC	2,99	26.910,00
Total						26.910,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 037/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugenio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 09 de Agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
NITROTEC – COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
LAURA MATOS BORELLA – Representante

EUGENIO FRANA – Fiscal da ata

Xaxim

PREFEITURA

ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 063/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 034/2017

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Fraldas, Leites, Dieta enteral e Suplementos Alimentares, para pacientes acamados, oncológicos e em tratamento nutricional, baseado no art. 38 IX e 59 da Lei 8.666/93, súmulas nº 346 e 473 do STF.

Xaxim/SC, 09 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. PREFEITO MUNICIPAL.

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 070/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº. 070/2017

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 038/2017

TIPO: Menor Preço/Por Item

OBJETO: Registro de Preço para Aquisição de Material Ambulatorial e Hospitalar para manutenção das atividades desenvolvidas pelos Bombeiros de Serviços na 3ª/14 BBM do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina em Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 23 de Agosto de 2017

Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 23 de Agosto de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 10 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 071/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 071/2017

Fundamentação: Artigo 25, inciso I da Lei 8666/93.

OBJETO: Aquisição de Etilômetro Alco-Sensor IV para testes de álcool no ar expirado para uso de fiscalização de trânsito no Município, conforme Convênio Municipal FUMMPOM/ Polícia Militar Fronteira de Xaxim/SC.

Fornecedor: Ribco Do Brasil Importações E Exportações Ltda-Epp-CNPJ 05.591.590/0001-98

Valor: R\$ 12.850,00 (doze mil reais e oitocentos e cinquenta reais).

Xaxim/SC, 09 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 077/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 077/2017

Edital: Dispensa de Licitação para Locação de Imóvel Nº. 025/2017

Fundamento: Art. 24, X da Lei 8.666/93.

Objeto: Locação de imóvel, sob a matrícula n. 17489, com aproximadamente 332,44m², localizado na Rua Silvio Lunardi, n. 1805, Bairro Guarany, Centro no Município de Xaxim, para contínuo funcionamento do almoxarifado da saúde.

Fornecedor: NEY ROQUE MOCELIN

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais.

Dotações: 3.3.90.36.15.00.00.00 (7/2017)

Xaxim/SC, 08 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

Zortéa

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MAQUINAS AGRICOLAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0040/2017

Pregão Presencial Nº 0015/2017

O Município de Zortéa, SC, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica das máquinas agrícolas da frota do Município do Zortéa-SC.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até as 09h00min, para abertura da Sessão às 09h05min horas do dia 21/08/2017.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Setor de Compras e Licitações, sito à Rua Otaviano Oleari Franceschi, nº 53, centro, no município de Zortéa/SC.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3557-2018, (049) 3557-2019.

No sítio: www.zortea.sc.gov.br

Associações

AMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 06-2017 - ASSEMBLEIA GERAL DA AMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 06/2017

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS - AMERIOS PARA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA.

Art. 1º - O Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, Sr. Jairo Rivelino Ebeling, Prefeito de Cunha Porã, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Estatuto Social, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participarem da 176ª Assembleia Geral Ordinária que se realizará no próximo dia 25 de agosto de 2017, sexta-feira, com início às 8h30min, no auditório da AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, para deliberar os seguintes assuntos:

I- 8h30min - Abertura da Assembleia e aprovação da Ata da Assembleia anterior;

II- 8h50min - ARIS – Projetos e Ações, Homologação dos novos municípios que ingressaram na ARIS e Sistema de Abastecimento de Água Rural (Análise da Água), com o Sr. Adir Faccio – Diretor Geral e Sr. José Francisco Mora - Biólogo;

III- 9h25min - Planos de Cultura - Sra. Rosi Inácia Reichert Heineck– Coordenadora do Colegiado de Cultura da AMERIOS e Diretora de Cultura de Maravilha;

IV- 9h45min -ZAGONEL - Iluminação Profissional – Sr. Jorge Luis Kammler;

V- 10h30min – Empresa Recolhe – Coleta de Animais Mortos;

VI- 10h40min – Lei do ISS- Definição de tarifa única para a região da AMERIOS/ Lei do 13º salário para Agentes Políticos– Presidente Jairo Rivelino Ebeling;

VII- 10h50min - Prestação de Contas referente os meses de junho e julho de 2017;

VIII- 10h55min - Assuntos diversos: - FUNDOSOCIAL, FNDE, FUNDAN (projetos) e Cirurgias Eletivas;

IX- 11h – Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 7 de agosto de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Cunha Porã

Consórcios

AGIR

ATA Nº 045 DE 26.06.2017 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO - AGIR

ATA Nº 045/2017, DE 26 DE JUNHO DE 2017 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR REALIZADA EM BLUMENAU/SC.

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2.274, página 729, de 12.06.2017, às 14 horas, reuniu-se o Comitê de Regulação da AGIR, no Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, depois de verificada a presença dos conselheiros em número legal. A reunião contou com a presença dos seguintes Conselheiros Titulares: senhor Anísio Fantini, senhor Luiz Alberto de Souza, senhor Richard Buchinski, senhora Adriane Grätsch Thiem, senhora Sandra A. A. de Oliveira, senhor José Carlos Spengler, senhor Guilherme Schmidt Pimentel, e senhor Ricardo Alexandre da Silva; e dos Conselheiros Suplentes: senhora Noemia Bohn, senhor Gabriel Cristofolini, e senhor Felipe Bittencourt; além de demais presenças: senhor Caio Barbosa de Carulice – Agente Administrativo Técnico da AGIR, senhor Vitor Zanella Junior – Ouvidor da AGIR, senhor Heinrich Luiz Pasold – Diretor Geral da AGIR, senhor Ricardo Hübner – Diretor Técnico da AGIR, senhora Maria de Fátima Martins – Assessora Jurídica da AGIR, senhor Luciano Gabriel Henning – Assessor Jurídico da AGIR, senhora Giovana Peron – Estagiária da AGIR, e senhor André Domingos Goetzinger – Agente Administrativo da AGIR. Os trabalhos desta Reunião Ordinária do Comitê de Regulação da AGIR foram iniciados pelo senhor Ricardo Alexandre da Silva, Presidente do Comitê de Regulação, que cumprimentou a todos os presentes, e designou a mim, senhora Giovana Peron, como secretária para esta reunião. Em seguida, apresentou a Ordem do Dia, qual seja: 1 – Leitura e Aprovação da Ata Anterior; 2 – Relatório Ouvidoria; 3 – Relatório Procedimentos Administrativos e Técnicos; 4 – Procedimento de Ouvidoria nº 038/2017 – Acompanhamento do faturamento inicial do serviço público de esgotamento sanitário no Município de Indaial/SC; 5 – Assuntos Gerais. Tratando-se da leitura e aprovação da ata da reunião anterior (item 1), a leitura ficou dispensada devido ao envio da ata por e-mail aos Conselheiros no dia sete (07) de junho do corrente ano, e em razão de não ter havido manifestações acerca do relatado, considerou-se a mesma aprovada. Dando seguimento, referente ao item 2 da pauta (Relatório Ouvidoria), o senhor Ricardo Alexandre da Silva passou a palavra ao senhor Vitor Zanella Junior, Ouvidor da AGIR, que apresentou os Procedimentos de Ouvidoria abertos no mês de junho, iniciando pelo Procedimento nº 038/2017 (Acompanhamento do faturamento inicial de esgoto no município de Indaial – CASAN), lembrando acerca do caso, que inclusive já havia sido discutido na última reunião do Comitê de Regulação da AGIR, e informando que, após a Decisão proferida pela Diretoria Geral da Agência, a CASAN encaminhou recurso desta Decisão ao Comitê de Regulação, pleiteando a devolução simples de valores aos usuários e permissão para realização do faturamento complementar do serviço de esgoto relativo aos meses de abril e maio. Informou ainda que, nesta reunião, será realizado sorteio de relator para análise e emissão de parecer acerca do caso, para depois haver o julgamento colegiado pelo Comitê. Na sequência, abordou o Procedimento nº 045/2017 (Reclamação de acúmulo de resíduos sólidos na Rua Itajaí, bairro Vorstadt, Blumenau), comentando que o mesmo usuário já havia feito reclamação no ano de 2014, informando que o cesto lá presente não comportava mais a quantidade de resíduos

depositada, e na época foi colocado um cesto maior no local. Este ano, porém, o usuário reclamou novamente acerca do acúmulo de resíduos e do tamanho do cesto, e foi solicitado ao SAMAE que colocasse um cesto maior, ou ainda um container para depósito dos resíduos naquela região. Já no Procedimento nº 046/2017 (Reclamação referente a recomposição de pavimentos e passeio público na Rua Bahia, Blumenau), o Ouvidor da AGIR comentou acerca da reclamação feita por usuário, onde este citou que foram feitas obras pelo SAMAE na rede de abastecimento de água, porém não foram realizadas obras de recomposição asfáltica e do passeio público; foi solicitado manifestação por parte do SAMAE sobre o caso. O senhor Vitor Zanella Junior também falou sobre o projeto “A AGIR quer ouvir você!”, que visitou o Município de Brusque no dia oito (08) de junho, e também apresentou o cronograma dos próximos municípios a serem visitados no decorrer do ano. Também informou que, conforme solicitado pelo Conselheiro Luiz Alberto de Souza, os artigos científicos elaborados pelos colaboradores da AGIR foram disponibilizados no site da Agência. Dando sequência aos trabalhos, o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR passou ao item 3 (Relatórios Procedimentos Administrativos e Técnicos), dando a palavra ao senhor André Domingos Goetzinger, que apresentou os Procedimentos Administrativos abertos entre os dias trinta (30) de maio e vinte e seis (26) de junho do corrente ano, iniciando pelo Procedimento nº 028/2017 (Reajuste anual da tabela de preços dos serviços públicos prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE), onde informou que foi concedido reajuste de 4,57%, e citou os registros que foram solicitados para serem enviados à AGIR, como investimentos realizados e cronograma de investimentos. Também abordou o Procedimento nº 029/2017 (Análise da Minuta do Contrato de Programa a ser firmado entre o município de Guabiruba e a CASAN), que está em fase de acompanhamento e análise. Passando ao Procedimento nº 030/2017 (Reajuste anual da tabela de preços dos serviços públicos prestados pela CASAN), informou que o pleito da companhia é de 6,08%, porém o procedimento ainda está em análise. Neste momento, o senhor Ricardo Alexandre da Silva questionou como ocorre o reajuste da CASAN, e Agente Administrativo da AGIR informou que este se baseia na inflação, e que é realizado em conjunto com as outras duas agências que regulam a CASAN, a ARIS e a ARESC. Tratando-se do Procedimento nº 031/2017 (Análise do Edital de Transporte Público do Município de Gaspar), o Agente Administrativo da AGIR informou que já foram realizadas três reuniões para discutir o Edital, foram feitas algumas considerações e alterações, e o texto final será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para aprovação. Por fim, abordou o Procedimento nº 032/2017 (Acompanhamento da instrução de processo administrativo para planejamento do processo licitatório objetivando a Concessão do Transporte Coletivo Urbano do Município de Indaial), que está em fase de análise. Em seguida, o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR passou a palavra ao senhor Caio Barbosa de Carulice, Agente Administrativo Técnico da AGIR, para tratar dos Procedimentos Técnicos. Referente ao Procedimento nº 036/2017 (Tarifa de esgoto – SINDUSCON Blumenau), informou que, conforme solicitado pelo Sindicato da Indústria de Construção Civil de Blumenau (SINDUSCON), será feita avaliação de índice de destinação de esgoto em obras da construção civil, bem como a tarifa de esgoto cobrada. Já há uma comissão que realiza reuniões periódicas, sendo esta formada por representantes do SINDUSCON Blumenau, da AGIR, do SAMAE de Blumenau, da BRK Ambiental e do SENAI Ambiental, e serão realizadas medições do consumo de água nas obras em andamento, como também análise dos efluentes para verificação da quantidade de esgoto gerado. Passando ao

Procedimento nº 037/2017 (Acompanhamento da Dispensa de Licitação nº 08-2207/2017 e Contrato nº 2201/2017 celebrado entre o SAMAE de Blumenau e a empresa SANEPAV Saneamento Ambiental Ltda.), o senhor Caio Barbosa de Carulice comentou que foi realizada vistoria técnica para verificação da qualidade da prestação do serviço, foi emitido Parecer Técnico com algumas não conformidades constatadas, e este foi encaminhado ao SAMAE para manifestação. Neste momento, a senhora Sandra A. A. de Oliveira tomou a palavra, informando que a licitação definitiva foi lançada no dia doze (12) de junho do corrente ano, e que as análises técnicas de onze (11) empresas estão sendo verificadas. Tomando a palavra novamente, o Agente Administrativo Técnico da AGIR informou que já foram realizadas quatro (04) fiscalizações programadas, sendo estas nos sistemas da CASAN dos Municípios de Botuverá, Guabiruba e Indaial, e ainda no sistema de abastecimento de água mantido pela Prefeitura em Botuverá. Salientou ainda que após todas as fiscalizações são elaborados Relatórios Técnicos, e estes são encaminhados às prestadoras de serviço para verificação e correção das não conformidades apresentadas. Por fim, apresentou as datas das próximas fiscalizações a serem realizadas, que podem ser alteradas devido a condições climáticas. Neste momento, o senhor Gabriel Cristofolini questionou se são realizadas fiscalizações sem aviso prévio, e o senhor Caio Barbosa de Carulice afirmou que sim, quando há casos emergenciais ou de denúncia. Na sequência, para tratar do quarto item da pauta (Procedimento de Ouvidoria nº 038/2017 – Acompanhamento do faturamento inicial do serviço público de esgotamento sanitário no Município de Indaial/SC), o senhor Ricardo Alexandre da Silva passou a palavra ao Assessor Jurídico da AGIR, senhor Luciano Gabriel Henning, que ressaltou o que já havia sido tratado pelo senhor Vitor Zanella Junior, Ouvidor da AGIR, e informou ainda que foi feito Relatório acerca do caso para auxiliar o relator a ser sorteado, apresentando o que foi feito até agora no Processo, e citando o que foi solicitado no recurso encaminhado pela CASAN. Houve uma breve discussão sobre as solicitações feitas pela CASAN, e também sobre algumas alterações a serem consideradas no artigo 121 da Resolução Normativa nº 001/2013 da AGIR, pois em algumas ocasiões a prestadora de serviço recebe um ônus de forma injusta, e o senhor Luciano Gabriel Henning salientou que a Decisão do Comitê de Regulação é soberana, independente do caso. Comentou-se ainda sobre levar em consideração o Código de Defesa do Consumidor, sobre a metodologia de cobrança a ser adotada neste caso, e ainda sobre o voto do relator, que poderá ser encaminhado aos Conselheiros antes da apresentação para conhecimento e leitura. Em seguida, foi feito o sorteio do relator entre os Conselheiros elegíveis, e ficou sorteado o senhor Luiz Alberto de Souza como relator do supracitado Procedimento. Dando sequência aos trabalhos, no item 5 da pauta (Assuntos Gerais), o senhor Ricardo Alexandre da Silva abriu a palavra aos Conselheiros, onde o senhor Guilherme Schmidt Pimentel tomou a palavra, comentando acerca da compra da Odebrecht Ambiental pelo grupo canadense Brookfield Asset Management, e que agora a Concessionária que atua na área de esgotamento sanitário em Blumenau chama-se BRK Ambiental. Também houve uma discussão sobre a atuação da AGIR na regulação do transporte público, sobre a nova concessão do serviço em Blumenau, e também acerca das dificuldades encontradas nos municípios no que tange a prestação de serviço nesta área. Por fim, o senhor Ricardo Alexandre da Silva informou que a próxima reunião do Comitê de Regulação fica previamente agendada para o trinta e um (31) de julho. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR deu por encerrados os trabalhos desta reunião ordinária, determinando que eu, Giovana Peron, secretária “ad hoc”, lavrasse a presente ata, e que depois de aprovada pelos Conselheiros, será assinada e publicada nos termos estatutários.

Ricardo Alexandre da Silva Giovana Peron
Presidente do Comitê de Regulação Estagiária da AGIR e Secretária “ad hoc”

DECRETO Nº 32-2017 - AGIR

DECRETO Nº 032/2017

NOMEIA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE DIRETORIA DA AGIR A SENHORA GIOVANA PERON.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017 e pelo Inciso I da Cláusula 45 do Novo Protocolo de Intenções, devidamente ratificado pelos municípios consorciados à AGIR, e de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis, e:

Considerando o disposto na Cláusula 133 do Novo Protocolo de Intenções, que estabelece: “As normas do presente Novo Protocolo de Intenções entrarão em vigor a partir da data da sua publicação no órgão oficial, tendo sua eficácia condicionada à ratificação do Novo Protocolo de Intenções, por lei municipal, de pelo menos oito (08) municípios consorciados”.

Considerando a Resolução nº 050/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Edição nº 2256, de 18/05/2017, páginas 1019-1069, que estabeleceu a redação final do Novo Protocolo de Intenções do Consórcio Público da AGIR, devido à ratificação pelo 8º (oitavo) ente consorciado;

Considerando que o Município de Doutor Pedrinho foi o 8º (oitavo) ente consorciado que ratificou o Novo Protocolo de Intenções, com a promulgação da Lei Complementar nº 136, em 13/04/2017;

Considerando que houve a inclusão da competência em regular a prestação de serviços de transporte público coletivo, bem como, a regulação de outros serviços públicos municipais, através de convênio ou outro instrumento que se fizer necessário, nos termos da Cláusula 135 do Novo Protocolo de Intenções;

Considerando a criação do cargo de ASSESSOR DE DIRETORIA, constante no ANEXO I - QUADRO DE CARGOS COMMISSIONADOS – referência salarial 10 – com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais do Novo Protocolo de Intenções da AGIR, em razão das competências da AGIR.

Considerando a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Público denominado Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, realizada em 21 de julho de 2017, na qual os representantes legais votaram e aprovaram a indicação feita pelo Diretor Geral – Sr. Heinrich Luiz Pasold – quanto ao nome da Sra. Giovana Peron, para ocupar o cargo em comissão de Assessor de Diretoria da AGIR, cuja indicação foi referendada pelos votos e aclamação dos presentes;

CONSIDERANDO ainda que a Ata nº 58, da Assembleia Geral Extraordinária, foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, em 08/08/2017, edição 2314, página 1160, conferindo publicidade da votação e aprovação da indicação da Sra. Giovana Peron, para ocupar o cargo comissionado de Assessora de Diretoria da AGIR; CONSIDERANDO que a indicada possui a habilitação necessária para o cargo e que já detém conhecimento de parte das atividades desenvolvidas em razão de estágio desenvolvido nesta Agência Reguladora;

Decreta:

Art. 1º – Fica nomeada para o cargo em comissão de Assessora de Diretoria da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, a Sra. Giovana Peron, portadora do RG nº 5.894.709 e inscrita no CPF nº 093.273.979-24;

Art. 2º – A Assessora de Diretoria da AGIR exercerá as funções inerentes ao cargo, com lotação na sede da AGIR em Blumenau e com os vencimentos previstos no Anexo I – Quadro de Cargos Comissionados, do Novo Protocolo de Intenções da AGIR;

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 14 de agosto de 2017.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR.

Blumenau (SC), em 09 de agosto de 2017.

ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Exmo. Sr. Luciano José Buligon, no uso de suas atribuições legais e visando atender às disposições do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público denominado ARIS,

CONVOCA:

Os(as) senhores(as) Prefeitos(as) dos municípios consorciados ao consórcio público denominado Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se na cidade de Maravilha/SC, com a seguinte ordem do dia

Data: 25 de agosto de 2017

Horário: 08h20 (1ª convocação) e 08h50 (2ª convocação)

Local: Sede da Associação dos Municípios do Entre Rios – SC - AMERIOS

Av. Euclides Cunha, nº 160, Bairro: Centro, Maravilha/SC

Ordem do dia:

- 1) Homologação dos novos municípios consorciados;
- 2) Assuntos gerais de interesse do Consórcio.

Florianópolis, 09 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Presidente da ARIS

Prefeito de Chapecó

CIGA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2017 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2017

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições previstas no art. 20, I, do Contrato de Consórcio do CIGA, visando atender ao disposto no art. 16 do Contrato de Consórcio Público do CIGA,

CONVOCA:

Os Chefes do Poder Executivo dos Municípios consorciados ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na cidade de São José/SC.

Data: 31 de agosto de 2017 (quinta-feira)

Cidade: São José/SC

Horário: 11h00min – Primeira convocação

11h30min – Segunda convocação

Local: Hotel Golden

Rua São Benedito, n.º 50, Bairro Serraria, São José/SC

Ordem do dia:

- Orçamento para o Exercício de 2018;
- Valores dos serviços do CIGA para o Exercício de 2018;
- Aquisição de novas salas para o CIGA;
- Suplementação orçamentária ao Orçamento do Exercício de 2017;
- Assuntos gerais.

Informamos que a presente Assembleia ocorrerá durante o evento 'Diálogo Municipalista: Desafios locais', realizado pela Confederação Nacional de Municípios – CNM em parceria com a Federação Catarinense de Municípios – FECAM, nos dias 30 e 31 de agosto de 2017.

Florianópolis, 1º de agosto de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito de Lebon Régis

Presidente do CIGA

CIS/AMFRI**EXTRATO DE CREDENCIAMENTO - CIS-AMFRI - 006 DE 2017 -**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 005/2017

Objeto: CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI R\$
CONSULTA ORTOPEDISTA	03.01.01.007-2	50,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: CLÍNICA ORTA CIRURGIA JOELHO OMBRO E FATURAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 24.244.514/0001-50

Data de Assinatura: 09/08/2017

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

Célio José Bernardino

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO DE PREGÃO PRESENCIAL 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI CNPJ 09.267.291/0001-53 Rua Luiz Lopes Gonzaga 1655, sala 01 CEP 88309-421 Itajaí – SC	EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 Processo Administrativo Processo de Licitação: 02/2017 Data do Processo: 02/07/2017
--	--

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO DE PREGÃO PRESENCIAL

A Pregoeira do Pregão Presencial n.º 01/2017, Jacqueline Mirtes Alves da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e pela Portaria nº 02 de 29 de junho de 2017, especialmente pela Lei n. 8.666/93 e Lei nº 10.520/02, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

1 – ADJUDICAR o presente Pregão Presencial nestes termos:

- Processo n: 02/2017
- Pregão Presencial n: 01/2017
- Modalidade: Pregão Presencial
- Data da Adjudicação: 07/08/2017
- Objeto da Licitação: Contratação de empresa para Locação e Uso de Sistema Informatizado de Gestão de Consórcios Intermunicipais de Saúde, via web e sem limite de usuários, contendo as funcionalidades mínimas descritas no Termo de Referência (ANEXO I), incluindo-se os serviços de conversão dos dados existentes, implantação, configuração, parametrização, customização, treinamento dos usuários, suporte técnico, atualização da versão e a hospedagem do sistema em Datacenter, próprio ou de terceiro, conforme especificações contidas neste Edital.
- Fornecedor: CELK SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 03.434.978/0001-50.
- Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

Itajaí/SC, 07 de agosto de 2017.

Jacqueline Mirtes Alves da Silva
Pregoeira PP 01/2017

CIS/AMMVI**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 14.2017**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 14/2017

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI OBJETO: Contratação Licença de Software de Gestão Pública de Saúde e Regulação, objetivando a implantação, manutenção e correção de software de gestão de Saúde para o CISAMVI, a ser executado de forma continuada, necessários à modernização da prestação de serviços públicos à população dos municípios consorciados, possibilitando o agendamento de consultas e ou exames pelos municípios consorciados, com o acompanhamento do CISAMVI, bem como, possibilitar a configuração de agendas de exames e/ou consultas por períodos, dias da semana e intervalo de horário; e ainda por quantidade ou quantidades por tempo, para todos os exames e/ou consultas específicas, possibilitando o atendimento por unidade de saúde de um município consorciado ou de todos. Bem como a configuração de valores, cotas, e o cancelamento dos agendamentos de exames e/ou consultas, seja por uma unidade de saúde ou por todas, como também o bloqueio de cadastros automaticamente ou por configuração conforme definição do CISAMVI, com modulo de prontuário eletrônico e agendamento de transporte.

CONTRATADO: IGTEC – SOLUÇÕES LTDA ME., CNPJ nº 13.809.328/0001-03.

VALOR TOTAL DA DISPENSA: R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005. Blumenau, 08 de Agosto de 2017.

Cleones Hostins - Diretor Executivo do CISAMVI / Mathias Kohler – Presidente do CISAMVI.

CIS/AMURC**ATA 01/2015 CISAMURC**

ATA Nº 001/2015 DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC – Bela Vista do Toldo – 19 de fevereiro de 2015.

Local: Gabinete da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo - SC
Horário: 10:30 horas

Municípios presentes:

Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Monte Castelo, Papan-duva, Porto União e Três Barras.

1- Abertura dos Trabalhos:

Saudação do Presidente do CISAMURC Prefeito Juliano Pozzi Pereira, dando as boas-vindas a todos, e na sequência passou a palavra para gerente administrativo do CISAMURC para fazer a exposição dos assuntos da ordem do dia conforme convocação, quer seja, proposta de reestruturação do CISAMURC e aprovação da 1ª alteração do protocolo de intenções deste consórcio.

2- Relatório situacional do CISAMURC: Apresentado pelo gerente administrativo do CISAMURC, Sr. Luiz Cesar Batista, o qual repas-sou para os presentes a situação contábil do exercício 2014, des-tacando o relatório da produção de serviços do Centro de Diagnós-tico por Imagem – CDI/CISAMURC, sendo que do total de exames produzidos em 2014 foram de 45.550, destes 70,9% através do convenio do Sistema Único de Saúde – SUS, o qual contribui com 24,4% do total das receitas produzidas pelo CDI. Destacou ainda que os demais convênios tiveram a seguinte participação: Fun-dos municipais de saúde – FMS, 9,3% do total de exames com 22,2% da receita; convenio Unimed, 6,9% do total de exames com 17,9% da receita; convenio Tarifa de serviços participou com 5,7% do total de exames e com 15,5% do total da receita. Repassou a planilha de receitas e despesas do ano de 2014, onde o CDI teve um superávit de R\$ 69.810,01. Na sequência argumentou da necessidade de reestruturação do consórcio. Explicou os repasses baixos do SUS e os gastos com a manutenção dos equipamentos estão aumentando com o passar do tempo e tornando-se o CDI inviável financeiramente. Baseado no que o prefeito Aldomir falou em reuniões anteriores, e também no relatório da produção dos serviços nos últimos 12 meses, observa-se que a baixa rentabi-lidade dos serviços produzidos pelo CDI esta ficando engessado. Destaca ainda que o referido Centro de Imagem teve seu início em 01/04/2005, com aprovação do Conselho de Desenvolvimento Regional da SDR – Canoinhas, para a liberação do equipamento de Ressonância Magnética para o CISAMURC e dos recursos finan-ceiros na ordem de R\$ 600 mil reais, pela Secretaria de Estado da Saúde, para construção do referido centro de imagem (CDI). Teve

ainda a participação do Hospital Santa Cruz de Canoinhas com a cedência temporária (por 50 anos) do terreno para edificação do CDI e do município de Canoinhas com a cedência dos equipamen-tos de Raios-X e Ultrassonografia no ano de 2008, a importan-te participação dos demais municípios, através da AMPLANORTE, com a cedência do equipamento de mamografia no ano de 2010 e mais recentemente no ano de 2012 a cedência pela Associação de Saúde Comunitária de Canoinhas do equipamento de Tomografia Computadorizada. O gerente destaca também que de acordo com o ultimo balancete contábil apresentado, ao longo do período após a implantação do CDI, o consórcio CISAMURC adquiriu bens mo-veis no valor equivalente de R\$ 171.231,94, os quais fazem parte do patrimônio deste consorcio.

3. Proposta de reestruturação do CISAMURC: De acordo com os relatórios e exposição de motivos apresentados anteriormente, o gerente administrativo apresenta para o colegiado de prefeitos a proposta de reestruturação do CISAMURC, o qual deixaria de prestar serviços através do Centro de Diagnóstico por Imagem, rompen-do assim os contratos mantidos com os órgãos e entidades que cederam equipamentos e bens imóveis ao CISAMURC. Sugerindo também, diante do interesse do Hospital Santa Cruz de Canoinhas (HSC) em assumir a prestação dos referidos serviços, através de termo de parceria a ser elaborado em conjunto com este colegiado, no qual o hospital teria a obrigatoriedade de manter os serviços disponibilizados atualmente aos municípios consorciados através de credenciamento junto ao CISAMURC, bem como compensar financeiramente este consórcio em decorrência do levantamento patrimonial elaborado, que será destinado a entidade que dará continuidade nos serviços de diagnósticos por imagem. Ficando acordado que esta será repassada para a Diretoria do Hospital Santa Cruz. Desta forma o consórcio CISAMURC voltaria a estrutura mínima de pessoal administrativo, semelhante a que possuía antes da implantação do CDI, tornando-se menos oneroso aos municí-pios. Após esclarecidas todas as dúvidas, o presidente Sr. Juliano Pozzi Pereira coloca a proposta em votação, a qual restou aprovada por unanimidade dentre os presentes.

3.1 Considerando a necessidade de adequação das atribuições conferidas ao CISAMURC, reestruturação do quadro de pessoal e, também, visando dar maior amplitude nas finalidades deste, foi dada continuidade na discussão sobre a aprovação da primeira al-teração do protocolo de intenções deste consórcio. Após a matéria ser amplamente discutida, foi apresentada a leitura final deste e, em ato contínuo o presidente Sr. Juliano Pozzi Pereira colocou em votação, sendo aprovada por unanimidade, determinando desde já

que sejam tomadas as devidas providências no tocante a ao encaminhamento dos projetos de leis para os municípios consorciados. O texto aprovado é parte integrante da presente ata.

4 – Assuntos Gerais: Com a palavra prefeito anfitrião Gilberto Damaso da Silveira convida a todos para participar de almoço

oferecido pela Amplanorte. Nada mais havendo a tratar, eu, Luiz Cesar Batista, Gerente Administrativo do CISAMURC lavrei a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes, vai assinada por mim e pelo Presidente Prefeito Juliano Pozzi Pereira. Bela Vista do Toldo, SC, 19 de fevereiro de 2015.

IBERE

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSOCIADOS Nº 002/2017

CNPJ 05.871.732/0001-70

ATA 002/2017

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSOCIADOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL – CONSÓRCIO IBERÊ.

Aos doze dias do mês de julho de dois mil e dezessete, nas dependências da prefeitura municipal de Chapecó, localizada na avenida Getúlio Vargas, Nº 957S (novecentos e cinquenta e sete) reuniram-se para assembleia geral ordinária do Conselho de Associados o Senhor Rudi Miguel Sander, Prefeito Municipal de São Carlos, Senhor Carlos Alberto Tozzo, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Senhor Luiz Clóvis Dal Piva, Prefeito Municipal de Guatambu, Senhor Glauber Burtet, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Leonir Antônio Hentges, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Senhor Rodrigo Seidel representante do Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Senhor Luiz Carlos Seidenfus representante do Prefeito Municipal de Chapecó, Senhora Kellen Cassaro, assessora administrativa do quadro de pessoal do Consorcio Iberê, Juliana Henzel da Ambientalis Engenharia representando a Conselheira Executiva Senhora Silvia Valdez e demais membros, conforme lista de presença em anexo, para tratar da seguinte pauta: 1 – Boas vindas; 2 – Apresentação do CISGA - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha; 3 – PIGIRS – Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; 4 – Assuntos Gerais; 5 – Encerramento. A assembleia teve abertura oficial às nove horas pela assessora administrativa Kellen Cassaro, que cumprimentou a todos, desejou boas vindas, apresentou o convidado Sr. Rudimar Caberlon do CISGA e passou a palavra ao presidente Sr. Carlos Alberto Tozzo que agradeceu a presença dos presentes em especial ao convidado, iniciando a abertura oficial da assembleia geral extraordinária. Senhor Rudimar Caberlon faz uma apresentação do CISGA, explanando a finalidade, a composição, os objetivos, ações, e a estrutura do Consórcio, apresenta como está a elaboração do PIGIRS nos municípios do CISGA, fala dos objetivos do plano, que são: Estabelecer critérios para padronizar o sistema de gestão de resíduos sólidos, Definir programas para melhorar a educação ambiental da população, Estabelecer ações e metas para diminuir a geração de resíduos sólidos, Estabelecer soluções para aumentar a quantidade de resíduos encaminhados para reciclagem, Apon-tar modelos mais sustentáveis para destinação final de rejeitos e Estabelecer metas de curto, médio e longo prazos, os programas e as ações necessárias para a gestão integrada dos resíduos sólidos na forma do consórcio, apresenta a metodologia de trabalho, que é a Constituição de um Grupo Gestor formado por três membros de cada município, as Reuniões mensais do Grupo Gestor, a Realização das Audiências Públicas, e as Assembleia de Prefeitos para validar o trabalho. Como está o andamento da elaboração do plano, apresenta uma prévia dos informativos que serão utilizados para trabalhar a educação ambiental nos municípios, apresentando os adesivos que serão colocados nos contêineres dos municípios consorciados, o folder que será utilizado na campanha educacional, destacando a importância do trabalho em conjunto para que haja uma única linguagem em todos os municípios e explica a

experiência que estão tendo com a elaboração do PIGIRS no CISGA. Finalizada a apresentação a senhora Kellen agradece a participação do convidado e o mesmo se coloca à disposição do Iberê para futuras trocas de experiências. Dando continuidade à pauta, Kellen informa que dos sete municípios consorciados, apenas um não havia participado da aprovação, pois no período da decisão estava afastado temporariamente das atividades, no entanto, o município encaminhou um ofício manifestando interesse na participação da Integração do Plano, com isso, todos os municípios aprovaram a elaboração do PIGIRS – Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Kellen informa que a senhora Juliana Henzel, representante da Conselheira executiva senhora Silvia Valdez, apresentará aos presentes o plano de trabalho para dar início as atividades relacionadas ao PIGIRS, comenta que este plano é uma previsão de prazos e que está aberto para complementações e alterações, caso necessário. Senhora Juliana dá início a apresentação do plano de trabalho, Kellen destaca o item do plano de trabalho que prevê a indicação de um profissional da área, caberá aos prefeitos identificarem o profissional habilitado e/ou com afinidade ao tema para contribuir nas ações previstas, estes profissionais farão parte da equipe que desenvolverá o PIGIRS, reforça ainda que a indicação deverá ser realizada via ofício e/ou e-mail no prazo de uma semana. Brevemente informa a metodologia de trabalho e da exemplo do Plano Municipal de Resíduos Sólidos de Chapecó que também foi executado pelo Consórcio Iberê e que os resultados e decisões a serem tomados serão sempre discutidas em assembleias com os prefeitos. Sugestões relacionadas ao plano de trabalho apresentado ocorrerão no andamento dos trabalhos. Senhora Juliana encerra a apresentação do plano de trabalho e concede aos presentes o momento de manifestarem dúvidas e/ou sugestões Senhor Rudimar toma a palavra e sugere que o Iberê antecipe dois itens do plano de trabalho, sendo um sobre a logística reserva e o outro sobre educação ambiental e reforça que as ações de atividade visual podem ser em conjunto, com o intuito de provocar a percepção dos munícipes na identidade comum entre os municípios. Senhor Glauber pergunta qual o destino dos resíduos do município de Chapecó, Senhor Luiz Carlos responde que o orgânico vai para um aterro sanitário no município de Saudades e o reciclável é coletado e distribuído para as associações de catadores no município, fala que além disso o município possui compostagem que é utilizado em hortas, ONG's, para a destinação do óleo de cozinha usado (saturado), empresas particulares que coletam eletroeletrônicos, ecopontos para destinação de pneus e que o município tem competência, prevista em lei, para realizar o licenciamento ambiental de atividades de impacto local e que o município oferece um departamento exclusivo para tratar dos assuntos de resíduos sólidos. Não havendo objeções o plano de trabalho e colocado para aprovação sendo aprovado por unanimidade de votos. Fica como encaminhamento para a próxima assembleia a apresentação de resultados alcançados, a situação que se encontra os resíduos sólidos do município de Chapecó e a participação de um representante da associação de catadores para explanar os trabalhos desenvolvidos pelas cooperativas de reciclagens. Senhor Carlos o presidente do Iberê agradece a todos os presentes e encerra a assembleia geral extraordinária e eu, Kellen, lavrei a presente ata na qual será assinada pelo Conselho de Associados, representantes e quadro de pessoal do Consórcio.

Carlos Alberto Tozzo Rudi Miguel Sander
Prefeito de Cordilheira Alta/SC Prefeito de São Carlos/SC

Representante do Prefeito Municipal de Planalto Alegre

Luiz Clóvis Dal Piva Glauber Burtet
Prefeito de Guatambu/SC Prefeito de Caxambu do Sul/SC

Luiz Carlos Seidenfus
Representante do Prefeito Municipal de Chapecó

Leonir Antônio Hentges
Prefeito de Águas de Chapecó/SC

Juliana Henzel
Representante da Conselheira Executiva Silvia Valdez

Rodrigo Seidel

Kellen Cassaro
Ass. Administrativa do Consorcio Iberê

CIS/AMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 06-2017 - ASSEMBLEIA GERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 06/2017

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS - CIS/AMERIOS.

Art. 1º - O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS, Sr. Jairo Rivelino Ebeling, Prefeito de Cunha Porã no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Contrato de Consórcio Público, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participar da Assembleia Geral Ordinária do CIS/AMERIOS que se realizará no próximo dia 25 de agosto de 2017, sexta-feira, com início às 11h, no auditório da AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, para deliberar os seguintes assuntos:

I- 11h - Abertura da Assembleia;

II- 11h10min - CIS/AMERIOS: Aditivos - Contrato de Rateio, Credenciamentos e encaminhamentos;

I- 11h25min - Prestação de contas referente os meses de junho e julho de 2017;

II- 11h30min- Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 7 de agosto de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Presidente do CIS/AMERIOS

Prefeito de Cunha Porã

CONSAD

TERMO DE CESSÃO DE USO DE EQUIPAMENTOS 01/2017

TERMO DE CESSÃO DE USO DE EQUIPAMENTOS 01/2017

O CONSÓRCIO INTERESTADUAL INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS – SANTA CATARINA PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL - DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ nº 07.242.972/0001-31, com sede na Rua Almirante Tamandaré, nº 221, na cidade de São Miguel do Oeste, Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Marco Aurélio Zandoná, Prefeito Municipal de Barracão - PR, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 712.777.739-04; residente domiciliado na Rua Minas Gerais, 369, Município de Barracão -PR; doravante denominado CEDENTE e a COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE DESCANSO - COOPERDES, estabelecida na Rua Helio Wasun, 230, Município de Descanso -SC, inscrita no CNPJ nº 12.392.574/0001-31, neste ato representada pelo seu Presidente Senhor Volmir Angelo Turcatto, brasileiro, casado, portador do CPF nº 892.057.829-04, residente no Município de Descanso -SC, doravante denominada CESSIONÁRIA, celebram o presente termo de cessão de uso de equipamentos mediante as condições abaixo especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Cessão de Uso de Equipamentos, refere-se ao Contrato de Repasse nº 820456/2015/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/CAIXA/Processo nº 2623.1026695-99/2015, que teve como objeto a Aquisição de Equipamentos Agrícolas. Desta forma a CEDENTE cede a CESSIONÁRIA, a título precário, o pleno uso dos bens móveis de propriedade do consórcio, sendo, os abaixo relacionados:

Identificação do Bem/ Patrimônio/CONSAD	Nome do Equipamento/Descrição do Equipamento
Nº Patrimônio 00088	Semeadora adubadora nova, 11 linhas de arrasto. Assistência técnica e garantia de 12 meses.
Nº Patrimônio 00089	Pulverizador agrícola novo, de barras 12 metros, capacidade 400 litros, assistência técnica e garantia de 12 meses.
Nº Patrimônio 00090	Semeadeira de inverno EICKHOFF, hidráulica, com 9 linhas, marca EICKHOFF – ESG 409, série 0071, ano 2017.

Nº Patrimônio 00091	Ensiladeira de forragens NETZ, COM 1 LINHA, 12 facas, produção 10 a 30 TON/HORA, marca NETZ – BRAVA 300, Série: 507 – ano: 2017, cor vermelha.
Nº Patrimônio 00092	Ensiladeira de forragens NETZ, COM 1 LINHA, 12 facas, produção 20 a 40 TON/HORA, marca NETZ – BRAVA 300, Série: 508 – ano: 2017, cor vermelha.
Nº Patrimônio 00093	Roçadeira deslocavel NET – RCD 1.8, central e lateral, larg. Corte de 1,7 metros. Marca: NETZ – RCD 1.8, série: 4984, ano 2017, cor vermelha.
Nº Patrimônio 00094	Roçadeira deslocavel NET – RCD 1.8, central e lateral, larg. Corte de 1,7 metros. Marca: NETZ – RCD 1.8, série: 4981, ano 2017, cor vermelha.
Nº Patrimônio 00095	Roçadeira deslocavel NET – RCD 1.8, central e lateral, larg. Corte de 1,7 metros. Marca: NETZ – RCD 1.8, série: 4982, ano 2017, cor vermelha.
Nº Patrimônio 00096	Distribuidor de adubo orgânico líquido, capacidade de 4000 litros, com bomba lobular, rodado simples, rodas aro 20 polegadas, com pneus novos, cor vermelha. Marca IAC – fabricação 2017, número de série: 0649.
Nº Patrimônio 00097	Carreta agrícola basculante hidráulica, metálica, capacidade 5 toneladas, RODADO TANDE com pneus e câmaras novos, 750X16, cor vermelha. Marca IAC – fabricação 2017, número de série 0653.
Nº Patrimônio 00098	Distribuidor de adubo orgânico e calcário, capacidade 5 toneladas, RODADO TANDEM com pneus novos 750X16, com 2 discos espelhadores, cor vermelha. Marca: IAC, fabricação 2017, número de série 0650.
Nº Patrimônio 00099	Distribuidor de adubo orgânico e calcário, capacidade 5 toneladas, RODADO TANDEM com pneus novos 750X16, com 2 discos espelhadores, cor vermelha. Marca: IAC, fabricação 2017, número de série 0651.
Nº Patrimônio 00100	Distribuidor de adubo orgânico e calcário, capacidade 5 toneladas, RODADO TANDEM com pneus novos 750X16, com 2 discos espelhadores, cor vermelha. Marca: IAC, fabricação 2017, número de série 0652.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os bens acima descritos encontram-se em perfeito estado de funcionamento e conservação e deverão ser utilizados exclusivamente pela CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

Compete à CESSIONÁRIA as seguintes obrigações:

- Receber, guardar e conservar os equipamentos entregues;
- Responsabilizar-se pelos custos operacionais de uso e conservação dos equipamentos;
- Executar, às suas expensas, todo e qualquer ato de manutenção dos bens preferencialmente em estabelecimento comercial especializado e autorizado, não cabendo indenização pela CEDENTE das despesas satisfeitas;
- Responsabilizar-se pelo correto uso dos equipamentos;
- Responsabilizar-se por todo e qualquer ato que possa resultar em responsabilidade civil ou criminal decorrente do uso dos equipamentos cedidos; e
- Ressarcir a CEDENTE, em caso de perda, a qualquer título, ou dano, pelos prejuízos causados.
- Utilizar a ficha de controle para a gerência da utilização dos equipamentos, sendo obrigatório o correto preenchimento das mesmas.
- Disponibilizar e facilitar o acesso aos documentos e equipamentos quando necessário os técnicos do consórcio realizar vistoria e fiscalização do cumprimento das exigências.
- Apresentar cópias das fichas de controle de uso e demais documentos quando necessários solicitados pelo consórcio CONSAD de forma anual impreterivelmente até o dia 10 de janeiro de cada ano subsequente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Havendo extinção do presente termo de cessão de uso, os bens deverão ser restituídos à CEDENTE nas mesmas condições em que foram cedidos, ressalvado a depreciação natural pelo seu uso normal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste termo é de 20 (VINTE) anos, a contar da data de sua celebração, podendo, a critério das partes, ser renovado por igual período, se houver manifestação por escrito da CESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias antes de seu término, e aceitação por parte da CEDENTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

Este Termo poderá ser rescindido se a CESSIONÁRIA deixar de cumprir qualquer das obrigações mencionadas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CEDENTE poderá realizar vistorias a seu critério, com objetivo de fiscalizar o uso e estado dos equipamentos cedidos e verificar o correto cumprimento das obrigações deste termo, bem como, para consultar planilhas de controle, a fim de possibilitar a gerência da utilização dos equipamentos.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste -SC para dirimir as dúvidas ou pendências oriundas do presente, com expressa renúncia de qualquer outro mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

São Miguel do Oeste –SC, 03 de Agosto de 2017.

Marco Aurélio Zandoná

Presidente do CONSAD